UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

GRASIELA TEBALDI TOLEDO

**Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas
para a preservação patrimonial**

São Paulo

2017

GRASIELA TEBALDI TOLEDO

**Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas
para a preservação patrimonial**

Versão Corrigida

A versão original encontra-se na biblioteca do MAE-USP

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em
Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia e Sociedade

Orientadora: Maria Cristina Oliveira Bruno

São Paulo

2017

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica:** experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Tudo tão igual
Tudo tão diferente
Tua lembrança inspira e ensina
Para Dione Tebaldi Toledo (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A trajetória de construção de uma tese envolve muitos aprendizados e desafios, que são desenvolvidos e superados pela presença, apoio e incentivo de muitas pessoas e instituições. Uma pessoa imprescindível é a orientadora Maria Cristina Oliveira Bruno, que me acompanha desde o mestrado e é parte fundamental da minha constituição enquanto pesquisadora da área de Musealização da Arqueologia, ampliando horizontes e oportunizando sua amizade há dez anos. Desejo continuar sempre sua orientanda, mesmo que, oficialmente, isso se encerre nesse momento. A orientação segura, atenta e comprometida com a constituição de trabalhos que reconheçam as reciprocidades entre Arqueologia e Museologia sempre foi um norte para a realização desta tese.

Fundamentais e insubstituíveis são o meu pai, Jairo de Freitas Toledo, e minha irmã, Susana Tebaldi Toledo, que, mesmo sem saber ao certo os rumos e temáticas da pesquisa, me apoiaram nos momentos mais difíceis que passamos e sempre tiveram a certeza de que eu finalizaria essa etapa de forma feliz e realizada. Com suas presenças, a ausência de minha mãe, Dione Tebaldi Toledo, se tornou mais leve e inspiradora. Ao Diego Severo Medeiros, meu companheiro, obrigada por todo apoio, incentivo e amor que permeiam nossa vida e nossas escolhas.

Assim, com essa base, é possível seguir em frente e agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, que acolheu minhas pesquisas e possibilitou aulas, encontros e diferentes oportunidades com professores, funcionários e colegas, tornando essa trajetória permeada de aprendizados e amizades. Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, que proporcionou o empreendimento desta tese, assim como a licença-curso concedida pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, para que eu pudesse me afastar das atividades docentes a fim de concluir este trabalho.

Uma instituição completamente imbricada com a tese é a Universidade Federal de Pelotas, que oportunizou a realização desta pesquisa. Assim, agradeço imensamente aos professores da UFPel que abriram as portas de seus laboratórios para que eu fizesse muito mais que visitas, mas os observasse de forma atenta e reflexiva, trocando ideias e aprendendo com suas experiências. O primeiro convite, realizado pelo Prof. Lúcio Menezes Ferreira, abriu um universo de possibilidades para esta pesquisa, que foi se desenvolvendo por meio do contato com os professores Jaime Mujica Sallés, Pedro Luís Machado Sanches, Diego Lemos Ribeiro e, de forma mais pontual, com o Prof. Rafael Guedes Milheira. Assim, agradecer esses profissionais é muito pouco diante de todo o aprendizado adquirido e vivências oportunizadas.

Os seus dilemas, desafios, conquistas e disputas foram tecendo esta tese. Mesmo as mudanças, que a princípio poderiam ter desarticulado a pesquisa, conferiram a ela um tom original e real. Assim, além dos professores, quero agradecer aos funcionários, Aluísio, Fabiane e Luciana, e todos os alunos e estagiários com os quais dialoguei durante minhas visitas. Desejo muito sucesso ao LEPAARQ, ao LÂMINA e ao LEICMA, assim como espero ver o MUARAN em pleno funcionamento em breve, articulando as áreas da melhor maneira possível.

Aos profissionais que concederam as entrevistas – Ana Carolina Delgado Vieira, Silvia Cunha Lima, Gerusa de Alkimin Radicchi e Mara Lúcia Carett de Vasconcelos – e aos professores da UFPel, Lúcio, Jaime, Pedro e Rafael: muito obrigada pelas suas disponibilidades, tempos e reflexões basilares. Agradeço também a todos os pesquisadores que desenvolveram trabalhos sobre Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica, sendo fundamentais para embasar a pesquisa e trilhar caminhos compartilhados.

Um agradecimento especial é para o amigo Vinícius Melquíades, colega de pós-graduação e de orientação com quem compartilhei aprendizados, dúvidas, anseios e realizações. Nossas leituras e conversas foram contundentes e permitiram avanços e amadurecimentos.

Agradeço a todas amigas e amigos que tornaram essa trajetória mais alegre, aos colegas de trabalho que me incentivaram, às alunas e aos alunos que me inspiraram, aos familiares que me apoiaram e a todas pessoas com quem convivi durante essa etapa, possibilitando trocas, afetos e experiências.

Outro agradecimento especial é para as alunas Nátaí e Nicole, que transcreveram boa parte das entrevistas realizadas nesta tese e, assim, compreenderam alguns dos dilemas desta pesquisa. Agradeço também à aluna Raquel, que leu rascunhos e sempre dialogou acerca de temáticas arqueológicas. Pelas correções ortográficas atentas, divertidas e polêmicas, agradeço minha prima letrista, Viviane Tebaldi Moras.

Por fim, agradeço aos professores da banca de qualificação, Carla Gibertoni Carneiro e Camilo de Mello Vasconellos, pelas sugestões, elogios e críticas que impulsionaram a finalização do trabalho. Agradeço aos mesmos pela participação na banca de defesa, juntamente com Camila Azevedo de Moraes Wichers e Fernanda Codevilla Soares que foram fundamentais para um debate profícuo sobre diferentes aspectos da pesquisa.

Agradecendo a todos, espero que recebam meu carinho e meu trabalho na forma mais sincera.

RESUMO

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial.** 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica são os eixos estruturantes desta tese, que busca delinear o relacionamento entre a Arqueologia, Museologia e Conservação na produção acadêmica nacional e nas experiências desenvolvidas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Por meio de análises bibliométricas, foram quantificadas e analisadas teses, dissertações e publicações em eventos a fim de mapear e avaliar a construção de conhecimento dessas temáticas. Também foram entrevistados profissionais das áreas e realizado o acompanhamento das atividades dos pesquisadores da UFPel, compondo um quadro de potencialidades e limites das interfaces disciplinares. O diagnóstico de aproximações e distanciamentos entre as três áreas foi fundamental para a compreensão de diferentes momentos e interlocuções, propiciando o entendimento do contexto atual no que se refere às perspectivas para a preservação do patrimônio arqueológico. No ambiente universitário, laboratórios de Arqueologia, projetos de pesquisa, programa museológico e atuações de diferentes profissionais (arqueólogos, museólogos e conservadores) complementam e tornam complexo esse cenário. A partir dessas análises e articulando-se com as legislações e recomendações acerca do patrimônio arqueológico nacional, apresentaram-se alguns aprendizados e premissas para a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico. A premissa básica estabelece que as três áreas precisam estar em patamares equânimes para articularem-se por meio de conceitos e pressupostos teórico-metodológicos condizentes com os desafios patrimoniais contemporâneos. Dessa forma, aliando as áreas de forma equilibrada, torna-se possível empreender a pesquisa arqueológica de maneira integral, com planejamentos prévios e interdisciplinares embasados na cadeia operatória de procedimentos museológicos, que envolve a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposições e ações educativo-culturais). Assim, as pesquisas arqueológicas vindouras, bem como as já empreendidas e os acervos arqueológicos salvaguardados em diferentes instituições, têm o potencial de ensejar ações multidisciplinares que oportunizam a proteção e promoção do patrimônio arqueológico. Essas ações, articuladas por um viés preservacionista, que se orienta por perspectivas participativas, multivocais e compartilhadas, possibilita que o patrimônio exerça sua função social na contemporaneidade.

Palavras-chave: Musealização da Arqueologia. Conservação arqueológica. Patrimônio arqueológico. Preservação.

ABSTRACT

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealization of Archeology and Archeological Conservation: experiences and perspectives for patrimonial preservation.** 2017. Thesis (PhD in Archeology) – Museum of Archeology and Ethnology, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The Musealization of Archeology and Archaeological Conservation are the structuring axes of this thesis, which purpose is to outline the relationship between Archeology, Museology, and Conservation in the national academic scenario and in the experiences developed at the Federal University of Pelotas (UFPeL). Theses, dissertations, and publications in events were quantified and analyzed through bibliometric analyzes in order to map and evaluate the construction of knowledge of these topics. Also, professionals of the areas were interviewed, as well as the monitoring of the activities of UFPeL researchers, composing a framework of potentialities and limits of the disciplinary interfaces. The diagnosis of approximations and detachment between the three areas was fundamental for the understanding of the different moments and interlocations, providing an understanding of the current context regarding the perspectives for the preservation of the archaeological patrimony. In the university environment, Archeology laboratories, research projects, museological program, and performances of different professionals (archaeologists, museologists and conservatives) complement and turn this scenario into a complex one. From these analyzes, and in articulation with the legislations and recommendations on the national archaeological heritage, some learnings and premises were presented for the multidisciplinary management of the archaeological heritage. The basic premise establishes that the three areas must be at equal levels in order to articulate themselves through concepts and theoretical-methodological assumptions aligned with contemporary patrimonial challenges. Therefore, by combining these areas in a balanced way it is possible to undertake archaeological research in an integral manner, with previous and interdisciplinary planning based on the operational chain of museum procedures, which involve safeguarding (conservation and documentation) and communication (exhibitions and cultural/educational actions). Thus, upcoming archaeological researches, as well as those already undertaken and archaeological collections safeguarded in different institutions, have the potential to lead to multidisciplinary actions that invite the protection and promotion of archaeological heritage. These actions, articulated through a preservationist bias, guided by participatory, multivocal, and shared perspectives enable the heritage to exercise its social role in contemporaneity.

Keywords: Musealization of archeology. Archaeological conservation. Archaeological heritage. Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema dos momentos das pesquisas sobre Musealização da Arqueologia.....	76
Figura 2 – Esquema sobre os conceitos-chave da Musealização da Arqueologia.....	96
Figura 3 – Mapa: Charqueadas remanescentes.....	186
Figura 4 – Planta Baixa do LÂMINA	201
Figura 5 – Logomarca do Projeto “O trabalho doméstico: entre o passado e o presente” (arte por Simone Ortiz)	221
Figura 6 – Esquema da premissa básica para a preservação do patrimônio arqueológico.....	260
Figura 7 – Esquema para demonstrar uma possibilidade de equalizar as três áreas de conhecimento.....	266

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Sede da Fazenda Sotéia.....	155
Fotografia 2 – Casa 8, Casa 6 e Casa 2 (da esquerda para a direita) de frente à Praça Coronel Pedro Osório	157
Fotografia 3 – Atividades arqueológicas na Casa 2	157
Fotografia 4 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório	158
Fotografia 5 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório	158
Fotografia 6 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório	158
Fotografia 7 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório	158
Fotografia 8 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório	158
Fotografia 9 – Obras de restauro na Casa 8.....	160
Fotografia 10 – Atividades de escavação no interior da Casa 8.....	161
Fotografia 11 – Vestígios arqueofaunísticos	161
Fotografia 12 – Louças da Casa 8	161
Fotografia 13 – Casa da Banha.....	161
Fotografia 14 – Atividades arqueológicas no interior da casa	161
Fotografia 15 – Espaço do LEICMA.....	192
Fotografia 16 – Espaço do LEICMA.....	192
Fotografia 17 – Espaço do LEICMA.....	192
Fotografia 18 – Espaço do LEICMA.....	192
Fotografia 19 – Detalhe para a ação de cupins no LEICMA.....	192
Fotografia 20 – Novo espaço destinado ao LEICMA, em fase de reforma e adaptação.....	193
Fotografia 21 – Novo espaço destinado ao LEICMA, em fase de reforma e adaptação.....	193
Fotografia 22 – Sala ampla do LEICMA, com mesas de análises de computadores	194
Fotografia 23 – Sala ampla do LEICMA, com mesas de análises de computadores	194
Fotografia 24 – Sala da Reserva Técnica	194
Fotografia 25 – Sala de reuniões e estudos.....	194
Fotografia 26 – Charqueada Santa Bárbara	197
Fotografia 27 – Escavação na Charqueada Santa Bárbara (2013).....	197
Fotografia 28 – Escavação na Charqueada Santa Bárbara (2013).....	197
Fotografia 29 – Escavação na Charqueada São João na estrutura da senzala/galpão	197
Fotografia 30 – Área de descarte da senzala/galpão da Charqueada São João	197

Fotografia 31 – Vista aérea da Casa Grande, Senzala/Galpão e a área de escavação (Charqueada São João) – foto aérea registrada com Drone Phantom 5	198
Fotografia 32 – Prédio do LÂMINA	200
Fotografia 33 – Sala da coordenação geral e mesa de análise (térreo do LÂMINA).....	201
Fotografia 34 – Atividades de conservação arqueológica (térreo do LÂMINA).	201
Fotografia 35 – Reserva Técnica em construção (primeiro andar do LÂMINA)	202
Fotografia 36 – Reserva Técnica em construção (primeiro andar do LÂMINA)	202
Fotografia 37 – Sala para atividades do Banco de Dados (segundo andar do LÂMINA)	202
Fotografia 38 – Sala de estudos (segundo andar do LÂMINA)	202
Fotografia 39 – Primeiro andar do LÂMINA, com material da Reserva Técnica, mesas de análise e exposição de banner e artefatos	204
Fotografia 40 – Primeiro andar do LÂMINA, com material da Reserva Técnica, mesas de análise e exposição de banner e artefatos	204
Fotografia 41 – Destaque para os banners e artefatos da exposição	205
Fotografia 42 – Destaque para os banners e artefatos da exposição	205
Fotografia 43 – Sala para exposições praticamente sem mobiliário	207
Fotografia 44 – Sala da coordenação.....	207
Fotografia 45 – Alguns banners e materiais do projeto MUARAN no espaço expositivo	207
Fotografia 46 – Alguns banners e materiais do projeto MUARAN no espaço expositivo	207
Fotografia 47 – Sala da coordenação.....	207
Fotografia 48 – Sala de Exposições e recepção (detalhe para a recepcionista Fabiane, que trabalha no LÂMINA desde sua fundação).....	207
Fotografia 49 – Mesas de análise e utilização para aulas	207
Fotografia 50 – Mesas de análise e utilização para aulas	207
Fotografia 51 – Mesas de análise e pequena reserva técnica, com ar condicionado	208
Fotografia 52 – Sala em processo de montagem para o laboratório sujo da conservação arqueológica.....	208
Fotografia 53 – Atividades de conservação arqueológica sendo executadas	208
Fotografia 54 – Laboratório sujo da conservação arqueológica.....	208
Fotografia 55 – Laboratório limpo da conservação arqueológica, com a visita de pesquisadores	208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantificações de teses e dissertações sobre Musealização da Arqueologia.....	43
Gráfico 2 – Quantidade de trabalhos por orientador	44
Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos por instituição de ensino superior.....	45
Gráfico 4 – Quantidade de trabalhos por ano de defesa	47
Gráfico 5 – Quantidade de trabalhos nos Anais dos Congressos da ABRACOR	104
Gráfico 6 – Quantidade de trabalhos nos Anais dos Congressos da SAB.....	107
Gráfico 7 – Relação de orientadores e instituições.....	110
Gráfico 8 – Quantidade de trabalhos por ano de defesa	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e Teses sobre Musealização da Arqueologia.....	38
Quadro 2 – Trabalhos de Arqueologia e Conservação arqueológica nos Anais dos Congressos da ABRACOR	103
Quadro 3 – Trabalhos de Conservação arqueológica nos anais dos Congressos da SAB.....	106
Quadro 4 – Dissertações que versam sobre Conservação arqueológica.....	108
Quadro 5 – Dissertações sobre Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural	179
Quadro 6 – Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (área de concentração Arqueologia), com interfaces com a Museologia e/ou Conservação	181
Quadro 7 – Dissertações desenvolvidas no âmbito do projeto “Pampa Negro”	187

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO I – MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA – CONSTRUINDO CENÁRIOS E AMPLIANDO HORIZONTES DE ATUAÇÃO.....	30
1.1 <i>Musealização da Arqueologia – cenários de pesquisas</i>	<i>31</i>
1.2 <i>Arqueologia e Museologia: horizontes de atuação</i>	<i>48</i>
1.3 <i>Chegamos perto ou nos afastamos? Como construir caminhos compartilhados.....</i>	<i>77</i>
 CAPÍTULO II – ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO: TORTUOSOS CAMINHOS, OBSTÁCULOS E ALTERNATIVAS	100
2.1 <i>Conservação arqueológica: tortuosos caminhos</i>	<i>101</i>
2.2 <i>Arqueologia e Conservação: obstáculos e alternativas</i>	<i>114</i>
2.3 <i>Tão perto, tão longe: perspectivas compartilhadas</i>	<i>138</i>
 CAPÍTULO III - EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E GESTÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL.....	152
3.1 <i>Arqueologia Histórica em Pelotas: trajetória de pesquisas.....</i>	<i>152</i>
3.2 <i>Cursos de graduação e pós-graduação na UFPel: potencialidades patrimoniais</i>	<i>173</i>
3.3 <i>Projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)” : ampliando perspectivas</i>	<i>182</i>
3.4 <i>O Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA: encontros e desencontros</i>	<i>198</i>
3.5 <i>Museu Arqueológico e Antropológico – MUARAN: projeto e ações extramuros.....</i>	<i>215</i>
 CAPÍTULO IV – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS	228
4.1 <i>Experiências e o aprendizado: o que as ações desenvolvidas na UFPel nos ensinam sobre multidisciplinaridade, gestão e colaboração</i>	<i>229</i>
4.2 <i>Códigos de Ética e outras recomendações: orientações preservacionistas.....</i>	<i>244</i>
4.3 <i>Contribuições para a preservação do patrimônio arqueológico: o desafio de construir um campo de conhecimento interdisciplinar.....</i>	<i>257</i>

CONCLUSÃO.....	270
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	280
---	------------

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista com Prof. Jaime Mujica Sallés	304
APÊNDICE B – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Jaime Mujica Sallés	320
APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com Ana Carolina Delgado Vieira.....	322
APÊNDICE D – Termo de Autorização de entrevista. Ana Carolina Delgado Vieira	334
APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com Silvia Cunha Lima.....	336
APÊNDICE F – Termo de Autorização de entrevista. Silvia Cunha Lima.....	348
APÊNDICE G – Transcrição da entrevista com Gersa de Alkimin Radicchi.....	350
APÊNDICE H – Termo de Autorização de entrevista. Gersa Alkimin Radicchi	360
APÊNDICE I – Transcrição da entrevista com Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos	362
APÊNDICE J – Termo de Autorização de entrevista. Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos..	378
APÊNDICE K – Transcrição da entrevista com Prof. Rafael Guedes Milheira	380
APÊNDICE L – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Rafael Guedes Milheira.....	400
APÊNDICE M – Transcrição da entrevista com Prof. Lúcio Menezes Ferreira, com participação de Aluísio Gomes Alves	402
APÊNDICE N – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Lúcio Menezes Ferreira, com a participação de Aluísio Gomes Alves	442
APÊNDICE O – Transcrição da entrevista com Prof. Pedro Luís Machado Sanches	444
APÊNDICE P – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Pedro Luís Machado Sanches..	466
ANEXO A – Reportagens do Jornal Diário Popular de Pelotas sobre o Projeto “Pampa Negro”	468
ANEXO B – Regulamento Interno do LÂMINA/UFPel	474
ANEXO C – Regimento Interno do MUARAN/UFPel	482

INTRODUÇÃO

As trajetórias de construção de campos do conhecimento, entrecruzadas com as formas de pensar e agir dos profissionais engajados nesses processos, são analisadas com o intuito de acompanhar a história tortuosa da construção da ciência – no que tange aos aspectos relativos ao patrimônio arqueológico – e o trânsito conturbado com a sociedade (LATOUR, 2011)¹. Os interesses, métodos, perspectivas teóricas, normas e formas de atuação que reconhecem as potencialidades das aproximações entre Arqueologia, Museologia e Conservação são fundamentais para a compreensão dos desafios acerca da preservação do patrimônio arqueológico. As trajetórias analisadas nesta pesquisa focam-se no cenário nacional brasileiro, visando contribuir com as discussões sobre Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica.

Os museus têm sido lugares fundamentais para o desenvolvimento da ciência, principalmente das Ciências Naturais e da Arqueologia e Antropologia (FERREIRA, 2010), estabelecendo assim um relacionamento estreito desde o período imperial, com cunho nacionalista e colonialista, aspectos que marcam o desenvolvimento da Arqueologia e Museologia no Brasil. Os estudos sobre os primeiros museus nacionais e suas articulações com a Arqueologia foram ensejados de forma contundente por pesquisadores que visaram demonstrar como ocorreu essa relação no momento da institucionalização científica local, relacionada com aspectos de âmbito global (BRUNO, 1996, 1999, 2005; FERREIRA, 2010). Posteriormente, a partir dos anos 1950, muitos dos estudos arqueológicos localizaram-se no ambiente universitário, desatrelando-se das instituições museológicas, proporcionando outro perfil no relacionamento entre as áreas (BRUNO, 2005).

Esses contextos permitem compreender as rotas de aproximação e afastamento entre a Arqueologia e a Museologia e como, no momento mais recente, há um esforço em coadunar-se por meio dos pressupostos da Musealização da Arqueologia, delineados por estudos acadêmicos iniciados nos anos 1980 e 1990. Tais estudos têm alçado patamares teórico-metodológicos fundamentais para a proteção e promoção do patrimônio arqueológico por meio de abordagens teóricas contemporâneas, embasadas em perspectivas descolonizantes e

¹ Nessa tese optou-se por utilizar-se das análises ensejadas por Bruno Latour no tocante a construção do conhecimento científico, em virtude de suas perspectivas coadunarem-se com o contexto social e o conteúdo técnico, oportunizando um debate profícuo para o campo arqueológico, ampliando as discussões em torno da ciência pronta e da ciência em construção. A ciência em construção será abordada com ênfase nessa tese, que justamente busca traçar rotas, caminhos e descaminhos sobre a Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica – ciências em construção, percebendo suas controvérsias e intersecções.

participativas, conectando-se aos debates pós-processuais e sociomuseológicos (WICHERS, 2010, 2011).

Apesar de ter-se avançado na discussão sobre pressupostos teórico-metodológicos da Museologia, ainda enfrentam-se dificuldades para a implantação desses procedimentos nas pesquisas arqueológicas. A Museologia e a Arqueologia vêm estabelecendo um diálogo mais próximo no Brasil, e a bibliografia sobre a Musealização da Arqueologia tem se avolumado e se tornado uma área interdisciplinar mais consolidada, buscando romper com a dicotomia entre a produção e a socialização do conhecimento arqueológico. As pesquisas sobre Musealização da Arqueologia, nos últimos anos, lentamente e com muito esforço, “passaram a fazer parte das discussões acadêmicas e têm ocupado espaço significativo nos projetos de pesquisa arqueológica” (BRUNO, 2014, p. 13).

O conceito de Musealização da Arqueologia tem sido construído a partir de diferentes influências e operacionalizado em distintos contextos culturais, está vinculado, sem dúvida, às estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos (BRUNO, 2014, p. 6).

Dessa forma, os pressupostos da Musealização da Arqueologia se alinham “com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos” (BRUNO, 2014, p. 9). A salvaguarda dos bens está estreitamente relacionada com a Conservação; porém, no Brasil, esse campo do conhecimento só recentemente tem se articulado de forma profícua aos debates em torno do patrimônio arqueológico.

Esta pesquisa partiu de uma hipótese que considerava a Conservação o aspecto mais frágil do tripé preservacionista analisado, percebendo um desequilíbrio entre as esferas de salvaguarda e comunicação, articuladas na cadeia operatória museológica aplicada à Arqueologia. Ao longo da tese, isso será evidenciado no tocante a questões teóricas, procedimentais e recomendações legais, que têm impulsionado essa área a patamares condizentes com suas responsabilidades e potencialidades para o campo patrimonial.

A Conservação e a Arqueologia não têm uma longa trajetória de relacionamento no país, em virtude da formação profissional na área de Conservação/Restauração ser inicialmente de nível técnico e focado na tríade – papel, escultura, pintura. Recentemente, com cursos de graduação na área e demandas para a salvaguarda de acervos arqueológicos, esse cenário tem se alterado de forma lenta e pontual. Nesse sentido, trabalhos na área específica da Conservação arqueológica estão sendo desenvolvidos para que seja possível estabelecer uma relação

satisfatória, buscando efetivar-se de forma equilibrada na cadeia operatória museológica. “O cientista conservador é um dos últimos personagens a ingressar no cenário artístico, arqueológico e histórico no que tange o campo da preservação” (FRONER, 2007, p. 20).

A Conservação engloba a Conservação Preventiva, Curativa e a Restauração e é fundamental para a gestão e preservação dos acervos (VASCONCELOS e ALCÂNTARA, 2017). A salvaguarda dos bens arqueológicos apresenta especificidades abordadas na subdisciplina Conservação arqueológica, que tem se delineado nos últimos anos no cenário nacional. A diversidade do patrimônio arqueológico brasileiro tem impulsionado o campo da Conservação para o refinamento de técnicas, procedimentos e abordagens que abarquem sua pluralidade e características específicas.

A gestão dos acervos arqueológicos, especificamente, diferencia-se da curadoria de outras tipologias de acervo basicamente em quatro aspectos: pela fragilidade devido à ruptura ambiental causada pelo trabalho de campo; pela diversidade material dos artefatos; pela presença de informações e documentos associados aos objetos; e, [...] pelo fato de que se inicia no planejamento do projeto de pesquisa arqueológico, e não dentro das instituições de salvaguarda. Estas características tornam as coleções arqueológicas e sua consequente gestão um trabalho complexo (VASCONCELOS e ALCÂNTARA, 2017, p. 155).

A concepção de Conservação arqueológica, conforme definida por Vasconcelos e Alcântara (2017), é uma compreensão e realidade recente no âmbito nacional, que ainda carece de refinamentos teóricos e aplicação efetiva nas pesquisas arqueológicas, assim como seu atrelamento a cadeia operatória museológica. O relacionamento imbricado da Arqueologia, Museologia e Conservação visa à construção de um campo de conhecimento multidisciplinar voltado para as questões relativas à preservação do patrimônio arqueológico.

O diálogo entre as áreas da arqueologia, conservação e museologia no que tange à salvaguarda é recente no Brasil, limitando o direcionamento de ações voltadas à preservação de acervos arqueológicos. Por um lado, arqueólogas/os com interesses voltados prioritariamente à pesquisa de sítios e de objetos arqueológicos e, por outro, conservadoras/es e museólogas/os que não se interessavam por este tipo de acervo, com exceção da nossa pioneira Maria Cristina Bruno, atuante – e militante – desde os anos 1980 (SALLÉS et al., 2017, p. 8).

Dessa forma, a premissa básica deste estudo articula-se em torno da importância da relação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação. Essas áreas apresentam reciprocidades, mas, ao mesmo tempo, estão distanciadas por diversas questões, tanto de cunho teórico-metodológico como de consolidação das disciplinas. As aproximações e distanciamentos entre essas áreas foram diagnosticadas e analisadas ao longo desta pesquisa a

fim de mapear os caminhos percorridos e trilhar algumas rotas de (re) conciliação, visando contribuir com o campo patrimonial, especificamente o arqueológico.

A hipótese principal deste trabalho é que a preservação do patrimônio arqueológico efetiva-se de forma multidisciplinar, especificamente por meio da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica. Essas interlocuções são efetivadas por meio da cadeia operatória de procedimentos museológicos aplicados à Arqueologia, que agrega a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposições e ações educativo-culturais) dos acervos e sítios, uma vez que o bom “desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais” (BRUNO, 2002, p. 91).

A importância de compreender a relação entre as três áreas é justamente para entender que elas podem oportunizar reflexões e operacionalizar ações para a preservação do patrimônio arqueológico de forma crítica e condizente com os desafios e anseios dos profissionais, comunidades e coletivos. Além disso, essa relação pode propiciar debates profícuos acerca das noções de patrimônio, materialidade e preservação nas suas acepções amplas e plurais.

O patrimônio é uma construção e um artefato político relacionado com os processos de construção das identidades que mobilizam diversas forças e conflitos de interesses (LONDOÑO, 2014). Esses conflitos podem ser tanto acadêmicos, entre profissionais, como com a sociedade, que agrega diferentes grupos e coletivos. A noção mais tradicional de patrimônio está vinculada às identidades nacionais e nega ou alija-se desses debates controversos para preservá-lo e mostrá-lo como prova de orgulho nacional (LONDOÑO, 2014).

As perspectivas teóricas contemporâneas que orbitam os debates patrimoniais visam romper com a lógica nacionalista, colonialista e mercantilizada do patrimônio arqueológico. Essas abordagens estabelecem comparações entre os discursos arqueológicos e locais e refletem sobre as sanções legislativas que recaem sobre esse campo, oportunizando alternativas de gestão, salvaguarda e uso da cultura material (FERREIRA, 2014), bem como ampliando as noções de preservação do patrimônio arqueológico.

Assim, o conceito de patrimônio é dialético: “es, al mismo tiempo que era y será otra cosa; de hecho, es una cosa, pero una cosa en continua transformación, y dentro de esa cosa estamos todos, objetos y sujetos, entes y agentes de patrimonio en un movimiento perpetuo” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 9).²

² É ao mesmo tempo em que era e será outra coisa; de fato, é uma coisa, mas uma coisa em continua transformação, e dentro dessa coisa estamos todos, objetos e sujeitos, entes e agentes do patrimônio em movimento perpétuo (tradução nossa).

As discussões patrimoniais são basilares para as três áreas em análise, pois estudam e atuam com a materialidade, que também é um conceito polissêmico, capaz de enxergar a vida que há nos objetos, com suas tessituras e tramas em movimento (RAMOS, 2004). “O ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano. Falar sobre objetos é falar necessariamente acerca de nossa própria historicidade” (RAMOS, 2004, p. 62).

De tal modo, a própria noção de preservação do patrimônio arqueológico é ampliada, ancorada nesses debates conceituais e, assim, permitindo reflexões sobre a participação da sociedade para operar seleções mais democráticas, uma vez que “para que determinados bens sejam preservados, é preciso permitir que outros fiquem de fora dessa lógica” (SANT’ANNA, 2015, p. 3). A lógica apontada por Sant’Anna (2015) é a de patrimonialização oficial, que se fundamenta nas normativas e legislações sobre preservação do patrimônio cultural no Brasil. De toda forma, Sant’Anna (2015) esclarece que os bens não oficializados como patrimônio não são necessariamente perdidos ou descartados, mas podem participar de processos alternativos de preservação, apontando para outras formas de estabelecer vínculos ou significações com o patrimônio.

Porém, as especificidades dos patrimônios arqueológicos, considerados bens da União, remete a outros dilemas e desafios entre a Arqueologia e a sociedade. “Ademais, estamos tratando de um cenário onde, muitas vezes, o patrimônio arqueológico é atrelado a empreendimentos que acarretam impactos negativos nas sociedades envolvidas” (WICHERS, 2014, p. 19). Dessa forma, a preservação desse patrimônio evoca tensões e contradições, sendo fundamentais olhares interdisciplinares, uma vez que “mais que um vestígio do passado, o patrimônio arqueológico é um fenômeno contemporâneo, construído no presente” (WICHERS, 2014, p. 19).

Dessa forma, várias áreas do conhecimento se articulam ao patrimônio arqueológico. Além disso, a integração das comunidades em todas as etapas de investigação arqueológica, respeitando também as suas demandas, é um elemento metodológico fundamental para romper com práticas colonialistas e paternalistas em torno da preservação desse patrimônio (FERREIRA, 2014), muitas vezes centrada nos discursos oficiais e/ou acadêmicos que não consideram formas alternativas de gestão patrimonial.

Assim, torna-se premente delinear algumas premissas para a preservação do patrimônio arqueológico por meio da Arqueologia, Museologia e Conservação, embasadas em pressupostos participativos, descolonizantes e interdisciplinares. Essas premissas compreendem a preservação patrimonial no seu sentido mais amplo, envolvendo ações de salvaguarda e comunicação, norteadas pela ideia de que o patrimônio é um meio de

transformação social que permite evocar diferentes identidades (por vezes conflitantes), implicando, assim, que a gestão torne-se um espaço de decisões participativas, transcendendo os limites disciplinares.

Dessa forma, entendendo as controvérsias inerentes às questões patrimoniais, é preciso normalizar o conflito e estabelecer maneiras de gerir o patrimônio considerando essa arena de embates como acompanhante de todos os procedimentos e ações que podem ser realizadas nesse campo. Nesse sentido, Criado-Boado e Barreiro (2013) afirmam que temos a obrigação de buscar fórmulas multivocais e participativas de uso e gestão do patrimônio, compatíveis com a proteção e promoção desses bens. No tocante ao patrimônio arqueológico, isso é ainda mais imperativo, em virtude de sua inserção legislativa nacional. Dito de outro modo, os profissionais desse campo são corresponsáveis em relação ao estudo e preservação do patrimônio, sendo fundamental a construção compartilhada de pressupostos e procedimentos. Portanto, esta pesquisa, norteadada por esse entendimento, valoriza as articulações e aproximações da Arqueologia, Museologia e Conservação, nas especificidades da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, atrelando pesquisa e atuação preservacionista em um círculo solidário que se retroalimenta de forma interdependente (MENESES, 2007).

Destarte, para diagnosticar as aproximações e distanciamentos entre essas áreas, foram realizados levantamentos em diferentes fontes de pesquisa (teses e dissertações, anais de congressos e demais publicações) para perceber, quantitativa e qualitativamente, como as trajetórias acadêmicas e profissionais estão sendo construídas, quais são os seus pontos potenciais e quais são as principais dificuldades para implantar projetos e pesquisas multidisciplinares. Esses levantamentos foram realizados por meio de alguns aspectos dos estudos bibliométricos e/ou cienciométricos, que consistem em métodos quantitativos e estatísticos de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento (ARAÚJO, 2006). Esses estudos realizam recortes na produção científica gerada pelas pós-graduações brasileiras, constituindo-se em uma árdua tarefa de mensurar, caracterizar e avaliar a ciência por meio de diversas variáveis (ano, instituição, nível, área de conhecimento, orientadores, etc.) (ARAÚJO e ALVARENGA, 2007).

A partir dessa abordagem, foram mapeadas as trajetórias acadêmicas no tocante a Musealização da Arqueologia nas pós-graduações do Brasil. Os trabalhos atinentes a essa área foram desenvolvidos de 1984 a 2017, compondo um quadro de 34 dissertações e 8 teses, totalizando 42 trabalhos. Trinta e cinco desses foram defendidos depois de 2010, demonstrando o crescimento na área nos últimos anos. Esses trabalhos foram construídos de diferentes maneiras, partindo de realidades arqueológicas e museológicas distintas e potencializando

substancialmente as abordagens. Assim, “não se trata mais de apresentação de mais uma tendência e sim da indicação de um equilíbrio mais adequado entre os campos da Arqueologia e da Museologia” (BRUNO, 2014, p. 7).

Com a análise desses trabalhos, ficou claro que a Musealização da Arqueologia é uma perspectiva teórica que incorpora as cadeias operatórias museológicas e arqueológicas por meio da definição de um território patrimonial em diferentes escalas. Esse território é permeado por realidades arqueológicas (sítios, acervos, pesquisas) e museológicas (instituições, exposições, ações educativo-culturais, divulgações), dialogando especialmente com a Sociomuseologia e as diferentes perspectivas das Arqueologias pós-processuais.

Essa construção de conhecimento, embasada nos pressupostos da Musealização da Arqueologia, é descortinada no Capítulo I dessa tese, que apresenta quantitativamente essas pesquisas e qualitativamente como foram empreendidos esses trabalhos, valorizando as experiências locais, diversidade e pluralidade de ações direcionadas para a preservação do patrimônio arqueológico. O Capítulo I demonstra o panorama de pesquisas e como a Musealização da Arqueologia está sendo utilizada pelos pesquisadores brasileiros. Os trabalhos foram analisados em três momentos distintos de (re) aproximação das áreas: o primeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, com o estabelecimento de referências para área, principalmente por meio das pesquisas de Bruno (1984, 1995); o segundo, nos anos 2000, com quatro pesquisas que ousaram propor trabalhos com essa temática, em um cenário ainda pouco receptivo a pesquisas nessa interface, muitas vezes considerando a Musealização da Arqueologia exógena à disciplina arqueológica, e o terceiro momento, nos anos 2010, com uma pluralidade temática e teórico-metodológica que impulsionaram a área a patamares condizentes com seus desafios e perspectivas. Assim, Carneiro aponta que a:

[...] musealização do patrimônio arqueológico [...] atualmente vem assumindo contorno mais definido, refletindo o compromisso social da arqueologia no que tange à sua preservação e aspectos relacionados ao desenvolvimento local dos grupos que convivem com essas referências patrimoniais (CARNEIRO, 2014, p. 124).

O momento mais recente dessa reaproximação trouxe à baila a temática da Conservação arqueológica, inserida nos procedimentos de salvaguarda da cadeia operatória museológica. Assim, o relacionamento entre a Arqueologia e a Conservação foi sendo mapeado por caminhos alternativos, pois não havia muitas pesquisas no âmbito das pós-graduações no Brasil. Dessa forma, o capítulo II apresenta os levantamentos bibliométricos para delinear a Conservação arqueológica. Em um primeiro momento, esses levantamentos foram realizados nos Anais dos

Congressos da Associação Brasileira de Conservadores/Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). No transcurso da pesquisa, a Conservação arqueológica foi galgando outros patamares no âmbito acadêmico, oportunizando que fossem realizadas quantificações e análises de onze dissertações de mestrado, defendidas entre 1999 e 2017; nove delas foram apresentadas depois de 2012, configurando um cenário muito recente de articulação acadêmica na área de Conservação arqueológica no Brasil.

Da mesma forma que a Musealização era considerada algo à parte do universo arqueológico, a Conservação também era vista de forma extrínseca a essa área do conhecimento (VASCONCELOS e ALCÂNTARA, 2017). Isso acontecia por diversos motivos que vão desde discrepâncias nas formações desses diferentes profissionais até questões de teor teórico-metodológico que criavam barreiras e não possibilitavam um diálogo mais aproximado.

A partir da análise dos resumos e artigos publicados nos Anais dos Congressos da ABRACOR e da SAB, percebeu-se que, além de ter uma representatividade quantitativa baixa, os trabalhos também eram basicamente focados em estudos de caso, relatando procedimentos técnicos da conservação aplicada às diferentes tipologias de sítios ou materiais arqueológicos, quase nunca embasados teoricamente, demonstrando um caráter empírico. Esse cenário só começa a se alterar nos últimos Congressos da SAB, justamente no mesmo momento em que mais trabalhos foram sendo desenvolvidos no âmbito das pós-graduações, resultando em pesquisas com mais aprofundamento teórico-metodológico.

Mediante esse cenário de carência de bibliografias nacionais mais abrangentes sobre Conservação arqueológica, realizou-se entrevistas com cinco profissionais que atuam no Brasil nessa interface e que se disponibilizaram a contribuir com esta pesquisa. Jaime Mujica Sallés, Ana Carolina Delgado Vieira, Silvia Cunha Lima, Gerusa de Alkimin Radicchi e Mara Lúcia Carett de Vasconcelos concederam entrevistas abordando as suas formações acadêmicas, atuações profissionais, experiências interdisciplinares, publicações e interesse pela área, além de demonstrarem suas percepções acerca da Conservação arqueológica no Brasil.

Todas as entrevistas foram realizadas entre janeiro e agosto de 2016 pela autora, sendo gravadas, transcritas e conferidas pelos entrevistados ao longo do mesmo ano. Os participantes da pesquisa concordaram com a utilização de trechos em forma de citação ao longo do trabalho e transcrição na íntegra como apêndice da tese. Assim, encontra-se ao final deste trabalho, as transcrições e os termos de autorização de entrevista. No corpo do texto, foram selecionados trechos conforme as temáticas em análise, visando compor um quadro mais amplo acerca da Conservação arqueológica, uma vez que esses profissionais têm diferentes formações e

experiências nesse campo interdisciplinar e apontaram questões que se coadunaram com a bibliografia analisada, contribuindo sobremaneira para a compreensão dessa área.

Silva (2015) faz uma ressalva importante no que se refere ao uso de trechos das entrevistas no texto de sua dissertação, colaborando para reflexões sobre essa metodologia de pesquisa. Mesmo que as entrevistas realizadas por Silva (2015) tenham perfis e objetivos diferentes, é importante demarcar essa questão.

Em nenhum momento os fragmentos extraídos contemplam o todo ou servem para limitar ou qualificar o colaborador dentro de uma única posição ou visão de mundo. Os trechos correlacionados permitem apresentar um panorama diversificado sobre pontos comuns, assim como possibilitar uma reflexão. Para o entendimento da complexidade das narrativas, sugere-se a leitura dos documentos de maneira integral ao final do trabalho, no qual as lacunas, vazios e esquecimentos ficam evidentes, assim como as escolhas do que falar (SILVA, 2015, p. 59).

Assim, compôs-se um cenário de trajetórias acadêmicas e profissionais acerca da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, demonstrando, segundo Carneiro, “um amadurecimento das questões relacionadas ao patrimônio arqueológico em uma perspectiva preservacionista, porém aliada aos interesses contemporâneos dos mais diversos atores sociais envolvidos nessas relações” (2014, p. 137). Com isso, e permeando essas análises, toda essa pesquisa esteve embasada no acompanhamento das experiências de pesquisas e gestão do patrimônio arqueológico na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Inicialmente, os acompanhamentos e análises, iniciados em 2013, estavam focados no desenvolvimento do projeto de pesquisa “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul”, de autoria de Lúcio Menezes Ferreira, professor e pesquisador da UFPel, inserido no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA). Nesse projeto, diversos profissionais (arqueólogos, museólogos e conservadores, além de alunos de vários cursos) participam da pesquisa em campo, em laboratório e em outras ações interdisciplinares, articulando-se ao LÂMINA, que foi fundado com o objetivo de aproximar as áreas da Arqueologia, Museologia e Conservação na UFPel.

O projeto Pampa Negro é desenvolvido desde 2009, inicialmente no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) na UFPel. Nesse momento, esse era o único laboratório de Arqueologia da Universidade, congregando todos os professores e pesquisadores da área. Em 2011, em virtude de diferentes interesses e concepções de pesquisa, é fundado o LÂMINA e, então, o projeto “Pampa Negro” passa a ser desenvolvido nesse novo espaço de pesquisa. Nesse ínterim, iniciaram-se as investigações para esta pesquisa de doutorado, focando substancialmente na forma em que os arqueólogos, conservadores e

museólogos estavam atuando na pesquisa arqueológica desenvolvida no projeto “Pampa Negro” e no LÂMINA. Em 2015, com novas mudanças, rupturas e articulações, é fundado o Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA), que atualmente abriga o projeto “Pampa Negro”.

Assim, os laboratórios de Arqueologia da UFPel passam a integrar o escopo desse trabalho, juntamente com o projeto “Pampa Negro” e o projeto e ações desenvolvidas pelo Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN-UFPel), construindo um cenário promissor de análises no tocante às perspectivas multidisciplinares em torno do patrimônio arqueológico. Essas experiências foram acompanhadas por meio de visitas que aconteceram entre julho de 2013 e julho de 2017. Nessas visitas, era observada a atuação dos professores, alunos e funcionários nos laboratórios e em escavações, aulas, palestras, cursos, reuniões e outras atividades que fossem empreendidas, com o registro dos acontecimentos e impressões em um diário de pesquisa. Esse diário foi fundamental para anotar conversas informais, aprendizados, trocas de experiências e outras questões que perpassaram esses momentos extremamente profícuos para o entendimento da relação entre diferentes profissionais das áreas de Arqueologia, Museologia e Conservação, bem como suas intersecções.

Portanto, mais que compreender os resultados das pesquisas empreendidas por esses laboratórios de Arqueologia, o foco deste trabalho é perceber como elas estão sendo realizadas e de que forma o patrimônio arqueológico está sendo gerido, principalmente diagnosticando aspectos relativos à Musealização da Arqueologia e à Conservação arqueológica. Dessa forma, a observação dos cientistas, em uma análise internalista da ciência, permite entender aspectos que vão além da ciência pronta e produzida, envolvendo questões burocráticas, disputas, desentendimentos, desmotivação e outros aspectos, muitas vezes, aparentemente irrelevantes, mas que marcam as trajetórias de constituição de espaços de pesquisa e atuações no cenário profissional (LATOUR, 2011).

Dessa forma, o Capítulo III aborda as experiências da UFPel, iniciando com a história do desenvolvimento da Arqueologia Histórica³ em Pelotas, atrelada à fundação do LEPAARQ em 2001, e ampliando-se no momento da criação do curso de graduação em Antropologia/Arqueologia em 2008. No final dos anos 2000, também são criados os cursos de Museologia e Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. Essa realidade possibilitou o ingresso de novos profissionais na UFPel, ampliando o número de alunos e pesquisas nessas

³ A Arqueologia Histórica é priorizada nesta pesquisa devido a minha trajetória acadêmica ser focada nessa área, bem como ao fato de o Projeto “Pampa Negro” ser inserido nas temáticas desse campo, especialmente sobre a Arqueologia da diáspora africana.

áreas, criando um ambiente favorável para a articulação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação. Além das graduações, programas de pós-graduação que abarcam pesquisas com essas temáticas possibilitaram um incremento substancial nas interlocuções interdisciplinares do campo patrimonial.

Nesse contexto, é formulado e desenvolvido o projeto “Pampa Negro”, ampliando o escopo da Arqueologia Histórica pelotense e as discussões patrimoniais. Também é fundado o LÂMINA, em 2011, um laboratório de Arqueologia vocacionado para a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico e, posteriormente, o LEICMA, em 2015. Ainda nesse cenário, em 2008, é instaurada uma comissão para a implantação do MUARAN, que foi presidida pelo Prof. Pedro Luís Machado Sanches, sendo realizado diagnóstico e plano museológico, oficinas, exposições itinerantes, publicação do Regimento Interno e outras ações. O MUARAN ainda não possui uma sede própria, estando ainda em processo de implantação.

Assim, o capítulo III visa demonstrar como a Arqueologia vem sendo desenvolvida na UFPel, atuando com a Museologia e a Conservação, em diferentes escalas e graus de envolvimento. Dessa forma, além do diário de pesquisa, foram analisados os projetos pedagógicos dos cursos de graduação; as dissertações dos programas de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPel) e em Antropologia (PPGAnt) que dialogam com a temática da pesquisa; os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Pampa Negro”; as atuações do LEPAARQ, LÂMINA e LEICMA e o projeto do MUARAN e suas ações extramuros.

Para compreender as nuances desses laboratórios, projetos de pesquisa, programas museológicos e atividades de conservação, também foram entrevistados alguns professores dessa universidade. Lúcio Menezes Ferreira, com a participação do arqueólogo Aluísio Gomes Alves (funcionário da instituição), Pedro Luís Machado Sanches, Rafael Guedes Milheira e o já entrevistado Jaime Mujica Sallés contribuíram substancialmente para o desenvolvimento deste trabalho, o qual se estruturou a partir do acompanhamento das atividades arqueológicas interdisciplinares empreendidas nesse contexto universitário.

As entrevistas aconteceram em março de 2017, exceto a do Prof. Sallés, que já havia sido realizada no momento que foram feitas as entrevistas com os demais profissionais da área da Conservação arqueológica. Elas foram organizadas como as demais realizadas neste trabalho, com a utilização de trechos ao longo da tese e a transcrição na íntegra nos apêndices. Os professores entrevistados responderam questões sobre suas formações acadêmicas e atuações na UFPel, nos laboratórios de Arqueologia e em outros projetos, bem como suas visões

acerca da relação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação, especificamente no contexto universitário pelotense.

Assim, esse acompanhamento de cientistas e de atividades universitárias foi tomando rumos complementares, sendo possível mapear controvérsias (VENTURINI, 2010) de forma paralela ao objetivo principal desta pesquisa. Esse objetivo, no que tange as ações desenvolvidas na UFPel, é compreender como os arqueólogos, museólogos e conservadores desenvolvem pesquisas arqueológicas no âmbito acadêmico, sendo esse um espaço de experiências acerca da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica. O olhar sobre esses profissionais e suas atuações é algo novo no cenário nacional; além disso, é importante para compreender como essas áreas do conhecimento se relacionam e contribuem para os desafios da gestão do patrimônio arqueológico em diferentes esferas.

Dessa forma, o Capítulo IV articula-se em torno das experiências e do aprendizado oportunizado por meio dessas iniciativas empreendidas na UFPel. Para isso, o capítulo apresenta trajetórias profissionais e alargamento de conceitos e pesquisas no que se refere à Arqueologia Histórica, ao Patrimônio, à Conservação e aos Museus, em uma perspectiva inter e multidisciplinar. Essa perspectiva é permeada por diversos conflitos e tensões, os quais demonstram simultaneamente as potencialidades e os limites da atuação engajada com preceitos compartilhados e multivocais da preservação do patrimônio arqueológico.

Além disso, o último capítulo desta tese demonstra aspectos das normativas legais acerca do patrimônio arqueológico, compreendendo que a gestão patrimonial no âmbito universitário não pode estar descolada das políticas públicas. Esse campo é uma arena composta por normas, recomendações, códigos de ética, cartas patrimoniais e atuação de profissionais, coletivos, agentes públicos e comunitários. Assim, tal campo busca equilibrar-se entre critérios mínimos e alternativas flexíveis para ensejar a preservação do patrimônio arqueológico de forma condizente com as perspectivas teóricas contemporâneas das áreas da Arqueologia, Museologia e Conservação, que reivindicam práticas participativas com as comunidades e respeito às demandas da sociedade.

Por meio das pesquisas analisadas no campo da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, dos aprendizados adquiridos através das experiências da UFPel e dos aspectos ressaltados das normativas e recomendações acerca do patrimônio arqueológico, articularam-se algumas premissas visando à contribuição para construir um campo de conhecimento multidisciplinar. Essas premissas foram desenvolvidas em torno das reciprocidades entre as três áreas enfocadas nesta pesquisa por meio de debates conceituais que as aproximam, como patrimônio, materialidade e preservação. As premissas estão orientadas

pelos pressupostos da Musealização da Arqueologia, um campo do conhecimento consolidado teórica e metodologicamente no cenário nacional e que tem potencial de empreender ações de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico alinhado a perspectivas contemporâneas da Arqueologia, Conservação participativa e Sociomuseologia.

Dessa forma, esta pesquisa está norteadada pela perspectiva preservacionista, abarcando a Musealização da Arqueologia, que se desdobra em procedimentos de salvaguarda e comunicação. A Conservação está situada nos aspectos relativos à salvaguarda; porém, não pode ser desarticulada dos aspectos comunicativos, a fim de que a preservação do patrimônio se efetive de forma integral e em consonância aos desafios contemporâneos.

Hablar de uso del patrimonio histórico implica considerar previamente la conservación como pre-condición. No puede haber uso sin conservación ni mantenimiento, lógicamente. Preservar el patrimonio de daño, pérdida o merma y conservarlo para que dure, que en el fondo son la misma cosa, implica una actitud positiva y manifiesta en favor de este tipo especial de bienes por parte de las personas y de la sociedad en su conjunto, que hay que examinar globalmente desde la perspectiva temporal⁴ (BALLART, 1997, p. 121).

Assim, as análises e premissas desenvolvidas nesta pesquisa estão focadas na perspectiva de que a preservação do patrimônio arqueológico pressupõe um pensar e agir abrangentes dos profissionais desse campo. Ou seja, esses profissionais devem articular de forma equilibrada e responsável a salvaguarda e a comunicação, entendendo esses blocos de maneira complexa, plural e com alternativas atinentes às diferentes áreas do conhecimento e aos diversos grupos sociais e públicos interessados no patrimônio. Não apenas para valorizá-lo, mas para que o patrimônio arqueológico possa ser apropriado, reapropriado, debatido, negado, solicitado e/ou negociado em diferentes escalas e maneiras de se relacionar com a materialidade arqueológica no contexto contemporâneo.

⁴ Falar sobre o uso do patrimônio histórico implica considerar previamente a conservação como pré-condição. Não pode haver uso sem conservação ou manutenção, logicamente. Preservar o patrimônio de danos, perdas e conservá-lo para que dure, o que no final é o mesmo, implica uma atitude positiva, além de manifestar em favor desse tipo especial de bens pelas pessoas e pela sociedade como um todo, que deve ser examinado globalmente a partir de uma perspectiva temporal (tradução nossa).

CAPÍTULO I – MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA – CONSTRUINDO CENÁRIOS E AMPLIANDO HORIZONTES DE ATUAÇÃO

O fato de ser preciso um esforço muito maior para expandir a ciência do que para fazê-la pode surpreender aqueles que a acham naturalmente universal (LATOURET, 2011, p. 394).

O capítulo I apresenta as principais discussões no campo da Musealização da Arqueologia no cenário nacional por meio de um levantamento bibliográfico realizado nas pesquisas de mestrado e doutorado. O propósito é compreender como esse referencial tem sido utilizado pelos pesquisadores brasileiros, visando diagnosticar aproximações e distanciamentos entre a Arqueologia e a Museologia.

Esse levantamento bibliográfico utilizou-se de alguns aspectos do enfoque bibliométrico e cienciométrico, uma vez que “atualmente, muitos trabalhos têm se servido de técnicas bibliométricas aliadas a outras referências e métodos” (ARAUJO, 2006). Tais técnicas visam medir índices de produção e disseminação do conhecimento, sendo uma área desenvolvida no campo da Biblioteconomia, Ciência e Sistemas da Informação e outras áreas que buscam quantificar, organizar e sistematizar as informações (ARAUJO, 2006; CAFÉ e BRÄSCHER, 2008; ARAUJO e ALVARENGA, 2011; SILVA, HAYASHI e HAYASHI, 2011).

Assim, nos capítulos I e II foram utilizados alguns elementos e técnicas bibliométricas e cienciométricas para analisar a produção científica na área de estudo dessa tese no Brasil. Porém, não foi utilizado todo o referencial em virtude da falta de um padrão de organização da informação e ausência de padronização de descrições bibliográficas em várias áreas do conhecimento (CAFÉ e BRÄSCHER, 2008).

Esse capítulo inicia a tese, pois tem o potencial de demonstrar um panorama da Musealização da Arqueologia, visando elucidar os desafios e rumos da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil. Além disso, pretende desvelar a relação entre Arqueologia e Museologia, principalmente por meio de um diagnóstico realizado em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação do Brasil.

O levantamento bibliográfico sobre a Musealização da Arqueologia, juntamente com o que será apresentado no capítulo II, guia essa tese, que tem por objetivo geral desenvolver premissas comuns para a preservação do patrimônio arqueológico através da relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação.

O capítulo está estruturado visando demonstrar os dados bibliométricos da Musealização da Arqueologia, evidenciado nas teses e dissertações. Após a quantificação, é discutido o teor e as problemáticas apresentadas nas pesquisas, analisando as proximidades e distanciamentos da Arqueologia e Museologia e como os pesquisadores têm apontado alguns rumos, hipóteses e novos horizontes de atuação para a investigação arqueológica comprometida com a preservação do patrimônio.

1.1 Musealização da Arqueologia – cenários de pesquisas

A Museologia e a Arqueologia têm trajetórias de formação e atuação que se entrecruzam em vários momentos, em diferentes intensidades e formas de agir. Muitos trabalhos que abordam essa relação descortinam como a consolidação da Arqueologia no Brasil está intimamente ligada à formação dos museus em território nacional, demonstrando como essas áreas tem uma origem entrelaçada. Ferreira (2010) mostra os museus como lugares fundamentais de desenvolvimento da Arqueologia e de outras ciências. Além disso, o processo de institucionalização da Arqueologia brasileira esteve alinhado a uma ampla rede museal e científica desde a segunda metade do século XIX e início do século XX.

O relacionamento das áreas nesse período era profundamente marcado pelo colonialismo, nacionalismo, pela noção de progresso cultural e exotização das culturas indígenas, além de atuar a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória (BRUNO, 1996, 1999, 2005; FERREIRA, 2010).

As exposições arqueológicas, no século XIX e ao longo de boa parte do século XX, sempre figuraram as “culturas primitivas” como entidades fossilizadas, e não como culturas vivas e dinâmicas; a seu modo, definiam um cânone cultural: os museus eram lugares de exibição do que se tinha como estrangeiro, exótico, “bárbaro”, ou mesmo indesejado. Esse espelho primitivo, desenhado com cores opalescentes, reforçava, aos olhos das nações imperiais, os brilhos da civilização (FERREIRA, 2010, p. 23).

Assim, pode-se dizer que Arqueologia e Museologia desenvolveram-se de forma muito atrelada, mesmo que a Arqueologia tivesse um papel de coadjuvante nos museus brasileiros e que “os acervos arqueológicos ficaram misturados com as coleções de história natural, depois foram sufocados pelas coleções etnográficas e mais tarde desapareceram em função da proliferação dos museus de história e de arte” (BRUNO, 2014, p. 13).

Além disso, a Arqueologia passa a ser empreendida e pesquisada nas universidades, afrouxando ainda mais a sua relação com os museus, sendo necessário um movimento de

reaproximação nos últimos anos, como ficará perceptível nos trabalhos que serão apresentados no decorrer desse capítulo. Esse distanciamento é pontuado de forma clara por Bruno (2005):

A partir da década de 1950 [...], o país começou a ser decifrado arqueologicamente por equipes estrangeiras – americanas e francesas –, que contribuíram de forma singular para o desenvolvimento de pesquisas e capacitação profissional, mas, pela própria origem, não tiveram grandes interesses em criar ou revigorar instituições museológicas. Esses projetos, por sua vez, possibilitaram a estruturação de instituições em todo o país que não evidenciaram desenvolvimento nos procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação. Assistimos, nesse período, a implantação de laboratórios e núcleos de arqueologia ou departamentos universitários assumindo as pesquisas. A projeção desses estudos terminava nas análises de laboratório ou nas publicações acadêmicas (BRUNO, 2005, p. 244).

Nesse sentido, fica evidente um distanciamento entre as áreas na segunda metade do século XX, especificamente nas últimas décadas (WICHERS, 2010). Algumas consequências dessa fase de desenvolvimento da Arqueologia brasileira, bem como a que a precedeu, são perceptíveis até hoje e aparecem em alguns dos trabalhos que serão abordados no próximo subcapítulo.

Apesar de todos os esforços de inovação e mesmo de ruptura em relação às antigas mentalidades, ainda é possível identificar certas ideias remanescentes do processo de colonização, que tanto influenciaram a prática da Arqueologia e seus museus (BRUNO, 1996, p. 306).

Mesmo em momentos de afastamento, acervos arqueológicos e museus sempre estiveram relacionados, justamente pelo fato de que os museus salvaguardam e comunicam parte considerável dos acervos arqueológicos. Na segunda metade do século XX, os museus perderam a primazia do desenvolvimento da pesquisa arqueológica e esta se distanciou das preocupações de salvaguarda e comunicação de uma maneira geral. Assim, nos últimos anos, tem ocorrido um processo de reaproximação evidente, bem como mudanças teórico-metodológicas em ambas as áreas. Bruno afirma que essa trajetória mais recente vem acompanhada de “inquietações, ações e buscas acadêmicas” (2014, p. 5).

Dessa forma, a reaproximação entre Arqueologia e Museologia que tem acontecido, principalmente, no final do século XX e no século XXI, consolidada através da Musealização da Arqueologia, tem outras perspectivas que buscam superar o paradigma vigente no processo de institucionalização da Arqueologia nos espaços museais, além de contribuir para a consolidação de práticas de salvaguarda e comunicação dos acervos arqueológicos.

A Arqueologia e a Museologia têm ampliado seu escopo de atuação, bem como suas reflexões teórico-metodológicas. Por meio da Sociomuseologia e todos seus desdobramentos, e também a partir da Arqueologia Pós-Processual e todas as vertentes das Arqueologias contemporâneas – que se preocupam com os aspectos sociais, políticos e simbólicos da investigação científica, representados pela Arqueologia Pública, Comunitária, Ativista, Colaborativa, pela descolonização da arqueologia e outras perspectivas que também dialogam de perto com os pressupostos sociomuseológicos –, que ocorre a reaproximação da Arqueologia e da Museologia com abordagens inclusivas, engajadas e voltadas para relações menos assimétricas da preservação e gestão do patrimônio arqueológico.

Os museus precisaram receber violentas críticas e serem vinculados ao mundo das coisas velhas e sem vida, para darem início a uma reflexão sobre a sua natureza, repensarem a sua estrutura e, redefinirem as suas formas de apropriação e devolução dos diferentes segmentos patrimoniais (BRUNO, 1996, p. 299).

Segundo Bruno (1996), na nova fase da prática museológica, proliferou-se trabalhos extramuros, ações educativas e projetos comunitários. Isso deu início à construção de um novo perfil museal, sem abandonar a responsabilidade de estudo e produção de conhecimento, assumindo as funções de canal de comunicação e educação.

Nesse sentido, outras temáticas e formas de atuação passaram a figurar na museologia e nos museus, tais como preservação, disseminação de conhecimento e processos educacionais, interagindo com diferentes contextos socioculturais, sempre com respeito à diversidade e compreensão da alteridade cultural (BRUNO, 2009). Além disso, a museologia é tangenciada também pelos impasses éticos, empoderamento cultural, desenvolvimento local e globalização, “entre muitas outras questões que têm sido abordadas por aqueles que se importam com a constituição deste campo de conhecimento ou procuram compreender a função dos museus e dos processos museológicos na contemporaneidade” (BRUNO, 2014, p. 9).

Nessa mesma vertente, a Arqueologia também busca desenvolver-se de forma a descolonizar sua práxis, uma vez que “es común decir que la arqueología tiene su cuna en el colonialismo y, desde su formación como una ciencia en el siglo XIX, que sus prácticas se desarrollaran bajo la hegemonía del pensamiento occidental”⁵ (SILVA, 2014, p. 131). Assim, a Arqueologia tem buscado romper com essa herança e fazer uma arqueologia diferente dos

⁵ É comum dizer que a arqueologia tem seu berço no colonialismo e, desde sua formação como ciência no século XIX, que suas práticas foram desenvolvidas sob a hegemonia do pensamento ocidental. (tradução nossa).

padrões hegemônicos (SILVA, 2014), inclusive propondo metodologias indisciplinadas (HABER, 2011).

Assim, os últimos 20 anos têm apresentado mudanças que são observadas nos diferentes interesses por temáticas que ultrapassam a mera investigação e adentram assuntos como: gestão do patrimônio, processos de identificação étnica, recuperação de memórias, desenvolvimento turístico, entre outros (OLIVERA, 2014). Superar a visão restrita de investigação científica e construir quadros de reconhecimento, aprendizagem, solidariedade e conversação é uma imersão nas relações de conhecimento que tem possibilitado tentativas de rompimento com a lógica colonial disciplinar das ciências e, especialmente, da arqueologia (HABER, 2011).

Arqueólogos têm identificado e se engajado com diferentes interesses como forma de transcender fronteiras disciplinares da autoridade arqueológica, a fim de trazer à tona múltiplos sítios e grupos com diferentes tipos de conhecimento. Isso ocorre por meio de metodologias variadas, utilizando-se da etnografia, etnohistória, entrevistas formais e informais, observação participante, pesquisas em arquivos, visitas, eventos escolares, mídia e várias outras maneiras de praticar uma arqueologia descolonizada em busca da construção de conhecimento plural (HAMILAKIS e ANAGNOSTOPOULOS, 2009).

Segundo Silva (2014), vários pesquisadores vêm propondo arqueologias alternativas desde a crítica pós-colonial iniciada na década de 1980, buscando reconhecer, entre outros aspectos, que seu trabalho não é realizado em um vácuo sociocultural, mas sim inserido em uma arena de relações de poder e de diferentes interesses. Para abarcar essa diversidade, o arqueólogo não pode atuar isoladamente: é preciso estabelecer parcerias com os demais interessados no patrimônio e na pesquisa e com áreas de conhecimentos afins para melhor se relacionar com essas novas demandas.

Dessa forma, o relacionamento da Arqueologia e da Museologia é pautado por essas perspectivas e tem se consolidado de forma muito plural. “A Musealização da Arqueologia contribui para a abertura dos caminhos do pertencimento como percursos fundamentais para o entendimento de exercício da cidadania” (BRUNO, 2005, p. 236). Com o mesmo entendimento, Meneses (1992) afirma que, enquanto a museologia primou pelo colecionismo exótico ou pelo acervo de uma classe dominante, visando uma contemplação saudosista e romântica, não estimulou “o senso crítico, a prática da cidadania e o desenvolvimento social” (MENESES, 1992, p. 123).

Assim, a reaproximação da Arqueologia e Museologia tem contribuído para o desenvolvimento de ambas as áreas, tornado-as mais reflexivas, engajadas e preocupadas com

questões amplas de preservação do patrimônio arqueológico que ultrapassam fronteiras disciplinares.

As pesquisas arqueológicas e os seus respectivos acervos têm contribuído de forma singular para o desenvolvimento dos estudos de museologia, desafiando as metodologias de trabalho relativas à cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação e, sobretudo, escancarando as dificuldades relativas à projeção sociocultural dos processos museológicos no que se refere aos caminhos da acessibilidade e do pertencimento patrimoniais (BRUNO, 2005, p. 241).

Os trabalhos sobre Musealização da Arqueologia vêm crescendo no cenário nacional, demonstrando que é preciso que se delineiem premissas para a formulação de propostas de Musealização da Arqueologia que podem iniciar com o refinamento de metodologias de trabalho de salvaguarda e comunicação mediante exercício profissional (BRUNO, 2006). Assim, nota-se que é necessário que haja profissionais comprometidos e atuantes em todas as etapas da pesquisa arqueológica, inclusive no gerenciamento dos acervos, para que possa haver diálogo entre as áreas e para ser possível a implantação de projetos e estudos relativos à Musealização da Arqueologia (TOLEDO, 2011).

Para diagnosticar essa relação, foram selecionadas as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação do Brasil que versam sobre Musealização da Arqueologia e outras áreas (Educação, Turismo, Antropologia, História, Patrimônio Cultural). A pesquisa se pautou nas teses e dissertações, uma vez que os programas de pós-graduação tornaram-se o maior polo gerador de produção científica brasileira (ARAÚJO e ALVARENGA, 2011) e “as universidades respondem quase que exclusivamente pela produção científica nacional” (SILVA, HAYASHI e HAYASHI, 2011, p. 111).

Para realizar o levantamento desses trabalhos, foram utilizados: o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e os acervos digitais das bibliotecas das universidades que possuem programas de pós-graduação em Arqueologia, Museologia, Patrimônio Cultural ou áreas de concentração nessas temáticas. Provavelmente alguns trabalhos ficaram de fora desse levantamento, porém uma amostra considerável será aqui apresentada e debatida para compreender as proximidades e distanciamentos entre a Arqueologia e a Museologia no cenário nacional.

A tarefa de mensurar, caracterizar e avaliar a produção científica em determinada área do conhecimento é parte da denominada bibliometria ou, mais especificamente, ciênciometria,

que é a bibliometria aplicada com a finalidade de avaliar um campo científico e delinear o crescimento de determinado ramo do conhecimento (ARAÚJO e ALVARENGA, 2011).

Pode-se dizer que a quantificação de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil que versam sobre a Musealização da Arqueologia é um estudo bibliométrico em micro escala e com problemas no que se refere à ausência de padronização de descrições bibliográficas, além de diferentes maneiras de conceituar a Musealização da Arqueologia, demonstrando os limites dessa perspectiva de análise. Além dos limites procedimentais, “infelizmente, quase ninguém está interessado no processo de construção da ciência” (LATOURE, 2011, p. 23), não sendo amplamente debatido para que possam ser refinadas e/ou problematizadas as questões quantitativas e qualitativas da produção científica.

Há um crescimento desordenado de interesses e métodos (LATOURE, 2011), além de perspectivas contemporâneas de não disciplinar essa produção, visando romper com a lógica colonialista e valorização somente da objetividade científica (HABER, 2011). Assim, a padronização para quantificar e medir a produção científica é algo com muitas limitações, mas que pode ser realizado para organizar e acompanhar a história tortuosa da construção da ciência (LATOURE, 2011).

Os quadros quantitativos que serão apresentados a seguir seriam muito menos numerosos se a pesquisa tivesse sido realizada apenas no BDTD ou apenas no Banco de Teses da CAPES. Essa ressalva é feita, pois a quantificação apresentada não segue padrões fixos de pesquisa bibliométrica, já que foram identificados trabalhos com pesquisa em outros locais, tais como bibliotecas digitais, leituras das referências bibliográficas de outros autores e pesquisadores, indicações, contatos pessoais e outras formas de “descobrir” trabalhos que versavam sobre a temática da pesquisa em tela. Dessa forma, “técnicas bibliométricas utilizadas isoladamente não são suficientes para interpretar os indicadores produzidos, sendo necessária a associação da bibliometria com outros métodos e referências teóricas” (SILVA, HAYASHI e HAYASHI, 2011, p. 114). Porém, os pesquisadores:

Têm utilizado a bibliometria e a ciênciometria para realizar ‘estados da arte’ de suas áreas do conhecimento, mapear campos de pesquisa, produzir indicadores de produção científica, analisar padrões de comunicação científica, entre outros (SILVA, HAYASHI e HAYASHI, 2011, p. 117).

Isso sem deixar de considerar os limites e as possíveis críticas quanto ao caráter quantitativo dessas abordagens, sendo fundamental realizar “uma leitura desses dados à luz de

elementos do contexto sócio-histórico em que a atividade científica é produzida” (ARAÚJO, 2006, p. 25).

Assim, serão apresentados alguns dados quantitativos da pesquisa, desvelando limites e potencialidades desse levantamento. Posteriormente serão analisados esses trabalhos, visando perceber a produção de conhecimento nessa área e as inovações que tem produzido, contribuindo para a reaproximação da Museologia e Arqueologia no cenário nacional contemporâneo.

Até meados de 2017, foram encontradas 42 teses e dissertações que tratam do assunto, sendo a mais antiga de 1984. Assim, temos um quadro de mais de 30 anos de pesquisas na área, que vem se intensificando nos últimos anos.

Para a pesquisa realizada no BDTD e no Banco de Teses da Capes, foram utilizadas as seguintes palavras de busca em todos os campos: ‘Musealização da Arqueologia’, ‘Museologia e Arqueologia’, ‘Museu de Arqueologia’, ‘Musealização do Patrimônio Arqueológico’. Porém, os resultados não foram satisfatórios, sendo necessário conferir todos os títulos e resumos para identificar se, de fato, o trabalho versava sobre a temática da pesquisa. Mesmo assim, essa decisão foi algo complexo e subjetivo, uma vez que “nunca nos deparamos com intersecções tão claras” (LATOUR, 2011, p. 37) e “ainda que seja explícito, o significado dos objetivos das pessoas pode ser interpretado de muitas maneiras” (LATOUR, 2011, p. 178). Ou seja, o que os leitores da produção científica fazem com ela foge ao alcance de seus produtores, sendo possível não considerá-la, aceitá-la, apropriar-se da ideia ou até mesmo modificá-la (LATOUR, 2011).

Assim, muitos trabalhos foram identificados fora dessas duas bases de dados. Alguns deles (marcados com um asterisco) não possuem o trabalho completo disponível no formato digital, por isso foram apenas contabilizados, mas não analisados em seu conteúdo, exceto a dissertação e tese de Maria Cristina Oliveira Bruno, disponibilizadas pela autora.

O quadro abaixo está organizado em ordem de ano de defesa, pontuando, primeiramente, se o trabalho é uma tese ou dissertação, seguido de autor, título, instituição, área do programa de pós-graduação e orientador. Essas informações contribuem para perceber o aumento de trabalhos nessa área do conhecimento e como isso foi sendo construído ao longo dos últimos anos, com variadas abordagens. Algumas instituições, programas de pós-graduação e orientadores se destacam no cenário, consolidando a reaproximação da Arqueologia e Museologia e apresentando novos desafios e problemáticas de pesquisa e atuação profissional.

Quadro 1 – Dissertações e Teses sobre Musealização da Arqueologia

(continua)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
1984	Dissertação	BRUNO, Maria Cristina Oliveira	O Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica	USP	História Social	José Afonso Passos
1994	Dissertação	TAMANINI, Elizabete	Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário	UNICAMP	Educação	Pedro Paulo Abreu Funari
1995	Tese	BRUNO, Maria Cristina Oliveira	Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema	USP	Arqueologia	José Luiz de Moraes
2004*	Dissertação	CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte	Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha	USP	Arqueologia	Pedro Paulo Abreu Funari
2007	Dissertação	ALCÂNTARA, Aureli Alves de	Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2008	Dissertação	SILVA, Abrahão Sanderson Nunes F. da	Musealização da Arqueologia: Diagnóstico do Patrimônio em Museus Potiguares	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2009	Tese	CARNEIRO, Carla Gibertoni	Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2010	Dissertação	SCHNEIDER, Patrícia	Um Patrimônio “Adormecido”: A Cultura Material Arqueológica Pré-Colonial nos Lugares de Memória do Vale do Taquari/RS	UFMS	Patrimônio Cultural	Saul Eduardo Seiguer Milder
2010	Dissertação	TOLEDO, Grasiela Tebaldi	A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identificação do patrimônio local	UFMS	Patrimônio Cultural	Saul Eduardo Seiguer Milder

(continuação)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2010	Dissertação	SILVA, Selma Lima da	Contexto Comunitário e Educação Patrimonial: Um estudo de caso em União dos Palmares – AL	UFPE	Arqueologia e Preservação do Patrimônio	Scott Joseph Allen
2011	Dissertação	MELQUÍADES, Vinícius	Os artesãos da pedra: Arqueologia e Museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2011	Dissertação	PANACHUK, Lilian	Arqueologia Preventiva e socialmente responsável! A Musealização compartilhada e o meu mundo expandido	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2011	Tese	WICHERS, Camila Azevedo de Moraes	Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2011	Dissertação	TOLEDO, Grasiela Tebaldi	A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: interfaces entre Memória, Patrimônio e Identidade	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2011	Dissertação	OLIVEIRA, Renata de Almeida	Memórias da ocupação indígena no estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba	UNIRIO	Memória Social	Regina Abreu
2012	Tese	RIBEIRO, Diego Lemos	A Musealização da Arqueologia: um estudo dos museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2012	Tese	ALFONSO, Louise Prado	Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social	USP	Arqueologia	Pedro Paulo Abreu Funari
2012	Tese	MARQUES, Silvia Corrêa	Paisagens reveladas: O João caboclo, quilombola, brasileiro	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno

(continuação)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2012	Dissertação	SOUZA, Helena Vieira Leitão de	Patrimônio Arqueológico e museus: a coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional	UNIRIO	Museologia e Patrimônio	Deusana Maria da Costa Machado
2013*	Dissertação	FERREIRA, Angela Andrade	Musealização do Patrimônio Cultural Subaquático: estudo de caso sobre a comunicação museológica do galeão Santíssimo Sacramento	UFS	Arqueologia	Elizabete de Castro Mendonça
2013	Dissertação	MANZATO, Fabiana	Socialização do Patrimônio Arqueológico no Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas	USP	Arqueologia	Pedro Paulo Abreu Funari
2013	Dissertação	TESSARO, Piero Alessandro Bohn	Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe: Musealizando uma Arqueologia com a cidade	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2013	Dissertação	TAUHYL, Ana Paula Moreli	Alfabetização do Olhar: aprender pelos objetos e suas representações	USP	Arqueologia	Elaine Farias Veloso Hirata
2013	Dissertação	ALBERTO, Luana Antoneto	Registros Rupestres de São Paulo: conhecer para preservar	USP	Arqueologia	Maria Cristina Oliveira Bruno
2013	Dissertação	COSTA, Henrique Antônio Valadares	Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para a gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975	USP	Arqueologia	Neide Barrocá Faccio
2013	Dissertação	BALLARDO, Luciana Oliveira	Documentação museológica: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS	UFMS	Patrimônio Cultural	Saul Eduardo Seiguer Milder

(continuação)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2013	Dissertação	RAMOS, Rafaela Nunes	Reflexões sobre gestão arqueológica e museológica da Cultura Material: o sítio guarani PS-0- Totó (Pelotas,RS) e seus vestígios	UFPEL	Memória Social e Patrimônio	Fábio Vergara Cerqueira
2013	Dissertação	LINASSI, Priscila Silva	Proposta de Exposição Museológica Estância Velha do Jarau Patrimônio do Rio Grande do Sul: Fronteira entre Arqueologia, História e Lenda	UFSM	Patrimônio Cultural	Saul Eduardo Seiguer Milder
2013	Dissertação	CARDOSO, Rosemary Aparecida	Arqueologia musealizada e Educação Patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses	UFPE	Arqueologia	Claudia Alves de Oliveira
2014	Dissertação	CAMPOS, Adriana Negreiros	Arqueologia e Educação: As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais	USP	Arqueologia	Elaine Farias Veloso Hirata
2014	Dissertação	AMARANTE, Cristiane Eugênia da Silva	Refletindo sobre musealização: um encontro entre público e Arqueologia Marítima em Santos	USP	Arqueologia	Marília Xavier Cury
2014	Dissertação	GUIMARÃES, Viviane Wermelinger	Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaço para construção de parcerias	USP	Museologia	Marilia Xavier Cury
2014	Dissertação	SERRA, Roseane da Conceição Santos	Musealização da Arqueologia: um estudo sobre o Museu Dom Avelar Brandão Vilela e a coleção de moedas romanas da dinastia Constantiniana	UFPI	Arqueologia	Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva

(continuação)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2014	Dissertação	HERINGER, Pedro Colares da Silva	O Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do sítio arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu	UFRJ	Arqueologia	Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho
2014	Tese	MORAES, Tobias Vilhena de	Preservação Arqueológica e Ação Educativa nas missões	PUCRS	História	Arno Alvarez Kern
2014	Dissertação	LEAL, Ana Paula da Rosa	Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas/RS)	UFPEL	Antropologia e Arqueologia	Jaime Mujica Sallés
2015	Dissertação	SANTOS, Patrícia Palma	O passado no presente: a importância da educação patrimonial e do arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da “Estrada Real”	UFSJ	História	Maria Leonia Chaves de Resende
2015*	Dissertação	SANTOS, Getulio Alipio Xavier de Jesus	Patrimônio na Pedra: gestão e preservação dos sítios de arte rupestre na zona arqueológica de Taperuaba, Sobral-CE	IPHAN	Preservação do Patrimônio Cultural	Analucia Thompson
2015	Dissertação	SANTOS, Heide Roviene Santana dos	Patrimônio Arqueológico Musealizado em Sergipe: um estudo de caso sobre a relação documentação arqueológica e informação arqueológica como procedimento essencial de gestão de coleções	UFS	Arqueologia	Elizabete de Castro Mendonça
2015	Dissertação	SILVA, Maurício André da	Memória e histórias no sudeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia	USP	Arqueologia	Camilo de Mello Vasconcellos

(conclusão)

Ano	Modalidade	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2015	Dissertação	PEREIRA, Daiane	“Reserva Técnica Viva”: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Paul Hilbert	UFS	Arqueologia	Elizabete de Castro Mendonça
2017	Tese	FERREIRA, Maria de Simone	Percursos da memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu	PUC-RIO	História Social da Cultura	Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Fonte: a autora.

A partir da análise do Quadro 1, pode-se perceber que foram identificadas 34 dissertações e 8 teses, com 21 orientadores e 13 instituições de ensino superior, de 1984 até 2017. Os gráficos abaixo ajudam na visualização dessa quantificação e permitem perceber a dispersão dessa produção de conhecimento. O primeiro apresenta a proporção de teses e dissertações e o segundo, os orientadores dos trabalhos citados.

Gráfico 1 – Quantificações de teses e dissertações sobre Musealização da Arqueologia

Fonte: a autora.

Gráfico 2 – Quantidade de trabalhos por orientador

Fonte: a autora.

Dos 42 trabalhos analisados, 11 foram orientados por Maria Cristina Oliveira Bruno, representando 27% das teses e dissertações (7 dissertações e 4 teses). Isso mostra o seu papel fundamental para a inauguração e consolidação dessa linha de pesquisa, ou, como é dito no editorial da Revista de Arqueologia, no número temático sobre Musealização da Arqueologia, é uma “pesquisadora que tem tido um importante papel de liderança formadora nessa área” (BARRETO, MACHADO e NEVES, 2014, p. 1).

Porém, mesmo que Bruno seja preponderante nesse cenário, existirem outros vinte orientadores nessa temática demonstra o interesse crescente pela área e a pluralidade de enfoques e perspectivas. Pedro Paulo Abreu Funari (três dissertações e uma tese), Saul Eduardo Seiguer Milder (quatro dissertações), Elizabete de Castro Mendonça (três dissertações), Elaine Farias Veloso Hirata (duas dissertações) e Marília Xavier Cury (duas dissertações) merecem destaque, pois orientaram mais de um trabalho cada um. Os outros 15 orientadores têm um trabalho orientado.

Um ponto interessante é perceber que um dos orientandos de Maria Cristina Bruno, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, tornou-se orientador de um trabalho defendido

em 2015, mostrando a continuidade dessa linha de pesquisa e a atuação dos profissionais formados nessa área em outras instituições e programas de pós-graduação, sendo possível diagnosticar a ampliação da produção de conhecimento. “O destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois” (LATOUR, 2011, p. 42), ou seja, algo se torna verdadeiro e eficiente (ou não) pela incorporação em outros trabalhos, outros processos, demonstrando como a construção de um campo de conhecimento é um processo coletivo de longa duração (LATOUR, 2011).

O gráfico abaixo aponta as instituições em que os trabalhos foram desenvolvidos, sendo a Universidade de São Paulo (USP) a que contém 22 das 42 pesquisas desenvolvidas, representando 52% dos trabalhos. Esse cenário é favorecido pelo fato de o programa de pós-graduação em Arqueologia da USP ser o mais antigo da área no Brasil, existindo desde 1972 como uma área de concentração no âmbito do programa de pós-graduação em Antropologia. Em 2004, o programa passa ser desenvolvido de forma autônoma no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), consolidando o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq-USP), o único por muitos anos no Brasil. Esse é um dos programas que Maria Cristina Oliveira Bruno orienta, além de outros orientadores (José Luiz de Moraes, Pedro Paulo Abreu Funari, Elaine Farias Veloso Hirata, Neide Barrocá Fáccio, Marília Xavier Cury e Camilo de Mello Vasconcellos). Além disso, na referida instituição, desde o ano de 2012, existe o Programa Interunidades em Museologia (PPGMus-USP), e um trabalho já foi defendido nesse programa abordando a temática analisada.

Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos por instituição de ensino superior

Fonte: a autora.

Já que essa é a instituição que apresentou a maioria dos trabalhos sobre Musealização da Arqueologia, foi realizada outra análise quantitativa para diagnosticar a representatividade dessa área no contexto da pós-graduação em Arqueologia e Museologia da USP. Assim, verificou-se que no PPGArq foram defendidas um total de 248 teses e dissertações, das quais 20 versam sobre Musealização da Arqueologia, representando 8% dos trabalhos. No PPGMus, foram defendidas 38 dissertações, sendo uma sobre a temática analisada, representando 3%. Esses dados demonstram como ainda são poucos os trabalhos sobre Musealização da Arqueologia, mesmo que esses estejam em um movimento de ampliação.

Além do PPGArq e PPGMus da USP, outras doze instituições de ensino superior também figuram no cenário de desenvolvimento de pesquisas nessa seara do conhecimento, com destaque para o Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, com quatro pesquisas de mestrado, o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS, com três dissertações, e os programas da UFPE (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia), UFPel (Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Arqueologia e Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) e UNIRIO (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio e Programa de Pós-Graduação em Memória Social), com dois trabalhos na temática cada.

Os programas de pós-graduação das demais instituições que possuem uma pesquisa sobre Musealização da Arqueologia são das áreas de Educação (UNICAMP), História (PUCRS e UFSJ), Arqueologia (UFRJ e UFPI), Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN) e História Social da Cultura (PUC-RIO). Todas as áreas dos programas de pós-graduação analisados dialogam diretamente com as temáticas que se aproximam da Musealização da Arqueologia, construindo um cenário propício para debates, reflexões e avanços teórico-metodológicos acerca do patrimônio arqueológico.

Para completar essa análise quantitativa, o Gráfico 4 apresenta a quantidade de trabalhos por ano de defesa das teses e dissertações, apontando para um crescimento depois dos anos 2010, com um pico de produção em 2013, com dez trabalhos. Dos 42 trabalhos, 35 foram apresentados após 2010, demonstrando como essa área tem uma consolidação recente e também que essa temática tem sido alvo de interesse de mais pesquisadores nos últimos dez anos. Um dado interessante é que, dentre os primeiros sete trabalhos (um por ano de incidência), cinco deles foram desenvolvidos no PPGArq-USP, dos quais dois são de autoria de Maria Cristina Bruno (dissertação e tese) e três foram orientados pela referida professora. Após o ano de 2010, com o aumento dos trabalhos, também fica perceptível uma pluralidade de instituições,

programas de pós-graduação e orientadores, configurando um cenário mais amplo e diversificado de pesquisas nessa área.

A não ocorrência de trabalhos em 2016 e apenas um em 2017 pode ser explicada pela sua disponibilização, uma vez que a inserção nas bases de dados e divulgação das teses e dissertações defendidas não é instantânea. Assim, é possível que os números de 2016 e 2017 estejam subestimados e que, em pesquisas posteriores, possam ser apresentados dados mais precisos desses anos.

Gráfico 4 – Quantidade de trabalhos por ano de defesa

Fonte: a autora.

Com essa quantificação e apresentação dos dados referentes à produção científica acerca da relação Arqueologia/Museologia, pode-se perceber “como produtos da ciência, as publicações se constituem, sem dúvida, em instâncias privilegiadas para o estudo do comportamento de dada disciplina ou campo científico” (ARAÚJO e ALVARENGA, 2011, p. 56). Porém, é necessário ir além da quantificação, mesmo que ela seja um ponto de partida muito importante para as análises subsequentes, e diagnosticar pontos em comum, fragilidades, potencialidades e limites do campo científico prospectado e investigado de forma qualitativa.

Os esforços empreendidos nas últimas décadas para a configuração de um campo de experimentação e análise, orientado para a problematização das ações museológicas aplicadas aos contextos arqueológicos, já apresenta resultados que podem ser verificados a partir de múltiplos olhares daqueles que têm produzido trabalhos acadêmicos neste âmbito (BRUNO e WICHES, 2014, p. 2).

Além dos trabalhos quantificados acima, é importante salientar o desenvolvimento de duas teses de doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de

Lisboa, Portugal, nos anos de 2010 e 2011, que, mesmo não figurando no quadro das pós-graduações brasileiras, desenvolveram pesquisas direcionadas ao mapeamento e desenvolvimento da Musealização da Arqueologia no Brasil, principalmente analisadas no âmbito da Arqueologia Preventiva/Consultiva, sob orientação de Maria Cristina Bruno (WICHES, 2010; SANTOS, 2011)⁶, contribuindo para a compreensão do cenário nacional no que se refere a temática em tela.

1.2 Arqueologia e Museologia: horizontes de atuação

A Arqueologia e a Museologia se conectam de várias maneiras, conforme período histórico, contexto de atuação, formação profissional, interesses e relações de poder, questões teórico-metodológicas, entre outras. A partir da quantificação realizada – e percebendo o aumento de produção nesse campo do conhecimento nos últimos anos – é importante descortinar avanços, retrocessos, aproximações, distanciamentos e os novos desafios que essas áreas têm enfrentado para se reaproximarem.

Para diagnosticar a relação entre Arqueologia e Museologia serão apresentados, cronologicamente, os principais assuntos e abordagens que foram evidenciados nas teses e dissertações citadas acima, elaborando um panorama mais amplo da construção do conhecimento científico acerca da Musealização da Arqueologia.

A primeira dissertação, de Maria Cristina Bruno (1984), aborda o Museu do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (IPH-USP), reconhecendo que o museu tem a função de transmitir o conhecimento sobre Arqueologia Pré-Histórica. Assim, Bruno (1984) tece considerações sobre museologia e o papel dos museus universitários e as ações realizadas pelo IPH através dos programas desenvolvidos, apontando caminhos que o museu poderia percorrer. Ela também aponta os aspectos que prejudicam o desenvolvimento dos museus no Brasil, tais como a falta de uma política cultural mais abrangente, carência econômica, ausência de profissionais especializados, descontinuidade dos trabalhos, desrespeito a preservação do patrimônio, dificuldade de trabalhar com um público heterogêneo, além do desconhecimento dos princípios que regem a museologia.

⁶ WICHES, Camila Azevedo de Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico**: (Des) Caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado em Museologia), Lisboa, 2010. SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro. **Musealização em projetos de Arqueologia consultiva**: perspectivas patrimoniais para a estrada de ferro Carajás (MA/PA). Tese (Doutorado em Museologia), Lisboa, 2011.

Para demonstrar como é possível o museu cumprir sua função social, Bruno (1984) apresenta a organização da mostra de longa duração, que teve por objetivo mostrar a trajetória do IPH através das pesquisas arqueológicas e os caminhos percorridos por uma instituição dedicada à preservação, à pesquisa e ao ensino da pré-história. Nessa mostra, foram desenvolvidas visitas monitoradas pela autora, que também realizou a análise do público visitante, demonstrando a importância do serviço educativo nos museus. Também foram organizadas mostras itinerantes, abordando como as ações extramuros do museu são fundamentais (BRUNO, 1984). Essa dissertação “inaugura os trabalhos acadêmicos brasileiros voltados à interface Museologia-Arqueologia, embora ainda não apresentasse de forma explícita o conceito de Musealização da Arqueologia” (WICHES, 2010, p. 48).

Uma década depois, Elizabete Tamanini (1994), em sua dissertação, analisa a função social dos museus e a utilidade do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), refletindo sobre sua importância para a Arqueologia, Museologia e Educação. Tamanini (1994) busca entender as nuances de criação e institucionalização dos museus e como ocorrem as ações educativas, utilizando o estudo de caso do MASJ. A produção sobre museus no Brasil na década de 1990 era escassa, e havia poucas obras traduzidas para o português, dificultando trabalhos nessa área. Assim, Tamanini relaciona as três áreas, diagnosticando que uma das primeiras funções que os museus exerceram foi a de atividades educativas e complementação do ensino formal escolar. Nesse sentido, busca compreender como as funções dos museus foram mudando e ampliando sua atuação, até a gestão do patrimônio.

O MASJ contribuiu de forma significativa para o Ensino Formal, sendo um dos museus do Brasil que conseguiu implantar e dar continuidade ao serviço educativo, visto que nasceu com a incumbência de fugir dos modelos museológicos já existentes no país (TAMANINI, 1994). Além disso, Tamanini (1994) aborda propostas básicas quanto à relação do MASJ com o patrimônio arqueológico e cultural da região e as referentes implicações para a sua sobrevivência e estabilização como um museu que socializa o conhecimento sobre as primeiras ocupações na região e exerce uma função social para a comunidade.

Assim, essa dissertação aponta aproximações e distanciamentos entre a Museologia e a Arqueologia, sendo a falta de profissionais um entrave para melhorar essa relação. Porém a temática arqueológica do museu e sua vocação educativa fazem com que a divulgação do conhecimento arqueológico ocorra através das práticas museológicas, demonstrando um importante ponto de convergência entre as áreas em questão.

Esses dois primeiros trabalhos na área focam-se na esfera de comunicação por meio das ações educativas desenvolvidas pelos museus, marcando assim, com essa característica, a retomada da relação mais próxima entre a Arqueologia e a Museologia.

O outro trabalho da década de 1990, junto com a dissertação de Tamanini (1994) é a tese de Maria Cristina Oliveira Bruno (1995), que estabelece os parâmetros básicos das Musealização da Arqueologia. Seu trabalho é extensamente citado por outros pesquisadores da área, sendo uma tese que pode ser considerada inauguradora de uma nova fase do relacionamento entre a Arqueologia e Museologia, construída através do referencial teórico da Musealização da Arqueologia.

Bruno (1995) propõe a seleção de um projeto de pesquisa arqueológica, analisa a realidade patrimonial e apresenta propostas de modelos de musealização, diagnosticando que os estudos arqueológicos raramente são considerados como fontes para a interpretação da nação. Bruno “discute os problemas inerentes à comunicação museológica, por considerá-la básica para o tratamento dos vestígios pré-coloniais e extroversão do conhecimento produzido por meio das investigações arqueológicas” (1995, p. 20). Para fazer isso, demonstra a historicidade do relacionamento entre a Museologia e Arqueologia, visando que o conhecimento arqueológico, circunscrito em grande parte às instituições universitárias após os anos 1950, possa ser apropriado através do referencial da Nova Museologia.

As propostas de modelos de Musealização para o projeto arqueológico Paranapanema:

Estão embasadas nos principais dilemas dos museus contemporâneos, ou seja: rearticulação de acervos, organização programática a partir da definição de um conceito básico para a instituição, formação de massa crítica, aproximações teórico-metodológicas, entre outros (BRUNO, 1995, p. 231).

Tamanini (1994) e Bruno (1995) apresentam a história dos museus europeus e discutem definições de museus, diagnosticando o modelo que se espalhou pelo mundo, primeiramente vinculado às classes dominantes e depois se diversificando e tornando-se plural e com vários desafios, construindo um importante quadro de entendimento sobre a historicidade museológica e a relação com a Arqueologia. No entanto, Bruno (1995) avança na discussão, apontando características e desafios dos museus na atualidade e como elaborar modelos de musealização para a Arqueologia através de propostas para o projeto Paranapanema.

Nesse sentido, a primeira pesquisa da década de 1980 e os dois trabalhos da década de 1990 podem caracterizar um **primeiro momento** da reaproximação da Arqueologia e Museologia de forma sistemática e acadêmica, possibilitando que os trabalhos subsequentes se

utilizem de seus referenciais, principalmente da tese de Bruno (1995), para ampliar as discussões e atuações acerca da Musealização da Arqueologia⁷. Assim, pode-se caracterizar um **segundo momento** da produção, dos anos 2000 até 2009, no qual quatro trabalhos figuraram no cenário⁸, sendo um orientado por Paulo Pedro Abreu Funari, de Manuelina Maria Duarte Cândido (sem acesso ao trabalho digital), e os outros três por Maria Cristina Bruno. Isso denota uma sequência nas pesquisas em Musealização da Arqueologia a partir da perspectiva já apresentada nos anos 1980 e 1990.

Esse momento da produção acadêmica sobre o assunto foi desafiador, pois, segundo Carneiro (2014), por mais que estas ações estivessem em uma crescente, “eram consideradas por muitos arqueólogos como algo exógeno à disciplina” (p. 123), sendo necessário argumentar sobre a pertinência de pesquisas nesse campo no âmbito de um programa de pós-graduação em Arqueologia. “Meu principal argumento era o de que o cerne da questão envolvia essencialmente o patrimônio arqueológico e que tal análise demandaria um olhar interdisciplinar” (CARNEIRO, 2014, p. 123). Assim, percebe-se o quanto foram importantes as iniciativas e os argumentos dos pesquisadores que ousaram propor trabalhos nessas temáticas, em um ambiente ainda não convencido da sua relevância, ou mesmo da sua especificidade arqueológica.

Nesse contexto, Aureli Alves Alcântara (2007) analisa o desenvolvimento da Arqueologia em São Paulo, nos anos 1950 e 1960, pela trajetória de Paulo Duarte, e identifica a missão social da Arqueologia vinculada a procedimentos museológicos. Alcântara (2007) pontua a necessidade de compreender a historicidade dos processos museológicos e arqueológicos para a implantação de novos procedimentos, interpretando as ações de musealização e preservação patrimonial, desenvolvidas por Paulo Duarte, centradas em questões de brasilidade que, posteriormente, se refletiriam na Arqueologia e na sua musealização, baseada em conceitos humanistas e universais.

Paulo Duarte centrou seus esforços nos procedimentos de musealização arqueológica por meio da comunicação e de processos técnico-científicos para a divulgação e popularização da Arqueologia, sendo considerado um precursor no que se refere a tornar público o conhecimento e aproximar a Arqueologia das instituições museais. Também se dedicou às questões de formação profissional arqueológica, possibilidades de preservação, investigação

⁷ Na tese de WICHES (2010), são apontados outros dois trabalhos da década de 1990: CHIARI (1999), sobre um diagnóstico do patrimônio arqueológico do Vale do Paranapanema, e DEMARTINI (1997), que aborda a comunicação arqueológica no baixo Vale do Ribeira – SP.

⁸ WICHES (2010) também pontua a tese de Marília Xavier Cury (2005), nesse contexto, que aborda a recepção de público na exposição de longa duração do Museu de Água Vermelha – São Paulo.

científica, elaboração de leis preservacionistas, planejamento de instituições museológicas, proposição de cursos de formação e divulgação do patrimônio arqueológico através de cursos abertos à população e artigos jornalísticos (ALCÂNTARA, 2007).

A visão de museu de Paulo Duarte e Mário de Andrade, seu parceiro em muitos projetos, era com um viés prático de proteção ao patrimônio e com ensinamentos ativos, compreendendo o museu como um meio de comunicação de massa responsável pela pesquisa, vulgarização e popularização do conhecimento para o público amplo e variado, com acesso a atividades educativas. O museu não deveria ser apenas uma exposição ou um depósito, mas ser aproveitado científica e educacionalmente através de exposições, cursos, conferências e exibição de filmes (ALCÂNTARA, 2007).

Paulo Duarte também se focava em uma Arqueologia humanista e universalista, em contraposição aos nacionalismos do modelo de Arqueologia norte-americano. Esta perspectiva encontraria ecos futuramente na Arqueologia brasileira, ampliando sua dimensão através da Arqueologia Pública, desencadeando o engajamento dos arqueólogos em questões sociais (ALCÂNTARA, 2007). Assim, Alcântara (2007) demonstra a importância de Duarte para os procedimentos de Musealização da Arqueologia e para as questões patrimoniais, em virtude da abrangência de sua concepção de patrimônio, fazendo um paralelo com os preceitos atuais de Arqueologia Pública e Musealização da Arqueologia, compreendendo as diferenças de contexto e os avanços teóricos nessas áreas do conhecimento.

Abrahão Sanderson Nunes F. da Silva (2008) aborda as coleções arqueológicas inseridas nos acervos museológicos potiguaros, diagnosticando seu isolamento e esquecimento, estando pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais. Silva (2008) busca perceber como os acervos arqueológicos foram formados e como são abordados nos museus mediante a interface Arqueologia/Museologia/História, analisando os locais onde as coleções estão inseridas e relacionando a realidade arqueológica com o discurso expográfico dos acervos arqueológicos do Rio Grande do Norte.

A Musealização da Arqueologia no Rio Grande do Norte apresenta como principal característica o abandono das fontes arqueológicas, ocasionando o exílio destas em meio a outros conjuntos patrimoniais. Além disso, a Musealização da Arqueologia não diz respeito apenas à comunicação do conhecimento arqueológico, mas às relações estabelecidas com o patrimônio arqueológico no âmbito das instituições museológicas (SILVA, 2008).

Assim, o trabalho de Silva (2008) contribui para aproximar os estudos arqueológicos e museológicos, mesmo que em sua análise da realidade dos museus e acervos potiguaros diagnostique um profundo distanciamento entre essas áreas ou, como o autor denominou, há

um abandono das fontes arqueológicas nos museus. Nesse sentido, percebe-se um desejo de que essa realidade altere-se através de novos estudos sobre as possibilidades interdisciplinares que tanto a Arqueologia como a Museologia oferecem.

Outro assunto que permeia muitas das teses e dissertações sobre Musealização da Arqueologia é a Educação Patrimonial. Esse assunto é analisado tanto em contextos museológicos como em escolas ou outros espaços formatados pela Arqueologia Preventiva que obrigatoriamente precisam realizar esse tipo de ação educativa.

Carla Gibertoni Carneiro (2009) delinea os princípios estruturadores das ações de Educação Patrimonial na Arqueologia Preventiva, discutindo pressupostos da Arqueologia Pública e Musealização da Arqueologia, além de questões educativas de forma bastante aprofundada, contribuindo sobremaneira para a compreensão de como as ações educativas em Arqueologia precisam ser qualificadas e empreendidas por educadores com conhecimento arqueológico, ou arqueólogos com formação didática, para que sejam de fato satisfatórias.

Carneiro (2009) pontua que os esforços de aproximação do conhecimento arqueológico com a sociedade são anteriores à sistematização de uma denominada Arqueologia Pública nacional e internacionalmente. No Brasil, essa motivação vem desde as iniciativas de Paulo Duarte até os esforços dos museus para trazer à tona a importância de comunicar o patrimônio arqueológico. Essa abordagem está em consonância com os trabalhos de Alcântara (2007), Bruno (1984) e Tamanini (1994).

Apesar das crescentes discussões nessa temática, é inegável que, no contexto da disciplina arqueológica, esse debate não é prioritário, ou melhor, não tem o mesmo status acadêmico que outras áreas de atuação, diagnosticando um dos pontos que prejudica a aproximação mais eficaz entre a Arqueologia e a Museologia, ou mesmo entre a Arqueologia e a Educação (CARNEIRO, 2009). Há ainda uma grande lacuna entre as etapas da investigação arqueológica, visto que as questões educativas ou de comunicação para o grande público ainda ficam em um segundo plano, ou são realizadas somente após a conclusão das demais etapas (projeto, escavação, análise dos materiais e interpretação dos dados). Integrar a pesquisa, salvaguarda e comunicação do acervo ao conhecimento arqueológico é um grande desafio para a Musealização da Arqueologia, Arqueologia Pública, Colaborativa, Comunitária e Educação Patrimonial.

Nesse sentido, Carneiro (2009) considera que as ações de Educação Patrimonial em projetos de Arqueologia Preventiva devem começar antes do início dos projetos de levantamento arqueológico, para apresentar o projeto à comunidade. É importante realizar um diagnóstico do que é considerado patrimônio pelos moradores do local e que relações se

estabelecem, ou ainda se é totalmente desconhecido ou irrelevante, buscando conhecer as potencialidades de interface entre a comunidade e as pesquisas que serão empreendidas. Além de iniciar antes do projeto, também considera que as ações educacionais devem continuar após o seu término. Assim, Carneiro (2009) contribui para a discussão sobre a Musealização da Arqueologia, especificamente sobre a Educação Patrimonial, afirmando ser ideal que o profissional possua formação sólida tanto em relação aos aspectos educacionais quanto aos conhecimentos específicos aos estudos arqueológicos, para que as ações sejam de fato qualificadas nesses cenários.

Uma situação que ilustra claramente a relação dicotômica entre Arqueologia, Museologia e Educação é a obrigatoriedade legal da Educação Patrimonial nos programas de Arqueologia Preventiva. Ou seja, ao mesmo tempo em que essa obrigação aproxima essas áreas do conhecimento, percebe-se que a aproximação só ocorre devido à lei, e não por serem consideradas áreas fundamentais de serem trabalhadas de forma conjunta e articuladas ou, como Carneiro (2009) afirmou, a parte educativa e comunicativa ainda não são consideradas partes inextricáveis da pesquisa arqueológica. Esse ponto descortina um grave problema: muitos programas de Educação Patrimonial nesses contextos ocorrem de forma descompromissada com a função social da Arqueologia, sendo realizados apenas para cumprir a exigência legal.

Essa tese demonstra vários pontos de aproximação entre a Arqueologia, Museologia e Educação, mostrando um crescente interesse na relação dessas temáticas, mesmo que ainda não seja um assunto prioritário ou com o mesmo status acadêmico de outras produções. Qualificar as discussões teóricas e aplicações práticas das sugestões elencadas nos trabalhos sobre Musealização da Arqueologia pode ser um caminho para que esses estudos alcancem um patamar acadêmico tão relevante quanto às demais pesquisas arqueológicas.

Nesse sentido, os trabalhos dos anos 2000 foram desenvolvidos à luz dos preceitos da Musealização da Arqueologia, sistematizados por Bruno (1995), e trouxeram novos estudos de caso e análises, contribuindo para a discussão nesse campo e para torná-lo um pouco mais consistente, pois algo só se torna verdadeiro e eficiente pela incorporação em outras afirmações, outros processos e outras máquinas (LATOUR, 2011). Em outras palavras, mesmo que os trabalhos dos anos 1980 e 1990 já tivessem definido a Musealização da Arqueologia ou a reaproximação das áreas, é fundamental que novos trabalhos apresentem e discutam esses preceitos e os coloquem em prática “para propagarem-se no espaço e tornarem-se duradouros, eles todos precisam (nos todos precisamos) das ações dos outros” (LATOUR, 2011, p. 167).

Os três trabalhos analisados acima contribuem também para a compreensão da historicidade dos processos museológicos, bem como para a proposição de como solucionar

alguns problemas referentes ao distanciamento das áreas em questão. Uma biografia (ALCÂNTARA, 2007), um diagnóstico de museus (SILVA, 2008) e uma análise de programas de Educação Patrimonial (CARNEIRO, 2009) demonstram como os estudos vocacionados para a Musealização da Arqueologia são múltiplos e as várias metodologias de análise que podem ser utilizadas para sua consolidação.

Um **terceiro momento** desse movimento de reaproximação das áreas caracteriza-se pela proliferação dos trabalhos sobre a temática construídos após os anos 2010 (quando mais de uma dissertação ou tese é defendida por ano) até o presente, com a elaboração de 35 trabalhos que dialogam com as perspectivas já apresentadas, mas que também trazem novas metodologias, abordagens e temáticas, pluralizando ainda mais a Musealização da Arqueologia. Como afirma Carneiro, “o cenário foi se transformando; ora porque a demanda de ações intensificou-se, ora porque os profissionais foram assumindo esses desafios e incorporando-os no rol do universo específico da Arqueologia” (2014, p. 123). Além disso, “esse debate está totalmente incorporado pela disciplina e ocupa lugar de destaque no âmbito de suas reflexões críticas” (CARNEIRO, 2014, p. 123).

Patrícia Schneider (2010) objetiva valorizar o patrimônio arqueológico presente em instituições de preservação, guarda e exposição de três municípios do Vale do Taquari/RS, diagnosticando o espaço e tratamento dispensado à cultura material pré-colonial. Esse trabalho analisa o acervo arqueológico inserido em lugares de memória e apresenta uma realidade pouco satisfatória, uma vez que os objetos arqueológicos apresentam-se descontextualizados e desprestigiados no discurso expográfico, sendo valorizados apenas seus aspectos de excentricidade e curiosidade.

Os três museus analisados apresentam falta de informações adequadas sobre os materiais, por isso a pesquisa de Schneider (2010) se propõe a auxiliar os municípios no tratamento mais adequado para com a cultura material pré-colonial da região, uma vez que também apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas já realizadas nesse território. Schneider (2010) realiza um diagnóstico das três instituições, pontuando que possuem profissionais qualificados ou que estão se qualificando para atuarem nesses espaços. Porém, esses profissionais encontram dificuldades na execução de projetos pela falta de orçamento próprio, estagiários e espaço adequado para um Museu, ou seja, não há estrutura para colocar em prática as exigências atuais da área da Museologia.

Para Schneider (2010), a postura dos profissionais que trabalham com Arqueologia, tanto em relação aos acervos museais como ao ensino formal de História (que, em alguns casos, ainda apresenta a pré-história como uma etapa do processo evolutivo), são dois motivos para

compreender o distanciamento entre Arqueologia e Museologia, principalmente no que se refere ao abandono dos acervos arqueológicos nas instituições museais.

Grasiela Tebaldi Toledo (2010) aborda questões sobre a importância de comunicar, de forma sistematizada, o conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas ao público acadêmico e leigo. Para isso, realizei uma compilação de trabalhos já divulgados sobre as pesquisas arqueológicas em Quaraí/RS, através de uma linguagem didática, objetivando caracterizar o município como um território patrimonial, em virtude dos vários sítios arqueológicos já pesquisados. Os sítios possuem problemáticas arqueológicas claras, com resultados importantes para o conhecimento da área. Porém, esse conhecimento precisa ser decodificado, apresentado e divulgado para a comunidade de uma forma mais abrangente.

Nesse sentido, Toledo (2010) contribui para as discussões sobre a popularização do conhecimento arqueológico, realizando uma síntese da Arqueologia de Quaraí/RS que pode servir de material para divulgação, seja em escolas, museus ou atividades de Educação Patrimonial que estejam focadas no patrimônio fronteiriço rio-grandense.

Assim, Schneider (2010) e Toledo (2010) demonstram a importância de sistematizar o conhecimento arqueológico que vem sendo produzido há muitos anos e que nem sempre teve seu foco ou integrou as etapas de comunicação, divulgação e educação, atualmente tão caras aos projetos arqueológicos. Trabalhos com esse enfoque demonstram um distanciamento entre a produção arqueológica e a museológica. No entanto, buscam uma aproximação, realizando um esforço para articular realidade arqueológica e museológica e propor estratégias de Musealização da Arqueologia.

Selma Lima da Silva (2010) diagnostica um distanciamento entre a comunidade e as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga/AL e, para tentar suprir isso, apresenta um Programa de Educação Patrimonial com preceitos da Arqueologia Pública. Dessa forma, percebeu que projetos de Educação Patrimonial imediatistas, apenas para responder questões legais, não criam vínculos entre a comunidade com as pesquisas arqueológicas: é preciso elaborar projetos duradouros e que deixem marcas importantes onde se inserem. Realizar isso na Serra da Barriga é fundamental, pois a pesquisa arqueológica tem gerado importantes discussões sobre patrimônio e pertencimento ao local, principalmente para grupos quilombolas, comunidades negras e indígenas. Assim, o trabalho de Silva (2010) também aponta o distanciamento existente, mas apresenta propostas para reverter esse quadro, demonstrando a importância da aproximação da Arqueologia, Educação e Museologia.

Vinícius Melquíades (2011) analisa as vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais desde a identidade mineira ligada ao barroco até as questões de indústria e comércio cultural na

perspectiva da Arqueologia Simétrica, buscando possíveis caminhos para programas de extroversão do conhecimento, valorização e gestão do patrimônio. As panelas de pedra-sabão são conhecidas na região e em todo Brasil, são intensamente produzidas, compradas por turistas e associadas a uma identidade mineira; porém, tais artefatos não apareciam em estudos arqueológicos, nem mesmo naqueles voltados para os sítios arqueológicos históricos. Assim, o estudo de Melquíades (2011) busca suprir essa lacuna, de pesquisas arqueológicas referentes aos objetos de pedra-sabão, além de compreender de maneira contínua quais os significados atribuídos às vasilhas de pedra-sabão, no presente e no passado, em contextos museológicos. Para isso, o autor utiliza uma abordagem que busca incluir os diferentes contextos em que os objetos de pedra-sabão se encontram – museológico, arqueológico e etnográfico.

A definição de um território patrimonial parte da ideia de uma rede de lugares participantes na longa história de vida dos artefatos de pedra-sabão com o intuito de mostrar suas dinâmicas históricas, servindo de base para propostas de extroversão do conhecimento, envolvendo as instituições museológicas e as comunidades de artesãos atuais do território em questão (MELQUÍADES, 2011). Nesse ínterim, o autor apresenta o processo de fabricação e venda das vasilhas de pedra-sabão, diagnosticando que, atualmente, esses artefatos são vendidos como um bem cultural, muitas vezes associados à figura de Aleijadinho. Porém, mesmo com esse apelo cultural, esses objetos encontram-se em situação de abandono nos espaços expositivos dos museus analisados.

No que se refere à análise museológica, Melquíades (2011) demonstra que os museus têm o potencial para desenvolver novas ações sobre as vasilhas, as quais não são valorizadas nos discursos expositivos, propondo oficinas de cerâmica com escolas, exposições temporárias e itinerantes, folders, panfletos, banners, histórias em quadrinhos, áudios e vídeos interativos, jogos educativos, museu virtual, entre outras sugestões. O autor finaliza afirmando que tanto a Arqueologia quanto a Museologia têm o potencial de dar visibilidade à determinada categoria de materialidade, colaborando com os coletivos que até a atualidade produzem e comercializam os artefatos, sendo esses grupos amplamente interessados no gerenciamento desse patrimônio.

Lilian Panachuk (2011) apresenta uma discussão sobre a efetividade das ações compartilhadas junto à comunidade de Juruti/PA no contexto do licenciamento ambiental, tratando da extroversão do patrimônio arqueológico na Amazônia, traçando estratégias, planejamentos e avaliação. Para o desenvolvimento do projeto, formou-se uma equipe multidisciplinar, pois a autora buscou conectar as cadeias operatórias da Arqueologia e da Educação afirmando que a pesquisa e extensão devem ser fortemente conectadas, mesmo que

ainda cause algum estranhamento ou que ações de Educação Patrimonial ou Musealização da Arqueologia não sejam consideradas Arqueologia propriamente dita (PANACHUK, 2011).

Panachuk (2011) pontuou que a população local de Juriti/PA coleciona e comercializa peças arqueológicas, sendo essa uma prática comum na Amazônia. Os moradores justificam essa prática devido à ausência de uma instituição museal. Aqui se percebe claramente a relação muito próxima entre Arqueologia, colecionismo e Museologia, não por estarem trabalhando e atuando conjuntamente, mas justamente por estarem distanciadas, diagnostica-se a necessidade de uma aproximação. Assim, as ações analisadas e desenvolvidas por Panachuk são: formatar uma equipe de trabalho interdisciplinar, conhecer as particularidades locais e manter um escritório em Juriti para executar atividades constantes.

As estratégias de ação para consolidar uma gestão compartilhada iniciaram com oficinas de integração, reuniões concentradas, organização de uma Semana de Arqueologia e uma Semana de Meio Ambiente, seleção de estagiários e montagem de um blog. Focando na área educativa, a autora apresenta a capacitação de professores da rede pública e de artesãos e artistas, entendendo-os como multiplicadores desse processo. Além disso, foram organizados eventos pontuais de grande visibilidade e visitação de curta duração (PANACHUK, 2011). Para consolidar essas ações, Panachuk (2011) propõe que um museu seja viabilizado, atendendo aos interesses da comunidade, no qual o espaço deve ser organizado de forma a comportar atividades paralelas e independentes. Além disso, orienta que a sala de exposição do material arqueológico não deve ser um fim em si mesmo, mas um processo, uma etapa para realizar uma atividade. O museu também teria uma exposição experimental, com peças arqueológicas sem contexto, réplicas cerâmica e material lítico experimental.

Panachuk (2011) encerra seu trabalho avaliando que as pausas e suspensão de contrato prejudicaram o andamento das atividades e desarticularam o programa de Educação Patrimonial, mostrando como há conflitos e paradoxos inerentes ao processo de licenciamento ambiental voltado à Arqueologia. Assim, esse trabalho apresenta o quanto é desafiador trabalhar de forma articulada (Arqueologia, Museologia e Educação) em projetos de Arqueologia de Contrato, uma vez que esse contexto apresenta tensões que ultrapassam as potencialidades e obstáculos inerentes às disciplinas em questão e se inserem em um campo de conflitos muito mais amplo. Mesmo assim, Panachuk (2011) apresentou uma discussão muito importante para a Musealização da Arqueologia, pontuando distanciamentos e aproximações que foram sendo percebidos ao longo da execução do projeto.

A tese de Camila Azevedo de Moraes Wichers, defendida no programa de pós-graduação em Arqueologia da USP, apresenta uma síntese da arqueologia musealizada paulista.

A autora parte da hipótese de que a interface entre Arqueologia e Museologia permite o desenvolvimento de processos nos quais o patrimônio arqueológico pode contribuir na construção de identidades e pertencimento (WICHERS, 2011).

Wichers (2011) delinea como as mentalidades marcaram o distanciamento entre Museologia e Arqueologia no Brasil através da análise das pesquisas arqueológicas e dos discursos expositivos de acervos arqueológicos. Assim, diagnostica que faltam processos museológicos voltados para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, já que as ações existentes são pontuais e imediatistas.

A autora conceitua a interface Arqueologia/Museologia, delineando-a como uma engrenagem metodológica, defendendo a integração entre as abordagens pós-processuais em Arqueologia e a Sociomuseologia, com premissas da Arqueologia Pública e Educação Patrimonial. Além disso, apresenta a história das pesquisas arqueológicas em São Paulo (grande parte empreendidas através da Arqueologia de Contrato) e seus processos de musealização, caracterizando São Paulo como um território patrimonial. Wichers (2011) diagnosticou que os processos de musealização existentes são fruto de ações de indivíduos ou grupos, e não de políticas públicas, pontuando a necessidade de democratização das práticas arqueológicas, construindo uma relação entre a Arqueologia e Museologia cotidianamente nos trabalhos empreendidos.

A dissertação de Grasiela Tebaldi Toledo (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP, apresenta uma pesquisa em um sítio arqueológico histórico localizado em Quaraí (Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul) e um diagnóstico das instituições museológicas da região. Nessa dissertação objetivei compreender o estabelecimento de estâncias no século XIX e perceber como a memória estancieira está presente nos museus.

Para conectar as dinâmicas do passado com as dinâmicas do presente, é traçado um perfil histórico cultural da região, mostrando como se consolidou uma identidade gaúcha pautada em valores e referências do passado estancieiro e da vida no campo. Tendo essa contextualização e interconexão passado/presente, 19 museus da Fronteira Oeste são visitados e, entre eles, quatro analisados mais detalhadamente por se aproximarem da temática da pesquisa.

Toledo (2011) diagnostica que as ações educativas não são um programa das instituições, ocorrendo de forma pontual, e que não há conservação dos acervos e nem profissionais da área atuando nesses espaços. Também não há um conceito gerador para nortear os discursos expositivos. Mesmo com todas essas carências, os museus têm um grande potencial para comunicar memórias múltiplas das estâncias e da fronteira, além de que o grande número

de instituições, distribuídas em sete municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, aponta para uma “preocupação de preservar o passado desse local, valorizando-se várias temáticas e memórias” (TOLEDO, 2011, p. 249).

Depois de apresentar os resultados das pesquisas arqueológicas (análises das estruturas da estância e das louças) e os diagnósticos dos museus, sistematizei algumas propostas de Musealização da Arqueologia para o acervo arqueológico do sítio investigado e para qualificar as instituições museológicas presentes no território. Assim, propus organizar exposições itinerantes, projetos com o apoio do Sistema Estadual de Museus, um museu virtual, além de musealizar o sítio arqueológico e estabelecer um roteiro turístico. Uma proposta mais ampla seria estabelecer um Museu de Arqueologia em Quaraí, já que o município não tem instituição museológica (a não ser uma pertencente ao Exército Brasileiro), mesmo com vários sítios arqueológicos já pesquisados. Porém, não basta apenas citar várias propostas, há alguns parâmetros que precisam ser seguidos, independente da proposta que possa ser viabilizada (TOLEDO, 2011).

Nesse sentido, os trabalhos de Toledo (2011), Wichers (2011), Panachuk (2011) e Melquíades (2011) apresentam pesquisas arqueológicas preocupadas com as questões museológicas e de conexão passado/presente, demonstrando que esses trabalhos podem trazer contribuições para a formulação de propostas para o uso qualificado do patrimônio e para que o conhecimento produzido na academia seja compartilhado com a comunidade (pensada como parte integrante de novos projetos). Além disso, Wichers (2011) e Panachuck (2011) apresentam as problemáticas dessa relação em projetos de Arqueologia de Contrato, nos quais a tensão entre desenvolvimento e preservação é uma constante, e a Musealização da Arqueologia também precisa estar atenta a essas questões⁹. Toledo (2011) e Melquíades (2011) tratam de pesquisas arqueológicas acadêmicas, mas que também descortinam problemas quanto à preservação do patrimônio arqueológico e sua inserção em instituições museológicas.

Renata de Almeida Oliveira (2011) analisa o Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras/RJ, a partir do mapeamento dos museus com temática indígena no Rio de Janeiro, buscando detectar ressignificações e novas leituras sobre a presença indígena no estado. O Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba musealizou um sambaqui e possui uma exposição de materiais arqueológicos históricos e pré-históricos de sítios de Rio das Ostras. O museu está em um prédio onde há outras exposições, porém não articuladas, demonstrando um distanciamento da Arqueologia e da temática indígena dentro da mesma instituição

⁹ A tese de Maria do Carmo Mattos Monteiro dos Santos (2011) também identifica o papel da Museologia no campo de tensões entre Arqueologia Consultiva e a preservação patrimonial.

(OLIVEIRA, 2011). Essa questão é justamente uma das premissas que Wichers (2010) pontua como sendo fundamental para empreender a Musealização da Arqueologia, ou seja, que os vestígios e materiais arqueológicos se integrem às demais referências patrimoniais das comunidades para que, de fato, sejam potencializadoras de construções identitárias e de pertencimento.

Diego Lemos Ribeiro (2012) apresenta um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville, entendendo os museus como janelas que se abrem entre o conhecimento construído em Arqueologia e o público não especialista. Ribeiro (2012) diagnostica os obstáculos e ameaças para a fluidez da informação, potencialidade e dinamizadores dos fluxos, aproximações institucionais e estruturas de longa duração.

Em seu trabalho, percebe asperezas na relação entre Arqueologia e Museologia, como reservas técnicas saturadas, estratégias inadequadas de aquisição de acervo e coleções mal conservadas e documentadas. Além disso, constata um descompasso entre a produção e extroversão pública do conhecimento, ocasionando um distanciamento, pois:

Apesar da sociedade apresentar um grande interesse pela Arqueologia, poucos são aqueles que compreendem a sua complexidade e abrangência; uma parcela ainda menor reivindica o seu passado ou mesmo o contesta no cenário da arqueologia musealizada (RIBEIRO, 2012, p. 17).

Ribeiro (2012) afirma que o maior resultado de sua tese é a construção metodológica que pode ser adaptada a outras realidades para realizar um diagnóstico museológico, em museus de Arqueologia, para perceber em que momento da cadeia operatória museológica a informação arqueológica fica retida. Para que de fato ocorra a Musealização da Arqueologia é necessário um processo, uma cadeia que segue um fluxo de aquisição, salvaguarda e comunicação (RIBEIRO, 2012). Com o aumento das pesquisas, principalmente através da Arqueologia de Contrato, há uma incorporação desenfreada de coleções nos museus, gerando um maior descompasso na cadeia operatória. Ribeiro (2012) pontua que é justificável o salvamento arqueológico frente às ameaças de danos ao patrimônio, mas isso acaba desencadeando uma “destruição silenciosa” caso haja más condições de conservação das coleções depositadas nos museus.

Assim, para visualizar essas questões nos museus analisados, Ribeiro (2012) constrói um método para realizar diagnósticos museológicos capazes de compreender os museus como sistemas de informação, pontuando as formas de aquisição dos acervos, suas estruturas física e funcional, além das questões de salvaguarda, exposições e ações educativas, objetivando

retroalimentar o sistema museológico. Nesses diagnósticos, Ribeiro (2012) consegue perceber que há um lapso entre a “produção de insumos informacionais em arqueologia e a representação pública deste conhecimento em comunhão com a sociedade” (p. 358). Porém, afirma que esse lapso não está na ponte de contato entre museu e público, mas em processos anteriores, pois as estratégias de comunicação seguem um ritmo relativamente autônomo em relação aos insumos gerados pelas pesquisas e pela curadoria do acervo (RIBEIRO, 2012).

O trabalho de Ribeiro (2012) apresenta-se em um formato diferente da maioria analisada até aqui, pois investiga dois museus de Arqueologia e desenvolve um método para realizar um diagnóstico que perceba onde a informação arqueológica fica retida, não sendo comunicada de forma satisfatória nas exposições. Assim, essa pesquisa relaciona de forma muito estreita Arqueologia e Museologia, bem como percebe suas potencialidades e distanciamentos, mapeando o processo de Musealização da Arqueologia.

Enquanto as discussões até então estavam focadas em Arqueologia, Museologia e Educação, Louise Prado Alfonso (2012) foca o debate na relação entre Arqueologia e Turismo, apontando também para a importância da abordagem interdisciplinar entre Arqueologia, Turismo, Antropologia e Museologia. A autora apresenta três estudos de caso em que o Turismo está inserido em projetos de Arqueologia no Brasil, além de analisar dois casos no exterior (México e Peru) e fazer um levantamento dos atrativos turísticos nacionais oficiais que envolvem a Arqueologia. Assim, afirma que:

O Turismo pode ser utilizado como opção criativa com vistas à promoção de uma maior interação dos arqueólogos com a comunidade, dando ensejo a uma mais profunda compreensão não apenas do passado, mas dos usos presentes do passado (ALFONSO, 2012, p. 25).

O Turismo também vem passando por mudanças, preocupado com seu papel social, visto que a tendência atual é a de criação de propostas de desenvolvimento sustentável e turismo participativo. Esse novo Turismo “pode fornecer elementos e metodologias que auxiliem a Arqueologia na democratização do patrimônio arqueológico e no repensar da forma como as pesquisas arqueológicas vêm sendo desenvolvidas no Brasil” (ALFONSO, 2012, p. 32). Para compreender a relação entre Turismo e Arqueologia, Alfonso (2012) realiza uma pesquisa bibliográfica em publicações de relevância nacional, com o intuito de investigar os diálogos entre as duas áreas no decorrer do desenvolvimento das disciplinas no país. Dos textos analisados, apenas 0,16% discutem a relação entre as áreas do Turismo e da Arqueologia, dado que “a maioria dos trabalhos se limitou apenas a apresentar os estudos de caso, sem refletir

sobre o diálogo teórico entre as áreas ou debater sobre as metodologias de trabalho utilizadas em seus contextos de ação” (ALFONSO, 2012, p. 34/35).

Quando Alfonso (2012) aborda questões de Museologia, realiza um histórico resumido dos museus no mundo e apresenta um debate entre Arqueologia Pós-processual, Turismo Sustentável, Antropologia Aplicada e Sociomuseologia. Assim, busca compartilhar definições, objetivos, metodologias, estratégias e instrumentos de ativação do patrimônio cultural com as disciplinas em questão. Alfonso (2012) também pontua que a Educação Patrimonial pode ser um instrumento de mediação entre pesquisadores e comunidade; porém, a interseção entre educação e Arqueologia é tensa devido à resistência de alguns arqueólogos, ou por ser considerada uma área menor. Enquanto isso, no campo da Museologia, as questões educativas já são uma preocupação corrente, mesmo que apenas recentemente isso tenha tomado rumos mais democráticos.

Depois dessas considerações, Alfonso (2012) analisa casos em que Turismo e Arqueologia apresentam reciprocidade. Como conclusão dessa análise, afirma que, no Brasil, “os museus nunca se configuraram como atrativos turísticos importantes, mesmo com o exemplo de contextos internacionais em que as instituições culturais, como museus, têm se consagrado como grandes atrativos” (ALFONSO, 2012, p. 297). Termina a tese apontando que o Turismo pode reforçar políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, já que atrativos turísticos podem gerar possibilidades mais claras de preservação e consolidação de vias de comunicação continuada com as comunidades. Assim, Alfonso (2012) traz à tona uma discussão muito importante para a Musealização da Arqueologia: consolidar os museus e sítios arqueológicos também como atrativos turísticos e fazer com que isso aproxime o público dos bens e narrativas arqueológicas por meio do Turismo Participativo e Sustentável.

O estudo arqueológico de Jaó (Itapeva/SP) em uma comunidade remanescente de Quilombo é apresentado por Silvia Corrêa Marques (2012), utilizando conceitos da Arqueologia da Paisagem e a interface da Arqueologia com a Museologia, visando identificar, valorizar e preservar o patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, analisa ações de musealização no âmbito da comunidade de Jaó, afirmando que “a Nova Museologia abre um novo caminho para a Arqueologia ao propor outros cenários de atuação para além dos tradicionais museus na medida em que passa a comportar múltiplos espaços de intervenção, como bairros, comunidades, entre outros” (MARQUES, 2012, p. 19).

Helena Vieira Leitão de Souza (2012) estuda a coleção Balbino de Freitas, presente no Museu Nacional, apontando que o estudo de coleções pode aprofundar o processo de musealização arqueológica. Os museus são mediadores da relação entre patrimônio e

arqueologia, visto que o diálogo entre Arqueologia e Museologia enriquece ambas as disciplinas que trabalham com o patrimônio.

Fabiana Manzato (2013) apresenta um trabalho na interface da Arqueologia e Turismo com o objetivo de traçar recomendações gerais para elaboração de um amplo plano de gestão em áreas arqueológicas, especificamente do estado de São Paulo, utilizando pressupostos da Arqueologia Pública.

O sítio arqueológico urbano na região central da cidade de São Paulo é analisado por Piero Alessandro Bohn Tessaro (2013) a partir da perspectiva da Arqueologia Urbana e da Musealização da Arqueologia. Nesse contexto, musealizar é mais do que buscar vestígios que estão sob o solo, é também considerar seres vivos e os espaços sobre o solo, considerar sentimentos e ponderar sobre os espaços destinados a discutir a cidade (TESSARO, 2013).

Tessaro (2013) apresenta uma discussão sobre a Arqueologia Urbana, Museologia e as cidades e Sociomuseologia para embasar sua análise da Quadra 90 (a nomenclatura do sítio arqueológico pesquisado). Com isso, busca compreender a urbanização local e musealizar a Arqueologia Urbana, através de propostas para o Centro de Arqueologia de São Paulo (instituição vocacionada para receber coleções arqueológicas e divulgar o conhecimento gerado pela Arqueologia paulistana). Assim, a pesquisa de Tessaro (2013) apresenta propostas de musealização de um acervo arqueológico histórico, contribuindo para diminuir o lapso que existe nessa questão, além de apontar para questões de abandono desses acervos e para a falta de discussão sobre os usos no presente desse patrimônio.

Ana Paula Moreli Tauhyl (2013) descreve e analisa um conjunto de atividades educativas realizadas a partir de alguns produtos do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA), com o objetivo de divulgar a produção do referido laboratório, buscando ampliar a visão da Grécia Antiga. O público-alvo das atividades foram duas turmas de 1º ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Tauhyl (2013) afirma que o objetivo é incentivar o olhar atento, desvendando os significados para além do superficial, e aproximar o MAE/USP do Colégio de Aplicação da universidade, que já tinham estabelecido parcerias apenas nos anos 1980, sendo esse um espaço muito profícuo para trabalhos interdisciplinares.

A pesquisa de Tauhyl (2013) traz uma temática que até então não havia aparecido em trabalhos que versam sobre Arqueologia, Educação e Museus: as cidades antigas pesquisadas arqueologicamente no Brasil. Assim, isso demonstra que aproximar o conhecimento arqueológico do público é um desafio para todas “as arqueologias” pesquisadas, independente se isto está próximo ou distante geográfica e historicamente do público.

Luana Antoneto Alberto (2013) apresenta os sítios arqueológicos com registros rupestres do estado de São Paulo, refletindo sobre a razão da escassa bibliografia, documentação e registro desse tipo de sítio no estado, além da inexistência de áreas abertas à visitação para a sociedade. Para diminuir esses problemas, realiza-se um catálogo dos sítios rupestres de São Paulo e é proposto um modelo de musealização.

Alberto (2013) apresenta o cenário das pesquisas rupestres no território nacional e suas experiências de gestão e socialização, focando-se nas pesquisas rupestres de São Paulo, elencando os pesquisadores e o conhecimento gerado sobre o assunto para traçar os caminhos para elaboração da proposta de musealização. Dessa forma, esse é outro trabalho que apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas para sistematizar o conhecimento produzido sobre determinada temática e que propõem maneiras de socializar esse conhecimento por meio da Musealização da Arqueologia.

Os trabalhos de Marques (2012), Tessaro (2013), Tauhyl (2013) e Alberto (2013) trazem contribuições significativas para suas áreas de conhecimento específicas (Arqueologia da Paisagem, Arqueologia Urbana, Cidade Grega Antiga, Arte Rupestre), visto que seus focos são a divulgação e socialização do patrimônio arqueológico investigado, visando à valorização e preservação através da musealização e ações educativas.

Tessaro (2013) pontua que os acervos que ficam sem utilização nas reservas técnicas não cumprem sua função, sendo esse um tema de pesquisa que começa a também despontar dentro dos trabalhos sobre socialização do conhecimento e do patrimônio arqueológico. É um desafio gerenciar os acervos arqueológicos, tanto os acervos formados desde o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil como os grandes volumes que tem se apresentado com o incremento da Arqueologia de Contrato.

Nesse sentido, o trabalho de reorganização e recuperação informativa de parte do acervo arqueológico do estado do Espírito Santo foi realizado e analisado por Henrique Antônio Valadares Costa (2013), que integrou Ciência da Informação e Museologia para a disponibilização informativa do acervo que se encontra na reserva técnica da Superintendência do IPHAN/ES. O acervo em questão foi acumulado entre 1966 e 1975 pelos arqueólogos Adam Orssich e Celso Perota. Costa (2013) afirma que o momento da Arqueologia capixaba é de reestruturação e que, através da sistematização proposta, foi possível fazer uma base de dados e uma síntese histórica, problematizando o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e os modos de acumulação desse acervo.

Assim, o trabalho de Costa (2013) demonstra a importância de organizar os acervos para que esses possam ser utilizados para pesquisas arqueológicas e exposições museológicas e,

principalmente, para que essas áreas atuem conjuntamente, trazendo à tona objetos que já haviam sido pesquisados, mas que, por estarem fechados em reservas técnicas, encontram-se em situações de abandono. Esse abandono das fontes arqueológicas também foi diagnosticado por outros autores, sendo um fator que distancia a Arqueologia, Museologia e o público interessado nesse patrimônio.

Sobre maneiras de gerenciar e organizar o acervo arqueológico, Luciana Oliveira Ballardo (2013) implantou um sistema de documentação museológica para acervos arqueológicos, o qual aplicou em uma coleção do acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM). Ballardo (2013) buscou envolver profissionais museólogos e arqueólogos para que compreendam melhor as atividades desenvolvidas pelo outro, para aprofundar o conhecimento prático e para elaborar novas metodologias que atendam as duas perspectivas.

Para formular o sistema, Ballardo (2013) pontuou que é preciso entender como toda documentação arqueológica é gerada e como a preservação desta contribui para o estudo dos objetos enquanto suporte de conhecimento e referência para a musealização. Após apresentar as etapas para realizar o gerenciamento do acervo LEPA/UFSM, ficou detectado que “uma das maiores dificuldades no gerenciamento dos acervos arqueológicos está relacionada com a efetivação da relação interdisciplinar entre museologia e arqueologia” (BALLARDO, 2013, p. 100).

Esse trabalho parte de coleções arqueológicas já salvaguardadas em instituições de pesquisa, mas que careciam de organização, sistematização e, por consequência, não eram utilizadas em todo seu potencial de pesquisa e divulgação. A documentação é uma das vias de garantir preservação e possibilitar divulgações qualificadas, ou seja, as reservas técnicas subaproveitadas não potencializam os processos de Musealização da Arqueologia, pois não articulam salvaguarda e comunicação de forma equilibrada.

A questão da gestão também é a temática do trabalho de Rafaela Nunes Ramos, em que dialoga com a gestão arqueológica e museológica através de pesquisa em um sítio arqueológico guarani no município de Pelotas/RS. O referido sítio foi alvo de um sítio escola multidisciplinar em 2010, onde participaram arqueólogos, conservadores e museólogos, visando compreender e efetivar o gerenciamento do acervo arqueológico desde sua escavação até sua extroversão, perpassando pelas questões laboratoriais e de curadoria do acervo arqueológico. Ramos (2013) apresenta os protocolos elaborados para coleta dos materiais, registro e armazenamento tendo em vista a melhor administração das informações geradas através do trabalho arqueológico.

Com a pesquisa, Ramos (2013) demonstra a importância da conservação e da museologia no gerenciamento das coleções arqueológicas, embasadas teoricamente pela Musealização da Arqueologia, Arqueologia Pública/Comunitária e atividades de educação patrimonial. Além disso, é possível perceber a importância do planejamento conjunto e interdisciplinar, anteriores às etapas de campo, como já vinha sendo abordado para as atividades de Educação Patrimonial (CARNEIRO, 2009; PANACHUK, 2011).

Costa (2013), Ballardo (2013) e Ramos (2013) problematizaram questões que ainda não haviam aparecido nos trabalhos apresentados: o refinamento da gestão do patrimônio arqueológico através da sistematização, organização e planejamento conjunto, citando não apenas as áreas do conhecimento – Arqueologia e Museologia –, mas também os profissionais das áreas, os quais estão dialogando e tentando, de fato, construir equipes interdisciplinares. O aumento significativo de teses e dissertações nos anos 2010 possibilita perceber que algumas sugestões e propostas das pesquisas feitas desde os anos 1980 estão sendo postas em prática, além de analisadas em pesquisas que geram novas discussões e aprofundamento da Musealização da Arqueologia, inclusive construindo outros horizontes e possibilidades de atuação profissional nessa área.

Enquanto Costa (2013) e Ballardo (2013) demonstraram a importância de retomar os acervos arqueológicos das instituições de pesquisas e sistematizá-los de maneira mais adequada segundo novos pressupostos teóricos e metodológicos, Priscila Silva Linassi apresenta uma proposta de exposição para os bens coletados no sítio Estância Velha do Jarau (Quaraí/RS), salvaguardados no LEPA/UFSM, com o objetivo de “disponibilizar à comunidade o acesso ao conhecimento, procurando promover a informação, a identificação, a apreensão e a valorização destes bens arqueológicos do Rio Grande do Sul” (LINASSI, 2013, p. 14). A proposta é para ser realizada no Museu Educativo Gama D’Eça da UFSM, visto que Linassi (2013) pontua que a associação entre a Arqueologia, Museologia e Educação Patrimonial age na esfera da valorização do patrimônio e na democratização das narrativas arqueológicas. Esse é um trabalho propositivo, que se utiliza do conhecimento gerado sobre o sítio arqueológico em questão e busca uma janela para sua divulgação, elaborando uma proposta de exposição. Um trabalho com esse teor demonstra a potencialidade da relação entre Arqueologia e Museologia, mesmo que os trabalhos *a priori* não tenham tido essa preocupação.

Assim, os acervos arqueológicos já salvaguardados e pesquisas arqueológicas já desenvolvidas ainda demonstram alto potencial para serem conservados, comunicados e socializados, mesmo que anteriormente se tenha afirmado que o planejamento deveria ser inicial e conjunto. Isso fica claro com os últimos trabalhos apresentados que retomaram

pesquisas para inseri-las no debate atual da Musealização da Arqueologia e da gestão qualificada do patrimônio arqueológico (COSTA, 2013; BALLARDO, 2013; LINASSI, 2013).

Utilizando-se do referencial teórico da Musealização da Arqueologia, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial, além dos pressupostos da Arqueologia Pós-Processual, principalmente no que se refere à multivocalidade, Rosemary Aparecida Cardoso (2013) realiza um estudo da arqueologia musealizada nos museus recifenses. Cardoso faz um inventário das coleções arqueológicas presentes nas instituições museais do Recife/PE e analisa como esses espaços articulam atividades educativas, objetivando discutir a importância da relação e aproximação da Arqueologia e Museologia, bem como das atividades de Educação Patrimonial nos espaços museológicos. Os objetivos de Cardoso (2013) foram discutir as ações de Educação Patrimonial no contexto dos museus recifenses e analisar e apresentar a realidade do patrimônio arqueológico local, questionando se as ações educativas promovem uma educação para o patrimônio arqueológico.

Cardoso (2013) afirma que, atualmente, a intrínseca relação entre Arqueologia e Museologia é amplamente reconhecida e que a Musealização da Arqueologia permite um profícuo diálogo interdisciplinar; porém, ao mesmo tempo, aponta como nos museus recifenses é perceptível uma Estratigrafia do Abandono (BRUNO, 1999) em relação aos acervos arqueológicos. Nesse sentido, Cardoso (2013) selecionou nove instituições museais do Recife, buscando compreender como o acervo arqueológico estava sendo gerido e apresentado ao público nessas instituições.

Cardoso (2013) aponta que uma das principais contribuições da sua pesquisa foi a realização do inventário do patrimônio arqueológico musealizado no Recife, uma vez que este patrimônio exposto nos museus tem pouca visibilidade e reconhecimento, tanto por parte do público visitante, que não identifica os acervos arqueológicos e as especificidades da pesquisa arqueológica, bem como pelos gestores administrativos dos museus, já que existem informações equivocadas sobre função, classificação e tipologias dos artefatos arqueológicos. Assim, indica a necessidade de diálogo entre Arqueologia e Museologia, em um trabalho interdisciplinar na análise e processo de inventariamento dos acervos arqueológicos musealizados, para que as atividades de Educação Patrimonial realizadas nos museus possam ser efetivas no que se refere ao patrimônio arqueológico (CARDOSO, 2013).

Nesse trabalho, ficam evidentes os diferentes tipos de abandono das fontes arqueológicas, ou seja, mesmo o acervo arqueológico estando exposto, não está bem articulado nos discursos expositivos dos museus, muitas vezes com informações equivocadas ou relegados a um segundo plano, o que inviabiliza que a cadeia operatória de procedimentos museológicos

seja implantada de forma eficaz. Esse mesmo diagnóstico de abandono das fontes arqueológicas nos museus foi realizado por Silva (2008), Schneider (2010), Melquíades (2011) e Toledo (2011).

Com o objetivo de aproximar a Arqueologia das práticas escolares, Adriana Negreiro Campos (2014) analisa experiências educativas com alunos e professores de uma escola pública. A proposta educativa desenvolveu-se em torno do sítio arqueológico Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos em Santos/SP através dos preceitos da Educação Patrimonial e buscando referenciais em ações educativas realizadas em museus.

Cristiane Eugênia da Silva Amarante (2014) apresenta uma reflexão sobre musealização da Arqueologia Marítima e como ocorreu a recepção de um projeto educativo com alunos de escola municipal de Santos/SP mediante preceitos da Arqueologia Pública. Um dos objetivos dessa pesquisa é aproximar o público da ciência arqueológica, em que a musealização configura um dos caminhos para aprimorar essa comunicação científica, visto que “a premissa desse estudo de recepção é que o museu deve assumir um importante papel na manutenção do conhecimento arqueológico” (AMARANTE, 2014, p.18). Um estudo de musealização poderia partir de vários pontos, mas Amarante (2014) escolheu diagnosticar o público, criando diálogos com educação, aprendizagem e turismo. A autora busca compreender a história dos museus de Arqueologia e percebe que isso é também desvendar a própria história da área.

Os trabalhos de Amarante (2014) e Campos (2014) dialogam no sentido de mostrar o potencial arqueológico de Santos. Além disso, manifestam como é fundamental demonstrar esse potencial em projetos que envolvam Educação e Museologia, diagnosticando a relação estreita entre essas áreas.

A trajetória das exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE-UFSC) são analisadas por Viviane Wermelinger Guimarães, objetivando discutir um programa de exposições para a instituição através dos pressupostos da Museologia Social e Nova Museologia. Guimarães (2014) analisa duas experiências expográficas realizadas pelo MARquE, sendo uma delas realizada em 2011 através da parceria com os alunos do curso de Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica. Esse curso conta com alunos Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklanõ. A outra exposição, realizada em 2012, foi realizada em parceria com o Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (MA-UFAM), com o Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural (INCT) e com a Comunidade Tikuna Wotchimaüciü.

A autora apresenta a história institucional do MARquE, um levantamento das exposições organizadas entre 1971-2014, as duas exposições citadas acima e uma pesquisa de recepção

sobre a exposição “Guarani, Kaingang e Xoklen: memórias e atualidades ao sul da mata atlântica” com os alunos da Licenciatura Intercultural da UFSC (GUIMARÃES, 2014). Assim, Guimarães (2014) demonstra a potencialidade que as exposições têm de aproximação com o público, principalmente de grupos que possuem sua cultura material preservada na instituição, demonstrando como a exposição em um museu é um meio eficiente para a comunicação museológica.

Roseane da Conceição Santos Serra (2014) analisa o acervo numismático (coleção de moedas romanas da dinastia constantiniana) do Museu Don Avelar Brandão Vilela, de Teresina/PI, abordando as interfaces entre coleção, colecionador, museus e arqueologia, descortinando desafios museológicos e de conservação das moedas. Serra (2014) aponta a necessidade de conhecer os acervos acumulados nas instituições museológicas, pois, além de ser uma pesquisa arqueológica de baixo custo, também contribui para a preparação de exposições, divulgação e consolidação de abordagens interdisciplinares. Os distanciamentos diagnosticados por Serra (2014) repetem os já apontados por outros autores em diferentes contextos, como a falta de recursos financeiros e humanos e de espaço físico insuficiente. Uma maneira de tentar contribuir para a aproximação das áreas é a proposta de ações educativas no museu e a análise de uma de suas coleções.

Pedro Colares da Silva Heringer (2014) estuda a relação entre o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e o sítio arqueológico Duna Grande por meio de entrevistas, mediação do sítio e levantamento documental e fotográfico. Heringer (2014) aborda de que maneira as ações desenvolvidas no museu desde sua criação, nos anos 1970, impactaram no estado de preservação e compreensão do sítio arqueológico, pontuando como os museus podem auxiliar nessas questões. O MAI tem práticas de processamento do acervo do sítio Duna Grande, bem como articula um processo de musealização *in situ* do sambaqui Duna Grande, sendo uma ferramenta de preservação patrimonial.

Os trabalhos de Heringer (2014), Serra (2014) e Guimarães (2014) apresentam realidades museológicas. Além disso, apontam como as coleções, sítios e pesquisas arqueológicas podem contribuir para o refinamento das atuações dos museus, qualificando suas exposições e a aproximação do público. Esse formato de trabalhos em Musealização da Arqueologia vem se consolidando no cenário nacional, indicando a necessidade de estudos arqueológicos dos acervos e coleções salvaguardadas nos museus para aproximar as áreas e diversificar suas formas de atuação.

A trajetória de ideias e conceitos de Preservação Arqueológica nas Missões Jesuíticas Guarani no Brasil é analisada por Tobias Vilhena de Moraes (2014) através dos contínuos

programas de gestão do patrimônio arqueológico e com relação à Educação. Moraes (2014) afirma que um desafio é que a Arqueologia seja uma ciência partícipe e contínua nas ações de identificação, proteção e valoração do patrimônio cultural brasileiro. Para superar esse desafio, acredita que os trabalhos que relacionem Arqueologia à Educação são fundamentais, e estes estão ganhando destaque na academia e sendo incorporados a programas públicos de gestão do patrimônio. Outro desafio apontado por Moraes (2014) é que muitas pesquisas arqueológicas são interrompidas e mesmo as atividades cotidianas de aproximação com os diversos agentes sociais, ou com órgãos que atuam nos sítios missioneiros, são inexistentes. Além disso, diagnostica a ausência de socialização dos bens arqueológicos para aqueles que hoje são excluídos do circuito de visitação das missões (pessoas com necessidades especiais, indígenas, etc.).

Assim, Moraes (2014) afirma que é preciso superar a visão que coloca a Arqueologia com uma técnica de resgate do passado para aproximá-la da gestão cotidiana do patrimônio cultural local e finaliza propondo a presença de um arqueólogo fixo nas Missões, além de arqueólogos nos municípios com bens tombados. Também propõe experiências em visitas sensoriais, objetivando a inclusão. Outra proposta é que seja estabelecido um Laboratório de Arqueologia e uma reserva técnica nas Missões, abertos a visitas do público. Desse modo, o trabalho de Moraes (2014) é propositivo e também aponta para a necessidade da Arqueologia desenvolver a gestão do patrimônio, não sendo apenas uma das etapas, mas inserindo-se de forma ativa, demonstrando a importância das relações interdisciplinares que norteiam essa gestão.

Ana Paula da Rosa Leal (2014) apresenta a relação da Arqueologia, Museologia e Conservação, diagnosticando que no Brasil não há interação entre essas três áreas, além de não existir normatização na documentação de acervos arqueológicos, trazendo danos à preservação. Então, Leal (2014) apresenta um modelo de documentação e gerenciamento aplicável à coleção arqueológica do Sítio Charqueada Santa Bárbara, localizado em Pelotas/RS e pesquisado pelo Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA) da UFPel.

Leal (2014) afirma que é fundamental aprender as necessidades dos vários profissionais envolvidos na pesquisa, e alguns dos entraves para a aproximação das áreas são a falta de especialização, investimento financeiro, tempo, equipe e fiscalização. O projeto desenvolvido no LÂMINA foi uma experiência enriquecedora e de intercâmbio de conhecimentos, percebendo que é possível integrar as áreas, apesar das dificuldades apontadas.

Patrícia Palma Santos analisa as realidades locais do entorno de dois sítios arqueológicos de arte rupestre em Andrelândia e São João del-Rei, em Minas Gerais, através

da história oral, visando compreender como os indivíduos se relacionam com o patrimônio arqueológico, desenvolvendo um trabalho propositivo de valorização do patrimônio. Santos, P. (2015) aborda o turismo arqueológico e as leis de proteção ao patrimônio arqueológico propondo maneiras de gerenciá-lo por meio da Educação Patrimonial, Arqueologia Pública/Comunitária e Musealização *in situ*. Para isso, a autora articulou as áreas de história, arqueologia, educação e turismo, compreendendo que o turismo pode ser uma ferramenta para a conservação do patrimônio arqueológico se envolver planejamento com a comunidade e atividades de educação. Nesse sentido, Santos, P. (2015) propõe que seja elaborado um plano de gestão compartilhado do patrimônio arqueológico que envolva as comunidades do entorno dos sítios arqueológicos, os gestores públicos, os profissionais universitários (arqueólogos e demais áreas que dialogam com a questão) e os demais interessados na preservação e estudo dos referidos sítios.

Heide Roviene Santana dos Santos também apresenta a gestão do patrimônio arqueológico como fundamental para garantir a preservação dos acervos, focando sua análise no gerenciamento de informações de coleções que receberam endosso das instituições museológicas vinculadas à Universidade Federal de Sergipe (UFS), sendo elas o Museu de Arqueologia do Xingó (MAX) e o Museu do Homem Sergipano (MUHSE). Para realizar a análise, Santos, H. (2015) utiliza-se da relação da Arqueologia e Museologia, compreendendo a interface “como uma ferramenta possibilitadora para um trabalho mais abrangente entre duas áreas do conhecimento que se preocupam com a análise das coleções e a disseminação de informações” (p. 24).

Nesse sentido, a autora analisa os endossos concedidos pela UFS entre os anos de 1998 e 2014 e as coleções arqueológicas em um ambiente museológico, identificando os problemas de gestão, propondo que as soluções podem ser pensadas através da interface entre Arqueologia e Museologia, além do cumprimento da legislação patrimonial (SANTOS, H., 2015). Uma das sugestões de Santos, H. (2015) é que as instituições de guarda elaborem um protocolo mínimo para a concessão de endosso, organizando a gestão de coleções de forma mais eficiente.

Dessa forma, com os trabalhos de Moraes (2014), Leal (2014), Santos P. (2015) e Santos H. (2015), percebe-se como a temática da gestão do patrimônio arqueológico está crescendo no cenário das pesquisas, dialogando com a educação, turismo, museologia, conservação. Além disso, abrange questões mais específicas dentro dessas áreas, como protocolos para concessão de endosso institucional, documentação, atuação de arqueólogos, história oral, enfim, uma pluralidade de soluções e metodologias para desenvolver a gestão do patrimônio arqueológico.

Continuando com a temática da gestão e a pluralidade metodológica, Maurício André da Silva utiliza-se da História Oral para investigar as impressões sobre o processo de migração no sudoeste amazônico, especialmente em Rondônia, e as relações dos migrantes com objetos e sítios arqueológicos, bem como suas compreensões da diversidade cultural. Também analisa a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO) e sua atuação em Presidente Médici/RO, propondo atividades para o programa expositivo e educativo do museu. Silva (2015) aponta para o compromisso da Arqueologia na construção de uma história indígena e busca compreender as relações estabelecidas pelos migrantes de Rondônia com o patrimônio arqueológico e o recente, mediante entrevistas com doze colaboradores.

Para analisar a criação e atuação do CPMRARO, Silva (2015) delineia o surgimento de Museus de Arqueologia no Brasil, apontando que nos últimos 30 anos houve avanços e pesquisas na área, mudanças na legislação patrimonial e mobilizações sociais de movimentos identitários para construção de espaços de memória. Silva (2015) traça o perfil histórico do sudoeste amazônico, apresentando as pesquisas arqueológicas que vem sendo empreendidas na região, para entender a criação do museu e as histórias de vida dos migrantes rondonienses. Com esse perfil, contribui para o entendimento da história regional, numa perspectiva de história de longa duração, com variabilidade cultural e paisagens antropizadas. As migrações mais recentes também transformaram a paisagem e evidenciaram sítios arqueológicos, incentivando ações preservacionistas, através do binômio destruição-preservação.

Além disso, Silva (2015) busca compreender como a preservação do patrimônio arqueológico contribui para a valorização das populações indígenas no presente. O trabalho de pesquisa relaciona Arqueologia, Museologia e História Oral, além de empregar o conceito de memória e de uma abordagem patrimonial. O autor utiliza-se de pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Amazônia, dentro da perspectiva da Ecologia Histórica, além de compreender a Arqueologia em sua vertente multivocal, uma vez que o projeto de história oral permite perceber e entender outras vozes.

Em relação à Museologia, Silva (2015) apresenta elementos da Musealização da Arqueologia, focando principalmente nos pressupostos da educação em museus, entendendo-os como espaços de diálogo e aproximação com o patrimônio. Compreende como um desafio para a Museologia e, especificamente, para o museu que está analisando, a ampliação da referência do objeto testemunho para o objeto diálogo, através de uma prática engajada com o entorno, com uma abordagem de território. Há uma pluralidade de caminhos para a socialização do patrimônio arqueológico, que deve se embasar no compromisso ético do pesquisador, seja

através dos pressupostos da Arqueologia Pública, da Educação Patrimonial, da Musealização da Arqueologia ou, mais especificamente, da Educação em Museus (SILVA, 2015).

Nessa linha de refletir sobre a socialização dos bens patrimoniais, Daiane Pereira analisa as possibilidades de extroversão das reservas técnicas arqueológicas através do estudo de caso da reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Pereira (2015) discute as potencialidades e limitações dos processos de extroversão dos bens e informações arqueológicas, uma vez que as coleções estão maciçamente armazenadas e apenas uma pequena parcela se destina a exposições e ações educativas.

Assim, as reservas técnicas são entendidas como mecanismos de preservação do patrimônio arqueológico, não apenas um espaço de guarda e intocabilidade, já que têm potencial para colocar em prática a cadeia operatória museológica aliada com a cadeia produtiva da arqueologia. Desse modo, é possível estabelecer o conjunto de ações necessárias para a musealização do patrimônio arqueológico (PEREIRA, 2015).

A autora diagnostica a carência de bibliografia nacional sobre as reservas técnicas de arqueologia e a ausência de espaços de discussão entre os arqueólogos, além de, muitas vezes, ser um campo de pesquisa e conhecimento desprestigiado ou desvalorizado frente a outras áreas de pesquisa arqueológica. Por isso, as possibilidades de extroversão das reservas técnicas visam contribuir para o *corpus* das ações já consolidadas de extroversão, como a Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, objetivando socializar uma parcela maior dos bens arqueológicos e diversificar as formas de contato com o patrimônio (PEREIRA, 2015). A gestão do patrimônio arqueológico é, assim, uma das maneiras de viabilizar a preservação do patrimônio de forma ampla e interdisciplinar, através de um conjunto de objetivos e ações para administrar o patrimônio, sendo muitas vezes necessário rever antigas práticas e passar a reconhecer a importância da gestão (PEREIRA, 2015).

Pereira (2015) apresenta o diagnóstico e o plano de gestão de coleções do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert, onde foram estabelecidos critérios e procedimentos para salvaguarda do acervo documental, material e digital. Além disso, mostra a elaboração de um Guia de Boas Práticas para uso interno do laboratório, visando superar o engessamento dos modelos de como devem ser as reservas técnicas, percebendo a pluralidade de contextos e coleções. Ou seja, “a adesão de uma proposta de extroversão através do espaço da reserva técnica deve ser uma opção adequada a cada contexto particular, e não uma obrigatoriedade universal” (PEREIRA, 2015, p. 111). Assim, Pereira (2015) mostra como esse é um tema controverso e, por vezes, desvalorizado; no entanto, o tema é fundamental para embasar

propostas de transformar os locais de guarda em mecanismo de extroversão do patrimônio mesmo sem as condições ideais, mas comprometidas com a gestão do patrimônio arqueológico.

Os trabalhos de Silva (2015) e Pereira (2015) apresentam problemáticas para a gestão do patrimônio arqueológico, objetivando a socialização desse patrimônio de variadas maneiras, seja através da organização de museus e exposições, seja utilizando os espaços de laboratórios e reservas técnicas de arqueologia. Percebe-se, com os últimos trabalhos apresentados, como a discussão em torno da relação entre Arqueologia e Museologia foi se ampliando e ganhando contornos ao mesmo tempo mais específicos, mas que demonstram como a Musealização da Arqueologia pode se inserir em projetos e ações com variadas metodologias e perspectivas.

A aproximação da Arqueologia e Museologia também é investigada por Maria de Simone Ferreira. Em seu trabalho, problematiza os discursos expositivos e a atuação do MAI desde o processo de tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, em 1955, que viriam a se tornar o espaço do museu em 1977, compondo seu acervo através das pesquisas arqueológicas realizadas de forma amadora e acadêmica nos sambaquis e sítios arqueológicos pré-históricos no entorno do museu. Ferreira (2017) analisa de que forma a pré-história foi orquestrada para se tornar a narrativa oficial do MAI pela arqueologia, mesmo que o museu esteja em um prédio do século XVIII destinado para a reclusão feminina ligada a irmandades religiosas.

No entorno das ruínas de Itaipu, Niterói/RJ, há muitos sítios arqueológicos, especificamente sambaqui, como o sítio Duna Grande (HERINGER, 2014), identificado em 1962 por Ondemar Dias Jr., que passou por um longo processo de tentativa de tombamento. Essa tentativa não foi concretizada em virtude das interpretações das legislações patrimoniais brasileiras (Decreto-Lei 25/1937 e Lei 3924/1961) (FERREIRA, 2017).

Muitos moradores do local tiveram e ainda têm um contato próximo com os sítios arqueológicos; inclusive, muitos encontraram e coletaram vestígios arqueológicos, ocasionando querelas entre a profissionalização da arqueologia e a atuação de amadores. Outras disputas aconteceram também em decorrência da retirada dos moradores das ruínas, conflitos entre construtoras e pescadores e disputas com comunidades indígenas que chegam ao território em 2013, além de um ressentimento da comunidade, uma vez que não se viram representados no museu, pois os objetos que coletavam não estavam na exposição (FERREIRA, 2017).

Ferreira (2017) discute as questões de estrato do tempo, regimes de historicidades, estratigrafia do abandono e de que modo todas essas perspectivas teóricas contribuem para perceber como a comunidade de pescadores de Itaipu enxerga e se relaciona com o museu e com os objetos arqueológicos, construindo outras referências patrimoniais. O MAI tem

buscado, nos últimos anos, aproximar-se das demandas da comunidade, visto que a Arqueologia e a Museologia têm se aberto para novas perspectivas e abordagens, fundindo-se bem em seus propósitos para abordar as relações homem-natureza, além das tentativas de não propagar ideologias conservadoras e utilizar-se dos preceitos da Arqueologia Pública, fundamentados na colaboração, inclusão, conflito e subjetividade (FERREIRA, 2017).

O **terceiro momento** analisado é vasto e plural e traz em seu bojo uma diversidade que, além de aumentar, aprofunda a aproximação das áreas. A síntese dos 35 trabalhos defendidos entre 2010 e 2017 demonstra o volumoso “universo da produção acadêmica que trata dos problemas inerentes ou que tangencia o universo da Musealização da Arqueologia” (BRUNO e WICHES, 2014, p. 3). A síntese também apresenta discussões muito importantes para seu aprofundamento teórico-metodológico, bem como sua ação, atuação e prática em museus, laboratórios e pesquisas arqueológicas que não podem mais se esquivar de estabelecer essas conexões, pois a perda da inocência arqueológica (CLARKE, 1973) não é um processo datado, mas sim um contínuo aprimoramento do fazer arqueológico, cada vez mais engajado, ativista, multivocal, democrático e voltado para as questões de gestão e preservação do patrimônio de forma ampla e problematizadora.

Assim, para esta pesquisa, organizou-se as teses e dissertações analisadas em três momentos distintos para visualizar de que maneira foi sendo efetivada a (re) aproximação entre as áreas, sua consolidação e pluralidade. O esquema abaixo demonstra essa sistematização de forma simplificada.

Figura 1 – Esquema dos momentos das pesquisas sobre Musealização da Arqueologia

Fonte: a autora

Essa síntese dos trabalhos é um exercício importante para compreender de que forma a Musealização da Arqueologia tem se consolidado no cenário das pesquisas no Brasil, bem como para avaliar a produção científica nesse campo. Alguns dos trabalhos analisados apresentam

desafios e descortinam distanciamentos, abandonos das fontes arqueológicas e falta de parâmetros, enquanto outros são propositivos, apresentam estudos de casos, soluções, ideias e alternativas para a aproximação das áreas em questão. Analisar o distanciamento ou apresentar estudos em que as áreas são pensadas de forma articulada contribuem para as reflexões acerca da Musealização de Arqueologia e fazem com que a produção científica nessa área se qualifique, cresça e permita ações mais embasadas e qualificadas teórica e metodologicamente.

1.3 Chegamos perto ou nos afastamos? Como construir caminhos compartilhados

Por meio do levantamento de teses e dissertações que versam sobre Arqueologia e Museologia e sua articulação com áreas afins – Educação, Turismo, Antropologia, História e Patrimônio Cultural –, pode-se perceber como a busca por trabalhos sobre Musealização da Arqueologia abriu um leque de temáticas que ultrapassaram os limites das disciplinas arqueológica e museológica e demonstram o potencial inter e multidisciplinar dessa linha de pesquisa.

A pesquisa bibliométrica inicial já havia demonstrando a dificuldade em mapear a Musealização da Arqueologia apenas com as palavras de busca elencadas, sendo preciso analisar o conteúdo dos trabalhos. Assim, na análise feita posteriormente de cada tese ou dissertação, ficou claro que a área é ampla e permite transpor fronteiras disciplinares, formando um quadro plural de pesquisas.

Sistematizando as informações dos trabalhos, percebe-se que várias temáticas e vertentes da Arqueologia foram utilizadas para propor trabalhos de musealização, sendo elas a Arqueologia Preventiva, Arqueologia da Paisagem, Arqueologia Urbana, Arqueologia Histórica, Arqueologia Marítima, Arqueologia Clássica, Arqueologia Guarani, Arqueologia Indígena, Arqueologia Missioneira, entre outras. Além disso, adjetivações para a Arqueologia que se inserem no campo teórico, como Arqueologia Pública, Arqueologia Simétrica, Arqueologia Pós-Processual, Multivocalidade e arqueologias contemporâneas, também figuram entre os assuntos dos trabalhos pesquisados.

Muitas metodologias também foram utilizadas, por exemplo: realização de entrevistas, história oral, etnografias, análise de objetos e coleções arqueológicas, diagnóstico de museus, de público, de acervo, pesquisa de campo arqueológico atrelado a propostas de musealização, musealização *in situ*, realização de catálogos, análise de discurso expográfico e expositivo de museus, sistematização de inventários, formulação de base de dados e sistemas de documentação, realização e propostas de atividades educativas e exposições, análise de

potencial turístico, entre outras formas de construir trabalhos sobre Musealização da Arqueologia.

Essa diversidade pode ser percebida como “um percurso com atalhos de características diferenciadas” (BRUNO, 2014, p. 5), mas que congregam “premissas que embasam as ações e reflexões sobre Musealização da Arqueologia” (BRUNO, 2014, p. 6). A variedade de temáticas, abordagens e metodologias é um indicativo para demonstrar que não importa o tema, o período histórico, a localização geográfica da pesquisa ou de que maneira ela se constrói; mas que o fundamental é um olhar multidisciplinar e interesse em aliar a compreensão das dinâmicas do passado com as questões do presente. Assim, é possível propor e articular trabalhos preocupados com a função social da Arqueologia, expressa em projetos de musealização, visto que a Museologia e Arqueologia se influenciam a todo o momento, produzindo narrativas e rompendo com uma possível dicotomia entre produção e socialização do conhecimento (WICHERS, 2010).

Nesse sentido, Bruno (2014) pontua rotas que têm sido percorridas, diagnosticando também o cenário múltiplo que se consolidou no que se refere aos trabalhos acadêmicos sobre Musealização da Arqueologia, bem como suas reverberações na atuação dos profissionais engajados com essa perspectiva.

Com esse amálgama de noções e argumentos, tem sido possível constituir as premissas e o contexto de um conceito acadêmico identificado como Musealização da Arqueologia [...]. Nesse percurso de constituição desse conceito e na busca de evidências de sua validação sempre foram considerados a importância do conhecimento a partir dos estudos arqueológicos e o exercício sistemático da interlocução interdisciplinar, mas a preocupação central tem recaído sobre três aspectos: a proposição daquilo que é específico da Museologia neste contexto, a indagação sobre as contribuições daqueles que nos precederam e se aproximaram das inquietações agora colocadas e, em especial, a irradiação e a multiplicação das problematizações geradas pelas ações e estudos de Musealização da Arqueologia (BRUNO, 2014, p. 6, grifo nosso).

Nesse sentido, algumas das pesquisas analisadas partiram de estudos arqueológicos e propõe uma interlocução interdisciplinar (SCHNEIDER, 2010; TOLEDO, 2010, 2011; MELQUÍADES, 2011; TESSARO, 2013; ALBERTO, 2013; RAMOS, 2013). Isso demonstra um esforço em aliar Arqueologia e Museologia, consolidando uma das características apontadas por Bruno (2014): partir dos estudos arqueológicos e fazer a interlocução interdisciplinar. Nesse modelo de trabalho, os autores abordam o processo de ocupação humana desde a pré-história até a divisão política atual da região e suas questões contemporâneas, passando pela imigração europeia e africana. Essa abordagem realiza-se analisando sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos e articulando-os com as instituições museológicas do território, propondo modelos

ou estratégias de musealização ou, ainda, aproximando a Museologia através de planejamentos conjuntos e propostas de gestão do patrimônio arqueológico.

Bruno (2014) também destacou três aspectos centrais nos trabalhos sobre Musealização da Arqueologia. O primeiro deles é o enfoque nas especificidades da Museologia e, nesse quesito, pode-se perceber que alguns trabalhos partiram de análises museológicas muito claras, realizando diferentes tipos de diagnósticos, estudos de museus de arqueologia ou com a presença de acervo arqueológico (BRUNO, 1984; TAMANINI, 1994; SILVA, 2008; SCHNEIDER, 2010; WICHES, 2011; TOLEDO, 2011; MELQUÍADES, 2011; OLIVEIRA, 2011; RIBEIRO, 2012; SOUZA, 2012; CARDOSO, 2013; SERRA, 2015; FERREIRA, 2017). Alguns desses trabalhos também partiram de análises arqueológicas, como pontuado anteriormente, estabelecendo uma maior aproximação das áreas.

Essas pesquisas descortinaram um conjunto de questões fundamentais para compreender a Musealização da Arqueologia, pois abordaram limites e potencialidades da relação Arqueologia e Museologia nas instituições museológicas, além de colocar em evidência muitos desafios que precisam ser superados ou maneiras de articular de forma adequada as problemáticas arqueológicas e museológicas.

Muitos desses trabalhos apresentaram uma realidade de abandono, isolamento, esquecimento ou desprestígio dos acervos arqueológicos em instituições museais, consolidando o cenário de estratigrafia do abandono já apresentada por Bruno (1995). Porém, através desses diagnósticos, é realizado um trabalho fundamental para que as discussões sobre Musealização da Arqueologia se ampliem e se aprofundem teoricamente, além de serem propositivas, ocasionando uma maior aproximação entre as áreas.

Os trabalhos também apresentam uma metodologia similar no sentido de apresentar um diagnóstico dos museus, resultados e interpretações arqueológicas de determinado território. Essa metodologia torna possível compreender a realidade arqueológica e museológica e de que forma isso pode convergir para que a pesquisa arqueológica comunique seus resultados e para que o discurso expositivo se aproprie das interpretações decorrentes da pesquisa. Além disso, esses trabalhos trouxeram contribuições fundamentais para compreender como estão organizados os museus, especificamente os de arqueologia ou com acervos arqueológicos em suas exposições, refletindo sobre suas funções, missões, articulações e desafios.

O segundo ponto central nos trabalhos sobre Musealização da Arqueologia são as reflexões sobre as contribuições precedentes (BRUNO, 2014), visto que a maioria dos trabalhos apresenta, minimamente, a historicidade dos processos museológicos relacionados à arqueologia, enquanto outros trazem isso como o ponto principal de suas análises (TAMANINI,

1994; ALCÂNTARA, 2007; CARNEIRO, 2009; CARDOSO, 2013). Por exemplo, a pesquisa de Alcantâra (2007) contextualiza as ideias e ações de Paulo Duarte, um precursor nessa temática, e analisa o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paranaense, constituindo um perfil da Musealização da Arqueologia nessas instituições, pontuando que esses locais cumprem o papel de impulsionar a pesquisa e acompanhar o desenvolvimento museológico. Outros trabalhos também realizaram históricos de instituições museológicas, sejam as de grande reconhecimento nacional, como as estudadas por Alcântara (2007), ou as com especificidades locais para contextualizar suas pesquisas no que se refere ao reconhecimento dos processos museológicos.

Assim, esse modelo de trabalho reconhece as iniciativas anteriores que podem ou poderiam servir de embasamento, no mínimo metodológico, para as experiências e reflexões sobre Musealização da Arqueologia, contribuindo para novas questões teórico-metodológicas de aproximação da comunidade com o conhecimento científico (CARNEIRO, 2009).

É importante salientar que ao apresentar esse histórico, das ações embrionárias relacionadas à musealização da arqueologia, [...] tenho como objetivo mostrar as heranças desses processos de trabalho em muitos dos atuais programas relacionados à arqueologia espalhados pelo país; aspecto, a meu ver, muito positivo, pois, essa longa trajetória histórica, permeada, por várias experiências, muitas, já incansavelmente avaliadas, possibilita parâmetros sólidos para que novos trabalhos sejam iniciados (CARNEIRO, 2009, p. 58).

O terceiro ponto principal das pesquisas em Musealização da Arqueologia apontado por Bruno (2014) é justamente sua irradiação e multiplicação. O levantamento realizado neste capítulo buscou ilustrar esse ponto, visto que 35 pesquisas sobre a temática foram apresentadas pós anos 2010 com uma variedade ainda maior de problemáticas, interesses e formas de constituir trabalhos em Musealização da Arqueologia. Com essa irradiação, pode-se perceber avanço no refinamento de questões teórico-metodológicas, com proposições sólidas e embasadas teoricamente, tanto no campo arqueológico como museológico. Porém, nem todos os trabalhos analisados contribuíram para isso, dado que alguns ainda permaneceram relatando experiências e utilizando como pano de fundo aspectos relativos à Musealização da Arqueologia.

A pouca discussão teórica sobre a Musealização da Arqueologia em alguns trabalhos analisados – que apresentam relatos de experiências e não se aprofundam em um debate sobre a relação da Arqueologia e Museologia e suas demais interlocuções – ocasiona a falta de um suporte teórico-metodológico nos museus e em projetos de musealização. Desse modo, as

técnicas arqueológicas e museológicas não se efetivam de forma complementar (BALLARDO, 2013), acarretando a falta de processos museológicos para a Arqueologia (WICHERS, 2011).

Devemos notar também a ausência de trabalhos que envolvam a interface com os processos museológicos deflagrados a partir da Nova Museologia, revelando uma certa miopia dos arqueólogos em relação às inovações teóricas e metodológicas que já marcavam o campo museológico há mais de três décadas (WICHERS, 2010, p. 184).

Com isso, pode-se perceber positivamente o avanço quantitativo das pesquisas nos últimos anos, na medida em que os pesquisadores foram se apropriando de um debate que vem se consolidando desde os anos 1980 no cenário nacional, trazendo outros enfoques e formas de constituir trabalhos que dialogam com essas questões. Ao mesmo tempo, demonstra como é complicado aprofundar um conceito de forma densa e articulada com as proposições anteriores e avançar na construção de parâmetros e premissas da Musealização da Arqueologia.

Nesse sentido, com a proliferação de trabalhos, não se busca mais apenas uma tendência, mas um equilíbrio entre os campos da Arqueologia e Museologia (BRUNO, 2014). Em alguns casos, refinando e consolidando pressupostos comuns à Musealização da Arqueologia; em outros, apresentando novas reciprocidades entre os campos, como um eixo gerador de ações patrimoniais, com viés preservacionista e/ou engajado com questões sociopolíticas da contemporaneidade.

As perspectivas que têm sido permeadas pelas pesquisas arqueológicas e seus múltiplos resultados têm implicações, com maior ou menor representatividade, na qualificação dos processos museológicos e trazem para a Museologia desafios singulares que têm permitido a este campo do conhecimento a ampliação de horizontes quer seja no que diz respeito às ações relativas à conservação e documentação dos vestígios arqueológicos musealizados, que seja pela identificação de adequadas linguagens expositivas e experimentações de mediação educativa de suas ações comunicacionais, entre muitas outras contribuições que valorizam as reciprocidades entre a Museologia e a Arqueologia, enquanto campos de conhecimento autônomos, mas com cumplicidades no universo da construção do legado patrimonial (BRUNO, 2014, p.9, grifo nosso).

Os trabalhos analisados anteriormente permitiram perceber essa ampliação de horizontes, qualificação dos processos, preocupações relativas à conservação e documentação, busca por exposições qualificadas (com ações educativas processuais e comprometidas), entre outras questões que apontam para as reciprocidades entre Arqueologia e Museologia. Simultaneamente, os trabalhos apresentaram inúmeros desafios, problemas e distanciamentos entre as áreas em questão, configurando um quadro, ao mesmo tempo, promissor e desafiador.

Um dos primeiros desafios apontados pelas pesquisas que partiram de estudos arqueológicos e buscaram as interlocuções interdisciplinares foi perceber que os resultados das pesquisas arqueológicas muitas vezes ficam restritos aos trabalhos acadêmicos. Mesmo quando são realizadas pesquisas colaborativas, em que a população interessada participa da construção do conhecimento, o grande público, os turistas ou outros grupos (que não participaram diretamente da pesquisa) não se apropriam desse conhecimento, sendo o espaço museológico um ambiente propício para essa divulgação. Porém, isso não tem sido feito com a frequência e intensidade que as pesquisas arqueológicas vêm produzindo o conhecimento, existindo um descompasso entre o ritmo de produção acadêmica e sua utilização nos discursos expográficos (RIBEIRO, 2012). Wichers (2011) aponta para esse descompasso entre a produção de conhecimento arqueológico e sua musealização, percebendo que um dos motivos é a falta de políticas públicas que tratem dessa questão de forma mais específica.

Assim, alguns trabalhos trazem uma síntese das pesquisas arqueológicas de determinado local e seus resultados para que seja um instrumento utilizado pelas equipes dos museus, objetivando qualificar as exposições, no sentido de comunicar as interpretações arqueológicas que se relacionam com as temáticas museológicas. Além disso, articulações mais próximas entre pesquisa arqueológica e processos museológicos também são propostas para diminuir esse descompasso.

Outros distanciamentos apontados por muitos dos trabalhos analisados são as várias “faltas” ou “ausências”, ou seja, os trabalhos diagnosticaram falta de profissionais e orçamento (TAMANINI, 1994), ausência de espaço e infraestrutura, reservas técnicas saturadas, coleções mal conservadas e documentadas (RIBEIRO, 2012) e outros aspectos que se referem ao funcionamento dos museus analisados.

[...] problemas de infra-estrutura, recursos humanos, baixos salários, amadorismo, diletantismo, trabalha-se quase de graça por respeito à ciência e por resistência histórica e ausência de definição política. Não há uma metodologia definida sobre a organização do Museu como um todo (TAMANINI, 1994, p. 138).

Outra ausência refere-se às reservas técnicas e a organização de pesquisa:

[...] na maioria dos museus visitados durante essa pesquisa, a própria exposição é o museu, pois não há outras estruturas ou etapas de organização de uma instituição museológica. A maioria dos museus não possui reserva técnica, não realiza pesquisa e, portanto só comunica seu acervo, através da exposição, sem operar todas as etapas da cadeia operatória de procedimentos museológicos (TOLEDO, 2011, p. 242, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que Ribeiro (2012) pontua os problemas de reservas técnicas saturadas, Toledo (2011) diagnosticou que muitos museus não possuem nenhuma estrutura que se assemelhe a uma reserva técnica, ocasionando outros desafios para a gestão museológica, também em virtude do aumento de acervo arqueológico em decorrência das pesquisas de Arqueologia de Contrato.

Grande parcela dos museus, da mesma forma que instituições como laboratórios, núcleos e centros de pesquisa, têm a árdua tarefa de lidar com o crescimento exponencial de acervos enquanto, institucionalmente, o espaço físico, a infraestrutura e o número de profissionais especializados para dar conta do gerenciamento patrimonial parecem estar estacionados (RIBEIRO, 2012, p.58).

Os diagnósticos museológicos trouxeram à tona problemas, demonstrando que são necessários trabalhos com esse enfoque para que os distanciamentos e obstáculos pontuados possam ser superados e as convergências e aproximações de fato se concretizem nas pesquisas e projetos. Esses problemas estruturais, muitas vezes associados à falta de recursos financeiros e humanos, não serão solucionados apenas com investimentos (essenciais para soluções desse nível de problemática), mas precisam de conhecimento e planejamento museológico que só pode ser articulado mediante estudos aprofundados sobre as realidades museológicas e possíveis soluções.

Assim, problemas de cunho teórico-metodológico também foram percebidos, como a falta de debate entre as áreas, o que demonstra que esse assunto não é prioritário em nenhum dos campos (CARNEIRO, 2009; PANACHUK, 2011), ocasionando um abandono das fontes arqueológicas nas instituições museológicas (SILVA, 2008; SCHNEIDER, 2010, MELQUÍADES, 2011; CARDOSO, 2013), uma vez que não integram os discursos expositivos, estão descontextualizados e não utilizam o conhecimento arqueológico produzido para formatar novas exposições. As fontes também estão abandonadas nas instituições de pesquisa que apenas divulgam os resultados entre seus pares, não socializando o conhecimento (WICHES, 2011; TESSARO, 2013; COSTA, 2013; BALLARDO, 2013; SANTOS, H., 2015; PEREIRA, 2015).

Carneiro (2009) afirma que, apesar da relação entre os estudos arqueológicos e os museus ser antiga e possuir uma longa trajetória, ainda não foi assumida como prioritária por nenhuma das áreas em questão, sendo esse outro ponto fundamental para compreender o distanciamento entre a Arqueologia e a Museologia.

Se não houver transformação no olhar dos arqueólogos e mudanças na metodologia de trabalho aplicadas nessas instituições, seguindo as novas tendências da museologia,

o patrimônio arqueológico permanecerá adormecido nesses espaços e a comunidade não será capaz de se apropriar deles (SCHNEIDER, 2010, p. 104).

Além disso, alguns trabalhos pontuaram problemas específicos, como estratégias inadequadas de aquisição de acervo, poucas ações educativas e supremacia dos materiais históricos nos museus, ou, quando analisando museus de Arqueologia, diagnosticou-se a ausência de artefatos relacionados às pesquisas em Arqueologia Histórica (SCHNEIDER, 2010; WICHERS, 2010, 2011; FERREIRA, 2017).

As narrativas produzidas pela Arqueologia Histórica são ainda mais ausentes nos processos de musealização (WICHERS, 2010, 2011). Mesmo que Schneider (2010) tenha apontado que exista uma supremacia dos materiais históricos nos museus, esses não estão sendo abordados pelo viés arqueológico, ainda que a produção acadêmica nessa área tenha crescido e se consolidado.

Soma-se a isso que ainda não havia sido configurada uma Arqueologia Histórica, enquanto campo potencializador da interface Museologia-Arqueologia, possibilitando a abordagem de um amplo espectro temporal e de uma gama diversificada de questões. É corrente, ainda hoje, a interpretação errônea de que Arqueologia estuda apenas o passado indígena (WICHERS, 2010, p. 100).

Toledo (2011) dialoga com essa questão justamente por apresentar uma pesquisa em Arqueologia Histórica e um diagnóstico dos museus da região em que a pesquisa foi empreendida. Os museus analisados não apresentavam em seu acervo objetos arqueológicos históricos, ou seja, quando havia material arqueológico, eram referentes ao passado pré-colonial. Os objetos que se relacionavam com a temática da pesquisa eram provenientes de outros contextos, não arqueológicos. Melquíades (2011) também aponta para o abandono ou não valorização de artefatos arqueológicos históricos nos contextos museológicos, além da falta de pesquisa arqueológica referente aos artefatos analisados.

Ferreira (2017) traz outra problemática a respeito da Arqueologia Histórica quando afirma que, no período do tombamento das ruínas (1955) e abertura do Museu de Arqueologia de Itaipu (1977), não havia o entendimento de que as ruínas também poderiam ser estudadas pela arqueologia. Isso ocorreu porque a perspectiva da Arqueologia Histórica não fazia parte do horizonte conceitual da disciplina e talvez isso explique o diálogo do museu com os sítios pré-coloniais e não com a temática histórica. Nessa linha, Wichers apresenta a discussão:

Ao selecionar alguns discursos expositivos para exame, detectei um profundo descompasso entre construção do conhecimento no cenário atual (narrativas arqueológicas) e a musealização, sobretudo, no que refere à denominada Arqueologia

Histórica, abordadas de forma superficial ou simplesmente ignorada por alguns processos de musealização (WICHERS, 2011, p. 346).

Assim, mesmo que a Arqueologia seja fundamental para construir uma história indígena (SILVA, 2015), e a Musealização da Arqueologia no Brasil seja capaz de amenizar as distâncias entre o Brasil Indígena e o Brasil Colonizado (BRUNO, 2014), as pesquisas arqueológicas que não dialogam diretamente com as questões pré-coloniais e/ou indígenas também precisam ser abordadas de forma complexa. Desse modo, podem justamente romper com essas visões dicotômicas acerca do passado e presente, fortalecendo a Arqueologia e sua musealização de forma múltipla.

A ausência das narrativas arqueológicas históricas nos processos de musealização pode ser explicada também pelo descompasso entre a produção acadêmica e sua inserção nos espaços museológicos, uma vez que a consolidação da Arqueologia Histórica no Brasil é um fenômeno recente e que merece um mapeamento de forma ampla para contribuir no preenchimento dessa lacuna.

Outro aspecto relativo às dificuldades de interlocução é o fato de que a Musealização da Arqueologia, bem como a Educação Patrimonial, ainda são consideradas áreas menores, sem o status acadêmico de outras pesquisas arqueológicas, dificultando a efetivação dessa relação interdisciplinar. Isso também acentua a ruptura existente entre as etapas de campo da pesquisa arqueológica e as ações educativas, que muitas vezes são executadas apenas para cumprir as exigências legais (CARNEIRO, 2009; PANACHUK, 2011; SANTOS, 2011; CARDOSO, 2013; PEREIRA, 2015).

As temáticas de Educação Patrimonial e ações educativas em Museus permearam muitos trabalhos que versaram sobre a Musealização da Arqueologia, sendo essa uma característica marcante, contribuindo para as reflexões também nesse campo (TAMANINI, 1994; CARNEIRO, 2009; TOLEDO, 2010; SILVA, 2010; WICHERS, 2010, 2011; PANACHUK, 2011; SANTOS, 2011; TAUHYL, 2013; CARDOSO, 2013; CAMPOS, 2014; AMARANTE, 2014; SANTOS, P., 2015; SILVA, 2015). Muitos trabalhos afirmaram que a Musealização da Arqueologia dialoga de perto com a Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública, sendo possibilidades de socialização do conhecimento arqueológico.

Educação Patrimonial, Musealização da Arqueologia, ou ainda outras formas de aproximação entre academia e comunidade, têm como interesse comum o envolvimento social da Arqueologia de forma sistemática, e podem ser consideradas formas de atuação dentro da linha da Arqueologia Pública (TOLEDO, 2010, p. 33).

Sobre a Educação Patrimonial, Carneiro (2009) critica a ideia de ser considerada um instrumento de alfabetização cultural, uma vez que não se pode considerar o público de um museu, ou as pessoas envolvidas em atividades de Educação Patrimonial, como analfabetos culturais, mas sim com um repertório cultural que possibilita diferentes interpretações sobre o patrimônio.

No âmbito da Arqueologia, a Educação Patrimonial (EP) é uma prática voltada à popularização dos resultados das pesquisas arqueológicas. Contudo, a EP não deve ser confundida com a mera divulgação de dados ou conclusões. Ela visa oferecer meios que nos permitam reconhecer nossos elos com o passado (tanto histórico com pré-histórico), e assim engendrar processos que nos encaminhem a nutrir apreço e zelo pelo patrimônio arqueológico (CARDOSO, 2013, p. 84).

Assim, a Educação Patrimonial é analisada como uma forma profícua de divulgação, socialização e apropriação do conhecimento e patrimônio arqueológico, desde que esta esteja comprometida com questões pedagógicas, culturais e arqueológicas críticas e que visem à autonomia e valorização de várias perspectivas, pois “A educação nos museus pode ser transformadora, mas também pode reforçar desigualdades, quando a instituição, como um todo, pode fetichizar a cultura material e usar de maneira não crítica a identidade e memória” (SILVA, 2015, p.190).

Além disso, Carneiro (2009) afirma que os programas de Educação Patrimonial, em muitos casos, ainda são considerados apenas como uma obrigatoriedade legal e não como uma ação imprescindível, parte inexorável da pesquisa arqueológica. Essa mudança de mentalidade é algo que vem se transformando lentamente. Panachuck (2011) também realiza um trabalho com a interlocução de Arqueologia e Educação Patrimonial e apresenta a seguinte reflexão:

Dentro desse contexto foram realizadas as pesquisas arqueológicas para o licenciamento ambiental, iniciadas em 2002, através do diagnóstico, prospecção e resgate de dois sítios arqueológicos. Não participei em nenhuma dessas etapas, mas integrei, desde o início, a equipe de educação patrimonial desse empreendimento. Isso demonstra que há uma ruptura em processos que deveriam estar conectados (PANACHUK, 2011, p. 69).

Dessa forma, fica clara a dissociação entre “arqueologia propriamente dita” e Educação Patrimonial, ou ainda o distanciamento entre as etapas de campo e as etapas educativas, quando isso deveria estar sendo planejado e executado de forma articulada. Assim, Carneiro (2009) sugere que, além de articuladas, essas etapas deveriam prever que a Educação Patrimonial começasse antes do início de um projeto de Arqueologia Preventiva e tivesse prosseguimento

depois de encerradas as atividades de pesquisa para que, de fato, o trabalho educativo fosse eficaz, além de articular atividades educativas reflexivas e críticas.

A ação educativa é vista, neste sentido, não como uma mera tradutora de conceitos e conteúdos científicos, mas na sua dimensão social e política; desempenhando o papel provocador de reflexões aprofundadas e críticas sobre a produção e socialização do conhecimento numa dimensão transformadora da realidade (CARNEIRO, 2009, p.11).

Somando-se a isso, no que se refere à Arqueologia de Contrato ou Arqueologia Preventiva, ainda existem as interrupções, pausas e suspensão de contratos de pesquisa que interrompem o andamento das atividades, dificultando ações contínuas de contato com a comunidade (PANACHUK, 2011).

Estudos que versam sobre a Arqueologia de Contrato são capazes de mostrar a necessária conexão entre a Arqueologia, Economia, Antropologia e Educação, analisando vários coletivos envolvidos, como empreendedor, sociedade e técnicos (PANACHUK, 2011). Muitos trabalhos que abordaram Musealização da Arqueologia foram engendrados no escopo de pesquisas em Arqueologia Preventiva (CARNEIRO, 2009; WICHES, 2010, 2011; PANACHUCK, 2011; SANTOS, 2011), potencializando essas discussões.

[...] para executar a proposta de um diálogo multivocal é necessário estar presente na comunidade por períodos frequentes, pois somente assim podemos deflagrar um processo educativo que, nesse caso, envolve as facetas do universo antropológico, museológico e arqueológico (PANACHUK, 2011, p. 131).

Outro fator que revela os problemas relativos às atividades de Educação Patrimonial e ações educativas em museus acerca da temática arqueológica é a falta de profissionais qualificados para essas atividades, ou seja: ou existem profissionais com vasto conhecimento arqueológico e que não dialogam com questões educativas, ou educadores capacitados, mas que não conhecem as especificidades arqueológicas para que de fato essas atividades tenham qualidade técnica e pedagógica.

Carneiro (2009) e Tamanini (1994) apontam que a falta de profissionais afeta a qualidade da relação entre Arqueologia e Museologia. Além disso, Carneiro (2009) afirma que existem poucos profissionais de fato preparados para trabalhar com a Musealização da Arqueologia, com a Educação Patrimonial no que se refere ao patrimônio arqueológico e com demais questões que envolvem um conhecimento multidisciplinar. Porém, esse cenário vem se alterando em virtude do “reconhecimento da importância da formação profissional, tanto em Arqueologia quanto em Museologia” (BRUNO, 2014, p. 13).

Sobre os desafios do diálogo entre Arqueologia e Museologia, Bruno (2014) sistematizou esses distanciamentos, que denominou de atalhos, sendo o primeiro relativo a “questões de longa duração vinculadas à construção da historicidade cultural no Brasil, que reserva espaço de pouca visibilidade para os vestígios desvelados pela Arqueologia” (p. 5). Isso ficou perceptível nos trabalhos que apresentaram sintomas de abandono ou descontextualização dos acervos arqueológicos.

Outros atalhos “se confundem com a fragilidade da capacidade das instituições brasileiras que têm responsabilidades com o patrimônio cultural de assumirem questões sistemáticas e sistêmicas” (BRUNO, 2014, p. 5). Esse tópico é apresentado quando se discutem as “faltas” e “ausências” das instituições museológicas, a escassez de planejamento museológico ou ainda quando é feita uma reflexão sobre os problemas relativos a atividades educativas pontuais e não contínuas.

“Mas há também os atalhos que têm sido formados a partir das dificuldades do diálogo interdisciplinar essencial para as experimentações museológicas” (BRUNO, 2014, p. 5), ou seja, essa problemática aparece na maioria dos trabalhos, pois apresentam a necessidade de olhares e atuações interdisciplinares. Porém, isso ainda é um desafio, visto que a aparente solução é articular equipes que nem sempre atuam direcionadas pelas mesmas perspectivas, gerando outros conflitos e dilemas.

Todos esses distanciamentos, dificuldades e desafios podem ser superados através das diversas potencialidades e propostas que foram apontadas nos trabalhos analisados. A maioria das pesquisas demonstrou a importância do pioneirismo dos museus de Arqueologia para análises dessa relação, no sentido de compreender a historicidade dos processos museológicos e arqueológicos, e suas ações embrionárias no que se refere à Musealização da Arqueologia.

Muitos trabalhos articularam um diagnóstico dos museus com os resultados das pesquisas arqueológicas em determinado território para formular propostas de articulação entre ambos, buscando tornar a realidade arqueológica cada vez mais musealizada e a realidade museológica cada vez mais arqueologizada. Para alcançar esses objetivos, os trabalhos apresentam inúmeras propostas de musealização, desde criação de museus, projetos turísticos, materiais de divulgação, exposições e socialização de reservas técnicas até programas de gestão compartilhada do patrimônio. Porém, fica claro que, apesar da infinidade de propostas possíveis, há alguns parâmetros para articular Arqueologia e Museologia que são debatidos e aprofundam a discussão teórica nessa esfera.

Outros aspectos que se referem à aproximação entre as áreas foram apresentados, como: propostas de criação de bases de dados e sistemas de documentação para que o gerenciamento

do patrimônio arqueológico ocorra de forma articulada, com equipes multidisciplinares, garantindo o uso qualificado do patrimônio e todo o potencial que os projetos em Musealização da Arqueologia apresentam para comunicar múltiplas memórias, e também visando articular-se com a Conservação, como será abordado no próximo capítulo.

Assim, a aproximação entre as áreas fica visível no aumento do número de trabalhos com essa temática nos últimos anos e, também, no aprofundamento dos debates, em alguns casos ultrapassando os relatos de experiências e consolidando um quadro teórico-metodológico. Nesse sentido, quando são analisadas as correntes teóricas utilizadas nos trabalhos apresentados, percebemos que elas se encaixam em vertentes da denominada Arqueologia Pós-processual e todas as arqueologias que derivam desse movimento, focado na dimensão simbólica da cultura e nos aspectos políticos da disciplina arqueológica.

A Arqueologia Pós-processual é marcada pela diversidade e pela prática arqueológica crítica e reflexiva, com caráter discursivo e interpretativo. Esses pressupostos teóricos, além de aceitar, consideram fundamental outras formas de produzir conhecimento. O contexto em que está inserida a cultura material é um elemento fundamental de análise, dado que é importante compreender tanto o contexto do passado como o contexto atual, pois, segundo a corrente Pós-Processual, as interpretações são feitas a partir do presente e com significados políticos atuais. Além disso, é considerado o papel ativo dos indivíduos na construção e interpretação do mundo ao seu redor e como reformulam e reorganizam a cultura e sociedade. Segundo Knapp e Ashmore (1999), a expressão simbólica é central para manter a comunicação e integração social.

De acordo com Hollowell e Nicholas (2009), a prática arqueológica deve ser recíproca e colaborativa, podendo ser desenvolvida através da pesquisa-ação-participação, com o co-desenvolvimento das metodologias de pesquisa com diferentes grupos interessados na pesquisa arqueológica, mediante entrevistas, círculos de discussão, grupos focados, história oral, visitas, observação-participante, pesquisa arquivística, entre outras, numa clara rejeição a uma metodologia unificada, que considera que uma forma de fazer pesquisa possa responder todas as expectativas. Essa questão ficou evidente no diagnóstico das pesquisas, uma vez que a metodologia utilizada pelos pesquisadores foi diversificada, não engessando um modelo único para a Musealização da Arqueologia, mesmo que em muitos trabalhos fosse apontada a necessidade de premissas ou parâmetros norteadores. Essa necessidade não pressupõe que os trabalhos devam ser iguais ou desenvolver uma metodologia unificada, mas, pelo contrário, valoriza as experiências locais, a diversidade e a pluralidade de ações.

As vertentes teóricas da arqueologia contemporânea também apontam para a necessidade da arqueologia abrir mão de sua “torre de marfim” e praticar uma arqueologia descolonizada, não aceitando que apenas a arqueologia, ou outras áreas acadêmicas e científicas, tenham a autoridade de avaliar o passado (HOLLOWELL e NICHOLAS, 2009). Isso também é apresentado em algumas pesquisas, quando os discursos acerca do que e como preservar ultrapassam questões acadêmicas ou de legislação, relacionando-se com a flexibilização de ações e posturas normatizadoras (SILVA, 2015).

Para Silva (2015), a Arqueologia pode ser entendida como uma ciência social engajada com as problemáticas do tempo presente, analisando as apropriações locais do patrimônio arqueológico que, muitas vezes, estão distantes das normativas legais. Essa questão conecta-se aos pressupostos da Nova Museologia ou Sociomuseologia, que aponta para a necessidade de construir discursos expositivos ou práticas museológicas com as comunidades, valorizando suas formas de entendimento do patrimônio.

As discussões atuais sobre construção do conhecimento trazem à tona debates que podem e devem mudar os rumos das pesquisas acadêmicas empreendidas em diversos níveis. Um dos pontos-chave para iniciar essa mudança é perceber que a produção de conhecimento não está envolta em uma aura de cientificidade, que a distancia da sociedade contemporânea com toda sua complexidade e diferentes agentes sociais, mas que justamente precisa dessa aproximação para tornar-se cada vez mais relevante. Essas mudanças ficaram perceptíveis na maioria dos trabalhos apresentados e demonstram como a relação entre Arqueologia e Museologia tem se embasado nesses pressupostos, reaproximando-se de forma mais engajada e comprometida com as questões do presente, buscando superar a herança nacionalista e colonialista de suas práticas. A Arqueologia vem mostrando várias maneiras e alternativas para que sua práxis esteja mais próxima desses novos anseios, tanto acadêmicos como dos outros agentes interessados na construção do conhecimento, em diferentes escalas.

Moore e Thompson (2012) afirmam que o objetivo não é encontrar a melhor maneira de estudar o passado, mas integrar múltiplas perspectivas teóricas e promover uma multivocalidade arqueológica. Na linha de raciocínio dos autores, podemos afirmar que os trabalhos analisados acima contribuem para construir essa multivocalidade arqueológica, já que congregam diferentes vozes acadêmicas e buscam várias perspectivas para o estudo da preservação e gestão do patrimônio arqueológico.

No âmbito dessas intenções, há a nítida compreensão de que a Arqueologia, na contemporaneidade, assume que seus estudos têm multivocalidade, se organizam

também a partir das influências de outros campos de conhecimento e se expressam de acordo com as distintas correntes de pensamento (BRUNO, 2014, p.6).

Hamilakis e Anagnostopoulos (2009) apontam que a arqueologia é um espaço transdisciplinar e transcultural no qual pesquisadores e diversos públicos podem se engajar em várias conversações, trocas e intervenções, transcendendo as fronteiras entre o pesquisador e seu público. Isso demonstra como a gestão compartilhada do patrimônio exige uma relação muito próxima entre os diferentes atores envolvidos. Isso nem sempre é possível de ser realizado no âmbito de um projeto acadêmico, com prazos definidos, como são as teses e dissertações. Mesmo assim, é possível que essas reflexões sejam inseridas nas pesquisas e possam suscitar importantes debates e resultados para a gestão do patrimônio.

Mesmo que já seja feita arqueologia de uma maneira diferente, e que a multidisciplinaridade e mutivocalidade já estejam presentes em várias pesquisas, os debates que vem à tona por conta dessa pluralidade de vozes, em contextos diversos, devem reverberar de forma positiva para que as categorias de análise e critérios escolhidos para a realização de uma pesquisa sejam questionados e constantemente aperfeiçoados, congregando, além de interesses acadêmicos, outras partes interessadas na construção de conhecimento e sua divulgação.

Ainda no campo teórico da Arqueologia, a denominada Arqueologia Pública apareceu na maioria dos trabalhos analisados, e esta pode ser entendida e praticada de variadas maneiras; porém, uma premissa básica, apontada por Meneses (2007), é a atuação extramuros acadêmicos, socializando o conhecimento arqueológico e permitindo a construção da autoimagem pelas comunidades envolvidas na pesquisa. Nessa premissa, além dos arqueólogos, vários outros grupos podem e estão interessados no conhecimento, no patrimônio, nos sítios e lugares que comumente apenas os arqueólogos pesquisam. Segundo Hodder (2006) há vários grupos interessados, como a mídia, a política local, grupos feministas, grupos religiosos, artistas, além dos descendentes do grupo pretérito que se está pesquisando. Ou seja, a Arqueologia Pública não entende o público como um grupo monolítico, mas justamente os vários grupos que podem se relacionar de diferentes formas com a pesquisa e o patrimônio arqueológico.

A Arqueologia, segundo Hodder (2006), precisa se engajar nas causas do presente e responder as perguntas não apenas de cunho acadêmico, mas dos diferentes grupos interessados. É preciso construir respostas para e com a comunidade, além de ter um compromisso ético com a profissão. Essa característica da Arqueologia favorece a aproximação com a Museologia e outras áreas, construindo um quadro relevante para a mudança paradigmática no campo científico. “No bojo da discussão sobre as relações da Arqueologia com a preservação patrimonial estão as questões de ética das pesquisas arqueológicas, as responsabilidades pela

preservação patrimonial e a importância das ações educativas e preservacionistas” (SANTOS, 2011, p. 32). Essa prática arqueológica vem crescendo; porém, desde as recomendações do ICOMOS (*International Council of Monuments and Sites*), em 1990, já se preconizava a participação de grupos locais para proteção e preservação do patrimônio.

Tal temática está em voga, não apenas no campo teórico da Arqueologia, mas também no cenário brasileiro atual, no qual se percebe a urgência de que essa prática arqueológica de fato se efetive, principalmente em obras de grande impacto ambiental e cultural que vem mobilizando comunidades reivindicadoras da participação nas decisões sobre os lugares que serão impactados por obras e outras questões que envolvem a participação de arqueólogos e a comunidade diretamente afetada. A relação entre a Arqueologia de Contrato e a Arqueologia Pública no Brasil é bastante complexa, sendo desvelada em alguns dos trabalhos analisados (CARNEIRO, 2009; PANACHUK, 2011; WICHES, 2011), pontuando suas limitações, uma vez que não basta usar a Arqueologia Pública como “estratégia de marketing” para os projetos de Arqueologia de Contrato (FERREIRA, 2013).

A Arqueologia Pública é definida por Fernandes como uma Arqueologia “capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade atual a fim de que ambas alcancem o patamar necessário para se beneficiarem da troca de conhecimentos” (2007, p. 2), além de ser:

[...] um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem com, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia (FERNANDES, 2007, p. 31).

Nesse sentido, Pyburn e Bezerra (2006) afirmam que a prática da Arqueologia Pública permite questionamentos como: de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade? Como estão sendo apresentadas ao público? Essas questões são inerentes ao exercício da profissão?

A Arqueologia Pública, dessa forma, preconiza que não basta mais se preocupar somente com elucidar problemas de pesquisa, desenvolver modelos teóricos, construir uma interpretação do modo de vida de grupos humanos e suas relações com o meio ambiente e reiterar a divulgação dos resultados entre seus pares; é preciso, além disso, prever medidas efetivas que busquem a socialização e construção coletiva/colaborativa do conhecimento. Essa área de estudo requer não apenas pesquisas que tragam conhecimentos sobre os passados destes públicos, mas, principalmente, a construção de estratégias que possibilitem o acesso, compartilhamento, construção conjunta e diferentes maneiras de diálogos profícuos entre os vários grupos interessados na construção de conhecimento.

[...] public archaeology opens up a space in which to discuss not just archaeological products (such as educational programmes, museum displays and site tours) but the processes by which meaning is created from archaeological materials in the public realm¹⁰ (MERRIMAN, 2004, p. 5).

Bastos (2007) afirma que um dos entraves para o desenvolvimento de políticas de preservação é a natureza elitista e antidemocrática da produção do conhecimento arqueológico. A Arqueologia Pública busca mudar essa situação, proporcionando debates importantes sobre o papel social do arqueólogo e da Arqueologia. “É difícil divulgar a ciência porque ela é planejada para alijar logo de cara a maioria das pessoas. Não espanta que professores, jornalistas e divulgadores encontremos tanta dificuldade quanto tentamos trazer de volta os leitores excluídos” (LATOURET, 2011, p. 78).

Em uma análise mais acurada acerca da inserção da Arqueologia Pública, na maioria dos trabalhos analisados percebe-se que, muitas vezes, essa perspectiva foi apenas citada como uma forma de atrelar a Arqueologia e Museologia, sem aprofundar-se teoricamente sobre a questão ou discutir suas potencialidades e limitações. Desse modo, nota-se que o foco da maioria dos trabalhos não foi o desenvolvimento de uma Arqueologia Pública, mas sim a Musealização da Arqueologia ou a socialização do patrimônio, do conhecimento e das pesquisas arqueológicas que são, também, um dos enfoques possíveis da Arqueologia Pública¹¹.

Acerca dessa falta de aprofundamento sobre a Arqueologia Pública nos trabalhos, Carneiro (2009) exhibe outro problema referente a esse assunto, uma vez que, os autores que abordam Arqueologia Pública:

[...] ou são arqueólogos com formação em “arqueologia pura” que desenvolvem um interesse por esta questão “pública”, mas não se aprofunda em uma bibliografia especializada sobre o assunto, ou são profissionais de outras áreas – museologia, educação, - que também não aprofundam a discussão na temática específica; nesse universo são poucos os profissionais que aliam os diferentes perfis para o desenvolvimento de trabalhos consistentes, e mais importante que isso, a meu ver, uma produção teórica que sustente uma discussão aprofundada capaz de balizar trabalhos mais profícuos nesta vertente (CARNEIRO, 2009, p. 101).

Porém, nos trabalhos mais recentes, já é possível perceber um aumento substancial no *corpus* teórico, visto que muitos dos trabalhos de Musealização da Arqueologia utilizam-se de

¹⁰ [...] Arqueologia Pública abre um espaço para discutir não apenas os produtos arqueológicos (tais como programas educacionais, exposições em museus e excursões locais), mas os processos pelos quais os significados dos materiais arqueológicos são criados no domínio público (tradução nossa).

¹¹ Nesse interm a tese de Márcia Bezerra de Almeida – “O Australopithecus Corcunda – As crianças e a arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na Escola” de 2002 poderia compor um quadro de pesquisas de pós-graduação para a área de Arqueologia Pública, sendo um trabalho fundamental para essa temática.

seus preceitos de forma mais articulada, refletindo sobre suas limitações, contradições e potencialidades. Assim, ficou claro que a maioria das pesquisas buscou delinear-se teoricamente com o objetivo de construir um quadro teórico-metodológico para a Musealização da Arqueologia, pois, como afirma Wichers (2011), Arqueologia Pós-Processual e Sociomuseologia são os paradigmas que norteiam ou que permitem a consolidação da Musealização da Arqueologia, ou ainda que possibilitam uma reaproximação da Arqueologia e Museologia visando superar suas heranças colonialistas.

O desenvolvimento dessas experimentações evidenciou que não bastava apenas promover a interface Museologia-Arqueologia, mas sim a interface Sociomuseologia – Arqueologia pós-processual, não apenas como correntes teóricas, mas como modos de ver e estar no mundo que priorizam o respeito ao outro, partindo de uma postura interacionista e dialógica (WICHERS, 2010, p.295).

Enquanto isso, sobre as escolhas teóricas do campo da Museologia, percebe-se que os autores que assumiram uma postura teórica tratam da Nova Museologia ou Sociomuseologia. Essa linha direciona o olhar para a realidade social e para a inclusão da comunidade nas dinâmicas do museu por meio da interdisciplinaridade.

[...] conceitos da Nova Museologia, no qual o processo museológico extrapola o edifício museu, e se apropria da perspectiva territorial, estabelecendo laços mais estreitos com a comunidade, priorizando a participação social e valorizando as diferentes dimensões da herança cultural (ALBERTO, 2013, p. 15).

George Henri Rivière e Hugues de Varine são dois expoentes dessa perspectiva, que engloba museus de território, ecomuseus, museus locais, museu integral, museus comunitários e outras formas de musealização que não necessariamente se enquadram no modelo tradicional de museu, propondo assim, novos modelos museológicos.

Varine (2000) define a Nova Museologia como uma ideia diferente de museu, um museu que não deixa de ser uma instituição, mas é também processo, que visa à libertação de suas práticas assistencialistas, paternalistas e de clientelismo. O autor percebe o museu como parte do tecido social que contribui para a transformação da realidade, sendo útil para o desenvolvimento, tanto no presente quanto no futuro.

A Sociomuseologia é uma área interdisciplinar que enfatiza a aproximação da Museologia com valores sociais e comunitários, envolvendo a comunidade nos processos de escolha dos objetos a serem musealizados e de sua forma de exposição, além do incentivo e catalisação de movimentos ligados à memória (MOUTINHO, 2007). Essa área compreende o museu como possível agente de transformação e desenvolvimento social, assumindo seu caráter

educativo, formativo e difusor do conhecimento, visto que suas reflexões teóricas permitiram mudanças na estrutura tradicional dos museus, descortinando suas contradições, problemas e soluções. A partir da Sociomuseologia, os museus deixam de ser meros expositores e passam a ocupar outros espaços, mais comprometidos com sociedade (GABRIELE, 2014).

É atualmente reconhecido que a função do Museu não pode limitar-se ao ato de recolher, restaurar e expor os objetos que compreendem o seu acervo. Cada vez mais a pesquisa, a divulgação, a socialização do conhecimento e a participação da comunidade tornaram-se elementos determinantes das funções sociais dos museus. De um lado, temos um público que olha para uma exposição. De outro, uma população que gere o seu patrimônio. (TAMANINI, 1994, p. 65)

Perceber a mudança na trajetória dos museus e em suas abordagens teóricas é importante para analisar como os processos museológicos “foram se distanciando dos argumentos implícitos aos então museus de história natural e enciclopédicos, para iniciarem uma rota permeada de especializações, pelas etnografias singulares e monografias temáticas” (BRUNO, 2008, p. 145). Nesse sentido, a Museologia se diversifica, assim como a Arqueologia, que passam a dialogar mediante novas formas de abordagem e atuação.

Os novos modelos de musealização propiciam a interlocução com muitos campos do conhecimento e diálogo com seus públicos, “chegando ao século XXI ainda nos surpreendendo pela vitalidade e capacidade de se reinventar” (BRUNO, 2008, p. 145). Dessa forma, Wichers (2011) afirma que a Sociomuseologia e as Arqueologias pós-processuais estabelecem uma relação profícua para a Musealização da Arqueologia, uma vez que possuem uma mesma preocupação: qual o papel social do patrimônio no mundo contemporâneo?

Assim, a opção pelo referencial teórico da Sociomuseologia está articulado ao interesse em compreender o cenário contemporâneo, onde uma Museologia voltada ao desenvolvimento integrado da sociedade pode refletir em conjunto com as Arqueologias pós-processuais, cuja indagações também se voltam cada vez mais para as sociedades nas quais atuam (WICHES, 2011, p.47).

Nesse sentido, o diagnóstico da relação entre Arqueologia e Museologia possibilitou essa reflexão teórica, fundamental para compreender a Musealização da Arqueologia e as práticas desenvolvidas nesses processos que, além de embasadas em pressupostos teóricos, apresentam alguns conceitos que permeiam suas discussões e análises. Nas pesquisas exibidas foram sublinhadas algumas palavras que apresentavam conceitos, ideias, temáticas e abordagens teóricas que interligam a produção acadêmica em Musealização da Arqueologia ou que demonstram sua pluralidade e variedade temática. No entanto, foram selecionados alguns conceitos-chaves para compreensão e definição da Musealização da Arqueologia como uma

perspectiva teórica capaz de responder problemas de pesquisas e atuações no campo de conhecimento arqueológico e museológico.

Território (desdobrando-se em Território Patrimonial), Realidade Arqueológica, Realidade Museológica e Cadeia Operatória Museológica são conceitos estruturantes para a Musealização da Arqueologia, discutidos e apresentados em vários dos trabalhos analisados.

Figura 2 – Esquema sobre os conceitos-chave da Musealização da Arqueologia

Fonte: a autora.

Esses conceitos foram bem articulados e melhor sintetizados nos artigos apresentados no número temático sobre Musealização da Arqueologia da Revista de Arqueologia (2014), em que muitas das teses e dissertações analisadas se transfiguram em artigos, buscando nortear premissas e conceitos básicos, retomando análises já realizadas (porém atualizadas) e colaborando substancialmente para a consolidação desse campo de estudo e atuação profissional.

A revista tem 14 artigos sobre Musealização da Arqueologia, na qual 9 deles são decorrentes das pesquisas realizadas pelos autores em seus mestrados ou doutorados analisados nessa tese, demonstrando assim a importância das pesquisas e trajetórias acadêmicas. Além desses, o artigo que abre a revista é de autoria de Maria Cristina Bruno, amplamente citada e reconhecida como principal pesquisadora nessa temática no Brasil. Assim, os conceitos básicos

para o desenvolvimento de pesquisas em Musealização da Arqueologia ficaram mais claros nesses artigos, uma vez que nas teses e dissertações, esses conceitos apareciam de forma difusa e tangenciando as análises.

Sobre o conceito de território, Bruno (2014) o apresenta de forma ampla, como sendo “construído de acordo com os horizontes e percepções dos diferentes campos de conhecimento que importam aos estudos e ações voltados aos problemas patrimoniais” (p. 5), indo além dos espaços e lugares, apropriações e transformações das paisagens culturais.

Nesse sentido, ao tomarmos o conceito de território na Musealização da Arqueologia, estamos destacando as relações de poder, o controle político do espaço, o que nos parece especialmente adequado se queremos refletir criticamente sobre o contexto contemporâneo, onde muitos projetos têm seu espaço de atuação definido a partir dos empreendimentos de natureza diversa, que delimitam o território patrimonial a ser pesquisado. A divisão política, seja municipal ou estadual, também é um recorte possível para a análise do território patrimonial (WICHERS, 2014, p. 27).

Toledo afirma que “delimitar um território não é simplesmente escolher um local para focar os estudos, é preciso compreender alguns conceitos (espaço, lugar, limite, fronteira, entre outros, conforme as especificidades do trabalho)” (2014, p. 164), contendo características de uma realidade arqueológica e museológica.

Assim, realidade arqueológica e museológica são outros conceitos basilares que foram definidos, visto que a realidade arqueológica pode ser entendida como os sítios arqueológicos, coleções, acervos e narrativas arqueológicas (WICHERS, 2014), sendo possível compreendê-la por “meio de levantamento de projetos de pesquisa, acervos, coleções, histórias e memórias” (WICHERS, 2014, p. 25).

A realidade arqueológica é visualizada através de pesquisas, estruturada em problemas e hipóteses que visam construir conhecimento arqueológico, ou mesmo em narrativas arqueológicas já consolidadas no território analisado (TOLEDO, 2014). Enquanto isso, a realidade museológica é compreendida como a historicidade dos processos museológicos, sendo construída através do estudo das histórias e diagnósticos dos museus inseridos no território patrimonial (TOLEDO, 2014).

Assim, “a realidade arqueológica associada à compreensão do perfil sociocultural do território abordado, bem como os bens materiais (móveis e imóveis) e imateriais, referências culturais e indicadores de memória configuram o território patrimonial” (WICHERS, 2014, p. 26). Percebe-se, então, que os conceitos de território patrimonial, realidade arqueológica e museológica são completamente interligados, sendo impossível compreendê-los isoladamente

e, em virtude disso, as pesquisas em Musealização da Arqueologia os utilizam de forma constante e articulada.

Além desses, o conceito de cadeia operatória museológica também é amplamente utilizado e pode ser entendido como uma série de procedimentos, muito mais que apenas um conceito, uma vez que engendra etapas para efetivar ações de musealização. A cadeia operatória museológica já foi muitas vezes definida e esmiuçada por Bruno (1995, 2008, 2014), e envolve os “procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ações educativo-cultural) como eixo estruturador da especificidade da Museologia e se configura em um conjunto sistêmico de ações técnicas” (BRUNO, 2014, p. 10).

Assim, a Musealização da Arqueologia alia as cadeias operatórias museológicas e arqueológicas de procedimentos técnicos e de pesquisa a partir da delimitação de um território patrimonial em suas diferentes escalas. Esses procedimentos são embasados nas realidades arqueológicas e museológicas e referendados em pressupostos teóricos da Arqueologia e Museologia, especialmente dialogando com a Sociomuseologia e as perspectivas das Arqueologias pós-processuais.

Dessa forma, percebe-se que a Arqueologia e a Museologia têm uma relação consolidada que apresenta critérios teórico-metodológicos em crescente articulação, com conceitos-chaves, mesmo que ainda existam muitos desafios para serem superados, principalmente no que se refere a colocar em prática os debates e propostas que estão sendo apresentados com diferentes enfoques em pesquisas e projetos. “Apesar de todos os problemas e descaminhos, os processos museais não podem ser desprezados por aqueles que falam em preservação, desenvolvimento sustentável, globalização cultural e excluídos sociais” (BRUNO, 2014, p. 14).

Nesse sentido, a pergunta que abre esse subcapítulo (“chegamos perto ou nos afastamos?”) pode ser respondida; não de forma uníssona, pois, por mais que tenhamos “chegado cada vez mais perto”, os afastamentos ainda são evidentes e só poderão ser superados por aqueles que se comprometem com a preservação do patrimônio arqueológico de forma teórica e prática e que, de fato, estão dispostos a dialogar.

CAPÍTULO II – ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO: TORTUOSOS CAMINHOS, OBSTÁCULOS E ALTERNATIVAS

Imagens e lendas, música e poesia, o efêmero deixa assim vestígios, o inapreensível inscreve-se no duro, na duração. Conservar vestígios, este gesto especificamente humano, é com efeito o eco paradoxal do que escapa à duração (GUILLAUME, 2003, p. 33).

A relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação é o foco da pesquisa de doutorado em tela e delinea-se através do entendimento da cadeia operatória de procedimentos museológicos aplicados à Arqueologia, que congrega os mecanismos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa). Assim, a investigação apresentada no capítulo I refere-se à Musealização da Arqueologia no seu sentido mais amplo. O capítulo II destina-se a discutir questões do âmbito da salvaguarda, em virtude das especificidades da conservação/restauração, bem como pelo surgimento de demandas específicas para os acervos arqueológicos salvaguardados e de pesquisas mais efetivas nessa área, além de documentos normativos e recomendações relativas à conservação dos acervos arqueológicos.

O capítulo anterior definiu três momentos de reaproximação da Arqueologia e Museologia. Foi visto que o terceiro momento, depois de 2010, caracteriza-se pela proliferação de trabalhos e pluralidade de temáticas em torno da Musealização da Arqueologia, na qual um dos temas em voga é a questão da salvaguarda, ou mais especificamente, a conservação dos acervos arqueológicos. Nesse sentido, o capítulo II demonstra esse cenário, discutindo a relação entre as três áreas, focando nos aspectos relativos à Conservação arqueológica, mesmo que ainda seja uma área pouco estudada e aplicada nas pesquisas no Brasil. Como afirma Ramos (2010), é recente no cenário nacional o entendimento da importância do tratamento técnico do patrimônio, que precisa de disponibilização de recursos para a correta documentação e conservação de acervos. A própria noção mais ampla de conservação do patrimônio é algo recente no Brasil, e isso reflete no tratamento que é dispensado aos acervos arqueológicos, tanto dentro das instituições museais quanto na pesquisa arqueológica (RAMOS, 2010).

Este capítulo apresenta as principais discussões entre Arqueologia e Conservação no Brasil, mediante um levantamento e diagnóstico realizado nos anais dos congressos da Associação Brasileira de Conservadores/Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). A pesquisa iniciou nos Anais desses eventos, em

virtude da escassez de bibliografia nacional sobre Conservação arqueológica; porém, no decorrer da pesquisa, essa temática foi se tornando um assunto de interesse mais regular entre arqueólogos e conservadores, gerando trabalhos mais sistemáticos nessa área, podendo, dessa forma, ampliar o levantamento para dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do país. Esses levantamentos bibliográficos serão analisados seguindo as mesmas perspectivas bibliométricas e cienciométricas do capítulo anterior (ARAÚJO, 2006; CAFÉ e BRÄSCHER, 2008; ARAÚJO e ALVARENGA, 2011; SILVA, HAYASHI e HAYASHI, 2011).

Para compreender os tortuosos caminhos, obstáculos e alternativas em relação à Conservação arqueológica, também foram entrevistados profissionais que atuam nessa área no Brasil, visando construir um quadro interpretativo mais abrangente para que se possa descortinar o relacionamento entre Arqueologia e Conservação/Restauração. As entrevistas também foram realizadas com o intuito de suprir a lacuna bibliográfica sobre a temática, além de apresentar problemáticas práticas da atuação em conservação de acervos arqueológicos e como esses profissionais têm construído sua trajetória acadêmica e inserção profissional, buscando compreender os limites e reciprocidades entre as áreas em questão.

2.1 *Conservação arqueológica: tortuosos caminhos*

A Conservação arqueológica no Brasil é uma área com uma trajetória pequena, uma vez que não há programas específicos para a formação desses profissionais. Como afirmou Granato, “a formação de profissionais da conservação no Brasil é incipiente, normalmente é necessário recorrer a cursos do exterior para obter uma condição mais adequada de conhecimento” (2007, p. 12).

Mesmo que a formação de conservadores no Brasil remonte ao século XIX, ela nunca foi regular (FERNÁNDEZ, 2013) e ocorreu dissociada dos estudos voltados para artefatos arqueológicos e etnográficos (FRONER, 1995). Alguns esforços, a partir dos anos 1980, têm sido feitos para definir a profissão de conservador e formar profissionais habilitados para exercê-la, através da ABRACOR e do Centro de Conservação e Restauração da Universidade Federal de Minas Gerais (CECOR-UFMG). Porém, isso não consolidou a área de Conservação arqueológica, mantendo-se o enfoque na tríade escultura, papel e pintura.

Recentemente, há “algumas poucas iniciativas, como os recém-criados cursos de graduação em conservação da UFMG e da UFPEL”, que reforçam o diagnóstico de que “a formação de profissionais da conservação no Brasil é ainda uma estrada em construção”(GRANATO e CAMPOS, 2014, p. 31). No que se refere à Conservação

arqueológica, além de estar em construção, apresenta caminhos tortuosos pela falta de diálogo e interesse mais efetivo entre as áreas. “Historicamente, as práticas de conservação têm se desenvolvido de forma extrínseca à Arqueologia, confinada aos trabalhos pós-escavação, como as restaurações” (VASCONCELOS, 2014, p. 36).

“Não contamos no país com muita disponibilidade de profissionais e pesquisas que sirvam de base para o tratamento dos diversos materiais arqueológicos” (MONTALVÃO et al., 2014, p. 215). Essa constatação, feita por alunas da graduação em Conservação e Restauração da UFMG, em relação aos materiais arqueológicos do continente antártico, demonstra, mesmo que em um caso específico, a falta de pesquisas em Conservação arqueológica no Brasil.

Entendemos que a própria Arqueologia, ainda em consolidação como área de pesquisa e formação no Brasil, não está sendo compreendida pelos conservadores e restauradores em sua importância, consequentemente a apropriação dos bens arqueológicos como objetos de estudos e trabalho ainda estão por acontecer. A maioria das instituições de ensino e pesquisas no Brasil segue sustentando as áreas artísticas tradicionais, os bens arquitetônicos e os acervos em papel ainda como enfoque unilateral dos percursos formativos de seus cursos de conservação e restauração (MONTALVÃO et al., 2014, p. 215).

Além das problemáticas em relação à formação de conservadores no Brasil, a formação de arqueólogos também não se dedica, de forma satisfatória, aos estudos relativos à conservação e preservação dos acervos. Nesse sentido, Sallés e Ribeiro (2011) afirmam que esse tema é pouco explorado, tanto na produção acadêmica como na práxis arqueológica.

O que pode realmente fazer um conservador na escavação, ainda é uma pergunta difícil de responder no âmbito nacional. Além das questões relacionadas à legislação dessa profissão no país, talvez esta dificuldade derive justamente de não estarmos habituados com a figura do conservador envolvido nas atividades de campo. Ainda são relativamente desconhecidas as possibilidades de ação que representa esta participação, ou seja, questões relacionadas à conservação em campo são deixadas de lado, pois não costumam fazer parte dos problemas que devem ser gerenciados pelo arqueólogo. Pouco se questiona sobre o planejamento e realização da recuperação e transporte dos materiais ou os métodos de conservação do registro em seu contexto e a preservação dos sítios arqueológicos após a escavação, ou seja, muitas discussões serão necessárias, e muitas perguntas surgirão até compreendermos o papel da Conservação arqueológica (CARNEIRO e LIMA, 2008, p. 333).

Nesse sentido, percebe-se que a conservação é um campo relativamente novo na Arqueologia e há poucos livros especializados em Conservação arqueológica (RODGERS, 2004); porém, a Arqueologia e Conservação no Brasil têm buscado rotas de encontro, principalmente nos últimos anos. Para diagnosticar esses caminhos, foram investigadas as ocorrências de trabalhos que versam sobre a conservação de acervos arqueológicos nos Anais dos Congressos da ABRACOR e da SAB, justamente para perceber a inserção das áreas nos

seus respectivos eventos nacionais. Através desses levantamentos iniciais e com uma ampliação recente nos debates sobre Conservação arqueológica, foi possível também fazer um levantamento bibliográfico nas pesquisas de mestrado, através do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e do Banco de Teses e Dissertações, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A pesquisa bibliométrica de trabalhos sobre a temática em questão congrega não apenas dados quantitativos, mas aprofunda a análise para os aspectos reflexivos e de conteúdo. Além disso, foi complementada por uma série de entrevistas com profissionais da área para compor um quadro fundamental de análise sobre o relacionamento da Arqueologia e Conservação, assim como perceber as nuances de aproximação com a Museologia.

A relação entre a Arqueologia e a Conservação foi investigada, em um primeiro momento, através das publicações dos Anais do Congresso da ABRACOR. Esses congressos iniciaram em 1985; porém, as três primeiras edições do evento não tiveram seus anais publicados (março e novembro de 1985 e 1986). A partir do IV Congresso, realizado em 1988, em Gramado/RS, as publicações estão disponíveis no site da ABRACOR¹² e foram pesquisadas objetivando elencar o número de publicações relacionadas à Conservação arqueológica ou que apresentam temáticas que se aproximam da relação Conservação e Arqueologia.

Assim, do IV ao XIII Congresso, ocorridos entre 1988 e 2009, contabilizaram-se 584 trabalhos publicados nos Anais. Entre esses, apenas dezessete tratam de Conservação arqueológica e seis apresentam alguma relação entre Conservação e Arqueologia.

No quadro e gráfico abaixo, pode-se ter uma melhor visualização dos anos e quantidades de trabalhos que versam sobre Arqueologia nos Anais dos Congressos da ABRACOR.

Quadro 2 – Trabalhos de Arqueologia e Conservação arqueológica nos Anais dos Congressos da ABRACOR (continua)

Ano	Quantidade de trabalhos	Conservação arqueológica	Aproximação com a Arqueologia	Observações
1988	20	0	1	Sem o texto completo.
1990	23	0	0	Sem os textos, apenas o índice.
1992	14	0	0	
1994	60	2	0	
1996	57	4	1	

¹² Disponível em: <www.abracor.com.br>. Acesso em: 06 dez. 2017.

(conclusão)

1998	58	3	0	
2000	93	5	0	38 completos e 55 resumos.
2002	21	1	0	
2006	124	2	4	86 completos e 38 resumos.
2009	114	0	0	63 completos.
TOTAL	584	17	6	Total de 23 trabalhos

Fonte: a autora.

Gráfico 5 – Quantidade de trabalhos nos Anais dos Congressos da ABRACOR

Fonte: a autora.

Esse levantamento foi realizado, inicialmente, observando-se os títulos e resumos dos artigos publicados nos Anais, com o objetivo de traçar um panorama geral da presença de trabalhos sobre Arqueologia em um evento da área da Conservação e Restauro, que representam um pouco menos de 4% do total das pesquisas publicadas nos Anais. Porém, para qualificar essa quantificação, os textos que tratavam especificamente sobre a temática da Conservação arqueológica e os que tinham alguma aproximação com o assunto foram lidos e estudados para que fosse possível observar qualitativamente esses trabalhos.

Fica claro, antes mesmo do aprofundamento nos textos, que o número de trabalhos que versam sobre Arqueologia é baixo, não se configurando uma área com aproximação com a

Conservação. Por esse primeiro diagnóstico, percebe-se que há um distanciamento entre as duas áreas – Arqueologia e Conservação e Restauro, mesmo que em alguns anos o Congresso tenha tido um número mais expressivo, como em 1996 e 2000, nos quais figuraram cinco trabalhos, e 2006, com seis trabalhos. Entretanto, como o Congresso não vem sendo realizado desde 2009, não se pode afirmar qual é a tendência mais atual nesse evento.

A proximidade e/ou distanciamento da Arqueologia e Conservação também foram investigadas nos Anais dos Congressos da SAB, de nível nacional. Sabe-se que os eventos regionais também são importantes; porém, para formatar um quadro mais geral e amplo do relacionamento das áreas em questão, foram selecionados os eventos nacionais, que acontecem de forma bianual e congregam pesquisadores de todas as regiões do país, sendo possível perceber como a Conservação arqueológica está sendo debatida e aplicada nas pesquisas arqueológicas brasileiras.

As reuniões da SAB variaram o formato da publicação, sendo possível fazer um diagnóstico através da programação, caderno de resumo e/ou artigos publicados em anais. Infelizmente, alguns congressos não tiveram os Anais publicados, não sendo possível realizar a investigação de forma integral. Mesmo assim, foi possível traçar um panorama no que se refere à inserção do debate sobre a preservação do patrimônio arqueológico através da Conservação arqueológica.

Entre o primeiro congresso e o décimo oitavo, foram apresentados 3.672 trabalhos entre simpósios, comunicações orais e pôsteres; todavia, não foram contabilizados os trabalhos da terceira (1985) e da décima sexta (2011) reunião, em virtude de não terem sido publicados os anais dos referidos anos. Entre esses mais de três mil trabalhos apresentados, apenas trinta e cinco tratavam sobre Conservação arqueológica, sendo o primeiro no evento de 1991. Os trabalhos nessa área se avolumam e tem uma frequência a partir do décimo terceiro evento em 2005. Outras áreas que dialogam diretamente com a conservação também estiveram representadas com trinta e seis trabalhos, versando sobre restauração, preservação, gestão de acervos e completando um diagnóstico sobre como o patrimônio arqueológico é abordado pelos profissionais que apresentaram trabalhos nos congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira¹³.

No quadro e gráfico abaixo, é possível observar uma síntese da quantidade de trabalhos apresentados em cada reunião da SAB e quantos trabalhos foram apresentados sobre

¹³ Wichers (2010) realizou esse mesmo tipo de levantamento para os trabalhos que versavam sobre Musealização da Arqueologia, apontando outra interface fundamental.

Conservação arqueológica, bem como áreas afins, como restauração, preservação e gestão de acervos.

Quadro 3 – Trabalhos de Conservação arqueológica nos anais dos Congressos da SAB

Ano Congresso	Trabalhos apresentados	Conservação arqueológica	Áreas afins	Observações (tema das áreas afins)
1981 – I	65	0	0	
1983 – II	42	0	0	
1985 – III	-	-	-	Anais não publicados
1987 – IV	104	0	1	Restauração
1989 - V	77	0	0	
1991 – VI	150	1	1	Restauração
1993 – VII	115	3	3	Preservação
1995 – VIII	71	0	1	Preservação
1997 – IX	185	1	4	Restauração
1999 – X	293	3	1	Preservação
2001 – XI	203	1	2	Restauração
2003 –XII	205	1	4	Restauração e Preservação
2005 – XIII	394	4	7	Acervo, Restauração e Preservação
2007 – XIV	463	4	3	Restauração e Preservação
2009 – XV	605	3	8	Preservação, Resaturação e Acervo
2011 – XVI	-	-	-	Anais e programação não disponíveis
2013 – XVII	319	12	0	
2015 – XVIII	381	2	1	Preservação
TOTAL	3672	35	36	Total de 71 trabalhos

Fonte: a autora.

Gráfico 6 – Quantidade de trabalhos nos Anais dos Congressos da SAB

Fonte: a autora.

O levantamento dos trabalhos apresentados nos Congressos da SAB também foi inicialmente realizado observando título e resumo dos trabalhos para, depois, o conteúdo ser examinado de forma mais analítica. Os dados iniciais apontam para a baixa incidência de trabalhos nessa temática (pouco menos de 2%), mesmo que em alguns anos, principalmente após 2005 e especialmente no congresso de 2013, a quantidade de trabalhos tenha aumentado significativamente em comparação aos anos anteriores.

Complementando esse panorama quantitativo em relação às pesquisas em Conservação arqueológica, foi realizada uma busca na BDTD e Banco de Teses da Capes que resultou em onze dissertações até meados de 2017, sendo a mais antiga de 1999, com aumento da produção nessa área em 2014. Para a realização da pesquisa nas bases de dados, foram utilizadas as seguintes palavras de busca em todos os campos: “Conservação arqueológica”, “Conservação de acervos arqueológicos” e “Conservação e Arqueologia”. Porém, os resultados não foram satisfatórios, sendo necessário cruzar os dados com outras informações para compor o quadro que é apresentado abaixo, organizado por ano de defesa, modalidade de trabalho (todas são dissertações), autor, título, instituição, área do programa de pós-graduação e orientador. Os trabalhos marcados com um asterisco não possuem sua versão digital disponível.

Quadro 4 – Dissertações que versam sobre Conservação arqueológica

(continua)

Ano	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
1999	BRAGA, Márcia Dantas	Projeto de Conservação de sítios arqueológicos com pintura rupestre no Alto Sertão Baiano	UFRJ	Arquitetura	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
2003	BRAGA, Gedley Belchior	Conservação preventiva: acondicionamento e armazenamento de acervos complexos em reserva técnica: o caso MAE/USP	USP	Ciência da Comunicação	Maria Helena Pires Martins
2012*	ANDRADE, Marcela Nogueira de	Conservação Integrada do Patrimônio Arqueológico: uma alternativa para o Parque Estadual Monte Alegre – Pará – Brasil	UFPI	Antropologia e Arqueologia	Edithe da Silva Pereira
2014	VASCONCELOS, Mara Lucia Carrett de	Artefatos em Ferro de Origem terrestre: um estudo de caso sobre a interface entre pesquisa arqueológica e conservação no sítio Charqueada Santa Bárbara, Pelotas, RS, Brasil	UFS	Arqueologia	Elizabete de Castro Mendonça
2014	SILVA, Ana Flávia Sousa	Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres	UFPI	Antropologia e Arqueologia	Maria Conceição Soares Meneses Lage
2015	MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha	Ciência do Patrimônio: Gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do Licenciamento Ambiental em Minas Gerais	UFMG	Artes	Yacy-Ara Froner Gonçalves
2015	MACHADO, Tiago Graule	A Conservação Preventiva de Acervos arqueológicos em metal: uma análise sobre o Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica	UFPeI	Antropologia e Arqueologia	Jaime Mujica Sallés

(conclusão)

Ano	Autor	Título	Instituição	Área	Orientador
2015*	GONÇALVES, André dos Santos	Arqueologia no Quintal e os Desafios da Conservação de sítios arqueológicos no município de São José do Piauí	UFPI	Antropologia e Arqueologia	Luis Carlos Duarte Cavalcante
2016	DODE, Susana dos Santos	A preservação de vestígios metálicos arqueológicos do século XIX provenientes de campos de batalha do sul do Brasil e Uruguai	UFPeI	Antropologia e Arqueologia	Jaime Mujica Sallés
2016	CASCAIS, Juliana Bizarro	A gestão e conservação de artefatos arqueológicos metálicos: o caso da intervenção realizada na Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel – Pelotas, RS.	UFPeI	Antropologia e Arqueologia	Cláudio Baptista Carle
2017	SOUZA, Taciane Silveira	Preservação do Patrimônio Arqueológico de Fronteira: Museo del Patrimonio Regional de Rivera – Uruguai	UFPeI	Antropologia e Arqueologia	Jaime Mujica Sallés

Fonte: a autora.

A partir da análise do quadro acima, pode-se perceber que foram encontradas onze dissertações nessa temática de pesquisa, sendo nove delas defendidas a partir de 2012, ainda não tendo sido defendida nenhuma tese sobre o assunto. Esse dado aponta para a recente estruturação dessa área como um foco de interesse em pesquisas mais aprofundadas e com abordagens teóricas e metodológicas mais elaboradas. Ou seja, quando se iniciou essa pesquisa de doutorado, em meados de 2013, os levantamentos iniciais só puderam ser realizados nos anais de eventos (uma vez que o foco é buscar o panorama nacional), pois não havia pesquisas no âmbito dos programas de pós-graduação (nota-se que há apenas três trabalhos anteriores a 2014, e um deles não está disponível em formato digital).

Os primeiros trabalhos, do ano de 1999 e 2003, foram realizados em programas de pós-graduação de áreas distintas – Arquitetura e Ciência da Comunicação. Os demais, dos anos

posteriores, são desenvolvidos em programas de Antropologia e Arqueologia e um em Artes, demonstrando uma maior aproximação da Conservação com a Arqueologia.

Os trabalhos apresentados acima foram desenvolvidos em seis instituições, sendo orientados por nove pesquisadores. Jaime Mujica Sallés orientou três trabalhos e os demais orientadores, um trabalho cada. O gráfico abaixo aponta essa distribuição.

Fonte: a autora.

Os programas de pós-graduação em Antropologia/Arqueologia da UFPel e da Universidade Federal do Piauí (UFPI) são os que apresentaram o maior número de trabalhos, quatro e três respectivamente, podendo-se afirmar que esses programas têm tido uma importante contribuição para a consolidação das pesquisas em Conservação arqueológica.

A orientação mais numerosa de Jaime Mujica Sallés em trabalhos nessa temática aponta também para um cenário propício para esse desenvolvimento na UFPel, por conta da existência dos cursos de graduação em Conservação e Restauração e Antropologia e Arqueologia, bem como do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA, como será apresentado no próximo capítulo. Além disso, esse pesquisador tem contribuído para a formação de profissionais nessa relação da Arqueologia e Conservação.

Para completar essa análise quantitativa das dissertações, o gráfico abaixo apresenta a quantidade de trabalhos por ano de defesa, apontando para um crescimento após 2014, demonstrando como essa área tem se estruturado recentemente no cenário das pesquisas

realizadas nas universidades brasileiras, tendo uma importante inserção em alguns programas de pós-graduação, como apontados anteriormente.

Gráfico 8 – Quantidade de trabalhos por ano de defesa

Fonte: a autora.

Além dessas onze dissertações, também se pode incluir nesse levantamento alguns dos trabalhos já apresentados no capítulo anterior, em virtude de se inserirem na discussão de Musealização da Arqueologia, mas, ao mesmo tempo, realizarem discussões importantes para o campo da Conservação arqueológica. Os trabalhos são as dissertações de Rafaela Nunes Ramos (2013), Ana Paula da Rosa Leal (2014) e Daiane Pereira (2015), que apresentam discussões que envolvem as três áreas em questão (RAMOS, 2013; LEAL, 2014) ou ainda as questões de salvaguarda dos acervos na perspectiva da Musealização da Arqueologia (PEREIRA, 2015), inserindo a discussão da conservação nesse arcabouço teórico.

Dessa forma, mesmo que nos últimos cinco anos a produção do conhecimento em Conservação arqueológica tenha aumentado no Brasil, inserida no cenário de proliferação de trabalhos e pesquisas sobre Musealização da Arqueologia, ainda é uma área pouco consolidada, que está se estruturando em alguns espaços de pesquisa e trazendo à tona discussões importantes para a preservação do patrimônio arqueológico. Por conta disso, para diagnosticar de forma mais completa a relação das áreas, foram entrevistados alguns profissionais que têm se dedicado a essas questões e refletido sobre a Conservação arqueológica no Brasil.

Assim, foram entrevistados Jaime Mujica Sallés, no dia 21 de janeiro de 2016, Silvia Cunha Lima e Ana Carolina Delgado Vieira, no dia 28 de janeiro de 2016, Gerusa Alkmim Radicchi, no dia 09 de abril de 2016, e Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos, no dia 24 de agosto

de 2016. Esses profissionais foram selecionados para as entrevistas em virtude de sua atuação profissional nesse campo e por se disponibilizarem em participar da pesquisa, contribuindo sobremaneira para a compreensão das questões que envolvem a Arqueologia e a Conservação.

Inicialmente, são apresentadas algumas contribuições dos entrevistados, no que se refere a pouca bibliografia, formação nacional e a falta de interesse mútuo entre as áreas, para completar o panorama dos levantamentos bibliográficos. Posteriormente, outras reflexões que surgiram nas entrevistas também serão abordadas. Assim, Jaime Mujica Sallés aborda a carência de ações e formação na área:

[...] a partir do momento que entrei na Universidade Federal de Pelotas, como docente do curso de Conservação e Restauro de Bens Móveis, eu percebi que tinha uma carência muito grande no país e na região, no que se refere à conservação de acervos, tanto paleontológicos, como arqueológicos e históricos. A conservação estava direcionada mais para acervos de obra de arte e documentação em papel, etc. Então, vimos já nessa época, seis anos atrás, a necessidade de primeiro nos capacitar e segundo de oferecer um curso que formasse profissionais capazes de atuar nessa área (SALLÉS, 2016, grifo nosso).

A falta de curso de capacitação no Brasil e na região é grave, muito significativo, tanto para profissionais como para alunos que se iniciam na temática (SALLÉS, 2016, grifo nosso).

Quando nós começamos no ano de 2009, início de 2010, praticamente não se escutava falar muita coisa [...], mas logo depois vimos que tinha uma demanda reprimida [...]. Chama a atenção também que tanto em eventos de arqueologia nacionais como internacionais –, aparecem mesas específicas para discutir a conservação na escavação e a relação com a arqueologia e a museologia (SALLÉS, 2016).

Percebe-se, nas palavras de Sallés, o mesmo panorama descortinado nos levantamentos dos anais e das dissertações, ou seja, há uma carência de bibliografias nacionais sobre a temática, bem como formação na área, mas que nos últimos anos tem apontado para um incremento de interesse e atuações em Conservação arqueológica. Nesse mesmo sentido, Ana Carolina Delgado Vieira também assinala para as poucas possibilidades de formação nessa área no Brasil, sendo necessário se especializar no exterior:

A gente não conseguiu escapar dessa tríade: papel, escultura e pintura. Ainda falta muita coisa. Por exemplo: material arqueológico não se encontra formação difundida, não há cursos livres, é muito complicado. As especializações que eu encontrava eram sempre no exterior e esse curso no Peru viabilizou essa formação pelo formato do curso (VIEIRA, 2016).

Nessa linha, questionada sobre a Conservação arqueológica no Brasil, Silvia Cunha Lima afirma que:

Ela não existe, é uma área que não existe, não que eu não acredite na necessidade, mas é uma área que não existe. Infelizmente talvez ela passe a existir devido a uma lei, e não a uma percepção dessa necessidade por parte de muitos, não todos, mas de muitos arqueólogos (LIMA, 2016).

Além disso, ela aponta para o desconhecimento da relação entre Arqueologia e Conservação, inclusive nos cursos de Conservação e Restauro, uma vez que “os cursos em sua maioria são bem tradicionais, e não abrangem a diversidade material do patrimônio brasileiro” (LIMA, 2016). Essa questão é explicada, segundo Gerusa de Alkimin Radicchi, nos seguintes termos:

Eu acho que é uma área muito nova, a própria arqueologia é uma área nova, a conservação é uma área nova. Então, está faltando um diálogo maior, porque eu vejo assim: a conservação ela está mais, tirando Pelotas, a conservação está muito dentro dos cursos de Artes. E arqueologia, às vezes a arqueologia ela tá ali junto com a História ou ela é Arqueologia sozinha, então, os currículos nunca se conversaram (RADICCHI, 2016).

Sobre os currículos não se entrecruzarem nas formações de conservadores e arqueólogos, Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos afirma que teve pouca formação em acervos arqueológicos e etnográficos na formação de conservadora/restauradora, sendo apenas uma disciplina optativa na UFPel. Essa disciplina despertou seu interesse pela área e, mais recentemente, Vasconcelos percebe alguns avanços.

[...] uma área que estava demandando muita pesquisa, publicação no Brasil, então muito por causa disso também, eu optei por seguir na área da Conservação arqueológica. Porque dentro da conservação e restauro eu vi como um caminho a percorrer, um caminho que estava em expansão na época e ainda continua, por ter pouca gente trabalhando na área, por ter pouca publicação, etc. (VASCONCELOS, 2016, grifo nosso).

A Conservação arqueológica está crescendo enquanto disciplina, embora ainda haja pouca publicação, poucos pesquisadores, e poucos cursos de conservação e restauro. Os cursos de conservação e restauro acho que ainda são poucos e não temos cursos de especialização nessa área específica da Conservação arqueológica. Mas vejo um crescimento que está acontecendo e o início de um retorno por parte dos profissionais da arqueologia, um retorno que estávamos buscando (VASCONCELOS, 2016, grifo nosso).

Assim, pode-se configurar um panorama inicial sobre a relação da Arqueologia e Conservação no Brasil através da pesquisa bibliométrica e entrevistas com os profissionais, que apontam para a mesma direção: uma história de curta duração no relacionamento mais próximo e profícuo entre as áreas, com muitas arestas para serem aparadas e um longo caminho a ser percorrido para superar o desafio da preservação do patrimônio arqueológico nacional.

2.2 *Arqueologia e Conservação: obstáculos e alternativas*

A partir dos levantamentos e apontamentos apresentados anteriormente, foi possível perceber o aumento recente na produção nesse campo do conhecimento. É fundamental conhecer essa trajetória, desde os primeiros trabalhos que versaram sobre a temática, bem como seus avanços, aproximações, distanciamentos e novos desafios que têm sido enfrentados para construir uma relação mais próxima e dialógica.

Para diagnosticar a relação entre Arqueologia e Conservação, serão apresentados, cronologicamente, os principais assuntos e abordagens evidenciados nos Anais de congressos e dissertações, complementando as análises com as reflexões realizadas pelos profissionais entrevistados.

Nos Anais dos Congressos da ABRACOR, mesmo que em 1988 já apareça um trabalho elencado no sumário (sem o texto completo e sem autor) sobre a estabilização das ruínas de São Miguel das Missões, é apenas em 1994 que dois trabalhos abordaram a temática investigada. Um deles versa sobre técnicas para conservação e restauração de cerâmica arqueológica (DEL'ARCO, 1994) aplicadas em cerâmicas pré-históricas dos sítios arqueológicos Vila Flor/RN, Ilha de Sorobel/PE e Palmeira dos Índios/AL do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco – NEA/UFPE.

Nesse trabalho, Del'Arco (1994) apresenta o tratamento dispensado às cerâmicas, desde o encaixe dos fragmentos à limpeza mecânica (testes com água, xilol e terebintina, porém todos atacavam as pinturas presentes nas cerâmicas) e a consolidação das fraturas com soluções de resinas sintéticas (paraloid ou verniz acrílico). A consolidação foi realizada antes da colagem dos fragmentos. Foram realizados testes com colas (cola de amido, plástica e cianoacrilatos). A cola de amido não é resistente para esse tipo de material, então a cola plástica foi usada para áreas com pouca tensão e os adesivos a base de cianoacrilatos para áreas com mais tensão. Depois desses testes e aplicações de conservação nas cerâmicas arqueológicas, realizou-se a restauração das peças, preenchendo os vazios com gesso. Assim, nesse trabalho, foram mostrados procedimentos para a restauração de vasilhames cerâmicos, ressaltando a importância dos testes para aplicação em cada caso particular.

O outro texto aborda questões de Conservação Preventiva, apresentando a mudança de prédio de dois museus da Universidade de São Paulo, O Museu de Arte Contemporânea – MAC e o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, e analisando as condições de conservação preventiva no que tange ao edifício, condições de armazenagem e exposição, técnicas de manuseio dos objetos e treinamento de pessoal. Nos dois museus, diagnosticou-se que os

parâmetros ideais de temperatura, iluminação, monitoramento das condições ambientais, poluição e infestação, entre outros, não são respeitados e não há política de conservação (MARTINS, 1994).

No VIII Congresso (1996 – Ouro Preto/MG) foram publicados 57 trabalhos nos anais do evento. Desses trabalhos, quatro versam sobre Conservação arqueológica e um tem relação aproximada com a temática.

Mesquita, Ferreira e Queiroga (1996) apresentam a inauguração da exposição arqueológica do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em novembro de 1995. Antes da inauguração, foi restaurada a coleção arqueológica de cerâmicas, buscando a fidelidade histórica, padrões estéticos, valor arqueológico e beleza. O trabalho de restauro foi realizado com poucos recursos, fotografado e registrado em cada etapa.

Nadal (1996) aborda os problemas de conservação e deterioração de objetos de borracha encontrados em contextos arqueológicos, afirmando que é raro que haja a conservação desses objetos. Tirado e Cervera (1996) expõem os processos de corrosão que ocasionam debilidade estrutural nos objetos metálicos. Os metais provenientes de contextos arqueológicos geralmente possuem fissuras e problemas estruturais. São apresentados os processos de consolidação para aumentar a coesão interna do material. Afirmam que “en piezas provenientes de contextos arqueológicos la limpieza es un proceso muy delicado, en ocasiones imposible de realizar debido a que la mayor parte de la masa original del objeto ha sido transformada en producto de corrosión”¹⁴ (TIRADO e CERVERA, 1996, p. 334).

Silveira (1996) examina alguns fundamentos da conservação de tecidos arqueológicos por meio de duas túnicas da região andina provenientes de sítios funerários, pertencentes ao Royal Pavilion Art Gallery and Museums da Inglaterra. O museu tinha a intenção de conservá-las para guarda e exposição, enfocando design e técnica, dando ênfase ao valor artístico dos objetos. Assim, é apresentado o estado de conservação das duas túnicas e os procedimentos adotados em cada uma para sua melhor conservação e exposição da forma desejada pelo museu.

Qualquer tratamento visando preparar um objeto para a exposição acarreta o perigo inevitável da perda de informações sobre uso e práticas que podem estar contidas em sujidades, manchas, dobras e outros chamados “danos”. Até que ponto podem ser conciliados os procedimentos comumente associados aos tratamentos de conservação (em especial, limpeza) como o objetivo de preservar esses indícios históricos? É preciso lembrar que os “danos” tanto podem representar informações valiosas sobre a origem do objeto quanto podem ser o resultado da guarda e manuseio inadequados já no contexto da coleção (SILVEIRA, 1996, p. 282).

¹⁴ Em peças provenientes de contextos arqueológicos, a limpeza é um processo muito delicado, impossível de ser realizado em algumas ocasiões devido ao fato de que a maior parte da massa original do objeto já foi transformada em produto de corrosão (tradução nossa).

Assim, é papel do conservador buscar soluções que permitam conciliar, da melhor forma possível, todas as funções do objeto. Para a limpeza mecânica das túnicas, foi usado um mini-aspirador de baixa sucção, e as sujidades foram guardadas para análises futuras. Todas as etapas do processo de conservação foram documentadas (SILVEIRA, 1996).

Para o processo de conservação das túnicas, foi considerada a natureza do objeto, sua condição, sua função e as limitações circunstanciais. Para concluir, a autora faz um importante esclarecimento sobre os tratamentos dispensados a bens culturais:

Um único tipo de tratamento não pode se adequar a todos os casos. Mesmo tendo claro que tratamentos diferentes podem convergir para um mesmo propósito, é importante lembrar que, apesar das variações de método, as questões éticas são estáveis, devendo, portanto fazer parte do dia-a-dia do conservador-restaurador. Só assim podemos conseguir uma prática honesta e de respeito não somente em relação aos objetos, mas também a profissão como um todo. (SILVEIRA, 1996, p. 284).

Ainda no VIII Congresso, outro texto tem aproximação com a temática arqueológica. Paiva (1996) apresenta a recuperação da casa do IPHAN no Centro Histórico de Laguna e a adequação de seu espaço interno para a utilização de um Laboratório de Estudos e Pesquisas para a Conservação e Restauração de Bens Culturais, com a instalação de biblioteca, laboratórios e alojamentos para pesquisadores. Sobre a guarda e curadoria do material arqueológico, o texto apresenta a necessidade de tratamento das peças sob a guarda da 11ª Coordenação Regional do IPHAN/SC provenientes de trabalhos anteriores e doações de achados fortuitos de particulares. O acervo é composto de líticos, cerâmicas, metais, etc. que estão acondicionados, catalogados e higienizados.

O Congresso de 1996 foi bastante produtivo no que toca à Arqueologia, qualificando o trabalho em Conservação arqueológica. Percebe-se, nesse momento, que os trabalhos sobre conservação de acervos arqueológicos aparecem em maior número e com reflexões importantes sobre o trabalho do conservador no que tange a objetos arqueológicos, começando a construir um quadro, inicialmente com alguns procedimentos relativos à Conservação arqueológica, dando os passos iniciais para formulação de alguns pressupostos.

No IX Congresso (1998 – Salvador/BA), foram publicados 58 trabalhos em anais, dos quais três dialogam diretamente com aspectos relativos à Conservação arqueológica.

Mesquita (1998) apresenta a Coleção Teresa Cristina (esposa de Dom Pedro II) de 700 peças, que contém cerâmicas, lamparinas, estatuetas, objetos em bronze, esculturas de pedra, vidros, amuletos, painéis, entre outros, sendo alguns objetos provenientes de escavações arqueológicas da Itália. O trabalho sistemático de conservação e restauração teve início com o

projeto “Tratamento das coleções de cerâmicas arqueológicas do Museu Nacional” e se expandiu até a publicação de um catálogo com parte das peças da Coleção Teresa Cristina. Foi diagnosticada a dificuldade do trabalho de conservação em cerâmica arqueológica e a falta de profissionais nessa área. Assim, o museu buscou consultorias e cursos fora do país.

Froner, Braga e Aldrovandi (1998) apresentam a reserva técnica do MAE-USP, pontuando que 90% do acervo encontra-se na reserva técnica, sendo essa uma parte fundamental do Museu, uma vez que o mesmo tem caráter científico, abrigando mais de 100 mil artefatos e também destinado à extroversão e atividades expositivas. Assim, foi apontada a necessidade de planejamento das atividades relacionadas ao armazenamento e à documentação do acervo da reserva técnica. O mobiliário da reserva foi trocado, organizou-se uma sala de imunização especial (os objetos com suspeita de contaminação ficam em quarentena), instalou-se um sistema de proteção contra incêndio e foi feita a troca do piso, da rede elétrica e de iluminação. Além disso, elaborou-se um projeto de acondicionamento e armazenamento das coleções etnográficas e arqueológicas. Também foram realizadas práticas de higienização e intervenções, além da elaboração de uma ficha de acompanhamento de entrada do acervo.

Uma situação emergencial foi o assunto do trabalho de Ferreira et al. (1998), que apresentou um caso extremo de dano causado por uma chuva que alagou o Setor de Arqueologia do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista em 1995, mais especificamente da coleção egípcia, encharcando a múmia de Hori¹⁵. No texto, os autores apresentam as medidas emergenciais que foram tomadas e como essas decisões foram fundamentais para a preservação da múmia. Não havia precedentes na bibliografia para amparar uma situação como a relatada, e a boa vontade, empenho, improviso e ajuda foram essenciais.

No X Congresso (2000 – São Paulo), foram publicados 93 trabalhos nos anais, sendo 38 completos e 55 resumos. Cinco textos tratam de Conservação arqueológica, um deles completo e outros quatro apenas resumos.

O texto completo é de Márcia Dantas Braga, que aborda a questão da conservação de sítios rupestres do Projeto Central de coordenação da Dra. Maria Beltrão. Estabeleceu-se a preferência por intervenções indiretas, monitoramento e documentação dos processos. A intervenção direta realizada nas pinturas foi a consolidação da rocha e do pigmento.

Os fatores de deterioração foram citados pela autora como sendo: poluição ambiental, vandalismo, condições climáticas, presença de vegetação muito próxima às pinturas, entre outros. Os problemas mais comuns diagnosticados foram: rachaduras e queda de grandes blocos

¹⁵ Múmia de um sacerdote egípcio, de nome Hori.

de pedra, presença de raízes nas rachaduras das rochas, esfoliações superficiais e recobrimentos. Para tentar perceber quais medidas devem ser tomadas para a conservação do sítio arqueológico rupestre, realizaram-se levantamento do entorno, descrição das pinturas, recomendações de acesso, avaliação do estado de conservação e identificação do tipo de degradação, além de testes de conservação e registro das amostras recolhidas. Todo o processo foi fotografado e digitalizado, monitorando os detalhes das pinturas e registrando as intervenções executadas.

Enquanto isso, os resumos abordam assuntos como o estabelecimento de prioridades para o tratamento do acervo arqueológico do Instituto de Arqueologia e Museu da Universidade de Tucumán (IAM) (RIBOTTA, 2000), explicando que foi realizada a otimização do espaço para as coleções, diminuído o risco físico, efetivada a união das coleções em um único prédio e elaborado um inventário do estado de conservação. Também foram implantadas normas de conservação e de controle para ingressar nos depósitos. Os desafios do futuro são elaborar uma base de dados, instrumentos para monitorar o microclima e realizar a conservação dos têxteis.

Comerlato (2000) aborda alguns sítios arqueológicos rupestres de Santa Catarina, objetivando discutir a questão da conservação *in situ*, diagnosticando problemas de conservação e propondo a elaboração de um modelo de gestão deste patrimônio. Téllez (2000) apresenta o estado de conservação de 1200 objetos de metal provenientes de contextos funerários (cobre, prata e ouro), já que a conservação natural é precária, mesmo que o cobre forme uma capa de corrosão protegendo-o de alguma maneira, o que não permite uma boa análise.

Por fim, o resumo de Silva, Resende e Neves (2000) refere-se ao acervo arqueobotânico e faunístico do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, pontuando a pouca bibliografia sobre o assunto quando se trata de países tropicais. Dessa forma, há a necessidade de desenvolver métodos e procedimentos específicos para o referido acervo, partindo de ações preventivas aos diferentes tipos de materiais nos diversos momentos do trabalho do arqueólogo – escavação, transporte, análises, depósito e exposição.

É possível perceber que os Congressos de 1998 e 2000 trouxeram importantes contribuições para a reflexão acerca da Conservação arqueológica, demonstrando como diferentes lugares e pesquisas estão interessados nessa temática e nos procedimentos relativos ao processo de salvaguarda do material arqueológico de forma articulada com a conservação. Isso confirma como a relação Arqueologia e Conservação é fundamental para todas as etapas do trabalho arqueológico, desde o planejamento de campo, passando pelas reservas técnicas, até a exposição.

O XI Congresso (2002 – Rio de Janeiro) teve a publicação de 21 trabalhos, sendo um deles sobre a temática. David (2002) apresenta quais são os materiais constitutivos da arte

rupestre pré-histórica e os principais processos de degradação para a elaboração de diagnóstico e plano de conservação de arte rupestre do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-MG.

O XII Congresso (2006 – Fortaleza/CE) teve 86 trabalhos apresentados oralmente (textos completos) e 38 em forma de pôster (resumo), totalizando 124 trabalhos. Desses trabalhos, dois tratam da Conservação arqueológica e quatro têm alguma aproximação com a temática.

O acelerado processo de degradação dos sítios arqueológicos com pinturas de Sete Cidades é apresentado por Lage e Silva (2006), demonstrando que isso ocorre devido a presença de ervas daninhas, plantas grimpantes, insetos construtores, poeira, falta de manutenção e outros. São apresentadas as ações de conservação para a neutralização dos agentes degradantes, realizando a eliminação da vegetação em contato com a parede das pinturas, a conservação da vegetação de grande porte ou reflorestamento (para que tenha sombra), a construção de diques, calhas ou pseudoestalactites para desviar a água da chuva, além da construção de passarelas, barreiras e placas educativas. Completando as ações, foram retirados os depósitos de alteração e feita a consolidação do suporte rochoso. Depois de todas essas ações, procedeu-se o monitoramento da área. Para completar as ações de conservação, foi organizada uma conferência com guias de turismo, funcionários do IBAMA e a diretoria do parque sobre a importância da preservação. Todo esse processo foi fotografado, e foram coletadas amostras dos diferentes tipos de alteração e pigmentos para análise.

Carvalho (2006) aborda as ações de conservação aplicadas ao acervo etnográfico e arqueológico do Museu Antropológico da UFG, selecionado para a exposição de longa duração. Foram adaptadas as vitrines e suportes e organizadas novas condutas de acondicionamento e armazenamento na área de guarda, segundo critérios de Conservação Preventiva baseados nas práticas do Royal Albert Memorial Museums, em Exeter na Inglaterra. Essas condutas e práticas partiram da higienização, com controle de infestação de insetos, passando por mudanças nas embalagens, formas de transporte, registros documentais e reorganização do acervo. A documentação de conservação é composta por ficha de registro de acesso, com numeração específica, documento com o diagnóstico de conservação do objeto e proposta de tratamento, que é acompanhado de ficha de solicitação de serviço. Toda documentação serve para gerir o acervo e para a futura identificação das condutas aplicadas (CARVALHO, 2006).

Além disso, quatro textos do XII Congresso apresentam alguma aproximação com a temática. Um deles versa sobre um projeto de Educação Patrimonial, efetivado por conta de um programa de Arqueologia Preventiva e realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, na região

sudeste do Pará, que objetiva a percepção cultural e ação educativa sobre o patrimônio arqueológico (LIMA e PAIVA, 2006).

França e Brandão Filho (2006) mostram que o poder público vem tratando as intervenções em bens culturais em níveis assemelhados aos adotados em construção civil comum. Eles apontam que isso é um problema para a preservação do patrimônio, ocasionando destruição de testemunhos históricos e arqueológicos, e que o Tribunal de Contas vem interferindo nessas questões no estado de Pernambuco.

Silva e Gusmão (2006) apresentam o Antigo Bairro do Recife, declarado sítio arqueológico em 2000, objetivando a preservação do entorno dos bens. Assim, é apresentada uma proposta de delimitação da área de entorno e de ampliação do conjunto tombado.

Moura (2006) apresenta as ações educativas, realizadas em Parauapebas/PA na área de influência de uma empresa mineradora, voltadas para o patrimônio arqueológico. O trabalho é realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, que objetiva consolidar a percepção cultural do local através de oficinas, organizando equipes de trabalho para fundação de uma Associação de Agentes Patrimoniais locais.

Com essa análise dos textos publicados nos Anais dos Congressos da ABRACOR, foi possível diagnosticar que a maioria dos trabalhos apresenta estudos de caso ou relata experiências com a conservação de alguma tipologia de material arqueológico, ou ainda sobre ações relativas à organização de reservas técnicas, acervos e exposições de objetos arqueológicos. Dessa forma, fica clara a pouca reflexão teórica ou mesmo recomendações e orientações mais gerais sobre Conservação arqueológica.

Sobre o não aprofundamento teórico em relação à Conservação arqueológica, Silvia Cunha Lima apontou que, durante a sua pesquisa na pós-graduação em Arqueologia, não houve espaço para inserir o debate acerca da conservação. Ela apontou que “no projeto inicial tinha um capítulo sobre a conservação da coleção a qual eu estava estudando, que foi retirado, porque na época a banca da qualificação sugeriu que não fazia sentido falar de conservação na pós-graduação de arqueologia” (LIMA, 2016).

Assim, percebe-se o quanto a conservação era vista como algo bem pautado em procedimentos técnicos de rotina, que não configuravam uma área de interesse para debates teórico-metodológico, ainda mais em relação à discussão arqueológica. Assim, para continuar com a construção de um panorama sobre os trabalhos que aproximam as áreas de Arqueologia e Conservação, as pesquisas apresentadas e publicadas nos Anais, Cadernos de Resumo ou outros formatos de divulgação dos Congressos da SAB também foram analisados em seus conteúdos e reflexões, de forma cronológica, chegando até o momento atual.

Nas duas primeiras reuniões da SAB (1981, no Rio de Janeiro, e 1983, em Belo Horizonte) não houve nenhum trabalho sobre Conservação arqueológica. A terceira reunião (1985, em Goiânia) não teve seus Anais publicados, não sendo possível mapear a presença de trabalhos sobre a temática em análise. Em 1987, em Santos/SP, na IV Reunião Científica da SAB, há a ocorrência de um trabalho sobre Restauração, “A Restauração do Prédio Solar do Barão de Sahy – Mangaratiba-RJ”, de Lotufo et al., sem resumo divulgado.

Na VI Reunião Científica realizada no Rio de Janeiro em 1991, um trabalho aborda a importância de elaborar diretrizes para o processo de restauração, visto que, muitas vezes, as escolhas e critérios ficam a cargo apenas do restaurador, sendo necessário verificar o papel exercido pela Arqueologia e História da Arte nesse processo (MENESES, 1991). Outro trabalho apresenta testes realizados com colas, ainda em campo, para consolidar e restaurar o material osteológico de quatro sítios arqueológicos da região central da Bahia (AMORIN, LOCKS e BELTRÃO, 1991). Assim, em 1991, aparece o primeiro trabalho que aborda especificamente as questões de Conservação arqueológica, relatando procedimentos e técnicas aplicadas a uma tipologia de material.

Em 1993, na cidade de João Pessoa/PB, foi realizada a VII Reunião Científica da SAB, que teve 115 trabalhos, dos quais três versaram sobre Conservação arqueológica, abordando problemas de conservação do sítio arqueológico Arco do Covão, conservação de cavernas e a preservação de objetos metálicos de sítios arqueológicos históricos. Além desses, um trabalho também abordou a preservação do patrimônio histórico e arqueológico da Paraíba. Esses trabalhos apenas constam na programação do evento. No total, 22 artigos foram publicados, dos quais dois versam sobre preservação do patrimônio arqueológico.

Pardi traça um panorama referente à situação do patrimônio arqueológico mato-grossense, percebendo que “este quadro reflete o amadorismo e casualismo de um período onde não houve percepção da necessidade de maior apoio, atenção e participação nas ações de preservação arqueológica” (1994, p. 206). Após esse diagnóstico, são relatadas inúmeras ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico, desenvolvidas através da atuação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (PARDI, 1994).

Bagnoli (1994) apresenta como o problema referente à exploração do calcário e atos de vandalismo na caverna com pinturas rupestres e fósseis de animais da era glacial foi solucionado, partindo de palestras com a comunidade até a construção de um museu local, perpassando por cercamento de algumas áreas, limpeza, sinalização e outras atividades. O projeto desenvolvido no Lajedo de Soledade pode servir de exemplo para a preservação de

patrimônios arqueológicos e paleontológicos, além da preservação de aspectos geológicos (BAGNOLI, 1994).

Percebe-se, então, que a VII Reunião Científica é o primeiro evento com mais trabalhos específicos sobre Conservação arqueológica (sítios, cavernas, metais, registros rupestres) e um maior número de trabalhos que versam sobre a área mais ampla da preservação, com artigos publicados, que podem trazer uma maior reflexão sobre a temática.

O VIII Congresso da SAB, realizado em Porto Alegre/RS no ano de 1995, teve 71 trabalhos. Desses, apenas um tratava da temática da preservação, visando o estabelecimento de um programa arqueológico e educativo em virtude do grau de destruição dos sítios arqueológicos do Baixo Vale do Ribeira (DEMARTINI, 1996).

Em 1997, o IX Congresso da SAB aconteceu no Rio de Janeiro/RJ e contou com 185 trabalhos. Um deles tratou sobre um programa integrado de conservação do ecossistema e Conservação arqueológica, visando à preservação de uma área de interesse misto – o Parque Nacional da Serra da Capivara (CHAME, 1997). Também foram apresentados quatro trabalhos sobre Restauração: o primeiro, no sítio arqueológico Capela Santo Alberto (ANDREATTI, 1997); o segundo, na Catedral Velha de Natal/RN (ALBUQUERQUE, BARRETO e MOURA, 1997); o terceiro, no Mercado Público Central de Porto Alegre (LANDA e MONTICELLI, 1997) e, o último, na Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta/ES (NAJJAR e REZENDE, 1997).

O X Congresso da SAB, realizado em Recife/PE em 1999, teve 293 trabalhos. Desse total de trabalhos, duas comunicações versaram sobre Conservação arqueológica e uma sobre preservação, além de um painel sobre a temática. Costa (1999) apresentou um trabalho sobre limpeza e conservação de objetos metálicos. Lage, Santos e Nascimento (1999) apresentaram um estudo sobre a recuperação de um sítio de arte rupestre em Caxingó-PI, evidenciando as intervenções realizadas no sítio, como retirada de raízes e levantamento fotográfico. Pardi (1999) abordou o gerenciamento do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo, apresentando uma síntese das atividades relacionadas à preservação. Enquanto isso, o painel trouxe para o debate um exemplo de consolidação de suporte rochoso em sítios de pinturas rupestres no Piauí, visando o controle da deterioração da rocha, embasado em regulamentações internacionais (LAGE e SOARES, 1999).

Os trabalhos apresentados nos Congressos da SAB dos anos 1990 iniciaram uma discussão sobre preservação do patrimônio arqueológico, pontuando algumas questões mais específicas de Conservação arqueológica, sem ainda compor um quadro extenso sobre o

assunto, sendo poucos trabalhos e com relatos pontuais, marcadamente na área de Restauração Arquitetônica e preservação de sítios rupestres.

O XI Congresso, realizado no Rio de Janeiro/RJ em 2001, teve um Grupo de Trabalho sobre Arqueologia e Restauração Arquitetônica e uma comunicação apresentando uma metodologia de conservação e restauração de cerâmicas arqueológicas em campo, com duas colas específicas (Isocold e Dag), sendo os retoques do processo de restauração finalizados em laboratório, visando à exposição de urnas e painéis (AMORIN e BELTRÃO, 2001). Além disso, foram divulgados vinte pôsteres, dos quais um abordou a temática da conservação dos gravados rupestres no litoral catarinense, apontando como problemas de conservação os agentes naturais, as ações de vandalismo e uma técnica de documentação realizada nos anos 1960 a 1980 que utilizava giz sobre as gravuras. Atualmente os registros das gravuras têm utilizado métodos não destrutivos (COMERLATO, 2001).

O XII Congresso da SAB, realizado em 2003 na cidade de São Paulo/SP, teve um pôster que abordava a questão da preservação óssea visando quantificar o grau de preservação dos remanescentes ósseos. Para isso, gerou um índice comparativo, buscando compreender os processos que afetam a formação do sítio arqueológico e suas transformações (BARTOLOMUCCI e EGGERS, 2003). Entre as 102 comunicações de trabalhos, quatro delas se aproximaram das temáticas.

Sobre Conservação arqueológica, foi apresentado um trabalho sobre as ações desenvolvidas com o material arqueológico e sua documentação do Museu Universitário da UFSC, realizando um histórico da formação do acervo desde as primeiras pesquisas nos anos 1960 e também definição de critérios para classificação e organização do acervo, acondicionamento, armazenamento e gestão ambiental. A Conservação Preventiva foi a tônica do projeto, através da troca do mobiliário, controle climático, utilização de materiais acondicionantes estáveis, controle de roubo e incêndio, critérios de acessibilidade e restrição do acervo. Para a realização do projeto, também foram visitadas outras reservas técnicas em busca de verificar as soluções que os museus encontraram para seus acervos. Todas as etapas do trabalho foram fotografadas, realizando-se um registro importante das atividades de conservação (CASTELLANO e SCHERER, 2003).

Sobre educação em projetos de restauração, um trabalho abordou as atividades arqueológicas desenvolvidas no âmbito de um projeto de restauração arquitetônica de uma igreja, por meio das atividades educativas que foram desenvolvidas visando aproximar a comunidade. O trabalho embasou-se nos preceitos da Arqueologia Pública, sendo possível

refletir sobre a importância da pequena exposição realizada no interior da Igreja e das atividades de escavação simulada (NAJJAR, ALMEIDA e MACEDO, 2003).

Sobre a temática mais ampla da preservação, uma pesquisa descortinou o papel do gestor na preservação do patrimônio arqueológico brasileiro através da Arqueologia Pública, realizando um debate fundamental sobre o momento em que se inicia a preocupação com a preservação e gestão do patrimônio arqueológico e quais estratégias podem ser empreendidas para efetivar políticas públicas em prol da preservação arqueológica. Godoy afirma que o “momento atual exige uma séria avaliação da questão ética, em particular da significância arqueológica” (2003, p. 3), que pode ser avaliada segundo critérios de valor humanístico e científico; porém, o autor indica que não adianta estabelecer normas e regras aleatórias, visto que cada situação depende do diálogo com os envolvidos na preservação, devendo-se utilizar o bom senso e avaliar as necessidades do presente (GODOY, 2003).

Fechando os trabalhos apresentados no XII Congresso da SAB sobre as temáticas desta pesquisa, Macedo, Ribeiro e Najjar (2003) apontam como a prática do restauro é antiga e executada há bastante tempo; porém, uma fundamentação teórica que vise à salvaguarda (não apenas do material, mas da história daqueles que construíram os artefatos) vem sendo pensada como fundamental há pouco tempo. Além disso, a restauração deve ser entendida como um momento de produção de conhecimento acerca do bem patrimonial. Essas reflexões são fruto do trabalho arqueológico realizado junto às obras de restauro da Igreja de São Lourenço dos Índios, o qual visou um trabalho interdisciplinar que, na prática, acabou não se efetivando de forma plena, uma vez que o restauro artístico do retábulo teve primazia frente às outras áreas de pesquisa. De toda forma, a pesquisa arqueológica, pautada nos preceitos da Arqueologia Histórica de cunho pós-processual, foi fundamental para construir conhecimento e revelar a importância da arquitetura no processo de colonização e catequese jesuítica, além de contribuir nas definições de critérios e parâmetros para o restauro (MACEDO, RIBEIRO e NAJJAR, 2003).

Nesse congresso, percebe-se um refinamento nos trabalhos nessa área, justamente por afirmarem ser necessária a definição de critérios e parâmetros, bem como a associação com referenciais teóricos da Arqueologia – Arqueologia Pública e Arqueologia Pós-Processual. Esses trabalhos também aprofundam o debate conceitual acerca da Conservação arqueológica, citando a Conservação Preventiva (mesmo que ainda de forma muito embrionária) principalmente em trabalhos de restauro arquitetônico que já possuíam uma trajetória um pouco mais consolidada.

No XIII Congresso, realizado em Campo Grande/MS em 2005, foram propostos 24 Simpósios, dos quais dois aproximam-se da temática investigada. O primeiro, “Acervos arqueológicos: gerenciamento institucional”, proposto por Paulo Zanettini e Cristina Bruno, debateu a proliferação de projetos de arqueologia relacionados ao licenciamento ambiental e a consequente multiplicação dos acervos arqueológicos, problematizando a questão da salvaguarda e comunicação, envolvendo as ações de educação patrimonial e visando elaborar um documento com critérios mínimos para assegurar a preservação e extroversão dos acervos arqueológicos. O outro simpósio, “Arqueologia e Restauração Arquitetônica: avançando na reflexão” de Rosana Najjar e Arno Kern, visou traçar a trajetória da Arqueologia Histórica no bojo dos projetos de restauração arquitetônica no Brasil.

Na categoria pôsteres, seis dialogaram com as temáticas de conservação, restauro e preservação, abordando assuntos como adequação do espaço da reserva técnica (MANDRINO et al., 2005), a importância do turismo sustentável para a preservação de sítios arqueológicos com pinturas rupestres (ORSI, 2005), a conservação de cerâmicas clássicas (ORSI, 2005b), a conservação de edificações (PEREIRA FILHO, 2005), a organização e inventários de coleções arqueológicas (PEIXOTO et al., 2005) e a importância da participação da arqueologia em projetos de preservação e revitalização de áreas históricas (BANDEIRA, 2005).

Também foram apresentadas 149 comunicações orais, das quais 3 são relacionadas às temáticas da investigação em tela. Canto (2005) apresenta três pontos turísticos que foram restaurados em João Pessoa e tiveram pesquisa arqueológica sistemática, além de oficinas de arqueologia, desenvolvendo atividades de educação patrimonial. Mendonça, Rabello e Lacerda (2005) abordam os aspectos jurídicos da preservação do patrimônio arqueológico referentes ao direito à propriedade, discutindo a ampliação da noção de patrimônio e a função social da propriedade na Constituição Brasileira de 1988, problematizando a questão das legislações que se referem à arqueologia. Oliveira e Lima (2005) apresentam ações de conservação e preservação do patrimônio através de ações educativas realizadas no Parque Nacional do Catimbau, que preserva a caatinga e sítios arqueológicos rupestres visando o desenvolvimento de um turismo não predatório e a construção de uma estrutura de proteção.

Assim, se o congresso de 2003 marca o início de uma preocupação com a falta de referenciais teóricos e parâmetros para a área, em 2005 o número de trabalhos aumenta consideravelmente, também dialogando com as questões de extroversão do patrimônio aliado à esfera da salvaguarda.

Em Florianópolis/SC, no ano de 2007, foi realizado o XIV Congresso da SAB, que congregou 36 propostas de Simpósios Temáticos. Um dos simpósios abordava o tema da

Restauração, “Arqueologia na Restauração Arquitetônica: reflexões sobre uma prática que se torna recorrente”, sob coordenação de Rosana Najjar, visando consolidar essa área nos debates arqueológicos realizados nas reuniões da SAB e avaliando a trajetória da participação da arqueologia nos projetos de restauro arquitetônico.

Na categoria pôsteres, quatro trabalhos discorreram sobre assuntos relacionados à Conservação arqueológica. O primeiro debateu a conservação de artefato de ferro, com o processo de redução eletroquímica e aplicação de cera (TENÓRIO, 2007). Duarte e Júnior (2007) abordaram o grau de conservação dos sítios arqueológicos rupestres, propondo a implantação de uma série de ações de disseminação da informação sobre o patrimônio arqueológico com o propósito de aproximar a população local, apontando possibilidades de desenvolvimento sustentável por meio da incorporação econômica das manifestações rupestres. A catalogação e atualização dos procedimentos de curadoria de uma coleção osteológica, propondo a elaboração de um catálogo, foram examinados por Cerqueira et al. (2007). O último trabalho versou sobre legislações brasileiras referentes à proteção do patrimônio cultural, especialmente o arqueológico, incluindo cartas internacionais que influenciaram as leis brasileiras, visando compreender a regulamentação da atuação do arqueólogo (CUNHA, 2007).

Na sessão de comunicações, 283 trabalhos foram apresentados e 2 tratavam da temática. Um deles abordava a questão da conservação de gravuras rupestres do litoral de Santa Catarina, com a identificação dos principais problemas de conservação (desprendimento de placas, fraturas, alveolização, alteração cromática, presença de líquens e a ação humana). Além disso, verificou-se que os sítios mais degradados são os que recebem mais turistas e são mais divulgados:

Paradoxalmente, os sítios mais ameaçados pela ação humana são justamente os sítios mais divulgados e aproveitados turisticamente – os sítios da praia do Santinho e da Ilha do Campeche. Isto significa que o aumento da visitação a estes sítios não está refletindo na preservação dos mesmos. (COMERLATO, 2007, p. 11).

Outro trabalho aludiu sobre a importância de ações preservacionistas através dos preceitos da Arqueologia Pública e atividades de Educação Patrimonial, com cursos para estudantes e professores da rede pública de forma periódica. Outras estratégias são exposições itinerantes, palestras e demais atividades para contribuir com a preservação dos sítios arqueológicos (OLIVEIRA, FUNARI e MARIA, 2007).

O congresso de 2007 congrega os principais debates na área até aqui apresentados, descortinando o cenário da Conservação arqueológica nos congressos da SAB, com sete

trabalhos que abordaram restauração, conservação de ferro, registros rupestres, curadoria, catálogo, legislação e educação patrimonial, sendo esses os temas mais recorrentes.

O XV Congresso da SAB aconteceu em Belém/PA no ano de 2009 e teve 367 comunicações orais, das quais cinco delas versaram sobre as temáticas de conservação e preservação: a preservação de sítios arqueológicos históricos (FOCKING, 2009), turismo e conservação do patrimônio arqueológico (CORTELETTI, 2009), preservação de pinturas e gravuras rupestres (SANTOS et al., 2009; RODRIGUES e CAVALCANTE, 2009) e preservação aliada aos conhecimentos tradicionais (PARENTE, 2009). Também foram propostos 28 Simpósios Temáticos, dos quais quatro abordaram as questões de preservação, sendo eles: “O Futuro dos acervos” proposto por Camila Wichers, com a debatedora Maria Cristina Bruno; “Experiências em Gestão do Patrimônio Arqueológico na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, organizado por Jeanne Menezes Crespo e tendo como debatedor Alexandre Delforge; “Arqueologia na Restauração Arquitetônica” organizado por Rosana Najjar e “Musealização da Arqueologia: Desafios contemporâneos – o tratamento dos acervos institucionais”, organizado por Maria Cristina Bruno.

Ainda no XV Congresso, foram apresentados 210 pôsteres. Dois deles versaram sobre Conservação arqueológica de forma sucinta, apontando um estudo de caso em um sítio arqueológico e elementos gerais da área (LAGE, OLIVEIRA e QUARESMA, 2009; LIMA, 2009).

Em 2013, o XVII Congresso da SAB foi realizado em Aracaju/SE. Dois trabalhos da sessão de comunicações versaram sobre conservação e restauro, um deles abordando as intervenções realizadas em artefatos de ferro do sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara, em Pelotas/RS, a partir da Teoria Contemporânea da Restauração, que considera os aspectos simbólicos na tomada de decisão a respeito das intervenções de conservação, visto que o projeto arqueológico insere-se na linha de Arqueologia da Escravidão, baseada em pressupostos Pós-processuais (VASCONCELOS, 2013). O outro trabalho (GHETTI, 2013a) discorre sobre os conceitos de preservação e conservação para a Arqueologia, visando uma abordagem integrada para a gestão dos acervos arqueológicos, balizando que a Conservação arqueológica demanda conhecimento dos processos e preocupações da Arqueologia, conhecimento da ciência dos materiais, além de senso estético e ético. Então, Ghetti aponta como necessário elaborar um arcabouço teórico/metodológico que aborde as operações de conservação preventiva, curativa, de restauro e salvaguarda para melhorar a qualidade das ações e para que o conservador tenha maior envolvimento na gestão dos acervos arqueológicos.

Na sessão de pôsteres, dez trabalhos abordaram questões variadas sobre conservação, como: conservação de sambaquis em processo de erosão (FERNANDES, 2013); conservação integrada em um projeto de requalificação urbana, baseado em conceitos de paisagem arqueológica, conservação integrada, renovação urbana, legibilidade e pertença, entre outros (DUARTE, 2013); restauração e redução eletrolítica em aços arqueológicos da Antártica (SOUZA, 2013); conservação de arte rupestre (PEÑA, MENDES JR. e SOARES, 2013); curadoria de coleções arqueológicas para melhor acesso aos pesquisadores, planejamento de exposições e ações educativas (JACOB, CRISTANTE e MANHANI, 2013; BARRETO, AFONSO e SOUZA, 2013); organização de laboratório de arqueologia e suas coleções bioarqueológicas (JESUS e QUEIRÓZ, 2013) e conservação de materiais arqueológicos em ferro, através de métodos eficientes e acessíveis, utilizando o exemplo da redução eletrolítica de alta e baixa amperagem (RIZÉRIO e SILVA, 2013). Além desses, o trabalho de Radicchi (2013) discute que as pesquisas arqueológicas precisam ser orientadas para a preservação e divulgação dos acervos, que precisam estar integradas com as atividades de conservação e difusão das informações dos bens culturais, sendo importante realizar estudos de tratamentos de conservação e criação de protocolos de aplicação em campo (RADICCHI, 2013).

Também há a pesquisa de Ghetti (2013b), que apresenta uma reflexão fundamental para esse campo do conhecimento, discutindo a importância da Conservação arqueológica, compreendida como uma prática científica integrada à Arqueologia e outras disciplinas e não uma simples aplicação de métodos de rotina. A Conservação arqueológica deveria ocupar uma parcela importante na pesquisa arqueológica, pois sem ela muita informação pode ser perdida ou deixar de ser explorada. Além disso, a autora apresenta a importância de procedimentos in situ para contextos arqueológicos com deposições mortuárias, visando responder questões da pesquisa arqueológica e da prática forense.

Assim, o congresso de 2013 marca o interesse de mais pesquisadores em discutir, de forma articulada e embasada teoricamente, a Conservação arqueológica, apresentando a relação das teorias da área da conservação (Teoria Contemporânea do Restauro) com a teoria pós-processual arqueológica. Dessa forma, demonstrando como a área é interdisciplinar e a necessidade de discutir conceitos básicos, métodos eficazes e acessíveis, protocolos de intervenção e atuação, entre outras formas de aproximar a Arqueologia e a Conservação para que a pesquisa arqueológica seja orientada pela conservação/preservação e as práticas de conservação integrem-se aos objetivos arqueológicos. Isto é, o desafio da Conservação arqueológica que, expressa nas palavras de Lima, coaduna-se a essa perspectiva de diálogo constante e profícuo.

Eu acho que uma característica importante do trabalho, quando a gente fala em Conservação arqueológica, é o conservador também ter um conhecimento sobre Arqueologia, que te permita refletir sobre as metodologias e sobre a teoria em conservação. Então eu preciso entender Arqueologia, a demanda, as questões, pra eu poder refletir sobre as questões, a metodologia na área de conservação e ponderar qual a metodologia adequada pra ambas às áreas - achar um equilíbrio, um meio termo, eu acho que esse é o grande desafio (LIMA, 2016).

Em 2015, realizou-se o XVIII Congresso da SAB em Goiânia/GO, no qual uma comunicação versou a importância da preservação da arte rupestre, visto que essa arte descortina o conhecimento da humanidade, sendo a sua conservação vital para o entendimento de dinâmicas sociais, culturais e simbólicas. Os sítios rupestres de Santa Catarina não são mais bem preservados, pois carecem de inserção social e patrimonial, sendo fundamental estabelecer formas mais eficazes de preservação e conhecimento em uma perspectiva inclusiva e de musealização (BASTOS, 2015).

Na categoria pôster, dois trabalhos abordaram a temática da conservação. Um dos trabalhos versou sobre conservação preventiva aplicada à arqueologia, através da revisão e adequação do acondicionamento das coleções na reserva técnica do LEPAARQ-UFPel e criação de um banco de dados (AZEVEDO et al., 2015). O outro abordou o trabalho curatorial da coleção de um sítio arqueológico (AFONSO e JACOB, 2015).

Por fim, o XIX Congresso da SAB, realizado em 2017¹⁶, apresenta em sua programação dois Simpósios sobre o assunto. Um simpósio discute as políticas de acervo para as instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico e o outro sobre gestão de acervos arqueológicos, além de uma mesa-redonda sobre endossos institucionais e ingresso de acervos em instituições de guarda e pesquisa. Completando a programação do XIX Congresso, foi realizada uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Assim, os congressos da SAB tiveram alguns momentos mais profícuos de debates sobre Conservação arqueológica, principalmente em 2013. O cenário nessa área está se consolidando, paulatinamente, entre experiências pontuais iniciais, de caráter empírico, até momentos de maior reflexão teórico-metodológica, com a busca por definições de critérios mínimos orientados pela preservação do patrimônio arqueológico, aliando aspectos de salvaguarda e extroversão.

¹⁶ Foi analisada apenas a programação do evento, durante sua realização no mês de setembro de 2017, sem fazer a contabilização do número de trabalhos, em virtude da simultaneidade do evento e da escrita final da presente tese, sem a publicação de caderno de resumo ou anais do evento previamente.

Além dos congressos, a SAB, preocupada com essas questões, articulou um Grupo de Trabalho, organizado pela arqueóloga Fernanda Borin Tocchetto em 2016, denominado GT Acervos, que tem gerado debates importantes sobre o assunto, norteados tanto pelas novas normativas e portarias do IPHAN¹⁷ como pelo aumento de interesse na área de gestão de acervos arqueológicos salvaguardados, que precisam de ações de conservação e comunicação, aliando-se aos debates da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica. Alguns eventos já foram realizados no âmbito do GT, sendo o mais relevante o Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos, realizado em Ouro Preto nos dias 26 a 28 de abril de 2017, que gerou um documento, “Recomendações de Ouro Preto”, analisado no capítulo IV. Outros eventos estão em fase de organização, o que demonstra um momento crucial e muito positivo para os debates sobre essas questões. Sobre esse momento, Vasconcelos (2016) apontou justamente sobre essas questões em sua entrevista, da seguinte forma:

[...] acho que hoje é um momento chave, a questão principalmente da tomada de consciência por parte dos arqueólogos da importância da preservação, até pouco tempo atrás eu por vezes sentia que a gente estava fazendo um discurso vazio, ficava sempre aquela retórica de “temos que preservar”, “temos que prestar atenção na gestão dos acervos”, etc. e tal, mas havia ainda pouco retorno por parte dos profissionais da arqueologia. E hoje eu já consigo perceber, pelo menos no meu dia a dia, no meu convívio com os próprios arqueólogos, uma mudança no pensamento, inclusive dentro da Sociedade de Arqueologia Brasileira, se criou o GT Acervos. Então agora é possível ver de certa forma uma consolidação desta discussão sobre gestão de acervos arqueológicos, discussão que a gente que estava trabalhando com Conservação arqueológica já vinha fazendo há algum tempo, mas que ainda não havia conseguido inserir de forma efetiva entre os profissionais da arqueologia. Então vejo isso como uma mudança importante, as próprias políticas públicas, a questão das novas portarias do IPHAN agora já abarcarem a gestão dos acervos arqueológicos, abarcarem a problemática das reservas técnicas dos museus de arqueologia, a história que o IPHAN tem realizado nas reservas do Brasil inteiro, então é um momento eu tenho visto como muito importante, um momento chave. [...] Então, parece que houve um grande avanço em poucos anos, hoje eu já consigo ver com esses olhos, eu estou bastante empolgada com o que está acontecendo agora, principalmente em relação às políticas públicas (VASCONCELOS, 2016).

Além desse momento importante devido às políticas públicas e à formação do GT Acervos no âmbito da SAB, o panorama também é crucial para a Conservação arqueológica em virtude do aumento de publicações, tanto inseridas no rol das pesquisas em Musealização da Arqueologia quanto como um ramo específico, trilhando um caminho importante para a consolidação da área. Em sua entrevista, Vasconcelos (2016) afirma “sobre a questão das publicações, eu vejo que cresceu bastante justamente por ter crescido o número de pesquisadores, de profissionais trabalhando com isso, e principalmente pela tomada de

¹⁷ Instrução Normativa n.º 001 de 2015, Portaria n.º 195, 196, 197 e 199 de 2016.

consciência por parte dos arqueólogos”. Nesse sentido, ainda segundo Vasconcelos (2016) “daqui a alguns anos, quando a gente olhar para trás vai ver que foi um momento definitivo para o crescimento da Conservação arqueológica no Brasil”.

Assim, como explicitado anteriormente, outro sintoma muito relevante desse crescimento e valorização da área é a produção de pesquisa acadêmica sistemática, através dos programas de pós-graduação, resultando em dissertações de mestrado que abordam a Conservação arqueológica como temática central, aumentando consideravelmente depois de 2014, justamente no mesmo momento de debates mais consistentes nos congressos da SAB. Porém, antes disso, duas dissertações inauguram as pesquisas sobre Conservação arqueológica.

A primeira dissertação, de 1999, de Márcia Dantas Braga, apresenta um projeto de conservação para um conjunto de sítios arqueológicos com pintura rupestre no Alto Sertão baiano, demonstrando como a tendência, também expressa nos anais dos eventos, se confirma, ou seja, os primeiros trabalhos nessa temática abordam os sítios com pinturas e gravuras rupestres. Braga (1999) realiza a documentação do estado de conservação das pinturas, testes preliminares e levantamento de 26 sítios arqueológicos, dando preferência para intervenções indiretas de conservação e ênfase na documentação dos processos, além de apontar a necessidade de monitoramento constante.

Gedley Belchior Braga (2003) analisa aspectos de Conservação Preventiva no planejamento do acondicionamento e armazenamento de acervos complexos em Reservas Técnicas, através do estudo de caso do MAE/USP, balizando sua discussão em questões éticas e políticas, valorizando o trabalho interdisciplinar e em equipe e considerando o público o beneficiário da preservação. Braga afirma que “a Conservação arqueológica objetiva prevenir a desintegração dos objetos, uma vez que eles estão expostos à atmosfera, e também descobrir a verdadeira natureza do artefato original” (2003, p. 28), porém os “profissionais em nosso país não tem enfatizado a importância da conservação” (2003, p. 23), mesmo sabendo que, sem ela, muitas informações arqueológicas serão perdidas ou deixadas inexploradas (CRONYN, 1996 *apud* BRAGA, 2003).

Nesse sentido, Braga (2003) faz várias considerações a respeito das adequações que podem ser realizadas em países tropicais ou em instituições sem recursos financeiros para colocar em práticas as recomendações da Conservação Preventiva. Devem ser buscadas soluções de baixo custo e dentro da realidade brasileira, realizando testes, aplicando e avaliando métodos e técnicas para construir alternativas para a Conservação arqueológica, pois:

“não se deve pensar que não se poder fazer nada por falta de verbas ou por causa de o ideal ser muito distinto e parecer muito distante da realidade enfrentada. Cada alteração, cada melhoria executada no dia a dia vai fazer a diferença” (BRAGA, 2003, p. 81).

Além disso, Braga (2003) também apresenta a importância da articulação da conservação com as exposições dos acervos, sugerindo que o trabalho da conservação seja apresentado ao público, no sentido que este possa compreender a complexidade que envolve o tratamento dispensado aos acervos até chegar às vitrines expositivas ou outras formas de divulgação do conhecimento arqueológico. Assim, o trabalho de Braga (2003) é importante para definir alguns aspectos da Conservação arqueológica, conservação preventiva e a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre acondicionamento e armazenamento dos acervos em Reservas Técnicas, uma vez que grande parte do material arqueológico está nesses espaços de guarda.

Depois da dissertação de Braga (2003) há uma grande lacuna temporal até os trabalhos que começam a proliferar de 2014 em diante, possibilitando a construção da disciplina de Conservação arqueológica no contexto nacional (VASCONCELOS, 2014). “As ciências da Arqueologia e da Conservação e Restauro vem sendo aplicadas de forma conjunta para a preservação dos bens de origem arqueológica, culminando em uma nova disciplina denominada Conservação arqueológica” (VASCONCELOS, 2014, p. 14).

Essas afirmações de Vasconcelos (2014) estão presentes em sua dissertação que aborda a interface entre Conservação e Arqueologia através do estudo dos artefatos em ferro de origem terrestre. A pesquisa foi desenvolvida de forma interdisciplinar no sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara em Pelotas/RS, no âmbito do Projeto Pampa Negro.

Vasconcelos (2014) apresenta a necessidade de adaptação de bibliografias estrangeiras sobre Conservação arqueológica para a realidade brasileira, bem como pontua a existência de poucos profissionais da Conservação, Museologia e Arqueologia que se debruçam sobre o tema. Isso acarreta em um número quase inexpressivo de publicações nacionais na área, sendo necessário pesquisar, elaborar e testar procedimentos e métodos de conservação em campo e nos acervos arqueológicos salvaguardados, visando à adaptação às realidades locais e institucionais. Percebe-se, nesse ponto, uma aproximação com as propostas de Braga (2003) no que se refere à necessidade de refinamento das metodologias de Conservação arqueológica para o contexto brasileiro.

Assim, na pesquisa desenvolvida na Charqueada Santa Bárbara, foi possível elaborar e testar protocolos de intervenção preventiva e curativa, desde o planejamento da escavação até

os procedimentos em laboratório e guarda dos materiais. A pesquisa de Vasconcelos (2014) apresentou, de forma mais analítica, os procedimentos aplicados em quatro artefatos de ferro, buscando perceber como os diferentes tratamentos de conservação curativa reagiram e quais técnicas podem ser selecionadas para serem aplicadas aos acervos, conforme os objetivos da pesquisa arqueológica e das ações de extroversão do patrimônio.

Além de discutir procedimentos, Vasconcelos (2014) também faz uma reflexão teórica aliando a perspectiva da arqueologia pós-processual com a teoria contemporânea da restauração. Esta teoria valoriza os aspectos simbólicos dos objetos na tomada de decisão a respeito das intervenções de conservação, ampliando a esfera de atuação do conservador, não se focando somente nos aspectos materiais do objeto, mas também no intangível, subjetivo, simbólico e documental. Nesse sentido, o trabalho de Vasconcelos (2014) é fundamental para iniciar o refinamento de uma discussão teórica no campo da Conservação arqueológica, norteadas pelos princípios da preservação do patrimônio, mediante a atuação conjunta e articulada de profissionais da Conservação, Museologia e Arqueologia, considerando a prática engajada e responsável, que transforma não somente os objetos, mas também os indivíduos.

No mesmo ano, Ana Flávia Sousa Silva defende sua dissertação que versa sobre proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres através da proposição de critérios para o estabelecimento de parâmetros para proteção e conservação dos sítios do Complexo Arqueológico do Morcego, Caxingó/PI. Silva (2014) estuda as medidas de proteção e conservação de sítios arqueológicos em áreas de Unidades de Conservação, realizando reflexões teóricas sobre patrimônio, inserindo nesses pressupostos as medidas de conservação, dialogando com as perspectivas da Arqueologia Pública e Musealização e afirmando que o foco da conservação passou a ser a cultura material em sua nuances menos visíveis.

Nesse sentido, Silva (2014) avalia o estado de conservação dos sítios arqueológicos e busca vislumbrar as possibilidades de preservação segundo os atributos e definições legais e metodologias utilizadas para a criação de áreas protegidas. Assim, realiza diagnóstico (em campo e em laboratório), ações de conservação (limpeza, construção de diques, remoção de depósitos de alteração, placas, barreiras) e orienta para o constante monitoramento. Desse modo, propõe a gestão dos sítios arqueológicos de registros rupestres em áreas de Unidades de Conservação, utilizando-se dos pressupostos da Conservação participativa, que engloba ações de educação patrimonial e ambiental, turismo e participação social (SILVA, 2014).

As duas dissertações de 2014 tornaram mais complexas as discussões no campo teórico para a construção de uma abordagem em Conservação arqueológica que não se embasa apenas

nos critérios materiais dos objetos, ultrapassando barreiras fundamentais para a preservação do patrimônio arqueológico. Dessa forma, contribuindo nesse mesmo sentido, Ana Carolina Motta Rocha Montalvão apresenta uma dissertação sobre a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental. Sua ideia central é de que é fundamental “a ação integrada entre as áreas afins da Ciência do Patrimônio” (MONTALVÃO, 2015, p. 95), definindo-a como um campo científico que engloba todas as áreas envolvidas na preservação, fruição e apreciação do patrimônio.

Montalvão (2015) apresenta diversas problemáticas que envolvem a Arqueologia Preventiva, articulando-a ao licenciamento ambiental, gestão do patrimônio e instituições de guarda, com um embasamento teórico articulado às questões patrimoniais, abordando o suporte material, seus significados e extroversão. Articulando Arqueologia Preventiva e Conservação, Montalvão afirma que:

[...] a Arqueologia Preventiva deve priorizar a conservação *in situ*, os cuidados no transporte e armazenagem dos bens, a intervenção por pessoas capacitadas e o condicionamento adequado em reservas técnicas. Do mesmo modo, deve produzir uma documentação minuciosa que permita o estudo posterior. Assim, as ações resultantes do resgate e da conservação caracterizam-se como ferramentas que auxiliam o desenvolvimento da pesquisa, a transmissão e o usufruto dos valores inerentes ao bem (MONTALVÃO, 2015, p. 25).

Nesse sentido, percebe-se como o trabalho de Montalvão (2015) estende o debate, definindo a Ciência do Patrimônio, englobando as noções e ações preservacionistas. A autora também afirma ser necessária a integração entre todas as áreas que abordam o patrimônio para que a gestão seja eficaz e possa, de fato, garantir preservação, com pesquisa, resgate, conservação, extroversão e educação, definindo também a importância das políticas de acervo, que envolvem aquisição, preservação e utilização, com responsabilidade ética.

Assim, a partir das análises da legislação patrimonial e as direcionadas especificamente para a Arqueologia, Montalvão aponta que a Instrução Normativa de 2015 do IPHAN pode vir a ser “o fim da Arqueologia sem Gestão em Conservação Preventiva” (2015, p. 132), demonstrando o quanto o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas de forma isolada das demais ciências do patrimônio não contribuem para a preservação arqueológica, sendo um equívoco em sua essência.

Buscando pesquisar e testar procedimentos e métodos em Conservação arqueológica adaptada às instituições brasileiras, Tiago Graule Machado apresenta uma análise do LÂMINA-UFPel através dos preceitos da Conservação Preventiva, especificamente no que se refere às condições ambientais para a conservação dos artefatos metálicos. Machado (2015) afirma que

são escassas as referências que tratam sobre Conservação arqueológica no Brasil, sendo necessário realizar os diagnósticos dessas condições para ampliar a discussão sobre conservação preventiva em acervos arqueológicos no âmbito nacional.

Machado (2015) realizou medições dos níveis de luz, umidade relativa, temperatura e poluentes no LÂMINA durante aproximadamente um ano, buscando mapear quais os principais problemas e como afetam a conservação dos metais arqueológicos. Também analisou os tratamentos dispensados a alguns artefatos em metal, registrando em fotografias o estado de conservação no pré e pós-tratamento, que envolveram limpeza mecânica e química, tratamento galvânico e aplicação de consolidantes. Assim, Machado (2015) afirma ser fundamental refletir acerca da conservação, especificamente a preventiva, relacionando-a aos aspectos materiais e intangíveis dos artefatos analisados, seja na pesquisa arqueológica ou nas ações de conservação.

Em uma pesquisa empreendida no mesmo laboratório, o LÂMINA, Susana dos Santos Dode realiza um estudo sobre a conservação de artefatos metálicos do século XIX provenientes de campos de batalha do sul do Brasil e Uruguai, aplicando procedimentos curativos e preventivos no acervo, além de discutir a relação entre Arqueologia e Conservação. Dode (2016) caracteriza a Arqueologia de Campos de Batalha através de um tipo particular de sítios arqueológicos que dialogam com Arqueologia do conflito e da violência, além da Arqueologia militar.

Sobre a Conservação arqueológica, Dode (2016) realiza uma retomada dos principais teóricos do restauro, apontando como é um ramo novo, tanto na área da conservação como na arqueologia, em vários lugares do mundo (México, Espanha, EUA e Grã-Bretanha), visto que seu desenvolvimento mais sistemático ocorre após os anos 1980. Enquanto isso, no Brasil, ainda impera a escassez de profissionais e bibliografias.

Um ponto interessante do trabalho de Dode (2016) é a valorização, tanto da prática da conservação em todas as etapas da pesquisa arqueológica – elencando procedimentos e protocolos prévios à escavação, *in situ*, em laboratório e nas reservas técnicas – como a comunicação e extroversão dos acervos arqueológicos, para completar o amplo espectro da preservação do patrimônio arqueológico.

Em outro laboratório da mesma universidade, Juliana Bizarro Cascais avalia o estado de conservação dos artefatos metálicos arqueológicos resgatados no sítio Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel, Pelotas/RS, conhecido como Casa 8, que estão na Reserva Técnica do Lepaarq/UFPel. Esse sítio foi escavado há mais de uma década, inserido em um projeto de restauro arquitetônico do Programa Monumenta (BID/IPHAN).

Cascais (2016) realiza um diagnóstico dos artefatos metálicos e apresenta propostas de conservação preventiva e curativa, projetando que o acervo possa vir a ser musealizado através de um processo de gestão e avaliação da degradação após a inserção na reserva técnica. A importância da atuação conjunta de arqueólogos e conservadores é ressaltada na pesquisa de Cascais (2016) mediante a reflexão sobre a ciência da conservação e arqueologia pós-processual, pública e simétrica. Essas vertentes teóricas da arqueologia objetivam a preservação do patrimônio arqueológico através da gestão, que é orientada pelas Cartas Patrimoniais, Códigos de Ética e critérios conservacionistas, arqueológicos e museológicos.

Assim, Cascais (2016) apresenta vários procedimentos aplicáveis ao acervo metálico arqueológico através da perspectiva de mínima intervenção, visando colaborar com a construção de estratégias alternativas pós-coleta, uma vez que essa coleção arqueológica foi escavada sem os procedimentos adequados da conservação *in situ*, em caráter emergencial, prejudicando e acentuando os níveis de degradação dos materiais (especificamente, os metálicos). Nesse sentido, o trabalho aponta para a necessidade do planejamento prévio e para ações conjuntas e articuladas de arqueólogos e conservadores.

Por fim, o trabalho de Taciane Silveira Souza aborda a preservação do patrimônio arqueológico de fronteira através do estudo de caso no Museo del Patrimonio Regional de Rivera – Uruguai. Assim, essa pesquisa dialoga com a situação da relação Arqueologia e Conservação no Uruguai, com parceria firmada com uma instituição do Brasil (LÂMINA-UFPEL), demonstrando como a situação no país vizinho é semelhante à brasileira em função da falta de profissionais e de recursos financeiros para que as instituições museais qualifiquem suas ações.

Visando melhorar as condições e ações do Museo de Riveira, foram desenvolvidas diversas atividades através do acordo de cooperação técnica firmado com a UFPEL, como adaptações de procedimentos de conservação, diagnóstico dos ambientes de acondicionamento e exposição dos acervos, levantamento do estado de conservação, elaboração e execução de projetos interventivos, montagem de um laboratório de conservação, capacitação dos profissionais do museu, entre outras (SOUZA, 2017). Essas atividades foram embasadas na experiência do LÂMINA-UFPEL e de outras instituições, buscando criar e aplicar novas metodologias na preservação do material arqueológico através da Conservação arqueológica que, segundo Souza (2017), vem crescendo nos últimos anos, sendo considerada base para a gestão do patrimônio.

Para realização do trabalho, foram feitas reuniões prévias com as equipes, entrevistas com os moradores e turistas, atividades de conservação preventiva, curativa, restauro,

montagem de uma área de reserva técnica expositiva e de um laboratório de conservação, monitoramento do acervo e planejamento de uma exposição de curta duração sobre a temática fronteiriça, além de uma intervenção investigativa nas ruínas da Usina de Cuñapiru (SOUZA, 2017). Assim, esse trabalho demonstra a importância da interdisciplinaridade e das parcerias entre as instituições para que a capacitação profissional na área de Conservação arqueológica possa ser desenvolvida em diferentes lugares, expandindo as práticas preservacionistas que aproximam as áreas da Conservação, Arqueologia e Museologia.

Essa síntese dos trabalhos, desde os anais dos congressos até às dissertações, demonstra um panorama de crescimento da área de Conservação arqueológica, tendo acentuado a reflexão teórica nas pesquisas de pós-graduação, visto que a maioria dos trabalhos apresentados nos congressos pautou-se em estudos de caso e relatos de experiências, não configurando um espaço de grande aproximação das áreas em virtude também da baixa representativa quantitativa. Além disso, com esse levantamento e análise, foi possível caracterizar de forma mais completa o relacionamento da Arqueologia, Museologia e Conservação, atrelando-se de forma complementar e indissociável, se o mote das pesquisas e atuações for, de fato, a preservação do patrimônio arqueológico. Nesse sentido, a respeito da responsabilidade profissional acerca da preservação, Sallés, em sua entrevista, afirma que:

Todos, tantos os museólogos, os museógrafos, os arqueólogos, os conservadores, os historiadores, os antropólogos, os biólogos, todos contribuem para preservar memórias do passado. Então, consideramos que não poderia existir um único protagonista, mas múltiplos protagonistas (SALLÉS, 2016).

Dessa forma, as perspectivas compartilhadas entre as áreas, que consolidam tanto a Musealização da Arqueologia como a Conservação arqueológica, referem-se à preservação do patrimônio arqueológico apresentando propostas práticas para que o discurso, em relação à preservação, não seja esvaziado, mas efetivado com ações de salvaguarda e comunicação dos acervos e sítios arqueológicos. Nesse sentido, os relatos de experiências, estudos de casos e técnicas apresentadas colaboram fundamentalmente para a construção da área que busca, justamente, suprir uma lacuna nos estudos relativos à preservação do patrimônio que, muitas vezes, ficam focados apenas no discurso, não consolidando uma práxis preservacionista. No entanto, a busca pelo equilíbrio, com a proposição de ações embasadas em pressupostos teóricos, é o mote fundamental para que a Conservação arqueológica desenvolva-se de forma plural e engajada com os preceitos da Arqueologia Pública, Musealização da Arqueologia e

Educação Patrimonial, que já efetivam práxis fundamentais para a preservação do patrimônio arqueológico, sendo possível construir uma conservação social e participativa (PERÉZ, 2016).

2.3 *Tão perto, tão longe: perspectivas compartilhadas*

Os caminhos trilhados, com obstáculos e alternativas referentes à aproximação da Conservação e Arqueologia, colaboram para a construção de perspectivas compartilhadas de reflexão e atuação, mesmo que o cenário nacional ainda seja incipiente e carente de bibliografias, profissionais e divulgação dos trabalhos realizados de forma mais sistemática e consistente. Os dados apresentados acima, ao mesmo tempo em que descortinam algumas limitações, possibilitam um debate profícuo e estimulante nesse campo do conhecimento.

Quantos conservadores/restauradores efetivamente expõem em espaços de extroversão – congressos, simpósios, seminários – os resultados das pesquisas e das práticas desenvolvidas em ateliês e laboratórios? Quantos publicam em periódicos científicos e acadêmicos? Quantos participam de fóruns com competência e visibilidade na área? A invisibilidade da prática a torna invisível para a sociedade. A incapacidade de atuar conjuntamente, por meio de associações reconhecidas, torna o campo de saber incapaz de se instalar em um sistema de forças estruturado (FRONER, 2014, p. 12).

Esses questionamentos foram parcialmente respondidos, especificamente no que se refere à Conservação arqueológica, através do levantamento dos trabalhos apresentados nos congressos da ABRACOR e da SAB, corroborando com a reflexão realizada por Froner (2014). Isso porque a área da conservação ainda não é vista ou valorizada no mesmo patamar que outras atividades acadêmicas e/ou científicas, tanto por essa invisibilidade – em decorrência de sua atuação mais prática, circunscrita aos ateliês e laboratórios – como pela formação de conservadores/restauradores, que só recentemente têm ingressado em programas de pós-graduação de forma mais sistemática.

El reconocimiento del máximo estatus tiene que empezar por la formación, no puedes pretender que una profesión que está a nivel de diplomado pueda obtener la máxima calificación. Es una batalla que se puede ganar a través de una excelente formación, y cuando más restauradores sean doctores e ingresen en los máximos estatus académicos – lo que creo que se logrará con el paso del tiempo – la profesión se reivindicará, pero sólo así, por medio de la formación al máximo nivel¹⁸ (LÓPEZ, 2013, p. 7).

¹⁸ O reconhecimento do status máximo tem que começar pela formação, não pode fingir que uma profissão que está no nível de graduação possa obter a máxima qualificação. É uma batalha que pode ser conquistada através da excelente formação e quanto mais restauradores forem doutores e ingressarem nos mais altos status acadêmicos – o que creio que acontecerá ao longo do tempo – a profissão reivindicará, também, por meio da formação de nível máximo (tradução nossa).

Nesse sentido, a formação de conservadores/restauradores e, especificamente, conservadores arqueológicos é recente e praticamente inexistente no Brasil, tanto na graduação, com poucos cursos¹⁹ (focados na tríade – escultura, papel e pintura) e algumas pós-graduações em outras áreas que têm absorvido pesquisas nessa temática, como visto nas dissertações que foram apresentadas. Ou seja, para alcançar um patamar acadêmico e científico de excelência, ainda há um longo caminho a ser trilhado, porém que tem dado passos mais largos nos últimos anos, como foi possível perceber nos levantamentos realizados.

Nos cursos de graduação em Arqueologia, Vasconcelos aponta um crescimento pelo interesse em relação à formação que dialogue com a conservação, uma vez que “nos currículos dos cursos de graduação em Arqueologia começam a aparecer, ainda que timidamente, disciplinas relativas à preservação do patrimônio arqueológico e à conservação e restauro dos vestígios” (2014, p. 113).

Nos anais dos congressos, a relação entre a Arqueologia e a Conservação está pautada em procedimentos técnicos que não se dedicaram a refinamentos teóricos mais condizentes com a aproximação entre essas áreas. Mesmo que os trabalhos apresentados demonstrem a existência dessa relação, ela é muito pontual e não faz parte do cotidiano da prática arqueológica, além de não consolidar uma área para a conservação.

Alguns autores pontuaram que há pouca bibliografia sobre o assunto, especialmente sobre algumas tipologias de materiais arqueológicos, visto que, muitas vezes, as ações são pautadas por empirismo ou tentativas para acertar a melhor maneira de conservar determinado objeto. Muitas situações emergenciais se apresentam na área da Conservação arqueológica e nem sempre há recomendações para orientar o trabalho dos profissionais. Assim, os preceitos da Conservação Preventiva são valorizados e empreendidos, visando justamente prevenir essas situações e adequar os espaços de guarda e exposição dos acervos, minimizando impactos e fatores de degradação.

Além disso, a falta de política de conservação dos acervos arqueológicos agrava o distanciamento entre as áreas e descortina um grave problema, ou seja, o que muitas vezes é denominado conservação ou curadoria do material arqueológico não passa de etapas de higienização e acondicionamento, nem sempre seguindo parâmetros da Conservação Preventiva ou Restaurativa. A Conservação arqueológica precisa ser compreendida como algo que vai além da “prática de etiquetar, ensacar, encaixotar e colocar na prateleira” (VASCONCELOS, 2014, p. 25).

¹⁹ UFMG, UFPel e UFRJ.

Porém, o cenário diagnosticado mostra como muitos procedimentos adotados em casos específicos podem contribuir para a elaboração de recomendações ou refinar as questões relativas à Conservação arqueológica. Alguns trabalhos demonstram aproximações através de elaboração de projetos, publicação de catálogos, inventários, consultorias na área e cursos de especialização sobre a temática, além de deixar clara a importância da documentação dos processos de conservação, desde fichas de campo até digitalização de imagens e registro de todos os procedimentos adotados.

No que se refere às consultorias e à formação, os textos analisados apontam a necessidade de recorrer a cursos ou profissionais do exterior, contribuindo com o quadro já apresentando anteriormente pelos pesquisadores entrevistados, que demonstram essa lacuna na formação de conservadores e arqueólogos no Brasil. Além disso, outro ponto é a necessidade de adaptação de procedimentos e técnicas para a realidade de países tropicais como o Brasil, não sendo possível importar modelos prontos. Segundo Sallés, em entrevista:

Não adianta propor a utilização de produtos muito específicos, difíceis de conseguir no mercado local ou de preços exorbitantes, nem de procedimentos que demandam uma mão de obra especializada. Tem que ter propostas adaptadas a nossa realidade (SALLÉS, 2016).

A realidade brasileira, de instituições com recursos escassos e poucos profissionais da área, desafia os pesquisadores a realizarem testes, inovarem as metodologias e práticas e adaptarem a bibliografia estrangeira, buscando soluções de baixo custo, acessíveis e condizentes com cada instituição ou projeto de pesquisa (BRAGA, 2003; VASCONCELOS, 2014; MACHADO, 2015, SOUZA, 2017). Sobre essa temática, Lima faz uma reflexão embasada em sua experiência nacional e internacional:

[...] o mais interessante de trabalhar em projetos internacionais é que tem sido um grande aprendizado para eu refletir sobre a conservação no Brasil, sobre Conservação arqueológica no Brasil. Porque, também, um grande problema que a gente tem é essa importação direta de, na área de conservação eu estou pensando, desde produtos até metodologias que muitas vezes, não se aplica no Brasil da mesma forma, até porque o nosso patrimônio arqueológico é extremamente diferente (LIMA, 2016).

Assim, a Conservação arqueológica no Brasil inicia sua construção através de objetivos partilhados com a Arqueologia e a Museologia, visando sair apenas do discurso da preservação (VASCONCELOS, 2014). Além disso, buscando atuações práticas de forma interdisciplinar e em equipes através de pesquisa, elaboração e testes de procedimentos e métodos, bem como protocolos de atuação conjuntos, estabelecidos no projeto inicial da pesquisa arqueológica,

desde questões prévias à escavação até às ações *in situ*, em laboratório, nas reservas técnicas e nas exposições ou outras formas de comunicação e extroversão do patrimônio arqueológico (RADICCHI, 2013; CASCAIS, 2016; DODE, 2016).

O fato de ter protocolos conjuntos, eles funcionaram e funcionam, e os resultados são evidentes quanto à preservação da informação contextual e dos próprios artefatos. Os resultados são inegáveis. Nessa relação, quando é feito um protocolo de trabalho ou projeto de intervenção em um artefato, o arqueólogo tem que estar presente, o antropólogo, o conservador, o museólogo, porque tem certas perguntas que previamente devem ser feitas (SALLÉS, 2016).

Os trabalhos analisados possibilitaram perceber muitos distanciamentos entre as áreas ao mesmo tempo em que elencaram pressupostos básicos da conservação, que precisam ser aprofundados no que se refere à Conservação arqueológica, como a importância de testes para cada caso particular, o estabelecimento de prioridades em relação à fidelidade histórica, padrões estéticos, valor arqueológico, beleza, design, técnica, valor artístico e documental, entre outros. Além disso, os trabalhos analisados auxiliaram a ressaltar a importância da documentação para a salvaguarda dos acervos arqueológicos, bem como a pesquisa constante de novas metodologias, calcadas nos aspectos éticos da disciplina.

Assim, a ética profissional²⁰ deve considerar a prática honesta e de respeito tanto ao objeto quanto à profissão, buscando conciliar procedimentos que garantam a conservação e a preservação dos indícios históricos e arqueológicos (SILVEIRA, 1996). Ou seja, além de estabelecer alguns parâmetros de conservação, é preciso ter como norte a prática responsável que alie de forma adequada os interesses dos envolvidos na gestão do patrimônio, sejam eles arqueólogos, conservadores, museólogos ou a comunidade.

Além dessas reflexões sobre os entraves e as alternativas para que a Arqueologia e a Conservação possam cada vez mais atuar conjuntamente, foi possível perceber uma variedade de temáticas nos trabalhos analisados, construindo um cenário que mostra a potencialidade da área da Conservação arqueológica. Essas temáticas abordam: procedimentos para a conservação de materiais específicos (cerâmica, metal, borracha, tecidos, materiais arqueobotânicos e faunísticos, entre outros) e sítios arqueológicos (rupestres, sambaquis, sítios históricos); elaboração de projetos para guarda de material arqueológico; diagnósticos de conservação nos museus, laboratórios e institutos de Arqueologia; organização de acervos e reservas técnicas; exposições; processos de tombamento; projetos de restauro arquitetônico;

²⁰ Os códigos de ética das profissões serão analisados no capítulo IV, aprofundando assim, os aspectos éticos da Arqueologia, Museologia e Conservação.

programas turísticos; gestão do patrimônio; políticas de acervo; endossos institucionais; atividades educativas e de extroversão. Essa ampla gama de temáticas visa, além da conservação dos objetos, à preservação e consequente valorização do patrimônio arqueológico, aliando-se aos pressupostos da Musealização da Arqueologia, que objetiva equilibrar as ações de salvaguarda e comunicação.

Para além das variadas temáticas abordadas nos trabalhos, nos congressos mais recentes da SAB há uma tentativa, ainda que muito restrita, de aliar perspectivas teóricas da Arqueologia e da Conservação que tornam possível refletir sobre linhas comuns de atuação, embasadas em pressupostos que se alinham através da mesma abordagem, com fundamentação teórica articulada.

Nos congressos de 2003 e 2007, a Arqueologia pós-processual e Arqueologia Pública aparecem como perspectivas articuladas a trabalhos de Restauração e preservação do patrimônio através de ações de educação patrimonial, mas ainda não especificamente a trabalhos de Conservação arqueológica. No congresso de 2013 é que Vasconcelos (2013) articula a teoria contemporânea da restauração com a arqueologia pós-processual, bem como Ghetti (2013a, 2013b) aponta para a necessidade de elaborar um arcabouço teórico-metodológico que aborde a conservação preventiva, curativa e restauro para a salvaguarda dos acervos arqueológicos. Radicchi (2013), no mesmo congresso, apresenta a necessidade de articulação de ações de conservação e divulgação do patrimônio arqueológico.

A aproximação teórica entre as áreas é muito recente no cenário nacional. Nesse cenário, as pesquisas sobre Conservação arqueológica empreendidas no âmbito dos programas de pós-graduação no Brasil possibilitaram um aprofundamento fundamental para área, que vinha sendo debatida nos congressos de forma pontual, empírica e através de relato de experiências, sem refinar metodologias, teorias ou abordagens mais eficazes para a conservação e preservação do patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, as dissertações, mesmo que também se desenvolvam a partir de estudos de caso, relatos de experiências ou apresentem variados procedimentos acerca da conservação de algumas tipologias materiais, ajudam a consolidar a Conservação arqueológica ao realizar uma pesquisa mais sistemática e apresentar discussões teórico-metodológicas. A Conservação ultrapassa a aplicação de métodos de rotina, sendo considerada uma prática científica aplicada à Arqueologia (GHETTI, 2013b), visando romper preconceitos com a área e possibilitar o diálogo entre profissionais da Arqueologia e da Conservação de forma equânime. Sobre essa questão, Lima aponta que:

Não acho nem que é um preconceito, mas muito mais uma ignorância do que um preconceito, ou seja, existe uma ignorância a respeito do papel da conservação na Arqueologia ou dessa relação entre Conservação e Arqueologia. E uma vez que você vence essa ignorância, que você tem a oportunidade de mostrar o que é o trabalho do conservador, qual é o olhar do conservador, que é diferente do olhar do arqueólogo, o conservador passa a ser muito bem-vindo. Eu nunca tive problema uma vez que você passa essa primeira barreira do desconhecimento, do arqueólogo ignorar o que o conservador pode fazer. Porque para muitos arqueólogos, o conservador é uma figura ligada ao museu. Então o conservador, para o arqueólogo, é uma figura que aparece quando o registro arqueológico por ele coletado vira objeto de museu. Quando vira objeto de museu, aí tem o conservador, o restaurador, pra cuidar de objeto de museu, mas enquanto é parte da pesquisa arqueológica, é como se não precisasse dessa pessoa. E na realidade esse é o grande problema, porque o material chega nas mãos do conservador já com muita perda de informação. Podemos dizer que a fase crítica, do trabalho de conservação do material arqueológico é justamente esse primeiro momento de “vida” após ele ser descoberto (LIMA, 2016).

Assim, as dissertações abordaram assuntos já discutidos nos congressos, como a conservação de sítios arqueológicos com registros rupestres (BRAGA, 1999; SILVA, 2014), conservação *in situ* e em laboratório de artefatos metálicos arqueológicos (VASCONCELOS, 2014; MACHADO, 2015; CASCAIS, 2016; DODE, 2016), conservação preventiva em reservas técnicas (BRAGA, 2003), gestão do patrimônio arqueológico (MONTALVÃO, 2015) e diagnósticos e intervenções de conservação em instituições museais (SOUZA, 2017). Além dessas, apresentadas nesse capítulo, Ramos (2013) e Leal (2014) trazem à baila a articulação entre as áreas em pesquisas arqueológicas que foram empreendidas conjuntamente, fortalecendo a perspectiva interdisciplinar e formação de equipes, enquanto Pereira (2015) articula-as mediante a abordagem de aspectos relativos à salvaguarda e comunicação de acervos arqueológicos nas reservas técnicas.

Assim, esses trabalhos, ao mesmo tempo em que trazem discussões teóricas fundamentais para a construção da Conservação arqueológica de forma crítica e reflexiva, formam profissionais qualificados para atuar nesse campo, uma vez que:

A demanda por um profissional qualificado por cursos de formação na área – tanto ao nível de graduação quanto em pós-graduação – promove a alteração do perfil profissional no país [...] é indispensável uma formação sustentada pela construção de uma carreira sólida, sedimentada na práxis e na pesquisa, no aprimoramento e na capacidade de extroversão e interlocução (FRONER, 2014, p. 13).

Nesse sentido, as pesquisas empreendidas ao nível de pós-graduação aprimoraram a práxis, tanto através de testes de procedimentos, elaborações metodológicas e soluções criativas para cada estudo de caso ou projeto, como pelas reflexões teóricas, que buscaram inspiração no campo patrimonial por meio da Ciência do Patrimônio (MONTALVÃO, 2015), da Teoria Contemporânea do Restauro (VASCONCELOS, 2014), da Ciência da Conservação atrelada a

pressupostos da Arqueologia Pós-Processual, Arqueologia Pública e Arqueologia Simétrica (CASCAIS, 2016) ou com a Musealização da Arqueologia (SILVA, 2014).

Essas perspectivas abordadas utilizaram-se dos debates acerca da ampliação da noção de patrimônio, enfocando seus aspectos simbólicos e políticos através de variados significados, aliando o suporte material com aspectos imateriais, intangíveis, subjetivos, além de suas características documentais.

Viñas²¹ propõe uma teoria contemporânea da conservação onde o interesse primário está nos sujeitos e não mais nos objetos. A objetividade na conservação, fundamento da abordagem científica prevalente a partir do final do século XX, seria substituída por uma forma de subjetivismo (GRANATO e CAMPOS, 2014, p. 30).

Essa abordagem, utilizada principalmente por Vasconcelos (2013, 2014), perpassa por outros trabalhos que dialogam com essa noção e que direcionam as atividades de conservação para perspectivas mais subjetivas, valorizando o significado dos objetos e os sujeitos interessados no patrimônio.

Tradicionalmente, os profissionais de conservação ocuparam-se mais em discutir, com competência, os critérios, meios, técnicas e problemas físico-estruturais que se lhe foram apresentados, do que em pensar/repensar a natureza de sua atividade e a extensão, num contexto social mais amplo, do sentido dessa mesma atividade (PAULA, 2008, p. 242).

Nesse sentido, os trabalhos em conservação são vistos ainda como uma técnica, em virtude da pouca formação de profissionais de nível superior (graduação e pós-graduação) no Brasil, bem como pela ausência de debates teóricos mais aprofundados, uma vez que “o arcabouço teórico conceitual da conservação e restauração é predominantemente voltado para os aspectos normativos [...], defendido como uma ação baseada exclusivamente em testemunhos seguros” (ZANATA e GRANATO, 2016, p. 6). É justamente isso que está sendo questionado, debatido e refletido em algumas dissertações sobre a temática da Conservação arqueológica, mesmo que nem todas tenham realizado esse debate de forma mais contundente.

Desse modo, o perfil do profissional conservador também está se alterando, impulsionado por essas perspectivas, bem como pelas demandas do campo patrimonial ou, mais especificamente, arqueológico. Essas perspectivas não aceitam mais práticas e soluções sem embasamento teórico bem definido e articulado, tendo superado as dicotomias entre

²¹ VINÁS, Salvador Muños. **Teoría Contemporanea de la Restaración**. Madrid: Sintesis, 2003.

material/imaterial, objetivo/subjetivo e físico/simbólico, utilizando conceitos relacionais que não segregam os aspectos da cultura material, mas os consideram em sua totalidade.

Se antes a conservação de materiais arqueológicos partia do pressuposto dos elementos considerados excepcionais, quer por aspectos científicos, históricos ou estéticos, a ampliação do conceito de patrimônio, assim como o direcionamento de novos caminhos da atuação profissional na arqueologia possibilitaram a associação de novos valores e responsabilidades à profissão (SILVA, 2014, p. 79).

Não se fala mais de ‘receitas de bolo’ direcionadas à limpeza, consolidação e apresentação estética das obras. Hoje, o profissional deve questionar o desempenho dos procedimentos caso a caso e ajustar percentuais, materiais e metodologias conforme a complexidade do seu trabalho; esse mesmo profissional deve dialogar de maneira sistemática com profissionais de outras áreas e, por meio da interdisciplinaridade, encontrar mecanismos cada vez mais seguros para sua prática; tem por princípios de formação a compreensão dos paradigmas conceituais que validam a área e suas transformações no campo da teoria do conhecimento (FRONER, 2014, p.11).

Nesse sentido, apregoa-se que o conservador/restaurador faça suas escolhas pautadas em aspectos subjetivos, fundamentados na diversidade, pluralidade, conflitos e tensões entre as áreas, com conduta ética, em constante reflexão sobre sua atuação (não fixando métodos ou técnicas rígidas) e guiando as soluções para a satisfação do conjunto de sujeitos que seu trabalho afeta ou afetará (ZANATA e GRANATO, 2016).

Sobre essa perspectiva contemporânea da conservação, Guillaume (2003) já apontava que a conservação pode ser aplicada primeiramente nos objetos, mas precisa considerar o saber, a língua, a cultura, a vida e as representações de mundo, que são diversas. Assim, a conservação tem uma “dimensão de luta contra os efeitos e essência do tempo, e também a sombra de fracasso final que paira sobre tal luta” (GUILLAUME 2003, p. 45). Assim, se o objetivo primordial da conservação é a busca do prolongamento da vida útil de um bem material em função do caráter insubstituível dos objetos culturais (FRONER, 1995), esse objetivo não pode ficar restrito aos aspectos físicos do bem, mas também deve considerar sua materialidade e temporalidade de forma ampla.

As ações cotidianas de conservação e restauração, compelidas por razões de cunho pragmático, dedicam pouco tempo à análise dos princípios teóricos que regem as escolhas dos meios técnico-operacionais que utilizamos para atingir os objetivos da preservação. Portanto, muitas questões teóricas são negligenciadas e, de outra parte, a fé cega ao tecnicismo demarcado nas últimas décadas pode, muitas vezes, culminar em intervenções equivocadas (CASTRO, 2014, p. 120).

Assim, pode-se afirmar que “as discussões teórico-metodológicas sobre a conservação são determinantes no processo de amadurecimento dos profissionais e possibilitam um crescimento salutar da área no país” (GRANATO e CAMPOS, 2014, p. 31). A construção da Conservação arqueológica vem nessa esteira, dialogando com pressupostos pós-processuais, que abordam os aspectos simbólicos e subjetivos de forma mais enfática. Além disso, a conservação aproxima-se dos debates em torno da Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Musealização da Arqueologia através da conservação social ou conservação participativa, que envolve a colaboração da comunidade, com acesso e participação nos processos decisórios acerca do patrimônio, visando que a conservação não se isole dos demais aspectos sociais (PERÉZ, 2016).

These conservation needs could be identified through extensive process of ethnographical archaeology and interdisciplinary projects that, in my point of view, could start analyzing the access, function and usability of these archaeological goods based on community values approach, that could reveal new conservation treatments that may increase society's short-term benefits”²² (PÉREZ, 2016, p. 272).

Dessa forma, a construção da área de Conservação arqueológica no Brasil está no bojo de discussões teóricas importantes, tanto para o campo patrimonial como para especificidades das áreas arqueológicas e museológicas. Essas áreas já têm quadros teóricos bem consolidados e reflexivos a ponto de questionar práticas que não estejam embasadas em pressupostos dialógicos, participativos e multidisciplinares. Assim, a construção de uma teoria contemporânea da Conservação arqueológica, participativa, social e crítica é fundamental para a aproximação com a Arqueologia e a Museologia.

Nesse sentido, as três áreas que são foco dessa pesquisa podem se entrelaçar na perspectiva da preservação do patrimônio arqueológico, que se expressa na Musealização da Arqueologia. As pesquisas apresentadas se debruçaram sobre a importância da salvaguarda e Conservação arqueológica devido ao grande desafio em relação ao aumento dos acervos arqueológicos. Além disso, os trabalhos constataram que é fundamental que os acervos sejam bem conservados e documentados para qualificar as ações de pesquisa e extroversão, seja em processos de exposição em museus, seja em outras esferas comunicativas do patrimônio

²² Essas necessidades de conservação poderiam ser identificadas através de um extenso processo de arqueologia etnográfica e projetos interdisciplinares que, no meu ponto de vista, poderiam começar a analisar o acesso, a função e a usabilidade desses bens arqueológicos com base na abordagem dos valores comunitários, que poderiam revelar novos tratamentos de conservação que podem aumentar os benefícios em curto prazo da sociedade (tradução nossa).

arqueológico que vêm rompendo barreiras físicas e conceituais, tanto com a ampliação do conceito de patrimônio, bem como de museu.

Assim, fica clara a “estreita relação existente entre a Museologia e a Conservação. Não se pode pensar Museologia sem preservação e conservação” (SÁ, GIBELLI e KETZER, 2007, p. 147). Ou seja, mesmo que a análise apresentada esteja separada em capítulos distintos, a Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica fazem parte de uma mesma perspectiva preservacionista, que engloba ações de salvaguarda e comunicação sem estabelecer patamares hierárquicos, sendo fundamental o equilíbrio para equacionar as ações em prol do patrimônio arqueológico.

“Esse é exatamente o objetivo principal da conservação, estender o máximo o tempo de existência dos objetos, beneficiando a pesquisa, a documentação e sua exposição ao público” (MESQUITA, 2007, p. 178). Assim, os objetivos da Conservação arqueológica são complementares e totalmente imbricados aos da pesquisa arqueológica e da Musealização da Arqueologia, criando um tripé preservacionista que precisa ter bases sólidas e dialógicas entre si para manter-se firme e atuante. Montalvão (2015) articulou essas esferas na denominada Ciência do Patrimônio, que envolve todas as áreas vocacionadas para a preservação.

Segundo Souza (2017) a preservação do patrimônio arqueológico gira em torno da Arqueologia, Conservação e Museologia, em um trinômio de interpretação, conservação e extroversão, no qual a preservação não pode ser uma decisão unilateral. Preservar não é congelar um determinado momento no tempo, mas abrir um campo de possibilidades para que ele seja vivido intensamente, estabelecendo elos com o passado. (LIMA, 2007). “O paradoxo da redoma indica bem que o objetivo da preservação do patrimônio não é a eternização do bem, mas sua presença utilizável através dos tempos” (CARSALADE, 2014, p. 141).

Essa perspectiva valoriza a atuação dos profissionais arqueólogos, museólogos e conservadores em todas as etapas de gestão do patrimônio arqueológico, não compartimentando atividades como se o arqueólogo fosse só responsável pela pesquisa (em campo e laboratório), o conservador apenas responsável pelas atividades de conservação preventiva, curativa e restauro no laboratório, reserva técnica ou museu, e o museólogo responsabilizado somente pela exposição dos materiais.

Esses profissionais, interessados e comprometidos com a preservação do patrimônio arqueológico, envolvem-se e responsabilizam-se mutuamente e de forma compartilhada em todas as etapas, como já apontado nos trabalhos analisados nesse capítulo e no anterior. Muitas das pesquisas levantadas apontam para a importância do trabalho interdisciplinar, da formação de equipes e do diálogo constante para construir alternativas eficazes para a pesquisa,

conservação e extroversão dos acervos arqueológicos, sem descaracterizar cada área de atuação em suas especificidades. Conforme Lima, em entrevista, o diálogo entre as áreas pode ser mais bem empreendido “se você realmente tenta entender o problema do outro, o que o outro está colocando e busca propostas criativas que atenda a demanda do arqueólogo, do museólogo e da conservação da melhor maneira possível” (LIMA, 2016). Assim, Vieira também apresenta essa reflexão, pontuando como os projetos que de fato envolvem ambos os profissionais desde o planejamento das ações são muito mais profícuos:

Os projetos que a gente consegue fazer isso em conjunto são muito mais proveitosos, porque pelo menos construímos essas coisas desde o início. Mas tem projetos que infelizmente não, ou seja, toda a produção ocorre de forma independente e a conservação menciona algumas diretrizes: vitrines fechadas, controle de temperatura, umidade, suporte, mas muitas vezes a produção da exposição não providencia aquilo que foi solicitado, e precisamos inventar soluções na hora. Mas quando há possibilidade de trabalho integrado é muito melhor (VIEIRA, 2016).

Sobre a especificidade da formação do conservador, Radicchi (2016) pontua questões muito relevantes para que as equipes interdisciplinares possam ser eficazes no processo de preservação do patrimônio:

Os conservadores eles devem ser bastante flexíveis, porque as metodologias de tratamento que a gente tem na conservação, a maior parte delas são inaplicáveis quando se trata de objetos arqueológicos, então, tem que limpar, esvaziar o copo cheio e às vezes a prática mesmo de restauro de material, começar do zero. E porque quando a gente tá trabalhando em campo, às vezes se a gente monta uma coisa que atrasa o trabalho do arqueólogo, a gente vai ter problema, então a gente tem que se adaptar e fazer com que o arqueólogo venha pro nosso lado, e não brigar com ele, porque eu vejo muita briga, ‘ai não é assim’, não, calma, cada um tem a sua prática, vamos ver como que é isso, porque a pessoa que se forma como conservador chega pra arqueologia e tem que desaprender muita coisa porque não se aplica (RADICCHI, 2016).

A respeito da complexidade da relação interdisciplinar, Sallés (2016) aponta que “os profissionais [precisam estar] interessados em trabalhar dessa forma, e cujas metodologias sejam comuns e aceitem as especificidades de cada uma das áreas”. Dessa forma, “a ideia de que o conservador de museu é o primeiro, senão mesmo o único guardião das coleções não pode persistir, devendo esta responsabilidade ser partilhada” (ALARCÃO, 2007, p. 11), visto que procedimentos de Conservação arqueológica são específicos e extrapolam as questões que um conservador não afeito à Arqueologia está acostumado a se relacionar (SALLÉS e RIBEIRO, 2011), tornando-se fundamental que conservadores e arqueólogos estabeleçam critérios conjuntos para a conservação dos acervos. Nesse sentido, Sease afirma que

“conservators are not expert in archaeology nor are archaeologist expert in conservation”²³ (1998, p. 3), sendo necessária a relação complementar para superar o desafio da preservação.

Esse aprofundamento mais recente no campo da Conservação arqueológica também pode ser explicado pelo aumento crescente de acervos arqueológicos, principalmente em decorrência das pesquisas em Arqueologia Preventiva, mas também “sabemos que as atividades arqueológicas [...] dependem, em sua maioria, exatamente das pesquisas de campo. Sabemos também, que muitos objetos escavados e coletados permanecem anos, décadas, nas Reservas Técnicas, sem receberem a devida atenção” (BRAGA, 2003, p. 23), ou ainda que “muitas pesquisas de campo iniciam sem que o material recolhido na anterior tivesse sido devidamente curado, analisado e publicado” (VASCONCELOS, 2014, p. 25).

Buscando responder a respeito do aumento de interesse acerca da Conservação arqueológica, Lima contribuiu com a seguinte reflexão, que vai ao encontro do que tem sido discutido:

O que gerou esse interesse? [...] Um grande problema foi o acúmulo enorme de acervo gerado pela arqueologia de contrato, mas acredito que uma série de problemas da arqueologia hoje, acabaram gerando também esse interesse. Por exemplo, o desdobramento das obrigações legais dos projetos de arqueologia, tem gerado nos últimos anos um interesse maior em relação a esse profissional, seja para a restauração de peças, seja para a conservação preventiva dos acervos. O que é muito comum nos projetos de arqueologia preventiva é chamarem o conservador para a etapa de restauro de peças para a montagem de uma exposição. Seja por uma razão ou por outra, o fato é que eu acho que tem um interesse maior pelas questões de conservação na arqueologia (LIMA, 2016).

Com esse cenário, as ações de conservação se tornam cada vez mais salutares para a preservação do patrimônio arqueológico em acervos gerados através de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Arqueologia de contrato, em que o resgate se faz necessário, tornando-se fundamental o registro, a documentação minuciosa e o acondicionamento adequado para a melhor conservação dos acervos para pesquisas futuras (MONTALVÃO, 2015). A preservação também é essencial em projetos acadêmicos, em virtude do ritmo de trabalho empreendido em cada projeto.

Sobre essa problemática do aumento exponencial dos acervos e a importância da conservação, Sallés afirma que:

Lamentavelmente, na grande maioria dos depósitos arqueológicos, ou reservas arqueológicas entre aspas – muitas vezes, estes materiais estão em um estado de

²³ Conservadores não são especialistas em arqueologia, nem os arqueólogos especialistas em conservação (tradução nossa).

deterioração muito grande, e que grande parte, desses artefatos nunca vão a chegar a serem apropriados pela sociedade. Isso nos leva a delinear uma série de estratégias para evitar o acúmulo desses materiais, que são, por exemplo, os protocolos de triagem no campo, o descarte, o re-enterramento, as doações, etc., toda uma práxis que evitaria a acumulação de materiais e facilitaria a conservação e extroversão dos materiais que já existem. Por isso que voltamos a destacar a importância da fase de planejamento [...]. Não adianta tentar coletar tudo e não ter laboratório capaz de processar, não ter uma equipe técnica capaz de interpretar e pesquisar esses artefatos, nem uma reserva de acordo com esse volume de materiais, com controle climático e controle de acesso, com materiais de condicionamento necessários, etc. (SALLÉS, 2016).

Nessa mesma linha, já é sabido que “os museus têm acumulado uma quantidade de objetos muito superior às suas capacidades de exibição, conservação/restauração ou pesquisa” (BRAGA, 2003, p. 31). Além disso, muitas vezes a prioridade acaba sendo a exposição, sem considerar a conservação prévia, durante e posterior às ações de extroversão.

Outro fator que tem contribuído para o debate acerca da Conservação arqueológica é a necessidade de compreendê-la como ação inerente à práxis arqueológica, não como uma etapa posterior, isolada na reserva técnica, a cargo de outro profissional que não compreende os processos investigativos arqueológicos, parecendo que os arqueólogos não se interessam mais pelos materiais já interpretados e publicados (MACHADO, 2015). É justamente o oposto que está se buscando construir, ou seja, conhecimento interdisciplinar, diálogo entre os profissionais e interesse mútuo e participativo pela preservação do patrimônio arqueológico, no âmbito da salvaguarda e comunicação. “Neste contexto [...] cada vez mais a Arqueologia tem se unido a ciência da conservação. A fim de suprir as carências e necessidades resultantes de décadas de descaso e desinformação para com os acervos arqueológicos” (VASCONCELOS, 2014, p. 28). Sobre esse assunto, Vieira apresenta uma problemática do seu local de trabalho:

Muitas vezes temos pedidos dos laboratórios para apoio na estabilização de materiais que chegam de campo, que muitas já chegaram de campo há dez anos e estão guardados aqui ainda, e que vemos como eles foram resgatados, muitas vezes em embalagens precárias com material inadequado, papelão, algodão, enfim, e afirmamos ‘somos uma instituição que dispõem de materiais neutros e estáveis’, por que esses materiais já não foram pra campo? Por que o material foi embalado em uma caixa de papelão com uma fita adesiva? Não havia essa necessidade; têm funções muito claras do arqueólogo e do conservador e que elas deveriam acontecer naturalmente nesse trabalho em campo (VIEIRA, 2016).

Essa desinformação e desinteresse provinham da ideia equivocada de que o objeto arqueológico guardado no museu, ou outro espaço, duraria para sempre, sem considerar as condições das instituições e a falta de procedimentos técnicos para sua conservação e restauro, além das especificidades dos artefatos provenientes de escavações arqueológicas. Mesmo

assim, muitos artefatos só sobreviveram por estarem guardados nesses locais, mesmo que muitas vezes com perdas informacionais importantes.

Assim, fica claro que a conservação é uma ferramenta fundamental dentro da Arqueologia, mas que fica com pouco sentido se for isolada ou vista como mera técnica (RODGERS, 2004). Para alterar esse quadro, os trabalhos mais recentes sobre Conservação arqueológica buscaram um aprofundamento teórico-metodológico e uma articulação mais direta com as pesquisas arqueológicas, para que conservadores se apropriem dos princípios arqueológicos e os arqueólogos da perspectiva da conservação. Ou seja, “it stands to reason, however, that if conservator have an understanding of basic archaeological procedures and archaeologists of conservation techniques, we will be able to communicate better and thus form a stronger team”²⁴ (SEASE, 1998, p. 4).

Nesse sentido, percebe-se a importância de investigar a relação entre Conservação e Arqueologia e de diagnosticar suas reciprocidades e distanciamentos, para que a extroversão dos acervos (à comunidade científica e ao público de forma geral) aconteça de forma qualificada, tanto pela melhor conservação dos materiais como pela aplicação da cadeia operatória de procedimentos museológicos aplicados à Arqueologia.

Conservar melhor o acervo arqueológico permite que a informação contida no objeto também permaneça significativa, pois como afirma Froner (1995), é necessário um respeito rigoroso à integridade do objeto, tanto na sua preservação material como em relação ao seu significado, pois isso ultrapassa questões técnicas e torna-se também uma ação política no que se refere às escolhas sobre o que conservar e, por consequência, o que comunicar para o público através do acervo arqueológico. A Conservação também tem o potencial de tornar o passado visível e intelegível (SALAZAR-VIERA, 2009), juntamente com a Arqueologia e a Museologia, formando uma tríade acerca do patrimônio arqueológico que possibilita a preservação em sua acepção plena.

²⁴ No entanto, é lógico que, se o conservador tiver uma compreensão dos procedimentos arqueológicos básicos e os arqueólogos das técnicas de conservação, poderemos nos comunicar melhor e assim formar uma equipe mais forte (tradução nossa).

CAPÍTULO III - EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E GESTÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL

Todas as controvérsias um dia chegam ao fim. Esse fim não é natural, mas cuidadosamente urdido, como o fim de uma peça de teatro ou filme (LATOUR, 2011, p. 88).

Após a realização do diagnóstico da relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação, bem como os debates teóricos que perpassam essas áreas do conhecimento, são analisadas algumas experiências que envolvem esses campos de atuação na Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Dessa forma, neste capítulo é apresentada a historicidade dos processos de pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico em Pelotas. Especificamente, no tocante à Arqueologia Histórica, apresentando como as pesquisas iniciaram nesse contexto, perpassando pela criação de novos cursos de graduação na Universidade, fundação de espaços de pesquisas e desenvolvimento de projetos museológicos que demonstram a vocação multidisciplinar das iniciativas focadas na inter-relação da Arqueologia, Museologia e Conservação. Neste capítulo, também são abordadas as dificuldades e potencialidades dessas aproximações e os desafios da gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico.

3.1 Arqueologia Histórica em Pelotas: trajetória de pesquisas

A Arqueologia Histórica é um campo do conhecimento arqueológico amplamente definido por vários autores (ORSER JR., 1992, 2012; LEONE, 1995; FUNARI, HALL e JONES, 1999; LIMA, 2002; FUNARI, ZARANKIN e STOVEL, 2005; HALL e SILLIMAN, 2006; DEAGAN, 2008; SYMANSKI, 2009; entre outros pesquisadores e demais trabalhos dos autores citados), não formando um consenso. Porém, todas as definições são fundamentais e interessantes para refletir o potencial interpretativo da Arqueologia Histórica, que tem um papel importante para a consolidação de pesquisas sobre temáticas não frequentes em outras áreas do conhecimento, e debater sobre a consolidação do mundo moderno e contemporâneo.

El potencial único de la arqueología histórica no sólo yace en su capacidad para responder preguntas de interés arqueológico y antropológico, sino también en su habilidad para brindar información arqueológica no disponible a través de documentos o cualquier otra fuente. El tratamiento inadecuado de los grupos marginados en el pasado norteamericano – quienes fueran excluidos de las fuentes

históricas por su raza, religión, aislamiento o pobreza – debe ser especialmente considerado por la arqueología histórica contemporánea²⁵ (DEAGAN, 2008, p. 83).

Deagan (2008) aborda aspectos da Arqueologia Histórica norte-americana, mas as ponderações feitas pela autora podem ser compreendidas em outros contextos, como o brasileiro e o pelotense. Esse tem um desenvolvimento interessante de ser analisado, uma vez que podemos perceber as fases de sua consolidação e como as temáticas e perspectivas teóricas foram sendo incorporadas localmente.

A Arqueologia Histórica em Pelotas começa a se desenvolver a partir da fundação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal de Pelotas – LEPAARQ-UFPel no ano 2000. Seu objetivo é o de garantir a preservação do patrimônio material e imaterial relativo à Arqueologia e Antropologia por meio da atuação do Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira e da Prof. Dra. Flavia Reith.

O LEPAARQ surge para estimular a pesquisa em Arqueologia e Antropologia, áreas pouco desenvolvidas em Pelotas, o que estava acarretando a perda do patrimônio cultural local e regional. Assim, funda-se o laboratório para formar acervo arqueológico, divulgar pesquisas nessas áreas e desenvolver o potencial turístico e recursos humanos, além de produzir uma Carta Arqueológica da região de Pelotas e mapear o patrimônio imaterial pelotense (CERQUEIRA e VIANA, 2008).

Em entrevista com o Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira, atual coordenador do LEPAARQ, no dia 07 de março de 2017, ele relata como ocorreu a formação do laboratório, mostrando as importantes articulações que aconteceram para sua efetivação:

Em 2000, o Fábio começou uma série de conversas em uma parceria com o professor Pedro Mendes Ribeiro da Furg, já falecido. O Fábio estava lá nos seus finais de doutorado e tinha essa demanda institucional de criar um laboratório de arqueologia, tinha alunos interessados, a Luciana Peixoto, o André Loureiro, eu entrei depois, tinha a Chimene Nobre, uma série de colegas [...]. E o Fábio então pensou, tem alunos, tem um professor a fim de ajudar, [...], sacou que tinha essa abertura para a arqueologia, esse potencial aqui na UFPel e em Pelotas, especialmente, e tinha uma entrada junto à Reitoria da Universidade. Logo em seguida, começou a participar de uma série de atividades aqui na UFPel o Luiz Osterbeck, que também foi um cara fundamental nesse início. Fez a parte política de convencimento da Reitoria, para dizer que um laboratório de arqueologia em Pelotas podia ser legal, por vários motivos, então tava dado o panorama, isso em 2000. Esse panorama, esse cenário político para a criação de um laboratório. Então em seguida, como tinha essa pegada junto ao professor Pedro Mendes Ribeiro, a primeira intenção do laboratório, em termos de projeto de

²⁵ O potencial único da arqueologia histórica não reside apenas na sua capacidade para responder perguntas de interesse arqueológico e antropológico, mas também em sua capacidade de fornecer informação arqueológica não disponível através dos documentos ou qualquer outra fonte. O tratamento inadequado de grupos marginalizados no passado norte-americano – que foram excluídos das fontes históricas por raça, religião, isolamento ou pobreza – deve ser especialmente considerado pela arqueologia histórica contemporânea (tradução nossa).

pesquisa, foi fazer um mapeamento de sítios arqueológicos pré-históricos, pré-coloniais, enfim, de ocupações indígenas. Então o Pedro Mendes Ribeiro deu um curso de introdução à arqueologia, em 2000, gerou uma coleção de uma coleta de superfície [...]. São sítios arqueológicos misturados que não tem potencial científico, mas a gente usa para educação patrimonial, enfim, a gente foi fazendo coisas na área de arqueologia pré-histórica (MILHEIRA, 2017, grifo nosso).

Assim, percebe-se a importante articulação com outros arqueólogos e as formações iniciais dos pesquisadores que vão fazer parte da construção do LEPAARQ e da Arqueologia em Pelotas. O momento inicial, bastante focado na Arqueologia Pré-Histórica, marca até o hoje o LEPAARQ, porém a consolidação e visibilidade inicial do laboratório vão ser dadas por projetos em Arqueologia Histórica que iniciaram em 2002.

O foco na Arqueologia Pré-Colonial pode ser percebido na fala do seu atual coordenador: “realmente, a arqueologia pré-colonial está muito mais forte aqui dentro, até por causa do meu perfil e dos meus colegas que estão aqui dentro” (MILHEIRA, 2017). Nesse sentido, percebe-se que a Arqueologia Histórica não é o foco principal do LEPAARQ, mas é fundamental para um momento específico, como será demonstrado.

Os primeiros projetos desenvolvidos foram um mapeamento cultural e arqueológico da região de Pelotas e uma pesquisa e salvamento arqueológico do patrimônio arquitetônico em processo de restauração (CERQUEIRA e VIANA, 2008). Durante o Mapeamento Arqueológico de Pelotas e região realizado pelo LEPAARQ entre março de 2002 e fevereiro de 2003, por mais que tivesse o foco nos sítios pré-coloniais, foram localizados dois sítios históricos no 5º Distrito de Pelotas com fragmentos de louças e vidros. Também foi encontrado um sítio na Ilha da Feitoria, identificado como a Real Sede da Feitoria da Linha Cânhamo, atual Fazenda Sotéia.

A antiga sede da Fazenda Sotéia era composta de um sobrado colonial e dois prédios menores, dispostos segundo um plano geométrico. Os dois edifícios menores seriam senzalas segundo a tradição oral, porém os pesquisadores acreditam que apenas um dos prédios seria a senzala e o outro, pela sofisticação da pintura, teria outra função, como um local para hospedagem de visitas ou sala de refeições (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004).

Fotografia 1 – Sede da Fazenda Sotéia

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Nos arredores do sobrado e das outras construções, a quantidade de material arqueológico em superfície é muito densa, comprovando o extenso período de ocupação do local. Encontram-se muitos fragmentos de louça inglesa, portuguesa, vidros de remédio para gado, fragmentos de garrafas de grés, etc., provavelmente mais de 2.000 vestígios da vida cotidiana aflorados (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004, p. 92).

Todos os sítios localizados indicam a presença e ocupação lusitana desse espaço, com vestígios do século XIX, demonstrando a importância desses lugares para a posse dos territórios pela Coroa portuguesa.

O mapeamento na zona urbana identificou quatro sítios mediante fontes documentais escritas, identificados como Casa da Banha, Casa 2, Casa 6 e Casa 8. A Casa da Banha teve diferentes funções ao longo do tempo, e as demais casas, que formam um conjunto de sobrados, foram construídas, respectivamente, em 1880, 1879 e 1878 por proeminentes charqueadores locais. Ambas as construções são de arquitetura eclética e foram tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e/ou Instituto Histórico e Artístico Estadual (IPHAEE) (CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004).

A caracterização dessas casas como sítios arqueológicos históricos garantiu que a Arqueologia fosse inserida no Programa Monumenta²⁶ (BID/IPHAN), que selecionou Pelotas para obras de restauro do centro histórico. Nesse contexto, a equipe do LEPAARQ buscou contato com os responsáveis pelo projeto e se inseriu no programa de restauro, realizando

²⁶ O Programa Monumenta é um programa nacional que objetiva restaurar centros históricos. É financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coordenado pelo IPHAN. Em Pelotas, o programa foi coordenado pela Secretaria Municipal de Cultural.

pesquisas arqueológicas por meio de escavações de porões, pátios e calçadas, além do acompanhamento do trabalho durante as obras.

Em 2002, em abril de 2002, [...], se fez uma parceria com a secretaria de cultura de Pelotas e o IPHAN via Monumenta. Então a equipe do LEPAARQ começou em abril de 2002 a escavação do casarão 8, na praça Coronel Pedro Osório. Então a gente tava atuando em duas frentes: uma de arqueologia pré-histórica, no sentido de mapeamento de sítios, e esse projeto junto ao Monumenta que foi muito importante, porque deu muita visibilidade para o laboratório. Era semanal: RBS, Diário Popular, rádios. A gente sabe que essas coisas fomentam, essa visibilidade fomenta o desenvolvimento da instituição muitas vezes, que é importante. Então a partir de 2002, a escavação da casa 8, depois 2003 a escavação da casa 2, aí veio a escavação da praça Coronel Pedro Osório, e aí a gente fez uma sistemática de escavações naqueles casarões e praças do centro histórico, segundo loteamento do município de Pelotas, que deu muita visibilidade, trouxe muito aluno para dentro do laboratório, enfim, a coisa cresceu, esse foi um momento fundamental (MILHEIRA, 2017).

O Prof. Milheira afirma que os projetos de Arqueologia Histórica foram fundamentais para a consolidação e crescimento do LEPAARQ e, por consequência, para a afirmação da Arqueologia em Pelotas. Sobre o laboratório e sua importância para o desenvolvimento da Arqueologia localmente, reitera que:

O LEPAARQ tem uma importância fundamental, fundamental no sentido de fundamento mesmo, de fundamentar a arqueologia da UFPel. Quer dizer, antes do LEPAARQ não existia uma arqueologia institucionalizada na UFPel (MILHEIRA, 2017).

Com o Programa Monumenta, em parceria com o LEPAARQ, foi possível realizar os primeiros estudos sistemáticos em Arqueologia Histórica em Pelotas nos anos 2000, focados, principalmente, no patrimônio arquitetônico e no salvamento de vestígios arqueológicos. Essa é uma característica do início da Arqueologia Histórica no Brasil, nos anos 1980, que marcou profundamente os estudos nesse campo do conhecimento. Os locais pesquisados foram as denominadas Casa 2, Casa 8, Casa da Banha e a Praça Coronel Pedro Osório. As primeiras intervenções ocorreram na Casa 8, em 2002, mediante um procedimento emergencial.

Fotografia 2 – Casa 8, Casa 6 e Casa 2 (da esquerda para a direita) de frente à Praça Coronel Pedro Osório

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografia 3 – Atividades arqueológicas na Casa 2

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografias 4 a 8 – Atividades na Praça Coronel Pedro Osório

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Os resultados foram publicados pela equipe do LEPAARQ, sendo que os principais foram trabalhos de conclusão de curso e dissertações, além de variados artigos e apresentações de trabalhos em eventos acadêmicos.

O trabalho de conclusão de curso de Chimene Kuhn Nobre, intitulado “Catálogo do Material Arqueofaunístico – Projeto de Salvamento Arqueológico da zona urbana de Pelotas/RS”, apresentado em 2003 e posteriormente resumido no artigo “Projeto de Salvamento Arqueológico da Zona urbana de Pelotas/RS: Catálogo de material arqueofaunístico do sítio Casa 8”, publicado em 2004 nos Cadernos do LEPAARQ, apresenta uma discussão sobre a Zooarqueologia inserida na Arqueologia Urbana, buscando identificar espécies consumidas ou domesticadas, além das marcas de uso de artefatos ou quebra nos vestígios arqueofaunísticos.

Nobre (2004) aponta que não houve um planejamento conjunto com as obras de restauro, realizadas em ritmo acelerado, sendo necessário um trabalho de convencimento com os trabalhadores da obra para que deixassem algumas áreas para a escavação arqueológica. Isso demonstra como a inserção posterior da Arqueologia no Programa Monumenta em Pelotas acabou prejudicando o andamento dos trabalhos e transformou a pesquisa arqueológica em um projeto de salvamento, diminuindo algumas potencialidades interpretativas.

Segundo Nobre (2004) a análise dos vestígios arqueofaunísticos permite resgatar padrões de vida e de adaptação cultural dos ocupantes de uma residência no caso específico dos moradores da Casa 8 – Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel, que pertenciam a elite econômica e política local na década de 1870.

Com os estudos de zooarqueologia, juntamente com os relatos de viajantes da época, a autora diagnosticou a importância da carne na dieta alimentar dos moradores da residência. Os principais animais identificados na amostra foram bois, porcos, aves e peixes, sendo possível notar que, por vezes, o abate ocorria nos arredores da Casa 8.

Seguindo os estudos que foram realizados por meio das pesquisas arqueológicas empreendidas no âmbito do Programa Monumenta, a arqueóloga Luciana da Silva Peixoto desenvolveu dois trabalhos. O primeiro, um estudo de especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, intitulado “Catálogo da Coleção de louças provenientes das escavações da residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel”, defendido em 2004. O segundo, uma dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio, denominada “A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista”, defendida em 2009.

A autora também escreveu o artigo “Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas RS/Brasil” em 2006, que teve por objetivo compreender os sítios urbanos em conjunto para repensar a ocupação histórica de Pelotas por meio da Arqueologia, uma vez que a

historiografia havia consolidado uma ideia de cidade luxuosa e cosmopolita (PEIXOTO, 2006). A Arqueologia, nesse contexto, teria a função de mostrar os hábitos de consumo e padrões econômicos, além dos processos de higienização que os núcleos urbanos passaram durante o século XIX. Peixoto (2006) também aponta a necessidade de compreender o espaço urbano como uma Cidade-Sítio e fazer uma Arqueologia Histórica da cidade.

A Arqueologia Histórica desenvolvida pelo LEPAARQ focou-se nos casarões da elite pelotense oitocentista (os mesmos restaurados pelo Programa Monumenta) e demais prédios do entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Foram elaborados catálogos dos materiais coletados (NOBRE, 2003; PEIXOTO, 2004) e realizadas interpretações sobre os modos de vida dos ocupantes desses espaços.

Uma das interpretações mais sistematizadas foi desenvolvida na dissertação de mestrado de Luciana Peixoto, que buscou compreender o consumo da sociedade pelotense do século XIX por meio das louças e caracterizar o processo de urbanização. Peixoto (2009) afirma que a análise do material foi realizada mediante pressupostos teóricos processualistas e que a interpretação dos dados se deu a partir de premissas pós-processuais.

O estudo selecionou uma amostra de 70 louças (faianças finas e *ironstone*) de quatro sítios urbanos, reconstituídas ou possíveis de identificar a forma/função e a técnica decorativa. Nessa amostra, notou-se a preponderância de objetos relacionados a hábitos de alimentação e com decoração *transfer printing*. Assim, a autora concluiu que havia uma lixeira coletiva no centro urbano de Pelotas e que o processo urbanizador congregou, além de ricos charqueadores e escravos, grupos médios da sociedade, como comerciantes, funcionários do governo e profissionais liberais (PEIXOTO, 2009).

Fotografia 9 – Obras de restauro na Casa 8

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografia 10 – Atividades de escavação no interior da Casa 8

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografia 11 – Vestígios arqueofaunísticos

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografia 12 – Louças da Casa 8

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Outro local estudado arqueologicamente foi a Casa da Banha, em 2007, em decorrência de uma reforma empreendida no prédio. Por ser um bem tombado pelo IPHAE, foi necessária uma intervenção, que trouxe à tona materiais arqueológicos históricos das diversas ocupações que o local teve no decorrer do século XIX e XX (PEIXOTO, CERQUEIRA e VIANA, 2009).

Fotografia 13 – Casa da Banha

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Fotografia 14 – Atividades arqueológicas no interior da casa

Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

A história da Arqueologia de Pelotas, especificamente da Arqueologia Histórica, demonstra como iniciaram os trabalhos nessa área e quais foram os enfoques dados pelos pesquisadores nas análises e interpretações dos dados de pesquisa levantados.

Diagnosticou-se que a Arqueologia Histórica ainda não fazia parte da realidade das pesquisas na cidade; por isso, foi preciso, inicialmente, localizar os sítios e desenvolver projetos de salvamentos emergenciais, atuando conjuntamente às obras de restauro. Essa característica faz com que as pesquisas tenham um teor incipiente e valorizem principalmente os espaços relacionados com a elite local, uma vez que são esses prédios os alvos do Programa Monumenta, devido à importância de seus aspectos arquitetônicos.

A relação da Arqueologia Histórica com as obras de restauro também desvela outra característica importante desse momento, a preservação do patrimônio, que se constitui como um elo entre as pesquisas arqueológicas e as pesquisas arquitetônicas para restauração. Quando observadas as relações entre Arqueologia e Conservação no capítulo anterior, percebe-se que muitas dessas articulações ocorreram e ocorrem no âmbito da relação entre a Arqueologia e a Restauração Arquitetônica de monumentos históricos.

Os trabalhos arqueológicos apresentados acima buscaram resgatar padrões de vida, hábitos de consumo e padrões econômicos, além de compreender o processo de urbanização de Pelotas. Esse quadro conceitual e terminológico encaixa-se na teoria processual adotada pela Arqueologia Histórica.

Uma premissa básica da arqueologia histórica processual é que o comportamento humano é padronizado de acordo com linhas culturais e sociais, de modo que os correlatos materiais deste comportamento, ou seja, os artefatos que compõem o registro arqueológico devem também ser padronizados (SYMANSKI, 2009, p. 282).

Essa fase da Arqueologia Histórica pelotense é fundamental para o desenvolvimento da disciplina em nível local e regional, uma vez que mapeou diferentes sítios arqueológicos e realizou pesquisas importantes em Arqueologia Urbana. Outro legado desse período são os catálogos de materiais que foram elaborados, especialmente dos vestígios arqueofaunísticos e das louças, possibilitando uma importante fonte de pesquisa.

Segundo o relatório encaminhado ao IPHAN-RS em 2009, sobre as pesquisas empreendidas na área urbana de Pelotas com o “Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS)”, o coordenador Fábio Vergara Cerqueira afirma que:

O trabalho de arqueologia histórica realizado na área urbana tem o intuito de resgatar a cultura material de Pelotas, permitindo o estudo dos espaços privado e coletivo, das

edificações residenciais e comerciais, que compõem a área de urbanização, edificadas com investimentos da produção escravista saladeril. A construção de uma nova visão sobre esses lugares, que tem parte de seu cotidiano desvendado com a pesquisa arqueológica, visa uma nova relação de Pelotas com seu Patrimônio (CERQUEIRA, 2009, p. 1, anexo I).

Dentro do referido projeto, outras atividades de salvamento arqueológico foram sendo realizadas, como as intervenções no Mercado Público, em 2006; no Casarão Senador Joaquim Augusto de Assumpção (atual prédio da faculdade de Turismo da UFPel), nos arredores da Praça Coronel Pedro Osório, em 2007; no Palacete dos Mendonça, em 2008 e no Frigorífico Anglo (atual prédio da Reitoria da UFPel), em 2009. Nessas atividades mais recentes, percebe-se que foram realizadas novas reflexões sobre o desenvolvimento da Arqueologia Histórica, como é apresentado no relatório de dezembro de 2009.

A arqueologia histórica, inicialmente, atuava na área urbana de modo pontual, geralmente apenas como auxiliar em projetos de restauração de prédios históricos. A intensificação, nas últimas décadas, das ações de identificação, conservação, proteção e restauração do patrimônio cultural, fez com que os arqueólogos comessem a perceber que este tipo de atuação, apesar de indispensável para garantir o salvamento do patrimônio arqueológico, não era suficiente para dar conta de questões específicas do contexto urbano (CERQUEIRA, 2009, p.6, grifo nosso).

Nesse sentido, percebe-se o amadurecimento das pesquisas empreendidas pelo LEPAARQ, mesmo que as análises em Arqueologia Histórica sejam em menor quantidade atualmente, pois, como atesta o Prof. Milheira: “atualmente a Loredana Ribeiro, que é minha colega de departamento, vem fazendo uma pesquisa, já faz dois ou três anos [...], das praças da cidade de Pelotas”. Essa pesquisa é vinculada ao LEPAARQ, mas ainda não conta com resultados publicados.

Dessa forma, mesmo que as pesquisas em Arqueologia Histórica não sejam mais desenvolvidas de forma constante no âmbito do LEPAARQ como no seu momento inicial, elas foram fundamentais para consolidar a Arqueologia de forma ampla na UFPel, contribuindo sobremaneira para a formação do curso de graduação em Antropologia/Arqueologia, além de contar com a publicação do periódico “Cadernos do LEPAARQ”, importante meio de divulgação e difusão de pesquisas. Isso também permitiu que outros pesquisadores, que ingressaram após a criação do curso de Antropologia/Arqueologia, dessem prosseguimento as pesquisas, buscando superar as ações pontuais que, apesar de indispensáveis, como afirmou Cerqueira (2009), não foram suficientes para compreender a complexidade histórica e arqueológica dos contextos urbanos e rurais de Pelotas.

Assim, é possível caracterizar um segundo momento da Arqueologia Histórica em Pelotas, principalmente a partir da criação do curso de Antropologia/Arqueologia em 2009 na UFPel, que possibilitou a entrada de outros profissionais na universidade e, por consequência, o desenvolvimento de mais projetos de pesquisa. Em 2012 também foi fundado o Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Arqueologia, o que tem possibilitado publicações mais sistemáticas de dissertações com temática arqueológica.

Além do curso de Antropologia/Arqueologia, foram criados, na UFPel, os cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e o curso de Museologia, fundamentais para mudanças significativas no desenvolvimento da pesquisa arqueológica, criando a possibilidade de atuação conjunta desses profissionais, bem como pesquisas que dialoguem de forma mais direta com essas áreas do conhecimento, muito próximas da Arqueologia. Esse segundo momento é mais plural, tanto pelo surgimento de novos espaços de pesquisa quanto pelo envolvimento de um maior número de pesquisadores e estudantes. O fundador do LEPAARQ, Prof. Fábio Vergara Cerqueira, mantém-se como pesquisador associado e funda, em 2012, o Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA. O LEPAARQ continua suas pesquisas com mais profissionais e atuação muito importante no cenário arqueológico, não apenas local, mas nacional e internacional, sob a coordenação atual do Prof. Rafael Guedes Milheira e com a colaboração de outros professores, que desenvolvem uma gama variada de projetos e atividades, também atrelados a outras áreas do conhecimento.

Hoje a gente tem uma realidade que não se tinha a 10 anos, que era o Fábio Vergara o coordenador e um monte de aluno, alunos já formados ou não, mas enfim, era um monte de aluno e ele era o coordenador e o único professor arqueólogo. Hoje nós temos uma realidade que somos eu, Fábio Vergara, Loredana Ribeiro, Rafael Corteletti, Caroline Borges, que é uma colega bolsista pós-doutorado, mas atua como professora do curso também. O Jorge Viana que é arqueólogo e técnico administrativo do LEPAARQ e a Luciana Peixoto que é arqueóloga do LEPAARQ, o Thiago Puglieri da conservação, a Karen Caldas da conservação. Enfim, hoje são vários professores e professoras com doutorado ou mestres. Uma porção de alunos de graduação (bolsistas e voluntários) e pós-graduação de vários cursos, desenvolvendo vários tipos de pesquisas, assim como atividades de extensão. É muita gente! (MILHERIA, 2017.)

Nesse contexto de diversificação de pesquisas e enfoques, Azevedo (2016) desenvolveu uma pesquisa na Reserva Técnica do LEPAARQ. Ele pontua que, a partir de 2014, o referido laboratório estabelece um convênio com o curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis da UFPel. Azevedo desenvolve um projeto intitulado “Conservação do Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia”, coordenado pela conservadora e professora da UFPel Karen Caldas, que continua em desenvolvimento, sendo que já foram

realizadas algumas ações importantes para estudo, diagnóstico e adequações na Reserva Técnica do LEPAARQ.

O trabalho de Azevedo (2016) e de Cascais (2016) demonstram como o LEPAARQ tem ampliado suas pesquisas e se preocupado com as questões de conservação e gerenciamento do acervo arqueológico, marcando mudanças importantes no desenvolvimento da arqueologia local, com ações interdisciplinares. Azevedo (2016) relaciona em seu trabalho a Arqueologia, a Conservação e a Biologia, realizando um monitoramento ambiental e o registro sobre o estado de conservação do acervo para tomar decisões mais assertivas no que se refere à conservação arqueológica. Já Cascais (2016) apresenta uma discussão sobre a conservação dos metais arqueológicos provenientes da escavação no Casarão 8, como já apresentado no capítulo anterior.

Percebe-se que o LEPAARQ foi se transformando ao longo desses anos, inclusive no que se refere à relação com outras áreas, principalmente a Conservação por meio da atuação de dois professores da área e alunos desenvolvendo seus projetos de pesquisa. Sobre o momento posterior a criação de novos cursos de graduação na UFPel, o Prof. Milheira afirma:

[...] existe um impacto muito grande também no tipo de alunos que a gente tem. A gente tinha muitos alunos da história e da geografia e hoje a gente tem basicamente alunos do curso de antropologia e arqueologia então isso tem um impacto significativo no perfil dos alunos, a existência de novos professores na universidade, arqueólogos principalmente, dá essa dinâmica mais plural, digamos assim, em termos de projeto de pesquisa, ensino e extensão (MILHEIRA, 2017).

Além disso, o Prof. Milheira afirma que outras mudanças aconteceram após a criação dos cursos de graduação, como o surgimento de “uma série de conflitos inclusive porque entraram vários professores arqueólogos cada um com uma ideia, as pessoas não conseguiram chegar num acordo de trabalharem no mesmo laboratório, criaram laboratórios novos” (MILHEIRA, 2017).

Assim, se estabelecem várias mudanças e transformações que impactam o desenvolvimento da Arqueologia em Pelotas e, no que se refere à Arqueologia Histórica, um marco importante nessa nova fase é o projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul”, que traz uma nova perspectiva. Esse projeto iniciou em 2009, ainda no âmbito do LEPAARQ. Com os conflitos e mudanças de estratégias, fundase um novo laboratório de arqueologia, o Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), e o projeto passou a ser desenvolvido nesse espaço de pesquisa, coordenado pelo Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira. Em 2015, o mesmo professor funda o

Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Cultura Material (LEICMA) e transfere as pesquisas do projeto “Pampa Negro” para esse novo espaço.

Ferreira (2009) apresenta temas e interpretações da Arqueologia da Escravidão, demonstrando como ocorre a institucionalização dessa subdisciplina da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos, Caribe e América do Sul e sua relação com a Arqueologia Pública. Aponta também a intenção de construir uma Arqueologia da Escravidão democrática e socialmente engajada. Baseado nesses pressupostos teóricos, Ferreira (2009a) elabora o Projeto “Pampa Negro”, que tem como principais objetivos desenvolver os primeiros trabalhos em Arqueologia da Escravidão em Pelotas, visando compreender o contexto de atuação escrava e a paisagem do mundo escravista local, além de estabelecer diálogo com a historiografia sobre escravidão.

A partir desse projeto, vários trabalhos foram desenvolvidos, como a dissertação de mestrado de Estafânia Jaékel da Rosa, intitulada “Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)”, que apresenta um estudo arqueológico das charqueadas pelotenses do século XIX, buscando entender seu funcionamento e a atuação escrava. Rosa (2012) analisou cinco charqueadas e um complexo estancieiro-charqueador mediante pesquisa nos arquivos históricos de Pelotas e do Rio Grande do Sul e em prospecções nas estâncias e charqueadas da região.

Rosa (2012) também foca sua análise na Charqueada Santa Bárbara, pois essa ainda era uma área desconhecida pelos pesquisadores locais, sendo a primeira charqueada pelotense escavada sob a perspectiva da Arqueologia da Escravidão. Assim, o trabalho de Rosa traz importantes contribuições, tanto para a temática da escravidão sob o enfoque arqueológico, bem como metodologias de pesquisa em Arqueologia Histórica.

O diálogo entre as fontes escritas e as materializações da antiga paisagem charqueadora, abordados a partir de mapas elaborados em SIG, propiciaram uma nova discussão acerca do tema escravidão nas charqueadas, que há muito é conhecido pela historiografia, lançando parâmetros arqueológicos para discutir essa ocupação às margens dos arroios pelotenses (ROSA, 2012, p. 184).

Rosa (2012) caracterizou o sistema charqueador e as relações econômicas e sociais desse processo diagnosticando as diferenciações entre as atividades e os locais de atuação dos escravos. Nesse trabalho, a autora também apresentou o potencial arqueológico das charqueadas, evidenciando locais propícios para os estudos arqueológicos da escravidão e levantando questões que subsidiarão escavações arqueológicas futuras, permitindo realizar análises comparativas e inserir as pesquisas em Pelotas no âmbito da Arqueologia da diáspora africana.

Outra temática abordada nos trabalhos em Arqueologia Histórica é a Arqueologia de Gênero, demonstrando a ampliação de temáticas que aconteceu no período posterior à fase inicial das pesquisas em Pelotas. Karla Fredel apresentou uma tese de doutorado intitulada “Arqueologia de Gênero nas cidades de Pelotas – RS – Brasil e Habana Vieja – Habana – Cuba/Século XIX” em que realizou uma análise comparativa das louças coloniais para exemplificar as relações de gênero nas sociedades de Pelotas e de Habana Vieja.

Fredel (2012) estudou duas unidades domésticas (uma no Brasil e outra em Cuba) que já haviam sido pesquisadas arqueologicamente e contavam com os artefatos catalogados e sistematizados. No contexto pelotense, Fredel (2012) analisou as louças da Casa 8 – Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel, já classificadas no Catálogo elaborado por Peixoto (2004), visando compreender as distinções de gênero presentes em unidades domésticas. Fredel (2012) constatou que o papel da mulher era semelhante em Pelotas e Habana Vieja, cidades de diferentes contextos históricos, mas inseridas na mesma lógica colonial.

Com esse trabalho, ficou claro que ocorreu a ampliação de enfoques dados para as pesquisas em Arqueologia Histórica e que a fase inicial foi fundamental para que novos trabalhos pudessem ser realizados. Ou seja, a pesquisa já desenvolvida pelo LEPAARQ na Casa 8 e a sistematização e interpretação dos dados possibilitaram uma análise comparativa com outro contexto histórico, permitindo ampliar o conhecimento arqueológico de forma cada vez mais global.

A Arqueologia Pública e Colaborativa também ganhou adeptos nessa nova etapa de desenvolvimento da Arqueologia em Pelotas, e um exemplo disso é a dissertação de mestrado “A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes: os casos dos distritos Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas/RS” defendida em 2014 por Cristian Costa das Neves. Nessa dissertação é realizada uma história da ocupação humana de longa duração na Serra dos Tapes por meio de uma Arqueologia Compartilhada com uma comunidade de eurodescendentes.

Neves (2014) aponta que o enfoque inicial da pesquisa era compreender a ocupação indígena guarani e o modo como as coletividades mais recentes entendiam os grupos anteriores. Porém, o desenvolvimento da metodologia colaborativa possibilitou reconhecer as ocupações que se sucederam aos indígenas e suas percepções na atualidade. Assim, a pesquisa buscou compreender a multiplicidade de coletivos que contribuíram para a configuração da paisagem por meio do longo processo de ocupação humana. Isso possibilitou uma sistematização em estratos arqueológicos: estrato guarani, estrato da ocupação ibero-americana e estrato de ocupação colonial do século XIX, inserindo nesse último estrato a análise da presença africana e afrodescendente (NEVES, 2014).

Neves (2014) utilizou os pressupostos da Arqueologia Pública, da Arqueologia Compartilhada e Comunitária e da multivocalidade, os quais permitiram que percebesse que estava desenvolvendo de uma nova maneira de fazer Arqueologia no contexto local. Porém, o autor pontua que “não somos por isso, melhores que os que nos antecederam, mas sim nos tornamos diferentes e uma diferença que propicia o domínio do conhecimento por aqueles que nos acompanham nestas investigações” (NEVES, 2014, p. 71). Essa reflexão é muito importante para demonstrar o nível de compreensão da história da Arqueologia local e perceber como a perda da inocência acadêmica arqueológica permite que ocorram mudanças teórico-metodológicas, sem menosprezar o legado de pesquisas anteriores, que são fundamentais para dar suporte às mudanças. A perda da inocência, apregoada por Clarke (1973), é o preço da expansão da consciência. Essa perda é irreversível, mas com um ganho substancial.

Neves (2014) também deixa claro que não foi possível atingir todos os pressupostos de uma Arqueologia Compartilhada, mas que essa fez com que repensasse o foco da pesquisa e suas formas de interpretação e propostas metodológicas. Também possibilitou que a comunidade local entendesse de que forma os pesquisadores acadêmicos estavam pensando. Essa troca mútua é o maior mérito de pesquisas colaborativas, que permitem mudanças analíticas muito importantes. Outra faceta interessante no trabalho de Neves (2014) é a não divisão clássica entre Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Histórica, configurando um trabalho que aborda temáticas de ambas as periodizações sem se preocupar com as categorizações ou divisões disciplinares.

A abordagem do trabalho de Ana Paula da Rosa Leal (2014), “Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da coleção proveniente do sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)”, também demonstra como as pesquisas em Arqueologia se ampliaram em questão de temáticas, enfoques, perspectivas e metodologias, consolidando um novo cenário arqueológico pelotense. Leal (2014) apresenta uma proposta para documentação e gerenciamento de acervos arqueológicos, utilizando como estudo de caso a pesquisa desenvolvida pelo LÂMINA no âmbito do Projeto “Pampa Negro”, na Charqueada Santa Bárbara. A autora aponta como o trabalho é pioneiro no sentido de atuação conjunta de arqueólogos, museólogos e conservadores, mesmo que ainda existam vários ruídos comunicacionais nessa relação.

Leal aponta que “ainda se faz arqueologia sem algumas preocupações em relação à documentação e à conservação, talvez por já ter se criado o costume de que os Museus são os responsáveis por estas etapas” (2014, p. 95). Assim, esse trabalho é muito importante para mostrar como é fundamental que a Arqueologia também se preocupe e tenha ações voltadas

para o gerenciamento do acervo arqueológico. Hodder (2006) também aponta que a pesquisa arqueológica tem outras preocupações, como conservação, preservação e gestão do sítio. A realização da pesquisa de Leal (2014), além disso, mostra como a Arqueologia Histórica em Pelotas está possibilitando o desenvolvimento de novas metodologias e interfaces multidisciplinares.

Com outros desdobramentos do Projeto “Pampa Negro” contribuindo para a discussão sobre a Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Histórica pelotense, Marcelo Garcia da Rocha realiza sua dissertação, “Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)”. Ele analisa a região do Passo dos Negros como um espaço de escoamento de parte da produção charqueadora, uma praça comercial para taxaço de produtos oriundos de outras regiões – visando à redução de contrabando – e um espaço importante de atuação escrava.

A pesquisa de Rocha (2014) apresenta dois enfoques: um deles, realizando um mapeamento através do Sistema de Informações Geográficas e outro, embasado em uma perspectiva patrimonial. Assim, esse trabalho avança no sentido de demonstrar um espaço não conhecido arqueologicamente em Pelotas e não inserido, de forma específica, nas políticas municipais de preservação de patrimônio.

Por meio do enfoque da Arqueologia da Escravidão, e compreendendo os sítios arqueológicos históricos como unidades de análise não isoladas (mas integradas à dinâmica mundial e um fenômeno global), Rocha (2014) analisa a dispersão da cultura material e das pessoas em larga escala. Para isso, constrói mapas sobre as importações e exportações realizadas através do Passo dos Negros em Pelotas, interligando outras regiões do país e do mundo (Suriname, então colônia holandesa, Guiana Francesa, Cuba, Boston, Nova Iorque, Portugal, Inglaterra, Suécia e algumas regiões da África).

Sob a perspectiva patrimonial, Rocha (2014) afirma que o Passo dos Negros é entendido como uma importante estratégia econômica para o passado, mas no presente não é vinculado como patrimônio cultural, visto que a lógica da preservação patrimonial, em nível nacional e local, ainda não absorveu os debates já realizados, tanto na historiografia como na perspectiva da Arqueologia da Escravidão.

As ações de preservação relacionada ao patrimônio em Pelotas seguiram parâmetros históricos e oficiais no Brasil, ou seja, as prerrogativas estiveram diretamente ligadas à proteção de bens arquitetônicos relacionados a grupos dominantes (ROCHA, 2014, p. 107).

Essa afirmação de Rocha (2014) interliga-se ao diagnóstico das primeiras pesquisas arqueológicas históricas realizadas em Pelotas, que se relacionavam com o patrimônio edificado da elite charqueadora pelotense, já amplamente valorizado por integrar roteiros turísticos e até mesmo políticas de proteção ao patrimônio arquitetônico. Por isso torna-se desafiador ampliar a percepção patrimonial para outros locais e enfoques, uma vez que a arqueologia pode e deve contribuir nesse debate.

Ampliando o escopo de pesquisas sobre a Arqueologia Histórica pelotense, Marta Bonow Rodrigues, em sua dissertação intitulada “‘A vida é um jogo para quem tem ancas’: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX”, apresenta uma maneira não tradicional do fazer arqueológico, sendo seu principal foco a análise documental, além de aprofundar o debate em Arqueologia da Escravidão.

Rodrigues (2015) realiza uma pesquisa sobre as escravas domésticas em Pelotas no século XIX por meio de anúncios de jornais, analisando quais os serviços solicitados (criadas, ama seca, ama de leite, mucama, cozinheira, passadeira, entre outras atividades domésticas), além da idade, atributos e adjetivações, cor e condição: escrava, liberta ou, até mesmo, mulheres brancas empobrecidas. Essas caracterizações permitiram que Rodrigues formulasse uma interpretação sobre quem eram as escravas domésticas e quais as suas especializações e atributos, além de realizar um mapa das ruas onde ocorria a comercialização das mulheres escravas em Pelotas, condizendo com o atual centro comercial da cidade.

A autora analisa o jornal como uma rede de manutenção da escravidão, visto que, mesmo os jornais que tinham editoriais abolicionistas, continham os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. Além da análise dos anúncios dos jornais, Rodrigues (2015) realiza uma conexão com o presente através de análise das oficinas realizadas pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) e Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN) com o Sindicato das(os) Empregadas(os) Domésticas(os) de Pelotas. Essa conexão permite construir uma relação mais sólida entre o passado escravista e o trabalho doméstico atual, percebendo que nessa profissão continuam atuando majoritariamente mulheres e negras.

[...] percebemos o trabalho doméstico, apesar de visto como um trabalho ‘inferior’, uma vez que não demanda especialização, e ligado ao serviço ‘sujo’ nas casas, o que ser percebido até os dias atuais, teve importante participação na manutenção da sociedade escravista e na formação das sociedades atuais (RODRIGUES, 2015, p. 127).

Assim, o trabalho de Rodrigues (2015) amplia o escopo da arqueologia histórica em vários aspectos, tanto por abordar as fontes documentais escritas sob a perspectiva arqueológica

e discutir os estudos de Gênero quanto através da atuação das escravas. Além disso, estuda as empregadas domésticas na atualidade, efetivando uma interpretação muito interessante entre passado e presente, mostrando o potencial das pesquisas arqueológicas para a compreensão de muitos contextos.

Ainda no âmbito do projeto “Pampa Negro”, a dissertação de Vitor Gomes Monteiro, “Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)”, aborda a macro espacialidade da escravidão em Pelotas, por meio da análise dos documentos (Atas da Câmara Municipal de Pelotas), e também a micro espacialidade, com os pressupostos da arqueologia da paisagem na Charqueada São João. Dessa forma, o trabalho de Monteiro (2016) articulou a Arqueologia da Escravidão, a Arqueologia Documental e a Arqueologia da Paisagem, buscando compreender a paisagem enquanto um dispositivo de controle do escravo, ao mesmo tempo em que os escravos realizavam manipulações criativas de resistência.

Monteiro (2016) contextualiza a história local, analisa a documentação enquanto arqueólogo, conceitua paisagem e busca compreender a materialidade pelo viés da Arqueologia da Escravidão. Em relação à Arqueologia Histórica, Monteiro (2016) afirma que há diferentes perspectivas que analisam o sistema mundial moderno – o capitalismo, as relações local/global, as questões de gênero, a raça, a classe e a identidade, além de diferentes escalas de análise e materialidades – buscando compreender significados, representações, relações de poder e ações sociais (agência).

Ademais, como o autor utiliza-se de fontes escritas, reforça a importância do texto para a Arqueologia Histórica, analisando as materialidades presentes nos documentos históricos. Nesse sentido, Monteiro (2016) analisa nos textos os espaços de circulação e sociabilidade dos escravos, os dispositivos materiais de controle e resistência, as atitudes das pessoas em relação ao mundo material e as tentativas de padronização construtiva da área urbana pelotense. Além da análise documental, o autor também busca compreender a estrutura de quatro charqueadas em Pelotas (Costa do Abolengo, Barão do Butuí, Barão de Jarau e São João). Porém, se detém mais na análise da Charqueada São João, que está em processo de escavação arqueológica desde dezembro de 2015 pela equipe do LEICMA.

Assim, Monteiro (2016) afirma que a Charqueada São João está organizada segundo um modelo de centralidade, proximidade, lucratividade e vigilância, com materialidades disciplinares e com galpões multifuncionais.

Essa pesquisa demonstrou como o poder se executa e se materializa na paisagem. Ademais, demonstrou-se que a paisagem se constitui em elemento fundamental de manutenção do poder e da constituição de identidades culturais (MONTEIRO, 2016, p. 211).

Com a historização da Arqueologia Histórica pelotense, foi possível compreender o desenvolvimento dessa disciplina e a importância da ampliação das pesquisas; ou seja, percebe-se que o primeiro momento ainda estava muito atrelado à ideia de patrimônio arquitetônico das elites locais e que o segundo busca ouvir e tornar visíveis grupos menos privilegiados da sociedade pelotense.

It also shows that varied and apparently contradictory perspectives share similar underlying interests in political action and scholarly engagement. Theoretical debates are increasingly relevant to archaeologists, and issues of methods, theory, personal and professional goals, data collection and analysis are all integral to this endeavor.²⁷ (FUNARI, ZARANKIN e STOVEL, 2005, p. 7)

Rosa (2012) sintetiza essa diferença de enfoques nas pesquisas realizadas em espaços em que também houve a presença e atuação escrava.

[...] discursos produzidos acerca desses bens persistem focados na cultura material da elite charqueadora, evidenciando as sedes, os móveis, os objetos e as indumentárias das famílias aristocráticas. Os escravos, ainda que citados, não são devidamente representados no que tange a materialidade de sua vida cultural e cotidiana, pois são observados sempre pelo viés de sua condição subordinada (ROSA, 2012, p. 184).

A memória relativa às charqueadas em Pelotas está ainda muito vinculada a um passado rico e promissor, em que bonitos casarões foram restaurados, formando um circuito turístico que valoriza os charqueadores e estancieiros do século XIX. Assim, pesquisar o passado escravista através da Arqueologia está trazendo à tona outra materialidade que, até então, não estava relacionada com patrimônio e herança cultural. A pesquisa em Arqueologia da escravidão em Pelotas está valorizando grupos silenciados no cenário acadêmico que estavam (e ainda estão) em posição assimétrica na construção de conhecimento.

A tentativa de uma gestão do patrimônio arqueológico relativo ao passado escravista está mostrando como o discurso patrimonial oficial é imbricado por muitas relações de poder e disputas políticas que tornam mais complexa uma gestão compartilhada do patrimônio. Para o contexto analisado, é importante discutir e refletir sobre a história da Arqueologia, tanto em nível local como de forma mais ampla. Isso ajuda a entender como o discurso sobre uma história

²⁷ Isto também mostra que perspectivas variadas e aparentemente contraditórias compartilham interesses subjacentes semelhantes na ação política e no engajamento acadêmico. Os debates teóricos são cada vez mais relevantes para os arqueólogos, e questões de métodos, teorias, objetivos pessoais e profissionais, coleta e análise de dados são integrantes desse esforço (tradução nossa).

monumental das charqueadas ficou cristalizada na memória local/regional e como isso tem influenciado na relação que as pessoas estão estabelecendo com os locais em que se está empreendendo pesquisas arqueológicas atualmente.

É possível se questionar em que medida a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico relativo à escravidão pode contribuir para que os vestígios do passado tenham uma função social no presente, modificando e trazendo outras vozes para a construção de conhecimento sobre o passado pelotense. Esse é um questionamento fundamental, que deve nortear as pesquisas, tornando-as sempre reflexivas e cada vez mais próximas das questões contemporâneas e das relações de poder que agem sobre as indagações patrimoniais, em escala local e global.

Como pontua Clarke (1973), a perda da inocência é a derrubada de barreiras acadêmicas e novidades no campo metodológico, além de ser um processo contínuo. Assim, no século XXI, é preciso continuar esse processo e abrir as pesquisas arqueológicas para a interdisciplinaridade e para novas maneiras de construir conhecimento através de processos de descolonização, multivocalidade, participação e construção coletiva, conforme se observa nas perspectivas teóricas contemporâneas.

3.2 Cursos de graduação e pós-graduação na UFPel: potencialidades patrimoniais

Os novos cursos de graduação e pós-graduação que se organizaram na UFPel no final dos anos 2000 são importantes para compreender o contexto de desenvolvimento da Arqueologia local e regional, bem como as suas interfaces com a perspectiva de preservação do patrimônio cultural.

Em um cenário de ampliação do ensino superior no Brasil, principalmente por meio do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), é que os cursos de Museologia, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Antropologia/Arqueologia são fundados na UFPel. Os três cursos são o foco desta tese, uma vez que essa tem se destinado a compreender a relação entre essas três áreas do conhecimento, que apresentam aspectos em comum e interesses partilhados. Como apresentado nos capítulos anteriores, nem sempre foram possíveis ou mesmo cogitadas que essas parcerias fossem aplicadas nas pesquisas e trabalhos de ambas as áreas. Porém, mais recentemente, isso tem se tornado uma preocupação de muitos profissionais, inclusive gerando trabalhos mais profícuos com essas temáticas, além de portarias e recomendações do IPHAN.

A UFPel pode ser considerada pioneira por ter esses três cursos de graduação, possibilitando uma aproximação dessas áreas (inclusive fisicamente), muitas vezes forçando essa relação de forma mais constante e cotidiana. Com certeza isso não garante que as áreas dialoguem e atuem conjuntamente sempre, mas a presença do outro no mesmo espaço não deixa que essas áreas sejam esquecidas ou ignoradas. Esse contexto é abordado pelo Prof. Lúcio Menezes Ferreira em entrevista concedida dia 08 de março de 2017, em que ele afirma que “é um contexto institucional muito único, reunindo museologia, conservação, história, antropologia, arqueologia, que não há paralelos no Brasil” (FERREIRA, 2017).

As visitas realizadas à UFPel e as conversas formais e informais com os professores desses cursos demonstraram esse perfil, em que a possibilidade de ter os profissionais próximos é muito positiva para empreender projetos multidisciplinares em que atuam arqueólogos, museólogos e conservadores. Porém, a relação nem sempre acontece como projetado ou desejado, ou mesmo muitos projetos e trabalhos continuam sendo executados sem que os profissionais ou alunos dos outros cursos sejam envolvidos. Ainda é perceptível uma resistência em alguns casos, por diversos motivos que serão debatidos no decorrer dessa tese, mas isso acaba reforçando a proximidade dessas áreas, mesmo que seja mediante tensões e conflitos ou tentativas de negação.

Quanto mais nos aproximamos, mais as coisas se tornam controversas. Quando nos dirigimos da vida ‘cotidiana’ para a atividade científica, do homem comum para o de ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para mais controvérsias. [...] Na verdade, o barulho é maior, e não menor (LATOUR, 2011, p. 43).

Segundo Latour (2011), a produção do conhecimento científico não é algo apenas racional, mas escancara um trânsito conturbado que liga a ciência, a sociedade e as pessoas que estão “dentro” e “fora” do universo científico. As controvérsias existem e são o motor que alavanca os debates, além de possibilitarem que sejam demonstradas várias maneiras de solucionar problemas comuns.

Analisar os cursos de graduação de uma universidade é uma tarefa que traz à tona essas problemáticas no que diz respeito à atividade de cientistas, que não usam apenas conhecimento técnico, mas se envolvem em questões burocráticas e administrativas muitas vezes balizadas em outros ritmos e formas de pensar (LATOUR, 2011). Perceber como profissionais de diferentes áreas do conhecimento se relacionam visando um resultado mais positivo em relação à gestão do patrimônio arqueológico é pensar a ciência em construção, em que cada grupo de

interesse precisa ficar satisfeito, mas não necessariamente estará sempre unido (LATOURE, 2011). Cada curso e disciplina são únicos e apresentam características próprias, porém a “dispersão de disciplinas e de objetos não seria tão problemática se caracterizasse alguma necessária e fecunda especialização que partisse de um núcleo de problemas e métodos comuns” (LATOURE, 2011, p. 25).

Para perceber se existe esse núcleo comum nos cursos da UFPel e tentar compreender como ocorre essa aproximação, são analisadas algumas características (grade curricular, perfil do egresso, dissertações defendidas) dos três cursos de graduação e das duas pós-graduações na área, buscando perceber onde há pontos que inter cruzam as áreas de conhecimento e como o viés da preservação patrimonial é abordado.

O curso de Museologia entrou em funcionamento em 2007, e a justificava expressa em seu Projeto Pedagógico afirma que há urgência quanto às questões relativas à preservação do patrimônio e suas implicações na construção de memória (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MUSEOLOGIA, 2009). Analisando o Projeto Pedagógico do Curso de Museologia da UFPel, percebe-se o interesse de aplicar a interdisciplinaridade, tanto na metodologia de trabalho do curso como no que é apresentado como o perfil do egresso, que indica, entre outras características, a necessidade de formar profissionais capacitados para atuar na conservação, estudo e comunicação do patrimônio e estimular e promover a interdisciplinaridade da museologia com os outros campos do conhecimento.

Além disso, a grade curricular da Museologia apresenta trinta e cinco disciplinas obrigatórias e quinze optativas, além do estágio e trabalho de conclusão de curso. Entre essas disciplinas, três se relacionam com outras áreas do conhecimento, alvo desse estudo. Uma das disciplinas é **Arqueologia e Acervos Museais**, que visa expor e debater a inter-relação entre o trabalho de arqueólogos e museólogos e as implicações curatoriais e expográficas, além de apresentar estudos de caso (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MUSEOLOGIA, 2009). As outras duas disciplinas são denominadas **Conservação e Preservação I e II** e abordam aspectos da conservação preventiva e reparadora de acervos, manutenção das reservas técnicas e prevenção e segurança em museus. Além disso, apresentam materiais e técnicas para conservação de cerâmica, vidro, fotografia, prata, vestuário, objetos efêmeros, plástico, têxteis e livros (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MUSEOLOGIA, 2009). O curso de Museologia, em sua estrutura e organização, apresenta elementos que permitem ao futuro museólogo noções básicas de acervos arqueológicos e de conservação e restauro, possibilitando que a interdisciplinaridade seja efetivada e que a relação entre as áreas já esteja na formação do profissional.

No ano seguinte, entraram em funcionamento os cursos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e o de Antropologia/Arqueologia. O curso de Conservação e Restauração possui em sua grade curricular vinte e sete disciplinas obrigatórias e vinte e sete optativas, sendo que o estudante precisa cursar quatro optativas, além de realizar um estágio curricular e realizar o trabalho de conclusão de curso. É ofertada como optativa a disciplina **Conservação de materiais arqueológicos**, que objetiva estudar as particularidades do acervo e das políticas públicas sobre o patrimônio arqueológico, além de protocolos, materiais e técnicas para a conservação arqueológica (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS, 2016). Entre as disciplinas obrigatórias, duas dialogam diretamente com a questão da preservação do patrimônio (não especificamente o arqueológico), sendo elas: **Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas de Preservação** – que aborda o conceito de patrimônio, medidas de salvaguarda, políticas públicas (legislação brasileira e cartas patrimoniais), além de buscar compreender a atuação dos órgãos e instrumentos de proteção do patrimônio – e **Seminário Memória e Patrimônio**, que aprofunda os conceitos de memória e patrimônio aplicados aos temas contemporâneos (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS, 2016).

O curso enfoca as linhas de conservação, restauração e conservação preventiva, trabalhando com as três principais tipologias de suportes dos bens culturais: pintura, madeira e papel, além de abordar de forma optativa materiais têxteis, cerâmicos, metálicos, pétreos, entre outros. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (2016), o egresso do curso tem a importante missão de trabalhar em prol da preservação e conservação do patrimônio cultural, atuando nesse campo através de ações e procedimentos de conservação preventiva e conservação e restauração de acervos, com habilidade e aptidões manuais e formação humanística, compreendendo o contexto social dos bens culturais e trabalhando em equipes multidisciplinares.

A graduação em Conservação e Restauração da UFPel é a primeira e única no estado do Rio Grande do Sul²⁸. Em todo o Brasil, existem poucas graduações na área, todas criadas depois de 2005. Anteriormente a formação de conservador/restaurador acontecia em nível técnico ou em especializações (destaque para o CECOR/UFMG), muitas realizadas fora do Brasil (BACHETTINI e HEIDEN, 2011).

²⁸ De 2013 a 2016, a Faculdade de Tecnologia, do Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG), em Caxias do Sul, ofereceu o curso de Conservação e Restauração.

A criação do curso na UFPel faz parte de um objetivo mais amplo, que integra a Museologia e o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, visando consolidar a área de patrimônio cultural na instituição, uma vez que o conservador/restaurador trabalha com os objetos que comunicam ou tem aspectos simbólicos, não atuando e intervindo apenas nos aspectos materiais, mas também nos aspectos imateriais do patrimônio (BACHETTINI e HEIDEN, 2011). Ainda segundo Bachettini e Heiden, “o curso foca o patrimônio cultural constituído pelos Bens Móveis, ou seja, por exemplo: obras de arte, fotografias, documentos e livros, objetos decorativos e utilitários, bens etnográficos e **arqueológicos**” (2011, p. 190, grifo nosso). Dessa forma, percebe-se também que o curso de Conservação e Restauro possui um enfoque interdisciplinar, sendo o eixo norteador a preservação dos bens culturais, fazendo parte desses bens os arqueológicos e os acervos museais em sua forma ampla.

Ainda em 2008, o curso de Antropologia/Arqueologia entra em funcionamento inserido em um movimento de (re) aproximação entre a Antropologia Social e Cultural e a Arqueologia no país. Isso é considerado, no Projeto Pedagógico do Curso, como algo estratégico, oportuno e inovador (PROJETO PEDAGÓGICO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2013). Há uma longa história de relação entre a Arqueologia e a Antropologia, porém essas relações variam conforme os contextos históricos e institucionais em que se consolidaram, e o currículo da graduação em Antropologia/Arqueologia da UFPel, matizado pelos preceitos de multivocalidade, Arqueologia comunitária e descolonização das metodologias arqueológicas, pode ser considerado mais um percurso na história dessa relação. (FERREIRA e CERQUEIRA, 2009).

O curso da UFPel está inserido em um contexto de surgimento de novos cursos de graduação em Arqueologia no país, e os futuros profissionais dessa área serão desafiados a responder demandas públicas, políticas e sociais (FERREIRA e CERQUEIRA, 2009). A graduação possibilita que o estudante escolha, no quarto semestre, que linha irá seguir: a Antropologia ou a Arqueologia, sendo que os três primeiros semestres são de formação comum, composta de dezesseis disciplinas. A parte específica de cada área tem doze disciplinas, além de sete disciplinas optativas (são ofertadas quarenta e seis) e o trabalho de conclusão de curso (PROJETO PEDAGÓGICO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2013).

Entre as disciplinas obrigatórias, do núcleo comum, existe uma denominada **Patrimônio Cultural**, que visa discutir os conceitos de patrimônio cultural, suas relações com as comunidades e a construção de identidades culturais, além de abordar os conceitos antropológicos e arqueológicos do patrimônio cultural. (PROJETO PEDAGÓGICO

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2013). Entre as optativas, três disciplinas versam sobre a temática analisada: **Conservação de Materiais Arqueológicos**, introduzindo práticas de conservação de acervos arqueológicos, mediante procedimentos e técnicas, além de buscar explicitar o enquadramento legal e políticas públicas do patrimônio cultural; **Gestão de Acervos Arqueológicos**, que aborda a gestão em espaços científicos, culturais e leigos, bem como procedimentos e técnicas sobre gestão em laboratórios, museus e sítios arqueológicos e **Musealização da Arqueologia e Antropologia**, que estuda os processos de curadoria, gestão e políticas de representação das coleções arqueológicas e antropológicas em museus, visando que o estudante aprenda a desenvolver processos museográficos e de gestão de acervos arqueológicos e antropológicos (PROJETO PEDAGÓGICO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA, 2013).

Segundo Ferreira e Cerqueira (2009), o curso possui quatro eixos – teórico, diacrônico, metodológico e patrimonial –, em que o eixo patrimonial ata o nó de todas as linhas do currículo e se atém as finalidades políticas e de engajamento social por meio da discussão sobre memória, patrimônio e licenciamento ambiental. É nesse eixo que estão as disciplinas citadas, além das de “Arqueologia Pública”, “Educação Patrimonial” e “Arqueologia de Contrato”. Percebe-se também que o currículo do curso de Antropologia/Arqueologia é vocacionado para as relações com a Museologia, Conservação e questões patrimoniais, além da relação estreita entre as áreas que nomeiam o curso, tornando-o por essência multidisciplinar, visando à construção de Arqueologias multivocais (FERREIRA e CERQUEIRA, 2009, p.84).

Em 2008, no início do curso de Antropologia/Arqueologia, foi organizado um seminário, intitulado “Entrecampos: trajetórias na Antropologia e Arqueologia”, em que os professores do curso palestraram sobre suas trajetórias acadêmicas e sinalizaram quais seus interesses de pesquisa, analisando a criação do curso de Arqueologia na UFPel. Nesse sentido, Ferreira afirmou nesse evento que “trabalhamos num instituto onde há cursos de museologia, conservação e restauro, geografia, história, ou seja, disciplinas correlatas que podem favorecer pesquisas verdadeiramente interdisciplinares” (2016, p. 292).

Para completar esse cenário de formação nas áreas de Arqueologia, Museologia e Conservação e Restauro, a UFPel também possui dois programas de Pós-Graduação que dialogam diretamente com esses campos do conhecimento, gerando trabalhos que aliam os preceitos interdisciplinares com foco na preservação patrimonial.

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) teve o mestrado aprovado em 2006 e, o doutorado, em 2012; nesse, a primeira turma ingressou em 2013 e já conta com seis teses defendidas. A origem desse programa é de uma especialização

surgida em 2003 em Memória, Identidade e Cultura Material, que forneceu os princípios gerais para a consolidação do Mestrado. O PPGMP tem um perfil interdisciplinar, organizado em quatro linhas de pesquisa: “Memória e Identidade”, “Instituições de Memória e Gestão de Acervos”, “Patrimônio e Cidade” e “Políticas de Memória e Patrimônio do MERCOSUL”.

As primeiras dissertações defendidas nesse programa foram em 2008 e, até meados de 2017, contava com cento e trinta dissertações. Dessas, nove versaram sobre Arqueologia e suas relações, criando um panorama interessante de pesquisas arqueológicas inseridas em um programa de pós-graduação voltado para as questões de Memória e Patrimônio. Abaixo é apresentado um quadro com os anos, autores, títulos e orientadores das dissertações, além de pontuar, nas observações, o recorte arqueológico utilizado, bem como se a dissertação foi analisada nessa tese.

Quadro 5 – Dissertações sobre Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

(continua)

Ano	Autor(a)	Título	Orientador	Observação
2009	Luciana da Silva Peixoto	Louças e modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista	Fábio Vergara Cerqueira	Arqueologia Histórica Analisada no item 3.1
2009	Nadja Ferreira Santos	Interface entre Arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano	Úrsula Rosa da Silva Co-orientador: Fábio Vergara Cerqueira	Arqueologia e Arquitetura
2010	Rodrigo de Oliveira Torres	Arqueologia Histórica do Espaço Marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande	Lúcio Menezes Ferreira	Arqueologia Histórica
2012	Estefânia Jaékel da Rosa	Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)	Lúcio Menezes Ferreira	Arqueologia Histórica Analisada no item 3.1
2012	Fernando Silva de Almeida	Arqueologia e História na Terra dos Bugres em busca da visibilidade indígena na Região de Cruz Alta-RS	Cláudio Baptista Carle	Arqueologia e História
2012	Jonathan Santos Caino	Potencial Arqueológico de Cruz Alta: propostas para uma arqueologia da cidade	Carlo Baptista Carle	Arqueologia Urbana

(conclusão)

Ano	Autor(a)	Título	Orientador	Observação
2013	Andressa Domanski	Arqueologia histórica nas Missões de Santo Ângelo: representações dos dirigentes municipais sobre as escavações arqueológicas e políticas públicas de patrimônio (2006-2007)	Lúcio Menezes Ferreira	Arqueologia Histórica, Políticas Públicas e Patrimônio
2013	Rafaela Nunes Ramos	Reflexões sobre gestão arqueológica e museológica da cultura material: o sítio guarani PS-03 Totó (Pelotas, RS) e seus vestígios.	Fábio Vergara Cerqueira	Gestão arqueológica e museológica Arqueologia Pré-Colonial Analisada no capítulo I
2014	Marcelo Garcia da Rocha	Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)	Lúcio Menezes Ferreira	Arqueologia Histórica e Patrimônio Analisada no item 3.1

Fonte: a autora.

O Quadro 5 demonstra a pluralidade de temáticas arqueológicas abordadas, contribuindo para perceber como a pesquisa arqueológica tem potencial e necessidade de dialogar com as pesquisas em memória e patrimônio. Além disso, visa à consolidação, tanto de linhas de pesquisa como a atuação e engajamento social no que concerne a valorização e preservação do patrimônio arqueológico.

Enquanto isso, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) teve o mestrado aprovado em 2011, com o ingresso da primeira turma em 2012, e o doutorado aprovado em 2015, com a primeira turma ingressando em 2016. O programa é dividido em duas áreas de concentração: “Antropologia Social e Cultural” e “Arqueologia”, seguindo a mesma proposta da graduação em Antropologia/Arqueologia.

A área de concentração em Arqueologia é organizada em duas linhas de pesquisa: “Antropologia e Arqueologia dos objetos” e “Sociedade, Ambiente e Territorialização”, referenciando estudos de cultura material e relações sociais no tempo e no espaço, além das várias dimensões da vida em sociedade que constituem acervos e patrimônios. O programa já teve cinquenta dissertações defendidas, em que cinco apresentam debates sobre a relação da Arqueologia com a Museologia e/ou Conservação e já foram apresentadas e debatidas nessa tese, devido ao perfil interdisciplinar. Abaixo, um quadro sintético dos cinco trabalhos:

Quadro 6 – Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (área de concentração Arqueologia), com interfaces com a Museologia e/ou Conservação

Ano	Autor	Título	Orientador
2014	Ana Paula da Rosa Leal	Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas,RS)	Jaime Mujica Sallés
2015	Tiago Graule Machado	A conservação preventiva de acervos arqueológicos em metal: uma análise sobre o laboratório multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA (ICH-UFPel)	Jaime Mujica Sallés
2016	Susana dos Santos Dode	A preservação de vestígios metálicos arqueológicos do século XIX provenientes de campos de batalha do sul do Brasil e Uruguai	Jaime Mujica Sallés Co-orientadora: Maria Farías
2016	Juliana Bizarro Cascais	A gestão e conservação de artefatos arqueológicos metálicos: o caso da intervenção arqueológica realizada na Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel – Pelotas,RS.	Cláudio Baptista Carle Co-orientador: Rafael Guedes Milheira
2017	Taciane Silveira Souza	Preservação do Patrimônio Arqueológico de Fronteira: Museo de Patrimônio Regional de Rivera-Urugui	Jaime Mujica Sallés

Fonte: a autora.

Esses cursos de graduação e pós-graduação da UFPel, analisados nesse momento, traçam o cenário e o contexto em que as atividades de Arqueologia, Museologia e Conservação/Restauro são desenvolvidas. Não são meros panos de fundo, mas fundamentais para uma análise mais acurada dos espaços de pesquisas e projetos desenvolvidos que buscam fortalecer, de fato, a interdisciplinaridade, tão propalada nos Projetos Pedagógicos e nos discursos em defesa do patrimônio cultural. Percebe-se, ao analisar alguns elementos da organização dos cursos, que há um núcleo de problemas comuns, principalmente articulados à questão do patrimônio cultural, que pode e está sendo explorada por professores e alunos dos cursos, gerando debates importantes para a questão mais específica do patrimônio arqueológico.

A produção científica produzida por esses cursos (e por outros existentes em demais instituições, já analisados nessa tese), é oriunda, principalmente, dos programas de pós-graduação, e demonstra como a relação das três áreas está se tornando cada vez mais amadurecida e aceita entre os diferentes profissionais. Latour afirma que algo se torna científico e aceito entre os pares quando deixa de ser algo isolado e quando as pessoas engajadas nas publicações são numerosas e citadas em textos da área: “a cuidadosa indicação da presença de aliados é o primeiro sinal de que a controvérsia está suficientemente acalorada para gerar documentos técnicos” (2011, p. 48). Isso não quer dizer que não existam mais controvérsias. Muito pelo contrário, estamos em um momento de acaloradas discussões no campo do

patrimônio arqueológico, o que tem gerado muitos documentos técnicos, aqui entendidos desde artigos, monografias, dissertações e teses até documentos legais que pautam as atividades ligadas ao patrimônio arqueológico.

A existência desses cursos de graduação e pós-graduação não são garantias de que a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico seja planejada e executada de forma qualificada, mas possibilitam que isso ocorra de forma mais facilitada pela presença de profissionais e arcabouço teórico metodológico para embasar as ações nesse sentido.

Com esse cenário apresentado, compreendendo os limites e potencialidades dessa articulação entre as áreas do conhecimento, em tese tão próximas, mas por vezes tão distanciadas, é que serão discutidos alguns outros espaços de pesquisa, constituídos após a criação dos cursos de graduação analisados acima. Também são debatidos um projeto arqueológico, focado no desenvolvimento da Arqueologia Histórica (Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul – 1780-1888) e um programa museológico na área de Antropologia e Arqueologia (MUARAN) no decorrer desse capítulo.

3.3 *Projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)”*: ampliando perspectivas

O projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)” já foi citado neste trabalho diversas vezes e por vários motivos. Um deles é o fato de que a pesquisa de doutorado em tela organizou-se originalmente a partir desse projeto, visando analisar a atuação e relação da Arqueologia, Museologia e Conservação na pesquisa realizada na Charqueada Santa Bárbara, Pelotas/RS, pesquisada no âmbito do referido projeto. Outro fator é que o projeto “Pampa Negro” surge, justamente, em decorrência da criação do curso de graduação em Antropologia/Arqueologia da UFPel, que possibilitou o ingresso de vários professores/pesquisadores, mudando o panorama do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em Pelotas, especialmente no que se refere à Arqueologia Histórica. Além disso, alguns trabalhos analisados nos capítulos anteriores também foram desenvolvidos no âmbito desse projeto.

Assim, em linhas gerais, o projeto já foi abordado, principalmente no item 3.1, em que a história da Arqueologia Histórica pelotense foi analisada, visto que o projeto “Pampa Negro” é paradigmático para a mudança de perspectiva na Arqueologia Histórica local. Isso porque, além de ampliar o número de trabalhos e problemáticas de investigação, impulsiona a

Arqueologia Histórica pelotense a patamares internacionais, analisando o contexto de Pelotas no sistema mundial de globalização e desenvolvimento do capitalismo e do mundo moderno por meio do comércio de escravos e outros produtos com vários locais do mundo, mediante importações e exportações.

O projeto também possibilitou mudar o viés da Arqueologia Histórica, consolidando uma linha de investigação em Arqueologia da Escravidão ou da Diáspora Africana, oportunizando o debate sobre questões patrimoniais e de valorização de grupos subalternos da história e trazendo à tona um debate sobre identidades, heranças e políticas de preservação do patrimônio local. Dessa forma, esse subcapítulo sistematiza informações sobre o projeto “Pampa Negro”, apresenta seus resultados e potencialidades e demonstra a consolidação da linha de pesquisa em Arqueologia da escravidão ou Arqueologia da Diáspora Africana na UFPel. Além disso, mostra como esse projeto também viabilizou pesquisas multidisciplinares, envolvendo a Museologia e Conservação, além de um debate sobre a preservação do patrimônio arqueológico de forma mais ampla.

Nesse sentido, o Prof. Lúcio Menezes Ferreira comenta sobre a constituição de uma linha de pesquisa e o desenvolvimento do projeto “Pampa Negro”:

[...] a gente pode efetivamente constituir linhas de pesquisa, a gente recebe e vê muitos projetos que não são projetos de teses ou de dissertações, mas sim linhas de pesquisa, algo para se fazer o resto da vida. Nesse aspecto, estou muito tranquilo, há muitas vertentes do projeto, desde a inserção de Pelotas, não é que eu não me interesse pelo local, isso seria antropológicamente equivocado, claro que me interessa pelo local, mas me interessa na inserção da cidade num sistema mundial atlântico, então, desde o começo da pesquisa e isso continua, a gente tem estudantes pesquisando os arquivos para entender para aonde vai o charque, o que chega à Pelotas via sistema atlântico, assim como estudamos os anúncios de escravos, de vendas de escravos, a demografia de escravos, em suma, há muitas vertentes do projeto, e isso passou a ser executado a partir de 2010 (FERREIRA, 2017).

Este subcapítulo também aborda a criação e os primeiros passos do LEICMA, espaço de pesquisa criado mais recentemente na UFPel (2015), e que abriga, atualmente, o “Pampa Negro”. Esse projeto foi escrito em julho de 2009 pelo professor Lúcio Menezes Ferreira e, em 03 de agosto de 2011, a pesquisa foi autorizada por uma portaria do IPHAN. Assim, o projeto vem sendo desenvolvido segundo os objetivos propostos, em que o objetivo geral e amplo é desenvolver pesquisas arqueológicas sobre a escravidão, especialmente em Pelotas/RS.

[...] no final de 2009 eu o submeti ao CNPq para obter bolsa de produtividade, nesse contexto de expansão das universidades via governo Lula, o REUNI, etc., a gente tinha disponibilidade de muitas bolsas e para mim, surpreendentemente, porque um dos requisitos era formação de recursos humanos e eu não havia formado muitas

peessoas, tinha apenas uma orientação concluída, e foi com muita surpresa que eu acabei ganhando a bolsa de produtividade, vigente a partir de 2010. Claro, isso impulsionou minha carreira, obviamente (FERREIRA, 2017).

A Arqueologia da Escravidão emergiu nos Estados Unidos nos anos 1960 e consolidou-se nos anos 1980, sendo umas das principais linhas de investigação da Arqueologia Histórica. Porém, no Brasil, essa é uma linha de pesquisa nova, ainda não consolidada, mas que aponta para alguns avanços com trabalhos desenvolvidos por arqueólogos que atuam no país²⁹.

Segundo Ferreira, “este projeto, assim, pretende instituir uma linha de pesquisa em Arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na cidade de Pelotas” (2009a, p. 1). Para justificar a existência do projeto e da linha de pesquisa em Arqueologia da escravidão, Ferreira (2009a) apresenta uma revisão bibliográfica da historiografia sobre escravidão no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, também citando os estudos já desenvolvidos em Pelotas, que têm volume bem menor dos que os realizados em âmbito nacional.

[...] a justificativa para a criação de uma linha de pesquisa em Arqueologia da Escravidão não se ampara apenas no número de pesquisas; estriba-se, mais precisamente, em números histórico-demográficos. Pois estudiosos locais apontam que Pelotas concentrou, assim como Rio Grande, o maior número de escravos – de meados do século XVIII até a oficialização da Abolição, em 1888 – em todo o Rio Grande do Sul. Esse dado já legitimaria a existência de uma linha regular em Arqueologia da escravidão na UFPel (FERREIRA, 2009a, p.3).

Porém, Ferreira (2009a) afirma que é preciso ir além dos números e enxergar as ações sociais dos escravos e suas materializações, que permaneceram praticamente invisíveis ou subanalisadas na produção arqueológica local. Dessa forma, as pesquisas arqueológicas sobre a escravidão propostas no projeto “Pampa Negro” visam entender os contextos sociais e culturais das ações dos escravos a partir de fontes documentais e bibliográficas, dialogando com as historiografias local, nacional e platina sobre a escravidão e com as discussões internacionais em Arqueologia da Escravidão (FERREIRA, 2009a).

Outro objetivo geral é mapear arqueologicamente a distribuição espacial das redes de propriedades para entender a paisagem do mundo escravista local (FERREIRA, 2009a). Sobre esse objetivo, o Prof. Ferreira comenta das dificuldades estruturais para a realização do levantamento e o quanto ainda é preciso ser feito nesse sentido:

²⁹ ALLEN (2006, 2008), AGOSTINI (2002), CARLE (2005), FERREIRA (2009, 2009b), FERREIRA, FUNARI, CARVALHO (2011), ROSA (2008), SYMANSKI (2006), além dos trabalhos já citados sobre o próprio projeto Pampa Negro.

A outra faceta, com todas as dificuldades infraestruturais, foi o levantamento de sítios entre o canal São Gonçalo e o arroio Pelotas. João Simões Lopes Neto, mais conhecido como literato, um aristocrata local, escreveu uma história de Pelotas e listou a existência de quarenta charqueadas, no auge da produção do charque. Hoje, digamos, para visitação e servindo ao turismo, sabemos que ao todo temos doze charqueadas, e a gente pretende dar continuidade a esse trabalho de prospecção e de estudo da paisagem; essa foi a primeira tarefa (FERREIRA, 2017).

Esses dois grandes objetivos, análise das fontes documentais e mapeamento das estruturas escravistas locais, por mais que ainda continuem sendo desenvolvidos, já alcançaram resultados satisfatórios para o desenvolvimento do projeto, como apresentado nos trabalhos citados no subcapítulo 3.1. A composição de banco de dados sobre a escravidão local, por meio da leitura de jornais, cronistas, naturalistas, testamentos e inventários, também já foi executada, mas ainda pode e deve ser ampliada, pois as fontes escritas analisadas sob a ótica arqueológica podem gerar interpretações inovadoras sobre a escravidão.

Assim, o projeto visa ampliar as pesquisas em Arqueologia da Escravidão no Brasil, especificamente em Pelotas. A pesquisa objetiva compreender os sítios arqueológicos que podem ser analisados sob esse viés, como charqueadas, casarões e quilombos em que houve atuação dos escravos, buscando entender como a cultura material interferiu na construção política e cultural da paisagem no mundo escravista.

O primeiro momento do projeto “Pampa Negro” foi dedicado a pesquisar em arquivos históricos de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre para “estabelecer banco de dados sobre as estâncias e charqueadas de Pelotas, os quais contemplarão informações diversas” (FERREIRA, 2009a, p. 6). Em seguida, foram realizadas “prospecções nas estâncias e charqueadas da região, mapeando-as em suas estruturas topográficas” (FERREIRA, 2009a, p. 6). Nessa etapa da pesquisa é que foi localizada a Charqueada Santa Bárbara, objeto de estudo das primeiras investigações do projeto.

O sítio arqueológico Santa Bárbara é a primeira charqueada pelotense escavada sob a perspectiva da Arqueologia da Escravidão e isso é um fator de destaque, pois Pelotas tem quinze charqueadas preservadas, das quais quatro já foram estudadas pela historiografia e formam um importante roteiro turístico na cidade (ROSA, 2012). A Charqueada Santa Bárbara está localizada na periferia urbana de Pelotas/RS, às margens do antigo arroio Santa Bárbara, aterrado a partir do final dos anos 1960. A área em questão começou a ser povoada por volta de 1790 e, com o passar dos anos, consolidou-se como estância e charqueada. Segundo Rosa (2012), que analisou os inventários referentes aos proprietários da Charqueada Santa Bárbara, a charqueada contava com 69 cativos em 1844, e se pode perceber o potencial de investigação acerca da Arqueologia da Escravidão nesse cenário.

A charqueada Santa Bárbara foi descoberta no início de 2010. Curiosamente, a população da cidade a desconhecia, excetuando-se as duas famílias que, hoje, vivem na sede da antiga charqueada. A historiografia local não a estudou; tampouco ela, situando-se na periferia da cidade, figura no roteiro oficial de turismo de Pelotas, com seu opulento centro histórico e imponentes charqueadas às margens do Arroio Pelotas (FERREIRA, 2013, p. 17).

Além da Charqueada Santa Bárbara, foram realizadas prospecções arqueológicas e pesquisa nos inventários dos proprietários da Charqueada São João, Charqueada de Boaventura Rodrigues Barcellos (Costa do Abolengo), Charqueada do Barão do Butuí e a Charqueada do Barão de Jarau. A pesquisa nas documentações dessas charqueadas permitiu a construção de um banco de dados com números de escravos, suas funções, origens e estruturas das charqueadas. Além disso, foram elaborados mapas da distribuição espacial das charqueadas.

Figura 3 – Mapa: Charqueadas remanescentes

Fonte: Banco de Dados do Projeto “O Pampa Negro”, 2012.

Outro local de interesse arqueológico que se inseriu no projeto foi o Passo dos Negros, local também conhecido como a Chácara da Brigada, que possuía possivelmente três charqueadas, além de ser um porto de desembarque de escravos e uma praça de alfândega e comércio. O Passo dos Negros faz parte do Roteiro das Charqueadas e, segundo o Plano Diretor

de Pelotas, é uma zona de interesse arqueológico. Esse espaço também vem sendo estudado no âmbito do projeto “Pampa Negro”, especialmente na dissertação de Marcelo da Rocha Garcia (2014).

Ferreira afirma que os objetivos do projeto podem ser ampliados para outros “sítios arqueológicos de Pelotas e estendendo-se por outras cidades da região Meridional do Rio Grande do Sul, onde a escravidão imperou largamente” (2009a, p. 9). Os outros sítios que poderão se tornar alvo de pesquisas são os casarões urbanos do centro histórico de Pelotas e os quilombos.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto “Pampa Negro” demonstram o seu alcance e quais os rumos da pesquisa, bem como os enfoques que diferentes pesquisadores foram conferindo ao projeto, configurando, dessa forma, um panorama bastante múltiplo, mesmo que todos os trabalhos dialoguem com a Arqueologia da Escravidão. Todas as dissertações que foram desenvolvidas através do “Pampa Negro” já foram resumidas no item 3.1 ou ainda nos capítulos anteriores, quando foi demonstrado o desenvolvimento da Arqueologia Histórica pelotense. Nesse momento, os trabalhos apenas serão listados e analisados em conjunto.

Quadro 7 – Dissertações desenvolvidas no âmbito do projeto “Pampa Negro”

Ano	Autor(a)	Título	Orientador(a)
2012	Estafânia Jaékel da Rosa	Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)	Lúcio Menezes Ferreira
2014	Ana Paula da Rosa Leal	Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da coleção proveniente do sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)	Jaime Mujica Salles
2014	Marcelo Garcia da Rocha	Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)	Lúcio Menezes Ferreira
2015	Marta Bonow Rodrigues	“A vida é um jogo para quem tem ancas”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX	Lúcio Menezes Ferreira e Flávia Maria Silva Rieth
2016	Vitor Gomes Monteiro	Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)	Lúcio Menezes Ferreira

Fonte: a autora.

Essas cinco dissertações de mestrado compartilham a inserção no projeto “Pampa Negro” e, dessa forma, abordaram e desenvolveram a Arqueologia da Escravidão em Pelotas. Porém, algumas características as interligam e outras demonstram como cada trabalho é muito particular, ao conferir diferentes abordagens para a Arqueologia histórica e da diáspora africana.

A maioria dos trabalhos realiza um histórico das pesquisas em Arqueologia da Escravidão na América do Norte, Caribe e América do Sul, visando demonstrar a potencialidade dessa linha de investigação e como ela também pode ser ampliada no Brasil e no contexto pelotense.

Garcia analisa como a Arqueologia da Escravidão, no Brasil, surge desatrelada dos movimentos sociais e das normativas do patrimônio arqueológico, ou “a arqueologia da escravidão nasce no vácuo da legislação e não dialoga com os movimentos sociais” (2014, p. 48).

Rosa (2012) pontua em seu trabalho a importância do diálogo com as fontes escritas, uma característica fundamental das pesquisas em Arqueologia Histórica. Contudo, é nas pesquisas de Rodrigues (2015) e Monteiro (2016) que o enfoque da Arqueologia Documental é apresentado de forma mais articulada, consolidando uma metodologia de pesquisa muito importante para ampliação do escopo da Arqueologia da Escravidão, uma subdisciplina da Arqueologia Histórica.

[...] a análise documental (em acréscimo e em distinção à “pesquisa histórica”) é parte integral do estudo da vida material no período histórico e [...] se constitui em um elemento vital em qualquer pesquisa arqueológica histórica. Isso é vital para se construir o contexto (BEAUDRY et al., 2007, p. 85 apud RODRIGUES, 2015, p. 23).

É nesse ponto que se demanda a não hierarquização das evidências. Objetos, textos, imagens, etc., devem servir as necessidades da problemática de análise do pesquisador, sem sobreporem-se umas as outras. As fontes devem convergir ou divergir, serem colocadas ou retiradas, de acordo com suas características formadoras e informacionais. Não se deve cair na falácia de acreditar que existem fontes “mais diretas” ou que se aproximam mais da “realidade” que outras. [...] minha pesquisa compartilha de uma perspectiva que não dicotomiza a materialidade descrita (e inscrita) nos documentos oficiais, da cultura material exumada de escavações arqueológicas (MONTEIRO, 2016, p. 42).

Em um primeiro momento, isso pode parecer apenas outra forma de nomear o trabalho com as fontes escritas. Porém, denominar essa prática de “Arqueologia Documental”, utilizando-se de vários autores que já consolidaram o termo, eleva essa metodologia que, muitas vezes, é vista apenas como complementar as análises da materialidade proveniente de escavações arqueológicas. Assim, a Arqueologia Documental coloca-se no mesmo patamar de outras análises arqueológicas, consolidando uma vertente teórico-metodológica fundamental para a Arqueologia Histórica e, no caso específico, tem possibilitado estudos densos e mais complexos em Arqueologia da Escravidão. Outro aspecto em comum entre os trabalhos listados no Quadro 7 é a elaboração e utilização de mapas e mapeamentos através do Sistema de Informação Geografia (SIG), sendo que Monteiro (2016) utiliza-se do referencial teórico-

metodológico da Arqueologia da Paisagem para aprofundar esses mapeamentos e análises dos espaços de atuação escrava.

Rosa (2012), por ter realizado o primeiro trabalho de mestrado inserido no projeto “Pampa Negro”, afirma que as charqueadas pelotenses têm grande potencial arqueológico. Esse potencial foi sendo descortinado pelos trabalhos subsequentes que abordaram o gerenciamento do acervo arqueológico (LEAL, 2014), as escravas domésticas nos anúncios de jornal e sua atuação e circulação pela cidade de Pelotas (RODRIGUES, 2015). Além disso, realizaram análises de nível micro e macro espacial da paisagem escravista pelotense (MONTEIRO, 2016) e também perspectivas e embates patrimoniais em locais de atuação escrava no passado e de especulação imobiliária no presente (ROCHA, 2014).

Ademais, Rosa (2012) também afirmou que os trabalhos em Arqueologia Histórica poderiam inserir as pesquisas em Pelotas no âmbito da Arqueologia da Diáspora Africana. Isso também tem se concretizado, uma vez que os trabalhos não estão focados apenas nas características da escravidão em nível local, mas buscam fazer articulações em nível global, inserindo Pelotas no sistema mundial do Atlântico de tráfico de escravos e mediante importações e exportações de variados produtos (ROCHA, 2014; MONTEIRO, 2016).

As interfaces multidisciplinares que o projeto foi assumindo ao longo de seu desenvolvimento ficaram perceptíveis em todos os trabalhos, que dialogaram com várias áreas do conhecimento e diferentes enfoques arqueológicos. Por exemplo, a relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação (LEAL, 2014), a perspectiva patrimonial (ROCHA, 2014), a Arqueologia de Gênero – e um enfoque antropológico de relação passado e presente no trabalho doméstico (RODRIGUES, 2015) – e a Arqueologia da Paisagem (MONTEIRO, 2016). No entanto, as temáticas e trabalhos não se encerram nas dissertações de mestrados; há trabalhos de conclusão de curso, também inseridos no projeto “Pampa Negro”, que trazem outras contribuições, ampliando ainda mais o escopo de pesquisas e de perspectivas de análise.

A pesquisa desenvolvida para a monografia “Brincando de Arqueologia em Pelotas: História e Arqueologia Pública na Charqueada Santa Bárbara (RS-Brasil)”, de Giullia Caldas dos Anjos, foi desenvolvida em outubro e novembro de 2011 com alunos e professores de uma escola estadual situada nas imediações da Charqueada Santa Bárbara. A Arqueologia Pública norteou a execução desse trabalho, apontando a importância de estabelecer diálogos com a comunidade. Anjos (2012) diagnosticou que a Arqueologia Pública pode oferecer alternativas para romper com o tabu criado em torno do tema da escravidão em Pelotas, e o trabalho nas escolas é uma via importante de atuação.

Vitor Gomes Monteiro também desenvolveu um trabalho de conclusão de curso em 2012, intitulado “Um inventário do medo: a Pelotas escravista e a representação do medo através das atas da câmara municipal de Pelotas (1832-1850)”, em que analisou a categoria medo como o sentimento que permeou as relações entre senhores e escravos mediante os castigos (MONTEIRO, 2012 apud SANTANA, 2015). A pesquisa desenvolvida por Monteiro (2012) nas atas da Câmara Municipal de Pelotas teve prosseguimento em sua pesquisa de mestrado, já apresentada acima.

O outro trabalho de conclusão de curso inserido no “Pampa Negro” é o de Anelize Moreira Santana, “A circulação de mercadorias no contexto do sistema escravista: uma abordagem de arqueologia documental do jornal Diário de Pelotas (1876-1888)”, em que a autora utiliza-se da Arqueologia Documental para analisar o mercado de exportação e importação e a diversidade tipológica de mercadorias presentes nos anúncios de jornais. Santana (2015) percebe a inserção de Pelotas na modernidade por meio da rede de ligações comerciais de Pelotas no âmbito global. Para isso, utiliza-se dos pressupostos da Arqueologia do Mundo Moderno, da Arqueologia da Escravidão e da Arqueologia Documental. Assim, a autora cria um banco de dados arrolando as diversas categorias tipológicas de mercadorias que encontrou em 330 exemplares do Jornal Diário de Pelotas. A pesquisa de Santana (2015) demonstra o método de pesquisa arqueológica em fonte documental, fazendo uma analogia a um sítio arqueológico, como se estivesse “escavando” os jornais em busca dos produtos que foram exportados e importados para Pelotas no final do século XIX.

Além desses trabalhos, que estão diretamente articulados ao projeto “Pampa Negro”, outros estão indiretamente envolvidos e demonstram a potencialidade e como é possível realizar investigações multidisciplinares envolvendo a temática abordada no projeto.

Francielen Barbosa Soares Gonçalves realizou uma pesquisa de conclusão de curso (Museologia – UFPel) sobre a Musealização da Arqueologia da Escravidão. Seu trabalho intitula-se “Para Uma Musealização da Arqueologia da Escravidão: Apontamentos Acerca da Preparação do Sítio Histórico Santa Bárbara (Pelotas/RS) para Visitação e Estratégias de Preservação Patrimonial” e foi realizado sob orientação do Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches em 2013.

Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos desenvolveu uma dissertação de mestrado na Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof. Dra. Elizabete de Castro Mendonça e co-orientada por Jaime Mujica Sallés, intitulada “A conservação de artefatos ferrosos de origem terrestre: um estudo de caso do sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara, Pelotas-

RS”, analisada no Capítulo II. Ela aborda as questões de conservação em um acervo proveniente das pesquisas em um sítio pesquisado no âmbito do projeto “Pampa Negro”.

A tese de Bruno Sanches Ranzani da Silva intitula-se “Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública” e foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, com orientação do Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos e defendida no mês de outubro de 2017.

Para além de todos os trabalhos oriundos da orientação direta ou indireta do Prof. Lúcio Menezes Ferreira, há toda a sua produção bibliográfica sobre a temática da Arqueologia da Escravidão e da Diáspora Africana, que consolida teoricamente a linha de investigação e serve de referencial para os trabalhos apresentados acima (FERREIRA, 2009, 2009a, 2009b; FERREIRA, FUNARI e CARVALHO, 2011; FERREIRA e FUNARI, 2016; FERREIRA et al., 2016). Dessa forma, é possível perceber a potencialidade de pesquisas que puderam ser articuladas por conta de um projeto que, principalmente em seu momento inicial, tinha ênfase na atuação de arqueólogos, museólogos e conservadores desde a concepção e planejamento da pesquisa, perpassando pela presença em campo desses profissionais e geração de documentação e análises laboratoriais que continuassem envolvendo as três áreas.

A pesquisa empreendida na Charqueada Santa Bárbara, primeira charqueada pelotense escavada sob a ótica da Arqueologia da Escravidão, foi também pioneira no sentido de envolver diretamente, em todas as etapas da pesquisa arqueológica, conservadores e museólogos. Por conta disso, muitos trabalhos, inclusive essa tese, foram articulados visando discutir essa relação, que acontecia no âmbito do projeto “Pampa Negro” e do LÂMINA.

O projeto segue muito denso em relação à Arqueologia da Diáspora Africana, mas desarticulou-se do LÂMINA em 2015, sendo desenvolvido no LEICMA, que também tem por concepção ser um laboratório que integre áreas do conhecimento afins, porém não com a mesma perspectiva do momento em que estava abrigado no LÂMINA. O Prof. Ferreira, em entrevista concedida no dia 08 de março de 2017, afirma que “ao longo da nossa conversa aqui hoje ficou claro que esse horizonte de musealização, de conservação, nós não abdicamos disso, de maneira alguma” (FERREIRA, 2017).

O LEICMA foi organizado pelo Prof. Ferreira, em parceria com Aluísio Gomes Alves, funcionário técnico em Arqueologia. O referido laboratório é subordinado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) e iniciou suas atividades em meados de 2015 em uma sala no prédio da Canguru (antiga fábrica localizada na propriedade). A sala do LEICMA, nesse prédio, era ampla, com grandes janelas sem cortinas, infestada por cupins e morcegos.

Fotografias 15 a 18 – Espaço do LEICMA

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Fotografia 19 – Detalhe para a ação de cupins no LEICMA

Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Outros professores que integraram o LEICMA no seu início foram Cláudio Carle e Jorge Eremites de Oliveira. Segundo entrevista com o Prof. Ferreira e o técnico Aluísio em 08 de março de 2017, vários alunos participam das atividades do laboratório, atuando no Projeto “Pampa Negro”:

Então, o LEICMA tem vários alunos que trabalham conosco, tem gente do cinema e audiovisual, fazendo desenho arqueológico, mas tem, também, os estudantes de mestrado [...], além daqueles de doutorado. Todos eles estão associados ao projeto. Mas, em suma, a gente faz um esforço coletivo (FERREIRA, 2017).

Nessa mesma entrevista, o Prof. Ferreira e o técnico Aluísio falam da mudança de prédio do LEICMA, prevista para abril de 2017, para um prédio alugado da Universidade Católica de Pelotas. Após a realização da entrevista, fomos visitar as futuras instalações do laboratório. Essa mudança ocorre pelo fato de que o prédio em que inicialmente se instalou o LEICMA

também era alugado, e a universidade estava desfazendo esse contrato de aluguel. As questões de infraestrutura que acometem a UFPel também foram densamente debatidas na entrevista com os pesquisadores do LEICMA, apontando como isso é um problema institucional, que acomete todos os laboratórios de Arqueologia da universidade. Abaixo, algumas imagens do espaço que será destinado ao laboratório, em fase de reformas e adaptações.

Fotografias 20 e 21 – Novo espaço destinado ao LEICMA, em fase de reforma e adaptação.

Fonte: Acervo Pessoal (08 de março de 2017).

O LEICMA se transfere para o novo espaço em meados de maio de 2017 e passa a abrigar apenas o acervo do projeto “Pampa Negro” decorrente das escavações empreendidas nos sítios arqueológicos Charqueada Santa Bárbara e Charqueada São João. Anteriormente, o LEICMA guardava acervos de outras pesquisas, realizadas por outros pesquisadores. Porém, em decorrência das vistorias técnicas do IPHAN aos locais de pesquisa e salvaguarda do acervo arqueológico que avaliam, entre outras questões, as condições das Reservas Técnicas e apontam se as instituições estão aptas ou não para receberem e manterem seus acervos, o Prof. Ferreira julgou melhor adaptar-se as recomendações do IPHAN apenas com o acervo do projeto “Pampa Negro”³⁰.

O novo espaço do LEICMA tem uma grande sala, onde estão as mesas de análise de material arqueológico e computadores (com acesso à internet – detalhe sempre frisado pelo Prof. Ferreira, pois em nenhum outro espaço que atuou, teve acesso à rede). O espaço ainda congrega uma sala para a Reserva Técnica e outra para estudos e reuniões. Abaixo, se pode visualizar o LEICMA em suas novas instalações.

³⁰ As vistorias realizadas pelo IPHAN aconteceram em todos os laboratórios de arqueologia da UFPel e causaram impactos na sua organização e reações sobre suas exigências e recomendações.

Fotografias 22 e 23 – Sala ampla do LEICMA, com mesas de análises de computadores

Fonte: Acervo pessoal (20 de julho de 2017).

Fotografia 24 – Sala da Reserva Técnica

Fonte: Acervo Pessoal (20 de julho de 2017).

Fotografia 25 – Sala de reuniões e estudos

Fonte: Acervo Pessoal (20 de julho de 2017).

Essas mudanças, rupturas e adaptações demonstram as fases de desenvolvimento do projeto que envolvem questões teóricas e conceituais, mas também questões burocráticas e infraestruturais da pesquisa acadêmica. As mudanças de laboratórios e espaços também impactam o desenvolvimento do projeto, pois como afirma Latour, a ciência também é burocracia e “infelizmente, quase ninguém está interessado no processo de construção da ciência” (2011, p. 23). O desenvolvimento científico é algo mais amplo que apenas as questões técnicas de cada área e utilizam palavras de bastidores, panos de fundo de envolvimento burocrático e de gestão, e a entrevista com o Prof. Ferreira e o técnico Aluísio descortinam essa faceta. Sobre as questões teórico-metodológicas do projeto “Pampa Negro”, pode-se dizer que teve um embrião multidisciplinar importante, além de também articular-se com os pressupostos da Arqueologia Pública.

O momento atual do projeto é de aprofundamento dos objetivos relacionados aos estudos do sistema escravista local pensado em termos globais, inserindo Pelotas nas dinâmicas do tráfico e história do Atlântico, analisando os fenômenos relativos à diáspora africana e examinando as ações sociais dos escravos. Dessa forma, o projeto tem buscado uma inserção importante no cotidiano da cidade de Pelotas, não apenas por estar pesquisando arqueologicamente seu passado charqueador escravista, mas também por divulgar as pesquisas e seus resultados na mídia local e regional, contribuindo para a difusão do conhecimento.

Duas reportagens do Jornal Diário de Pelotas (Anexo A) são analisadas para perceber como o tema é abordado pelos meios de comunicação locais, valorizando a pesquisa empreendida. Uma reportagem, do dia 27 de dezembro de 2015, tem sua chamada na capa, denominada “Mais dois locais para pesquisar”, afirmando que o projeto que já tem cinco anos e prepara-se para empreender pesquisas na Charqueada São João e na Chácara da Brigada. Na página 3 do jornal, o empresário Marcelo Terra afirma que “espera que a decisão de firmar parceria com os pesquisadores possa servir de exemplo a quem vê o kit de fitas métricas, estiletes, escovas, pincéis, baldes, pás e peneiras com desconfiança” (TERRA, 2015), além de afirmar que a pesquisa arqueológica pode contribuir para a sustentabilidade da Charqueada São João, que tem no turismo seu ponto alto há anos. Os pesquisadores envolvidos no projeto também fazem afirmações otimistas quanto ao trabalho na Charqueada São João e comemoram a autorização, depois de quatro anos de espera, para escavar na Chácara da Brigada. Além disso, nessa mesma reportagem, afirma-se que as pesquisas na Charqueada Santa Bárbara têm prosseguimento e que também serão pesquisadas áreas na região do Quilombo Alto do Caixão, no 7º Distrito de Pelotas, para mapear os locais que a comunidade considera importante e buscar sítios arqueológicos.

A outra reportagem na capa do Diário Popular, do dia 10 de abril de 2016, intitulada “Pampa Negro a ser descoberto”, apresenta os resultados parciais da escavação arqueológica empreendida na Charqueada São João, mostrando imagens de uma trincheira e de objetos arqueológicos encontrados no local. Nas páginas 6 e 7 do jornal, é dada ênfase à forma de trabalho dos arqueólogos e estudantes da UFPel e como o projeto “Pampa Negro” tem consolidado uma rede internacional de pesquisas sobre os afrodescendentes. O proprietário da Charqueada São João cogita a criação de um museu e a possibilidade de um dos locais escavados ficar aberto para os turistas, aliando o trabalho arqueológico ao desenvolvimento econômico.

As reportagens de jornal demonstram o quanto é interessante divulgar as pesquisas nesses meios, e como isso colabora para a inserção da Arqueologia na comunidade e para a aceitação dos proprietários em relação às pesquisas. Sobre as pesquisas na Charqueada São João, o Prof. Ferreira comenta que:

[...] para voltar para à questão de arqueologia pública, toda escavação na São João também é pensada em termos de extroversão, de conservação das estruturas, reveladas pela escavação arqueológica. Há um projeto do proprietário de construir um museu com os resultados da escavação. (FERREIRA, 2017).

Outra faceta do projeto, apresentada na entrevista com o Prof. Ferreira e com o técnico Aluísio, é a possibilidade de construção de um parque na região do Passo dos Negros, mais conhecida como Chácara da Brigada, apresentada acima. Nas palavras do Prof. Ferreira:

[...] construção de um parque arqueológico na região da Chácara da Brigada. Não sei se um parque com essa adjetivação, mas um parque, uma área de pesquisa para a universidade, como disse o Aluísio a pouco, essa área é muito rica em diversidade biológica também, zoológica e botânica. Em suma, uma área de pesquisa, uma área onde, com os trabalhos arqueológicos, a gente possa constituir um museu vivo, possa musealizar as estruturas daquilo que nós encontrarmos. Uma área de pesquisa a ser gerida pela universidade, publicamente, e tenho a pretensão de que isso seja uma resposta em termos de política econômica também, fora desse modelo mais predatório do Brasil, dessa prática política de financiamento de campanha, com presença majoritária de grandes corporações. Você sabe melhor do que eu: Pelotas é uma cidade com muita vocação para o turismo, com patrimônio edificado muito bonito, onde já há turismo, mas a meu ver desenvolvido de maneira muito amadora. Seria um modo de constituir, de formular práticas de turismo, de gestão e de pesquisa simultaneamente (FERREIRA, 2017).

Assim, pode-se perceber como o projeto “Pampa Negro” foi e é importante para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica, tanto localmente quanto se articulando com redes internacionais de pesquisas no âmbito da diáspora africana, bem como foi fundamental para desenvolver pesquisas que envolvam a Arqueologia, a Museologia e a Conservação e Restauração na UFPel, deixando um legado muito importante de procedimentos de pesquisas multidisciplinares.

Abaixo são apresentadas fotografias das pesquisas empreendidas na Charqueada Santa Bárbara, que inaugurou as atividades de campo no âmbito do projeto (Fotografias 26 a 28). As fotografias 29 a 31 apresentam imagens das escavações e alguns materiais arqueológicos da Charqueada São João, foco atual das pesquisas, que tem gerado acervo e problemáticas muito importantes para o desenvolvimento do projeto de forma mais densa.

Fotografia 26 – Charqueada Santa Bárbara

Fonte: Acervo Projeto “Pampa Negro”.

Fotografias 27 e 28 – Escavação na Charqueada Santa Bárbara (2013)

Fonte: Acervo Projeto “Pampa Negro”.

Fotografia 29 – Escavação na Charqueada São João na estrutura da senzala/galpão

Fonte: Acervo Projeto “Pampa Negro”.

Fotografia 30 – Área de descarte da senzala/galpão da Charqueada São João

Fonte: Acervo Projeto “Pampa Negro”.

Fotografia 31 – Vista aérea da Casa Grande, Senzala/Galpão e a área de escavação (Charqueada São João) – foto aérea registrada com Drone Phantom 5

Fonte: Banco de Dados LEICMA (2016) apud MONTEIRO (2016, p. 176).

3.4 *O Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA: encontros e desencontros*

O Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas (LÂMINA-UFPel) foi inaugurado em 25 de setembro de 2011 com a participação dos professores Lúcio Menezes Ferreira, Jaime Mujica Sallés, Claudio Baptista Carle, Pedro Luís Machado Sanches, Loredana Marise Ricardo Ribeiro e Diego Lemos Ribeiro, além de estudantes de Arqueologia/Antropologia, Conservação e Restauro, Museologia, História e Geografia.

Em entrevista com o Prof. Pedro Luiz Machado Sanches, foi possível perceber a tensão do momento de criação do LÂMINA e suas nuances, bastidores e pano de fundo que, como afirma Latour (2011), ultrapassam as questões técnicas de cada área e envolvem diferentes grupos de interesse, nem sempre unidos, mas que descortinam como ocorre de fato o desenvolvimento científico.

A criação de um laboratório de pesquisa pode parecer, aparentemente, mais um trâmite burocrático dentro da estrutura universitária, mas a ciência depende dessas burocracias para se

desenvolver e, segundo Latour, “todos os laboratórios são contralaboratórios” (2011). Assim, quando há controvérsias, muitas vezes não resta aos discordantes alternativas a não ser construir outro laboratório e reunir forças para suas afirmações. Nesse sentido, o Prof. Sanches, em entrevista concedida no dia 09 de março de 2017, afirma que o nascimento do LÂMINA ocorre durante as reuniões de reestruturação do LEPAARQ.

[...] o LÂMINA nasceu, de fato, em reuniões de reestruturação do LEPAARQ. Havia um projeto, entre aspas porque isso nunca foi formalizado, mas havia um projeto de readequação do laboratório que existia às novas condições. O LEPAARQ foi laboratório de uma pessoa só, de um pesquisador só, durante quase 10 anos. Em 2008 e 2009 ingressaram muitos arqueólogos na universidade.

O LEPAARQ não tinha regimento, precisava criar condições mínimas para que as pessoas pudessem ter ali seu espaço de trabalho, suas rotinas de trabalho e, principalmente, precisava resolver algumas pendências na relação que o laboratório tinha, e talvez ainda tenha, com empresas de contrato, com a iniciativa privada. Havia pendências também em relação à coordenação, porque se entram sete ou oito pessoas, é natural que se institua algum tipo de processo democrático, que o coordenador seja eleito pela maioria, e que ele tenha um mandato. Não dava para todos continuarmos trabalhando no projeto de extensão de uma só pessoa, por melhores que sejam as intenções dessa pessoa. Ninguém pode ser monarca num laboratório de colegas, era preciso instituir a democracia. O processo de reestruturação foi difícil, polêmico, complicado, e numa das reuniões fomos informados de que o LEPAARQ, o grupo que pertencia ao LEPAARQ antes da nossa entrada na universidade, não pretendia mais mudar nada no Laboratório, que ele deveria continuar sendo o que sempre foi. Nessa reunião, portanto, o projeto de reestruturação do LEPAARQ acabou. Nós, os novos, ficamos sem laboratório, ficamos sem a possibilidade de continuar trabalhando lá. Eu ainda tentei criar uma possibilidade de continuar, mas isso não foi possível, não era possível porque as condições mínimas de trabalho não eram oferecidas. O LÂMINA nasceu de uma necessidade óbvia dos professores ingressantes (SANCHES, 2017).

Na fala do Prof. Sanches, fica clara a importância da criação dos novos cursos de graduação já analisados e como isso impactou a estrutura universitária pela entrada de novos professores com formações distintas e maneiras de pensar o desenvolvimento arqueológico de forma, muitas vezes, divergentes. Como disse Latour, “O preço da discordância aumenta drasticamente e o número de pessoas capazes de continuar diminui na mesma proporção. Esse preço é inteiramente determinado pelos autores cujas afirmações estejam sendo discutidas” (2011, p. 120). Assim, as discordâncias entre os pesquisadores arqueólogos no LEPAARQ foi a mola propulsora para a formulação do LÂMINA, que já é gestado como um lugar de encontro entre as áreas do conhecimento Arqueologia, Museologia e Conservação e Restauração.

Então, esse laboratório precisava ser receptivo, por isso já nasce com a ideia de ser multidisciplinar e interdepartamental. Acho que estas palavras aparecem ali no primeiro documento, no regimento do laboratório. Então, eu posso dizer que estou no laboratório desde a origem, desde a ideia original de como esse laboratório seria. Ele tem algumas características que eu ajudei a pensar, e tenho muito orgulho disso. Uma delas é ser interdepartamental, multidisciplinar, a outra é ser horizontal politicamente

falando, é um laboratório que não tem uma coordenação, tem três, e os três coordenadores têm o mesmo peso de decisão (SANCHES, 2017).

O LÂMINA, a partir da sua fundação, integra a estrutura acadêmica do ICH. Entrou em funcionamento em uma pequena sala do instituto, porém o espaço físico não era suficiente para o desenvolvimento das atividades. Por isso, em janeiro de 2013, mudou-se para um prédio maior, com uma melhor estrutura, mesmo que ainda carente de alguns elementos para o bom desempenho das atividades promovidas pelo LÂMINA. O laboratório continua nesse endereço, sendo que já passou por várias mudanças internas e de reorganização de seus espaços.

Fotografia 32 – Prédio do LÂMINA

Fonte: Acervo pessoal, 2013.

Com relação às mudanças espaciais do LÂMINA, é importante compreender como os usos e ocupações dos seus espaços foram se alterando durante os anos de seu funcionamento, para perceber como a Arqueologia, Museologia e Conservação se articulam, inclusive fisicamente, e como a aproximação ou a destinação de um espaço para determinada área também impacta essa relação. Dessa forma, no decorrer desse subcapítulo, serão apresentadas algumas fotografias para perceber essas alterações e reorganizações realizadas no LÂMINA.

Em 2013, logo após a mudança para o novo prédio, o térreo tinha uma sala para a coordenação e mesas para análise do material arqueológico. O restante do térreo era destinado às atividades de conservação arqueológica. No primeiro andar, existia uma reserva técnica improvisada e, no segundo andar, uma sala com computadores para confecção de banco de dados do Projeto “Pampa Negro” e uma grande sala de estudos, reuniões e aulas.

Figura 4 – Planta Baixa do LÂMINA

Fonte: J. SALABERRY, 2013 apud MACHADO, 2015, p. 114.

Fotografia 33 – Sala da coordenação geral e mesa de análise (térreo do LÂMINA)

Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 34 – Atividades de conservação arqueológica (térreo do LÂMINA).

Fonte: Acervo pessoal.

Fotografias 35 e 36 – Reserva Técnica em construção (primeiro andar do LÂMINA)

Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 37 – Sala para atividades do Banco de Dados (segundo andar do LÂMINA)

Fonte: Acervo pessoal.

Fotografia 38 – Sala de estudos (segundo andar do LÂMINA)

Fonte: Acervo pessoal.

Em 2013, o arqueólogo Aluísio Gomes Alves ingressou no laboratório como funcionário da UFPel e possibilitou que os trabalhos pudessem ser realizados de forma mais efetiva, já que havia acontecido uma ampliação física e do seu quadro de profissionais.

O LÂMINA foi criado, como já mencionado na entrevista do Prof. Sanches, com a intenção de articular áreas do conhecimento afins e propor uma melhor gestão do patrimônio arqueológico, desenvolvendo metodologias de trabalho que conciliem de maneira adequada a Arqueologia, a Museologia e a Conservação. Seu regulamento afirma que a finalidade do laboratório é viabilizar o ensino e a realização de pesquisas interdisciplinares sobre temáticas arqueológicas, favorecendo uma maior aproximação entre academia e sociedade.

O laboratório pauta-se na pesquisa como subsídio para o ensino e extensão universitária e na ênfase para a preservação e proteção de sítios e materiais arqueológicos. Seus objetivos, conforme regulamento interno (Anexo B), são o incentivo a projetos que envolvam a participação da comunidade local, musealização e exposições temporárias, além de incentivar, apoiar e promover políticas públicas de proteção aos sítios arqueológicos da região meridional

do Rio Grande do Sul, especialmente Pelotas, demonstrando, dessa forma, sua atuação no cenário local e regional. Outro objetivo fundamental é desenvolver uma política de gestão de acervos arqueológicos por meio da elaboração de protocolos para padronizar as informações, coletas em campo e processos de conservação imediatos, além de definir procedimentos de curadoria, registro, conservação/restauro e salvaguarda das informações e materiais arqueológicos.

O LÂMINA também objetiva divulgar os históricos das pesquisas já concluídas e os resultados preliminares das pesquisas em andamentos para a comunidade acadêmica e outros grupos interessados. Como afirma Hodder (2006), existem vários “companheiros de viagem” que podem estar interessados no patrimônio, nos resultados, na participação e na pesquisa arqueológica, conforme seus próprios interesses. Para Çatalhöyük, Hodder apontou vários grupos, como a mídia, políticos locais, feministas, grupos religiosos, artistas, entre outros. No cenário pelotense, está se construindo essa rede de grupos e coletividades interessadas nas pesquisas desenvolvidas pelo LÂMINA, em que o arqueólogo deve se engajar nas causas do presente e responder perguntas e anseios dos demais grupos interessados (HODDER, 2006).

Assim, pode-se refletir que a criação do LÂMINA foi um ato de vontade no sentido de querer discutir questões ainda não debatidas no âmbito da Arqueologia da Escravidão em Pelotas, por meio do desenvolvimento do projeto “Pampa Negro”, e empreender ações de preservação que utilizem os conceitos de áreas interdisciplinares, como a Arqueologia, Museologia e Conservação, além de buscar o envolvimento da comunidade e de grupos interessados na gestão do patrimônio.

A construção de memórias atende a interesses dos variados sujeitos. Assim, quanto mais atores sociais envolvidos nessa construção, mais plural e democrático serão os resultados dessa ação. Uma maneira para que os laboratórios de Arqueologia possam contribuir com a construção de memórias menos cristalizadas e mais dinâmicas na vida cotidiana da população atual é empreender a gestão do patrimônio arqueológico de forma multidisciplinar e compartilhada.

A gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico não deve ser um fim em si mesmo, ou seja, não deve servir apenas para que as questões relativas à salvaguarda e comunicação do acervo sejam projetadas e executadas de forma conjunta pelos profissionais da Arqueologia, Conservação e Museologia. Essa gestão deve ser empreendida para que o patrimônio possa ser apropriado, reapropriado, negado, negociado, solicitado e debatido por quem estiver interessado nesse patrimônio e na construção de conhecimento.

O LÂMINA abrigou o projeto de pesquisa “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul” desde sua fundação até o desligamento do Prof. Lúcio Menezes Ferreira em 08 de maio de 2015. Esse projeto é muito importante para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica local e se insere no contexto dos novos cursos de graduação da UFPel. Dessa forma, o desenvolvimento do projeto e fundação do LÂMINA são primordiais para compreender as relações que estão sendo estabelecidas.

O projeto “Pampa Negro” já foi apresentado no subcapítulo anterior, porém seu desenvolvimento se relaciona diretamente ao LÂMINA, merecendo ser novamente citado, pois muitas das metodologias empreendidas, principalmente na pesquisa desenvolvida na Charqueada Santa Bárbara, foram planejadas e executadas com a equipe multidisciplinar do LÂMINA, o que permitiu o desenvolvimento de muitos trabalhos que debateram essa questão (ANJOS, 2012; GONÇALVES, 2013; LEAL, 2014; VASCONCELOS, 2014).

Desse modo, o LÂMINA estruturou-se com esse perfil e esses objetivos, norteados pela ideia multidisciplinar, sempre buscando melhorar a utilização dos seus espaços e sua atuação no cenário arqueológico. Uma dessas mudanças pode ser percebida na visita realizada no dia 16 de abril de 2014, em que, no primeiro andar, foi organizada uma pequena exposição sobre os projetos desenvolvidos no LÂMINA: “Conservação *in situ* de materiais arqueológicos”, “Arqueologia em Campo de Batalha no Rio Grande do Sul” e o “Pampa Negro”. O primeiro andar também passou a ter mesas de análise de material arqueológico.

Fotografias 39 e 40 – Primeiro andar do LÂMINA, com material da Reserva Técnica, mesas de análise e exposição de banner e artefatos

Fonte: Acervo pessoal.

Fotografias 41 e 42 – Destaque para os banners e artefatos da exposição

Fonte: Acervo pessoal.

Em 2015, o laboratório passou por mudanças importantes, principalmente devido ao desligamento do Prof. Lucio Menezes Ferreira e do técnico em arqueologia Aluísio Gomes Alves, além de outros professores, conforme a Ata n.01/2015. A saída do Prof. Ferreira acarretou também o não desenvolvimento do projeto “Pampa Negro” no âmbito do LÂMINA.

Essas mudanças foram oficializadas em uma reunião extraordinária realizada no dia 08 de maio de 2015 nas dependências do laboratório, em que a pauta foi o desligamento do Prof. Lúcio Menezes Ferreira, então coordenador geral do LÂMINA, por motivos particulares. Na sequência ao anúncio de sua saída, o Prof. Cláudio Carle e o técnico Aluísio Alves manifestaram o mesmo interesse. Além disso, foi requerida a retirada dos equipamentos e móveis que o Prof. Lúcio Ferreira havia adquirido com recursos de um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), em virtude de estar organizando um novo laboratório. Por fim, foi decretada que a coordenação do LÂMINA estava vaga.

Esse é outro momento de tensão e conflito na história institucional da Arqueologia na UFPel que ultrapassa motivações particulares. Nesse momento, eu estava diretamente envolvida, uma vez que já estava desenvolvendo a pesquisa de doutorado inserida no LÂMINA e no projeto “Pampa Negro” desde 2013. Latour afirma que “ainda que seja explícito, o significado dos objetivos das pessoas pode ser interpretado de muitas maneiras” (2011, p. 178). Estar envolvido no processo faz com que as interpretações não possam ser isentas e, ao mesmo tempo, acarreta uma responsabilidade em relação às pesquisas desenvolvidas. Dessa forma, diferentemente da análise realizada sobre a fundação do LÂMINA, em que eu não era uma testemunha ocular do processo, a ruptura que ocorre em 2015 faz parte, diretamente, da análise que estava sendo desenvolvida sobre a atuação do LÂMINA e o desenvolvimento das pesquisas na Charqueada Santa Bárbara com um perfil multidisciplinar. Assim, utilizarei alguns elementos que registrei no diário de campo da pesquisa de doutorado para auxiliar na compreensão do processo de cisão no LÂMINA e de fundação do LEICMA.

Em 27 de maio de 2015, fui à Pelotas, tendo agendado uma reunião com o Prof. Pedro Sanches para conversar sobre o projeto do MUARAN, ainda sem saber das transformações pelas quais o LÂMINA e, por consequência, o projeto “Pampa Negro” e o MUARAN, estavam passando. A conversa com o Prof. Sanches tomou outros rumos, obviamente, pois ele contou-me todo o processo que havia ocorrido pela sua perspectiva de análise do processo recente. Os motivos da saída do Prof. Ferreira do LÂMINA, segundo o relato pessoal do Prof. Sanches, foram discordâncias quanto ao desenvolvimento do projeto de Campos de Batalha, que vinha sendo desenvolvido pelo LÂMINA em parceria com pesquisadores uruguaios. Essas discordâncias ficaram mais acentuadas entre o Prof. Ferreira e o Prof. Sallés, ambos coordenadores do LÂMINA.

Foi-me dito, então, que no dia 22 de maio de 2015 os pesquisadores que permaneceram no LÂMINA convocaram uma plenária para a escolha dos novos coordenadores, na qual o Prof. Sanches assumiu a coordenação geral (administrativa) e o Prof. Sallés a coordenação de Pesquisa e Extensão. Nessa plenária, também ficou decidido que as atividades de conservação só continuariam acontecendo no LÂMINA depois que as questões de segurança fossem sanadas (como mudanças arquitetônicas e instalação de extintores de incêndio). No momento, apenas as atividades de conservação sem uso de produtos químicos seriam realizadas. Decide-se também que as questões de salvaguarda dos acervos serão primordiais e foram planejadas mudanças na distribuição dos espaços físicos do LÂMINA.

Na reestruturação de 2015 ocorrem as maiores mudanças, inclusive com a retirada de mobiliários e equipamentos. O laboratório se reconfigura: no térreo, permanece uma sala para a coordenação geral e os demais espaços para atividades expositivas; o primeiro andar utiliza-se para análise de material e sala de aula e o segundo andar para as atividades de conservação, com uma sala para manipulação de produtos químicos (laboratório sujo) e a outra sala para demais atividades de conservação arqueológica (limpezas, fotografias, etiquetas, denominado laboratório limpo). As fotos apresentadas abaixo são das visitas realizadas em 21 de janeiro de 2016, 20 de outubro de 2016 e 08 de março de 2017, sendo possível perceber o processo de reorganização dos espaços.

Térreo do LÂMINA:

Fotografia 43 – Sala para exposições praticamente sem mobiliário

Fonte: Acervo pessoal (21/01/2016).

Fotografia 44 – Sala da coordenação

Fonte: Acervo pessoal (21/01/2016).

Fotografias 45 e 46 – Alguns banners e materiais do projeto MUARAN no espaço expositivo

Fonte: Acervo pessoal (20/10/2016).

Fotografia 47 – Sala da coordenação

Fonte: Acervo pessoal (08/03/2017).

Fotografia 48 – Sala de Exposições e recepção (detalhe para a recepcionista Fabiane, que trabalha no LÂMINA desde sua fundação)

Fonte: Acervo pessoal (08/03/2017).

Primeiro andar do LÂMINA:

Fotografias 49 e 50 – Mesas de análise e utilização para aulas

Fonte: Acervo pessoal (21/01/2016).

Fotografias 50 e 51 – Mesas de análise e pequena reserva técnica, com ar condicionado

Fonte: Acervo pessoal (08/03/2017).

Segundo andar do LÂMINA:

Fotografia 52 – Sala em processo de montagem para o laboratório sujo da conservação arqueológica

Fonte: Acervo pessoal (21/01/2016).

Fotografia 53 – Atividades de conservação arqueológica sendo executadas

Fonte: Acervo pessoal (21/01/2016).

Fotografia 54 – Laboratório sujo da conservação arqueológica

Fonte: Acervo pessoal (20/10/2016).

Fotografia 55 – Laboratório limpo da conservação arqueológica, com a visita de pesquisadores

Fonte: Acervo pessoal (20/10/2016).

As mudanças dos espaços físicos do LÂMINA demonstram algumas das alterações pelas quais o laboratório foi passando ao longo de sua trajetória. Analisando apenas sua estrutura, percebe-se um maior espaço para as exposições no térreo, ainda que não tenha sido organizada uma exposição mais atrativa para o público. Mesmo assim, destinar um espaço para a área museológica no LÂMINA foi uma mudança significativa, uma vez que já se diagnosticava um maior distanciamento dessa área dentro do laboratório. Além disso, esse espaço está localizado no térreo, o que possibilita que as pessoas interessadas acessem o espaço com relativa facilidade, uma vez que o LÂMINA tem uma porta com acesso direto à rua.

Outra grande mudança foi transferir as atividades de conservação arqueológica para o segundo andar, com instalação de equipamentos de segurança e ampliação e divisão dos espaços destinados às várias atividades desenvolvidas por essa área no LÂMINA. Desde a fundação do laboratório, a relação entre a Arqueologia e a Conservação sempre foi mais efetiva e constante, mesmo que seu regimento e algumas atuações consolidassem a relação entre as três áreas.

Após a vistoria do IPHAN e o não funcionamento dos condicionadores de ar do segundo andar, além de outras questões de segurança³¹, definiu-se que o LÂMINA não abrigará coleções e acervos de forma permanente, constituindo apenas uma Reserva Técnica transitória dos acervos que estão passando por processos de análises ou ações de conservação.

O Prof. Sanches, durante nossa conversa no dia 27 de maio de 2015, afirma que o LÂMINA precisa se reinventar, pois a partir de agora está sem o seu principal projeto, o “Pampa Negro”. Também garantiu que tanto ele quanto o Prof. Sallés tentarão manter o laboratório em pleno funcionamento. As imagens do LÂMINA (Fotografias 43 a 55) demonstram a reinvenção do LÂMINA e seu funcionamento, principalmente nas atividades de conservação arqueológica.

No dia 28 de maio de 2015, encontrei-me com o Prof. Lúcio Menezes Ferreira na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio. Ele também contou sobre sua saída do LÂMINA, motivada por questões que envolveram o projeto de Campos de Batalha. Além disso, pontuou questões de gestão que estavam prejudicando o desenvolvimento de sua pesquisa, não estando mais disposto a gerenciar o LÂMINA com todos seus problemas, incluindo problemas estruturais no prédio. O Prof. Ferreira afirma, nessa conversa, que está organizando um novo espaço para a pesquisa em que continuará o desenvolvimento do projeto “Pampa Negro” e que o técnico em arqueologia Aluísio trabalhará com ele. Também afirmou que eu poderia dar prosseguimento ao meu projeto de doutorado.

No dia 08 de março de 2017, na entrevista concedida pelo Prof. Ferreira, ele novamente reitera sua posição em relação a sua saída do LÂMINA devido a “essas divergências e da minha parte, agora muito pessoal mesmo, houve um tremendo cansaço de administrar um lugar por quatro anos” (FERREIRA, 2017). Além disso, afirma que as divergências se embasaram também em questões conceituais sobre “conceito do que é patrimônio, do que é a pós-graduação, de como funciona a universidade, de como deveria funcionar” (FERREIRA, 2017).

No dia 21 de janeiro de 2016, conversei com o Prof. Sallés sobre o desligamento do Prof. Ferreira e mudanças no LÂMINA. Sobre as motivações da ruptura, o Prof. Sallés apontou outras questões, como a discordância em relação ao consumo de cigarro nas dependências do

³¹ Essa informação foi concedida pelo Prof. Sallés na visita realizada ao LÂMINA no âmbito dessa pesquisa de doutorado no dia 21 de julho de 2017.

laboratório e o não entendimento no que se referia à escavação no sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara sem os materiais necessários para a conservação. Essa conversa com o Prof. Sallés acontece nove meses depois dos acontecimentos, mas, mesmo assim, é reveladora, pois demonstra o quanto uma ruptura não tem apenas um motivo ou explicação, podendo descortinar aspectos sutis das divergências, que revelam arestas na relação entre Arqueologia e Conservação.

Nesse ponto, percebe-se o quanto essas mudanças, por mais que aparentemente sejam apenas mais uma cisão e fundação de novos laboratórios, impactaram diretamente na pesquisa de doutorado que vinha sendo desenvolvida, pois estava muito atrelada à forma de funcionamento do LÂMINA e aplicada a uma pesquisa no âmbito do projeto “Pampa Negro”. A reestruturação do projeto de pesquisa acompanha a reestruturação do LÂMINA e a organização do LEICMA, sendo muito difícil separar esses movimentos. A fusão dessas análises pode ser entendida como algo muito positivo para o amadurecimento das ideias acerca das mudanças, transformações, retrocessos e avanços no desenvolvimento da pesquisa arqueológica, tanto para analisar a Arqueologia Histórica pelotense, bem como para propor a necessidade do envolvimento da Arqueologia, Museologia e Conservação, percebendo seus limites e potencialidades.

A nova formatação do projeto ampliou o escopo de análise para todos os laboratórios de arqueologia da UFPel (LEPAARQ, LÂMINA e LEICMA), utilizando o projeto “Pampa Negro” como um exemplo do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas que também dialogou com questões de Museologia e Conservação, além de analisar o projeto do MUARAN que está em desenvolvimento.

Assim, os laboratórios de arqueologia da UFPel estão sendo compreendidos como agentes e produtos importantes do desenvolvimento da Arqueologia e para o incentivo das ações multidisciplinares. É possível perceber que o LÂMINA continua suas ações com os mesmos objetivos traçados inicialmente e baseado no conceito de laboratório de Arqueologia multidisciplinar, buscando a gestão do patrimônio arqueológico por meio da relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação.

Na entrevista com o Prof. Sanches em 09 de março de 2017, ele afirma que: “[...] eu sempre entendi que nada mudava a responsabilidade que eu tinha com o projeto original. A responsabilidade era manter viva a ideia original de fazer do LÂMINA um laboratório participativo, horizontal, multidisciplinar e multidepartamental” (SANCHES, 2017).

As mudanças na estrutura física do LÂMINA, como apresentado acima, são importantes, pois foram feitas buscando efetivar a ideia de um espaço multidisciplinar, uma vez

que já vinha sendo diagnosticada a ausência das atividades museológicas no laboratório por consequência da falta de espaço para os alunos e professores da Museologia e também da falta de um espaço expositivo para efetivar projetos museológicos na esfera da comunicação. Assim, destinar o térreo do laboratório para essas atividades abre a possibilidade de uma atuação mais efetiva da Museologia no LÂMINA, mesmo que isso ainda não tenha sido implantado efetivamente.

O projeto do MUARAN está utilizando o espaço do LÂMINA para organizar suas ações e desenvolver os estudos, uma vez que o Museu ainda não tem um espaço físico disponível. No tópico específico sobre o MUARAN, essa questão será abordada.

O LÂMINA tem estabelecido parcerias com instituições nacionais e internacionais (Universidad de la República Uruguay, Museo del Patrimonio Regional de Rivera – Uruguay, Sistema de Museos de Colonia – Uruguay, Laboratório de Arqueologia Pública – LAP/UNICAMP, Laboratório de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Rio Grande – LEPAN/FURG, por exemplo). Alguns projetos desenvolvidos em parcerias com essas instituições são justamente para compartilhar metodologias na área da conservação arqueológica.

Atualmente, segundo entrevista com o Prof. Jaime Mujica Salles, o LÂMINA mantém algumas de suas parcerias e está trabalhando com mais ênfase na conservação arqueológica.

[...] o que estamos fazendo é através de um convênio com o IPHAN, a caracterização e tratamento do acervo metálico das missões jesuíticas do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma coleção de uns oitocentos artefatos, na sua grande maioria de ferro e alguns de chumbo, dos séculos XVII e XVIII (SALLES, 2016).

Fica perceptível que a Conservação e Arqueologia no LÂMINA têm trabalhado de forma articulada, principalmente através do projeto “Conservação *In Situ* de materiais arqueológicos”, que tem permitido a elaboração de protocolos e orientações gerais sobre a temática, além de publicações sobre o assunto em variados eventos, trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização e dissertações (LEAL, 2014; VASCONCELOS, 2014; MACHADO, 2015; DODE, 2016; SOUZA, 2017). Além disso, outros projetos estão sendo desenvolvidos no LÂMINA, como “Acervos Imagéticos Circunstanciados” e “Marco do Cooperação com IPHAN para execução de projetos interventivos de acervos arqueológicos salvaguardados”, sempre norteados pela premissa multidisciplinar, coadunando Arqueologia, Museologia e Conservação e buscando realizar uma gestão do patrimônio arqueológico cada vez mais comprometida com os interesses da comunidade e dos diferentes pesquisadores.

A relação da Arqueologia e Conservação, desde as análises iniciais do LÂMINA, foi e ainda é a mais estreita e com mais atuação efetiva no laboratório. Isso fica evidente na resposta do Prof. Jaime Mujica acerca da importância do LÂMINA para o desenvolvimento da Arqueologia:

O LÂMINA teve um papel importante na capacitação e difusão da temática da conservação dos acervos arqueológicos a nível nacional e regional nestes últimos anos. A mesma foi feita através de palestras, conferências, mesas redondas, orientações, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, publicações (em eventos, em revistas e livros), apostilas, minicursos, oficinas, aulas (de grado, especialização e pós grado sensu stricto), capacitação, intercâmbios, projetos de extensão e de pesquisa, divulgação (em redes sociais, na prensa escrita, na rádio e na TV), convênios de cooperação, projetos interventivos e assessoramentos a profissionais e demais interessados na preservação arqueológica, de instituições do Rio Grande do Sul e de outros estados e do Uruguai.

Outro papel não menos importante foi o de contribuir, através de ex colaboradores do LÂMINA, com a elaboração dos pontos que disciplinam a conservação dos bens arqueológicos móveis da normativa legal mais recente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Instrução Normativa Nº001 de 25 de março de 2015 e a Portaria Nº 196 de 18 de maio de 2016).

Outro ponto a destacar é o fortalecimento do próprio IPHAN no que se refere à conservação curativa de acervos históricos e arqueológicos de tipologia metálica, através de um Marco de Cooperação assinado com o nosso Laboratório desde o ano de 2016, para a execução de projetos interventivos de acervos arqueológicos salvaguardados pela referida Instituição (SALLES, 2017, grifo nosso).

Quando feita a mesma pergunta ao Prof. Sanches, sobre a importância do LÂMINA para o desenvolvimento da Arqueologia, sua resposta também é muito importante e reveladora:

O que estamos falando aqui é apenas o meu ponto de vista. Mas, do meu ponto de vista, o LÂMINA é algo que precisa existir. Ele precisa existir mesmo que as pessoas não concordem com os seus procedimentos, mesmo que nem todos gostem do encaminhamento dado no LÂMINA para determinada questão. Ainda assim, ele precisa existir.

[...] penso que talvez o LÂMINA seja um exemplo do que Darcy Ribeiro chamava nos anos 70 de utopia concreta. Ele dizia inclusive que a universidade era carente disso, embora admitisse que a universidade se faz sobretudo de utopias concretas. Utopias concretas são a capacidade que a universidade tem de dar realidade, de dar existência material, física, temporal, para coisas que são da ordem do sonho, do desejo, daquilo que a gente quer para a sociedade, para a humanidade, enfim, o que a gente quer para o futuro. Então, o LÂMINA sempre foi e continua sendo a possibilidade da arqueologia ser um lugar de encontro e não um lugar de conflito, da arqueologia ser um lugar de pertencimento e não um lugar de estranhamento entre as pessoas. O LÂMINA tem esse fundo utópico, existencial talvez, e é provavelmente o melhor desenho que vou conhecer de uma arqueologia que não se faz jamais sem diálogo com as outras áreas. (SANCHES, 2017, grifo nosso).

A necessidade de sua existência e a importância do LÂMINA fica clara nas palavras do Prof. Sanches e, ao mesmo tempo, demonstra um paradoxo, pois afirma que o LÂMINA é um lugar de encontro, de pertencimento e de diálogo; porém, a ruptura recente revela a dificuldade

de operacionalizar essa “utopia concreta”, mas, sendo uma utopia, é preciso continuar a perseguindo. Por outro lado, é preciso perceber que a relação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação continua existindo, mesmo com a cisão de 2015, pois o perfil dos professores e pesquisadores, alunos e voluntários que continuam suas atividades no LÂMINA possibilita essa relação.

No LÂMINA, a arqueologia está em diálogo cotidiano com a museologia e com a conservação-restauração. Essa opção do LÂMINA me parece ser da mais alta felicidade. Por quê? Porque ela traz junto a responsabilidade social e também a responsabilidade pela gestão dos acervos. São duas responsabilidades diferentes. Uma responsabilidade que temos com as pessoas vivas, elas têm que ter acesso à produção de conhecimento em arqueologia, têm que participar da produção de conhecimento em arqueologia, têm que influir na produção de conhecimento em arqueologia. Isso a museologia faz de uma maneira visceral, a museologia vive da relação com o público, com um público alargado. Mas há também o compromisso que a arqueologia tem e sempre terá com as pessoas do futuro, com os que virão e vão querer saber das nossas ações, dos suportes materiais, daquilo que foi feito em termos de pesquisa, das relações sociais que foram construídas a partir da arqueologia. Ao incluir a conservação, a gente também garante que acervos e informação sejam perpetuados. Então, por mais conservador e reduzido que isso seja, e sem precisar entrar nas várias correntes interpretativas, podemos dizer que a arqueologia tem compromisso com o passado, a conservação nos permite ter compromisso com o futuro, e a museologia permite o compromisso com o presente. As coisas se ligam de uma maneira fantástica! A gente passa a fazer arqueologia de uma maneira muito mais relevante e muito mais responsável. Os colegas da conservação idem, os colegas da museologia também. Esta é uma dessas relações em que beneficiam a todos os envolvidos (SANCHES, 2017, grifo nosso).

A relação Arqueologia, Museologia e Conservação é bastante valorizada por Sanches (2017) e vem acompanhada de uma reflexão sobre a oportunidade de fazer isso na UFPel, que tem os três cursos de graduação nas áreas citadas. Ainda afirma que a contribuição que o LÂMINA oferece para o desenvolvimento da Arqueologia é o “de mostrar que é possível juntar as áreas, ainda que seja uma utopia, ainda que seja a concretização de uma utopia, ela pode existir e ela pode dar certo” (SANCHES, 2017). Além da oportunidade ímpar de ter os três cursos de graduação, ainda existem pós-graduações que dialogam diretamente com a Arqueologia, Museologia e Conservação, já analisadas nesse capítulo, mas que também merecem destaque na análise de Sanches (2017):

Essas pós-graduações, inclusive a de História, têm linhas de pesquisa e áreas de concentração que possibilitam pesquisa interdisciplinar. Isso permite, por exemplo, que arqueólogos de formação façam o seu mestrado, ou seu doutorado, em memória e patrimônio, e a gente tem ex-alunos de história, de conservação-restauração, ou de museologia, fazendo seus mestrados e seus doutorados em história ou em antropologia. Esse trânsito entre as áreas é mais pontual entre os professores, é mais frequente entre os alunos. Isso está permitindo à UFPel formar um egresso de graduação e de pós muito mais consciente de sua responsabilidade social, muito mais consciente da necessidade de preservar, e muito mais consciente da importância de

documentar a pesquisa para além dos limites ou das necessidades de uma só disciplina (SANCHES, 2017, grifo nosso).

Sanches (2017) aborda a potencialidade da multidisciplinaridade entre os alunos da graduação e pós-graduação na UFPel e, por outro lado, pontua como isso não é uma realidade ampla entre os professores, devido a falta de simpatia pela multidisciplinaridade, ou como afirma: “Para esses colegas, a multidisciplinaridade é uma ameaça, um risco, uma deturpação, um fracasso pessoal”. Assim, as oportunidades geradas pelos cursos existentes na UFPel nem sempre estão sendo bem aproveitadas, mas demonstram dificuldades, ruídos e impedimentos que ultrapassam os motivos racionais e científicos de produção de conhecimento.

Nesse sentido, Sanches (2017) fez algumas reflexões que se referem também às dificuldades de trabalhar em conjunto com alguns professores, inviabilizando algumas parcerias que seriam muito profícuas:

Essa coisa não é da ordem das coisas objetivas, essa coisa não é fácil de mapear. Por isso eu disse para você que vejo muito mais sentimento, vejo muito mais emoção, muito mais páthos, o termo grego antigo. Eu vejo muito mais páthos que éthos nas dificuldades em trabalhar junto que temos aqui. Éthos é o domínio da ética no sentido antigo, dos caracteres permanentes da alma, daquelas características das quais não posso abrir mão. Minhas idiossincrasias, minha ética (SANCHES, 2017, grifo nosso).

Ao tentar mapear e acompanhar a trajetória do LÂMINA, fica perceptível a dificuldade em trabalhar multidisciplinarmente. A criação do laboratório é fruto dessas dificuldades e sua reestruturação, em 2015, novamente as revela. Sanches (2017) aborda isso da seguinte maneira:

É por aí que a coisa acontece, ela tem essas duas vertentes, e se a gente olhar só para questões políticas, se eu fizer aqui um discurso atribuindo o que está acontecendo às disputas políticas por espaço, às disputas políticas por recursos, por bolsas e não sei mais o quê, eu vou estar apresentando uma visão fragmentária, pobre, uma versão que não apresenta toda a dimensão do problema. Agora, se eu disser, também, que tudo isso só acontece por inveja, por ressentimento, por falta de solidariedade, por ego, não vou estar te contando a história toda (SANCHES, 2017, grifo nosso).

O LÂMINA se apresenta, ao mesmo tempo, como um espaço de disputas e conflitos (sua formação e sua reestruturação apontam para isso), mas que busca continuar sendo um espaço multidisciplinar de encontro entre as áreas do conhecimento. Esse aparente paradoxo – ser um laboratório que tem separado pesquisadores que não conseguem mais manter um diálogo, mas, ao mesmo tempo, agregar professores, alunos e demais interessados na gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico – pode ser analisado segundo a lente do Prof.

Sanches, quando este fala que não é preciso mudar projetos e estruturas, mas investir na vontade de fazer junto.

E veja que não é uma mudança nos projetos pedagógicos de curso, não é uma mudança na estrutura universitária, no desenho organizacional institucional, é uma mudança na postura, na vontade, na maneira de fazer, na maneira de encarar o colega, na maneira de se relacionar com o outro, de lidar com quem discorda, de quem tem uma visão diferente acerca das mesmas coisas. É aí que eu acho que nós estamos falhando, é aí que está o problema, nas relações interpessoais (SANCHES, 2017).

Nesse sentido, talvez na UFPel não seja necessário mudar projetos pedagógicos de curso e o desenho organizacional, pois isto está bem articulado, como foi possível perceber na análise dos novos cursos de graduação e pós-graduação. Mas quiçá, em outras instituições, isso ainda precise ser equacionado. Como esse trabalho analisa as experiências na UFPel, pode-se afirmar que a existência e estrutura dos cursos da UFPel e o LÂMINA consolidam as potencialidades da relação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação. Por outro lado, demonstram as dificuldades e limitações dessa aproximação, que também ficou clara em outros cenários analisados.

O LÂMINA, atualmente, está sob a coordenação do Prof. Sallés e conta com a participação dos professores Pedro Sanches, Cláudio Carle e Diego Ribeiro, além dos alunos das graduações e pós-graduações da UFPel, atuando principalmente na conservação arqueológica. Pode-se dizer que o LÂMINA consolidou-se como um espaço muito dinâmico, uma vez que está em constantes mudanças, busca de melhorias e adaptações à realidade existente, convivendo com os problemas estruturais da universidade e com as dificuldades de diálogo que foram se concretizando.

3.5 *Museu Arqueológico e Antropológico – MUARAN: projeto e ações extramuros*

O MUARAN é outro exemplo de como a UFPel tem acumulado experiências importantes e interessantes no que se refere à relação da Arqueologia, Museologia e Conservação.

A relação entre Arqueologia e Museologia não é recente, pelo contrário, “as coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus” (BRUNO, 2005, p. 240). Porém, mesmo que os museus no Brasil tenham se formado, muitas vezes, a partir de acervos arqueológicos, ou, como afirma Wichers, “no Brasil, o nascimento da Arqueologia ocorreu no cenário das instituições museológicas” (2014, p. 19), essa relação muito próxima foi dando lugar a um

estranhamento, que “embora fisicamente associados, uma vez que a pesquisa arqueológica gera um sem-número de objetos patrimoniais que se destinam às reservas técnicas e exposições, a relação [...] passou a ser caracterizada por um afastamento” (WICHERS, 2014, p. 19).

Assim, um projeto de Museu de Arqueologia é importante, nesse contexto, para reaproximar as áreas e demonstrar como os museus podem ser “as maiores janelas que se abrem entre o conhecimento produzido em arqueologia e o público não especialista” (RIBEIRO, 2014, p. 97). Os museus em geral e, especificamente os de Arqueologia, “nos ajudam a compreender como somos, a conhecer a ciência que produzimos e a arte que elaboramos” (BRUNO, 2014, p. 14). Ou seja, os museus de Arqueologia têm o potencial de demonstrar as “abordagens sobre a antiguidade da ocupação do território brasileiro e da nossa diversidade cultural” (BRUNO, 2014, p. 14).

O projeto do MUARAN e suas ações inserem-se nesse cenário de reaproximação das áreas e tentativas de demonstrar como “as instituições museológicas desempenham um papel social, não só preservando as expressões materiais, mas produzindo e disseminando conhecimento” (BRUNO, 2009, p. 17). Nesse sentido, no segundo semestre de 2008, o Prof. Fábio Vergara Cerqueira, então diretor do ICH, convida os arqueólogos da UFPel para implantar um museu arqueológico. Em 18 de maio de 2009, mediante a portaria 759, é oficializada uma comissão para implantar o museu, formada pelos professores: Fábio Vergara Cerqueira, Diego Lemos Ribeiro, Lúcio Menezes Ferreira e Cláudio Baptista Carle e presidida pelo Prof. Dr. Pedro Luís Machado Sanches. O Prof. Sanches comenta sobre o assunto na entrevista realizada no dia 09 de março de 2017:

Quando cheguei à UFPel, umas das primeiras coisas que me foi dito foi que havia um espaço físico no Casarão nº8 que seria compartilhado entre dois museus. Essa informação veio pelo Fábio Vergara Cerqueira, que era diretor do instituto e disse ‘o casarão está sendo adquirido pela universidade e será restaurado. Ele será a sede de dois museus, um pela entrada principal será o museu do doce de Pelotas, um pela entrada lateral, pela Barão de Butuí, será o museu de arqueologia da UFPel. O curso era de antropologia e arqueologia, e eu sou vinculado ao curso de museologia. Então, os colegas arqueólogos acharam por bem, numa primeira reunião ainda em 2008, que eu fosse o coordenador desse projeto de implantação de um museu, e depois, presidente da comissão para implantação do museu (SANCHES, 2017).

Segundo Oliveira, “o primeiro local destinado para ser sede do Museu de Arqueologia e Antropologia foi um casarão oitocentista na principal praça da cidade de Pelotas, que foi adquirido pela UFPel no ano de 2006” (2014, p. 29). Além disso, desde a primeira planta elaborada, o MUARAN ocuparia o primeiro andar do Casarão 8; porém, no projeto de restauro

de 2011, ficou definido que o MUARAN dividiria espaço no mesmo andar com o Museu do Doce de Pelotas (OLIVEIRA, 2014).

A primeira fase de implantação do museu ocorreu de 2009 a 2012. Focou-se na orientação e acompanhamento de obras de restauro no Casarão 8, organização de esboços do organograma do futuro museu e definição do zoneamento e do percurso expositivo, além de definição de uma proposta de missão institucional e de plano de gestão (SANCHES, OLIVEIRA e TEIXEIRA, 2013). A comissão prestou assessoria técnica sobre a gestão do patrimônio arqueológico redescoberto durante as obras de restauro por ter informações técnicas arqueológicas, já que o LEPAARQ havia escavado esse casarão em 2002, conforme abordado no início do capítulo. Segundo o Prof. Sanches (2017), o trabalho inicial teve um perfil diferente do que se seguirá em outra fase de implantação do museu, conforme afirma em sua entrevista:

Esse trabalho foi muito bacana no começo, e foi gravemente impactado pela separação dos laboratórios. Em 2009 a gente conseguiu trabalhar, em 2010 a gente conseguiu trabalhar, em 2011 cria-se o segundo laboratório arqueológico da UFPel, o LÂMINA, e eu era o coordenador, não do laboratório recém-criado, eu era coordenador do museu, do projeto de implantação do museu. Então, levei para uma reunião de museu uma proposta, e ela foi acatada pela reunião: o museu deveria ser da universidade toda, deveria estar vinculado aos dois laboratórios, e se criassem um terceiro laboratório, deveria se ligar a ele também. Era um museu da universidade, não poderia reproduzir a lógica da divisão que estava acontecendo nos laboratórios. Outra decisão, que não se deve só a mim, mas à participação de muitos colegas da antropologia no projeto de museu, é a de que já que o curso aqui era de antropologia e arqueologia, o museu também deveria ser um museu antropológico e arqueológico. E foi essa a cara que a gente deu (SANCHES, 2017).

Percebe-se, na fala do Prof. Sanches, duas características importantes do MUARAN: um museu universitário, agregador de pesquisas e acervos de ambos os laboratórios de arqueologia, e um local afinado ao perfil do curso de graduação da UFPel, que tem habilitação em Arqueologia e Antropologia.

A tipologia museológica do MUARAN também foi discutida pela comissão de instalação, o qual é um Museu Universitário por ser mantido pela UFPel e congregar as funções de ensino, pesquisa e extensão universitária. Porém, tem também um caráter regional, “por ter em seus objetivos um papel social alargado, abrindo seu espaço, seus acervos e até o mesmo o processo de produção da pesquisa ao público” (SANCHES, OLIVEIRA e TEIXEIRA, 2013, p. 136).

A segunda fase de implantação do MUARAN ocorre entre 2012 e 2013 com a realização do diagnóstico interno e externo e elaboração do plano museológico. Nessa fase, a comissão de implantação do museu foi surpreendida com a Portaria 388 de 21 de março de 2012, que

determinava que o Museu Arqueológico e Antropológico ocupasse o subsolo do Casarão 8 e não mais o primeiro andar, como era a proposta inicial. No entanto, um Parecer Técnico sobre o uso do edifício afirma que o subsolo do prédio é de difícil manutenção devido ao pé direito baixo, umidade excessiva e insalubridade, além de demandar altos investimentos para torná-lo adequado. Estava indicado inicialmente que esse espaço fosse destinado a atividades compartilhadas pelo Museu do Doce do Pelotas e pelo Museu Arqueológico e Antropológico para fins de atividades educativas, podendo ser adaptado para essas funções, já que não teria acervo. Assim, a comissão de instalação do Museu não aceita a instalação no subsolo, porém “os motivos pelos quais o Museu de Arqueologia e Antropologia não ocupará mais seu lugar no Casarão 8 não foram jamais esclarecidos, permanecendo apenas como decisão a portaria já citada, sem nenhuma explicação oficial ou relevante após a decisão” (OLIVEIRA, 2014, p. 33).

Nesse sentido, a busca por uma nova sede para o MUARAN é mediada pelo ICH-UFPel, e chegou a ser cogitado a instalação em outro casarão oitocentista: o prédio da antiga Escola de Belas Artes, pertencente à UFPel desde 1969. No entanto, o prédio está interditado desde 2012 para reformas e, assim, a proposta de sede para o MUARAN também não se efetiva nesse espaço (OLIVEIRA, 2014).

A terceira e atual proposta de sede para o MUARAN é integrar-se ao projeto Casa dos Museus, que ocupará o prédio da antiga fábrica Laneira S/A. Assim, em 08 de outubro de 2013, a coordenação do Núcleo do Patrimônio Cultural da UFPel convida o MUARAN a integrar o projeto Casa dos Museus, que será um complexo cultural e acadêmico. A equipe faz uma visita de levantamento no prédio da Laneira S/A e em suas imediações. Uma das bolsistas do projeto, Miriam Helem Soares Fernandes, graduanda em História, também é uma ex-funcionária da Fábrica Laneira e participou da visita, realizando um rico apanhado da época de funcionamento da fábrica. Como disse Sanches, “A gente terá neste prédio um espaço privilegiado, um quilômetro quadrado de espaço físico, o que vai permitir montar um museu muito melhor do que seria o MUARAN instalado no Casarão nº8” (2017). O MUARAN ocupará um galpão da antiga fábrica na parte mais antiga do conjunto arquitetônico (construído na década de 1940). A equipe do projeto definiu que não omitirá o passado e o significado cultural do prédio, mas que prosseguirá da mesma forma que vinha fazendo com o Casarão 8, incorporando suas características no plano museológico e no discurso expositivo.

Segundo Correa e Pintado, “o lugar da produção fabril, passa a ser o lugar da produção de conhecimento, da cidadania e da inclusão” (2014, p. 134), referindo-se a todo o projeto Casa dos Museus. O projeto teve início no final de 2013 com um levantamento físico das condições pré-existentes, visando organizar o espaço para atividades abertas à população do bairro e da

cidade, além de espaços voltados para o ensino, pesquisa e extensão. A Casa dos Museus vai abrigar o Museu Carlos Ritter, o MUARAN, o Museu da UFPel, o Museu das Telecomunicações, a Biblioteca Restrospectiva e o Memorial da Laneira. O espaço também será destinado para os cursos de Museologia e Conservação e Restauração, além do PPGMP (CORREA, PINTADO, 2014).

O projeto Casa dos Museus busca consolidar o compromisso social da universidade com a missão democrática de gerar e extroverter conhecimento, harmonizando um conjunto de equipamentos culturais com áreas de ensino e pesquisa, apoiado por um setor de eventos e convivência. A Casa dos Museus também objetiva consolidar a importância da UFPel no gerenciamento dos museus universitários (MICHELON, CORREA, PINTADO, 2015).

No que se refere especificamente ao MUARAN, pode-se afirmar que a terceira fase (2014-2015) inaugura as ações extramuros do museu e a consolidação de parcerias. Mesmo que agora tenha um local definido, esse não está pronto e, portanto, o MUARAN ainda não ocupa formalmente nenhum espaço físico, o que torna essas ações extramuros fundamentais e primordiais para sua existência e funcionamento.

Quando questionado sobre se há uma previsão de instalação da Casa dos Museus na antiga Fábrica Laneira, o Prof. Pedro Sanches afirma que:

Nenhuma, porque houve um contingenciamento de despesas do governo federal em mais de 30 por cento pelos próximos meses. Como a previsão é de continuar o contingenciamento de despesas, graças a isso, nós não temos nenhuma expectativa de restaurar a Fábrica Laneira, onde funcionará definitivamente o MUARAN. O MUARAN deverá existir tal qual existe hoje por algum tempo, até que o prédio possa ser restaurado (SANCHES, 2017).

Percebe-se como a questão do espaço físico para o MUARAN ainda continua sendo um impasse ou uma indefinição. As soluções encontradas pelos envolvidos no projeto são as mais criativas possíveis nesse contexto, buscando realizar oficinas e exposições itinerantes, além de elaborar documentos (diagnóstico, plano museológico, Regimento, artigos, dissertações) sobre o museu, fazendo com que o MUARAN exista, mesmo sem uma sede.

Sobre as mudanças das futuras sedes, ou mesmo a falta de um espaço físico para o Museu, Sanches (2017) discorre de forma muito problematizadora, que também desvela outras características do MUARAN:

No momento que a gente saiu de lá [Casarão 8], a gente ficou sem sede, é verdade, mas a gente abriu as portas do museu para a comunidade. Em 2014 tivemos recursos do MEC pelo projeto Proext e, graça a esses recursos, passamos a fazer ações em escolas, com o sindicato das domésticas, com uma entidade que trata dependentes

químicos, a CAEX. Tudo a partir de uma metodologia que nós prevíamos no diagnóstico para construção do plano museológico. A ideia era diagnosticar a atuação social desse museu a ser criado, ver que papel ele desempenharia na sociedade. Começamos de imediato a fazer ações com setores que a gente considerava nosso público alvo, para ver que papel a arqueologia teria. Os resultados foram ótimos e a gente percebeu que é possível abrir um museu antes de ele ter um espaço físico, antes de ele ter porta. A gente abriu porque a abertura de um museu não está condicionada à sua bilheteria, nem às suas portas. A abertura e a existência de um museu estão condicionadas às ações que ele promove. No momento em que passamos a ter ações do MUARAN, a gente entende que o museu passou a existir (SANCHES, 2017, grifo nosso).

O Prof. Sanches afirma, em vários documentos relativos à configuração do MUARAN, que a promoção de oficinas e exposições itinerantes significa a primeira abertura do museu aos seus diversos públicos, não sendo necessária uma sede para a existência do museu. Os recursos que o Prof. Sanches se refere são oriundos de Edital PROEXT/2014, que possibilitou a contratação de bolsistas de extensão, possibilitando a realização de ações educativas em escolas (uma municipal, uma estadual e uma particular de Pelotas) e oficinas no Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) Domésticas(os) de Pelotas e na Casa do Amor Exigente (CAEX), uma instituição terapêutica. Essas oficinas fizeram parte do diagnóstico museológico e contribuíram para a formulação do plano museológico e do Regulamento do MUARAN, além de inaugurar as ações mais efetivas do museu.

As oficinas realizadas nas escolas em outubro de 2014 envolveram turmas de quinto e sexto ano do Ensino Fundamental, dividindo a atividade em quatro momentos: o primeiro foi voltado para a Arqueologia, com o apoio do projeto “Arqueologia: as histórias presentes em nossas vidas”³²; o segundo utilizou-se de elementos de Conservação e Preservação de Acervos Arqueológicos; o terceiro foi dedicado à Antropologia (NETA-UFPel) e o último versou sobre Museus e Museologia. Percebe-se que os temas tratados nessas oficinas congregam o perfil do MUARAN: Arqueologia, Antropologia, Museologia e Preservação do Patrimônio. Essas oficinas foram organizadas por meio de palestras e debates sobre as temáticas, exposições itinerantes, simulação de escavação arqueológica e avaliações das atividades.

As oficinas realizadas no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas foram analisadas na dissertação de Marta Bonow Rodrigues, apresentada no subcapítulo 3.1. Rodrigues (2015) estudou as escravas domésticas em Pelotas no século XIX, percebendo que suas principais atuações eram em variados serviços domésticos. Com essas informações históricas, Marta

³² O projeto *Arqueologia: as histórias presentes em nossas vidas* congrega três universidades: a UFPel, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Contou com recursos do CNPq. Projeto organizado pelos professores: Pedro P. A. Funari, Vera Camargo, Glória Tega, Cláudio Carlan e Lúcio Menezes Ferreira.

Rodrigues foi participar das oficinas no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, inserindo-se nas atividades do MUARAN.

Essa troca de experiências foi extremamente importante, pois possibilitou-nos observar, através da apresentação dos anúncios e das narrativas das trabalhadoras, o quanto essa atividade passou por poucas mudanças ao longo dos anos, desde o século XIX até os dias atuais e o quanto há para ser trabalhado em torno desse assunto que envolve, além de relações de trabalho, laços de afeto que se criam dentro do ambiente doméstico. (RODRIGUES, 2015, p. 30).

Na primeira oficina, que aconteceu dia 21 de setembro de 2014, foram apresentados “anúncios caracterizando o trabalho doméstico no século XIX” (RODRIGUES, 2015, p. 168). Na segunda oficina, foram elaborados banners para exposições e uma logomarca para o projeto intitulado “O trabalho doméstico: entre o passado e o presente”, com o objetivo de “construir conjuntamente uma forma de representar essas trabalhadoras junto ao MUARAN” (RODRIGUES, 2015, p. 168). Os banners e a logomarca passaram a ser utilizados em exposições itinerantes que aconteceram nos meses de maio e junho de 2015.

Figura 5 – Logomarca do Projeto “O trabalho doméstico: entre o passado e o presente” (arte por Simone Ortiz)

Fonte: RODRIGUES, 2015, p. 172.

As oficinas realizadas na CAEX aconteceram nos dias 11 e 18 de junho de 2015 e foram realizadas com o apoio de um mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (habilitação Arqueologia), Bruno Gato da Silva, e visaram levantar impressões dos internos sobre o passado e as relações interculturais. Ao final das oficinas, os residentes do CAEX criaram três painéis que revelaram pontos de vistas diversos sobre os testemunhos do passado.

Essas oficinas foram realizadas em parceria com outros espaços de pesquisa da UFPel, como o GEEUR, o Núcleo de Etnologia Ameríndia (NETA), o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS), o LEPAARQ e o LÂMINA. Esse trabalho demonstra o potencial de atuação das ações do MUARAN, mesmo sem uma sede ou acervo específico, pois como afirma Oliveira “o que define um museu não são suas paredes, nem o seu acervo, mas sim suas ações, o papel que desempenha na sociedade, as relações que constrói com seu público, das mais diversas maneiras” (2014, p. 52).

Através da realização dos diagnósticos e atuações do MUARAN, ficou definido que os grupos que serão preferencialmente abordados no projeto são os indígenas e afrodescendentes, uma vez que esses grupos não estão contemplados em outros processos patrimoniais locais, ao mesmo tempo em que são os mais pesquisados arqueologicamente e antropologicamente na UFPel.

Assim, durante os anos de implantação, o MUARAN elaborou seu Regimento Interno (Anexo C) que agregou ideias, sugestões e participação ativa das entidades que se envolveram nas oficinas. Segundo o Prof. Sanches, o Regimento é um documento fundamental e um instrumento que abre ainda mais as “portas” do museu. No Regimento Interno são explicitadas a missão institucional do museu, caracterizações e denominação, além de definir suas políticas, objetivos e prever sua estrutura de funcionamento.

Ele tem uma função importante que é fazer existir juridicamente o MUARAN. Modéstia à parte, como ele foi construído ao longo de três anos de debate, têm coisas ali que vieram da opinião de uma sindicalista, do sindicato das domésticas, e do depoimento de um dependente químico em tratamento. São opiniões que, de fato, foram debatidas amplamente. Têm coisas ali que vêm do contato que a gente teve com as crianças, do texto de alguma criança entregue para a gente numa das oficinas do MUARAN. Como o regimento tem essa maneira de se construir muito multifacetado, ele é de tal forma multivocal, e de tal forma inclusivo. É um instrumento que possibilita ao MUARAN ser uma porta aberta para a sociedade, possibilita que as pessoas se sintam à vontade para acessar a universidade, sobretudo as áreas que envolvem o patrimônio arqueológico e a etnologia, o patrimônio antropológico, material e imaterial, termos muito desgastados. Espero que o museu seja uma porta, uma abertura para isso (SANCHES, 2017).

A denominação oficial do Museu é Museu Arqueológico e Antropológico da Universidade Federal de Pelotas (MUARAN-UFPel) ou abreviado apenas como MUARAN. Durante sua implantação, outros nomes foram utilizados; porém, a partir da publicação do Regimento, esse passa a ser o nome oficial do museu.

A Missão do MUARAN, definida no artigo terceiro do capítulo II do Regimento Interno, é a seguinte:

O Museu Arqueológico e Antropológico tem a missão de incentivar o interesse público, a preservação, sistematização e divulgação dos patrimônios arqueológico e etnológico, suas interpretações e usos culturais, de modo democrático e colaborativo; além de apoiar pesquisas arqueológicas, antropológicas e multidisciplinares que considerem manifestações culturais atuais e pregressas, sítios, registros e acervos móveis que testemunhem a presença indígena e a escravidão, seus desdobramentos sociopolíticos e transculturais na região de Pelotas, bem como em âmbito global (REGIMENTO INTERNO MUARAN-UFPel, p. 2).

Também fica definido no Regimento que a prioridade dada às presenças indígenas e africanas no museu não configura impedimento para que outros coletivos tradicionais da região ou alhures se integrem a proposta do MUARAN.

A área de atuação do MUARAN é estabelecida em três níveis: UFPel, Pelotas e municípios vizinhos e os países banhados pelo Rio da Prata. No artigo quinto do Capítulo II é explicitado que o MUARAN não depende de uma sede física para sua existência, valorizando a itinerância de exposições, ações socioeducativas, culturais e de ensino e pesquisa nos locais de vivência e pertencimento dos grupos envolvidos.

No terceiro artigo do Capítulo III são listados vinte e cinco objetivos do MUARAN, possíveis de serem sintetizados em dois grandes eixos. Um dos eixos é voltado para a função social dos museus, focando-se na afirmação de identidades por meio da formação histórica e cultural brasileira, valorização da diversidade cultural, da dignidade humana e da cidadania e manutenção da memória e dos saberes locais, com preservação do patrimônio e acesso à informação. Outro eixo, voltado para a pesquisa e extroversão, foca-se na formação e capacitação de profissionais de museus, na cooperação entre profissionais, no estabelecimento de parcerias e convênios, nas redes de professores, na organização de sítios-escola, nas ações educativo-culturais, na musealização *in situ*, na revitalização de espaços públicos, na elaboração de políticas públicas para a musealização do patrimônio arqueológico e nas políticas internas de aquisição e descarte de acervo, além de versar sobre questões de segurança, sustentabilidade, acessibilidade e gestão participativa do museu.

No artigo quarto do Capítulo III, um objetivo é apresentado separadamente, o de gerenciar, em parceria com os laboratórios e núcleos de pesquisa pertinentes, a reserva técnica central do ICH-UFPel, integrando as coleções arqueológicas e etnológicas da instituição. Sobre esse tópico, o Prof. Ferreira também afirma em sua entrevista que esse assunto é primordial para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica na UFPel, corroborando com a ideia de uma reserva técnica unificada:

Eu não sei se todos os colegas estão de acordo com isso, de unificar a reserva, de ter uma política de endosso que possa partilhar os recursos entre três laboratórios, e é uma maneira de, não sei se racionalizar, mas de organizar de uma maneira mais eficaz a produção do conhecimento arqueológico na universidade, porque eu sou obrigado a insistir nisso, não fazendo auto-elogio, mas elogio aos colegas, temos uma boa equipe aqui, com muita disposição de trabalhar. (FERREIRA, 2017).

Esses objetivos apresentam o teor agregador do MUARAN, mesmo com todas as dificuldades de infraestrutura e de relacionamento entre os laboratórios e núcleos de pesquisa arqueológica da UFPel. Analisando os objetivos, mas, ao mesmo tempo, compreendendo o contexto em que se insere o MUARAN, percebe-se que colocá-los em prática será muito desafiador.

O diagnóstico museológico, além de apontar para a não presença indígena e africana/afrodescendente nos demais espaços museológicos locais, também descortina um aspecto do distanciamento das pesquisas arqueológicas e dos discursos expositivos. O MUARAN também objetiva preencher essa lacuna, tanto temática como de aproximação entre Arqueologia e Museologia no cenário local.

Assim, analisando as pesquisas arqueológicas empreendidas na UFPel e nas instituições museológicas locais, o papel do MUARAN novamente assume esse teor agregador em um cenário de complexidade nas relações entre os diferentes espaços de pesquisa institucional. Nesse sentido, o Prof. Sanches afirma que:

Imagina um museu que tem como temática a presença negra na região, não poder contar com o apoio do projeto importante que o Lúcio [Menezes Ferreira] desenvolve, é um grande pecado. Ter a presença indígena como temática e não poder contar com sítios de grande antiguidade, como os que o Rafael [Guedes Milheira] estuda, seria um grande sacrifício para esse museu. Não tem nenhum sentido em criar o museu e fazer dele o museu do LÂMINA, um museu para as pesquisas desenvolvidas por mim, pelo Jaime [Mujica Sallés], por sei lá mais quem dentro do LÂMINA, isso não faz o menor sentido (SANCHES, 2017).

A fala do Prof. Sanches demonstra como o MUARAN e o LÂMINA têm uma história de maior aproximação e, por isso, muitas vezes ocorre essa associação entre eles. Em vista disso, a todo tempo é preciso reafirmar que o MUARAN é da UFPel e não pode reproduzir a lógica de separação dos espaços de pesquisa. Se diferentes laboratórios de pesquisa podem ser interessantes para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas autônomas e diversificadas, com enfoques teórico-metodológicos díspares, a divulgação dessas pesquisas e seus resultados não podem ficar fechados dentro dos muros universitários e círculos acadêmicos restritos entre os pares concordantes. Um museu de Arqueologia pode ser um espaço de superação das

divergências pré-existentes, visando à construção de um discurso expositivo plural, valorizando a diversidade de pesquisas e, por consequência, a diversidade cultural.

As pesquisas empreendidas nos laboratórios e núcleos de pesquisa podem e devem ser agregadas aos discursos expositivos do museu. Um museu deve ser um espaço plural, e esse é o grande desafio do MUARAN no cenário da pesquisa arqueológica pelotense. Sobre esse desafio, o Prof. Sanches afirma:

É uma pena que os colegas que estão hoje em laboratórios diferentes, não abracem o MUARAN com mais entusiasmo, não se sintam à vontade para participar do MUARAN, porque a mesma lógica da divisão, a mesma lógica de disputa, a mesma lógica de diferenças pessoais, de ciúme, de orgulho, é utilizada para avaliar o MUARAN, e o MUARAN, é claro, tem um coordenador que sempre fui eu. Esse coordenador é arqueólogo, então, precisa pertencer a um dos laboratórios de arqueologia. 'Se ele não pertencendo ao meu laboratório de arqueologia', na visão de alguém, isso não me deixa à vontade para participar do MUARAN (SANCHES, 2017).

Superar diferenças pessoais também se caracteriza como um objetivo do MUARAN, mesmo que não de forma explícita em seu Regimento ou qualquer outro documento oficial, mas é compreensível que seja um propósito implícito e que perpassa as disputas institucionais. Outra característica importante do Regimento Interno é sua estrutura de gestão, que tem como instância superior a Plenária, seguida do Conselho Gestor (docentes e técnicos, discentes, parceiros institucionais, indígenas, quilombolas) e da Coordenação Colegiada (um coordenador administrativo, um coordenador de ensino e pesquisa e outro de extensão e cultura). O Regimento Interno, segundo o Prof. Pedro Sanches:

Prevê um conselho de gestão composto majoritariamente pessoas vindas da comunidade. Sobretudo, por gente das duas etnias que são focadas no museu, os indígenas e os remanescentes quilombolas, negros da região de Pelotas. Essas duas etnias vão ter representação no conselho de gestão do MUARAN. Elas são também o resultado de uma feliz coincidência, o fato da maior parte das pesquisas arqueológicas e antropológicas na região abordarem justamente índios e negros. Essa é uma coincidência muito feliz: ao mesmo tempo em que a maioria das pesquisas são voltadas para eles, existe uma invisibilidade dessas etnias nos museus da região. Eles não são tematizados, não estão na missão de outros museus regionais. Tudo isso nos levou a construir o MUARAN dessa maneira (SANCHES, 2017).

Assim, percebe-se o potencial do MUARAN, em vários aspectos, mas ao mesmo tempo descortinam-se muitos desafios e problemáticas que vão desde a ausência de um espaço físico, que aparentemente ainda demorará em ser resolvida, até questões de ordem pessoal. De toda forma, a experiência de implantar um museu de arqueologia e antropologia em um cenário universitário com os cursos de graduação que existem na UFPel, os profissionais qualificados

na área que podem atuar nessa instituição, além das pesquisas arqueológicas em desenvolvimento, é algo inovador no cenário nacional e que permite refletir e colocar em prática questões relacionadas às interfaces entre Arqueologia, Museologia e Conservação.

Em 2017, a comissão de implantação do MUARAN passa a ser presidida interinamente pelo Prof. Jaime Mujica Sallés, e os planejamentos para o corrente ano são explicitadas pelo Prof. Pedro Sanches:

[...] decidimos fazer uma exposição sobre as práticas arqueológicas esse ano. Essa exposição deve ficar funcionando ali no LÂMINA. Eu fui voto vencido, mas existe uma sala de exposição subaproveitada no LÂMINA e o MUARAN vai ocupar essa sala com a exposição. Como eu não posso assumir coordenação nenhuma, nem do MUARAN nem do LÂMINA, para facilitar a burocracia optou-se por fazer uma fusão do MUARAN com o LÂMINA. Os poucos equipamentos do MUARAN estão guardados no LÂMINA. O laboratório é o ponto de saída das ações do MUARAN, então se resolveu fundir as duas coisas e o coordenador geral do LÂMINA assumirá provisoriamente a coordenação do MUARAN, enquanto eu estiver na gestão universitária e não aparecer outra pessoa interessada. Isso foi decidido, foi aprovado em reunião, então será assim. Pelo menos ao longo desse ano, não sei como vai ser no ano que vem (SANCHES, 2017).

Percebe-se, com essas afirmações, que novamente MUARAN e LÂMINA se aproximam mais, podendo gerar novos distanciamentos com os demais espaços de pesquisa. Por outro lado, é o primeiro momento da história do MUARAN que esse passa a ter um espaço físico na UFPel para suas ações. É um momento de menos recursos financeiros (não há bolsistas atuando no projeto do museu), contando apenas com os colaboradores, mas teve um avanço no plano físico, que é a ocupação da sala de exposições do LÂMINA.

[...] agora, o MUARAN vai entrar em uma nova fase. Uma fase em que ele vai ter espaço físico, vai poder colocar o nome MUARAN na fachada, vai funcionar na salinha cedida pelo LÂMINA! (SANCHES, 2017).

Aparentemente essa solução, de mesclar ainda mais o MUARAN e o LÂMINA, pode dificultar a aproximação dos demais laboratórios e núcleos de pesquisa; porém, a superação dessas questões, se assim for cogitada pelos pesquisadores, perpassa pela compreensão que o MUARAN poderia estar ocupando espaços expositivos ou atuando em parceria com os demais laboratórios e núcleos, não tendo apenas essa inserção no LÂMINA. Dessa forma, pode-se dizer que o MUARAN é um museu em processo, ou um museu em construção, que já envolveu a comunidade em várias atividades e tem o potencial de efetivar as relações entre a Arqueologia, a Museologia e a Conservação.

CAPÍTULO IV – PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Isso é Arqueologia, Museologia ou Conservação? Não importa, é uma só malha que traduz a pergunta: “quais as relações entre as áreas do conhecimento?” em “como preservar o patrimônio arqueológico?”, parafraseando Latour (2011, p. 375).

Este capítulo articula as discussões apresentadas anteriormente para que seja possível construir um arcabouço de experiências e pressupostos utilizando-se da Arqueologia, Museologia e Conservação, de forma integrada, uma vez que durante toda esta pesquisa buscou-se diagnosticar como essas áreas se aproximam e dialogam, demonstrando que um dos possíveis elos é a preservação do patrimônio arqueológico.

Dessa forma, através dos diagnósticos apresentados anteriormente, tanto os que se referem às questões teórico-metodológicas entre as áreas como as experiências vivenciadas na UFPel, permitiram a percepção da necessidade da construção de um campo do conhecimento que compartilhe os interesses de pesquisa e atuação, orientado pela perspectiva preservacionista, não apenas normativa, mas que considere as nuances e especificidades das áreas, das comunidades, dos agentes locais e dos grupos interessados no patrimônio arqueológico.

O mote deste capítulo é o reconhecimento de que a preservação do patrimônio arqueológico une as áreas em questão, mesmo que ainda seja necessário afirmar a sua importância e deixar claro que, em seu bojo, estão diversas formas de pesquisa, conservação, documentação, comunicação, extroversão e educação. Assim, tanto a Musealização da Arqueologia quanto a Conservação arqueológica são fundamentais para refinar procedimentos e pressupostos da preservação patrimonial.

Este capítulo estrutura-se através do aprendizado possibilitado por meio das experiências desenvolvidas na UFPel, junto ao estudo dos Códigos de Éticas profissionais e algumas normativas ou recomendações mais recentes desse campo, apresentando, ao final, contribuições para a construção e/ou consolidação de premissas compartilhadas entre a Arqueologia, Museologia e Conservação, através de uma abordagem multidisciplinar e preservacionista.

4.1 Experiências e o aprendizado: o que as ações desenvolvidas na UFPel nos ensinam sobre multidisciplinaridade, gestão e colaboração

A história da Arqueologia em Pelotas, especialmente a Arqueologia Histórica, torna possível compreender, de forma contextualizada, as experiências que têm sido empreendidas na UFPel, principalmente no que se refere a articulação entre a Arqueologia, Museologia e Conservação, uma vez que, nessa universidade, são criados esses três cursos de graduação praticamente concomitantes. De alguma maneira – seja espontânea, forçada ou pelo interesse mútuo – esses cursos se articularam em diferentes escalas e formas de atuação.

O capítulo anterior apresentou essa trajetória, iniciando pela perspectiva arqueológica e demonstrando como a Arqueologia Histórica começa na UFPel, envolvida em projetos de Restauro arquitetônico, através de salvamentos, sem um planejamento conjunto e prévio às obras. No momento em que essas ações foram desenvolvidas, reconheceu-se que isso comprometeu as potencialidades da pesquisa arqueológica (NOBRE, 2004). Posteriormente, foram percebidos problemas relativos à conservação dos materiais recuperados nessas atividades (CASCAIS, 2016). Dessa forma, a falta de planejamento articulado com as áreas patrimoniais foi percebida de diferentes maneiras ao longo do desenvolvimento da Arqueologia local, ou seja, inicialmente os problemas identificados estavam focados no universo arqueológico mais restrito, e posteriormente relacionando-se com a Conservação, em uma concepção mais ampla de pesquisa arqueológica.

Assim, se algumas dificuldades foram percebidas no momento em que se estava fazendo a escavação e as análises laboratoriais, apenas recentemente (ou seja, mais de uma década depois das escavações) as questões relativas aos problemas de conservação foram percebidas de forma mais consistente, justamente quando pesquisas na área de Conservação arqueológica começam a ser empreendidas de forma mais sistemática na UFPel.

Essa questão diagnostica a falta de preocupação inicial das pesquisas arqueológicas com a conservação dos acervos, sendo essa uma prática habitual de muitas pesquisas que foram, e ainda são, realizadas sem um planejamento conjunto com as áreas que estudam e aplicam ações de preservação do patrimônio arqueológico, mais especificamente, a Museologia e a Conservação. Mesmo que isso esteja sendo analisado especificamente em Pelotas, essa prática pode ser visualizada em outros contextos, devido ao panorama nacional que também foi investigado através das publicações em eventos, dissertações e teses.

Outro ponto importante, ainda sobre o desenvolvimento da Arqueologia Histórica, é sua relação próxima com a restauração. Segundo Gaspar, “inaugura-se um aspecto que vai marcar

a trajetória da Arqueologia Histórica – o desenvolvimento de estudos associados aos trabalhos de restauração” (2003, p. 270). Se, por um lado, isso privilegia um tipo específico de sítio arqueológico, por outro demonstra uma vocação para o debate em torno da conservação e das questões patrimoniais, que, recentemente, tem se buscado construir de maneira mais articulada.

[...] durante um longo período, a Arqueologia Histórica brasileira dedica-se ao estudo de prédios coloniais, investiga igrejas, missões, conventos, fortificações e solares, etc. É fortemente impregnada pela ideologia então vigente nas esferas patrimoniais, cuja concepção elitista e arquitetônica de bem cultural privilegia os monumentos de pedra e cal (GASPAR, 2003, p. 270).

Assim, a experiência pelotense insere-se nesse contexto, que já dialoga com a preservação do patrimônio, mesmo que direcionado para o patrimônio arquitetônico, porém sem considerar outras questões, como a conservação dos acervos arqueológicos e demais categorias patrimoniais. Além disso, valoriza-se, nesse momento, o patrimônio monumental de determinados grupos e períodos históricos.

A ideia de patrimônio que vigorava era representada quase exclusivamente pela sacralização da memória em “pedra e cal”, expressão já bastante difundida e que mostra bem como a preservação se pautava nos tombamentos e restaurações que atingiam os monumentos arquitetônicos e/ou com valor histórico reconhecido oficialmente. Segundo Nogueira, a preservação “privilegiou um repertório de bens cujas expressões culturais hegemônicas conformavam uma tradição europeia – luso-brasileira – geralmente identificada com o poder constituído” (2007, p. 258). De acordo com Funari e Pelegrini (2006), essa visão de patrimônio tem como consequência a ideia que o patrimônio é algo distante, alheio, velho, que não considera os indígenas, os africanos e nada do que se refere à vida cotidiana.

Porém, mesmo nesse cenário, a Arqueologia Histórica tem, entre várias peculiaridades, o potencial de oportunizar visibilidade aos segmentos que não deixaram marcas oficiais, seja nos documentos ou em uma arquitetura monumental. O início da Arqueologia Histórica em Pelotas corresponde ao período de um crescimento nessa área no contexto nacional, que já estava com debates bem desenvolvidos, críticas e revisões das perspectivas dominantes, visando um pluralismo teórico, temático e metodológico (GASPAR, 2003).

Dessa forma, um segundo momento da Arqueologia Histórica pelotense, como visto no capítulo anterior, abarca justamente essa pluralidade, tanto na perspectiva teórica arqueológica como no debate conceitual acerca dos patrimônios, demonstrando como as áreas são interligadas. O avanço nessas áreas acontece paralelamente e suas influências são mútuas, possibilitando que novas pesquisas sejam desenvolvidas, embasadas em pressupostos

multivocais, multidisciplinares, colaborativos e descolonizantes, por meio de novas metodologias que permitem uma ampliação do conceito de patrimônio, bem como de Arqueologia, abrindo-se para a interdisciplinaridade com áreas fundamentais para a preservação.

Nesse contexto, perspectivas alternativas no campo da Arqueologia Histórica foram sendo construídas em Pelotas, como a Arqueologia da Escravidão ou da diáspora africana, Arqueologia de Gênero, Arqueologia Documental, Arqueologia Pública, Colaborativa, além de trabalhos articulados às abordagens do campo da Conservação arqueológica e da Musealização da Arqueologia. O principal projeto impulsionador dessas novas abordagens é o “Pampa Negro”, que trouxe em seu bojo várias mudanças fundamentais para a arqueologia local, relacionando-a e inserindo-a em uma escala global, tanto teórico-metodológica como temática (FERREIRA, 2009, 2009a; ANJOS, 2012; FREDEL, 2012; ROSA, 2012; GONÇALVES, 2013; LEAL, 2014; NEVES, 2014; ROCHA, 2014; VASCONCELOS, 2014; MACHADO, 2015; RODRIGUES, 2015; SANTANA, 2015; CASCAIS, 2016; DODE, 2016; MONTEIRO, 2016; SOUZA, 2017).

Esse projeto, como já apresentado no capítulo anterior, foi e é desenvolvido de forma multidisciplinar, desde o planejamento inicial até as ações educativas e de extroversão, perpassando pela conservação e interpretações arqueológicas, sem etapas pré-definidas, ou seja, as áreas atuavam concomitantemente e de forma complementar. Essa prática possibilitou a presença de conservadores e museólogos na pesquisa arqueológica de campo, além do refinamento de procedimentos conjuntos, como catálogo de materiais, banco de dados, protocolos, fotografias e análises, gerando documentação arqueológica, museológica e de conservação, garantindo assim o gerenciamento multidisciplinar do patrimônio arqueológico através de uma perspectiva colaborativa entre as áreas.

Devido a conflitos, tensões e divergências, também multidisciplinares, que perpassam os campos de conhecimento, as expertises profissionais, as diferentes experiências prévias e métodos utilizados, essa atuação conjunta não teve uma continuidade, mesmo que o projeto “Pampa Negro” ainda seja desenvolvido através dessas abordagens, porém sem os mesmo atores e protagonistas, mudando relativamente sua formatação inicial. Isso deixa um aprendizado muito importante: é possível e desafiador gerir o patrimônio arqueológico dessa maneira, ou mesmo realizar pesquisa colaborativa e interdisciplinar, porém há particularidades, tanto das áreas, como dos pesquisadores envolvidos nas ações, que precisam ser afinadas para que o diálogo possa ocorrer de forma mais constante e sistemática. Como afirmou Meneses, “as tarefas de pesquisa científica e de atuação preservacionista exibem peculiaridades e prioridades

respectivas que não podem romper ou debilitar o círculo solidário e absolutamente independente em que se integram” (2007, p. 41).

De toda forma, o patrimônio arqueológico relativo à escravidão é gerido no projeto “Pampa Negro” de forma multidisciplinar, buscando qualificar as discussões no que se refere à herança da população escravizada, que ainda não havia sido pesquisada arqueologicamente em Pelotas e não ocupa lugares nos espaços expositivos locais. Sobre essa questão, o Prof. Sanches, em sua entrevista concedida para esta pesquisa, aponta que os grupos indígenas e afrodescendentes não são representados nos museus locais e regionais, mas são os principais alvos de pesquisas acadêmicas arqueológicas atualmente na UFPel. Esse ponto é crucial para perceber a potencialidade dessas pesquisas mediante a articulação aos pressupostos da Musealização da Arqueologia, pois permite desvelar e transformar realidades museológicas e arqueológicas.

Segundo Ferreira, Funari e Carvalho, pode-se articular “uma bem definida política de preservação e extroversão dos vestígios da escravidão e dos afrodescendentes nos museus” (2011, p. 4). Para além de fornecer esse material para os museus, consagrados lugares de memória, uma pesquisa em Arqueologia da Escravidão, que teve seu desenvolvimento inicial em um laboratório que se ocupa das questões de conservação e comunicação do acervo, qualifica sobremaneira os resultados das pesquisas nesse campo de conhecimento, contribuindo para melhor preservação do patrimônio relativo à escravidão no Brasil. A Arqueologia da Escravidão, a Museologia e a Conservação atuando de forma conjunta possibilitam que o passado relativo à cultura escrava e afrodescendente, pesquisado sob o viés arqueológico, se consolide em herança cultural para a sociedade atual. Porém, essa perspectiva ainda precisa ser consolidada nas ações desenvolvidas na UFPel, uma vez que foram organizadas exposições pontuais e temporárias sobre a questão, como apresentado no capítulo anterior, mas não de forma constante e sistemática.

A mudança teórico-metodológica do projeto “Pampa Negro” é fundamental, tanto para a Arqueologia local como para sua articulação global, visto que o projeto iniciou envolvendo diferentes áreas do conhecimento, atuando conjuntamente e com a colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação em diferentes etapas e processos da pesquisa. A escavação arqueológica na Charqueada Santa Bárbara foi desenvolvida por arqueólogos, conservadores e museólogos (algumas vezes também outros profissionais ou estudantes de áreas diversas), refletindo e tomando decisões sobre quais objetos coletar, como fazer a conservação (*in situ* ou em laboratório), que etapas do processo de pesquisa são importantes de serem registradas para a investigação arqueológica ou para a prática museológica, entre outras questões. Isso permitiu

que a gestão multidisciplinar do patrimônio fosse colocada em prática desde a coleta de dados em campo, tomando decisões conjuntas e reflexivas sobre a composição de um acervo arqueológico referente às charqueadas pelotenses e sobre a atuação escrava nesse contexto.

Mesmo que a gestão ainda fosse muito focada no campo acadêmico, é um avanço metodológico no que se refere às discussões patrimoniais, bem como um reflexo de anos de discussões sobre a importância de aplicar a multidisciplinaridade e a preservação nos projetos arqueológicos. Segundo Meneses (2007), a pesquisa é o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico e é preciso que agregue diferentes áreas do conhecimento e participação de distintos atores sociais. Além disso, é necessário que avance, pois gestão precisa ser pensada, articulada e posta em prática em todas as etapas, em uma associação solidária e não linear, incluindo os processos de extroversão e comunicação. Dessa forma, a pesquisa alimenta a gestão patrimonial e a documentação retroalimenta a pesquisa, sendo um instrumento indispensável de gestão.

Endere e Curtoni (2009) analisam o patrimônio cultural como parte integral da investigação e não como uma entidade separada que será gerida posteriormente. A concepção de patrimônio, embutida no projeto de pesquisa, faz com que a gestão não aconteça de forma fragmentada. Nesse sentido, Criado-Boado e Barreiro (2013) afirmam que a gestão é o manejo reflexivo do patrimônio e precisa ser integral (sistemática, completa, reflexiva, transdisciplinar e participativa). Esses aspectos puderam ser percebidos em algumas ações empreendidas na UFPel, consolidando essa reflexão de forma empírica, atrelada a importantes debates teóricos no campo da gestão do patrimônio arqueológico, que tem na universidade um lócus privilegiado, em virtude de que o “fato arqueológico na sua multiplicidade intrínseca exige articulação das ciências ambientais, das ciências exatas e das ciências sociais, que só a universalidade da universidade é capaz de suprir no nível desejável” (MENESES, 2007, p. 40).

Assim, a noção de gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico efetiva-se na complementaridade de ações norteadas pela perspectiva preservacionista, envolvendo diferentes áreas do conhecimento que se ligam solidariamente, de forma integrada. Como afirmam Fabbri e Machado, “nessa perspectiva, a gestão dos acervos pressupõe uma correta documentação, conservação e pesquisa, ações que, somadas, não só permitirão total controle dos acervos, mas também a geração e difusão de conhecimentos a partir deles” (2010, p. 27).

Os espaços e projetos analisados da UFPel, relativos à gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico, trouxeram à tona a necessidade de consolidação de banco de dados, informatização da documentação, formulação de protocolos com critérios mínimos e fichas de análise integradas, além da organização conjunta de atividades de salvaguarda e comunicação.

Porém, é necessário compreender a gestão também em sua perspectiva de política pública, com responsabilidades compartilhadas entre órgãos federais, estaduais e municipais, para que não ocorra uma gestão, no âmbito universitário, descolada das normativas legais. Entretanto, o espaço universitário e de pesquisa acadêmica se apresentam como um lócus de problematizações de normas, podendo sugerir e até mesmo contribuir efetivamente para mudanças legais. “As leis, decretos, regulamentos, normas e políticas públicas expressam de modo privilegiado, especialmente no nível do discurso, o pensamento em vigor no momento de sua formulação” (SANT’ANNA, 2015, p. 4).

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de outros estudos no que refere à gestão do patrimônio arqueológico, visando analisar outras experiências, ultrapassando os procedimentos normativos, percebendo como ocorre a gestão em laboratórios, núcleos e institutos de pesquisas, museus e outros espaços que gerenciam acervos arqueológicos. Além disso, é importante refinar metodologias e transpor debates teóricos e conceituais acerca do patrimônio, oportunizando uma práxis acadêmica, universitária e científica no que tange a gestão e preservação do patrimônio arqueológico. Assim, muitos dos trabalhos analisados ao longo desta tese também contribuem para esse debate, uma vez que alguns trouxeram importantes reflexões e abordagens que dialogam diretamente com a gestão do patrimônio arqueológico em diferentes territórios, espaços de pesquisa, sítios, museus, reservas técnicas, etc.

[...] é evidente que a lógica administrativa das universidades não privilegia de forma adequada a dinâmica dos processos curatoriais. Nesses casos, é comum a valorização das ações de coleta, estudo e ensino em relação às expressões materiais da cultura em detrimento dos procedimentos de salvaguarda e comunicação museológicas. A mais clara evidência desses problemas é a situação – muitas vezes dramática – em que se encontram as reservas técnicas dos acervos institucionais (BRUNO, 2009, p. 23).

Assim, torna-se necessário empreender pesquisas e procedimentos de gestão do patrimônio no meio universitário para romper com essa lógica e oportunizar debates profícuos e embasados teoricamente, até mesmo para permitir avanços na legislação patrimonial e formas alternativas de gerenciamento patrimonial.

As experiências empreendidas na UFPel, foco de análise desse subcapítulo, são fundamentais para refletir acerca da gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico, pois se desenvolveram em um espaço universitário pioneiro no Brasil, que agrega os cursos de graduação em Arqueologia, Museologia e Conservação/Restauração, possibilitando a interação entre profissionais, ideias, pressupostos e ações que reverberam em soluções criativas e espaços de tensão. Além dos cursos de graduação e pós-graduação, os laboratórios de arqueologia

(LEPAARQ, LÂMINA e LEICMA) e o MUARAN possibilitam encontros e desencontros entre áreas, sendo locais de diálogo e conflito, oportunizando o amadurecimento de ideias e a percepção dos limites das práticas multidisciplinares e colaborativas.

Sobre esse contexto, em suas entrevistas, o Prof. Ferreira e o Prof. Sanches reiteram esse pioneirismo, afirmando que “aqui na UFPel há um contexto institucional muito único, que reúne museologia, conservação, história, antropologia, arqueologia... Não há paralelos no Brasil” (FERREIRA, 2017) e “acho que o que está acontecendo aqui é *sui generis*, não se compara com nada dentro ou fora do Brasil. Talvez exatamente por isso é tão interessante” (SANCHES, 2017). Sendo assim, o aprendizado adquirido ao analisar e conviver nos laboratórios e projetos da UFPel permitiu perceber que é possível gerir o patrimônio arqueológico de forma multidisciplinar e articular ações preservacionistas e colaborativas entre as áreas, mas isso é complexo e envolve não apenas um alinhamento de princípios básicos, mas ultrapassa barreiras teórico-metodológicas e adentra nos universos pessoais, profissionais e de infraestrutura universitária. Também seria possível empreender nesse contexto uma cartografia de controvérsias, construindo outro objeto de análise, para mapear os atores, suas dinâmicas, resistências, debates e conflitos de forma mais sistemática (VENTURINI, 2010).

Questões relativas a problemas institucionais perpassam os discursos dos professores/pesquisadores acompanhados e entrevistados ao longo da pesquisa, sendo um ponto crucial para o entendimento dos conflitos e tensões que permearam suas ações; porém, analisar “entre outras coisas, a distribuição desigual de poder e de recursos, assim como o papel das instituições na estruturação das interações sociais” (SALADINO, 2014, p. 42) extrapola os limites dessa pesquisa. De toda forma, como isso aparece com ênfase em alguns momentos, e também foi um dos motivos que ocasionaram cisões e criações de novos laboratórios de pesquisa, não é possível se furtar desse entendimento. Saladino traz importantes elementos para refletir acerca dessas problemáticas, utilizando-se do referencial do Institucionalismo Histórico, que busca compreender a “assimetria de forças entre grupos intra-institucionais [...], situações críticas e as consequências imprevistas resultantes das escolhas contingenciais” (2014, p. 42).

Assim, os aspectos relativos aos problemas institucionais e o modo como a ciência é produzida na universidade são tangenciados em uma fala do Prof. Ferreira, permitindo compreender a complexidade de gestão do patrimônio arqueológico no âmbito universitário.

A gente tem uma visão um pouco ingênua de ciência, sobretudo quando se é mais jovem, quer dizer, também não vou generalizar, mas eu tinha essa visão: a pesquisa é o livro publicado, é o artigo. Essa visão não contempla as dinâmicas burocráticas que fazem com que o pesquisador se torne um autor, vamos dizer assim, com uma palavra mais solene. No fundo não há autor, isso está discutido pelo Michel Foucault, num

ensaio sobre isso, chamado *O que é um autor?* [...] Então, a gente passa a entender isso, a ilusão do autor e de que como a ciência é burocracia. Eu não quero falar mal da minha universidade, ser severo com ela, a vida tem me proporcionado conhecer outras universidades no Brasil e fora do Brasil, enfim, a vida tem me proporcionado ver, comparar distintas ações institucionais, onde a pesquisa arqueológica está inserida, e a UFPel tem grandes especificidades, muito marcadas. São problemas um pouco mais estruturais que atingem todas as universidades brasileiras, o serviço público em geral, eu não preciso discorrer sobre isso, é bem conhecido das pessoas que acompanham a mídia em geral, os jornais. Mas há grandes especificidades na UFPel (FERREIRA, 2007).

Essas problemáticas institucionais, tais como falta de recursos, infraestrutura inadequada, disputas, divergências pessoais e escolhas, também já foram densamente abordadas pelos pesquisadores que trataram sobre as instituições museológicas no Brasil, como verificado no levantamento das pesquisas apresentado nos Capítulos I e II. Assim, essa questão não é exclusividade da UFPel, como pontuou Ferreira (2017), coadunando-se a um quadro mais amplo, mesmo que tenha especificidades locais muito marcadas, inclusive por seu contexto único relativo às questões patrimoniais. Wichers (2010) afirma que a Musealização da Arqueologia nas universidades está mais associada à atuação de pesquisadores do que a uma política universitária estruturante. Nesse sentido, mesmo que a universidade possibilite condições apropriadas para a gestão do patrimônio arqueológico e para implantar outras ações na esfera preservacionista, isso ainda não é uma política universitária condizente com os desafios que a área enfrenta.

A falta de espaço físico adequado para o desenvolvimento de pesquisa, conservação e comunicação arqueológica também é um fator fundamental para compreender os laboratórios de arqueologia da UFPel, além das incertezas e delongas em relação à sede do MUARAN. A disputa por espaços marca profundamente as relações na UFPel, merecendo destaque nas falas dos professores/pesquisadores entrevistados e, dessa forma, concretizando outro aprendizado: são necessárias soluções criativas, tais como a proposta de um museu sem prédio, metodologias de pesquisa arqueológica que não gerem novos acervos, adaptação das atividades de conservação, entre outras. Essas soluções, que a princípio podem ter sido impulsionadas por problemas infraestruturais, geram inovações teórico-metodológicas importantes que se alinham com perspectivas teóricas contemporâneas da Arqueologia, Museologia e Conservação.

A possibilidade de engajar-se em soluções criativas e buscar alternativas frente a um cenário pouco propício em relação a recursos financeiros e questões estruturais e burocráticas acontece na UFPel devido aos recursos humanos, formações acadêmicas e atuação compromissada dos pesquisadores. Os professores, funcionários e estudantes, críticos dessa situação, capazes de refletir e proporcionar debates (não consensuais), impulsionam a práxis

preservacionista em relação aos bens arqueológicos. A possibilidade de convivência com profissionais e alunos dos cursos de graduação em Arqueologia, Museologia e Conservação (esses são citados devido ao foco da pesquisa em tela, mas tantos outros presentes em uma universidade), além das pós-graduações já analisadas no capítulo anterior, configuram um espaço paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo em que são descortinados problemas graves da estrutura e gestão universitária, é nela que é possível realizar os debates mais contundentes acerca dos avanços teórico-metodológicos no campo científico.

Assim, o desenvolvimento da Arqueologia na UFPel foi impulsionado pela criação desses cursos, que se entrecruzam através do compromisso com a preservação patrimonial, visto que na análise dos currículos ficou perceptível o foco na formação interdisciplinar, visando que o egresso dos cursos seja capaz de dialogar com outros campos do conhecimento e atuar em equipes multidisciplinares, sendo o eixo patrimonial o elo entre as áreas. Wichers (2010), ao analisar os currículos dos cursos de graduação de Museologia e Arqueologia, apontou que a UFPel tem disciplinas que se referem a questões museológicas do fazer arqueológico e que consolidam a interface da Musealização com a Arqueologia e Antropologia, em contraponto a outras universidades em que as disciplinas existem, mas de forma independente, não articulando de fato as áreas.

É importante destacar que julgamos que a inserção da Museologia deveria ser obrigatória na formação dos arqueólogos [...] todos os arqueólogos atuam em pesquisa que projetam coleções no universo patrimonial, o que requer um olhar museológico para salvaguarda e comunicação desse patrimônio (WICHERS, 2010, p. 195).

Ampliando a afirmação de Wichers (2010), agregando o curso de graduação em Conservação e Restauração, pode-se dizer que elementos da Conservação também devem compor a formação de arqueólogos para refinar os procedimentos de salvaguarda e preservação do patrimônio arqueológico, consolidando um olhar preservacionista (museológico e conservador). Além disso, a formação de museólogos e conservadores também pode dialogar diretamente com essa categoria patrimonial, alargando conceitos e atuações profissionais.

Dessa forma, ambiciona-se que os egressos desses cursos sejam profissionais mais aptos ao diálogo, estabelecendo controvérsias positivas e propositivas, evitando o conflito que afasta e impossibilita a atuação conjunta e comprometendo-se mutuamente em prol da preservação do patrimônio arqueológico. Nesse sentido, Criado-Boado e Barreiro (2013) afirmam que toda ação, intervenção ou projeto patrimonial gera disputas, porém é necessário normalizar o conflito, não o ocultando sob um discurso uniformizador. Assim, os autores dizem que se deve

“buscar fórmulas multivocales y participativas de producción, uso y gestión del patrimonio compatibles con las necesidades de conservación, más técnicas y asépticas y, si se quiere, más acordes con um discurso objetivista e instrumentalizante” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 14)³³.

Nesse ponto, há outro aprendizado fundamental que pôde ser adquirido nas experiências vivenciadas na UFPel: é premente oportunizar uma formação acadêmica que reconheça a importância e as particularidades das outras áreas, para que não seja necessário um trabalho constante de convencimento, e que as práticas multidisciplinares ocorram de forma mais espontânea. Isso pode possibilitar que a Musealização da Arqueologia, Conservação arqueológica, Educação Patrimonial e outras áreas que ainda são desvalorizadas ou não alcançam o mesmo patamar acadêmico sejam de fato consideradas partes inexoráveis do fazer arqueológico (CARNEIRO, 2009; PANACHUK, 2011), pois não devem ser acessórios ou anexos de alguns projetos privilegiados (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013).

O aprendizado adquirido através do acompanhamento de algumas atividades desenvolvidas na UFPel, principalmente no LÂMINA e no âmbito do projeto “Pampa Negro”, juntamente com as entrevistas concedidas pelos pesquisadores da referida universidade, possibilitaram tecer algumas das análises expostas acima. Além disso, outras impressões e reflexões puderam ser suscitadas em decorrência da convivência e relacionamento estabelecido entre as partes envolvidas na pesquisa, visando estudar a atividade de cientistas que elaboram afirmações contextualizadas no tempo e espaço de atuação (LATOUR, 2011).

Uma reflexão articulada nesse contexto é que as ações desenvolvidas pelos pesquisadores acompanhados ao longo desta pesquisa constituem-se em formas alternativas de desenvolver Arqueologia. As soluções criativas, inovações teórico-metodológicas no contexto pelotense e ações interdisciplinares que foram experienciadas possibilitam alargar a práxis arqueológica e contribuir para que as ações no âmbito da salvaguarda e comunicação sejam de fato consideradas etapas fundamentais da Arqueologia. Isso possibilita ampliar o conceito de pesquisa arqueológica, não priorizando apenas a escavação, análise e interpretação dos artefatos, registros e contextos, mas articulando-se com a cadeia operatória museológica. Isso permite transformar a pesquisa científica e a atuação preservacionista em ações que se retroalimentam de forma constante e fazem parte do mesmo projeto, embasado em teorias contemporâneas da Arqueologia, Museologia e Conservação.

³³ Buscar fórmulas multivocais e participativas de produção, uso e gestão do patrimônio, compatíveis com as necessidades de conservação, mais técnicas e assépticas e, se quiser, mais de acordo com um discurso objetivo e instrumentalizador (tradução nossa).

Dito de outro modo, a Conservação arqueológica, a Musealização da Arqueologia, as ações educativas referentes ao patrimônio arqueológico, a pesquisa documental, as exposições, entre outras variadas formas de se relacionar com os acervos, sítios e temáticas arqueológicas são componentes fundamentais do fazer arqueológico, não devendo ser fragmentados e hierarquizados. Isso não quer dizer que cada área não tenha suas especificidades e particularidades, mas que a Arqueologia não pode passar incólume ou se abster desses elementos, uma vez que não é mais possível empreender uma Arqueologia descompromissada de sua função social.

A experiência da UFPel corrobora com esse cenário, tanto para demonstrar a potencialidade de se desenvolver Arqueologia de forma engajada, multidisciplinar e preservacionista, como para descortinar os limites e problemáticas dessas perspectivas, que esbarram em questões infraestruturais, de gestão e colaboração. Um dos limites analisados são justamente as rupturas entre os pesquisadores que atuavam conjuntamente por meio de projetos multidisciplinares.

No capítulo anterior esses momentos foram descritos e analisados, porém, em uma das visitas realizadas no mês de agosto de 2015, foi diagnosticado que, naquele momento, o LÂMINA tinha perdido mobiliário, equipamentos e pesquisadores (tanto professores como alunos), estando com um aspecto de “abandono”, principalmente no andar térreo. Esse andar, na reestruturação do LÂMINA, ficou destinado para a Museologia e ainda não tinha sido organizado. A partir dessa impressão, escrevi no diário de campo que podia perceber a “estratigrafia do abandono” em um laboratório de arqueologia, possibilitando a reflexão de que as áreas afins, como a Museologia e Conservação, ainda não estavam no mesmo patamar que as ações tradicionais da pesquisa arqueológica, ou que a multidisciplinaridade não tinha sido exitosa, marcando alguns distanciamentos. Dessa forma, essa estratigrafia apresentava uma inversão nas camadas, ou seja, esse conceito, desenvolvido por Bruno (1995), aponta que as referências arqueológicas estavam abandonadas no universo museológico. Nesse caso, são as referências museológicas que não estavam sendo consideradas de forma equilibrada, ocasionando outros abandonos.

Na mesma visita, em um dia posterior, em conversa informal com o Prof. Sanches sobre o assunto, suscitou-se o debate sobre o que é de fato considerado Arqueologia e como um laboratório multidisciplinar, mesmo que naquele momento desarticulado, pode contribuir para que outras atuações sejam empreendidas no âmbito da Arqueologia, via Conservação arqueológica e Musealização da Arqueologia. Dessa forma, essas impressões e reflexões podem constituir outro aprendizado: as perspectivas teóricas contemporâneas e suas atuações práticas

permitem uma aproximação mais efetiva com a Museologia e a Conservação, possibilitando a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico, não fragmentando e/ou hierarquizando tarefas, mas sendo consideradas componentes intrinsecamente relacionados.

Assim, atualmente a UFPel possui três laboratórios de arqueologia – LEPAARQ, LÂMINA e LEICMA – que, mesmo estando fisicamente separados e com diferentes pesquisadores, apresentam algumas ações e direcionamentos semelhantes, uma vez que o contexto da universidade, com os cursos de graduação na área de Antropologia/Arqueologia, Museologia e Conservação/Restauração, além das pós-graduações, permite que a aproximação das áreas ocorra, articulando-se de maneira diversa em cada laboratório. Mesmo em espaços e projetos separados, algumas premissas e conceitos básicos se mantêm e demonstram a potencialidade da gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico, que não se foca apenas em questões acadêmicas, mas busca abarcar as experiências comunitárias de diferentes coletivos e grupos. Nesse sentido, percebendo como se consolidaram espaços e projetos de pesquisa até o momento na UFPel, é que se pode realizar um exercício de análise dos laboratórios de arqueologia como lugares de memória, em virtude de seu caráter preservacionista e de gestão e materialização da memória.

Segundo Nora, “o que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (1993, p. 15). Seguindo esse pensamento, laboratórios de arqueologia não servem apenas para o desenvolvimento de pesquisas tradicionais, mas são fundamentais para (re)construir memórias que poderiam ficar enterradas ou esquecidas, sem a possibilidade de compreensão de um passado que não está materializado em outros espaços.

Segundo Meneses (1984), a memória é seletiva e induzida, visto que a sua primeira característica aponta para a incapacidade humana para a lembrança total e a segunda refere-se ao estabelecimento de lugares de memória ou “o passado social formalizado e instituído”. Trazer a tona elementos do passado faz com que a memória seja força viva no presente, tornando-se construtora e negociadora de identidades. “É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo de acontecimentos” (MENESES, 1984, p. 34).

Assim, laboratórios de arqueologia podem ser considerados também lugares de memória, em virtude de sua função de aquisição, salvaguarda, pesquisa e comunicação de fontes arqueológicas fundamentais para a construção de memórias. Wichers (2010) aponta que

os laboratórios também cumprem um papel importante na Musealização da Arqueologia, pelos mesmos fatores expostos acima, porém pontua que a comunicação ocorre em menor medida.

Segundo Navarrete Linares (2011), os pesquisadores acadêmicos não têm o monopólio sobre o conhecimento do passado, pois esse não interessa unicamente a historiadores ou arqueólogos, mas também tem uma grande importância histórica e simbólica para amplos setores sociais. Assim, laboratórios de arqueologia que cumpram sua função de gestores do patrimônio arqueológico, não sendo apenas lugares de análise de material arqueológico, são espaços privilegiados para a discussão da dimensão espaço-temporal do ser humano e operacionalização da cadeia operatória museológica.

A gestão do patrimônio arqueológico permite que os laboratórios de arqueologia sejam organizados em função do papel social da Arqueologia (KEHOE, 1998; WOBST, 2010) tornando-se significativos para a comunidade de forma mais ampla, uma vez que a gestão pode possibilitar empreender procedimentos relativos à Musealização da Arqueologia, Arqueologia Pública e Colaborativa.

Assim “como as bibliotecas não são apenas palavras, os museus não são apenas coisas e os arquivos não são apenas papéis” (CHAGAS, 2002, p. 22), os laboratórios de arqueologia não são apenas vestígios arqueológicos. Os laboratórios podem ser considerados lugares de memória, uma vez que “o papel dessas casas não é apenas o de guarda, e que, portanto, podem trabalhar a favor da democratização da produção de novos conjuntos de bens culturais, de novos saberes e de novas memórias até então não cogitadas” (CHAGAS, 2002, p. 26).

Gerir o patrimônio arqueológico nos laboratórios de Arqueologia é um desafio que agrega trabalho multidisciplinar, objetivos de pesquisa que ultrapassam as questões de interpretação do passado e ações voltadas para a salvaguarda e comunicação do acervo arqueológico desde o gérmen do projeto de pesquisa, envolvendo etapas de campo, laboratório, construção coletiva e divulgação do conhecimento produzido.

Vários autores apontam a necessidade de que a gestão seja feita cada vez mais de forma compartilhada, envolvendo diferentes atores sociais, várias vozes, diversos interesses, isto é, que seja plural e que atenda expectativas muitas vezes controversas (FERGUSON e CHANTHAPHONTH, 2006; ENDERE e CURTONI, 2009). Percebe-se que esse é um grande desafio que demanda tempo e envolvimento, tanto por parte da academia como dos demais interessados na gestão. As relações de poder que envolvem a construção de memórias são um ponto chave para compreender a constituição de lugares de memória, uma vez que “todas as ações de preservação, musealização e memorização estão ao serviço de determinados sujeitos,

o que equivale a dizer que elas ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder” (CHAGAS, 2002, p. 18).

“Preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. A memória não está aprisionada nas coisas, aguardando um herói libertador, ela se situa na relação entre o sujeito e o objeto de memorização” (CHAGAS, 2002, p. 18). Isso significa que os laboratórios de arqueologia têm potencial para ser mais que depositários de fontes arqueológicas, constituindo-se como elo entre a aquisição de vestígios arqueológicos, na maioria das vezes através de escavações, e sua divulgação, seja entre os pares, membros da academia ou buscando parcerias para que o conhecimento seja produzido e comunicado de forma compartilhada entre diferentes atores sociais.

Nesse sentido, desenvolver a gestão multidisciplinar do patrimônio arqueológico é uma maneira para que os laboratórios de arqueologia sejam atuantes na sociedade contemporânea e possam ser lugares de negociação de identidades, lugares de preservação do patrimônio, lugares de construção coletiva do conhecimento, lugares cada vez mais plurais e problematizadores das questões que envolvem as relações de poder que atuam sobre a preservação do patrimônio cultural.

Além dessa reflexão e possibilidade de análise acerca dos laboratórios de arqueologia, um espaço consagradamente denominado de lugar de memória é o museu. Assim, o projeto do MUARAN dialoga diretamente com as ideias centrais desta tese, contribuindo para o debate da importância dos museus universitários e museus de antropologia e arqueologia. Além disso, contribui com a ampliação do conceito de museu, expressa nas ações empreendidas no bojo do projeto do MUARAN, um museu ainda sem coleção e sem sede própria, mas que mantém ações educativas, diálogo com a comunidade e outras ações extramuros.

Os problemas enfrentados para que o projeto do MUARAN se efetive transformaram-se em uma mola propulsora de soluções criativas e engajadas com a comunidade, fazendo com que o projeto de museu se consolide mesmo antes de possuir uma sede, abrindo-se “as portas” do museu sem ter paredes que o delimitem e coleções que o componham. No capítulo anterior, ao contar a trajetória de criação e atuação do MUARAN, fica clara sua inserção social e busca por preencher uma lacuna em relação aos lugares de memória pelotenses, além de dialogar diretamente com as pesquisas arqueológicas e de conservação que já ocorrem na UFPel.

Nesse sentido, ao analisar os museus como processos e fenômenos, Scheiner afirma que “o que move os museus no tempo e lhes assegura a existência está muito além da presença de acervos, da excelência técnica ou do interesse dos públicos: está na sua própria essência enquanto representação simbólica” (2008, p. 38). Assim, o MUARAN pode ser entendido como

um museu em processo que contribui para as discussões no âmbito da Sociomuseologia e da Musealização da Arqueologia, além de, localmente, colaborar com a busca de soluções para o gerenciamento do patrimônio arqueológico e suscitar debates acerca de reserva técnica integrada e/ou outras ações que envolvam os laboratórios de arqueologia de forma articulada, visando superar divergências ou ao menos construir discursos expositivos plurais que valorizem a diversidade de pesquisas e perspectivas arqueológicas existentes na UFPel.

Varine (2000) aborda a concepção “normal” de museu como sendo apenas uma instituição; mas há uma concepção “diferente”, imbuída na Museologia Social, que entende o museu essencialmente como um processo, objetivando “contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente como futuro” (VARINE, 2000, p. 23). Essas características lhe conferem flexibilidade e adaptabilidade por meio de parcerias com a comunidade, como pode visualizar-se nas ações do MUARAN. Porém, Varine continua sua reflexão apontando que, se o museu como processo não se institucionaliza, “quaisquer que sejam sua utilidade e eficácia no curto prazo, é condenado a desaparecer a médio ou longo prazo” (2000, p. 24). Por conta disso, percebe-se um esforço em institucionalizar o MUARAN, através da busca constante em estabelecer-se em uma sede e consolidar parcerias com os laboratórios de arqueologia, além da formulação de documentos, como o diagnóstico, o plano museológico e o regimento interno, que conferem existência legal e jurídica ao museu.

Assim, “finalmente, um museu pode ser ao mesmo tempo instituição e processo: está então estreitamente ligado com o território e a comunidade que constituem sua base, sua justificativa e sua razão de ser” (VARINE, 2000, p. 24). Isso nos permite estabelecer outro aprendizado adquirido por meio das ações desenvolvidas na UFPel: um museu universitário de arqueologia e antropologia precisa de engajamento criativo com o território e a comunidade (acadêmica e de “fora” dos muros universitários) para ser um fenômeno em seu contexto que possibilite a Musealização da Arqueologia, embasado nos princípios da Sociomuseologia e das perspectivas contemporâneas em Arqueologia. Essas questões demonstram o potencial de um museu em processo que almeja a institucionalização, norteado pela preservação patrimonial no seu sentido mais amplo.

Podemos, então, percebê-lo como fenômeno, como algo que se dá em processo, essencialmente vinculado à dinâmica dos processos culturais. E compreender que, como fenômeno, se manifesta e faz presente na experiência humana de diferentes maneiras: o Museu se dá em pluralidade (SCHEINER, 2008, p. 42).

Assim, a Musealização da Arqueologia, que agrega os procedimentos de salvaguarda e comunicação, tem seu locus privilegiado nas instituições museológicas, mesmo que seus pressupostos possam ser empreendidos em vários contextos, como apresentado ao longo desse trabalho. Dessa forma, a proposta do MUARAN contribui sobremaneira para a efetivação mais complexa da Musealização da Arqueologia, justamente por apresentar “estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos” (BRUNO, 2014, p. 6), além de relacionar-se diretamente com o contexto profícuo estabelecido na UFPel, oportunizando o contato de profissionais das áreas de Arqueologia, Antropologia, Museologia e Conservação no ambiente universitário.

Os aprendizados adquiridos com a experiência vivenciada, observada e acompanhada na UFPel coadunam-se de forma estreita com os pressupostos da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, justamente por proporcionarem um debate, nem sempre consensual e permeado por muitos conflitos, em relação ao trabalho multidisciplinar, interligado pela perspectiva preservacionista, que perpassa as três áreas analisadas nesta tese.

Dessa forma, “se por um lado, as questões arqueológicas têm despertado mais interesse, por outro a proteção e projeção dos vestígios arqueológicos têm evidenciado problemas sem precedentes de produção de conhecimento e de logística de gestão patrimonial” (BRUNO, 2014, p. 13), fazendo com que o contexto único da UFPel possibilite esses entendimentos, nas suas potencialidades e limitações, que envolvem a construção de premissas comuns ao campo do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico.

4.2 Códigos de Ética e outras recomendações: orientações preservacionistas

O foco desse trabalho é a experiência universitária de preservação e gestão do patrimônio arqueológico e a trajetória das pesquisas acadêmicas no que tange à Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica, visando diagnosticar as aproximações e distanciamentos entre as áreas. Porém, as profissões não se limitam ao universo acadêmico e suas atuações ocorrem em diferentes contextos, sendo necessário compreender alguns aspectos dos códigos de ética do arqueólogo, do museólogo e do conservador/restaurador, além de algumas recomendações e legislações que norteiam e fiscalizam as práticas nesses campos profissionais.

Em um âmbito mais geral, o conjunto de cartas patrimoniais já foi maçosamente estudado e analisado em trabalhos que versam sobre preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Muitas teses e dissertações que foram apresentadas nos Capítulos I e II abordam

as cartas patrimoniais de forma consistente, embasando análises importantes sobre suas recomendações. Especificamente, Montalvão (2015) organiza o conjunto de cartas patrimoniais em três momentos, caracterizando-os da seguinte forma: fase “estruturante” (1931-1966); fase “função social e desenvolvimento econômico” (1967-1989); fase “amadurecimento teórico e iniciativa práticas” (a partir de 1990). Isso permite compreender o teor das principais cartas patrimoniais e perceber sua influência nas ações e legislações no âmbito nacional.

A primeira delas, de 1931 a 1966, é o momento em que foram feitas as primeiras definições dos bens a serem protegidos. Os documentos gerados discorrem sobre a importância da intervenção Estatal, da regulamentação das pesquisas arqueológicas, do combate ao tráfico ilícito e a necessidade da educação patrimonial. Nesse recorte de tempo, são fundados a UNESCO (1945), o ICOM (1946), o ICCROM (1956), o ICOMOS (1964) e o SPHAN (1937), transformado em DPHAN, ainda nesse período (MONTALVÃO, 2015, p. 33, grifo nosso).

Na fase denominada “Função social e desenvolvimento econômico”, de 1967 a 1989 [...] Começa a se enfatizar então, a função social do patrimônio e sua importância na atualidade. No âmbito nacional, destaca-se a criação do MINC, a elaboração da Constituição Federal de 1988 e a Portaria nº 07/88 do SPHAN (MONTALVÃO, 2015, p. 34, grifo nosso).

A partir de 1990, começa a fase [...] “Amadurecimento teórico e iniciativas práticas”. Nesse momento, as recomendações internacionais apontam as possíveis soluções para o cenário diagnosticado na fase anterior, divulgando em 1990, a carta de Lausanne, documento que aborda as dificuldades da preservação do patrimônio e aponta recomendações ainda atuais (MONTALVÃO, 2015, p. 34, grifo nosso).

A partir disso é possível perceber como as recomendações foram se formatando ao longo do tempo, muitas vezes não sendo incorporadas nas normativas nacionais e nas práticas arqueológicas, sendo necessário um esforço para alinhar-se a perspectivas já delineadas em alguns documentos.

Embora sejam [as cartas patrimoniais], na maioria das vezes, produtos de consensos construídos por especialistas, esses documentos bebem, frequentemente, na fonte de práticas e experiências nacionais e, por vezes, revelam demandas sociais que estão além do âmbito especializado mais restrito. Além disso, seu exame fornece uma perspectiva mais ampla e ajuda, de um lado, a compreender certas práticas consolidadas no Brasil e, de outro, a medir nossa inércia e também a distância que nos separa de alguns consensos internacionais (SANT’ANNA, 2015, p. 34).

Assim, no primeiro momento, por meio da Carta de Atenas de 1931, percebe-se que o foco estava na preservação da originalidade e autenticidade de uma arquitetura monumental. O segundo momento, a partir dos anos 1960, orienta-se pela noção de patrimônio como recurso para desenvolvimento econômico e conservação autossustentada. Porém, “os objetos da preservação [...] são ainda a obra de arte, o testemunho arqueológico e a arquitetura”

(SANT'ANNA, 2015, p. 7). Por fim, na última década do século XX, há uma grande pluralidade em relação às definições e considerações acerca do patrimônio cultural, pois “a diversidade de patrimônios, tangíveis e intangíveis, existem em consonância com a diversidade de culturas e tradições existentes no mundo” (SANT'ANNA, 2015, p. 9).

A Carta de Lausanne (Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM), de 1990, é emblemática nesse sentido, pois aponta alguns direcionamentos que só recentemente têm sido incorporados efetivamente no fazer e pensar arqueológico. A referida carta recomenda a participação e engajamento do público e de diversos profissionais na proteção e no gerenciamento do patrimônio arqueológico, apontando a importância do inventário como um instrumento de gestão. Além disso, preza pela conservação *in situ* em detrimento de escavações integrais. No que tange a esfera da conservação, a Carta de Lausanne evidencia os riscos e consequências da escavação ou do posterior abandono do patrimônio, defendendo que a proteção do patrimônio arqueológico constitui processo dinâmico permanente. Nesse sentido, Montalvão manifesta que “um dos principais amadurecimentos visíveis nesta carta vem da noção de que toda escavação promove uma destruição, mas que o abandono das coleções após as escavações promove uma destruição de igual proporção” (2015, p. 48).

Os elementos apresentados nessa carta são debatidos ao longo desta tese, principalmente por nortear-se pela ideia de que preservação é um conceito mais amplo, que engloba a proteção física e o acesso aos bens, ou ainda, preservação como proteção e promoção do patrimônio, não se efetivando de forma plena se apenas estiver salvaguardado, sem os aspectos comunicacionais (educação, exposição, divulgação, etc.).

É preciso esclarecer aqui que não entendemos preservação somente por coleta, identificação e guarda dos acervos, mas por sua necessária devolução social, o que na Arqueologia é chamado de Arqueologia Pública e que poderíamos considerar, sob o ponto de vista da Museologia, o equilíbrio necessário entre salvaguarda e comunicação patrimoniais (FORTUNA, POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 3).

Porém, esse não é o entendimento mais utilizado, principalmente nas normativas legais, que empregam o termo preservação muito mais como sinônimo de salvaguarda ou conservação.

Inicialmente [preservação] confundida com as práticas de restauração e conservação, a expressão chega aos nossos dias [...] como termo que engloba as ações, procedimentos ou medidas que viabilizam a permanência e a vigências de um bem como patrimônio cultural (SANT'ANNA, 2015, p. 15).

Nesse sentido, analisando a legislação patrimonial brasileira no que tange ao patrimônio arqueológico, Cardoso (2013) aponta seu teor preservacionista, porém com pouca ênfase nos aspectos de comunicação, divulgação e educação. Apenas na Portaria 230/2002, substituída pela Instrução Normativa de 2015 (IN/2015), a Educação Patrimonial aparece de forma incisiva, mesmo que já na Portaria n.07/1988 fosse solicitado indicação dos meios de divulgação dos resultados. Divulgar resultados é apenas um elemento dos aspectos comunicativos da perspectiva preservacionista, não sendo suficiente para oportunizar um debate amplo sobre as referências patrimoniais que as pesquisas arqueológicas podem evocar. O teor preservacionista percebido por Cardoso (2013) refere-se à acepção clássica de preservação, que não relaciona os procedimentos de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico.

Assim, mesmo que as legislações mais recentes apresentem um avanço no que se refere às ações de Educação Patrimonial (comunicação) e Conservação dos acervos arqueológicos (salvaguarda) (Portaria 196/2016 do IPHAN), o entendimento mais geral de que esses procedimentos são fundamentais e imprescindíveis para o fazer arqueológico ainda é um desafio a ser superado. Além disso, os aspectos comunicacionais ficam relativamente restritos a atividades de Educação Patrimonial, não se aproximando dos aspectos museológicos, que poderiam alavancar ações preservacionistas mais sólidas e permanentes no cenário museal e arqueológico.

Nesse sentido, há um descompasso entre o fortalecimento da Arqueologia e os procedimentos da preservação do patrimônio arqueológico (PEREIRA, 2015), ainda tratados como entidades separadas, como se a preservação, gestão, Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica não fossem partes indispensáveis da Arqueologia. Wichers (2010) aponta que a legislação deixava lacunas no que concerne à salvaguarda, além de contemplar a comunicação a partir de uma perspectiva pulverizada. Atualmente pode-se dizer que há um esforço legal para suprir as lacunas relativas à salvaguarda, principalmente por meio do capítulo V da IN/2015, que trata da responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos, e pela Portaria 196/2016, que dispõe sobre a conservação dos bens arqueológicos móveis, trazendo uma série de recomendações³⁴. Essa portaria também cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Quanto às questões pulverizadas da comunicação, percebe-se que isso ainda é o mote das legislações. Esse teor é visível inclusive na Portaria

³⁴ Foi aberto um processo de consulta pública pelo IPHAN até dia 31 de janeiro de 2018 para revisão da Portaria 196/2016. Assim, a expectativa é que algumas alterações sejam efetivas no curto prazo.

196/2016, que trata de aspectos comunicativos (extroversão e socialização dos bens arqueológicos), mas não deixa isso demarcado no texto inicial da Portaria, parecendo que o enfoque é apenas na conservação.

O avanço legislativo a respeito da salvaguarda coaduna-se com o momento de maior interesse e pesquisas na área de Conservação arqueológica, como pode ser mapeado nos trabalhos analisados no Capítulo II, além das experiências acompanhadas na UFPel. Porém, mesmo com todo arcabouço já consolidado do campo da Musealização da Arqueologia, como visto no Capítulo I, isso ainda não se refletiu em políticas públicas mais efetivas para operacionalizar a cadeia operatória museológica aplicada os bens arqueológicos. Nesse sentido, nas legislações vigentes no Brasil, a relação das três áreas ainda não se efetivou, mesmo que não esteja completamente alheia a essa questão.

Assim, percebe-se que as normativas legais impulsionam e são impulsionadas por debates conceituais importantes na esfera preservacionista, possibilitando outras formas de atuação, mesmo que mediante exigências legais; porém, ao mesmo tempo, podem ser alvo de críticas, justamente por visar normatizar algumas questões que são complexas, dinâmicas e vivas nas sociedades contemporâneas.

Os vestígios arqueológicos são protegidos por toda uma legislação que orienta a realização das pesquisas como também sua salvaguarda e socialização. Tem-se realizado uma discussão em torno da flexibilização dessas ações e posturas normatizadoras do IPHAN em relação a consideração de outras práticas contemporâneas com sítios e vestígios (SILVA, 2015, p. 109, grifo nosso).

Esse debate é fundamental para compreender as potencialidades e os limites da legislação em relação ao patrimônio arqueológico, pois é preciso um processo dinâmico permanente, como recomenda a Carta de Lausanne, para que as leis e normas não se tornem obsoletas ou mesmo assumam um caráter de rigidez extremo em relação às práticas culturais e aos debates teórico-metodológicos no campo patrimonial. “Tal fator faz com que a discussão sobre a legislação patrimonial precise ser uma pauta constante na Arqueologia brasileira, possibilitando a diminuição das lacunas existentes” (PEREIRA, 2015, p. 53) e também sua atualização, visando abarcar práticas contemporâneas em relação ao patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, outros documentos também são importantes para suscitar esses debates. Constituem-se como recomendações, sem peso de lei, mas que possibilitam nortear procedimentos e práticas, muitas vezes atendendo especificidades que não são propícias a estar em textos legais, mas necessárias para afinar ações orientadas por alguns princípios e pressupostos. No ano de 2017, dois documentos com esse teor foram lançados. O primeiro

deles, “Recomendações de Ouro Preto/Abril – 2017”, foi formulado no Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos, organizado pelo GT Acervos na cidade de Ouro Preto entre os dias 26 e 28 de abril de 2017. O segundo foi formulado durante o VII Fórum Nacional de Museus – Porto Alegre, 02/06/2017 por meio da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos – REMAAE.

O Fórum de Arqueologia da SAB – Acervos Arqueológicos foi organizado com o objetivo de congregar profissionais das áreas de Arqueologia, Museologia e Conservação para debater sobre a salvaguarda do acervo arqueológico em instituições de guarda e pesquisa, envolvendo a gestão. Ao final do encontro, foram elaboradas recomendações norteadoras de práticas, posturas, discussões e encaminhamentos, sistematizadas em quatro eixos: ética, gestão dos acervos arqueológicos, formação e políticas de acervo (RECOMENDAÇÕES DE OURO PRETO, 2017).

O eixo “Ética” pontuou o respeito aos códigos de ética das três áreas (Arqueologia, Museologia e Conservação) e às cartas patrimoniais, além da consideração aos critérios técnicos e particularidades das instituições. O eixo “Gestão dos Acervos Arqueológicos” pautou a relação das três áreas como fundamentais para a gestão, considerando-a indispensável para os projetos de arqueologia, que devem considerar a Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica. Nesse eixo, também foram considerados os elementos da conservação preventiva, a conservação *in situ*, as particularidades de cada projeto, as questões de concessão de endosso institucional, a cadeia operatória museológica, a documentação e as coleções de referência e de pesquisa.

No eixo “Formação”, há a orientação para estabelecimento de parcerias com IPHAN, IBRAM e SAB para qualificação de recursos humanos e eventos de capacitação temáticos, além do estímulo à formação interdisciplinar. No eixo “Políticas de acervo”, orientou-se que as instituições tenham políticas de gestão de acervos e solicitou-se que exista discussão acerca da Portaria 196/2016 com a comunidade de arqueólogos, museólogos e conservadores (o que está acontecendo mediante consulta pública). Além disso, deseja-se promover a articulação da REMAAE com o GT SAB Acervos.

Esse documento dialoga diretamente com os pressupostos expostos ao longo da tese, sendo fundamental para o entendimento do momento atual no que se refere à Musealização da Arqueologia e à Conservação arqueológica. Poucos meses depois, foi lançado outro documento de recomendações, agora no âmbito da REMAAE, que foi rearticulada em 2017 após alguns anos de inatividade. Esse documento endossa as Recomendações de Ouro Preto e nomeia a

nova coordenação da REMAAE para 2017/2019, com representações das três grandes áreas da gestão do patrimônio arqueológico (Arqueologia, Museologia, Conservação).

O documento da REMAAE/2017 é dividido em Moções, Recomendações e Encaminhamentos. Nas Moções, solicita que o IBRAM desenvolva um plano de ação para os bens arqueológicos de forma compartilhada com o IPHAN, baseado na cadeia operatória da Museologia, e também apoie a realização de reuniões técnicas nas instituições com coleções arqueológicas. Nas Recomendações, solicita que o IBRAM elabore oficinas temáticas específicas para os museus e demais instituições de guarda e pesquisa, além de apoiar e criar espaços de debates conceituais relativos às três áreas diretamente envolvidas na gestão dos bens arqueológicos. Como encaminhamentos para 2017/2019, ficam estabelecidas a reativação da rede, definição de coordenações regionais e criação de uma pauta de debates sobre Musealização da Arqueologia.

Esse é outro documento que se afina aos pressupostos da tese e que demonstra o potencial do contexto atual para os debates nesse campo do conhecimento, possibilitando encontro entre os profissionais das três áreas, foco deste estudo. Assim, o ano de 2017 oportunizou esses momentos de debates profícuos sobre a temática, gerando documentos, impulsionando reflexões fundamentais para normatizações desse campo do conhecimento interdisciplinar e direcionando-se para a gestão do patrimônio arqueológico, embasada na Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica. Assim, como apontado por Sant'Anna (2015), toda carta, documento, recomendação ou legislação patrimonial são produtos de consensos entre especialistas, militantes e atores políticos do campo da preservação, embasados em suas reflexões e práticas em torno da questão patrimonial.

Assim, muitos dos pontos tratados nos trabalhos analisados nos Capítulos I e II e as experiências desenvolvidas na UFPel foram contemplados, em alguma medida, nesses documentos, expressando que vários profissionais estão direcionados para a busca de soluções para a gestão, preservação, musealização e conservação dos bens arqueológicos, integrando as áreas e visando tratar as pesquisas e projetos arqueológicos de forma ampla e condizente com os desafios contemporâneos.

As Recomendações de Ouro Preto iniciaram apontando a necessidade de respeitar os códigos de ética das três profissões e as cartas patrimoniais. Os códigos não têm sido alvo de análise dos estudos acadêmicos, em contraposição às cartas patrimoniais, amplamente debatidas. Sendo assim, os códigos merecem destaque nesse trabalho, além de serem importantes norteadores das práticas profissionais, podendo conferir flexibilidade para ações sem ferir princípios mais gerais.

Porém, antes de abordá-los, é necessário fazer uma ressalva fundamental. A Museologia é a única das três profissões abordadas que é regulamentada, sendo assim, o seu código de ética tem outro peso no cenário profissional em comparação aos códigos de ética do arqueólogo e do conservador-restaurador. De toda forma, os três serão analisados mediante a perspectiva comparativa, priorizando os aspectos que se relacionam com a temática da pesquisa, para descortinar pontos de convergência e divergência, visando perceber as potencialidades de relacionamento entre as áreas em questão e balizas para a atuação profissional nesses campos.

O código de ética do arqueólogo foi reformulado em 2015 pela SAB por meio de seu comitê de ética. O texto inicia afirmando ser necessário garantir a flexibilidade e liberdade para se pensar e fazer arqueologia, com três limites claros e rígidos: respeito ao coletivo; respeito à SAB e aos colegas de profissão; e posicionamento contrário à mercantilização da cultura material arqueológica (Código de Ética/SAB, 2015). O código é dividido em três eixos fundamentais, direcionando recomendações em relação aos colegas de profissão, às pessoas e coletivos e à materialidade. No que tange aos arqueólogos(as), é preciso respeito às pluralidades teórico-metodológicas, à propriedade intelectual, além de agir com decoro e facilitar o acesso às coleções e documentações.

Em relação às pessoas e coletivos, é dever dos arqueólogos e arqueólogas incentivar estratégias de ações participativas; considerar os impactos do conhecimento e das pesquisas arqueológicas; respeitar normas culturais, políticas e sociais dos coletivos; considerar o interesse dos outros; tornar público os resultados das pesquisas, produtos e acervos; atuar dentro do âmbito do debate plural e valorizar conhecimentos tradicionais; não praticar e ser conivente com assédios e não assinar contrato de sigilo sobre os resultados das pesquisas. Além disso, é necessário cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e respeitar as demandas relativas a materiais e lugares sagrados. Sobre a materialidade, não é permitida a comercialização, bem como fazer pareceres que possam favorecer a prática comercial. É necessário também trabalhar pela salvaguarda das coleções e áreas de interesse, bem como pela sua respectiva documentação.

Assim, analisando o código de ética do arqueólogo a partir de um olhar preservacionista, que foi sendo articulado ao longo desta tese, é possível notar alguns pontos a respeito da salvaguarda e comunicação dos bens arqueológicos, mesmo que estejam em tópicos distintos. Ou seja, a divulgação dos resultados, produtos e acervos está colocada em relação ao respeito aos coletivos e pessoas, enquanto que a salvaguarda de coleções e áreas de interesse está referenciada no respeito à materialidade. Mesmo que o código defina a materialidade arqueológica como algo que envolve os aspectos físicos, conceituais, imateriais e ideacionais,

não há nenhum ponto que relacione esses aspectos com ações comunicacionais, considerando apenas a salvaguarda como estratégia preservacionista. Contudo, há a recomendação de divulgação, o que contribui para compor um quadro mais amplo de atuação.

De todo modo, analisando o código de uma forma geral, ele orienta os profissionais da Arqueologia a manterem um diálogo com os coletivos e pessoas, salvaguardarem a materialidade e respeitarem a pluralidade de teorias e metodologias. Porém, em nenhum momento orienta em relação ao trabalho conjunto com outros profissionais, sendo uma lacuna muito séria, uma vez que a Arqueologia tem caráter interdisciplinar e deveria se relacionar de forma estreita com outras áreas que também se dedicam ao estudo do patrimônio, da materialidade e dos coletivos, para que sua atuação qualifique-se e de fato torne-se plural, como propala o código de ética. Nesse sentido, esse código é circunscrito a sua área específica de atuação, não enfocando aspectos multidisciplinares no que tange o patrimônio arqueológico; entretanto, orienta que sua atuação aproxime-se das comunidades, coletivos e outros públicos, o que viabiliza uma prática engajada e comprometida com os pressupostos da Arqueologia Pública, Comunitária e Colaborativa.

Outro documento importante para orientar a prática de arqueólogos são os princípios éticos em Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Americana (Society for American Archaeology – SAA), de 1996, que preenche algumas lacunas do código de ética da SAB, principalmente no que se refere à Educação Pública e Divulgação. Esses princípios advogam que os arqueólogos que não estejam habilitados à Educação Pública e Divulgação devem incentivar e dar suporte financeiro para que outros o façam, demonstrando assim a relevância dos aspectos comunicativos, via educação e divulgação, para a prática arqueológica. Além disso, esse documento também reforça a necessidade dos arqueólogos serem protetores e promotores dos recursos arqueológicos, com responsabilidade pública em relação à preservação. Nesse sentido, esses princípios podem complementar o código de ética nacional e contribuir para o debate em torno da gestão do patrimônio arqueológico de forma mais condizente com os desafios contemporâneos.

O código de ética do profissional museólogo (1992) estabelece normas de conduta e pauta a atuação no que se refere ao relacionamento com a classe, com o poder público e com a sociedade. Os profissionais devem servir à coletividade e respeitar os princípios museológicos, as atividades dos colegas e outros profissionais, bem como as leis e normas e os Estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM-UNESCO). Os museólogos devem agir com zelo, diligência e conhecimento em função do desenvolvimento da museologia, dos museus e outras instituições nas quais a museologia possa ser exercida, além de formar novos profissionais. Em

relação ao patrimônio, os profissionais devem procurar atingir os padrões mais elevados do tratamento das questões patrimoniais canalizadas para o trabalho museológico, visando sua salvaguarda e divulgação.

O código também versa sobre a responsabilidade acerca dos trabalhos museológicos extramuros e da implantação e aprimoramento dos museus, estando a serviço da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio por meio da aquisição, documentação, conservação, exposição e difusão educativa dos acervos. Quanto ao público, é dever do museólogo tratá-lo como respeito e cortesia, despertar seu interesse, responder a todas as perguntas e desencadear mecanismos para conhecer e sistematizar expectativas, críticas e sugestões do público. Nesse sentido, o código de ética do museólogo é abrangente e dialoga diretamente com as questões de salvaguarda e comunicação do patrimônio, elencando os meios para alcançar objetivos preservacionistas – aquisição, documentação, conservação, exposição e difusão educativa (dentro e fora das instituições museológicas) –, respeitando os coletivos, os colegas e outros profissionais, pontuando assim, mesmo que discretamente, a relação com outras áreas.

O código de Ética do ICOM para Museus (versão lusófona, 2009) também deve ser respeitado pelos museólogos, uma vez que estipula padrões mínimos para a prática profissional. O código de Ética do ICOM foi aprovado em 1986, modificado em 2001 e revisto em 2004, sendo divulgado oficialmente em português no ano de 2009. Esse código é organizado em oito princípios básicos, dos quais alguns merecem destaque por contribuir para o debate específico desta pesquisa e complementar elementos do código de ética do museólogo do Conselho Federal de Museologia (COFEM).

O primeiro princípio define que os museus protegem e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade, demonstrando a complementaridade da proteção (salvaguarda) e promoção (comunicação) para a efetiva preservação patrimonial. O segundo princípio trata do dever de adquirir, preservar e valorizar acervos, os gerindo conforme suas particularidades (acervos “sensíveis”, biológicos, geológicos, organismos vivos e em estudo). No que tange aos acervos em estudo, percebe-se uma relação muito próxima às particularidades dos acervos arqueológicos.

A política de acervos pode incluir modalidades de gestão particulares para certos tipos de acervos em estudo, em relação aos quais a ênfase se dá nos processos culturais, científicos ou técnicos que envolvem, mais do que nos objetos em si, ou nas quais estes objetos ou espécimes tenham sido reunidos para fins de manuseio constantes e ensino (CÓDIGO DE ÉTICA DO ICOM, 2009, p. 16, grifo nosso).

Nesse mesmo princípio, em outro tópico, é abordada especificamente a conservação preventiva e a conservação e restauração de acervos, apontando que ambas são fundamentais para a política dos museus e da proteção dos acervos. Dessa forma, no segundo princípio já se desvela a relação com outras áreas do conhecimento, tão importantes para a prática museológica.

O quarto princípio trata do papel educativo dos museus, visando à ampliação dos públicos e integração com as comunidades, por meio de mostras, exposições e atividades especiais, sem comprometer a proteção e conservação dos acervos e considerando as disciplinas científicas, as sociedades e as crenças apresentadas de maneira responsável.

O sexto princípio define que os acervos dos museus refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm, ultrapassando o caráter de bem comum, envolvendo fortes referências identitárias (nacionais, regionais, locais, étnicas, religiosas ou políticas). Assim, os museus e seus profissionais devem respeitar a vontade da comunidade envolvida, visando à promoção do bem-estar, desenvolvimento social, tolerância e respeito à diversidade.

Portanto, o código de ética do ICOM para Museus é um importante documento para direcionar a prática profissional em museus e contribuir para o debate acerca dos acervos e da preservação do patrimônio em práticas museológicas que aliam os procedimentos de salvaguarda e comunicação de forma estreita e interdependente. Assim, o aprendizado que é possível construir por meio dessas recomendações pode contribuir para construir princípios de uma prática multidisciplinar comprometida com a preservação do patrimônio de forma ampla, flexível e que atenda diferentes interesses.

O código de ética do conservador-restaurador, aprovado em 2005, afirma que esse profissional trabalha com os bens culturais constituintes da herança material e cultural da sociedade através da preservação, que abarca as ações que visam retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso dos bens culturais. O papel do conservador é a preservação dos bens culturais para o benefício da atual geração e das gerações futuras, atuando por meio da elaboração de diagnósticos, tratamentos de conservação e restauro, documentação e conservação preventiva. É competência do conservador: desenvolver programas de inspeção e ações de conservação-restauração e de educação para formação profissional; emitir pareceres técnicos e dar assistência técnica; realizar pesquisas sobre conservação-restauração (materiais e métodos); disseminar informação obtida através do diagnóstico, tratamento e pesquisas dos bens culturais; promover conhecimento e maior entendimento sobre conservação e restauração.

O conservador-restaurador deve consultar especialistas e atuar em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais. Deve primeiramente

considerar a conservação preventiva antes de intervir diretamente no material, obedecendo ao princípio da mínima intervenção. É seu dever manter-se atualizado frente ao progresso das pesquisas e inovação desenvolvidas em seu campo de trabalho, objetivando seu aprimoramento, discernimento, bom senso, habilidade e perícia. As atividades de conservação-restauração devem ser documentadas e compor um dossiê. Em relação ao público, o conservador deve usar as oportunidades que se apresentarem para esclarecê-lo sobre as práticas de preservação e as razões e meios da restauração. O código também versa sobre a relação com o proprietário ou responsável legal pelo bem.

Assim, percebe-se que o código de ética do conservador-restaurador é pautado nos aspectos relativos à salvaguarda dos bens culturais, praticamente não abordando os aspectos comunicativos, em virtude de sua especificidade profissional. Porém, cita que a preservação se dá por meio do retardamento da deterioração e pleno uso dos bens (podendo-se compreender o pleno uso também para as atividades de divulgação e extroversão). Em relação ao público, suas recomendações são extremamente simples, não condizendo com as práticas engajadas e comprometidas que foram percebidas nos códigos de ética dos profissionais arqueólogos e museólogos. As comunidades e coletivos não são considerados, pontuando que o público precisa ser esclarecido acerca da preservação, quando aparecerem oportunidades, ou seja, não há uma recomendação que oriente a criação dessas oportunidades de diálogo com os públicos, além de considerar que o profissional deve esclarecer e não colaborar e compartilhar conhecimentos de forma mútua com os demais interessados nos bens culturais.

Além disso, outro ponto importante desse código, que se aproxima dos debates realizados ao longo desta tese, é uma das competências que são listadas para o profissional: realizar pesquisas sobre conservação-restauração (materiais e métodos). Isso é extremamente relevante, pois orienta esses profissionais, muitas vezes amplamente técnicos, a realizar pesquisas; porém, deixa claro que essas pesquisas devem ser sobre materiais e métodos, não abrindo a possibilidade ou mesmo recomendando a pesquisa teórico-metodológica, que poderia qualificar essa área do conhecimento e permitir uma aproximação mais sólida com outras áreas que atuam no campo patrimonial, como a Arqueologia e a Museologia. De toda forma, esse código orienta a consulta a outros especialistas, visando complementar a atuação em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais, possibilitando uma abertura multidisciplinar que permite aproximar áreas do conhecimento e profissões.

Nesse sentido, percebe-se que os códigos de ética das três profissões abordam suas especificidades de forma plena, mas que não contemplam questões multidisciplinares, mesmo

que nos códigos dos museólogos e conservadores seja recomendada a atuação conjunta com outros profissionais. Isso demonstra que é necessária a articulação entre as áreas para que se empreenda uma gestão efetiva do patrimônio arqueológico, embasado em atuações específicas que têm o potencial de se relacionarem de forma estreita, qualificando a salvaguarda e comunicação da materialidade, do patrimônio e dos bens culturais.

Além disso, cada código de ética analisado enfatiza aspectos diferentes, o que evidencia as particularidades de cada área, inclusive por meio de conceitos diversos aplicados ao mesmo assunto. Por exemplo, os termos citados acima (materialidade, patrimônio e bens culturais), muitas vezes utilizados para se referir aos acervos, não se focam apenas nos seus aspectos físicos, mas envolvem questões de herança cultural, símbolos, pertencimentos e agência dos artefatos em estudo ou uso por essas profissões. Isso potencializa a relação das áreas, oportunizando debates teóricos e conceituais sobre os acervos, demonstrando o quão profícuo é esse diálogo e permitindo estabelecer estratégias conjuntas e articuladas de preservação do patrimônio arqueológico.

Com a análise dos códigos de ética, também fica claro que as áreas não podem abarcar todas as ações preservacionistas individualmente; porém, é justamente na especificidade de cada uma que se completa um quadro plural, flexível e amplo de atuações qualificadas na busca da proteção e promoção do patrimônio arqueológico, respeitando as diversidades de públicos, coletivos e comunidades. Além disso, coadunando-se com algumas recomendações dos documentos formulados pelo GT Acervos e REMAAE, percebe-se a importância da formação interdisciplinar para que os profissionais conheçam as esferas de atuação das outras áreas e possam de fato apropriar-se das respectivas especificidades e estabelecer um diálogo em patamares equânimes.

Porém, essa atitude não está no “que deva ser resolvido somente com diplomas legais, códigos de ética, cartas de recomendação e semelhantes. Trata-se, antes de tudo, de uma postura e de uma convicção que devem permear todos os campos de concepção e atuação” (MENESES, 2007, p. 39). Nesse sentido, reconhecem-se os limites dessas normativas, ao mesmo tempo em que se avalia que elas são instrumentos importantes para reflexões, orientação e definição de critérios e princípios para nortear concepções e atuações responsáveis no campo patrimonial. De todo modo, elas com certeza não garantem que os profissionais de fato pensem e atuem dessa forma, pois é como cidadão que algumas responsabilidades são estabelecidas, e não por ser arqueólogo, museólogo, conservador, gestor, entre outros (MENESES, 2007). Além disso, algumas práticas também não se efetivam apenas por ter uma legislação que a norteie e cidadãos comprometidos, são necessários investimentos financeiros, recursos humanos, decisões

políticas e articulação entre os agentes de patrimonialização e valores que estão em jogo no processo (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013).

4.3 *Contribuições para a preservação do patrimônio arqueológico: o desafio de construir um campo de conhecimento interdisciplinar*

Ao longo desta tese, buscou-se demonstrar a articulação da Arqueologia, Museologia e Conservação por diferentes caminhos, tais como publicações em eventos, dissertações, teses, cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios de pesquisa, projetos arqueológicos e museológicos, legislação, recomendações patrimoniais e códigos de ética profissionais, além de outras bibliografias e experiências. Isso contribuiu para oportunizar debates e reflexões sobre trajetórias acadêmicas e profissionais, apontando avanços e retrocessos, bem como limites e potencialidades.

Nesse sentido, esta tese encerra-se buscando apresentar uma contribuição para o campo do patrimônio arqueológico, dialogando com as três áreas a partir da apresentação de algumas premissas que podem nortear pesquisas e projetos comprometidos com a gestão e preservação do patrimônio arqueológico. Além disso, é possível problematizar alguns pontos que foram sendo apresentados ao longo do trabalho para construir rotas alternativas de encontro, ou mesmo desvelar aspectos que podem ser relevantes para outras pesquisas e atuações nessas áreas.

Para compreender como as premissas foram sendo formuladas, primeiro é necessário deixar claro que o que está sendo considerado como eixo articulador entre as áreas é o patrimônio arqueológico, compreendido como os materiais e sítios arqueológicos que são, via legislação, considerados bens da União e, portanto, *a priori*, patrimônios. “O patrimônio arqueológico se expressa nos sítios arqueológicos e nos objetos nele contidos, nos seus restos biológicos e até mesmo nos locais selecionados para sua instalação” (BASTOS, 2007, p. 295). O patrimônio arqueológico é o registro básico das atividades humanas passadas e deve ser amplamente reconhecido como fundamental para o conhecimento e compreensão sobre as origens e o desenvolvimento das sociedades humanas, visto que é necessário que a humanidade identifique suas raízes culturais e sociais (CALDARELLI, 2007).

A articulação proposta se expressa na Musealização da Arqueologia de forma ampla e, especificamente, na Conservação arqueológica no que tange a salvaguarda. Assim, a Musealização da Arqueologia assume responsabilidades em relação à preservação dos acervos e compromisso com a construção das noções de patrimônio e herança cultural (BRUNO, 2009).

O patrimônio, ao mesmo tempo em que é polissêmico e gerador de diferentes disputas e formas de identificação, é também institucionalizado e normatizado. Esse é um paradoxo que acompanha todos os trabalhos que versam sobre patrimônio, inclusive, e com particularidades, no que concerne ao patrimônio arqueológico.

En el caso de la arqueología, se puede decir que su quehacer también configura convenciones y enunciados regulados por instituciones, y al hacerlo, sus discursos y prácticas circulan por las sociedades, yuxtaponiéndose a instituciones diversas. Además de promulgada por normativas, cartas y legislaciones locales, nacionales e internacionales, la propia activación del patrimonio cultural es impensable sin la circulación de los discursos arqueológicos y su apropiación por instituciones variadas, como los parques arqueológicos y los museos. Pero hay que subrayar que la activación patrimonial nunca está plenamente exenta de conflictos, en general, involucra cierto grado de violencia epistemológica y simbólica (FERREIRA et al., 2014, p. 16).³⁵

Nesse sentido, reconhece-se a importância dos conhecimentos e acervos gerados por meio do fazer e pensar arqueológico, e que, portanto, muitas vezes, será a Arqueologia o alvo de análise mais utilizado para a construção das premissas em torno da interlocução interdisciplinar. Assim, o foco recai sobre a Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica, ou seja, a Museologia e a Conservação estão sendo analisadas através das problemáticas arqueológicas.

Mesmo sendo a Arqueologia a área que tem a capacidade de gerar acervos e conhecimentos arqueológicos, outras áreas são fundamentais para o debate no que tange o patrimônio. Tanto a Museologia como a Conservação têm a vocação e a capacidade para contribuir acerca das conceituações de patrimônio, bem como estabelecer procedimentos para sua preservação.

Há que se admitir que embora a definição de patrimônio cultural busque contemplar as mais diversas formas de expressão dos bens da humanidade, tradicionalmente o referido conceito continua sendo apresentado de maneira fragmentada, associado às distintas áreas do conhecimento científico que o definem como patrimônio cultural, natural, paisagístico, arqueológico e assim por diante. Contudo, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, já se depreende que essas áreas se inter-relacionam e que, independentemente das suas respectivas categorias, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio (PELEGRINI, 2006, p. 117).

³⁵No caso da arqueologia, pode-se dizer que seu fazer também configura convenções e enunciados regulados por instituições e, ao fazê-lo, seus discursos e práticas circulam pelas sociedades, justapondo-se a diferentes instituições. Além de ser promulgada por normativas, cartas e legislações locais, nacionais e internacionais, a própria ativação do patrimônio cultural é impensável sem a circulação de discursos arqueológicos e sem sua apropriação por diversas instituições, como parques arqueológicos e museus. Mas deve-se enfatizar que a ativação patrimonial nunca está completamente livre de conflitos, em geral, envolve certo grau de violência epistemológica e simbólica (tradução nossa).

Além da problemática apresentada por Pelegrini (2006), que se refere especificamente a essa complexidade de definir o que é patrimônio e suas subdivisões – nesse caso o patrimônio arqueológico –, o campo patrimonial tem suscitado debates muito relevantes de forma multidisciplinar, agregando discussões sobre preservação, legislação, gestão, memória, esquecimento, identidade, socialização, regimes de historicidade, tempo, espaço, entre outros aspectos fundamentais para a compreensão ampla do patrimônio (GUILLAUME, 2003; HARTOG, 2006; CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2015; SANT’ANNA, 2015; KONSA, 2017). Todavia, esses debates conceituais são demasiadamente vastos e adentram muitas áreas do conhecimento, que extrapolam os limites desta tese.

Arqueología, antropología, etnografía, etnología, historia del arte, arquitectura, estudios culturales, semiótica, historia de la ciencia, restauración...todas estas prácticas tienen que reformularse para abordar el patrimonio como objeto de trabajo y para adaptarse a las necesidades teórico-prácticas que éste plantea. La noción de patrimonio es central a todas ellas, aun cuando su vertiente más académica (en cierto modo, la más distante de la realidad del patrimonio) no lo tenga en cuenta, o incluso, rechace explícitamente esta idea (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 5).³⁶

Desse modo, nesta pesquisa, há um recorte por áreas de conhecimento para poder, inclusive, abordar de forma mais próxima da realidade a questão patrimonial e não se focar apenas no plano discursivo sobre o patrimônio, o qual engendra discussões basilares. Assim, busca-se a construção de caminhos compartilhados entre as áreas que também foram reconhecidas como primordiais para a pesquisa arqueológica e para a gestão do patrimônio arqueológico em documentos recentes (Recomendações de Ouro Preto e Carta da REMAAE).

Como se diagnosticou ao longo desta tese, são raros e recentes os trabalhos que abordam de forma articulada a Arqueologia, a Museologia e a Conservação. Portanto, torna-se fundamental uma contribuição com esse teor, a partir da noção de patrimônio arqueológico. A partir disso, a premissa básica é considerar as três áreas em patamares equânimes no tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico. A trajetória de consolidação das áreas é diversa, tendo reciprocidades e afastamentos muito visíveis, demonstrados nesta pesquisa. Dessa forma, para que possam atuar conjuntamente e de forma articulada, é preciso estabelecer um equilíbrio mais adequado entre os campos. Esse equilíbrio só poderá ser alcançado por meio de domínios teóricos e estratégias metodológicas que possam ser conciliáveis. Nesse ponto, a Museologia e

³⁶ Arqueologia, antropologia, etnografia, etnologia, história da arte, arquitetura, estudos culturais, semiótica, história da ciência, restauração... Todas essas práticas devem ser reformuladas para abordar o patrimônio como objeto de trabalho e para se adaptar as necessidades teórico-práticas que se apresentam. A noção de patrimônio é central para todas essas práticas, mesmo que sua vertente mais acadêmica (de certa forma, a mais distante da realidade do patrimônio) não leva em consideração, ou mesmo, rejeita explicitamente essa ideia (tradução nossa).

a Arqueologia, por meio da Musealização da Arqueologia, já conseguiram estabelecer, com muito esforço, compromissos compartilhados entre “a pesquisa arqueológica e os procedimentos de salvaguarda e comunicação dos respectivos acervos” (BRUNO, 2014, p. 14). Enquanto isso, a Conservação e a Arqueologia iniciaram recentemente aproximações mais sólidas, porém ainda há um longo caminho a se percorrer para que a Conservação arqueológica alinhe-se teórica e metodologicamente por meio de pressupostos compatíveis a ambas as áreas.

Assim, aponta-se para a necessidade de uma discussão mais aprofundada no que diz respeito ao estudo dos critérios teóricos, históricos e éticos que norteiam as ações de conservação e restauração dos bens culturais móveis, em particular aquelas demarcadas no cenário preservacionista brasileiro (CASTRO, 2014, p. 119).

Assim, estabelecem-se os limites de implantação dessa premissa, uma vez que o aprofundamento teórico-metodológico das áreas não está no mesmo compasso. Porém, é possível apresentar como alternativa a construção de pressupostos alinhados, principalmente no que se refere à Conservação arqueológica, articulando-a aos debates já empreendidos na Musealização da Arqueologia por meio das perspectivas teóricas contemporâneas arqueológicas e museológicas, principalmente no que tange as questões de salvaguarda.

Nesse sentido, o esquema abaixo é apresentado com o objetivo de demonstrar a premissa exposta acima de forma mais sintética, sendo possível observar a importância da articulação entre as áreas, por meio do debate patrimonial.

Figura 6 – Esquema da premissa básica para a preservação do patrimônio arqueológico.

Fonte: a autora.

Nesse ponto, trabalhar com conceitos e definições, além da forma de entender o patrimônio, a materialidade e o viés preservacionista, pode contribuir para aproximar as áreas

e refinar questões teórico-metodológicas para que essa premissa possa ser efetivada de forma condizente com os desafios impostos aos profissionais do campo patrimonial. O patrimônio, como já apresentado por Criado-Boado e Barreiro (2013), força as áreas a se reformularem e questionarem-se sobre seu poder de legitimar algo como merecedor de ser estudado, conservado, inventariado, catalogado e valorizado.

O paradoxo patrimonial instrumentaliza teoricamente os campos do conhecimento, pois a controvérsia é inerente ao patrimônio e faz com que se estabeleçam profícuos debates conceituais e problematizações acerca da prática engajada com as comunidades e com os demais profissionais e grupos interessados nas questões patrimoniais. Dessa forma, o arcabouço teórico patrimonial pode servir para que a Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica alavanquem debates articulados acerca da preservação do patrimônio arqueológico, não se autolegitimando em seus campos específicos de saber (Arqueologia, Museologia e Conservação/Restauração), mas abrindo-se ao debate plural, tanto interdisciplinar como público e popular.

“O patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas” (HARTOG, 2006, p. 265), equilibrando-se, ou não, entre a atribuição de valor pela comunidade e pelos órgãos oficiais, que leva à decisão de preservar e que sempre seleciona e/ou privilegia certos aspectos em detrimento de outros (CASTRIOTA, 2009). Assim, os dilemas patrimoniais perpassam todas as tomadas de decisão, além de insuflar questões sobre a patrimonialização “de tudo”, gerando certa “obsessão patrimonial” (GUILLAUME, 2003), que é alvo de debates importantes nesse campo, especificamente acerca do patrimônio arqueológico, em virtude de sua oficialização enquanto patrimônio. Assim, as especificidades do patrimônio arqueológico merecem um tratamento diferenciado, não para se alijar do debate mais amplo, nem para subdividir de forma estanque as categorias patrimoniais, mas justamente para compreender suas nuances. Além disso, como a Arqueologia, a Museologia e a Conservação podem empreender ações preservacionistas participativas e envolvidas com os desafios do gerenciamento desse patrimônio.

“O patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo” (MENESES, 2007, p. 40), ou seja, muitas vezes sem a intervenção do arqueólogo (em escavações), grande parte do patrimônio ficaria escondida e desconhecida. Mas, ao mesmo tempo, “há casos em que a possibilidade [de preservação *in situ*] existe e nem sempre o

arqueólogo que atua no Brasil a percebe ou luta por ela” (CALDARELLI, 2007, p. 155). Por isso, a recomendação da Carta de Lausanne é importante e serve como um alerta.

Além disso, mesmo que a pesquisa arqueológica traga à tona patrimônios, eles só serão de fato incorporados e valorizados pelos coletivos e públicos se forem divulgados de forma ampla e plural, através de mecanismos de extroversão condizentes com os anseios do mundo contemporâneo. Afirmar que todo material arqueológico é patrimônio é evidente devido ao teor da legislação nacional brasileira; porém, nos debates teóricos acerca da questão patrimonial, isso se torna muito mais complexo, por conta das controvérsias inerentes ao campo. Assim, a Musealização da Arqueologia, possibilita “influenciar nas articulações que sustentam o legado patrimonial” (BRUNO, 2014, p. 5) e demonstrar como a socialização do patrimônio é uma pré-condição para sua preservação e conservação (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013). Essa discussão demonstra os limites de se desenvolver a pesquisa arqueológica de forma isolada, sem considerar as demais áreas que conjugam o campo patrimonial, pois se a escavação arqueológica, em um primeiro momento, evidencia esses patrimônios, em um segundo, se não for comprometida com a gestão patrimonial, os relega novamente ao esquecimento.

Dessa forma, mesmo que toda questão patrimonial seja influenciada por várias dinâmicas (entre elas, as nuances entre memória/esquecimento), o abandono dos acervos arqueológicos não deveria ser um canalizador de maiores esquecimentos. A pesquisa arqueológica, comprometida com as questões preservacionistas, pode oportunizar seleções patrimoniais embasadas nos conhecimentos gerados e nas práticas de salvaguarda e comunicação dos bens arqueológicos. Isso significa dizer que guardar acervos não garante (e contribui de forma muito restrita) para a preservação do patrimônio arqueológico, sendo necessária a articulação com áreas vocacionadas para tratar do “destino das coisas” (BRUNO, 2009).

Uma parcela do patrimônio arqueológico é preservada nos museus ou instituições congêneres após as pesquisas. Sendo assim, a Musealização da Arqueologia é fundamental para a “construção de canais de aproximação das demais áreas do conhecimento com a sociedade presente, definindo-se por um caráter de comunicação” (FORTUNA, POZZI e CÂNDIDO, 2001, p. 8).

O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardada e celebrada a memória, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social (BASTOS, 2007, p. 295).

Assim, “as instituições museológicas são antropofágicas, ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade” (WICHERS, 2014, p. 17) que já haviam sido selecionados por meio do fazer arqueológico, constituindo-se uma dupla antropofagia, ou seja, “a antropofagia museológica se desenvolve sobre uma antropofagia arqueológica” (WICHERS, 2014, p. 17). Nesse sentido, as discussões patrimoniais são fundamentais para compreender esse processo seletivo, marcado por tensões, conflitos, violências; mas, ao mesmo tempo, oportuniza trazer à tona materialidades que evocam memórias subalternas e exiladas, ou que por muito tempo não foram selecionadas para serem alvos de pesquisas ou de exposições museológicas. Assim, comunidades e coletivos lutam para verem-se representados no patrimônio arqueológico (FERREIRA et al., 2014), uma vez que, segundo Bruno:

Musealização da Arqueologia pode colaborar para amenizar as distâncias entre o Brasil Indígena e o Brasil Colonizado, entre o campo e a cidade, o erudito e o popular, o norte e o sul, o público e o privado e, sobretudo, entra a universidade e a sociedade em geral (BRUNO, 2014, p. 13).

Assim, a Conservação pode inserir-se nesse debate, já bem articulado entre a Arqueologia e a Museologia, contribuindo e construindo conjuntamente debates importantes sobre o patrimônio, pois recai sobre o conservador-restaurador responsabilidades em torno da seleção do que preservar, como conservar, que procedimento empreender; essas responsabilidades devem envolver não apenas escolhas técnicas, mas articuladas as teorias contemporâneas da conservação, onde “a noção de verdade é substituída pela comunicação [...] A conservação seria feita em função dos significados do objeto que [...] poderiam variar tremendamente de grupo a grupo” (GRANATO e CAMPOS, 2014, p. 30). Além disso, propõe-se que o debate conceitual na conservação também abarque noções de patrimônio, materialidade e preservação, que já foram e estão sendo delineadas por diferentes áreas do conhecimento, permitindo ampliar seu escopo teórico se alinhando a perspectivas contemporâneas.

Para alargar ainda as discussões patrimoniais, uma vez que “el concepto de patrimonio tal y como lo entendemos, para bien y para mal, es un concepto alumbrado por la racionalidad moderna” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 6)³⁷, é possível que outros conceitos também contribuam sobremaneira para construir um arcabouço compartilhado entre as áreas. O conceito de materialidade, justamente por ser “la nueva palabra clave en las disciplinas de la

³⁷ O conceito de patrimônio, como o entendemos, para o bem e para o mal, é um conceito iluminado pela racionalidade moderna (tradução nossa).

cultura material e incluso está empezando a expandirse a terrenos refractarios al estudio de los objetos”³⁸ (GONZÁLES-RUIBAL, 2007, p. 283), pode permitir outras aproximações profícuas entre as áreas em questão. Nesse sentido, Miller aponta que a “cultura material prospera como substituta indisciplinada de uma disciplina: é inclusiva, abrangente, original, às vezes com pesquisas e observações peculiares” (2013, p. 7). Assim, a Arqueologia, a Museologia e a Conservação são disciplinas que podem ser indisciplinadas pelos estudos de cultura material e, mais recentemente, através de um debate profundo acerca da materialidade. Indisciplinar aqui não tem o sentido de ser aleatório ou sem rumo, mas sim de descolonizar as metodologias (HABER, 2011), visando romper com a racionalidade moderna ancorada na dualidade sujeito-objeto.

O pensamento moderno sustentou-se na dominação do sujeito sobre o objeto. Em contraposição à Igreja Católica, a filosofia saiu do teocentrismo para o antropocentrismo, colocando o homem no centro de todas as coisas. Ora, sobretudo depois de Nietzsche, a filosofia vem questionando a centralidade do sujeito e, para a museologia, isso é de fundamental importância. É preciso romper com a “consciência tecnológica” da modernidade, que reduziu o conhecimento a uma “racionalidade instrumental” (RAMOS, 2004, p. 58).

Ramos (2004) aponta essa importância especificamente para a Museologia. Porém, podem-se estender essas ideias para a Arqueologia e a Conservação, pois ambas dialogam diretamente com a construção de relações menos assimétricas entre sujeito e objeto. Essa construção também embasa muitos dos estudos em torno da materialidade, a qual compreende as coisas, com significados próprios e construídos socialmente (OLSEN, 2007), imbricando-se com as características físicas, simbólicas e conceituais que se relacionam às práticas e atividades humanas. Assim, o conceito de materialidade, o qual possui um amplo debate, também visa romper com a lógica dual e estabelecer relações mais intrincadas, tanto entre sujeito-objeto e suas nuances, como entre as características dos objetos.

Outro aspecto dos estudos contemporâneos sobre materialidade é um retorno ao material, uma vez que, durante o século XX, o estudo das coisas ou dos objetos em suas características não transcendentais era visto como herança do antiquarismo ou mesmo fetichismo, não sendo bem avaliado (OLSEN, 2007). Atualmente estão sendo propostas visões críticas justamente para enxergar outras dimensões dos objetos, em suas peculiaridades e suas múltiplas ligações com a humanidade (RAMOS, 2004). Assim, com a desvalorização do objeto e valorização do sujeito, “tornou-se um parâmetro ético afirmar que nós não podemos tratar as

³⁸ A nova palavra-chave nas disciplinas de cultura material que inclusive está começando a expandir-se a terrenos resistentes ao estudo dos objetos (tradução nossa).

pessoas como objetos. Por outro lado, é mister reconhecer o equívoco antropocêntrico, ou melhor, egocêntrico, que há em tal premissa” (RAMOS, 2004, p. 61), questionando o porquê de tal desprezo com as coisas. Assim, a busca por uma relação menos assimétrica entre sujeito e objeto embasa estudos em Arqueologia Simétrica e pode contribuir para uma reflexão interessante no campo da Conservação, tão embasada nas características físicas dos bens culturais com os quais trabalha diretamente. Esse retorno ao material pode colaborar para um crescimento no campo teórico e conceitual da Conservação/Restauração, que foi diagnosticada como sendo o lado menos articulado teoricamente do tripé patrimonial que está estruturando-se ao longo desta tese.

“A valorização dos artefatos e das coleções [propiciou] às instituições museológicas a longevidade que testemunhamos e as respectivas e sucessivas quebras de paradigmas no que tange aos estudos da cultura material” (BRUNO, 2009, p. 16), podendo-se perceber que a Museologia também se articula teoricamente com essas abordagens em virtude da pertinência contemporânea dos estudos de cultura material. A abordagem dos estudos em torno da cultura material e da materialidade sempre despertaram olhares, apontando que o universo de produção material penetra cenários invisíveis, sensoriais e valorativos, atribuindo distintos valores simbólicos e diferentes funções utilitárias (BRUNO, 2009), ligando objetos úteis aos semióforos (POMIAM, 1984).

Os estudos de cultura material e as coleções museológicas estabeleceram laços de cumplicidade e de dependência que têm sido visíveis por intermédio da complexidade das análises e da produção científica correspondente, do surgimento de diversos ramos profissionais e da criação de instituições vocacionadas para o estudo e tratamento das coleções e que, ainda hoje, desempenharam importantes papéis nas diferentes sociedades onde estão inseridas, atuando, inclusive, em ciclos de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Este processo secular já muito analisado pela bibliografia especializada, via de regra, resultou na configuração do museu como local adequado para os estudos de cultura material e para o tratamento e preservação das coleções, alvo central destas pesquisas. Nesse âmbito, surge e se desenvolve o conceito de curadoria, que pode ser compreendido como o resultado das interlocuções entre os estudos de cultura material, a partir dos mais variados campos do conhecimento, e as premissas e parâmetros museológicos (BRUNO, 2009, p. 19).

Nesse ponto, Bruno (2009) afirma que por muito tempo dedicou-se as decisões em torno do “destino das coisas” à Museologia, porém com a ampliação desses estudos e alargamento dos conceitos de curadoria, cultura material e materialidade, além das novas metodologias com conotações participativas, “chegou o momento das instituições museológicas abrirem mão da exclusividade sobre a decisão em relação ao *destino das coisas*” (BRUNO, 2009, p. 21).

Assim, percebe-se como esses conceitos também podem entrelaçar as áreas teórica e metodologicamente, uma vez que esse debate reverba de forma condizente com os anseios e desafios contemporâneos, pois a materialidade das coisas é também o suporte de diversos discursos (GUILLAUME, 2003). Esses discursos têm em comum “o desejo de dar mais atenção e respeito à materialidade e à cultura material” (MILLER, 2013, p. 115), atrelando-se ao debate patrimonial, “provocando novas interpretações e, em especial sinalizando para a nossa própria transitoriedade humana, desafiando a nossa capacidade de lembrar e os nossos compromissos com o esquecimento” (BRUNO, 2009, p. 14).

Dessa forma, a premissa básica apresentada anteriormente, que estabelece ser necessário considerar as três áreas em patamares equânimes no tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico, pode ser alcançada por diversos caminhos teórico-metodológicos. Porém, é preciso trilhá-los, e alguns deles podem ser percorridos através dos debates em torno do patrimônio e da materialidade, além de utilizar-se dos referenciais teóricos específicos de cada campo do conhecimento, como já proposto em relação às Arqueologias Pós-processuais e a Sociomuseologia (WICHERS, 2010, 2011). O esquema abaixo permite visualizar essa possibilidade.

Figura 7 – Esquema para demonstrar uma possibilidade de equalizar as três áreas de conhecimento.

Fonte: a autora.

A partir disso, alguns procedimentos de teor mais prático podem também ser propostos, embasados nas possibilidades expostas acima, nos debates travados por vários pesquisadores

analisados nos primeiros capítulos e nas experiências que foram acompanhadas na UFPel. Dessa forma, outra premissa é a de que o planejamento da pesquisa arqueológica deve ser integral. Isso significa dizer que deve estar articulado aos pressupostos da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, além de contemplar a concepção de patrimônio, para que possam ser empreendidos trabalhos condizentes com as ações de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico em todos os momentos da pesquisa, não apenas como etapas separadas, mas considerando as atividades de conservação, educação patrimonial, organização de exposições, gerenciamento dos acervos, participação dos públicos e coletivos, imprescindíveis e imbricados na pesquisa arqueológica.

Nesse sentido, a práxis arqueológica se torna mais complexa e desafiadora, porém, conseguirá alcançar novos patamares de produção do conhecimento, comprometidos com a preservação do patrimônio arqueológico na sua acepção mais plural e responsável. A produção acadêmica e a prática das pesquisas podem ultrapassar o relato de experiências no campo das ações de Musealização da Arqueologia, Conservação arqueológica e Educação Patrimonial, uma vez que muitos dos trabalhos analisados descreviam atividades expositivas, educativas ou de conservação de artefatos em momentos isolados, acontecendo geralmente após a pesquisa arqueológica (no seu conceito mais tradicional) ter sido encerrada. Compreender a pesquisa arqueológica de forma atrelada a essas outras ações faz com que a orientação teórico-metodológica acompanhe esses aspectos e se coadunem a pesquisa como um todo, não a compartimentando em etapas estanques, mas numa relação de complementaridade indispensável.

A formação interdisciplinar e a atuação conjunta dos profissionais dessas áreas permitem que essa premissa possa ser efetivada, pois não há apenas lacunas e desarticulações nas práticas arqueológicas. Museólogos e conservadores também precisam estar preparados para lidar com essa categoria patrimonial, considerando suas especificidades e particularidades, envolvendo-se no debate acerca das problemáticas arqueológicas. Assim, os pressupostos museológicos, as práticas de conservação, a concepção de patrimônio e o embasamento teórico devem estar contidos: no projeto arqueológico; nas atividades de campo (métodos e técnicas arqueológicas, conservação *in situ*, acondicionamento provisório, formas de transportar os materiais, documentação, registro, ações de divulgação e extroversão, entre outras) e nos processos laboratoriais (análise, interpretação, limpeza, consolidação, estabilização, reconstrução, preparação e seleção para exposições e ações educativas, etc.), além de perpassar por aspectos relativos à Conservação Preventiva. Todas essas ações precisam ser documentadas, uma vez que o registro é fundamental para todas as áreas envolvidas, sendo

possível desenvolver fichas de análise e registro conjuntas para operacionalizar a gestão dos acervos.

Nesse ponto, vê-se que as duas premissas apresentadas se complementam e não podem ser pensadas de forma independente, pois alçar as áreas ao mesmo patamar contribui para que a pesquisa arqueológica seja integral. Assim, as áreas podem dispensar tratamentos ao patrimônio arqueológico nas suas particularidades e atuar com um viés preservacionista articulado no projeto ou na formulação de objetivos partilhados, seja em instituições museológicas ou de pesquisa. Essas duas primeiras premissas estão projetando o futuro das pesquisas arqueológicas; porém, há um universo exponencial de acervos já gerados através de pesquisas que não tinham essas preocupações, por diferentes motivos, inclusive, devido a esse debate ser relativamente recente. Portanto, faz-se necessário estabelecer outra premissa, que contribua para a preservação do patrimônio arqueológico já pesquisado e que se encontra guardado em diferentes situações.

Então, uma terceira premissa é que os acervos arqueológicos salvaguardados têm o potencial de impulsionar ações multidisciplinares para preservação do patrimônio arqueológico. Lembrando que preservação, neste trabalho, compreende a conservação e a extroversão dos patrimônios. Assim, não é necessário planejar novas pesquisas, com novas escavações, para que seja possível empreender ações conjuntas, pois é possível desenvolver a Musealização da Arqueologia e a Conservação arqueológica nos museus, nos laboratórios de arqueologia, nas reservas técnicas, em exposições e em ações culturais e educativas. Se isso não for considerado, a pesquisa arqueológica empreendida até então, com seus respectivos acervos, tornar-se-ia incapaz de inserir-se nas perspectivas teóricas contemporâneas. É justamente o inverso que se pode perceber, pois a necessidade de salvaguardar e comunicar os acervos já gerados é que tem impulsionado muito debates nesses campos do conhecimento.

Assim, tem-se buscado novos caminhos de significação das coleções, desde um refinamento nas práticas de conservação, ultrapassando apenas as etapas de higienização e acondicionamento dos acervos, até a utilização de espaços tradicionalmente restritivos, como as reservas técnicas, para empreender ações de extroversão. Essa premissa também colabora para superar o descompasso entre o ritmo de produção do conhecimento em Arqueologia e sua utilização nos discursos expográficos, buscando construir processos museológicos voltados para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, não apenas de forma pontual e imediatista, mas articulando-se à ideia de pesquisa integral em arqueologia e relacionando-se de forma estreita com a cadeia operatória museológica.

Os discursos expositivos também podem transparecer os desafios da preservação do patrimônio arqueológico, apresentando ao público a realidade das coleções. O público, assim, pode sentir-se parte integrante do processo de preservação, não vendo apenas o produto final na exposição, mas também os procedimentos da pesquisa arqueológica (já utilizado em várias expografias) e das ações de conservação e restauro. Isso permite apresentar os bastidores das pesquisas, além de demonstrar os desafios da preservação patrimonial.

Portanto, podem ser empreendidas diferentes soluções criativas para que o patrimônio arqueológico seja preservado e gerenciado, preferencialmente por meio de um planejamento prévio conjunto, de forma equilibrada, entre as áreas, desde a concepção do projeto de pesquisa. Porém, se isso não foi realizado, não é motivo para não se articularem posteriormente ações multidisciplinares que possam agregar a salvaguarda e a comunicação.

Dessa forma, tanto nos trabalhos acadêmicos analisados como em algumas normativas e recomendações, foi apontada a necessidade dessas articulações de forma mais sistemática, sendo fundamental estabelecer essas premissas para oportunizar que sejam repensadas e reformuladas práticas arqueológicas por meio de olhares museológicos, que abarcam as esferas da conservação e educação. Outro ponto fundamental é que as opções selecionadas para a preservação do patrimônio arqueológico sejam adequadas para cada contexto, respeitando particularidades locais, anseios dos coletivos, relacionamentos alternativos com o patrimônio, especificidades das áreas do conhecimento que se dedicam a seu estudo, entre outras dinâmicas que podem e devem influenciar os objetivos e escolhas relativas à preservação patrimonial.

A legislação patrimonial apresenta várias normativas, que merecem atenção e devem ser respeitadas; porém, construir conhecimento local, considerando as premissas apresentadas acima, pode contribuir para embasar e argumentar diferentes atuações para contextos específicos, forçando flexibilizações no âmbito normativo, ou mesmo articulando soluções próprias que se encaixam nas normas e nas especificidades de cada pesquisa, instituição ou demandas sociais.

Dessa forma, espera-se que as premissas formuladas contribuam para que cada vez mais a Arqueologia, a Museologia e a Conservação atuem de forma dialógica, embasadas teoricamente e com objetivos partilhados, pesquisando, conservando, comunicando, expondo, educando e colaborando para a preservação do patrimônio arqueológico. Além disso, que essa preservação oportunize direito à diversidade histórica e à multiplicidade de memórias, pertencimentos e reflexões sobre a materialidade e a temporalidade, a transitoriedade humana, a aceleração mundana e o transcendente. Que todos esses aspectos sejam considerados nas escolhas dos grupos interessados nesse embate patrimonial.

CONCLUSÃO

A construção desta tese norteou-se pela premissa de que o relacionamento entre a Arqueologia, Museologia e Conservação é fundamental para a preservação do patrimônio arqueológico. Essa relação é expressa por meio dos pressupostos e ações da Musealização da Arqueologia e da Conservação arqueológica, analisadas em diferentes produções acadêmicas e no acompanhamento das experiências desenvolvidas na UFPel. A partir das observações e vivência no contexto universitário, junto aos estudos bibliométricos, foi possível a elaboração de diagnósticos que possibilitaram diversas análises e formulação de algumas premissas para contribuir com o campo da preservação do patrimônio arqueológico, objetivando estreitar as reciprocidades com debates conceituais e procedimentos compartilhados, embasados em referências teóricas contemporâneas.

Uma das análises ensejadas evidenciou momentos de reaproximação entre a Arqueologia e Museologia nos estudos acadêmicos desde os anos 1980. Claramente essas áreas nunca estiveram totalmente distanciadas, em virtude da presença de muitos acervos arqueológicos armazenados ou expostos nas instituições museais e pela formação das disciplinas atreladas às práticas de colecionismo. Por seu turno, isso não configurava de fato uma conexão eficaz entre as áreas, pois não basta a presença desses acervos nos museus para configurar uma aproximação, tendo em vista o vasto diagnóstico de abandono, desprestígio, descontextualização, isolamento e esquecimento das fontes arqueológicas nos contextos museológicos, fato amplamente diagnosticado nos estudos sobre essa temática (BRUNO, 1995; SILVA, 2008; SCHNEIDER, 2010; WICHES, 2010, 2011; MELQUÍADES, 2011; TOLEDO, 2011; CARDOSO, 2013).

Dessa forma, nas últimas décadas, seja devido ao aumento das demandas, por compromissos assumidos pelos profissionais, e/ou pela incorporação dessa interface ao rol da Arqueologia, tem-se visto um incremento de ações, reflexões e pesquisas que abordam essa interlocução interdisciplinar. Os esforços empreendidos possibilitaram a constituição de uma linha de pesquisa em Musealização da Arqueologia que tem alargado sua inserção em diferentes formas de experimentação e análise por meio de múltiplos olhares. Essa linha vem se consolidando como um campo extremamente profícuo para abordar o patrimônio arqueológico e suas possibilidades de interpretação e gestão, considerando as inerentes controvérsias e disputas e constituindo-se espaços para debate, negociações e valorização de diferentes identidades e heranças culturais. O patrimônio está se tornando menos nacional, unívoco e científico para se tornar mais local, multivocal e subjetivo (ENDERE e CURTONI, 2009),

desafiando os campos do conhecimento a transformarem-se e adaptarem-se às dinâmicas patrimoniais.

O primeiro momento dessa reaproximação acadêmica, entre os anos 1980 e 1990, é marcado por dois estudos, que ainda não definiam esse campo como Musealização da Arqueologia (BRUNO, 1984; TAMANINI, 1994), mas já delineavam as necessárias vinculações entre as áreas, principalmente abordando a função social e educativa dos museus e seu potencial de comunicar acervos e conhecimentos arqueológicos. É com a tese de Bruno (1995) que se fundam os referenciais da Musealização da Arqueologia, nesses termos, por meio de modelos aplicáveis a projetos arqueológicos, focando na comunicação museológica.

Nessa esteira, o segundo momento, nos anos 2000, tem três trabalhos orientados por Maria Cristina Bruno, demonstrando continuidade e consolidação de uma linha de pesquisa, que precisou de muito empenho para propor trabalhos com essa temática em um programa de pós-graduação em Arqueologia. Alcântara (2007), Silva (2008) e Carneiro (2009) aplicam os referenciais da Musealização da Arqueologia desenvolvendo diferentes estudos, contribuindo substancialmente para esse campo e ampliando as possibilidades de pesquisas nessa interface.

Dessa forma, com alguns caminhos já trilhados desde os anos 1980 e com horizontes ampliados pelos trabalhos dos anos 2000, o terceiro momento de reaproximação apresenta 35 dissertações e teses até meados de 2017. Isso demonstra evidente crescimento e multiplicação de metodologias, abordagens e temáticas, pluralizando a Musealização da Arqueologia e a tornando, pelo menos nesses trabalhos, parte inexorável da pesquisa arqueológica.

Estudos de acervos e coleções arqueológicas nos museus; diagnósticos museológicos; propostas de socialização do conhecimento; projetos e ações educativas; gestão do patrimônio; projetos turísticos; musealização de sítios; sistematização de acervos; protocolos conjuntos; equipes multidisciplinares; exposições arqueológicas; criação de museus; extroversão de acervos salvaguardados e tantas outras possibilidades tangenciam ou são temáticas centrais dos trabalhos mais recentes, que se utilizam do referencial da Musealização da Arqueologia. Nessa seara, perceberam-se, além do aumento quantitativo, trabalhos aprofundados teórica e metodologicamente por meio do contínuo aprimoramento do pensar e fazer arqueológico, cada vez mais comprometido com sua função social mediante perspectivas e práticas descolonizantes. Essas perspectivas e práticas têm caráter participativo, buscando dialogar de forma equânime com a comunidade, coletivos e os variados públicos que se relacionam com o patrimônio.

Muitos dos trabalhos têm claramente definido o interesse em aliar a compreensão das dinâmicas do passado com as questões do presente, estabelecendo interlocuções com as

comunidades em virtude de diagnósticos que apontavam para a produção do conhecimento arqueológico restrita ao âmbito acadêmico. Além disso, outro ponto desvelado é a pouca visibilidade das fontes arqueológicas nos espaços expositivos, com marcantes fragilidades institucionais e falta de profissionais habilitados para atuar na interseção das áreas.

Assim, as pesquisas em Musealização da Arqueologia visam, além de demonstrar as dificuldades e afastamentos entre as áreas, capacitar pesquisadores para atuação nessa interface, embasados em perspectivas teóricas que permitam superar as heranças nacionalistas e colonialistas e compromissados com o papel social do patrimônio arqueológico, pluralizando debates e ações nesse campo. Isso possibilitou que propostas fossem colocadas em práticas, extrapolando as discussões conceituais e consolidando mais do que uma linha de pesquisa, mas uma linha de atuação face aos desafios patrimoniais contemporâneos. Wichers (2014) também destaca a crescente produção acadêmica e experimentações dos profissionais da área, integrando reflexão e ação e retroalimentando teorias e metodologias.

Outra característica desses trabalhos da última década é a ênfase nos aspectos de salvaguarda dos bens arqueológicos, constituindo-se estudos no tocante à Conservação arqueológica atrelada à cadeia operatória museológica. Nesse sentido, as pesquisas que se dedicam a essa especificidade também foram analisadas nesta tese, por meio de trabalhos publicados em eventos, dissertações de mestrado e entrevistas com profissionais da área que atuam no Brasil.

Nesse ínterim, diagnosticou-se que a Arqueologia e a Conservação têm uma trajetória embrionária de atuação e reflexão no contexto nacional. Os esforços empreendidos são recentes e visam aproximar as áreas e definir parâmetros para a construção da Conservação arqueológica, embasada em debates em torno do patrimônio, da materialidade e da preservação, contribuindo para a construção desse campo de forma plural e participativa.

Os primeiros trabalhos nessa área estavam pautados em estudos de caso e relato de experiências extremamente pontuais e procedimentais, com um teor explicitamente técnico e pragmático. Esse cenário era reforçado pela incipiente formação profissional em Conservação no Brasil, com poucas escolas focadas na conservação de papel, pinturas e esculturas, não dialogando com o patrimônio arqueológico.

Assim, tanto nos congressos da ABRACOR, como nos congressos da SAB, a representatividade de trabalhos que apresentam especificidades da Conservação arqueológica é baixa, 4% e 2% respectivamente, além de não compor um quadro conceitual e teórico-metodológico que de fato conecte as áreas. Porém, nos últimos anos, esse cenário foi se alterando paulatinamente, principalmente em virtude das pesquisas desenvolvidas em pós-

graduações e do reconhecimento da necessidade de capacitação em níveis condizentes com os desafios contemporâneos atinentes ao tratamento do patrimônio arqueológico.

O momento atual está trazendo à tona debates fundamentais para esse campo, com crescimento e valorização da área, perceptível por meio dos levantamentos realizados ao longo deste trabalho e pelas alterações na legislação e cartas de recomendações que foram apresentadas para a comunidade científica em 2017. Os aparatos legais e esforços de sistematização de premissas e parâmetros básicos em documentos coadunam-se aos esforços ensejados pelos profissionais que atuam na área, representados por um aumento considerável de produção acadêmica nessa temática.

Esse aumento é visível nas onze dissertações que versam sobre o assunto, oportunizando debates sobre o refinamento de metodologias para a Conservação arqueológica aplicável ao contexto brasileiro, que possui especificidades climáticas, estruturais e de diversidade do patrimônio arqueológico. Esses trabalhos também ensejaram debates teóricos em torno da teoria contemporânea da restauração (VASCONCELOS, 2014), da conservação participativa (SILVA, 2014) e da ciência do patrimônio (MONTALVÃO, 2015), atrelando-se aos embasamentos teóricos da Arqueologia e Museologia por meio, principalmente, de debates sobre o patrimônio e suas nuances.

Além disso, outro dado é relevante para compreender o contexto de crescimento de trabalhos sobre Conservação arqueológica. Das onze dissertações sobre a temática, defendidas entre 1999 e 2017, quatro foram desenvolvidas na pós-graduação em Antropologia/Arqueologia da UFPel (MACHADO, 2015; CASCAIS, 2016; DODE, 2016; SOUZA, 2017) e uma foi desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe, que aborda uma pesquisa empreendida pelo LÂMINA/UFPel (VASCONCELOS, 2014). Além dessas dissertações, dois trabalhos que articulam a interface Arqueologia, Museologia e Conservação, analisados na esfera da Musealização da Arqueologia, também foram elaborados na referida instituição (RAMOS, 2013; LEAL, 2014). Isso demonstra a relevância das ações empreendidas nessa universidade no que tange à Musealização da Arqueologia e especificamente à Conservação arqueológica.

Dessa forma, o acompanhamento das atividades realizadas na UFPel foi fundamental para o debate apresentado nesta tese, em virtude de um contexto institucional ímpar e original, com o desenvolvimento de pesquisas nas interfaces disciplinares analisadas, facilitada pela existência dos cursos de graduação nas áreas e as pós-graduações que oportunizaram pesquisas interdisciplinares. Além disso, esse contexto é permeado por profissionais e estudantes da Arqueologia, Museologia e Conservação que atuam em laboratórios, projetos de pesquisas e ações museológicas e contam com a presença constante um do outro, não podendo abster-se

desse relacionamento, mesmo que esse não seja foco principal de atuação. Assim, configura-se um espaço privilegiado de análise das interlocuções, que são desejadas, negociadas e/ou negadas, constituindo-se uma arena de relações múltiplas em diferentes graus e escalas de envolvimento.

Esse cenário foi sendo constituído, principalmente no tocante à Arqueologia, desde o início dos anos 2000, com a criação do LEPAARQ e o desenvolvimento das primeiras pesquisas arqueológicas institucionalizadas em Pelotas. A Arqueologia Histórica também foi sendo articulada nesse contexto, atrelada aos projetos de restauro arquitetônico dos casarões históricos do centro da cidade, configurando o perfil inicial das pesquisas nessa área.

Após a criação do curso de Arqueologia/Antropologia na UFPel em 2008 (praticamente concomitante aos cursos de Museologia e Conservação e Restauração), passa a ser desenvolvido o projeto “Pampa Negro”, que provoca uma mudança significativa na Arqueologia Histórica pelotense, visto que está atrelado a debates globais sobre os processos de diáspora africana e escravidão e articulado aos pressupostos da Arqueologia Pública. Além da temática inovadora para o contexto local, que reverberou em ampliações conceituais e metodológicas, a execução desse projeto foi planejada com a atuação conjunta de conservadores e museólogos nas diferentes etapas da pesquisa. Isso desencadeou estudos sobre gestão do patrimônio arqueológico, paisagens e atuações escravas, conexões entre passado e presente e outras abordagens que permitiram empreender a pesquisa arqueológica de forma integral, aliando procedimentos das áreas e alargando os conceitos patrimoniais.

Nesse ínterim, são criados outros laboratórios de Arqueologia: o LÂMINA e o LEICMA. Esses novos espaços, ao mesmo tempo em que demonstram a potencialidade e multiplicidade de enfoques e abordagens possíveis em um cenário tão profícuo, descortinam os desafios, limites e obstáculos do relacionamento das três áreas no contexto universitário. A historicidade dos processos de pesquisa e da gestão do patrimônio arqueológico que foram sendo desenvolvidos na UFPel foi desvelada ao longo dessa tese no intuito de demonstrar a organização das experiências acadêmicas de pesquisas, burocracias, problemas institucionais, disputas por espaços, fundação de laboratórios e todas as possibilidades em torno da construção da ciência.

As universidades, geralmente, não privilegiaram os processos curatoriais do patrimônio arqueológico, focando-se na coleta, estudo e ensino dos acervos e sítios arqueológicos (BRUNO, 2009). Os laboratórios de Arqueologia da UFPel estão fazendo um esforço para reverter esse cenário, mesmo que isso não seja um ponto pacífico, acarretando disputas e diferentes concepções acerca do fazer arqueológico comprometido com a preservação

patrimonial. Ao mesmo tempo em que isso ocasionou cisões, permitiu que esse debate aflorasse de forma contundente e oportunizasse reflexões e aprendizados salutareis para as áreas envolvidas. Todos os laboratórios analisados permeiam essas questões de alguma maneira. O LEPAARQ tem parcerias e alunos do curso de Conservação e Restauração atuando em projetos e atividades com o acervo arqueológico salvaguardado, além de desenvolver ações educativas. O LÂMINA é um espaço primordial para pesquisas e ações de Conservação arqueológica e também está envolvido com o MUARAN, dialogando com as questões museológicas. O LEICMA, que abriga o projeto “Pampa Negro”, desenvolve a pesquisa arqueológica na temática da Arqueologia da Escravidão e articula-se com a comunidade, com a mídia local e com as apropriações e negociações patrimoniais, relacionando-se com as áreas afins.

Esses espaços, com suas particularidades e vicissitudes, descortinam as nuances do relacionamento entre as áreas, empreendendo soluções criativas, inovações teórico-metodológicas e ações interdisciplinares que oportunizam formas alternativas de desenvolvimento arqueológico, abarcando a salvaguarda e comunicação. Os laboratórios de Arqueologia têm o potencial de articular a Musealização da Arqueologia, mesmo que a esfera comunicativa tenha menos ênfase nesses espaços. Verificou-se um esforço do LÂMINA em destinar uma das salas do laboratório para exposições, mas perceberam-se dificuldades e limites nessas tentativas, que nunca foram de fato eficazes até o momento. Porém, outras estratégias comunicativas são desenvolvidas por todos os laboratórios analisados, muitas vezes pontuais, mas alinhando-se aos pressupostos da Musealização da Arqueologia, mesmo que isso não seja expresso em seus objetivos de forma clara. Entretanto, por meio dos acompanhamentos e visitas realizadas, que tinham o objetivo de enxergar essas aproximações, foi possível perceber essas nuances.

Assim, como os aspectos comunicativos são a parte mais frágil dos laboratórios de Arqueologia, até por conta de suas características intrínsecas e formatos de atuação no cenário universitário, o Museu Arqueológico e Antropológico pode vir a suprir esse desequilíbrio comunicativo, uma vez que as instituições museológicas se organizam em torno das exposições e comunicação direta com um público alargado. A “exposição é a síntese institucional, é a parte mais reveladora do que seja um museu. É também – em termos de processo de trabalho - a ação que mais mobiliza uma instituição” (CURY, 2008, p. 77). Desse modo, mesmo que o MUARAN ainda não esteja em uma sede, ele já é um programa e um processo museológico que engendrou diversas ações comunicativas por meio de oficinas, exposições itinerantes, reuniões com a comunidade e outras atuações que o configuram como um museu em processo (VARINE, 2000).

Assim, os laboratórios de Arqueologia, com seus projetos específicos, podem ter no MUARAN um espaço para completar a cadeia operatória museológica de forma equilibrada no contexto universitário, principalmente nos aspectos comunicativos, mas também em ações de salvaguarda compartilhada entre os diferentes espaços de pesquisa. Porém, muitos aspectos de salvaguarda já estão sendo operacionalizados nos laboratórios, em virtude do seu caráter de tratamento técnico dos acervos, aliando-se de forma mais equilibrada dentro desses espaços, que tradicionalmente já empreendiam algumas ações curatoriais, mesmo que restritas a higienização e acondicionamento dos acervos, sem considerar todos os aspectos da Conservação arqueológica. Isso está se alterando substancialmente na UFPel em virtude de articulações eficazes, mesmo diante de todas as controvérsias entre a Arqueologia e a Conservação nesse contexto.

A hipótese inicial desta pesquisa atrelava-se à ideia de que a Conservação arqueológica era o lado mais frágil do tripé preservacionista. Isso foi confirmado nos trabalhos apresentados nos congressos, que demonstravam relatos de experiências com teor técnico, sem aprofundamentos teórico-metodológicos. Porém, no contexto da UFPel, a Conservação arqueológica é mais articulada e empreendida que a Musealização da Arqueologia de forma completa. Isso ficou visível tanto nas dissertações desenvolvidas nessa universidade no tocante a essa temática, como pela atuação dos laboratórios, principalmente do LÂMINA, que tem se configurado como um espaço privilegiado de pesquisas e ações em Conservação arqueológica. Isso pode estar ocorrendo devido ao perfil dos profissionais envolvidos e pelo momento atual, que tem valorizado o debate em torno da salvaguarda dos acervos arqueológicos, refinando esses procedimentos. Além disso, no âmbito universitário, não é priorizada a abertura e diálogo constante e sistemático com os públicos alargados, com os quais a Museologia e os museus lidam cotidianamente, não sendo um terreno fértil para mais ações da esfera comunicativa da Musealização da Arqueologia. Para que isso se efetive, são necessários esforços articulados, multidisciplinares e engajados com a comunidade acadêmica e de “fora” dos muros universitários. O MUARAN está buscando essas articulações, o que demonstra o potencial e os limites da Musealização da Arqueologia na UFPel.

Assim, ao mesmo tempo em que o contexto universitário proporciona o encontro das diferentes áreas e oportuniza o desenvolvimento de soluções criativas, também impõem alguns limites, tanto infraestruturais como de suas formas de desenvolver pesquisa e relacionar-se com a comunidade. De todo modo, é possível perceber potencialidades para que o patrimônio arqueológico seja gerido de forma colaborativa, interdisciplinar e comprometido com os desafios e anseios contemporâneos. As experiências da UFPel demonstram que é possível abrir

um museu sem prédio, desenvolver pesquisa arqueológica sem escavação e adaptar as atividades de conservação à realidade local. Obviamente essas experiências também descortinaram um contexto de problemas institucionais e disputas por espaços e investimentos para qualificar as ações, expondo fragilidades e feridas, abrindo-se para o diálogo como forma de superação dos impasses e limitações.

Além disso, a universidade, em especial a UFPel, tem oportunizado uma formação acadêmica no campo patrimonial extremamente profícua em virtude dos cursos oferecidos e outras estruturas que têm viabilizado contatos e parcerias multidisciplinares. Os diagnósticos empreendidos ao longo desta tese pontuaram a falta de profissionais para atuação na interface entre Arqueologia, Museologia e Conservação, bem como nas atividades de Educação Patrimonial inseridas em projetos arqueológicos. Dessa forma, uma formação com esse teor tem o potencial de oferecer soluções para algumas dessas questões, possibilitando o empreendimento de projetos conjuntos, equipes multidisciplinares ou mesmo um entendimento mais claro dos objetivos e necessidades dos diferentes profissionais que atuam em torno das questões do patrimônio arqueológico.

Frente a esse panorama, a premissa básica para que as áreas se articulem com qualidade e respondam satisfatoriamente aos desafios da preservação do patrimônio arqueológico é estarem em patamares equânimes. Portanto, as áreas não devem ser hierarquizadas ou relegadas a etapas distintas e isoladas, mas articularem-se desde os planejamentos iniciais, perpassando todos os procedimentos e concepções da pesquisa por meio de um debate plural em torno dos conceitos de patrimônio, materialidade e preservação, construindo assim uma pesquisa arqueológica integral. Esse conceito de pesquisa considera imprescindível a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposições e ações educativo-culturais) para produzir e socializar (de forma interligada e interdependente) conhecimento arqueológico, embasado em pressupostos das Arqueologias pós-processuais e contemporâneas, da Sociomuseologia e de perspectivas sociais e participativas da Conservação.

Essas premissas podem ser ensejadas em pesquisas arqueológicas vindouras, bem como nas instituições que possuem acervos arqueológicos, oportunizando a proteção e promoção desses patrimônios para diferentes usos e apropriações. Assim, as premissas buscam construir e socializar conhecimento, ultrapassando barreiras disciplinares e acadêmicas em um movimento contínuo de ação/reflexão no tocante às controvérsias inerentes ao campo patrimonial.

Dessa forma, esta tese é uma contribuição para esse campo, sempre aberto e extremamente dinâmico, mas que impõe desafios que precisam ser respondidos de forma

satisfatória e condizente com os anseios e perspectivas contemporâneas. Assim, a Musealização da Arqueologia, que abrange a Conservação arqueológica, articulando desde os procedimentos técnicos mais pontuais e específicos até as grandes exposições e programas educativos, é imprescindível para a preservação e gestão dos patrimônios e para que se efetuem pesquisas arqueológicas de maneira integral, integrada e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Marisa; JACOB, José. Sítio Tenório: um exemplo do trabalho curatorial em ação no MAE/USP. In: **Anais do XVIII Congresso da SAB**, Goiânia, GO, 2015.

AGOSTINI, Camila. Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras do Oitocentos. In: ZARANKIN, André; SENATORE, M. Ximena (orgs). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002.

ALARCÃO, Catarina. Prevenir para preservar o patrimônio museológico. **Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro**, Portugal, 2007, p. 8-34.

ALBERTO, Luana Antoneto. **Registros Rupestres de São Paulo: conhecer para preservar**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2013.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeus de S.; BARRETO, Isabel; MOURA, Silvana. Catedral Velha – Natal/RN: uma experiência de restauração. In: **Anais do IX Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1997.

ALCÂNTARA, Aureli Alves de. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – A Pré-História**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2007.

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2012.

ALLEN, Scott. Vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga. **Revista Clio**. Pernambuco: UFPE, 2006.

_____. Arqueologia na Região Serrana Quilombola: Alagoas, 2008-2009. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, 2008.

ALMEIDA, Márcia Bezerra de. **O Australopiteco Corcunda**. As crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na Escola. Tese (Doutorado em Ciências – concentração Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia e História na Terra dos Bugres: em busca da visibilidade indígena na região de Cruz Alta – RS**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

AMARANTE, Cristiane Eugênia da Silva. **Refletindo sobre musealização: um encontro entre o público e Arqueologia marítima em Santos**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2014.

AMORIN, Jacqueline; BELTRÃO, Maria. Restauração e Consolidação em material cerâmico no campo e laboratório, provenientes de Angical, Barreiras, Bahia. In: **Anais do XI Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 2001.

AMORIN, J.; LOCKS, M.; BELTRÃO, M. C. M. Restauração e consolidação de material osteológico de fauna pleistocênica. In: **Anais do VI Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1991.

ANDREATTA, Margarida Davina. Sítio Arqueológico Capela de Santo Alberto: Escavação, Reconstrução e Restauro. In: **Anais do IX Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1997.

ANJOS, Giullia Caldas dos. **Brincando de Arqueologia em Pelotas**: História e Arqueologia Pública na Charqueada Santa Bárbara (RS – Brasil). Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

ARAUJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em questão**. v.12, nº. 1, Porto Alegre, 2006, p. 11-32.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lidia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Ci. Inf.** v. 16, nº. 31, 2011, p. 51-70.

AZEVEDO, Paula de Aguiar Silva, et al. Conservação preventiva aplicada à arqueologia: o caso da reserva técnica do LEPAARQ-UFPEL. In: **Anais do XVIII Congresso da SAB**, Goiânia, GO, 2015.

AZEVEDO, Paula de Aguiar Silva. **Cultivo e isolamento de microrganismos presentes em cerâmicas arqueológicas e no ambiente do LEPAARQ/UFPEL**, na ótica da Conservação Preventiva. Monografia (Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais). Universidade Federal de Pelotas, 2016.

BACHETTINI, Andrea Lacerda; HEIDEN, Roberto. A implementação do curso de Conservação e Restauro de bens culturais – ICH-UFPEL dentro do contexto do REUNI (projeto de reestruturação da universidade brasileira). **Anais do I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro**, 2011.

BACHMANN, Konstanze. **Conservation Concerns**. A guide for collectors and curators. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

BAGNOLI, Eduardo. O Lajedo de Soledade, Apodi (RN). Um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v.8, 1994, p.239-253.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. **Documentação museológica**: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico**: valor y uso. Barcelona: Ariel Patrimonio Histórico, 1997.

BANDEIRA, Arkley Marques. Restaurar ou reformar? A ausência de pesquisas arqueológicas nas intervenções restaurativas no Centro Histórico de São Luís. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

BARRETO, Dária Elânia Fernandes; AFONSO, Marisa Coutinho; SOUZA, Gustavo Neves de Souza. Curadoria da coleção Von Koseritz. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

BARRETO, Cristiana; MACHADO, Juliana Salles; NEVES, Eduardo Góes. Editorial. **Revista de Arqueologia**. São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p.1.

BARTOLOMUCCI, Rafael; EGGERS, Sabine. Preservação óssea: uma questão arqueológica. In: **Anais do XII Congresso da SAB**, São Paulo, 2003.

BASTOS, Rossano Lopes. O papel da Arqueologia na Inclusão Social. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, n. 33, 2007.

BASTOS, Rossano Lopes. A preservação da arte rupestre como elemento para entender o mundo: o caso de SC/ sul do Brasil. In: **Anais do XVIII Congresso da SAB**, Goiânia, GO, 2015.

BRAGA, Gedley Belchior. **Conservação preventiva**: acondicionamento e armazenamento de acervos complexos em reserva técnica: o caso MAE/USP. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2003.

BRAGA, Márcia Dantas. **Projeto de Conservação de sítios arqueológicos com pintura rupestre no Alto Sertão Baiano**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Conservação e Restauro**: madeira, pintura sobre madeira, douramento, estuque, cerâmica, azulejo, mosaico. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

_____. Projeto de conservação de sítios arqueológicos com pinturas rupestres no alto sertão baiano. In: **Anais do X Congresso da ABRACOR**, São Paulo, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **O Museu do Instituto de Pré-História**: um museu a serviço da pesquisa científica. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 6, 1996.

_____. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**. Centro de Estudos de Sociomuseologia. n.º.17. ULHT. 1999.

_____. A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

_____. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

_____. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 35, 2006, p. 3-15.

_____. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia (coord.). **Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, p.14 - 23, 2008.

_____. Museus, identidades e patrimônio cultural. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo. Suplemento 7, 2008a.

_____. Estudos de Cultura Material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus e RANGEL, Marcio (Orgs). **Cultura Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, v.1, 2009, p. 14-25.

_____. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26 e 27, n. 2, 2013 e n. 1, 2014, p.4-15.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; WICHES, Camila A. de Moraes. Musealização da Arqueologia e Produção Acadêmica: novos problemas, novos desafios. **Revista de Arqueologia**. São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p.2-3.

CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa. Organização da Informação e Bibliometria. **Revista Eletrônica Biblioteconomia Ci. Inf.**, nº especial, 2008.

CAINO, Jonathan Santos. **Potencial Arqueológico de Cruz Alta**. Propostas para uma Arqueologia da Cidade. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa Arqueológica em Projetos de Infra-estrutura. A opção pela preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.33, 2007.

CAMPOS, Adriana Negreiros. **Arqueologia e Educação: As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2014.

CANTO, Antônio Carlos de Lima Canto. A contribuição da Arqueologia nas obras de Restauração dos monumentos do centro histórico de João Pessoa/PB. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

CARDOSO, Rosemary Aparecida. **Arqueologia musealizada e Educação Patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

CARLE, Cláudio Baptista. **A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia.** Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2009.

_____. Socialização do conhecimento arqueológico: uma perspectiva interdisciplinar. **Revista de Arqueologia**. São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p.122-137.

CARNEIRO, Carla Gibertoni; LIMA, Silvia Cunha. Experiências em Conservação e Educação Patrimonial no contexto de escavações arqueológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, v.18, 2008, p. 331-335.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Teoria e Contexto na preservação em Arquitetura. FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação**. Teoria e Contexto. Belo Horizonte. v.1, n.1, 2014, p.136-152.

CARVALHO, Mônica Lima de. Exposição de longa duração do Museu Antropológico/UFG: planejando conservação preventiva e repensando desenho para a mostra. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

CASCAIS, Juliana Bizarro. **A gestão e conservação de artefatos arqueológicos metálicos: o caso da intervenção realizada na Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel – Pelotas, RS.** Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal de Pelotas, 2016.

CASTELLANO, Cristina; SCHERER, Luciane Zanenga. Sistema de Acondicionamento e Armazenamento do Acervo Arqueológico do Museu Universitário/UFSC. In: **Anais do XII Congresso da SAB**, São Paulo, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, Políticas, Instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. Da Arte da Restauração à Ciência da Conservação: a construção histórica e deontológica do profissional voltado à acervos de papel. FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação**. Teoria e Contexto. Belo Horizonte. v.1, n.1, 2014, p. 119-134.

CERQUEIRA, F.D.C.C.M. et al.; Catalogação e curadoria da coleção osteológica do estado do Rio de Janeiro do Setor de Antropologia Biológica – Museu Nacional/UFRJ. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Projeto de Salvamento Arqueológico na área urbana de Pelotas (RS)**, Praça Coronel Pedro Osório, Casa da Banha e Casas 2, 6 e 8. Programa Monumenta. Relatório Final. Pelotas, 2009.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; LOUREIRO, André Garcia. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e região (atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). **Cadernos do LEPAARQ**, v. 1, n.1, Pelotas: Editora da UFPel, Jan/Jun, 2004.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; VIANA, Jorge de Oliveira. Planejamento de Estruturação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências

Humana da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL) – estratégia de implementação, metas e histórico das ações. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas: Editora da UFPEL, ago/dez, 2008.

CLARKE, David. Archaeology: the loss of innocence. **Antiquity**, 1973, p. 6-18.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

CHAME, Marcia. Integrando a Conservação do Ecossistema à Conservação do Patrimônio Cultural: o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara. In: **Anais do IX Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1997.

CHILDS, Terry. (editor) **Our collective responsibility: the ethics and practice of archaeological collections stewardship**. Society for American Archaeology, 2004.

COMERLATO, Fabiana. Gravados pré-históricos no litoral de Santa Catarina, Brasil. In: **Anais do X Congresso da ABRACOR**, São Paulo, 2000.

_____. A questão da Conservação dos Gravados Rupestres no litoral Catarinense. In: **Anais do XI Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 2001.

_____. A questão da conservação das gravuras rupestres do litoral de Santa Catarina. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

CORREA, Celina Maria Britto; PINTADO, Ricardo Sampaio. **Casa dos Museus: ensino e extensão**. Expressa Extensão, v. 19, n. 2, 2014, p. 133-142.

CORZO, Miguel Angel (coord.). **Conservación Arqueológica In Situ** – Memoria de las reuniones, 6 – 13 de abril de 1986, México: Instituto Getty de Conservación, 1993.

COSTA, Diogo Menezes Costa. Limpeza e Conservação de objetos metálicos. In: **Anais do X Congresso da SAB**, Recife/PE, 1999.

CRIADO-BOADO, Felipe; BARREIRO, David. El patrimonio era otra cosa. **Estudios Atacameños** – Arqueología y Antropología Surandinas. San Pedro de Atacama, Chile. n. 45, 2013, p. 5-18.

CORTELETTI, Rafael. O Turismo e a conservação do patrimônio arqueológico – a experiência de Caxias do Sul, RS. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para a gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2013.

CUNHA, W.S. da. Proteção legal do patrimônio arqueológico. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

CURY, Marília Xavier. Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2008.

D'ALEMBERT, Clara Correia; MONTEIRO, Marina Garrido; FERREIRA, Silvia Regina. **Conservação – Posturas e Procedimentos**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

DAVID, Helena. Conservação de arte rupestre pré-histórica: um trabalho interdisciplinar. In: **Anais do XI Congresso da ABRACOR**, Rio de Janeiro, 2002.

DEAGAN, Kathleen. Líneas de Investigación en Arqueología Histórica. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v.2, n.1, 2008.

DEL'ARCO, Eloisa. Técnicas para Conservação em Restauração da Cerâmica Arqueológica. In: **Anais do VII Congresso da ABRACOR**, Petropolis/RJ, 1994.

DEMARTINI, Célia Maria Cristina. Arqueologia e Comunicação: propostas educativas para a preservação do Patrimônio Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira. In: **Anais do VIII Congresso da SAB**, Porto Alegre/RS, 1996.

DIRECTION DES MUSÉES DE FRANCE. **Preservação e Segurança nos museus**. Rio de Janeiro: ICOM, 1978.

DODE, Susana dos Santos. **A preservação de vestígios metálicos arqueológicos do século XIX provenientes de campos de batalha do sul do Brasil e Uruguai**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, 2016.

DOMANSKI, Andressa. **Arqueologia Histórica nas Missões de Santo Ângelo: Representação dos dirigentes municipais sobre as escavações arqueológicas e políticas públicas de patrimônio (2006-2007)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2013.

DUARTE, Patrícia; JUNIOR, M. F. S. A conservação dos sítios arqueológicos do Cariri paraibano: estado atual. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

DUARTE, Jouldes Matos. Arqueologia da Paisagem e Conservação Integrada: análise do modelo de requalificação urbana em execução no Polo Pilar, Sítio Histórico do Bairro do Recife, PE. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

ENDERE, Maria Luz; CURTONI, Rafael Pedro. Patrimônio, Arqueologia e Participação: sobre a noção de paisagem arqueológica. CURTONI, Rafael Pedro; ENDERE, Maria Luz. (ed.) **Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica**. Argentina. Serie Teórica. v.2. Unicen, 2009.

FABBRI, Angelica; MACHADO, Cecília. Informatização dos Acervos dos Museus como Ferramenta de Gestão. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ACAM PORTINARI. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultural de São Paulo, 2010, p.26-29.

FERGUSON, T. J. CHANTHAPHONTH, C.C. **History in the land**. The University of Arizona Press, 2006.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, Rosane Patrícia. Ações de Gestão e Conservação entre sítios arqueológicos em Processo de Erosão. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

FERNANDÉZ, Isabel M. García. Historia de la Conservación Preventiva. Parte I. **Ge-Conservación**. n.5, 2013, p.27-41.

FERREIRA, João Carlos, et. al. A secagem da múmia de Hori do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. In: **Anais do IX Congresso da ABRACOR**, Salvador/BA, 1998.

FERREIRA, Lúcio Menezes Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: algumas interfaces. **Vestígios** – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v.3, n.1. jan-jun. 2009.

_____. **O Pampa Negro**: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Projeto de Pesquisa. Universidade Federal de Pelotas, jul. 2009a.

_____. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis**: História e Cultura. v. 8, n. 16, jul-dez. 2009b.

_____. **Território Primitivo**. A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. **Relatório do Projeto de Pesquisa** – O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888), Pelotas, 2013.

_____. Essas coisas não lhes pertencem: relação entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, julho, 2013.

_____. Las cosas están vivas: relaciones entre cultura material, comunidades y legislación arqueológica. RIVOLTA, María Clara, et al (ed.). **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología**: perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires, 2014, p. 169-189.

_____. Entrecampos: Trajetórias na Antropologia e na Arqueologia. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPel), v. XIII, Pelotas, 2016, p. 290-302.

FERREIRA, Lúcio Menezes; et al. Arqueología, multivocalidad y activación patrimonial en Sudamérica. “No somos ventrílocuos”. RIVOLTA, María Clara, et al (ed.). **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología**: perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires, 2014, p.15-29.

FERREIRA, et al. La Arqueología de Quilombos en Brasil: Problemas y Perspectivas. **Revista Euroamericana de Antropología**, n. 3, Dossiê Culturas e Identidades Afroamericana, 2016.

FERREIRA, Lúcio Menezes; CERQUEIRA, Fábio Vergara. A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 19, 2009, p. 79-86.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Historical Archeology Outlook: a latin american perspective. **Historical Archaeology**.v.50 2016, p. 100-110.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Arqueologia da Escravidão e Museus. In: **Revista Museus**, 2011. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28648>. Acesso em 19/02/2013.

FERREIRA, Maria de Simone. **Percursos da memória**: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

FOCKING, Gabriel de Freitas. A preservação do patrimônio arqueológico do Rio Grande do Sul: algumas reflexões sobre a questão dos sítios arqueológicos históricos. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

FORTUNA, Carlos; POZZI, Henrique; CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. A Arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé**, Xingó, n. 1, Dez. 2001.

FRANÇA, Eduardo; BRANDÃO FILHO, José Odilo de Caldas. Atuação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) no controle da preservação do Patrimônio Cultural. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

FREDEL, Karla Maria. **Arqueologia de Gênero nas cidades de Pelotas – RS – Brasil e Habana Vieja – Habana – Cuba/Século XIX**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2012.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceito e critérios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 291-301, 1995.

_____. **Memória e Preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação**. Palestra proferida na Fundação Rui Barbosa, 2007.

_____. Conservação e restauração: a legitimação da Ciência. FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação**. Teoria e Contexto. Belo Horizonte. v.1, n.1, 2014, p. 9-20.

FRONER, Yacy-Ara; BRAGA, Gedley Belchior; ALDROVANDI, Cibele. Acondicionamento e Armazenamento das Coleções Etnográficas e Arqueológicas nas Áreas de Reserva Técnica. In: **Anais do IX Congresso da ABRACOR**, Salvador/BA, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A.; HALL, Martin; JONES, Siân. **Historical Archaeology** – Back from the Edge. London and New York: Routledge, 1999.

FUNARI, Paulo Pedro; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés; STOVE, Emily. **Global Archeological Theory**. Contextual Voices and Contemporary Thoughts. New York: Kluwer Academic/ Plenum Publishers, 2005.

GABRIELLE, Maria Cecília Filgueiras Lima. Sociomuseologia. Uma reflexão sobre a relação Museus e Sociedade. *Expressa Extensão*. Pelotas, v.9, n.2, 2014, p. 43-53.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, v. 13, 2003, p. 269-301.

GHETTI, Neuvânia Curty. Conservação arqueológica e Salvaguarda: perspectivas para a preservação e valorização dos acervos arqueológicos. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013a.

_____. Conservação arqueológica em meio Forense: ampliando o potencial de análise em deposições mortuárias. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013b.

GODOY, Renata de. O papel do gestor na preservação do Patrimônio Arqueológico brasileiro. In: **Anais do XII Congresso da SAB**, São Paulo, 2003.

GONÇALVES, Francielen Barbosa Soares. **Para uma Musealização da Arqueologia da Escravidão**: Apontamentos acerca da Preparação do Sítio Histórico Santa Bárbara (Pelotas/RS) para visitação e estratégias de Preservação Patrimonial. Monografia (Curso de Bacharelado em Museologia). Universidade Federal de Pelotas, 2013.

GONZALÉS-RUIBAL, Alfredo. (ed.). **Arqueología Simétrica**. Un giro teórico sin revolución paradigmática. Complutum . v.18, 2007, p. 283-285.

GRANATO, Marcus. Apresentação. **MAST Colóquia**. Rio de Janeiro. v.9, 2007, p. 5-14.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios para acervos científicos. FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação**. Teoria e Contexto. Belo Horizonte. v.1, n.1, 2014, p. 22-37.

GUILLAUME, Marc. **A Política do Patrimônio**. Tradução de Joana Caspurro. Porto: Campo das Letras, 2003.

GUIMARÃES, Viviane Wermelinger. **Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina**: espaço para construção de parcerias. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, 2014.

HABBER, Alejandro. Nometodología Payanesa: Notas de Metodología Indisciplinada. **Revista de Antropología**. Universidad de Chile, n.32, 2011.

HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. **Historical Archeology**. Blackwell Publishing, 2006.

HAMILAKIS, Y. ANAGNOSTOPOULOS, A. What is the archaeological ethnography? **Public Archaeology**: Archaeological Ethnographies. v. 8. n. 2-3, 2009, p.65-87.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006, p.261-273.

HERINGER, Pedro Colares da Silva. **O Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do sítio arqueológico Duna Grande e o Museu de Arqueologia de Itaipu.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

HODDER, Ian. Ethics and Archaeology: The Attempt at Catalhoyuk. **Near Eastern Archaeology**. v. 65, n. 3, 2002, p. 174-181.

_____. **The Leopard's Tale.** Revealing the Mysteries of Çatalhöyük. London: Thames & Hudson, 2006.

HOLLOWELL, Julie; NICHOLAS, George. **Using Ethnographic Methods to Articulate Community-Based Conceptions of Cultural Heritage Management.** v. 8, n. 2-3, 2009, p. 141-160.

ILLES, Véronique; DERION, Brigitte. **Guide de manipulation des collections.** Paris: Editions D'Art, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Código de Ética do ICOM para Museus.** Disponível em: <<http://icom-portugal.org/multimedia/File/Cdigo%20tica%20-%202007%20-%20verso%20final%20pt.pdf>>. Acesso em: 14 dez, 2017.

JACOB, José Paulo; CRISTANTE, Mariana Alves Pereira; MANHANI, José Augusto Romano. Curadoria da coleção do sítio arqueológico Itaguá (Ubatuba,SP). In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

JESUS, Layra Blenda Oliveira de; QUEIROZ, Albérico Nogueira de. Procedimentos de Curadoria para tratamento sistemático do acervo bioarqueológico no Laboratório de Bioarqueologia (LABIARQ) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

KEHOE, Alice Beck. Land of Prehistory. In: **The Land of Prehistory: A Critical History Fo American Archaeology.** London: Routledge, 1998, p. 208-230.

KNAPP, A. Bernand; ASHMORE, Wendy. Archaeological landscapes: constructec, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, Wendy; KNAPP, A. Bernand. **Archaeologies of Landscape. Contemporary Perspectives.** Oxford, Blackwell Publishing. 1999.

KONSA, Kurmo. Time and Space of Heritage Preservation: Conservation Theoretical Perspective. *Baltic Journal of Art History*, Tartu, v. 13, 2017, p. 193-215. <<http://ojs.utlib.ee/index.php/bjah/article/view/BJAH.2017.13.09>>. Acesso em: 14 dez, 2017.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; SANTOS, Janaina Carla dos Santos; NASCIMENTO, Ana Célia Barrados Correia. Recuperação de um sítio de Arte Rupestre: Arco do Covão, Caxingó-PI. In: **Anais do X Congresso da SAB**, Recife/PE, 1999.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; SILVA, Joacionira Coelho. Levantamento dos problemas de conservação dos sítios do Parna Sete Cidades. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; SOARES, Shamalia Gayl de Sousa. Um exemplo de consolidação de suporte rochoso em sítios de Pinturas rupestres do Parna Serra da Capivara – Piauí. In: **Anais do X Congresso da SAB**, Recife/PE, 1999.

LAGE, Ana Luisa M.; OLIVEIRA, Karla B. da Silva; QUARESMA, Julimar. Intervenção de Conservação no Sítio da Pedra da Moeda. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

LANDA, Beatriz dos Santos; MONTICELLI, Gislene. Atividades arqueológicas na 4ª etapa de Restauração do Mercado Público Central de Porto Alegre. In: **Anais do IX Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1997.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2. ed. 2011.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Arqueologia, Museologia e Conservação**: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, 2014.

LEONE, Mark P. A Historical Archaeology of Capitalism. **American Antropologist**, New Series, v. 97, n.2, 1995, p. 251-268

LIMA, Janice Shirley Souza; PAIVA, Zenaide Pereira de. Educação Patrimonial e Desenvolvimento Sustentável: o caso de Canaã dos Carajás. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 2, 2002, p. 7-23.

_____. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 33, 2007.

LIMA, Silvia Cunha. Conservação Arqueológica. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

LINASSI, Priscila Silva. **Proposta de Exposição Museológica Estância Velha do Jarau Patrimônio do Rio Grande do Sul**: Fronteira entre Arqueologia, História e Lenda. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

LONDOÑO, Wilhelm. Más Allá del patrimonio. RIVOLTA, María Clara, et al (ed.). **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología**: perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires, 2014, p. 155-167

LÓPEZ, María del Pilar Tapia. Entre la arqueología y la restauración. Diálogos con Joaquín Barrio Martín. **Intervención**. Revista Internacional de Conservación, Restauración y Museología. n.7, 2013, p.5-10.

LOREDO, W. M. **Manual de conservação em arqueologia de campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

MACEDO, Jackeline de; RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NAJJAR, Rosana. A Arqueologia aplicada na preservação do patrimônio cultural: a pesquisa arqueológica na Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói/RJ. In: **Anais do XII Congresso da SAB**, São Paulo, 2003.

MACHADO, Tiago Graule. **A Conservação Preventiva de acervos arqueológicos em metal: uma análise sobre o Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LÂMINA (ICH-UFPel)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, 2015.

MANDARINO, Marcelle da Costa, et al. Projeto de Curadoria do Acervo do Museu Nacional – Casa de Pedra: a Reserva Técnica. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

MANZATO, Fabiana. **Socialização do Patrimônio arqueológico do Estado de São Paulo: proposta de plano de gestão, interpretação e visitação turística em áreas arqueológicas**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2013.

MARQUES, Silvia Corrêa. **Paisagens reveladas: o Jaó caboclo, quilombola, brasileiro**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2012.

MARTINS, Maria Helena Pires. Conservação preventiva e Política Cultural nos Museus da USP. In: **Anais do VII Congresso da ABRACOR**, Petrópolis/RJ, 1994.

MELQUÍADES, Vinícius. **Os artesanos da pedra: Arqueologia e Museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011.

MENDONÇA, Guilherme Cruz de; RABELLO, Sonia; LACERDA, Nelson. Aspectos jurídicos da proteção do patrimônio arqueológico: direito à memória e direito à propriedade. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

MENESES, J.L.M. Arqueologia e história das artes. Ciências auxiliares na restauração de bens móveis e imóveis. In: **Anais do VI Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1991.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v.34, 1992, p.9-24.

_____. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 33, 2007, p. 37-57.

MERRIMAN, Nick. **Public archaeology**. London and New York: Plenum Press, 2004.

MESQUITA, Simone de Sousa. Algumas considerações sobre a Formação Profissional na área de Conservação e Restauração de Cerâmica Arqueológica. In: **Anais do IX Congresso da ABRACOR**, Salvador/BA, 1998.

MESQUITA, Simone de Sousa; FERREIRA, Maria das Graças; QUEIROGA, Isabella Rausch. Cerâmicas Antigas da Quinta da Boa Vista. In: **Anais do VIII Congresso da ABRACOR**, Ouro Preto/MG, 1996.

MESQUITA, Simone de Sousa. Conservação de objetos arqueológicos. **MAST Colóquia**. Rio de Janeiro, v.9 2007, p.175-179.

MICHELON, Francisca Ferreira; CORREA, Celina Britto; PINTADO, Ricardo Sampaio. **Casa dos Museus**: Proposta de reciclagem e requalificação do antigo prédio da fábrica Laneira Brasileira. Núcleo de Patrimônio Cultural, UFPel, Pelotas, 2014.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas. Estudos** antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha. **Ciência do Patrimônio**: Gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do Licenciamento Ambiental em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha, et al. Paisagem em Branco: protocolos de gestão e conservação em Arqueologia. FRONER, Yacy-Ara (Org.). **Cadernos de Ciência & Conservação**. Teoria e Contexto. Belo Horizonte. v.1, n.1, 2014, p. 209-216.

MONTEIRO, Vitor Gomes. **Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas**, Rio Grande do Sul (1832-1850). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MORAES, Tobias Vilhena de. **Preservação Arqueológica e Ação educativa nas missões**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

MOORE, Christopher R. THOMPSON, Victor D. Animism and Green River persistent places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. **Journal of Social Archaeology**, v.12, 2012, p. 264–284.

MOURA, Simone de Oliveira. Programa de Educação Patrimonial na Área do Projeto Salobo/PA. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta para reflexão. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 28, n. 28, 2007.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL. **Museologia** – Roteiros Práticos – Conservação de Coleções. São Paulo: Edusp, 2005.

NADAL, Laura Filloy. Prehispanic rubber balls: conservation and deterioration in the archaeological context. In: **Anais do VIII Congresso da ABRACOR**, Ouro Preto/MG, 1996.

NAJJAR, Rosana; ALMEIDA, M. Bezerra de; MACEDO, Jackeline. A Arqueologia via a Igreja: uma experiência de Educação no Projeto de Restauração da Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói, RJ. In: **Anais do XII Congresso da SAB**, São Paulo, 2003.

NAJJAR, Rosana; REZENDE, Christine. Coleção de Louças da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Anchieta/ES – um projeto de restauração. In: **Anais do IX Congresso da SAB**, Rio de Janeiro, 1997.

NAVARRETE LINARES, Frederico. Como contar una historia muchas veces contada. In: **Los Orígenes de los pueblos indígenas del valle de México**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011, p. 11-35.

NEVES, Cristin Costa das. **A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes**: os casos dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas-RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, 2014.

NOBRE, Chimene Kuhn. **Catálogo do Material Arqueofaunístico** – Projeto de Salvamento Arqueológico da Zona urbana de Pelotas/RS. Monografia (Curso de História) Universidade Federal de Pelotas, 2003.

_____. Projeto de Salvamento Arqueológico da Zona Urbana de Pelotas/RS: Catálogo do Material Arqueofaunístico do sítio Casa 8. In: **Cadernos do LEPAARQ**, v. 1, n.1, Pelotas: Editora da UFPel, Jan/Jun, 2004.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p. 257-268.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; LIMA, Suely Cristina Albuquerque de. Arqueologia, educação e preservação: o parque nacional do Catimbau, Pernambuco. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

OLIVEIRA, Estefany Pereira. **Um museu em processo**: o caso do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas e sua implantação. Monografia (Curso de Bacharelado em Museologia). Universidade Federal de Pelotas, 2014.

OLIVEIRA, N.V.de; FUNARI, P.P.A.; MARIA, J.B.D.M. Preservação e Conservação de sítios arqueológicos no estado do Rio de Janeiro: Arqueologia em Angra dos Reis e Educação Patrimonial. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. **Memórias da ocupação indígena no estado do Rio de Janeiro**: um estudo de caso do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVERA, Daniel. Prólogo. RIVOLTA, María Clara, et al (ed.). **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología**: perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires, 2014, p.11-13.

OLSEN, Bjørnar. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. In: GONZALÉS-RUIBAL, Alfredo. (ed.). **Arqueología Simétrica**. Un giro teórico sin revolución paradigmática. Complutum . v.18, 2007, p. 287-291.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, 1992.

_____. Rumo a uma Arqueologia Histórica Global: um exemplo do Brasil. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. V.6, n.2, 2012.

ORSI, Maria Bernardete Póvoa. Arte rupestre em Aquidauana – MS: uma proposta de preservação do patrimônio arqueológico. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005a.

_____. As atividades do estágio de treinamento técnico em conservação e restauro do Projeto Corpus Vasorum Antiquorum do MAE/USP. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005b.

PAIVA, Angela. Laboratório de Estudos e Pesquisas – Laguna. In: **Anais do VIII Congresso da ABRACOR**, Ouro Preto/MG, 1996.

PANACHUK, Lílian. **Arqueologia Preventiva e Socialmente Responsável!** A musealização compartilhada e meu mundo expandido. Baixo Amazonas, Juriti/Pará. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011.

PARDI, Maria Lúcia Franco. Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Estado de São Paulo. In: **Anais do X Congresso da SAB**, Recife/PE, 1999.

_____. Preservação e fomento à pesquisa arqueológica: a atuação do IBPC no Mato Grosso. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v.8, 1994, p.201-220.

PARENTE, Maria Tereza Vieira. Preservação arqueológica e conhecimentos tradicionais na Amazônia. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

PAULA, Tesesa Cristina Toledo de. De Plenderleith a Al Gore. O ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 16, n.2, 2008, p. 241-264.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Catálogo da Coleção de louças provenientes das escavações da residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel**. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material), Universidade Federal de Pelotas, 2004.

_____. Salvamento Arqueológico do centro histórico de Pelotas RS/Brasil. In: **Anais do V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul**. Rio Grande, 2006.

_____. **A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, 2009.

PEIXOTO, Luciana; CERQUEIRA, Fábio Vergara; VIANA, Jorge de Oliveira. Relatório de Salvamento e Acompanhamento nas Obras de Restauro da Casa da Banha. In: **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas: Editora da UFPEL, 2009.

PEIXOTO, Silvia Alves, et al. O projeto de curadoria do acervo arqueológico do Museu Nacional – Casa de Pederia. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

PELEGRINI, Sandra, C. A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, 2006, p. 115-140.

PEÑA, Alfredo Palau; MENDES Jr., Valmir Manoel; SOARES, Viviane Cristina Novais. Conservação de Sítios arqueológicos com Arte rupestre: estudos de caso Sítio GO-NI-09 e GO-RA-01 no estado de Goiás. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

PEREIRA, Daiane. “**Reserva Técnica Viva**”: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Paul Hilbert. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 2015.

PEREIRA FILHO, Antônio de Moura. Análise conservacionista do patrimônio arqueológico histórico da antiga residência de verão do ex-governador do estado de Pernambuco. In: **Anais do XIII Congresso da SAB**, Campo Grande/MS, 2005.

PERÉZ, Ana Pastor. Towards a Social Archaeological Conservation in Barcelona. *Complutum*, v.27, n.2, 2016, p. 259-280.

POMIAM, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopedia Eunadi**. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p.51-86.

PYBURN, K. A.; BEZERRA, M. Arqueologia Pública em *5 tempi*: reflexões sobre o workshop ‘Gerenciamento do Patrimônio Cultural-Arqueologia’, Goiânia, Brasil. In: LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. (Orgs.). **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Editora Alternativa, 2006. p.183-190.

RADICCHI, Gersa de Alkimin. O Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas da UFMG e a preservação de acervos arqueológicos. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

RAMOS, Claudinéli Moreira. Documentação e Conservação de Acervos: Requisitos decisivos para a preservação patrimonial. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO; ACAMPORTINARI. **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos**: Diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Rafaela Nunes. **Reflexões sobre Gestão Arqueológica e Museológica da Cultura Material**: o sítio guarani PS-03 Totó (Pelotas – RS) e seus vestígios. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2013.

RECOMENDAÇÕES DE OURO PRETO. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas/SP, v.11, n.2, 2017, p.2-5.

RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia**: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, 2012.

_____. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville. **Revista de Arqueologia**, São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p. 96-114.

RIBOTTA, Eduardo. Las colecciones olvidadas. In: **Anais do X Congresso da ABRACOR**, São Paulo, 2000.

RIZÉRIO, Mateus Santana; SILVA, Leandro Carvalho de Oliveira. Tratamento de artefatos arqueológicos em Ferro (FE): Recuperação, conservação e restauro. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

ROCHA, Marcelo Garcia da. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2014.

RODGERS, Bradley A. **The archaeologist's manual for conservation**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2004.

RODRIGUES, Marta Bonow. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”**: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, 2015.

RODRIGUES, Pablo R.A.; CAVALCANTE, Luis Carlos. Análise das pinturas rupestres e levantamento dos problemas de Conservação do Sítio Pedra do Atlas, Piripiri, Piauí. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

ROSA, J. H. **Entre Alagados e Penhascos**: O Ouro da Liberdade nas Resistências Quilombolas do Século XVIII na Capitania de Mato Grosso, Região Mineradora de Guaporeana. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2008.

ROSA, Estefânia Jaékel da. **Paisagens Negras**: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SÁ, Iván de; GIBELLI, Alessandra; KETZER, Daisy. A formação de profissionais em Conservação no Brasil. **Mast Colóquia**. Rio de Janeiro, v.9, 2007, p. 145-162.

SALADINO, Alejandra. Iphan, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: Um breve panorama. **Revista de Arqueologia**. São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p. 40-76.

SALAZAR-SIERRA, Maria Elena. La identidad cultural en la conformación de colecciones arqueológicas en Colombia. In: CURTONI, Rafael Pedro; ENDERE, María Luz (Ed.). **Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica**. Unicen: Argentina, 2009.

SALLÉS, Jaime Mujica; RIBEIRO, Diego Lemos. Consideraciones sobre el papel del conservador en las excavaciones arqueológicas. **Actas del I Congreso Internacional de Arqueología de la Cuenca del Plata**. Secretaria de Cultura. Buenos Aires, 2011, p. 235-236.

SALLÉS, Jaime Mujica et al. Protocolo de Ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo – RS. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas/SP, v.11, n.2, 2017, p.6-24.

SANCHES, Pedro Luis Machado; OLIVEIRA, Estefany Pereira; TEIXEIRA, Paulo David Porto Fabres. O futuro Museu de Arqueologia e Antropologia de Pelotas: atores, artefatos, tipologias e percursos. In: **I Salão Científico Cultural MARS Santander Cultural: patrimônio cultural e museus**. Porto Alegre, 2013.

SANTANA, Anelize Moreira. **A Circulação de Mercadorias no Contexto do Sistema Escravista: Uma Abordagem de Arqueologia Documental no Jornal Diário de Pelotas (1876-1888)**. Monografia (Curso de Bacharelado em Antropologia/Arqueologia). Universidade Federal de Pelotas, 2015.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1 ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN, 2015 (termo chave Preservação).

SANTOS, Claristela Alves dos Santos, et al. A preservação de pinturas e gravuras rupestres sobre suporte granítico. In: **Anais do XV Congresso da SAB**, Belém/PA, 2009.

SANTOS, Heide Roviene Santana dos. **Patrimônio Arqueológico Musealizado em Sergipe: um estudo de caso sobre a relação documentação arqueológica e informação arqueológica como procedimento essencial de gestão de coleções**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro. **Musealização em projetos de Arqueologia consultiva: perspectivas patrimoniais para a estrada de ferro Carajás (MA/PA)**. Tese (Doutorado em Museologia), Lisboa, 2011.

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface entre Arqueologia e Arquitetura na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2009.

SANTOS, Patrícia Palma. **O passado no presente: a importância da educação patrimonial e do arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da “Estrada Real”**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João del Rei, 2015.

SERRA, Roseane da Conceição Santos. **Musealização da Arqueologia: um estudo sobre o Museu Dom Avelar Brandão Vilela e a coleção de moedas romanas da dinastia Constantiniana**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal do Piauí, 2014.

SCHNEIDER, Patrícia. **Um Patrimônio “Adormecido”: A Cultura Material Arqueológica Pré-Colonial nos Lugares de Memória do Vale do Taquari/RS**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu como processo. In: JULIÃO, Letícia (Coord.); BITTENCOURT, José Neves (Org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**. Mediação em Museus. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008, p.36-49.

SEASE, Catherine. **A conservation manual for the field archaeology**. Archaeology Research Tools 4. Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1994.

_____. The Conservation of archaeological materials. In: EMBER, Carol R.; EMBER, Meluin; PEREGRINE, Peter N. **Research Frontier in Anthropology**. v.1, 1998.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes da. **Musealização da Arqueologia: Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em Museus Potiguares**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Aline de Figueirôa; GUSMÃO, Fernanda Maria Buarque de. Proposta técnica de delimitação da área de entorno e ampliação do conjunto tombado do Bairro do Recife: uma experiência do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO no Recife-PE. In: **Anais do XII Congresso da ABRACOR**, Fortaleza/CE, 2006.

SILVA, Ana Flávia Sousa. **Complexo Arqueológico Serra do Morcego, Caxingó (PI): proteção, conservação e manejo de sítios arqueológicos de registros rupestres**. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal do Piauí, 2014.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Descobrimos a Chácara e a Charqueada**, pela arqueologia pública. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Fabíola Andrea. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. **Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología: perspectivas desde Sudamérica**. Buenos Aires, 2014, p. 131-154.

SILVA, Márcia Regina; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **R. Ci. Inf. e Doc.** v.2, nº. 1, 2011, p. 110-129.

SILVA, Martha; RESENDE, Eunice; NEVES, Anamaria. Metodologia de conservação de acervos arqueológicos. In: **Anais do X Congresso da ABRACOR**, São Paulo, 2000.

SILVA, Maurício André da. **Memória e histórias no sudeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, Selma Lima da. **Contexto Comunitário e Educação Patrimonial: Um estudo de caso em União dos Palmares – AL**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Preservação do Patrimônio). Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

SILVEIRA, Luciana da. A escolha de abordagens na conservação de têxteis arqueológicos: vista no tratamento de duas túnicas Pré-Colombianas. In: **Anais do VIII Congresso da ABRACOR**, Ouro Preto/MG, 1996.

SOUZA, Gláucia Silva Marques de. Restauração e Redução eletrolítica de Produtos de Corrosão em aços arqueológicos da Antártica. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. **Patrimônio Arqueológico e museus**: a coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Taciane Silveira. **Preservação do Patrimônio Arqueológico de Fronteira**: Museo del Patrimonio Regional de Rivera – Uruguai. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia). Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Arqueologia Histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Padro (Orgs.) **Cenários regionais em Arqueologia Brasileira**. Annablume, 2009.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui**: um olhar necessário. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 1994.

TAUHYL, Ana Paula Moreli. **Alfabetização do Olhar**: aprender pelos objetos e suas representações. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2013.

TÉLLEZ, Francisco. Conservación y restauración de objetos arqueológicos confeccionados en metal (San Pedro de Atacama, Chile). In: **Anais do X Congresso da ABRACOR**, São Paulo, 2000.

TENORIO, R.L.Q. Conservação de artefatos de ferros do sítio Costa Brava. In: **Anais do XIV Congresso da SAB**, Florianópolis/SC, 2007.

TESSARO, Piero Alessandro Bohn. **Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe**: Musealizando uma Arqueologia com a Cidade. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2013.

TIRADO, Carolusa González; CERVERA, Ilse Cimadevilla. Pastas de resane para La conservacion de metales antiguos. . In: **Anais do VIII Congresso da ABRACOR**, Ouro Preto/MG, 1996.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica em Quaraí/RS**: uma contribuição à identificação do Patrimônio local. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

_____. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Construindo um trabalho sobre musealização da arqueologia: Fronteira, estâncias e museus. **Revista de Arqueologia**. São Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p. 160-181.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. **Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade de Rio Grande/RS**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Antropologia**. Pelotas, 2013. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/antropologia/files/2016/09/Projeto_pedagogico_antropologia.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **Projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais**. Pelotas, 2016. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/crbensmoveis/files/2017/03/PPC_3_CeR.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **Projeto pedagógico do curso de Museologia**. Pelotas, 2009. Disponível em: <<https://museologiaufpel.files.wordpress.com/2012/01/projeto-pedagc3b3gico.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

VARINE, Hugues de. A Nova Museologia: ficção ou realidade. **Museologia Social**. Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura. Porto Alegre, 2000, p. 21-33

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de. Arqueologia da Escravidão e Cultura material sob a ótica da Teoria Contemporânea da Restauração. In: **Anais do XVII Congresso da SAB**, Aracaju/SE, 2013.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carett. **Artefatos em ferro de origem terrestre: um estudo de caso sobre a interface entre pesquisa arqueológica e conservação no sítio Charqueada Santa Bárbara**, Pelotas, RS, Brasil. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 2014

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma Reserva Técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos do MAE/UFBA. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas/SP, v.11, n.2, 2017, p.153-165.

VENTURINI, Tommaso. Diving in Magma. How to Explore Controversies with Actor-Network Theory. **Public Understanding of Science**, v.19, 2010, p.258-273.

WICHES, Camila Azevedo de Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des) Caminhos da prática brasileira**. Tese (Doutorado em Museologia), Lisboa, 2010.

_____. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. Paulo: SAB v.26, n.2, 2013/ v.27, n.1, 2014, p.16-39.

WOBST, H. Martin. *Indigenous Archaeologies: A Worldwide Perspectives on Human Materialities and Human Rights*. In: **Indigenous Archaeologies: a Reader on Descolonization**. Left Coast Press, 2010, p. 17-27.

ZANATA, Eliane Marchezini; GRANATO, Marcus. Subjetividade e Objetividade: as decisões nos processos de conservação e restauração dos bens culturais. **Anais do XVII ENANCI**, Bahia, 2016.

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista com Prof. Jaime Mujica Sallés

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistado:** Jaime Mujica Salles**Local:** Pelotas**Data:** 21 de Janeiro de 2016**Duração:** 55'13**Transcrição:** Nátili Di Domenico

Grasiela Tebaldi Toledo: Olá Prof. Jaime! Primeiro, gostaria de saber qual a tua formação, desde a graduação, a pós-graduação e onde surgiu a conservação na tua trajetória acadêmica?

Jaime Mujica: Perfeito. A minha formação básica é de Biologia pela Universidade da República, no Uruguai. Posteriormente eu fiz um mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em botânica, concentração na área de sistemática vegetal. Por último, fiz o doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Agronomia - Ciências do Solo. A partir daí, em determinado momento da minha trajetória profissional comecei a juntar o gosto que eu tinha pela Arqueologia, com a disciplina da conservação. Isso foi a partir do momento que entrei na Universidade Federal de Pelotas, como docente do curso de Conservação e Restauro de Bens Móveis. Eu percebi que tinha uma carência muito grande no país e na região, no que se refere à conservação de acervos, tanto paleontológicos, como arqueológicos e históricos. A conservação estava direcionada mais para acervos de obra de arte e documentação em papel, etc. Então, vimos já nessa época, seis anos atrás, a necessidade de primeiro nos capacitar e segundo de oferecer um curso que formasse profissionais capazes de atuar nessa área.

Grasiela: Você ingressou na Universidade Federal de Pelota para ser professor do curso de Conservação e Restauro?

Jaime: Sim. Nesse curso tinha uma disciplina optativa de Conservação de materiais arqueológicos, mas não tinha disciplinas obrigatórias e também não existia um interesse por essa área, por parte da coordenação do curso.

Grasiela: Desde quando tu consideras que tu atuas como conservador? A partir do momento que entrou na UFPEL? Antes não tinha tido experiência?

Jaime: Antes não tinha trabalhado com a área de conservação. Tinha trabalhado com a conservação de acervo botânico, ou seja, com acervos botânicos em herbários, com conservação de exsicatas, onde tu tens que fazer acondicionamento em longo prazo de material botânico e da informação relacionada em papel. Tratava-se neste caso de materiais orgânicos (papel, cartão e plantas e frutos desidratados) a maioria coletados no século XIX e XX. Material este muito susceptível aos ataques por microrganismos e outros agentes biológicos.

Grasiela: Você buscou a qualificação em conservação, pela falta, pela carência, que sentiu na universidade. Hoje tu consideras qual a tua principal área de atuação profissional?

Jaime: A conservação arqueológica.

Grasiela: E desde quando tu te aproximaste da arqueologia?

Jaime: Formalmente eu não tenho formação como arqueólogo. Já desde menino eu lia muito sobre arqueologia, acompanhava um grupo de arqueólogos em trabalho de campo e também acompanhei várias escavações com docentes da FURG, já antes de entrar nesta universidade. Então sempre tive essa relação próxima com a arqueologia, mais considerando a arqueologia como uma Ciência interdisciplinar onde a Biologia desempenha um papel muito importante.

Grasiela: Tu fizeste alguma especialização em conservação arqueológica? Participação em cursos ou simpósios?

Jaime: Bom, esse é um grande tema. A falta de curso de capacitação no Brasil e na região é grave, muito significativo, tanto para profissionais como para alunos que se iniciam na temática. Eu consegui fazer um curso de conservação de materiais arqueológicos subaquáticos, que é uma temática mais específica, na República Dominicana, com especialistas do Centro de Arqueología Subacuática de Cádiz e do Museo Nacional de Arqueología Subacuática de Cartagena. Depois fiz um curso de conservação de materiais arqueológicos metálicos, oferecido pela Unidade de Pós-Graduação da Universidade da República, em Montevidéu. E agora fiz um curso latino-americano de gestão e conservação de materiais arqueológicos subaquáticos, que foi ministrado em Montevidéu. Com especialistas do patrimônio cultural subaquático da Espanha e toda latino-américa, estando o Brasil representado pelo nosso Laboratório e pela Dra. Lizette Dias de Oliveira do Laboratório de Cultura Material e Conservação da UFRGS.

Grasiela: Então percebe-se que o Uruguai tem mais cursos para capacitação em conservação arqueológica do que a realidade daqui do sul do Brasil. Claro, você tem o contato facilitado com o Uruguai, um bom intercâmbio.

Jaime: É, exatamente. Mas esses cursos disponibilizam poucas vagas e para poder entrar nesses cursos tem que passar por uma seleção muito rigorosa. As pessoas que não tem experiência prévia dificilmente conseguem capacitar-se. Eles exigem muito experiência prévia quando se trata de conservação de arqueologia subaquática, tem exigência de horas de mergulho.

Grasiela: Como tu percebes a conservação arqueológica no Brasil?

Jaime: Perfeito. Vamos diferenciar dentro da conservação arqueológica o que é a conservação de restos imóveis, ou seja, de estruturas de pedra, de missões jesuíticas, dos próprios sambaquis ou cerritos, da preservação de bens móveis, ou seja, dos artefatos e ecofatos. Também vamos diferenciar dentro da conservação arqueológica o que é a conservação preventiva, ou seja, sem intervenção direta no objeto, e a conservação curativa e o restauro. Também tem uma diferenciação no que é a conservação arqueológica *in situ* e a conservação arqueológica já dentro das próprias instituições, ou seja, laboratórios de pesquisa, museus, etc. Geralmente a formação em outro país é bastante rígida, nesse sentido. A pessoa que trabalha com bens imóveis e geralmente não trabalha com objetos. Quem trabalha em campo geralmente não trabalha no laboratório, isso é bem marcado. Quem trabalha com conservação preventiva de uma determinada coleção não necessariamente é a mesma pessoa que executa os tratamentos de conservação curativa. No nosso caso aqui, na formação que estamos oferecendo geralmente não estamos trabalhando com bens culturais imóveis, ou seja, com edificações, não temos entrado nessa área. Trabalhamos sim com bens culturais móveis, artefatos históricos e artefatos arqueológicos de diversas tipologias. Tanto a conservação *in situ*, a atividade de conservação em um sítio, como a atividade no laboratório e depois a atividade de acondicionamento e extroversão desse material. Bom, depois temos dentro da conservação arqueológica, a conservação de artefatos terrestres, encontrados em meio terrestre, e dos retirados do meio aquático, sendo que o ambiente aquático pode corresponder a sítios de água doce, água salubre ou água salgada, sendo os de água salgada os mais problemáticos. Com relação a conservação de materiais arqueológicos subaquáticos, eu não conheço no Brasil um laboratório que trabalhe especificamente nesse sentido. Pode ser ignorância minha, mas não conheço. E do ponto de vista da conservação arqueológica terrestre, o grupo historicamente mais conhecido é o coordenado pela Dra Yacy Ara Froner, do LACICOR (Laboratório de Ciência da Conservação) da Universidade Federal de Minas Gerais. Eles fazem tanto conservação preventiva, como

conservação curativa de seus materiais. Esse é o nosso referencial no Brasil, em Minas Gerais. Com relação ao Rio de Janeiro, já podemos indicar, como referência, o laboratório do Dr. Marcus Granato do MAST, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, que é dedicado à conservação preventiva e curativa de artefatos metálicos históricos. E depois, temos o Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH), coordenado por [Andrés] Zarankin, que tem trabalhado com o material orgânico e inorgânico proveniente das prospecções na Antártica através de algumas conservadoras da equipe da Yacy Ara Froner, como, por exemplo Gerusa Radicchi, que está fazendo doutorado em conservação na Espanha. Fora dessas situações pontuais, excluindo aqui no Rio Grande do Sul o Lâmina, temos uma carência enorme tanto de laboratórios com os equipamentos necessários e os recursos humanos especializados, como de produtos e insumos necessários para fazer a conservação dos vestígios arqueológicos. Resinas acrílicas, cera microcristalina, solventes específicos, inibidores de corrosão, pranchas de polietileno expandido, etc. contam com pouquíssimos fornecedores ou muitas vezes existe um fabricante, mas não fornece nas pequenas quantidades que o laboratório necessita. Então, te obriga a fazer compras diretas, não através de editais ou licitação, senão uma compra direta, em Portugal, Estados Unidos, etc. O custo é muito alto e geralmente é o próprio pesquisador que banca esse tipo de gasto, ou os próprios alunos que estão desenvolvendo as pesquisas contribuem com esses gastos. Então igualmente é uma situação crítica, mas por outro lado está de acordo com a situação crítica em que o país se encontra.

Grasiela: Não é exclusivo da conservação.

Jaime: Um laboratório de conservação arqueológica bem equipado e com os recursos humanos necessários é praticamente um luxo para o Brasil, mas por outro lado, dado o rico patrimônio brasileiro, pelo menos algum laboratório deveria poder dar conta do recado.

Grasiela: Que fosse referência para casos mais urgentes...

Acho que nessa pergunta tu acabaste respondendo a pergunta sobre quais seriam os profissionais de conservação arqueológica no Brasil? Tu pontuaste a Yaci Ara, o Marcus Granato...

Jaime: A conservadora/restauradora Silvia Cunha Lima, que atualmente está fazendo o pós-doutorado na USP, tem uma ampla experiência em acondicionamento de coleções arqueológicas. Também devemos destacar a Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos, conservadora-restauradora e atual coordenadora do Setor de Acervos do Museu de Arqueologia (MAE/UFBA), que trabalha com a conservação preventiva e curativa de coleções arqueológicas

e etnográficas. Ela e Ana Paula da Rosa Leal, também conservadora/restauradora, desenvolveram suas pesquisas iniciais no LÂMINA. Ana Paula ocupa atualmente o cargo de Responsável pela área de Conservação do Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN em Brasília e têm sido uma das autoras do capítulo de conservação da Instrução Normativa Nº001/2015 e da recente Portaria Nº 196/2016 que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis.

Grasiela: Lembra de mais alguém que atue no Brasil?

Jaime: Temos também um grupo de conservadores/restauradores em fase de especialização em conservação de artefatos arqueológicos, como os provenientes de projetos de arqueologia de campo de batalha, que apoiam os trabalhos do nosso laboratório. Estes especialistas, alguns já na fase culminar os estudos de pós-graduação, tem desenvolvidos trabalhos na área de conservação preventiva e curativa, tanto nas pesquisas no campo como nos laboratórios de universidades e museus do Brasil e do Uruguai. Márcia Dutra, Susana dos Santos Dode, Fábio Barreto, Taciane Silveira Souza...

Grasiela: Certo. Talvez agora seja uma resposta interminável, tu escolhe só o que tu quiseres falar. Quais os trabalhos que tu já realizaste em conservação arqueológica?

Jaime: Bom, meu primeiro trabalho foi decorrente da escavação do sítio Totó aqui na Lagoa dos Patos, um sítio pré-histórico. Foi uma escavação dirigida pelo arqueólogo Aluísio Alves e que resultou basicamente em materiais líticos, cerâmicos, algo osteológico, e foram testados os primeiros ensaios de pré-consolidação, acondicionamento preventivo, etc. E onde o tempo de escavação era exclusivamente direcionado pelo arqueólogo responsável. Bom, a segunda experiência foi na charqueada Santa Bárbara, que foi um estabelecimento dedicado à produção de charque, carne seca salgada do início do século XIX, onde o tempo da escavação, ou seja, quando se parava tal quadrículas, quando se começava outra quadrícula, eram direcionados pela equipe de conservação. Para minimizar o tempo que o objeto fica exposto aos agentes ambientais e para permitir que materiais significativos fossem pré-consolidados para poderem ser retirados. Os trabalhos arqueológicos em quadrículas com materiais que necessitassem de conservação *in situ* poderiam ser detidos até poder fazer a pré-consolidação que podia durar horas ou podia durar de um dia para outro. Nesse trabalho, de forma mais articulada, a conservação, a arqueologia e os aspectos museológicos, foram contemplados. Também trabalhamos com alguns materiais históricos do instituto histórico e geográfico de São José do Norte, neste caso se tratou de uma baioneta do século XIX, pertencente à Revolução

Farroupilha. Posteriormente mais uma baioneta, também do século XIX, que neste momento está finalizada aqui no laboratório. Depois trabalhamos no sistema de museu da Colônia de Sacramento, já com material dos séculos XVIII e XIX. Nesse caso eram artefatos de combate e artefatos de cavalaria, sendo trabalhado tanto a conservação curativa e conservação preventiva e como fazer o acondicionamento dos artefatos e a reformulação da reserva técnica. Trabalhamos também no museu do patrimônio, em Rivera no Uruguai, onde se fez todo sistema de caracterização do prédio, caracterização das coleções, o gerenciamento do acervo, a conservação preventiva, conservação curativa e montou-se uma reserva visitável, e um mini laboratório de conservação. Agora, o que estamos fazendo é através de um convênio com o IPHAN, a caracterização e tratamento do acervo metálico das missões jesuíticas do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma coleção de uns oitocentos artefatos, na sua grande maioria de ferro e alguns de chumbo, dos séculos XVII e XVIII.

Grasiela: É um bom panorama isso, e acho que os dois primeiros trabalhos que você citou, tiveram atuação diretamente no sítio arqueológico, desde o início da pesquisa. Então, a outra pergunta é se tu já havias trabalhado de forma articulada entre arqueologia, museologia e conservação? Acredito que tu falaste da Santa Barbara, que teve essa articulação.

Jaime: Foi onde se trabalharam melhor essas três áreas...

Grasiela: Nos museus e no sistema de museus, não tinha a parte arqueológica envolvida? Ocorria mais a relação entre a conservação e museologia ou ficava bem focado na conservação?

Jaime: Não, um enfoque inicial mais na conservação, mas inclui também a parte de interpretação dos materiais, a caracterização, a cronologia, o uso, a pessoa por detrás do artefato, claro, é uma equipe multidisciplinar, então cada um colabora com a sua área. Cada vez mais nos preocupamos por contribuir também com a extroversão dessas coleções.

Grasiela: Pensando nessa equipe multidisciplinar, e na experiência no sítio arqueológico Santa Barbara, como tu vê a relação entre os profissionais envolvidos nesse trabalho? Como é ter profissionais de várias áreas em campo, em laboratório? Como ocorria o diálogo?

Jaime: Bom, depois dessa experiência, há diversas coisas que podemos modificar e outras que devemos aperfeiçoar. O fato de ter protocolos conjuntos, eles funcionaram e funcionam, e os resultados são evidentes quanto à preservação da informação contextual e dos próprios artefatos. Os resultados são inegáveis. Porém, analisando a formação do arqueólogo, ainda há alguns elementos que dificultam o diálogo interdisciplinar. Primeiro, o conceito de que a

preservação do patrimônio, a gestão do patrimônio é de exclusividade do arqueólogo e que a coleção pertence a determinada pessoa, mesmo após a entrega do acervo a uma instituição, a coleção parece que continua sendo de propriedade do pesquisador e para tu publicares ou pesquisar ou para fazer a extroversão tem que pedir autorização a tal pesquisador. Isso é uma coisa que dificulta em grande forma as atividades de conservação e de comunicação. Outra coisa é a falta, não digo em todos os arqueólogos, mas na grande maioria, de um certo grau de conscientização no que se refere ao que acontece com os artefatos e com a informação depois do termino da pesquisa, com os artefatos e com a informação. Isso dificulta muito o diálogo com os demais profissionais que participam da gestão do patrimônio.

O trabalho do arqueólogo se torna muito mais complexo e mais demorado, se o trabalho multidisciplinar for de fato aplicado, pois é preciso planificar a escavação, preocupando-se com a conservação preventiva, curativa, acondicionamento dos artefatos em curto e longo prazo, transporte, tratamentos, protocolos, presença de especialistas, adquirir os insumos necessários, porém, compreendendo a arqueologia como uma ciência interdisciplinar, o resultado tem que ser esse.

Todos, tantos os museólogos, os museógrafos, os arqueólogos, os conservadores, os historiadores, os antropólogos, os biólogos, todos contribuem para preservar essas memórias do passado. Então, consideramos que não poderia existir um único protagonista, mas múltiplos protagonistas. Nessa relação, quando é feito um protocolo de trabalho ou projeto de intervenção em um artefato, o arqueólogo tem que estar presente, o antropólogo, o conservador, o museólogo, porque tem certas perguntas que previamente devem ser feitas. Por exemplo, em que locais do artefato poderiam encontrar-se informações diagnósticas? Então se tem que tomar determinar cuidados ao fazer a limpeza investigativa ou outros procedimentos interventivos, e isso o arqueólogo vai dizer. Como vai ser feita a extroversão? Onde vai estar acondicionado depois de todo esse trabalho? Será acondicionado em um ambiente com temperatura controlada, iluminação controlada, umidade relativa controlada ou sem esses controles? É um artefato que vai ser necessária que seja manipulado pelo público como forma de assegurar sua apropriação ou esse artefato vai estar numa vitrine? Isso vai direcionar o tipo de tratamento do projeto interventivo. Então, aqui podemos diferenciar dois tipos de arqueólogos; o arqueólogo mais tradicional, o arqueólogo que em algum momento revolve que tinha que trabalhar com conservação, um momento pensou que a sua responsabilidade ia muito além que entregar na instituição um monte de caixas. E o arqueólogo que é consciente de tudo isso e se preocupa desde o planejamento da escavação e depois do acondicionamento em longo prazo. Decorrente dessa preocupação trabalha em conjunto com o museólogo e com o conservador. Então, é uma

práxis complexa que demanda que a instituição, tenha, por exemplo, como é no nosso caso, os cursos de conservação, de museologia, de antropologia/arqueologia, história, próximos fisicamente, permitindo essa interação dos profissionais, mas caso os dignos profissionais...

Grasiela: Estejam interessados...

Jaime: Estejam interessados em trabalhar dessa forma, e cujas metodologias sejam comuns e aceitem as especificidades de cada uma das áreas.

Grasiela: Sim, difícil. Essa experiência que relacionou a arqueologia, a museologia e a conservação de uma forma um pouco mais próxima, teve os resultados divulgados no que se refere à conservação?

Jaime: Bom, sim. A divulgação dos resultados da área de conservação foi feita através de mesas específicas de conservação em simpósios nacionais e internacionais. Mesas onde se trabalhava a relação arqueologia, museologia e conservação. Também através de congressos e eventos nacionais e através de TCC's de graduação e várias dissertações de mestrado. Precisamente, este mês passado, Mara Vasconcelos, venceu o prêmio Luiz de Castro Faria, do IPHAN. Esta premiação contemplou pesquisas acadêmicas relativas à preservação do patrimônio arqueológico brasileiro que mereçam ser divulgadas e ter o reconhecimento público. Foi o caso desta dissertação de mestrado em arqueologia, apresentada na Universidade Federal de Sergipe intitulada "Artefatos em ferro de origem terrestre: um estudo de caso sobre a interface entre pesquisa arqueológica e conservação no sítio Charqueada Santa Bárbara, Pelotas, RS, Brasil", orientado pela Dra. Elizabete de Castro Mendonça e co-orientada por mim. Também temos ministrado oficinas de conservação de materiais arqueológicos em diversas instituições no Brasil e no exterior, como na UNICAMP, na FURG, no Sistema de Museus de Colonia del Sacramento, no Museu del Patrimonio Regional de Rivera. Então eu acho que tá bastante divulgado...

Grasiela: Bem divulgado e reconhecido.

Jaime: Tem um reconhecimento a nível nacional e também a nível regional, já são mais instituições de fora do país que estão solicitando nossos serviços. Tanto no que se refere a diagnósticos e assessoria.

Grasiela: Esse próprio trabalho em parceria com o IPHAN também é um reconhecimento.

Jaime: Exato. Essa foi uma grande alegria para nós e grande estímulo para nossa equipe de trabalho.

Grasiela: Sim. Muito bom. Acho que também já conversamos bastante sobre isso, mas tu consideras conservação uma área que devia atuar em todas as pesquisas arqueológicas?

Jaime: Bom, aí não sei bem se é uma pergunta específica com relação à instrução normativa. Em certa forma, o capítulo conservação, dentro da instrução normativa do IPHAN tem bastante influência das atividades que nós desenvolvemos com conservação através da Ana Paula da Rosa, que fez museologia e conservação na UFPel e fez o mestrado em arqueologia, sempre com os temas da conservação e ela foi contratada através da UNESCO para assessorar o IPHAN e teve a oportunidade, de influenciar bastante o que é capítulo de conservação. Agora, foi um grande passo, mas ainda falta muito. É uma portaria muito laxa no que diz respeito à participação, a assinatura de um conservador, e se for o caso, de um museólogo, um museógrafo. E outro ponto que seria interessante destacar dessa instrução normativa é com referência às responsabilidades, ela coloca a responsabilidade pela conservação do material arqueológico, até a entrega na instituição ao arqueólogo coordenador. Depois da entrega na instituição, é responsabilidade da própria instituição. O qual é muito relativo, porque grande parte dos problemas decorrentes de uma má práxis durante a escavação vão aparecer depois, meses ou anos depois, dentro da instituição. Esses materiais vão se deteriorar, como consequência de ações incorretas ou falta de ações de conservação preventiva. A primeira responsabilidade da equipe arqueológica deveria perpassar a instância de entrega dos artefatos. Isso é um ponto que eu considero nevrálgico nessa normativa, mas eu acho que estou passando um pouco do tema.

Grasiela: Não. Ótimo. Não tinha pensado na instrução normativa, mas acho que é fundamental para normatizar algumas das pesquisas que não só as de arqueologia preventiva, de arqueologia de contrato, também as acadêmicas.

Jaime: Exato. Aí podemos entrar em outro tema que tem muito a ver, porque eu vejo, dentro desta universidade e outras universidades, que os projetos de arqueologia acadêmicos, e esses muitas vezes, não consideram e nem realizam nenhum tipo de cuidado e/ou normativas. Pareceria que os cuidados com os materiais arqueológicos, somente deveriam ser contemplados na arqueologia de contrato. A arqueologia acadêmica, da mesma forma, deveria ter todos os cuidados que devem ser tomados, é patrimônio da união, e há uma série de protocolos, uma série de cuidados e acondicionamentos que devem ser feitos, e geralmente na pesquisa

acadêmica não se faz. A instrução normativa não deveria contemplar somente o que é arqueologia de contrato, senão também toda pesquisa arqueológica que se faz no Brasil.

Nos Estados Unidos, no Canadá, nos países europeus, existem excelentes manuais de conservação arqueológica, que na maior parte das vezes, são feitos por conservadores arqueológicos e dirigidos para os arqueólogos. Na nossa experiência e conversando com outros arqueólogos do Brasil e de outros países, isso não funciona muito bem ou diria que funciona muito pouco. O arqueólogo, aparentemente, não tem tempo ou muita disposição para estar consultando, estudando o manual, apesar de que temos o manual de Wanda Loredó que está publicado em português e é um excelente manual. Muitos arqueólogos o conhecem, tem o manual, mas praticamente nunca consultam. Então, vemos assim que são necessárias duas coisas. Primeiro: incorporar no currículo do arqueólogo duas ou três disciplinas específicas da área de conservação arqueológica. E a outra é forçar a incorporação de um conservador na equipe multidisciplinar. Essas são as duas alternativas. Temos poucas universidades que incorporam esta formação na grade curricular obrigatória. Podemos destacar a Universidade Federal de Pernambuco, quem tem, umas três ou quatro disciplinas obrigatórias na área de conservação arqueológica no programa do curso de Arqueologia. Nesta universidade destacam-se as atividades da Dra. Neuvânia Curty Ghetti, quem coordena os trabalhos de conservação do Laboratório de Arqueologia para Conservação e Restauração (LACOR), pesquisadora que participou conosco na mesa de conservação no segundo Congresso internacional de Arqueologia de la Cuenca del Plata, em San José, Uruguay no ano de 2014.

Grasiela: Mas a gente chega num ponto que, não sei se agora o cenário é diferente, por conta até dos cursos que aumentaram de museologia e de conservação, mas teria conservadores para suprir essa demanda?

Jaime: Bom, essa é uma pergunta muito interessante. Estimo que ao forçar a demanda, vá forçar a formação de especialistas nessa área, de alguma forma temos que começar. Nós aqui, na UFPel, começamos a capacitar e a formar especialistas na conservação arqueológica, e por sorte os primeiros especialistas que se formaram aqui já estão absorvidos pelo mercado de trabalho. Então a partir do momento que seja obrigatório, com certeza outros centros de pesquisas e de capacitação vão começar a formar esse tipo tão particular de profissional. Eu queria aproveitar para falar um pouco, também, da parte museológica. O museólogo é nessa práxis (...)

Grasiela: Eu acho que é bem a próxima pergunta. A conservação também pode ser entendida com uma área da museologia; e aí como você entende essa relação entre ambas. Muitas vezes

o museólogo tem muito mais na sua formação as questões de conservação que um arqueólogo, que um historiador. O museólogo tá mais próximo.

Jaime: O museólogo por formação está mais próximo da problemática do artefato, dos componentes materiais, informacionais e simbólicos. Pelo o que eu conheço, nos poucos cursos de museologia que tem no Brasil, estimo que não estejam muito preocupados, muito direcionados ao que é o patrimônio arqueológico, e sim mais direcionados às obras de arte. O que vemos também é que geralmente o museólogo não tem acompanhado as etapas de planejamento do trabalho de escavação, não tem acompanhado as etapas da própria escavação e aparece posteriormente, quase no final da cadeia operatória. O que é muito ruim, vemos dessa forma que desses milhões de artefatos e ecofatos que estão nos museus, no Brasil, uma ínfima parte foi extrovertida, uma ínfima parte está em exibição. Temos uma situação em que, se pegamos todo esse patrimônio histórico arqueológico móvel e fazemos uma análise do estado de conservação, vemos que lamentavelmente na grande maioria dos depósitos arqueológicos, ou reservas arqueológicas entre aspas – muitas vezes, estes materiais estão em um estado de deterioração muito grande, e que grande parte, desses artefatos nunca vão a chegar a serem apropriados pela sociedade. Isso nos leva a delinear uma série de estratégias para evitar o acúmulo desses materiais, que são, por exemplo, os protocolos de triagem no campo, o descarte, o re-enterramento, as doações, etc., toda uma práxis que evitaria a acumulação de materiais e facilitaria a conservação e extroversão dos materiais que já existem. Por isso que voltamos a destacar a importância da fase de planejamento quando se faz a estimativa dos tipos de tipologias que vão aparecer na escavação, o estado de deterioração, a lista de insumos. Não adianta tentar coletar tudo e não ter laboratório capaz de processar, não ter uma equipe técnica capaz de interpretar e pesquisar esses artefatos, nem uma reserva de acordo com esse volume de materiais, com controle climático e controle de acesso, com materiais de condicionamento necessários, etc.

Grasiela: Então, entráramos em um ponto que fica claro que a conservação também tá interessada nos aspectos comunicacionais expositivos.

Jaime: Partimos da base do conceito de Preservação do patrimônio que nos adotamos, para nós, preservação compreende vários aspectos: a conservação, a comunicação, a interpretação e a documentação. Se estiver faltando – foi uma escavação muito bem feita – mas está faltando um desses elementos, não estamos falando de preservação do patrimônio. Tem que contemplar a conservação dos componentes materiais, informacionais e simbólicos; tem que ser interpretado, pesquisado pelos arqueólogos; tem que ser feita a comunicação pelo museólogo,

etc., e tudo tem que ser devidamente documentado. Por isso, quando nós orientamos um TCC de um aluno do curso de conservação e restauro estamos requerendo dele, também, que contemple a pesquisa histórica dos artefatos, e contemple, por exemplo, algumas alternativas expositivas, alternativas de comunicação. Logicamente, eles não são especialistas, não são arqueólogos, tampouco são museólogos, mas eles têm ferramentas metodológicas apropriadas e tem diálogo estreito com especialistas dessas áreas, para que seja um trabalho mais abrangente, não sendo específico da conservação. Estão conservando o que, por que, e para quem, são aspectos que devem ser contemplados. Lógico, é um pouco mais complexo, tu tens que pensar também na pesquisa, no acervo histórico, tem que pensar em formas de extroversão. Complica um pouco mais do que estar apenas mergulhado na conservação. Mas os alunos que tem trabalhado conosco estão muito abertos a novos desafios, a incorporar, essas quatro condicionantes implicadas na preservação patrimonial.

Grasiela (comentário): Algo propositivo, pelo menos que indiquem metodologicamente, teoricamente, algumas dessas questões. Nem sempre vão pôr em prática essas questões...

Grasiela: Ótimo. Agora para finalizar mais duas perguntas bem focadas na tua atuação.

Qual projeto está atuando atualmente, o que tens feito hoje na área de conservação arqueológica? É o material do IPHAN das Missões?

Jaime: O material arqueológico proveniente da Charqueada Santa Barbara já está finalizado. Parte do material de Colônia Sacramento já foi tratado no próprio laboratório do Museu Português e parte está sendo tratado pelos próprios técnicos do Sistema de Museos de Colonia, mas fazemos o acompanhamento periódico. E do Museu de Rivera, o material mais crítico já foi finalizado, vamos continuar com o acompanhamento. Neste momento estamos finalizando material metálico proveniente das Missões Jesuíticas, neste caso começamos com a Missão de São João Batista, com os restos da igreja que sofreu um incêndio e já não existe mais, do século XVII.

Grasiela: Certo, então tem feito acompanhamentos em projetos que já se iniciaram e continuam monitorando e um mais direto agora das Missões, com esse convênio com o IPHAN.

Jaime: Exato, temos também em vista o laboratório de estudos antárticos, que solicitou nossa colaboração no que se refere a materiais metálicos e também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do curso de museologia, que solicitou nossa parceria, num projeto de prospecção subaquática no Guaíba, entre outras propostas.

Grasiela: E para finalizar, gostaria de saber se tu percebes avanços na área da conservação arqueológica desde que tu começaste a atuar.

René: Sim.

Grasiela: Tem avanços. Quais que podemos perceber?

Jaime: Sim. Tem avanços. Quando nós começamos no ano de 2009, início de 2010, praticamente não se escutava falar muita coisa, tirando esses centros que já comentamos. Parecia que tentar trabalhar – montando laboratório nessa área específica era uma coisa um pouco absurda, mas logo depois vimos que tinha uma demanda reprimida, tinha uma demanda das instituições, tanto locais como do estrangeiro, pedindo esse tipo de trabalho, essa capacitação. Depois vimos que o IPHAN também começou a demonstrar um interesse maior nessa especialidade, que resultou no capítulo de conservação da instituição normativa, recentemente publicada. Chama a atenção também que tanto em eventos de arqueologia nacionais como internacionais –, aparecem mesas específicas para discutir a conservação na escavação e a relação com a arqueologia e a museologia. No próximo congresso de arqueologia argentina em Tucumán, tem umas três ou quatro mesas específicas que tratam do tema da conservação na arqueologia e esse diálogo entre o conservador e o arqueólogo. Então, a resposta é sim. Teve avanços significativos e creio que a partir de agora vai ser muito mais rápido esse tipo de avanço.

Grasiela: E eu acredito que é um caminho sem volta, não tem mais como pensar um trabalho de arqueologia, sem fazer menção à parte de conservação, mesmo que não seja realizada. Eu acho que tem mais divulgação, mais interesse e um pouco mais de conscientização. Mesmo que ainda não existam condições e nem todos os arqueólogos tenham esse interesse, não se passa ileso a esse tema.

Jaime: Sim, não passa ileso. Agora estava um pouco preocupado com o tema de bibliografia nacional, a maior parte da bibliografia tu conheces -, fizeste o levantamento- praticamente está em inglês, francês ou espanhol. No Brasil temos o excelente manual de conservação em arqueologia de campo de Wanda Loredó, mas já tem vinte anos que foi feito, tem algumas atualizações que devem ser feitas. Acharmos que tal vez seja um manual um pouco pesado, e por isso pouco empregado. Estamos pensando num outro tipo de material – não para substituir o conservador na escavação- mas um manual quando não é viável realmente a participação do conservador, de poucas folhas, com os cuidados de conservação preventiva mínimos e procedimentos curativos básicos, o mínimo do mínimo. Bem didático, com ilustrações – uma cartilha de primeiros socorros na escavação. Não adianta propor a utilização de produtos muito

específicos, difíceis de conseguir no mercado local ou de preços exorbitantes, nem de procedimentos que demandam uma mão de obra especializada. Tem que ter propostas adaptadas a nossa realidade. Por exemplo, nesse sentido, trabalhamos com o Programa de Arqueologia Subaquática de Uruguay tentando adaptar um sistema de acondicionamento e tratamento de materiais arqueológicos metálicos subaquáticos para artefatos terrestres (acondicionamento galvânico), que deu excelentes resultados, fácil de empregar e muito barato; são estes tipos de coisas que, além de comunicar no congresso para um público muito seletivo, devem ser amplamente divulgadas para um público maior: diretores de colégio que tem coleções, curadores de museus pequenos do interior que não participam desse tipo de capacitação; colecionadores particulares, etc., ou seja, pensar em publicações direcionadas também para esses outros atores sociais fora do âmbito acadêmico e profissional.

Grasiela: Certo. Muito obrigada! Foi muito bom. Obrigada!

Acréscimo por email da seguinte pergunta, no dia 03/04/2017.

Grasiela: Qual a importância do LÂMINA para o desenvolvimento da Arqueologia em Pelotas e em um contexto mais amplo?

Jaime: O LÂMINA teve um papel importante na capacitação e difusão da temática da conservação dos acervos arqueológicos a nível nacional e regional nestes últimos anos. A mesma foi feita através de palestras, conferências, mesas redondas, orientações, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, publicações (em eventos, em revistas e livros), apostilas, minicursos, oficinas, aulas (de grado, especialização e pós grado *sensu stricto*), capacitação, intercâmbios, projetos de extensão e de pesquisa, divulgação (em redes sociais, na prensa escrita, na rádio e na TV), convênios de cooperação, projetos interventivos e assessoramentos a profissionais e demais interessados na preservação arqueológica, de instituições do Rio Grande do Sul e de outros estados e do Uruguai.

Outro papel não menos importante foi o de contribuir, através de ex colaboradores do LÂMINA, com a elaboração dos pontos que disciplinam a conservação dos bens arqueológicos móveis da normativa legal mais recente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Instrução Normativa N°001 de 25 de março de 2015 e a Portaria N° 196 de 18 de maio de 2016). Outro ponto a destacar é o fortalecimento do próprio IPHAN no que se refere à conservação curativa de acervos históricos e arqueológicos de tipologia metálica, através de um Marco de Cooperação assinado com o nosso

Laboratório desde o ano de 2016, para a execução de projetos interventivos de acervos arqueológicos salvaguardados pela referida Instituição.

APÊNDICE B – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Jaime Mujica Sallés

Termo de autorização de entrevista

Pelotas, 21 de janeiro de 2016.

Eu, JAIME MUJICA SALLÉS, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 21/01/2016 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência e autorização da mesma.

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com Ana Carolina Delgado Vieira

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistada:** Ana Carolina Delgado Vieira**Local:** São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE-USP**Data:** 28/01/2016**Duração:** 34'50**Transcrição:** Nicole Di Domenico Santos**Grasiela Tebaldi Toledo:** Bom dia Ana!

Qual a tua formação, desde a graduação, a tua pós-graduação ou os cursos que tu fizeste?

Ana Carolina Delgado Vieira: Eu sou formada em História, pela Universidade de São Paulo, fiz o mestrado na área de história social, também pela USP, a minha área de atuação no mestrado foi História Medieval e depois disso fiz um curso técnico de conservação e restauro de arte sacra, aqui em São Paulo e por fim, no ano passado eu terminei uma especialização em conservação de materiais arqueológicos, feita no Peru.

Grasiela: Então, desde quando tu atuas como conservadora?

Ana: Desde 2008.

Grasiela: aqui no museu?

Ana: aqui no MAE.

Grasiela: Antes tu não tinha tido experiência com conservação?

Ana: Não.

Grasiela: E antes de estar aqui tu tinha feito esses cursos ou tu acabaste fazendo (...)

Ana: Eu acabei fazendo em função de estar aqui no museu. Eu tinha me formado em História e, quando me formei em História eu trabalhava na universidade, no Instituto de Matemática e Estática, na área de bibliotecas. Mesmo sendo historiadora, fazendo a faculdade de História, a gente tem essa aproximação com o passado, com documentos, mas nunca com a materialidade, com acervo e essa era uma coisa que incomodava. Foi tudo muito por circunstância, abriu

concurso no MAE para conservação, não exigia nenhum título específico, então eu acabei prestando como historiadora, passei e aí sim, aqui, obviamente, você tem uma multiplicidade enorme de materiais, então eu tive que escolher alguns tipos de suporte para poder me especializar e trabalhar.

Grasiela: Por que tu buscaste a qualificação em conservação?

Ana: Foi em função da oportunidade de estar aqui no MAE e de poder conhecer o acervo e poder trabalhá-lo.

Grasiela: Qual é a tua principal área de atuação?

Ana: Eu sou chefe do Laboratório de Conservação, da Seção de Conservação. A gente trabalha com algumas linhas de atuação, acho que a principal delas seria a conservação preventiva, que é uma linha comum de trabalho de museus, museus universitários, enfim, cuidamos muito do entorno, das áreas de guarda de acervo, monitorando sempre essas áreas, para verificar se há indícios de pestes, de temperatura e umidade incorreta. Fazemos essa monitoração de danos, e atendemos a dinâmica própria da universidade com relação aos trabalhos de pesquisa; o acervo é muito solicitado para pesquisa, é solicitado para exposição e atuamos também em função desses eventos. Muitas vezes estabilizando danos em alguns objetos para que eles sejam preparados para uma exposição, para um transporte, para uma pesquisa, então, essas seriam as principais linhas de atuação.

Grasiela: Tu és a chefe aqui da seção, tem outros conservadores, outras pessoas que trabalham contigo?

Ana: Deveria ter. Na verdade a seção foi perdendo pessoal ao longo dos anos. Originalmente essa seção tinha cinco pessoas, eram dois conservadores, dois técnicos e um auxiliar. Hoje estamos só eu, como conservadora, e um técnico. As pessoas foram saindo, foram se aposentando, enfim, e a universidade não repôs esses cargos.

Grasiela: Então tu és chefe de uma pessoa?

Ana: Sim, de mim e um pessoa (risos).

Grasiela: É que quando tu falas chefe de seção, se imagina uma estrutura um pouco maior.

Ana: Acontece com frequência na universidade, têm departamentos que são muito fragmentados e você acaba tendo chefia dela mesma. Não digo que seja uma coisa muito lógica, mas, enfim, é uma estrutura da universidade.

Grasiela: E aí, quando tu te aproximaste da arqueologia?

Ana: A arqueologia, eu creio que também, desde o momento que eu entrei no MAE. A gente não tem um número exato ainda para dizer para você, porque tá em processo de inventário, mas tem uma coleção muito grande de etnologia e arqueologia e que ambas demandam cuidados diferentes, preocupações diferentes e, a partir do momento que eu entrei aqui, tive contato com esse acervo imenso, e você precisa gerenciá-lo de algum ponto de vista, então, foi a partir desse momento que a aproximação se iniciou.

Grasiela: No começo tu já me disseste, mas enfim, acho que seria interessante se tu pudesses falar bem certinho o nome dos cursos na área de conservação arqueológica que tu realizaste para se especializar.

Ana: Eu fiz um curso numa instituição do Peru, que se chama Instituto Superior de Conservación y Restauración Yachay Wasi. Acho que é a instituição mais antiga de conservação no Peru. Eles chamam esse curso como um diplomado, aqui no Brasil a gente poderia equiparar com uma especialização, até mesmo pela carga horária do curso. É um curso que você consegue fazer, acho que ele leva um ano, um ano e pouquinho, a duração é de 250 horas. Você faz parte do conteúdo teórico on-line, isso facilita muito, porque você não precisa ficar um ano afastado do seu trabalho pra executar isso. Então você faz todo conteúdo teórico on-line de todas as disciplinas e você tem dois momentos presenciais no curso onde você vai fazer todas as práticas.

Grasiela: E aí você fez e se afastava daqui pra ir pra lá fazer o curso?

Ana: Sim.

Grasiela: E antes você fez um curso técnico?

Ana: Ele era de arte sacra, era dado aos fins de semana, então eu não precisava me afastar para fazê-lo. Esse curso é de uma escola que se chama Centro Técnico Templo da Arte; ele fica aqui em São Paulo, no bairro Ipiranga, e desde 2007 ele tem atuado aqui em São Paulo, formando pessoas nessas áreas, não só em arte sacra, mas também em papel e pintura.

Grasiela: Mas são áreas, não sei se posso dizer assim, mais tradicionais da conservação?

Ana: Exatamente, são as áreas clássicas da conservação, na formação do Brasil. A gente não conseguiu escapar dessa tríade: papel, escultura e pintura. Ainda falta muita coisa. Por exemplo: material arqueológico não se encontra formação difundida, não há cursos livres, é muito complicado. As especializações que eu encontrava eram sempre no exterior e esse curso no Peru me viabilizou essa formação pelo formato do curso.

Grasiela: Esse era específico em acervo arqueológico?

Ana: Sim.

Grasiela: Como você percebe a conservação arqueológica no Brasil?

Ana: É muito incipiente ainda. Eu fiz um levantamento, até para uma fala em um evento no ano passado, que aconteceu em Cuiabá, e era um encontro de arqueólogos, a maior parte eram arqueólogos e a gente falava sobre a conservação. Aí eu fiz um levantamento dos cursos de graduação em Conservação, para diagnosticar se eles conseguiam entrar na pauta dos materiais arqueológicos. Na época, em outubro do ano passado, eu consegui encontrar um curso de graduação em Conservação que colocava como disciplinas optativas conservação de material arqueológico. Esse curso era de Pelotas, único. Eu não consegui encontrar mais nenhum. Por outro lado, eu também fiz o levantamento das graduações em Arqueologia e, aí sim, a gente via que algumas disciplinas optativas, ou mesmo da grade curricular obrigatória do curso falavam sobre preservação do acervo, tinha, se eu não me engano era no nordeste, não lembro o estado, mas tinha algumas disciplinas sobre técnicas em conservação e restauro. Então eu acho que por esse viés, talvez o arqueólogo, a formação em Arqueologia tem avançado mais na questão da conservação e restauro do que a própria conservação, que a própria disciplina da conservação.

Grasiela Tebaldi Toledo: Eu acho que o arqueólogo acaba vendo que precisa muito.

Ana: É ele quem tá no dia-a-dia.

Grasiela: Criando a demanda

Ana: Exatamente. Eu não vejo que aconteceu esse despertar da conservação arqueológica na disciplina conservação aqui no Brasil.

Grasiela: E esse evento que você foi, teve disponibilização desse material, desse levantamento que tu fizeste ou não?

Ana: Não, fiz apresentação no PowerPoint e falei.

Grasiela: Mas não teve a publicação.

Ana: Não teve publicação. É uma coisa que eles estavam pensando. Foi um evento na Universidade Federal de Mato Grosso, eles estavam pensando em organizar uma publicação sobre isso, porque logo depois do evento eles me convidaram para dar uma oficina de conservação de material arqueológico e justamente, a plateia na maior parte eram arqueólogos, foi bastante bacana; e aí eles estavam verificando possibilidade de reunir todas as falas, publicar material, mas ainda não foi feito.

Grasiela: É recente também.

Ana: É.

Grasiela: Tu conheces alguns profissionais no Brasil que atuam em conservação arqueológica?

Ana: Difícil, bem difícil.

Grasiela: Eu estava procurando profissionais para entrevistar e não é muito fácil nessa área.

Ana: Os colegas que passaram aqui no laboratório de conservação atuam em conservação de material arqueológico. A Silvia Cunha Lima, que trabalhava aqui, como certeza hoje continua trabalhando com isso. Ela dá muito suporte para todas as atividades feitas nos laboratórios de pesquisa aqui no MAE. Ela vai a campo com os pesquisadores, participa dos processos de escavação, enfim, mas eu não sei apontar mais pessoas que trabalhem com isso.

Grasiela: Sem colegas.

Ana: É, sem colegas. Até porque não há uma exigência legal para que toda escavação tenha um conservador. Então os projetos acontecem naturalmente.

Grasiela: Alguém faz a conservação, entre aspas, sem ser conservador.

Ana: Também tinha outra colega que estava trabalhando no IPHAN, em Brasília, só que ela se afastou do IPHAN e foi para a Europa, o nome dela é Vanessa Dutra.

Grasiela: Eu acho que a vi na SAB uma vez.

Ana: Ela também defendia muito essa bandeira de ter um conservador em campo. Ela, por estar no IPHAN, levantava muito essa bandeira da alteração da lei, enfim, para que pudesse ter um trabalho interdisciplinar mais verdadeiro. Parece que ela está na Europa agora, então ela não trabalha mais aqui no Brasil.

Grasiela: E você, quais os trabalhos que já realizou de conservação arqueológica?

Ana: Difícil dizer. Aqui no MAE, eu trabalho quase que exclusivamente em função do acervo que já está na instituição - o acervo da reserva técnica. Faço o trabalho de conservação preventiva, de gerenciamento das reservas técnicas e eventualmente é necessário estabilizar algum material que tem um processo de dano. Essas atividades são realizadas tanto com material etnográfico quanto o arqueológico. No MAE, curiosamente, nunca participei de uma pesquisa de campo, de uma escavação e pontualmente atendo demandas dos laboratórios de arqueologia, quando um estudante ou um professor que coordena esse laboratório solicita algumas coisas. Mas a dinâmica dos laboratórios de arqueologia é um pouco independente da área técnica do MAE. Não que isso fosse desejável, mas é uma questão de hábito, da forma como eles foram estruturados, da forma como eles foram sendo gerenciados, então eles adquiriram uma dinâmica muito própria. Um material chega de campo, é levado para os laboratórios, cada aluno faz a sua pesquisa, seu estudo; muitas vezes esse material é repatriado ou ingressa na reserva técnica. Esse trajeto acontecia em paralelo a uma série de protocolos da instituição e agora está tendo um esforço muito maior para que isso não ocorra. A seção de conservação faz parte de outra divisão maior, a DAPE, Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão, e a DAPE coordena tanto a seção de conservação, de documentação, do educativo, enfim, nós somos só um braço dela e, então, atualmente, a DAPE está fazendo um esforço para engajar os laboratórios nessa dinâmica institucional, para que todos tenham os mesmos protocolos de atuação. Os materiais iam para a reserva técnica e nós encontrávamos lá uma caixa que não necessariamente era a caixa que deveria conter o acervo. O acondicionamento deveria estar nos moldes que é produzido na seção de conservação, pois se sabe que é importante realizar dessa maneira. Portanto não gostaríamos mais de encontrar o acervo dessa forma, pois atrapalha o gerenciamento da reserva técnica. Hoje ainda há essa dinâmica um pouco independente, e a conservação fica um pouco afastada dos trabalhos dos laboratórios, não por vontade nossa, mas porque ainda é o *modus operandi*. Quanto aos trabalhos de escavação na instituição, a parte

técnica do MAE geralmente não é convocada pra fazer parte dessas missões e acabamos tendo contato com o material quando ele ingressa na reserva técnica.

Grasiela: Muitas vezes depois que já passaram por um processo de pesquisa, interpretação, divulgação de resultados.

Ana: Com certeza.

Grasiela: Quando na verdade, se a gente pensasse uma lógica, um encadeamento de operações, a conservação deveria acontecer antes/durante o processo de pesquisa.

Ana: Muitas vezes percebo que tem estudantes remontando peças cerâmicas, estudando e lavando as peças e me pergunto: Nós temos um protocolo, um formulário pra fazer intervenções em todos os objetos, será que isso tá sendo seguido? Não sei. Essa dinâmica quem coordena é o professor, que é o coordenador do laboratório, então fica muito difícil, por conta da própria estrutura.

Grasiela: A seção de conservação tem pouca gente para auxiliar, mas também eles não pedem o auxílio.

Ana: Ultimamente temos ficado um pouco mais seguros, porque eu vejo que a Silvia trabalha muito aqui no MAE em função dos laboratórios. Eu sei que ela é uma ótima conservadora e vai auxiliar esses estudantes a alguns procedimentos técnicos. Ela acompanha as escavações, a convite dos professores, dos alunos, não sei como isso funciona, mas pelo menos a conservação tem uma inserção nesses processos.

Grasiela: Mas de uma forma que não é institucionalizada.

Ana: Não oficial.

Grasiela: Ocorre que a conservação *in situ* ou o acompanhamento em escavações não ocorre, pois tu nunca participaste das pesquisas de campo.

Ana: Não tenho essa inserção.

Grasiela: E tu nunca participaste de nenhuma pesquisa arqueológica, mesmo que seja fora daqui?

Ana: No Peru eu tive oportunidade de acompanhar um projeto de escavação, mas foi uma visita de um dia que ficamos em campo, vimos a escavação sendo realizada, o processamento desse

material, o material sendo resgatado, o trajeto dele até o laboratório que havia sido montado no campo e as primeiras etapas de limpeza, de registro documental; isso eu acompanhei no Peru só.

Grasiela: Por conta do curso que tu fez?

Ana: Por conta do curso. Então isso que eu até brinco - o único campo que eu estive não foi por um trabalho do MAE, um pouco irônico, mas foi no Peru onde tive a oportunidade de ver vários métodos de escavação e enfim outra realidade também, porque o clima é totalmente diferente, o material que estava sendo escavado é um material que não costumamos encontrar no Brasil, que era tecido, então, foi outro tipo de vivência.

Grasiela: Até pela parte de como a conservação foi tratada no Brasil, de não ir para campo e ser uma prática de laboratório.

Tu já trabalhaste de forma articulada entre Arqueologia, Museologia e a Conservação e Restauro.

Ana: Mais com relação à montagem de exposições, projetos expositivos nos quais trabalhei junto com outros arqueólogos, sendo que eles nos indicavam escolhas de objetos e aí podíamos trabalhar junto indicando: ‘olha, esse objeto é um pouco fragilizado’, ‘ele não pode ir’, ou então: ‘precisamos fazer um tratamento’, etc. No ano passado teve uma exposição montada na Reitoria e uma urna que estava no laboratório de arqueologia, nem era material da reserva técnica, era um material ainda de pesquisa, estava toda fragmentada, e foi selecionada porque ela era realmente muito bonita. Conversamos com o professor Eduardo Neves, que é coordenador de um laboratório, sobre possibilidade de tratamento, uma vez que é uma urna de pesquisa e ela estava muito fragmentada. Perguntamos se poderíamos fazer a limpeza, a colagem dos fragmentos que estavam soltos, se era necessário fazer a reconstrução dessas partes faltantes. Então todas essas decisões foram tomadas em conjunto com o arqueólogo e que acabou refletindo na exposição. Trabalhamos com a Carla, que é a chefe da DAPE e educadora, e sob o ponto de vista do educativo, discutimos: ‘não é interessante fazer uma total reintegração volumétrica dessa urna porque é para que o público veja que é um objeto arqueológico, que foi escavado, que tem sua história’. Não é para refletir uma peça nova.

Grasiela: Não é para ficar esteticamente bonita.

Ana: Não era isso que a gente queria alcançar, queríamos só ter estabilidade para transportar e expor aquele objeto; então temos mais essa ponte de trabalho, do que o trabalho *in situ*, o

trabalho em escavação e laboratorial. Isso ocorre pelo próprio perfil do museu universitário, uma vez que no MAE conseguimos ter todos os profissionais juntos no mesmo lugar.

Grasiela: Essas experiências, mesmo que sejam essas da montagem de exposições, já tiveram resultados divulgados no que se refere à conservação?

Ana: Não.

Grasiela: Certo. Você considera conservação uma área que devia atuar em todas as pesquisas arqueológicas?

Ana: Sim, com certeza. Em um congresso em 2012, nos Estados Unidos, conservadores fizeram uma pesquisa com cerca de 350 arqueólogos atuantes em vários projetos importantes, perguntando se eles consideravam que a conservação era uma etapa importante do trabalho do arqueólogo e mais da metade disseram que ‘ok, é importante, mas era muito custoso’, e outros restantes só disseram que era importante e que eles gostariam de ter a presença de um conservador num projeto. Então, eu senti que ali também, apesar da gente imaginar que existam soluções padrões, que estão cumprindo todos os protocolos necessários, nos EUA também trabalhavam sem a presença de um conservador nos projetos e que não era só no Brasil que tinha esse tipo de dificuldade. Então, eu considero que seja importante para que realmente a gente comece a não só ficar no discurso: ‘temos que ter um trabalho interdisciplinar’. Têm funções muito específicas de cada área, como estudar o método de escavação, o método de resgate, a escolha de onde escavar notoriamente é do arqueólogo, mas trabalhar junto com o arqueólogo antes do campo para analisar que tipo de solo que será escavado, que tipo de clima se apresenta naquele local, que tipologia de objetos que podemos encontrar e que tipo de materiais de acondicionamento se pode levar para que na hora não sejam executadas ações de improviso. Muitas vezes temos pedidos dos laboratórios para apoio na estabilização de materiais que chegam de campo, que muitas já chegaram de campo há dez anos e estão guardados aqui ainda, e que vemos como eles foram resgatados, muitas vezes em embalagens precárias com material inadequado, papelão, algodão, enfim, e afirmamos ‘somos uma instituição que dispõem de materiais neutros e estáveis’, por que esses materiais já não foram pra campo? Por que o material foi embalado em uma caixa de papelão com uma fita adesiva? Não havia essa necessidade; têm funções muito claras do arqueólogo e do conservador e que elas deveriam acontecer naturalmente nesse trabalho em campo.

Grasiela: Podemos pensar a Conservação também como uma área da Museologia. Muitas

vezes o museólogo é um conservador também. Não sei se tu percebes essa relação ou como tu vês a Conservação dentro da Museologia?

Ana: Sim, eu vejo a inserção desses profissionais. Muitas vezes a gente vai montar uma exposição e tem a presença de outro conservador da instituição, e conversando essa pessoa nos fala: ‘eu não sou um conservador, sou só um laudista’ a pessoa que faz os laudos quando recebe as peças. Ela tem claro, toda preocupação em saber como recebeu a obra, o que se pode fazer em uma montagem, o que não pode ser feito, enfim, ela tem todas essas preocupações; estudou dentro da Museologia para que esse processo ocorra sem grandes traumas, mas daí chamá-la de conservador, pode parece um pouco de lutas por classes profissionais, julgando-se que um conservador é um profissional que fique focado pelo menos três anos estudando materiais, tecnologias, formas de intervenção em objetos - eu não sei até que ponto um museólogo teria essa aproximação; mesmo caso do arqueólogo que tendo disciplinas optativas de conservação dificilmente poderíamos dizer que é uma formação dupla -- um arqueólogo conservador, a não ser que ela faça de fato essas duas formações de forma independentes. Claro que elas têm tudo a ver, até mesmo se você analisar o código de ética da SAB dos arqueólogos vai ver que tem uma preocupação muito grande com relação à preservação dos materiais e isso é explícito não só no código da SAB, mas em outros códigos internacionais de Arqueologia, códigos de ética profissionais e até código de ética dos Conservadores. Então são preocupações que se cruzam; nunca pesquisei código de ética de um museólogo, mas talvez tenhamos pontos em comum que se perpassem, mas não sei até que ponto seria 100% suficiente.

Grasiela: Certo. A conservação também está interessada nos aspetos comunicacionais e expositivos?

Ana: Sim, eventualmente os conservadores são visto como peças não muito agradáveis no processo expositivo, sempre a pessoa mais chata, mais restritiva, dizendo: ‘não, isso não pode ser exposto assim’, ‘isso não pode ser exposto’, ‘isso não pode ser liberado do museu’. A gente está enfrentando esse processo agora numa exposição que estamos montando. Várias peças foram requisitadas, eram peças muito sensíveis e a conservação vetou a ida dessas peças porque elas já são peças mais fragilizadas. A conservação tem uma inserção grande nesse processo, se de fato todas as etapas começarem a trabalhar juntas. Nas exposições que nós montamos aqui no MAE a gente consegue dialogar com o setor da expografia para definir tipos de suporte, tanto para que tenha uma fruição visual, como para que seja garantida a segurança da peça. Eventualmente o educativo também participa dessas conservas. Os projetos que a gente consegue fazer isso em conjunto são muito mais proveitosos, porque pelo menos construímos

essas coisas desde o início. Mas tem projetos que infelizmente não, ou seja, toda a produção ocorre de forma independente e a conservação menciona algumas diretrizes: vitrines fechadas, controle de temperatura, umidade, suporte, mas muitas vezes a produção da exposição não providencia aquilo que foi solicitado, e precisamos inventar soluções na hora. Mas quando há possibilidade de trabalho integrado é muito melhor.

Grasiela: Em qual projeto tu estás atuando atualmente, o que tu estás desenvolvendo nas tuas atividades cotidianas?

Ana: Atualmente eu posso indicar que são as exposições que estão acontecendo quase que simultaneamente. A gente tem uma solicitação de empréstimos de moedas para uma exposição que vai acontecer na Reitoria, em fevereiro; tem a própria exposição temporária do MAE, que vai ser desmontada em fevereiro e será montada outra exposição com inauguração em março. Esse é um projeto que a gente vem trabalhando desde o final do ano passado, além da grande itinerância de materiais etnográficos do Instituto Hercule Florance que vai itinerar por Tupã e Campinas. Essas são as três atividades simultâneas desse nesse momento. E também nosso cotidiano que nunca deve parar, que é essa questão da conservação preventiva, de vistoriar as reservas técnicas.

Grasiela: E por último queria saber se tu percebes avanços na conservação arqueológica no Brasil e quais?

Ana: É bem tímido ainda. Eu acho que o curso de Pelotas é um curso que pode propiciar ainda boas surpresas. Eventualmente, eu fico muito feliz quando encontro na internet artigos ou mesmo trabalhos que contam um pouco da experiência de Pelotas ou contam sobre algum trabalho. Eu fico bastante feliz de poder encontrar trabalhos compartilhados, mas ainda é muito pouco. Eu não sei de mais nenhuma iniciativa de conservação arqueológica, de formação em conservação arqueológica, exceto esse curso que tem uma disciplina optativa. Então naturalmente a gente não consegue ver mais trabalhos sendo publicado, até pelo nosso cotidiano de trabalho aqui, eu também faço *mea culpa*, eu não tenho conseguido tempo pra publicar. Eu tenho um artigo pronto, porém eu preciso revisar, pois está em outra língua, para ser publicado na revista do ICOM, de um grupo específico de materiais etnográficos, mas eu não tive tempo de revisar esse artigo, até pela demanda, por conta de poucos funcionários no setor, muito trabalho e aí você acaba entrando numa rotina de não publicar e não compartilhar, mas eu acho que ainda a gente precisa avançar muito mais, muito mais mesmo.

APÊNDICE D – Termo de Autorização de entrevista. Ana Carolina Delgado Vieira

Termo de autorização de entrevista

São Paulo, 28 de janeiro de 2016.

Eu, Ana Carolina Delgado Vieira, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 28/01/2016 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência e autorização da mesma.

APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com Silvia Cunha Lima

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistada:** Silvia Cunha Lima**Local:** São Paulo**Data:** 28/01/2016**Duração:** 39'30s**Transcrição:** Náiali Di Domenico

Grasiela Tebaldi Toledo: Qual a tua formação, desde a graduação, a pós-graduação e como tu chegaste à conservação?

Silvia Cunha Lima: Eu sou formada em História pela PUC. Ainda durante a graduação eu fiz estágio no setor de Arqueologia Histórica do Museu Paulista, com a Prof. Dra. Margarida Andreatta. No museu foi onde eu tive contato pela primeira vez com a área de conservação e restauro. Então, quando eu terminei minha graduação eu fui atrás de cursos de conservação e restauro. Na época, no Brasil, já tinha alguma coisa na área de tela e papel, mas este nunca foi meu interesse. Então eu fui pra fora, foi uma oportunidade, em 1997. Eu fiz um curso de dois anos na Itália, de conservação e restauro de material cerâmico e lítico. Então foi assim que eu cheguei à área de conservação. Quando eu voltei para o Brasil, fiquei uns dois, três anos trabalhando no mercado privado e aí eu entrei aqui no museu, comecei a trabalhar no Museu de Etnologia e Arqueologia. Logo na sequência, entrei no mestrado em Arqueologia, que acabou virando um doutorado direto em Arqueologia e, atualmente, eu estou fazendo pós-doutorado com um tema voltado para a conservação arqueológica. Eu sempre falo que a minha formação foi um grande giro para chegar aonde eu queria, foi uma volta enorme.

Grasiela: O mestrado e o doutorado tu fizeste em Arqueologia?

Silvia: Sim.

Grasiela: Mas não versava sobre conservação?

Silvia: Não, não. Na época que eu entrei no mestrado nem tinha essa linha de pesquisa no MAE, e eu até tentei inserir no início. No projeto inicial tinha um capítulo sobre a conservação da coleção a qual eu estava estudando, que foi retirado, porque na época a banca da qualificação

sugeriu que não fazia sentido falar de conservação na pós-graduação de arqueologia, o que hoje graças a deus está mudando.

Grasiela: Quer dizer, agora tu estás no pós-doc, daí sim com o tema da conservação arqueológica.

Silvia: É o tema do pós-doc, finalmente.

Grasiela: Mas tu já eras conservadora por conta do curso na Itália?

Silvia: Sim, sim. Sempre atuei na área de conservação, desde que eu voltei.

Grasiela: Desde quando tu atuas como conservadora?

Silvia: Então, desde depois da minha graduação, comecei o curso e, na sequência, a trabalhar, lá na Itália mesmo, então foi desde 1998, 1999.

Grasiela: E sempre trabalhou com conservação arqueológica? Ou atuou em outras áreas?

Silvia: A gente pode dizer que sim, só que no início com arqueologia histórica, e nos últimos anos que venho trabalhando só com a arqueologia pré-histórica, desde o começo eu trabalhei com cerâmico e lítico, eu sempre trabalhei com a parte de objetos. Fiz uma formação em metais, cheguei a fazer um estágio na Itália, no Museu Nacional, com conservação de metais, mas no fim acabei voltando, sempre trabalhando com cerâmica. O material cerâmico é muito abundante, acaba que o trabalho gira muito em torno do material cerâmico.

Grasiela: Os acervos arqueológicos, a grande maioria é de desse material.

Silvia: Quando você se volta para a cultura material da Arqueologia Histórica, aí você tem uma diversidade maior de materiais, mas na arqueologia pré-histórica é basicamente cerâmica.

Grasiela: E porque tu buscaste a qualificação em conservação? De onde veio esse interesse?

Silvia: Então, quando eu fiz esse estágio no Museu Paulista durante a faculdade, eu tinha interesse por Arqueologia, e cheguei a fazer umas disciplinas na USP. Naquela época Arqueologia era uma carreira que você tinha que fazer mestrado, doutorado, para quiçá conseguir se tornar pesquisador ou professor. As oportunidades de emprego para arqueólogo eram muito baixas na época, e, ao mesmo tempo, fazendo o estágio lá no Museu Paulista, eu descobri a área de conservação e restauro e me encantei, porque eu sempre gostei. Eu fazia cerâmica, sempre gostei de atividades manuais, por isso a Arqueologia também, eu queria sair

um pouco da história “clássica”. E, acho que foi isso, foi fazendo estágio Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo) no Museu Paulista, com a Margarida Andreatta, que eu descobri que através da conservação eu poderia chegar à Arqueologia, eu consegui enxergar, pela primeira vez conservação e arqueologia juntas.

Grasiela: Eu vou fazer as duas próximas perguntas juntas, pois acho que tu já as respondeste. Qual é a tua principal área de atuação profissional e como que se aproximou da Arqueologia?

Silvia: É eu sempre fiquei entorno disso, eu brinco que desde o dia que eu entrei no museu, durante a graduação, depois eu nunca mais saí. E sempre ligada à Arqueologia, mas é claro que, trabalhando aqui no MAE, o acervo etnográfico também era uma demanda muito grande, mas ainda assim, foi trabalhando no MAE que eu comecei a me envolver com pesquisas de Arqueologia, ir pra campo, enfim, também a desenvolver esse lado da conservação em campo.

Grasiela: Como que tu consegues, como que tu avalias, como que percebe a conservação arqueológica no Brasil? Uma opinião.

Silvia: Ela não existe, é uma área que não existe, não que eu não acredite na necessidade, mas é uma área que não existe. Infelizmente talvez ela passe a existir devido a uma lei, e não a uma percepção dessa necessidade por parte de muitos, não todos, mas de muitos arqueólogos. Por outro lado, faz muitos anos que eu venho trabalhando com Arqueologia e arqueólogos e eu acho que, em minha experiência, quando o arqueólogo entende o papel do conservador, ele nunca mais vai querer ir para campo sem um conservador, se ele pudesse. Então, não acho nem que é um preconceito, mas muito mais uma ignorância do que um preconceito, ou seja, existe uma ignorância a respeito do papel da conservação na Arqueologia ou dessa relação entre Conservação e Arqueologia. E uma vez que você vence essa ignorância, que você tem a oportunidade de mostrar o que é o trabalho do conservador, qual é o olhar do conservador, que é diferente do olhar do arqueólogo, o conservador passa a ser muito bem-vindo. Eu nunca tive problema uma vez que você passa essa primeira barreira do desconhecimento, do arqueólogo ignorar o que o conservador pode fazer. Porque para muitos arqueólogos, o conservador é uma figura ligada ao museu. Então o conservador, para o arqueólogo, é uma figura que aparece quando o registro arqueológico por ele coletado vira objeto de museu. Quando vira objeto de museu, aí tem o conservador, o restaurador, pra cuidar de objeto de museu, mas enquanto é parte da pesquisa arqueológica, é como se não precisasse dessa pessoa. E na realidade esse é o grande problema, porque o material chega nas mãos do conservador já com muita perda de

informação. Podemos dizer que a fase crítica, do trabalho de conservação do material arqueológico é justamente esse primeiro momento de “vida” após ele ser descoberto.

Grasiela: E que trabalhos tu já realizaste de conservação arqueológica?

Silvia: Aqui no museu, através do Museu de Arqueologia e Etnologia eu participei durante alguns anos do projeto Amazônia Central do Prof.Dr. Eduardo Goés Neves e depois desse projeto, mantive relação com o professor e seus alunos, participando de vários projetos e idas pra campo. Além disso, eu venho trabalhando junto ao Instituto Mamirauá em Tefé, que tem um laboratório de arqueologia e um acervo que vem sendo trabalhado lá. Há cinco anos eu trabalho em um projeto, que é uma missão francesa (Mission Archéologique Française de Thèbes –Ouest) do CNRS no Egito. Participei de alguns projetos no Peru, e atualmente colaboro em um projeto na costa norte peruana da Prof.Dra. Marcia Arcuri. Tive oportunidade de realizar uma série de colaborações com o Museu da Amazônia, em Manaus, com o Museu Goeldi, algumas colaborações mais pontuais, e uma série de museus no interior de São Paulo, uma espécie de rede que eu consegui devagarzinho ir trabalhando, em alguns museus, a problemática da conservação preventiva. Mas aí não especificamente com material arqueológico. Atualmente, aqui no LINTT (Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território) trabalho com um material etnoarqueológico. São vasilhas cerâmicas que eu venho colaborando na pesquisa sobre tecnologia e processos de degradação, em parceria com a Prof.Dra.Fabíola Silva, que é também a minha supervisora do pós doc na Fapesp.

Grasiela: Trabalhou alguma vez de forma articulada a Arqueologia, a Museologia e a Conservação?

Silvia: Então, o mais interessante de trabalhar em projetos internacionais é que tem sido um grande aprendizado para eu refletir sobre a conservação no Brasil, sobre conservação arqueológica no Brasil. Porque, também, um grande problema que a gente tem é essa importação direta de, na área de conservação eu estou pensando, desde produtos até metodologias que muitas vezes, não se aplica no Brasil da mesma forma, até porque o nosso patrimônio arqueológico é extremamente diferente, então não se aplica. Por exemplo, esse projeto no Egito, no templo de Ramsés II em Tebas Oeste, é uma missão muito grande que tem oito arqueólogos, quando há recurso, e somos quatro ou cinco conservadoras, mais cinco conservadores egípcios. Então você tem uma equipe grande e isso faz uma grande diferença, essa ideia do conservador sempre como um ser solitário que dá conta de tudo é muito complicado. No Peru são projetos diferentes, em um projeto, o projeto no sítio arqueológico de

Pachacamac, em Lima, o trabalho de conservação era mais articulado com a Museologia, com a musealização no ano em que trabalhei. Neste outro projeto na costa norte, no complexo arqueológico de Ventarón, é o contrário, a conservação está mais articulada com a Arqueologia, então o que eu acho é que as três áreas juntas nunca vi Talvez, não, as três áreas juntas não, geralmente é com uma ou é com a outra. Ou o conservador está dialogando mais com a Museologia ou ele está dialogando com a Arqueologia. Realmente agora não consigo me lembrar de um projeto que tenha articulado as três áreas atuando juntas.

Grasiela: E como foi essa relação profissional entre os envolvidos nesses trabalhos? Atuação com os arqueólogos, atuação com os museólogos, como essa relação funcionava?

Silvia: Não tenho problema. Insisto, uma vez que você explica, que você consegue demonstrar, explicar, qual é o seu trabalho, qual é o seu olhar, a sua preocupação, o seu enfoque, não posso dizer que tive grandes problemas, até porque, também insisto, tem que ter um conhecimento pra você adequar as metodologias à realidade brasileira, eu não vou importar o que eu faço no Egito pra cá, não estou nem pensando no clima, enfim, como estrutura. Eu acho que uma característica importante do trabalho, quando a gente fala em conservação arqueológica, é o conservador também ter um conhecimento sobre Arqueologia, que te permita refletir sobre as metodologias e sobre a teoria em conservação. Então eu preciso entender Arqueologia, a demanda, as questões, pra eu poder refletir sobre as questões, a metodologia na área de conservação e ponderar qual a metodologia adequada pra ambas às áreas - achar um equilíbrio, um meio termo, eu acho que esse é o grande desafio. Quando você demonstra que quer entender, e eu acho que diálogo é isso, se você realmente tenta entender o problema do outro, o que o outro está colocando e busca propostas criativas que atenda a demanda do arqueólogo, do museólogo e da conservação da melhor maneira possível, você não tem problema.

Grasiela: E essas experiências resultaram em alguma divulgação dos resultados, no que se refere à conservação?

Silvia: Não, aí tem uma falha minha, as pessoas me cobram muito de eu publicar artigo e tal, mas trabalhando, pois quando eu saí daqui do museu, fiquei uns cinco anos trabalhando no universo privado, é quase impossível. Então a intenção do pós-doc também era ter esse tempo da reflexão, a gente às vezes faz muita coisa, muitos trabalhos interessantes, mas não tem tempo de parar para pensar. Justamente eu comecei a trabalhar mais com conservação arqueológica depois que saí do museu, isso abriu a possibilidade de eu participar de outros projetos, em outros países, de dar aula, mas sem aquele tempo de parar para refletir sobre isso, porque você tem

que correr para o trabalho seguinte. Mas as pessoas, vários colegas me cobram bastante. Infelizmente a forma que acaba saindo alguma coisa é somente nos relatórios, mas muito pouco. Agora esse ano, com o pós-doc vai sair alguma coisa publicada, já saiu dois artigos com a Prof. Fabíola e devo publicar outras partes da pesquisa.

Grasiela: Nem nessas que tu participaste no Egito, não há uma publicação?

Silvia: Há sim, o relatório, e tem uma publicação anual da associação que também financia o projeto, que é financiado em parte por esta associação, pelo governo francês e uma universidade do Egito. Tem uma publicação anual onde estão publicados os trabalhos de conservação, teve também algumas apresentações em congresso, além do nosso relatório. No Peru também foi publicado na forma de relatório. São relatórios.

Grasiela: Quais são os profissionais, no Brasil, de conservação arqueológica?

Silvia: Uma das desvantagens de deixar de trabalhar em uma Instituição é que você acaba perdendo um pouco o contato. O que eu sei, que eu tenho contato, é o Jaime, em Pelotas, e eu vi alguns artigos recentemente publicados pela Yaci Ara, em Belo Horizonte, então assim eu fiquei sabendo que ela voltou a trabalhar com Arqueologia, porque durante muitos anos ela estava trabalhando com outras coisas, na área de conservação, mas não conservação arqueológica. Com certeza eu sei desse dois. Como disse depois, também tem o Raimundo do Museu Emílio Goeldi, que trabalha há muitos anos na área.

Grasiela: Você considera a conservação uma área que devia atuar em todas as pesquisas arqueológicas?

Silvia: Não. Acho que não. Quer dizer, eu acho que o diálogo com a conservação ele deveria ocorrer sempre. Acho que a Arqueologia hoje em dia a gente espera que ela não seja mais onipresente, onipotente, acho que é um tripé, e pra mim esse tripé é Arqueologia, Conservação e Museologia ou Educação Patrimonial, educação como divulgação, como extroversão e musealização. Porque não faz sentido você coletar, estudar o passado, sem conservar o que você resgata para as gerações futuras e sem extroverter e refletir sobre o conhecimento que vai sendo produzido. Nesse sentido sim, a conservação deveria sempre estar presente nos projetos. Agora, que toda escavação deveria ter um conservador, acho que depende muito do perfil da escavação, de qual etapa, por isso que eu digo que para pensar conservação arqueológica, é preciso entender um pouquinho de Arqueologia, para você também perceber quando é fundamental, que tipo de sítio, se já tem um conhecimento sobre o sítio ou não, se dá pra saber, claro, depende

muito... Ficou confusa essa resposta. Enfim, eu acho sim que seria fundamental ter o conservador na etapa de planificação do projeto de Arqueologia, até para poder entender em quais etapas é fundamental a presença do conservador. Às vezes é só na etapa de laboratório, dependendo das características do sítio arqueológico você não tem necessidade de estar todo o tempo em campo. Por exemplo, se o material arqueológico não está muito friável, deteriorado, então talvez não seja necessário o conservador em campo, uma vez que exista esse diálogo antes, que já tenha sido conversado, por exemplo, sobre qual a forma de embalagem pra transporte do material.

Grasiela: O conservador já deu alguma assessoria...

Silvia: Exato, a presença dele em campo pode não ser essencial e talvez a presença em laboratório para receber o material seja mais importante. Porém, dependendo das características do sítio arqueológico e das características do material que é coletado, a presença do conservador em campo pode ser fundamental. Outra atuação em campo que acho que muitas vezes é esquecida é a ideia de conservação *in situ*, porque, geralmente, não se discute sobre o fechamento da escavação, no sentido que não se pensa que todo sítio arqueológico escavado, também tem uma etapa de conservação *in situ*, porque você não escava todo material, você não tira todo material, tem um material que fica, e como você fecha a unidade de escavação, como você fecha a escavação pode ter consequências para conservação do material remanescente. Isso não é discutido, absolutamente é algo ignorado pelos arqueólogos, é um artigo que nunca saiu, eu brinco que chama ‘o mito da lona preta’, que é sobre o fechamento de unidades de escavação. Enfim, eu acho interessante ter a presença do conservador, ele é uma figura importante nesse sentido, na elaboração do projeto, na gestão, para pensar junto em quais momentos, em quais etapas que se dá essa relação, que pode ser mais com a Arqueologia ou com a Museologia, essa relação vai depender de como o projeto é elaborado.

Grasiela: A conservação também pode ser entendida como uma área da Museologia, às vezes a museologia traz até no seu currículo, na sua formação, essa parte da conservação...

Silvia: No Brasil sim.

Grasiela: É. Como tu entendes essa relação, percebe que os museólogos são também conservadores ou não?

Silvia: Não, os museólogos não são conservadores, eu acho que isso é uma característica no Brasil, em outros países, na maioria dos outros países não acontece dessa forma, a área de

conservação é uma área absolutamente autônoma e não está ligada necessariamente à Museologia. Essa característica ocorre somente no Brasil, de uma área que nunca decolou e que a Museologia acabou abraçando, até porque é uma especialidade dentro dos museus. Enfim, acho que na prática, também outra característica bem nossa, a conservação surge no Brasil inicialmente voltada só para o colecionismo, os antiquários e, quando ela entra nos museus, aparece com o viés da conservação preventiva e, então, nesse sentido era de grande interesse para a museologia. Acho que o diálogo conservação/museologia, geralmente gira em torno da conservação preventiva, mas também deveria girar em torno de musealização *in situ*, porque eu nunca vi um projeto de musealização *in situ* no Brasil de Arqueologia pré-histórica ou histórica que envolvesse um conservador. O conservador ele é geralmente envolvido na reserva técnica, mas quando é conservação *in situ*, a musealização *in situ*, você não tem o conservador. Quando é musealização dentro do museu, isso que é interessante, que dentro do museu, que chama exposição, tem a figura do conservador, que vai falar sobre iluminação, temperatura, umidade. Agora quando é fora do museu, quando é musealização *in situ*, desaparece a figura do conservador. Eu já vi alguns projetos de musealização *in situ* com resultados terríveis por problemas de conservação, não de musealização. A proposta de musealização podia ser linda, maravilhosa, mas como não foram observadas algumas questões relacionadas à conservação, acaba tendo uma série de problemas.

Grasiela: Te ouvindo falar parece que o conservador sempre tem que estar dentro de um lugar, na Arqueologia ele não vai pra campo, na Museologia ele não faz a conservação *in situ*.

Silvia: É o conservador ficou ligado a objeto de museu e reserva técnica, no Brasil é isso. No Brasil a ideia de conservador é restaurador. Ou, a figura do conservador ficou ligada a reserva técnica, conservação preventiva, então conservação é conservação preventiva, porém não é só isso.

Grasiela: Tu que trabalhas em outros países, também tem essa articulação, isso não se reflete no Peru nem no Egito?

Silvia: Não, no Peru é bem diferente e no Egito o problema é muito maior, mas na a missão francesa não se reflete. No Peru é interessante pois a área de conservação nasce ligada à Arqueologia, afinal o patrimônio arqueológico peruano é valorizado de uma forma totalmente diferente do que ocorre aqui no Brasil, então a conservação nasce bem atrelada à Arqueologia. Na França não, França e Inglaterra são o berço da área de conservação e restauro, além da Itália, então você tem todas as possibilidades de uma área autônoma.

Grasiela: A conservação também está interessada em nos aspectos comunicacionais e expositivos?

Silvia: Então, se pegar um conservador bem tradicional ele vai dizer que não, que não é um problema da conservação, no plano da conservação preventiva, não. Mas a gente está discutindo sobre conservação arqueológica; então quando a gente fala em conservação arqueológica eu acho que sim, em dois aspectos. Um: insisto na questão conservação *in situ*, cada vez mais a gente percebe que é impossível você resgatar tudo e, outro problema é que muitos sítios arqueológicos, principalmente na Amazônia, estão sob comunidades atuais. Então você tem uma relação dessas comunidades com o patrimônio arqueológico e aí o conservador tem que ter um diálogo com o público, até para entender e chegar nesse meio termo, com uma proposta de conservação viável. O segundo aspecto é a comunicação com o público arqueológico, que acho que ainda é muito importante esse diálogo com os arqueólogos. Para mim tem sido muito rico participar de alguns cursos de graduação ou especialização em Arqueologia, porque, de fato, é lá que a gente vai formar a área da conservação arqueológica. A partir do momento que o aluno entende o papel da conservação na Arqueologia, quando esse aluno estiver trabalhando ele vai chamar esse profissional, ele vai ir atrás do conservador, quando se vir perante problemas de conservação. Que é o que acontece geralmente quando as pessoas me ligam - ‘como é que a gente fecha a unidade’?

Grasiela: E na conservação há interesse? Quem se forma conservador tem interesse na conservação arqueológica? A gente conversou bastante sobre o arqueólogo perceber a necessidade do conservador, mas e o conservador percebe que ele também precisa se especializar nessa área, porque foram citados tão poucos nomes de conservadores no Brasil.

Silvia: Então, eu fui pela primeira vez dar uma palestra em um curso de conservação aqui em São Paulo e fiquei impressionada no interesse das pessoas. Deste contato já tiveram três alunas que foram para o Peru com a gente ano passado. Eu acho que a novidade é para todos os lados, os cursos de conservação não chamam a atenção para a arqueologia, os nossos cursos de conservação são, infelizmente, voltados para aquilo que se acredita que o mercado precisa. Os cursos de conservação no Brasil eles nasceram pra quê? Restauração de arte barroca. E, portanto restauração de madeira, escultura em madeira policromada, pintura, cavalete e tela, papel - por causa dos documentos, bibliotecas, arquivos, e conservação preventiva. A área de conservação e restauro no Brasil, os cursos, eles nascem porque o mercado era esse, se você pega os currículos dos cursos você vai ver que o que tem é isso, não tem uma disciplina sobre cerâmica,

por exemplo. Uma brincadeira que faço com vários colegas conservadores de tela quando eles me dizem ‘ah, mais cerâmica é simples’; eu digo ‘simples pra quem não entende de cerâmica’, porque na realidade, assim como uma tela, a cerâmica também tem várias camadas que interagem com diferentes agentes de degradação, se você não entende, você não vê as camadas da cerâmica, você acha que é um corpo único e compacto. Mesmo a porcelana que é um corpo compacto, não poroso, tem uma camada policroma, e um verniz, então ela também têm camadas que podem ter problemas de conservação diferentes em cada uma delas. Então mesmo sem pensar em arqueologia, os cursos em sua maioria são bem tradicionais, e não abrangem a diversidade material do patrimônio brasileiro. É um curso caro por causa de material, laboratório, são cursos caros, então difícil de financiar, de serem mantidos, mas quando fiz essa palestra no curso de conservação, se vê que tem muita gente interessada. Acho que o desconhecimento pode vir tanto do arqueólogo, como do aluno, do conservador, que vai estar em um curso que, geralmente, vai abordar tela, madeira, é super importante, papel e conservação preventiva, é isso; e material inorgânico parece que não precisa nem se preocupar porque isso se conserva por ele mesmo, ou seja, pedra, cerâmica, ‘ah, isso não tem problema de conservação’, o problema está nos materiais orgânicos. Porém, na realidade, em arqueologia brasileira, arqueologia pré histórica, sobretudo, salvo raras exceções, pois em alguns contextos muito secos, a gente encontra material orgânico em sítios arqueológicos, quando pensamos em conservação arqueológica, estamos falando de conservação de materiais inorgânicos, você vai estar falando de cerâmica, líticos, metal, vidro, mesmo pigmentos, vão ser pigmentos inorgânicos, é muito raro pigmentos orgânicos se conservarem, claro que sempre depende do contexto. Então, salvo raras exceções, a gente está falando de materiais inorgânicos, o que absolutamente não é valorizado, o que não é a preocupação dos cursos de Conservação, infelizmente; porque quando abrem a porta aparece um monte de gente interessada, quando abre essa porta sempre aparece gente interessada.

Grasiela: Em qual projeto tu estás atuando atualmente, que atividades tu tens desenvolvido hoje?

Silvia: Pós-doc. Exclusivamente.

Grasiela: E qual é que é teu projeto do pós-doc?

Silvia: O título do projeto é ‘Conservação arqueológica, uma reflexão a partir de estudos de caso no Brasil’. A ideia é sistematizar um pouco os trabalhos, os diferentes trabalhos realizados, e falar dessa relação - conservação e arqueologia - nas diferentes etapas do trabalho

arqueológico. A partir de alguns exemplos, mostrar a atuação do conservador em campo, no momento da escavação, qual o papel do conservador em campo, mas também pós-escavação: a questão da conservação *in situ* e a relação do conservador com a pesquisa arqueológica no laboratório; E decidi não abordar problemas relacionados com o acondicionamento do material arqueológico nas áreas de reserva técnica ou expositivas, porque acho que é o assunto que mais tem bibliografia, o mais falado, achei que não tinha necessidade.

Grasiela: Então vai focar nessa área antes da reserva técnica.

Silvia: Antes da reserva técnica, todo o processo. A ideia é ver a partir de alguns estudos de caso o que acontece com o material da hora que ele sai da escavação até virar *objeto de museu*, e nesse ponto eu paro pois sobre conservação preventiva é a área que no Brasil você tem mais bibliografia produzida.

Grasiela: Quando que tu comeceste o pós-doc?

Silvia: O pós-doc eu comecei em 2014 e termina agora em 2016.

Grasiela: Bom, teremos uma bibliografia.

Silvia: Não, primeiro tem que terminar o pós-doc, aí depois.

Grasiela: Tem que escrever (risos).

Você percebe avanços na área de conservação arqueológica no Brasil?

Silvia: Sim, tem um avanço sim, sobretudo, das pessoas enxergarem, começarem a enxergar que é interessante, que pode ser legal essa relação, não vou dizer assim ‘ah, as pessoas me ligam mais’, ou ‘me procuram mais’, mas eu vejo que mesmo perante o grande problema, ‘dos projetos não terem dinheiro para mais um profissional’ afinal, o fato de você começar a ter interesse não quer dizer que você irá gastar dinheiro do seu projeto com isso. Enfim, acho que o grande avanço é esse, de ver na arqueologia um maior interesse no que diz respeito à conservação dos materiais, a conservação do patrimônio. O que gerou esse interesse? Sei lá, diferentes problemas. Um grande problema foi o acúmulo enorme de acervo gerado pela arqueologia de contrato, mas acredito que uma série de problemas da arqueologia hoje, acabaram gerando também esse interesse. Por exemplo, o desdobramento das obrigações legais dos projetos de arqueologia, tem gerado nos últimos anos um interesse maior em relação a esse profissional, seja para a restauração de peças, seja para a conservação preventiva dos acervos. O que é muito comum nos projetos de arqueologia preventiva é chamarem o conservador para

a etapa de restauro de peças para a montagem de uma exposição. Seja por uma razão ou por outra, o fato é que eu acho que tem um interesse maior pelas questões de conservação na arqueologia, acho que isso está começando por aqui, acho que esse é o avanço.

Grasiela: Então tá bom, Silvia. Muito obrigado pela entrevista.

APÊNDICE F – Termo de Autorização de entrevista. Silvia Cunha Lima

Termo de autorização de entrevista

São Paulo, 28 de janeiro de 2016.

Eu, Silvia Cunha Lima, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 28/01/2016 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência e autorização da mesma.

APÊNDICE G – Transcrição da entrevista com Gersa de Alkimin Radicchi

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistada:** Gersa de Alkimin Radicchi

Via Skype

Data: 09 de abril de 2016**Transcrição:** Nicole Di Domenico**Grasiela Tebaldi Toledo:** Qual a tua formação na graduação e na pós-graduação?

Gersa de Alkimin Radicchi: Eu tenho duas formações de graduação. Comecei com História e depois a Conservação e Restauro, ambas na UFMG. O mestrado eu fiz também na UFMG, em Antropologia, com a linha de investigação em Arqueologia Histórica, com a pesquisa da Arqueologia antártica; e o doutorado eu comecei no ano passado - meados de 2015, eu estou na Universidade Politécnica de Valência, fazendo um doutorado em Conservação e Restauro com a linha de investigação em Arqueologia.

Grasiela: O mestrado era uma pesquisa arqueológica ou era voltado para a conservação também?

Gersa: No mestrado, embora eu tenha trabalhado paralelamente com meu grupo de pesquisa no laboratório como conservadora, a investigação eu fiz de análise arqueológica porque é uma demanda do currículo de formação, com conservação você pode falar de patrimônio, mas eu tinha que focar no que as linhas de pesquisa contemplavam da Antropologia.

Grasiela: Qual é o teu projeto agora do doutorado?

Gersa: Agora meu projeto é elaborar um protocolo de conservação *in situ* para o caso dos vestígios arqueológicos da Antártida.

Grasiela: Muito bem. São quatro anos de doutorado na Espanha também?

Gersa: São três anos e pode ser prorrogado por um ano. Isso uma prorrogação sem mais problemas, dá para prorrogar mais, mas é em caráter extraordinário. No caso a bolsa que eu tenho é da Capes, quem me financia é o Brasil, meu projeto foi selecionado; aqui tem muitos estudantes que vem com bolsas do Eramos, porém, nas áreas técnicas - engenharias. A universidade politécnica é uma universidade de engenharias, assim, a conservação e o curso de

belas artes aqui é um pouco diferente mesmo. Então não vejo muitos alunos contemplados com bolsas, não. Mais para as tecnologias voltadas para o mercado aqui.

Grasiela: Desde quando tu atua como conservadora? Você já atuou como conservadora em algum momento profissionalmente ou você está sempre estudando a área da conservação?

Gerusa: Duas coisas. Quando eu tava ainda estudando no curso de conservação, eu comecei a fazer projetos de bolsista, com responsabilidade menor e logo quando tava para me formar eu fiz alguns trabalhos como assistente, conservadora assistente, porém não na área de arqueologia. Depois eu fui coordenadora de conservação, porém não na área de arqueologia. O que eu trabalhei com mais responsabilidade em conservação arqueológica é mesmo no projeto da Antártida, que eu consegui uma responsabilidade tanto na pesquisa como na gestão do acervo e tem esse lugar mais de evidência na parte de arqueologia mesmo no laboratório, fora isso eu trabalhei como conservadora de outras coisas.

Grasiela: Desde quando tu atua, então, como conservadora?

Gerusa: Bom, é recente. Me formei em 2012, digamos, em 2012.

Grasiela: E por que buscou a qualificação em conservação?

Gerusa: Porque eu me formei em História e eu tinha feito licenciatura e eu estava dando aula. Porém eu tava dando aula para o estado e eu não estava - apesar de eu ter muito envolvimento pessoal e ético com o que estava fazendo, eu achava muito importante, eu me sentia infeliz porque, como deve saber, é muito desvalorizado. Então eu resolvi retomar a minha profissão e já no curso de História eu tinha interesse pela área de patrimônio. Foi quando eu vi que no curso de Conservação e Restauração havia uma especialização no CECOR. Eu decidi fazer especialização, porém no ano que eu ia fazer a especialização fecharam a especialização e abriram a graduação. Então fiquei na dúvida: encaro outra graduação ou não encaro? Encarei a nova graduação; passou rápido, foi ótimo. E no final da graduação eu sentia que faltava alguma coisa dentro das linhas de pesquisa em Conservação e Restauro porque eu não gostava muito de trabalhar com bens artísticos, eu gostava mais dos etnográficos e arqueológicos, só que eu não tinha essa perspectiva porque lá dentro a gente não trabalha com eles. Foi quando eu tive contato com o professor Zarankin e ele me apresentou a arqueologia. Eu entrei na arqueologia a partir do projeto da Antártida e como eu tinha cursado História eu já tinha essa inquietude, um pouco mais na área de humanas.

Grasiela: O curso de Conservação e Restauro que você fez na UFMG em nenhum momento abordou conservação arqueológica?

Gerusa: Não abordou, dentro da grade não - praticamente não abordou. Às vezes, a gente tinha ‘estudos de materiais’, aí estudava cerâmica, mas totalmente descontextualizada, porque uma coisa é a cerâmica que vem de uma coleção de louças de um colecionismo. E outra coisa é quando você acha numa situação mesmo de escavação. É outra categoria de tratamento. Então a gente estudava objetos que poderiam sim ser arqueológicos, mas que estavam em outro contexto de estudo. E comecei a abordar com um projeto paralelo, porque a professora Yacy-Ara, tinha já uma experiência com acervos, com conservação arqueológica e ela fez um projeto no museu da lapinha, que tinha algumas peças lá em Belo Horizonte. E depois ela fez um projeto paralelo de conservação para o material da Antártida, com o professor Zarankin. Ai acabou que eu fui para o lado de lá.

Grasiela: A professora Yacy-Ara foi sua professora na conservação?

Gerusa: Foi, exato. Ela não foi minha orientadora de TCC, porque no TCC eu trabalhei com uma coleção teatral, tinha têxteis e tudo, mas ela foi minha orientadora nesses projetos com o professor Zarankin por um tempo, até que o Zarankin virou meu professor, orientador mesmo.

Grasiela: Tu te aproximaste da arqueologia em que momento?

Gerusa: Então, a vontade, o desejo, eu já tinha; porque meu olho não brilhava para nenhuma categoria. Lá na conservação a gente estuda papéis/documentos, pintura/ telas, digamos, são categorias de bens culturais mais tradicionais para as linhas de estudo. Tinha também a área de escultura em madeira, que é para o barroco. Eu até fiz iniciação científica com imagens religiosas, sensacionais. Mas meu olho não brilhava. Então eu fui para a área de conservação, porque na conservação podia trabalhar tudo; quando eu tive contato com o acervo da Antártida, eu tive com a arqueologia, então foi no final da minha graduação, foi em 2010. 2010 eu comecei a ter contato com a Antártida.

Grasiela: E ai você ingressou no mestrado com esse acervo, logo que terminou a graduação?

Gerusa: Isso, eu me formei. O TCC foi na área de teatro, nada a ver também porque é uma coisa que me interessava, fiz o projeto de conservação para acervo teatral e segui trabalhando com o Zarankin, ajudando na conservação, até que eu fiz a prova de mestrado no final de 2012 e entrei no mestrado no final de 2013, e ai já defendi o mestrado em 2015 e 2015 eu vim para cá, já foi tudo emendadinho.

Grasiela: Como tu percebes, avalia a conservação arqueológica no Brasil?

Gerusa: Então, é muito falha. É muito falha. Mas não é uma falha do ponto de vista ‘ah, as pessoas estão sendo displicentes’. Eu não falo nesse sentido. Eu acho que é uma área muito nova, a própria arqueologia é uma área nova, a conservação é uma área nova. Então, está faltando um diálogo maior, porque eu vejo assim: a conservação ela está mais, tirando Pelotas, a conservação ela está muito dentro dos cursos de Artes. E arqueologia, às vezes a arqueologia ela tá ali junto com a História ou ela é Arqueologia sozinha, então, os currículos nunca se conversaram. Você deve ter feito análise dos currículos, uma coisa não conversa com a outra. Aqui na Europa não, você tem áreas de conservação dentro das arqueologias, você estuda conservação em arqueológicos, nos cursos de arqueologia, igual na Itália, que vi que você estuda e como aqui em Valência, que você tem dentro do curso de conservação uma linha de arqueologia. Aqui na Europa é tradição você ter a conversa.

Grasiela: No Brasil tu não percebes essa articulação?

Gerusa: Não percebo.

Grasiela: Não sentiu nem na tua formação?

Gerusa: Não, as áreas são muito falhas. Tem interesse, você vai ver que o seu próprio trabalho, como você tá tentando fazer esse link todo, você vai ser valorizada. Tem o interesse, é que precisa mesmo de gente que crie; a demanda tá aí, mas que viabilize.

Grasiela: Certo. Tu conheces ou poderia me dizer quais são os principais profissionais de conservação arqueológica no Brasil? Quem é que tu conheces que trabalha com isso?

Gerusa: Gente habilitada seria o professor Jaime, a professora Yaci-Ara, o professor Luís Sousa, que é também conservador, ele faz exames arqueométricos.

Grasiela: Ele é da onde?

Gerusa: Ele é professor junto com a Yaci-Ara, eles estão sempre em muitos projetos. Ele é mais voltado para a área de química. E também faz muito coisa. Tem um rapaz que eu não conheço pessoalmente, que é o Rodrigo Torres, que está numa universidade do nordeste, estudou no Texas. Ele fez doutorado em arqueologia no Texas. Eles, o Rodrigo e sua esposa, fizeram doutorado de Arqueologia no Texas e lá tem uma área de arqueologia subaquática, com

tratamento do material subaquático. Então ele conhece bastante de conservação de material subaquático e os tratamentos que se faz depois que você sobe com o material.

Grasiela: Eu venho fazendo entrevistas e são essas pessoas que os outros citam.

Gerusa: Ah, e tinha uma professora que faleceu que estudou aqui em Valência como eu, ela se chamava Helena Davi, ela faleceu - teve um câncer, mas ela estudou aqui, tava fazendo a mesma linha que eu estou fazendo e trabalhou muito com pinturas rupestres, ela é conservadora. E tem a Vanessa Dutra também, ela esteve no Iphan, ela também estudou aqui, ela fez o mestrado e não virou professora. Mas eu sei que ela esteve com a Márcia Bezerra ajudando na conservação.

Grasiela: E aí, seus colegas, tem alguém que estuda conservação arqueológica?

Gerusa: Tem, tem por que tem os professores aqui que dão disciplinas como, por exemplo, restauro, restauração de metal arqueológico, restauração de fósseis arqueológicos, tem três ou quatro professores aqui que são especialistas em arqueologia e tem os colegas do master e do doutorado que já estão saindo para as áreas de arqueologia também.

Grasiela: Mas nenhum é brasileiro?

Gerusa: Não, nenhum é brasileiro. Aqui tem uma brasileira que eu conheço que tá fazendo na arte contemporânea e um brasileiro também na arte contemporânea, mas aqui fazendo arqueologia brasileira só eu. Tem italiano, tem muito erasmus aqui, mas de brasileira só eu mesmo.

Grasiela: Certo. E já tem material publicado de pessoas que terminaram antes de você nessa linha, que fizeram pesquisa de conservação arqueológica, que estão disponíveis pra pesquisar, de gente que já terminou o mestrado, doutorado nessa linha de pesquisa?

Gerusa: Aqui tem, você pode ir no site da Universidade Politécnica de Valência, posso te passar o link, todas as teses de doutorado estão publicadas ali.

Grasiela: Seria interessante ver esse panorama um pouco mais abrangente até pra ver essa diferença entre a prática brasileira e europeia.

Gerusa: É, aqui é há muito tempo já, até pelo patrimônio arqueológico deles já ser mais reconhecido, é mais oficializado, digamos assim. O Estado tem mais interesse do que aí no Brasil com o patrimônio. Então, provavelmente tem a tese da Helena aqui e então tem a publicação dela, mas de outro brasileiro que tenha feito aqui na área de arqueologia, não

conheço. Tem a Vanessa, que fez o mestrado aqui também. E aqui é o único curso de doutorado com esse nome, doutorado em conservação e restauração em bens culturais da Europa, é o único que é só nisso mesmo.

Grasiela: E quais os trabalhos que tu já realizaste em conservação arqueológica?

Gerusa: O projeto que eu faço de uma forma mais autoral mesmo é o da Antártida, que eu venho fazendo a pesquisa. Porque trabalhar com arqueologia e conservação em arqueologia não trabalhei ainda. Só mesmo, teve um período que eu fui contratada para trabalhar na Antártica, mas é mais uma investigação.

Grasiela: Já trabalhou de forma articulada com arqueólogos, museólogos e conservadores em alguma pesquisa? Arqueólogos e conservadores na Antártica, mas tinha a museologia também?

Gerusa: Não, nunca me procuraram. O Marcos me procurou pra dar como uma palestra acerca de manipulação de objetos. Tem um interesse, eles valorizam, sabem a importância, quando eu falo me valorizam muito, mas nunca teve uma empresa de arqueologia que me chamou ‘olha, tem esse material de contrato, venha trabalhar comigo’, sabe.

Grasiela: E o projeto da Antártida que você faz não tem nenhum professor museólogo, ninguém da museologia trabalhando junto?

Gerusa: Não. A gente tem interesse por arqueologia pública, de levar por esse lado, a gente agora tá tentando fazer uma parceria com o pessoal do Centro Pedagógico da UFMG para montar uma exposição itinerante. A gente tem interesse também por esse lado, mas um profissional da museologia não tem, apesar de que tem o curso de museologia lá.

Grasiela: Tem o curso de museologia na UFMG?

Gerusa: Tem, tem. E a gente está com um bolsista de conservação lá também.

Grasiela: Tu já divulgaste, ou as pesquisas que tu trabalhas já divulgaram os resultados de conservação? Tem divulgação dos resultados?

Gerusa: Sim, tem um artigo que eu publiquei junto com o pessoal do laboratório que está na revista *Vestígios*, que falo um pouco da conservação, alguns boletins da APECS e da UFMG que é uma Associação de jovens pesquisadores dos polos, que eu fiz para uma divulgação mais ampla, um periódico chamado *Patrimoniun* e também seminários já participei como palestrante,

como apresentadora de trabalhos, de pôsteres também. Agora à parte deles, eu estou falando sobre minha pesquisa de mestrado, que é sobre os calçados.

Grasiela: A tua pesquisa de mestrado é sobre os calçados da Antártida?

Gerusa: Calçados da Antártida. Fiz uma análise arqueológica de calçados.

Grasiela: Você considera a conservação uma área que devia atuar em todas as pesquisas arqueológicas?

Gerusa: Não necessariamente. Eu acho que tem que afinar o diálogo para o arqueólogo saber buscar a hora que for necessária. Saber ‘aqui tem que entrar um conservador’, claro, no resgate, acho que sim. Mas, por exemplo, numa pesquisa de análise não necessariamente precisa ter um conservador. Agora em um material muito frágil como o da Antártida que você não sabe como manipular direito, aí sim vamos consultar o conservador, aí deu problema, aí consulta o conservador ‘como é que manipula uma madeira molhada?’ Ninguém sabe. Até uma cerâmica, como é que consolida uma cerâmica, como é que faz a recomposição, até da pra fazer, tem arqueólogos que fazem muito bem inclusive. Mas é que tem casos muito complicados, daí vai buscar um conservador, mas cadê o conservador que sabe fazer isso?

Grasiela: Não tem conservador especialista nisso também.

Gerusa: Então, tá faltando formação.

Grasiela: Formação e a arqueologia buscar mais. Se a arqueologia buscasse mais o conservador, tinha mais gente interessada também nessa área.

Gerusa: Agora tem essas mudanças na lei do contrato que a IPHAN e o CNA tão colocando, que me parece que eles tão forçando pra que a participação do conservador e do museólogo seja maior. Não sei que pé que tá, eu lembro quando fui à SAB no congresso estadual tava divulgando as mudanças que aconteceram. Não sei como que tá a aplicação disso, mas estou vendo um esforço de botar o conservador mais atuante, mas se não tiver a cobrança, não vai virar uma prática.

Grasiela: Tu percebes ou avalia que a conservação também está interessada nos aspectos comunicacionais e expositivos dos artefatos que tão sendo conservados?

Gerusa: Quando a conservação, pelo menos lá que eu tive contato, quando a conservação tem a possibilidade de ascender, de visualizar o universo dos bens arqueológicos, eu vejo muita gente interessada, porque o objeto arqueológico ele é prolixo, em muitos sentidos, e ele dialoga

com coisas que os outros não dialogam, então, quando tem esse contato eu vejo muitos alunos interessados, o problema é que há gente que nem sabe que arqueologia existe.

Grasiela: Na tua prática de conservadora arqueológica também pensa que o artefato vai para um museu, vai ser exposto, tem essa preocupação no momento que está sendo feito um trabalho de conservação específico?

Gerusa: Isso é uma vantagem da gente que tem experiência em arqueologia. Eu vejo que aqui também o pessoal que vem só da conservação eles não tem a perspectiva que um objeto poder ser tratado para análise, eles têm a perspectiva que ele vai ser tratado como reconstituição estética para a exposição. Então com muito contato com as metodologias de trabalho dos arqueólogos, eles já percebem que existe um grupo de objetos que vão ser conservados para dar suporte à análise e não por uma questão estética, de exibição. E eu vejo aqui, os meninos daqui, eles não têm essa perspectiva, como a gente que já dialoga mais com a arqueologia.

Grasiela: Você percebe avanços na área da conservação arqueológica no Brasil? Que tipos de avanço tu percebeste desde que começou a atuar, até agora, enfim.

Gerusa: Sim. Lá em 2011 eu trabalhei no IPHAN, no setor de arqueologia. Eu fui estagiaria bolsista. O Roberto Stanchi, Alexandre Delforge e o José Bitencourt, que eram os técnicos que davam os pareceres e eles estavam se mobilizando para que a coisa da arqueologia andasse, porque os processos que teve para o licenciamento estavam muito aquém do que a lei pregava. Então de lá pra cá, embora haja críticas e são críticas que são pertinentes, eu não vejo uma mudança política bacana. E a SAB também vem trabalhando sério, eu vejo crítica, mas eu vejo o lado positivo também, desde 2011 que eu entrei pra essa parte do IPHAN e até agora, que até fiz o último concurso do IPHAN pra contratação temporária, eu até ia pra Brasília, mas aí eu tinha que definir, se eu ia pra lá ou se vinha pra cá. Vim pra cá. Mas enfim, eu acho que tem sim.

Grasiela: Você percebeu então algumas melhorias ou pelo menos umas tentativas de consolidar um pouco a conservação arqueológica?

Gerusa: Tentativa. Eu vejo isso na academia, eu vejo o Jaime tentando se movimentar, a Yaci-Ara tenta se movimentar na medida do possível, o Andres Zarankin valoriza também, e daí às vezes entra em contato com os outros professores de lá, que estão também, eles valorizam, eles veem meu trabalho, me chamam pra falar. São pequenas coisa, mas é passo a passo.

Grasiela: Bom, as minhas perguntas seriam mais ou menos essas, eu queria saber se tu quer falar alguma coisa específica que tu acha importante que eu não te perguntei sobre conservação arqueológica, que tu acha que seja relevante, ou importante até de contar alguma experiência tua específica.

Gerusa: Deixa eu pensar. Bom o que eu acho mais importante, que eu tiro como uma reflexão da minha trajetória, que tem sido de uma coisa pra outra, é que os conservadores eles devem ser bastante flexíveis, porque as metodologias de tratamento que a gente tem na conservação, a maior parte delas são inaplicáveis quando se trata de objetos arqueológicos, então, tem que limpar, esvaziar, o copo cheio e às vezes a prática mesmo de restauro de material, começar do zero. E porque quando a gente tá trabalhando em campo, às vezes se a gente monta uma coisa que atrasa o trabalho do arqueólogo, a gente vai ter problema, então a gente tem que se adaptar e fazer com que o arqueólogo venha pro nosso lado, e não brigar com ele, porque eu vejo muita briga, ‘ai não é assim’, não, calma, cada um tem a sua prática, vamos ver como que é isso, porque a pessoa que se forma como conservador chega pra arqueologia e tem que desaprender muita coisa porque não se aplica. A natureza do material arqueológico é muito diferente, e isso também, a gente consolida, a gente trata por outras coisas que não é só uma exposição, ou então ficar ali na igreja, na parede de uma sala, a gente tem, pra você ver a profundidade da coisa, às vezes a gente tem que fazer conservação de um bloco de sedimento, porque ali tem micro vestígio, você entendeu? E a gente faz a conservação ali, é outra noção.

Grasiela: É quase outra formação, é quase tão específico que a tua formação lá da graduação de conservação muitas vezes nem te auxilia para fazer uma prática de conservação arqueológica.

Gerusa: Sim, claro. A gente pode adaptar, a gente pode ir lá buscar as coisas, mas você tem que sair do seu lugar, e ver também porque tem artefatos, que às vezes tem objetos que são pré fragmento de couro, que são coisas que tem outro sentido cultural, que não é uma arte de elite, que não é uma coleção de uma coisa que é uma técnica, não sei, que pode aparecer qualquer coisa. Eu vejo assim, como reflexão que eu faço pessoal. Então, do que é tentar fazer essa ponte.

Grasiela: Então tá Gerusa, muito obrigada pela entrevista.

APÊNDICE H – Termo de Autorização de entrevista. Gersa Alkimin Radicchi

Termo de autorização de entrevista

08 de agosto de 2016.

Eu, Gersa de Alkimin Radicchi, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 09/04/2016 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência e autorização da mesma.

APÊNDICE I – Transcrição da entrevista com Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistada:** Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos

Via Skype

Data: 24 de agosto de 2016**Transcrição:** Natali Di Domenico

Grasiela Tebaldi Toledo: Olá! Vou começar te perguntando qual tua formação na graduação e na pós-graduação?

Mara Vasconcelos: Eu me formei na graduação em conservação e restauro de bens culturais móveis pela Universidade Federal de Pelotas, em 2011. Como eu já vinha trabalhando com o tema da arqueologia e da conservação arqueológica, fui buscar o mestrado em arqueologia para me aproximar mais da área. Fiz o mestrado na Universidade Federal de Sergipe, ingressei em 2012 e finalizei em 2014 e atualmente eu sou doutoranda em museologia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO.

Grasiela: Tu ingressaste quando no doutorado?

Mara: Ingressei agora esse ano, 2016/1.

Grasiela: Tu já atua ou desde quando tu atua como conservadora?

Mara: Atuo na área de conservação desde o final da graduação, assim como profissional desde 2011, quando eu me formei. E hoje eu estou no museu de arqueologia e etnologia da UFBA, eu entrei em 2012, passei no concurso logo que iniciei o mestrado e em setembro do mesmo ano fui chamada, comecei a trabalhar lá e desde então sigo direto.

Grasiela: E o cargo que tu tens no museu é na área da conservação?

Mara: É, o nome do cargo é restauradora. Embora sempre tente corrigir, chamar de conservador-restaurador. O nome do cargo é só restaurador, que é um cargo bem antigo, que estava sem ninguém ocupando no museu há muito tempo, não tinha ninguém da área e aí, no momento, tem o cargo de restaurador para nível superior e cargo de técnico em restauração para nível médio ou técnico.

Grasiela: E porque tu buscaste a qualificação em conservação? Porque que tu foste para essa área?

Mara: Bom, eu fazia um curso técnico em biblioteconomia e tinha algumas disciplinas de conservação e restauro para papel e comecei a me interessar bastante, tanto pela área de conservação como pela área de museus. Na época não tinha nenhum curso na cidade onde eu morava; eu morava em Porto Alegre na época. Eu até tentei, fiz uma prova para um curso técnico para conservação e restauro na Escola de Ouro Preto, uma escola técnica. Mas acabei optando por cursar museologia, fazer a graduação em museologia na Universidade Federal de Pelotas. Porque queria também trabalhar nessa área, mas ainda não sabia exatamente em que. Quando eu cursava museologia, um ano depois abriu a graduação em conservação e restauro e eu migrei. E aí fui buscar a formação mesmo, a graduação, na época e hoje acho que tem mais a ver com o meu perfil buscar um curso de graduação do que um curso técnico. Eu gosto muito da parte da pesquisa então acho que a graduação veio mais ao encontro das minhas demandas e dos meus desejos enquanto profissional também.

Grasiela: E lá na UFPel tu não terminaste museologia, tu trocaste e não seguiu a graduação em museologia?

Mara: Isso. Acabei não terminando. Eu cursei dois anos, teve um período que eu cursei paralelamente os dois cursos, então ainda podia, hoje em dia nem pode mais ter duas matrículas numa federal e aí depois teve um momento que eu não dei conta mais de fazer as duas, tanto que hoje busco meu doutorado em museologia também por querer essa formação.

Grasiela: E qual que tu consideras tua principal área de atuação profissional hoje?

Mara: Hoje eu trabalho basicamente com conservação preventiva, dentro do museu. Conservação preventiva, tanto de acervos arqueológicos, quanto de acervos etnográficos, que são uma coisa ainda nova pra mim. Mas também estou buscando conhecer mais essa área, embora a gente tenha pouca formação, tanto relativo aos acervos arqueológicos, quantos aos acervos etnográficos. Dentro da nossa formação a gente não vê muito esse tipo de coleção, de objeto. E basicamente é isso, conservação preventiva e se pode considerar também na área de pesquisa em conservação que eu trabalho hoje no doutorado, meu trabalho é de conservação, meu trabalho do mestrado foi de conservação, então também na área de pesquisa mesmo.

Grasiela: Então, o teu mestrado tu fizeste em arqueologia e agora o doutorado em museologia, mas sempre seguiu a linha da conservação nas pesquisas?

Mara: Exatamente. Desde o meu TCC da graduação eu já trabalhei com conservação arqueológica e aí segui em um mestrado de arqueologia, trabalhei com um estudo de caso, que era de um sítio arqueológico na cidade de Pelotas, que foi um estudo sobre conservação de artefatos em ferro. E agora no doutorado eu mudei um pouquinho, eu estou trabalhando com os acervos etnográficos, que acho que vai complementar de certa forma minha formação pra trabalhar no que eu atuo hoje.

Grasiela: Sim, que é o museu de arqueologia e etnologia. Quando que tu te aproximaste da arqueologia?

Mara: Foi na graduação. Nós tínhamos uma disciplina, o curso ainda tem, acredito, uma disciplina optativa de conservação de acervos arqueológicos, quem ministrava na época era o professor Jaime Mujica e a gente teve a oportunidade, nessa disciplina, de ir a campo. A disciplina foi dada em parceria com a graduação em arqueologia. Então eles chamaram a turma dessa disciplina de conservação de acervos arqueológicos pra ir pra campo junto, num sítio escola e poder aplicar algumas coisas, discutir algumas coisas, trabalhar, ver como era a prática mesmo da pesquisa arqueológica e tudo mais. Então nesse momento, nesse primeiro campo que eu pude participar ainda dentro da disciplina, eu me aproximei muito da arqueologia, mas num primeiro momento não me encantei tanto assim, inclusive disse que nunca mais ia a campo, porque tinha sido exaustivo, tinha sido cansativo, aí na segunda vez que eu fui a campo despertou mais interesse, e nesse meio tempo entre um campo e outro eu comecei a ler sobre a conservação arqueológica, sobre arqueologia e a preservação dos acervos e aí vi também que era uma área ainda em expansão, uma área que estava demandando muita pesquisa, publicação no Brasil, então muito por causa disso também, eu optei por seguir na área da conservação arqueológica. Porque dentro da conservação e restauro eu vi como um caminho a percorrer, um caminho que estava em expansão na época e ainda continua, por ter pouca gente trabalhando na área, por ter pouca publicação, etc. Então foi nesse período da graduação minha aproximação com a arqueologia, e a partir daí eu fui buscando me especializar.

Grasiela: Quais foram esses campos que tu participaste? Foi em que sítios arqueológicos, tu lembra?

Mara: Então, o primeiro trabalho de campo que participei foi no Totó, sítio arqueológico pré-histórico, na região de Pelotas. E quem coordenava na época era o Aluísio Alves, que estava também fazendo o trabalho de mestrado dele nesse sítio. O segundo sítio, que daí foi o objeto de estudo da minha dissertação, foi o sítio Charqueada Santa Bárbara, que foi um trabalho de

campo inserido dentro de um projeto de pesquisa de arqueologia da escravidão também em Pelotas e região, coordenado pelo professor Lúcio Menezes.

Grasiela: Então tu tiveste experiência no sítio pré-histórico e num de arqueologia histórica. Bem legal. Como tu percebes e avalia a conservação arqueológica no Brasil? Tu falaste agora que é uma área em expansão. Ainda percebe isso?

Mara: Eu acho que hoje já é visível uma mudança, faz pouco tempo que eu pesquiso esse tema, cerca de cinco, seis anos, mas ao menos dentro da área de conservação e restauro, ainda era uma coisa muito pouco falada, ninguém cogitava trabalhar com isso. Tanto que foi uma disciplina optativa que abordou o assunto, pois até então ninguém falava que existia essa sub-disciplina chamada conservação arqueológica. Ainda diria que grande parte dos cursos de formação ainda é voltada para a conservação das obras de arte, das pinturas de cavaletes, esculturas, madeira e papel. E hoje eu já percebo uma diferença, pelo menos no que diz respeito à graduação, tenho a impressão de que a conservação arqueológica conquistou um certo espaço, pelos menos na graduação na qual eu me formei. Na UFMG também o pessoal tem trabalhado muito dentro da própria da graduação com o tema. Dos colegas de curso que hoje tem empregos públicos na área de conservação e restauro, existe uma parcela trabalhando com arqueologia, com conservação arqueológica. E sobre a questão das publicações, eu vejo que cresceu bastante justamente por ter crescido o número de pesquisadores, de profissionais trabalhando com isso, e principalmente ela tomada de consciência por parte dos arqueólogos, eu acho que hoje é um momento chave, a questão principalmente da tomada de consciência por parte dos arqueólogos da importância da preservação, até pouco tempo atrás eu por vezes sentia que a gente estava fazendo um discurso vazio, ficava sempre aquela retórica de “temos que preservar”, “temos que prestar atenção na gestão dos acervos”, etc e tal, mas havia ainda pouco retorno por parte dos profissionais da arqueologia. E hoje eu já consigo perceber, pelo menos no meu dia a dia, no meu convívio com os próprios arqueólogos, uma mudança no pensamento, inclusive dentro da sociedade de arqueologia brasileira, na se criou o GT Acervos. Então agora é possível ver de certa forma uma consolidação desta discussão sobre gestão de acervos arqueológicos, discussão que a gente que estava trabalhando com conservação arqueológica já vinha fazendo há algum tempo, mas que ainda não havia conseguido inserir de forma efetiva entre os profissionais da arqueologia. Então vejo isso como uma mudança importante, as próprias políticas públicas, a questão das novas portarias do IPHAN agora já abarcarem a gestão dos acervos arqueológicos, abarcarem a problemática das reservas técnicas dos museus de arqueologia, a vistoria que o IPHAN tem realizado nas reservas do Brasil inteiro, então é um momento eu tenho visto como muito importante, um momento chave. Acho que a gente saiu de um discurso que parecia só

entre nós mesmos, dos museólogos, dos conservadores, e a gente conseguiu, acho que finalmente, alcançar os arqueólogos e os profissionais que trabalham com arqueologia, e os próprios órgãos públicos que trabalham com isso. Então, parece que houve um grande avanço em poucos anos, hoje eu já consigo ver com esses olhos, eu estou bastante empolgada com o que está acontecendo agora, principalmente em relação às políticas públicas. Hoje é um momento propício, a conservação arqueológica está crescendo enquanto disciplina, embora ainda haja pouca publicação, poucos pesquisadores, e poucos cursos de conservação e restauro. Os cursos de conservação e restauro acho que ainda são poucos e não temos cursos de especialização nessa área específica da conservação arqueológica. Mas vejo um crescimento que está acontecendo e o início de um retorno por parte dos profissionais da arqueologia, um retorno que estávamos buscando.

Grasiela: Quais são os profissionais que trabalham hoje no Brasil com conservação arqueológica?

Mara: Vou falar de duas pessoas que eu conheci juntas, que é a Silvia Cunha Lima e a Neuvânia Getty, da UFPE. Eu conheci as duas no congresso da SAB em Aracaju, numa mesa de conservação, de musealização do patrimônio arqueológico, e a Neuvânia trabalha mais com laboratório, com a parte das intervenções mesmo, a Silvia hoje acho que é uma das poucas conservadoras que tem ido a campo, que trabalha mais com a conservação *in situ* mesmo. A Simone Mesquita do Museu Nacional, que agora se aposentou, mas que é uma referência, porque a Simone também tem essa dupla formação, ela tem a formação de arqueologia e a formação de conservação. A Yaci Ara Froner, da UFMG, que é uma super referência pra Conservação e Restauro. Foi uma das primeiras conservadoras que tive conhecimento de ir a campo, que fez um trabalho importante com o Zarankin, na Antártica e também umas das primeiras autoras que li quando comecei a pesquisar sobre conservação de acervos arqueológicos. O professor Jaime de Pelotas, que conseguiu começar a trabalhar com este tema lá no sul, de certa forma eu pude participar deste início, ver de perto esse movimento, de se criar um grupo que teve continuidade. A Guadalupe no MAST, que tem trabalhado com os artefatos arqueológicos metálicos, é uma pessoa que publica bastante, que eu vejo que participa de vários eventos na área. Inclusive saiu agora uma publicação sobre conservação de artefatos metálicos arqueológicos, da qual ela é autora/organizadora. A Vanessa Dutra que trabalhou um tempo no IPHAN, foi justamente quando começou, ela é de conservação e restauro, quando começou essa gestão que hoje está dando mais atenção aos acervos e aos museus e as reservas. Eu também conheci ela na SAB Aracaju, me lembro na época de ela estar começando a falar

sobre isso. O IPHAN estava começando a se preocupar com isso, dentro do CNA, o Conselho Nacional de Arqueologia. Acho que ela foi fundamental, hoje parece que ela não está no Brasil, ela estava em uma escavação em algum lugar, se eu não me engano. Vou também citar um pessoa que pra mim é importante, que foi uma colega de Pelotas, que é a Ana Paula Leal, que hoje está no IPHAN, no CNA. Tem também essa dupla formação; ela tem a formação em museologia, tem a formação em conservação restauração, trabalha muito bem com a documentação museológica, com a questão da gestão da documentação, e hoje está desempenhando um papel muito importante dentro do CNA, na elaboração dessas novas políticas, dessas novas portarias, então a Ana é da minha turma, da minha geração, digamos assim. Eu admiro muito o trabalho dela. Essas são as pessoas que eu conheço que trabalham especificamente com Conservação, com as quais eu tive contato.

Grasiela: É interessante quando eu faço essa pergunta para as outras pessoas que eu já entrevistei, várias pessoas se repetem.

Mara: Lembrei de uma outra pessoa, que é a Daiane Pereira, também minha colega, fez mestrado em arqueologia na Federal do Sergipe e trabalha com o tema das reservas técnicas, principalmente com a questão das reservas técnicas visitáveis, é uma pessoa que está publicando, contribuindo bastante para a área, não é de conservação de formação específica, mas tem trabalhado com isso também, com a gestão, com as reservas, com os museus.

Grasiela: Tu foste quem conseguiu citar mais gente. Geralmente as pessoas acabavam citando a Silvia Cunha Lima, o Jaime, a Yaci Ara, que acho que são os três que de fato são mais antigos na área. Tu citaste pessoas mais jovens, claro, tem a Simone Mesquita, que eu tinha lido coisas dela, mas ninguém tinha citado ela como uma articuladora da área da conservação, às vezes mais pra área da museologia. Tem uma lista um pouco maior, fiquei mais feliz.

Grasiela: Quais trabalhos tu já realizou em conservação arqueológica?

Mara: Bom, dentro do âmbito acadêmico eu participei dos dois trabalhos de campo que citei, foram dois trabalhos de arqueologia, que foram dois sítios escola, que a gente teve a oportunidade então de fazer um trabalho com calma, com tempo, planejado, no qual a gente participou desde o início, em ambas as situações. Aí tive a oportunidade de fazer um trabalho com arqueologia preventiva, como consultora, foi só uma vez, mas é uma experiência muito diferente da acadêmica, principalmente em relação à questão da conservação começar lá no início do projeto de arqueologia, no planejamento, antes do trabalho de campo, em um trabalho

de contrato isso dificilmente ocorre, então eu senti assim um abismo entre as duas práticas. Junto a isso tem o meu trabalho dentro do museu, que abrange muitas atividades, conservação preventiva, conservação curativa, a gente acaba atuando também de outras formas, montando exposição, orientando estudantes, dando cursos, fazendo trabalho burocrático. Como eu já falei, hoje eu trabalho basicamente com conservação preventiva, até porque eu cheguei ao museu e o museu não tinha mais nenhum profissional de conservação e restauro há muitos anos, então a gente resolveu começar pelo começo, vamos cuidar do ambiente, vamos arrumar reservas, só depois vamos começar um plano para realmente intervir em alguma coisa. então é isso, minhas experiências são essas.

Grasiela: Depois que tu entraste no museu, tu trabalhas no museu exclusivamente? Tu não participaste de mais projetos fora do museu?

Mara: É, esse trabalho para arqueologia preventiva eu já estava no museu. Eu fiz dois trabalhos além desse, mas não foram especificamente com arqueologia, que foram trabalhos pela UFBA também, de levantamento patrimonial em algumas cidades do interior, um trabalho mais ligado a questão de patrimônio, do que havia de patrimônio naqueles locais, de fazer um levantamento, diagnóstico, etc.

Grasiela: Tu já trabalhaste de alguma forma articulada a arqueologia, a conservação e a museologia? Acho que a tua formação já é articulada, mas na prática tu já atuaste com outros profissionais dessas áreas junto?

Mara: Em Pelotas tivemos muita sorte por ter começado com essa experiência em uma disciplina e de poder ir a campo num sítio escola. As duas experiências que eu tive de pesquisa de campo acadêmica, lá em Pelotas, foram interdisciplinares. As duas tinham profissionais de várias áreas, tanto de museologia, conservação, arqueologia obviamente, como de diversas outras áreas ainda mais. E aí como eu falei, dentro do âmbito acadêmico, de uma pesquisa acadêmica, de um sítio escola, tem uma tranquilidade para trabalhar com tudo que não acontece em outros tipos de trabalhos de campo. Então realmente antes de começar o trabalho de campo, sentam todos para conversar, cada um fala da sua ideia, da sua área, aquela coisa de não ter pressa no momento da escavação, então quando aparecia alguma coisa ‘ah chama o pessoal da conservação’ ‘a gente não está conseguindo tirar esse osso, ele está muito fragilizado, dá pra fazer alguma coisa?’ e daí para tudo, conversa, pensa, vai buscar um material que não está no campo, porque o campo era próximo do laboratório. Ao mesmo tempo o pessoal de museologia pensando e fazendo a documentação, o que é importante, o que não é importante, conversando

do que vai ser feito. Então toda uma discussão muito rica e que é muito difícil de ocorrer na prática. Nos dois campos que eu participei foram assim, nesses dois campos dentro da universidade, e é muito bom, porque a gente aprende a ver o lado do outro profissional. A nossa formação de conservação também já é uma formação multidisciplinar, então a gente já tem que pensar em diversas áreas e disciplinas quando vai fazer nosso trabalho. Considerar a prática de todos os outros profissionais envolvidos e fazer com que isso aconteça de forma harmoniosa é muito difícil. Hoje no museu eu trabalho com uma profissional de arqueologia, um da museologia e outra conservadora. Em quase todas as minhas experiências, eu tive essa oportunidade de trabalhar de forma interdisciplinar, e na teoria a gente sabe que a conservação e gestão dos acervos arqueológicos só funcionam se realizadas de modo interdisciplinar, mas na prática às vezes é complicado, mas é também um aprendizado.

Grasiela: Tu acabaste respondendo a outra pergunta, que se refere a como foi a relação profissional interdisciplinar. Tu disseste que quando foi estudante no sítio escola foi mais tranquilo, e agora, profissionalmente, dentro do museu é um pouco mais complicada essa relação. Para aproveitar, te pergunto se tu conheces alguma experiência, por exemplo, parecida com a que tu tiveste enquanto estudante? Algum outro lugar do Brasil, que não seja em Pelotas?

Mara: Eu acredito que até exista, mas agora eu não consigo me lembrar, não consigo me lembrar de nenhuma. Se eu me lembrar no decorrer da conversa...

Grasiela: E essas experiências, tanto em Pelotas, como agora essas questões do museu, resultaram em divulgação dos resultados referentes à conservação?

Mara: Sim, como eu te falei, minha primeira experiência resultou no meu trabalho de conclusão de curso, e não foi só no meu, de outros colegas também que participavam, tanto de museologia, quanto de conservação. A minha segunda experiência de campo resultou na dissertação de mestrado. Quanto aos trabalhos do museu, acho que a maioria dos trabalhos e projetos que a gente tem desenvolvido resultaram em comunicações e publicações na área.

Grasiela: Você considera a conservação uma área que deveria atuar em todas as pesquisas arqueológicas?

Mara: Sim, pelo menos naquelas que vão gerar acervo. Como eu já falei anteriormente, acredito que está ocorrendo uma tomada de consciência por parte dos arqueólogos a respeito da importância da conservação, que esta deve começar a ser pensada antes do trabalho de campo, acho que esta ideia ainda não está bem difundida entre os profissionais da arqueologia, porque

normalmente o conservador é chamado quando os objetos já estão no laboratório, o que torna mais difícil o trabalho. As próprias portarias já exigem o trabalho de conservação. Então, como eu falei toda pesquisa que vai gerar acervo deveria ter o conservador, inclusive a própria portaria do IPHAN para trabalho em arqueologia preventiva já indica isso. Então, como eu estava falando. Eu acho sim que deve haver a presença do profissional de conservação em todos os trabalhos de arqueologia, principalmente naqueles que vão gerar acervo. Não somente a presença do conservador em todos os trabalhos de campo, como a presença do conservador em todas as etapas de pesquisa arqueológica. Como eu falei antes, embora eu acho que já haja hoje uma consciência por parte dos arqueólogos da importância da conservação, eu ainda vejo muita dificuldade de conseguir inserir a conservação e o profissional da conservação no início do trabalho de pesquisa, no planejamento da pesquisa, no planejamento do trabalho de campo. Então acho que hoje onde a gente ainda tem que de certa forma lutar para ser para ser ouvido e começar a fazer parte desse processo pré-campo. Uma coisa que eu acho importante falar é a respeito da formação desse profissional, que afinal de contas quem é esse profissional que vai trabalhar com a conservação arqueológica. Eu não gosto de ficar dizendo que tem que ser um profissional formado em conservação e restauro, até porque é um curso recente, nem todas as regiões do país oferecem esse curso, aqui mesmo na região nordeste a gente não tem nenhuma graduação na área. Então, eu sempre falo bastante nisso, acho que qualquer pessoa que trabalhe na área pode trabalhar com conservação arqueológica, pode ser o arqueólogo que vá se especializar em conservação, pode ser o conservador, que vá se especializar em arqueologia, na conservação arqueológica, pode ser o museólogo que já trabalha com conservação, que vá se especializar nisso, acho que os próprios arqueólogos deveriam buscar formação na conservação e acho que muitos a partir de agora vão começar a buscar porque estão percebendo a importância. Então é isso, acho que sim, que os conservadores e a conservação deveriam estar sempre ligados à arqueologia.

Grasiela: Até porque como tu falou as graduações de conservação muitas vezes não abordam arqueologia, o profissional formado em conservação às vezes não sabe trabalhar em conservação arqueológica. Claro que ele pode, tem um arcabouço que é parecido mas...

Mara: Exatamente, assim como as graduações em arqueologia. Eu fiz um levantamento e até apresentei um trabalho sobre isso, um levantamento preliminar, muito básico, sobre os componentes curriculares dos cursos das graduações em arqueologia. A minha hipótese era de que dentro dos próprios cursos de arqueologia não se trabalhava preservação, porque eu não entendia a resistência tão grande dos arqueólogos com a conservação, e aí realmente, de certa

forma, eu confirmei, porque dentro dos próprios currículos de graduação, existem pouquíssimas grades que oferecem disciplinas relacionadas ao patrimônio, a preservação de um modo geral, a museus, a coleções, pouquíssimos cursos têm. Então a própria formação em arqueologia, também está sendo deficiente nesse sentido, assim como a formação em conservação. A maioria não tem, quando tem é optativa, como foi o nosso caso, os cursos de museologia também trabalham muito pouco esta temática, então é uma área que tem muito a ser explorado e espero que agora a própria mudança da legislação e a chegada dessas portarias faça com os que os profissionais dessas áreas afins se atentem para buscar essa formação.

Grasiela: Não sei se dá para a gente pensar também a conservação como uma área dentro da museologia. Às vezes tem essa disciplina de conservação e tá dentro da área de museologia, tu percebes isso ou acha que de fato são áreas bem separadas com suas fronteiras bem delimitadas?

Mara: A preservação dos acervos é um dos três pilares em que se baseia o trabalho nos museus: conservação, pesquisa e comunicação. Então dentro disso, obviamente a conservação exerce papel muito importante, não que a conservação dependa da museologia, talvez a museologia dependa mais da conservação do que o contrário, mas, embora hoje seja cabível e exequível o museu sem acervo, a maioria dos museus ainda se baseia nas coleções para construir seus discursos, construir suas exposições, então nesse sentido a conservação é indispensável, embora hoje a gente não veja mais a preservação do objeto como finalidade do museu, como antigamente, a coisa do fetiche no objeto, de conservar o objeto somente pelo objeto, o objeto hoje é visto como o meio para que o museu e a museologia construam seus discursos, então o objeto tem que estar preservado da melhor maneira possível, nesse sentido a conservação é indispensável para a museologia.

Grasiela: Certo, e a conservação também está interessada nos aspectos comunicacionais, expositivos?

Mara: Sim, com certeza. Por causa disso que estava falando do objeto como suporte de informação, e não somente o objeto como uma obra de arte, como um fetiche do visitante. No momento que o objeto passa informação, o conservador exerce papel ativo na transformação desse objeto, como nos elucidou o teórico Muñoz Viñas. Qualquer intervenção de conservação e restauro pode modificar a leitura do objeto, e pode fazer com aquele objeto seja compreendido de forma diferente, então hoje já se discute muito isso dentro da conservação, essa questão de que o conservador não está simplesmente realizando uma intervenção para recuperar aquele objeto e fazer com que ele dure o maior tempo possível, ele está também o modificando de

forma fundamental. Hoje dentro do museu a gente trabalha muito nessa linha, eu não posso realizar uma intervenção, sem contar com a informação do arqueólogo, porque eu não posso intervir de modo a atrapalhar nenhum processo da pesquisa arqueológica, não posso realizar uma intervenção sem conversar com o museólogo, porque eu posso estar modificando a leitura do objeto e eu posso estar indo contra o discurso que aquele museu quer passar através dos objetos. Então é nesse sentido que hoje se fala que o conservador tem um papel ativo, a gente também tem que se preocupar com esse tipo de coisa. Não só obviamente a questão da conservação preventiva, quando a gente pensa ‘ah o objeto vai para exposição, então a gente tem que pensar qual vai ser o ambiente daquela exposição, qual vai ser o suporte.’ Hoje pensamos para além destas questões puramente técnicas. Inclusive é com este tema que eu trabalho na minha pesquisa de doutorado, que é pensar no papel do conservador como algo ativo, que modifica a leitura do objeto e pensar as consequências disso. Então nesse contexto do museu a gente também exerce papel fundamental, e aí começa aquela questão, quando se faz a exposição e se faz a comunicação, o que aquele objeto quer comunicar, o que o museu quer comunicar através do objeto. A gente tem que sempre pensar a finalidade, a gente vai ver dentro de um museu hoje, o nosso trabalho é assim, a gente vê algum objeto que necessita alguma intervenção, primeiro pergunta porque, o que vai ser feito com esse objeto, o que essa exposição quer passar, como é importante que o objeto seja compreendido, porque qualquer intervenção que a gente fizer ela vai estar interferindo na leitura. Então acho que é impossível dissociar a nossa prática da prática da pesquisa e comunicação museológicas.

Grasiela: Eu queria que tu falasses um pouco de qual projeto tu estás atualmente, claro, é dentro do museu, mas em que área específica, com que acervo tu estás trabalhando, qual que é o objetivo, o que está sendo desenvolvido hoje, e queria também aproveitar para que tu falasses um pouco do que é a tua pesquisa do doutorado, o que tu está desenvolvendo atualmente.

Mara: Então, dentro do museu hoje em a gente tem projetos importantes relacionados ao setor de conservação. No ano passado a gente trabalhou na requalificação da reserva técnica do acervo etnográfico, que é um acervo relativamente pequeno, não chega a ter mil peças, então a gente fez todo o diagnóstico de conservação e modificou a reserva, conseguimos o mobiliário novo, mais adequado, os materiais hoje estão acondicionados da forma correta, e foi realizado um diagnóstico do estado de conservação de todas as peças. Hoje a gente está trabalhando com a reserva técnica do acervo arqueológico, que é o grande problema que a gente tem dentro do MAE-UFBA (inclusive o IPHAN passou pelo museu há dois anos atrás, fazendo uma vistoria na reserva e a considerou inapta). A gente tem um problema bem grande porque a nossa reserva

técnica de arqueologia ficava dentro do museu e há cerca de cinco anos atrás perdemos este espaço e a reserva foi para um local temporário sem as mínimas condições para a conservação das coleções. Então hoje a gente está num trabalho de tentativa de requalificação desta reserva, de implantação de medidas mínimas de acondicionamento e limpeza dos objetos, de recondicionamento desses objetos e limpeza até a gente conseguir um local definitivo e adequado para depositar este acervo. Então é esse projeto de reorganização da reserva técnica, e hoje a gente tá trabalhando com todo o acervo arqueológico do MAE, são cerca de 300 mil peças reunidas durante 30 anos de pesquisa. E hoje este é o principal projeto do museu, toda a equipe está direcionada para esta requalificação da reserva técnica, todos os técnicos do museu e mais oito estagiários. A gente também tá trabalhando num outro projeto bastante importante para o museu, que é um projeto de musealização do espólio intelectual do arqueólogo Valentin Calderón. Valentin Calderón foi um arqueólogo espanhol, radicado aqui na Bahia e que foi o idealizador do MAE/UFBA, foi também um dos pioneiros da pesquisa arqueológica aqui do nordeste, foi membro do PRONAPA, e o museu recebeu da viúva seu espólio pessoal, todo seu arquivo, de anos de trabalho dele aqui na Bahia. Então a gente tá fazendo um trabalho de conservação preventiva e curativa em todo esse acervo, é um acervo muito grande de fotografias, publicações, livros, periódicos, recortes de jornal, tem material arqueológico, mapas, é uma infinidade de coisas. A gente tá fazendo uma parceria com uma universidade do Texas, então hoje a gente já fez escaneamento 3D de algumas peças arqueológicas e no momento estamos trabalhando com a digitalização de fotografias para se criar uma base de dados disponível ao público. E para ano que vem que vamos remontar toda a exposição do museu, e como somos poucos técnicos no museu, a equipe de conservação acaba atuando também na montagem, na concepção da nova exposição e tudo mais. Mas hoje basicamente o projeto mais importante é esse da organização da reserva, muito também por causa dessas novas portarias do IPHAN, dessa nova visão que se está tendo a respeito dos museus e das reservas, então a gente tá tentando reorganizar e já seguindo essas novas normas.

Sobre o projeto de doutorado, a ideia dele surgiu lá no mestrado. Como eu trabalhei em um campo inserido dentro de um projeto de arqueologia da escravidão, eu acabei por fazer na dissertação uma breve discussão sobre a conservação dos aspectos simbólicos dos objetos, então eu comecei a discutir justamente essa questão do papel do conservador e de como as intervenções podem modificar o objeto, e aí que foi surgindo a ideia de trabalhar justamente com essa parte do imaterial, essa parte do subjetivo, não pensar na prática da conservação só focada no objeto, mas nas significações desse objeto, e dentro do museu trabalhando com os acervos etnográficos, começou a surgir algumas ideias, principalmente porque o museu recebe

muitas comunidades indígenas, então eu comecei a pesquisar mais sobre conservação de acervos etnográficos, principalmente de acervos que tem algum caráter ritual, alguma natureza sagrada, e descobri que fora do Brasil já existe uma área da conservação que trabalha justamente esse tema, que é da conservação desses objetos considerados sensíveis, e de como pensar a conservação desses objetos é completamente diferente do que pensar a conservação como a gente está acostumado a pensar. Aí isso inclui a realização de processos colaborativos, incluir as comunidades pensando a conservação junto com os conservadores, então o meu trabalho de doutorado vai mais ou menos por essa linha, mas o projeto de tese ainda está em processo de construção.

Grasiela: E agora para finalizar eu queria te perguntar qual avanço que tu percebes na área de conservação arqueológica, tu já comentaste alguns, mas tu percebes avanços, tu percebes em que linha estamos seguindo no Brasil para conservação arqueológica?

Mara: É, como eu já falei, hoje eu colocaria dois principais avanços. A questão do reconhecimento por parte da arqueologia da importância da conservação, e que consequentemente desencadeou o surgimento de novas políticas propostas pelo Centro Nacional de Arqueologia para os acervos arqueológicos, as duas coisas andaram juntas. Eu acho que hoje isso foi uma vitória muito grande, essa portaria com um anexo específico sobre conservação dos acervos e reservas técnicas. É sabido, historicamente, que o IPHAN sempre deu mais atenção ao patrimônio edificado, então a gente que trabalha com coleções arqueológicas musealizadas sempre se sentiu um pouco deixado de lado; a arqueologia por sua vez sempre deu mais atenção aos sítios e não aos acervos, e hoje essa realidade está mudando, então em função dessas duas portarias, tanto da portaria que fala sobre a presença do profissional de conservação ser indispensável, tanto essa portaria que saiu esse ano sobre as normas para reserva técnica, como esses materiais devem ser condicionados, que tipo de embalagem, temperatura, umidade relativa, todos esses itens. Isso foi realmente uma vitória, acho que para quem trabalha com conservação arqueológica foi um bálsamo, porque é uma coisa vinha lutando para que acontecesse, então acho que essa tomada de consciência hoje é a coisa mais importante que está acontecendo na área, e acho que a partir daí, como eu já falei, isso vai resultar em muitos outros profissionais trabalhando com esse tema, eu acho que vai fazer uma grande diferença a médio e longo prazo. Daqui a alguns anos quando a gente olhar para trás vai ver que foi um momento definitivo para o crescimento da conservação arqueológica no Brasil. Tem a questão das publicações na área, a gente não tem conhecimento de todas as pessoas que estão trabalhando com esse tema, porque tem muita gente que não

publica, deve ter mais pessoas trabalhando com conservação arqueológica, mas às vezes a gente acaba não tendo acesso, ou está muito distante geograficamente ou distante em outros sentidos e acaba também não tendo conhecimento, então eu acho que a tendência é isso também se modificar. Outra tendência na qual eu acredito é a busca da formação em conservação pelos arqueólogos.

Grasiela: Eu pulei uma pergunta que aborda isso. Tu fizeste algum outro curso de conservação, assim para se especializar em alguma área, e se tem no Brasil essa oferta tanto para conservadores se especializarem na área de arqueologia, quanto para arqueólogo tentar se especializar na área de conservação, não necessariamente passando pela graduação, uma especialização, um curso específico para formar essa especialidade?

Mara: Específico para conservação arqueológica eu não conheço, até onde eu sei não existe, existem algumas especializações, conservação, preservação de acervo, mas sempre acervos, tem acervos científicos, tem o MAST no Rio, mas não falando exclusivamente em acervo arqueológico, especialização em arqueologia, patrimônio, mas assim que seja especificamente conservação arqueológica, ainda não existe. Talvez a partir desse momento, ou justamente por esses vários fatores que estão acontecendo, talvez a partir de agora seja algo a se pensar, não sei que em âmbito aconteceria, mas acho está se criando uma demanda, acho que já tem, já existe até essa demanda. Mas hoje é isso, eu mesma que queria trabalhar com esse tema, busquei a arqueologia, claro, porque eu acho que foi uma formação também indispensável. Eu precisava entender como funcionava a pesquisa arqueológica, eu precisava entender o que era arqueologia, como se dava a pesquisa arqueológica, para entender e poder fazer na prática meu trabalho de conservação. Mas claro que a gente sente falta de alguma coisa no caminho, tanto que eu não tinha ninguém da área para me orientar no meu programa de mestrado, não tinha uma linha de conservação. Até pra não dizer que não existe, acho que na UFPE tem uma linha dentro do mestrado/doutorado em arqueologia.

Grasiela: Mas tu fizeste a graduação, o mestrado e está fazendo o doutorado, tu chegou a fazer cursos fora do país, coisas de conservação? Porque muitas vezes as outras pessoas que eu entrevistei acabaram se especializando fora do país, que às vezes ainda tem uma oferta de cursos de curta duração.

Mara: Ainda na graduação, cursei um semestre de Conservação e Restauro em Portugal, em função de uma bolsa de estudos que recebi. Mas especificamente na área da conservação

arqueológica, ainda não consegui fazer nenhum curso fora, espero eu consiga. Minha formação se deu dentro do país mesmo.

Grasiela: Mas está se formando ainda, tem todo o doutorado para fazer, já é bem pesado, não precisa mais. Mas acho que as questões que eu tinha para te fazer era isso. Muito obrigada pela entrevista.

APÊNDICE J – Termo de Autorização de entrevista. Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos

Termo de autorização de entrevista

12 de novembro de 2016.

Eu, Mara Vasconcelos, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 24/08/2016 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência e autorização da mesma.

APÊNDICE K – Transcrição da entrevista com Prof. Rafael Guedes Milheira

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistado:** Rafael Guedes Milheira**Local:** Pelotas**Data:** 07/03/2017**Duração:** 47'22**Transcrição:** Susana Tebaldi Toledo**Grasiela Tebaldi Toledo:** Qual sua formação? Na graduação e na pós graduação?**Rafael Guedes Milheira:** Me formei em História licenciatura na UFPel e depois mestrado e doutorado em Arqueologia na USP, no Museu de Arqueologia da USP.**Grasiela:** E desde quando e como é a tua atuação no Lepaarq?

Rafael: Desde 2001, quando eu ainda estava na graduação, eu comecei como estagiário aqui no Lepaarq. Logo eu ganhei bolsa de pesquisa. Tive atuação em vários projetos como bolsista na área de arqueologia histórica principalmente naquele primeiro momento no Lepaarq e a partir de 2002 ocorreu a primeira escavação que a gente fez no centro histórico de Pelotas, em um casarão do século XIX e aí comecei a me envolver com atividades de campo, laboratório, etc. Mas lá por 2002 e 2003 já eu estava trabalhando com arqueologia pré-histórica também. Sempre foi o que eu gostei de trabalhar e aí quando eu entrei no mestrado nunca mais parei de trabalhar com arqueologia pré-histórica. Eu tinha uma bolsa atuando com arqueologia histórica, então até minha formação em 2005 na graduação atuei como estagiário, bolsista do laboratório atuando nos diferentes projetos que o laboratório tinha, de campo, de laboratório, de educação patrimonial, arqueologia experimental, tudo que a gente inventou naquela época. Porque foi o processo de formação do laboratório e aí depois como mestrando lá no MAE e doutorando, a minha vinculação com o laboratório era como a gente chama aqui de pesquisador associado, quer dizer, não tem vinculação formal, mas ao menos a gente coloca na nota de rodapé do artigo que é vinculado ao laboratório.

Grasiela: A pesquisa que tu desenvolveste no mestrado e no doutorado eram de pesquisas desenvolvidas aqui?

Rafael: Doutorado não, mestrado sim. Foi um levantamento de sítios guaranis aqui da região de Pelotas, depois fiz todo um modelo de ocupação regional, estratégia de assentamento, publicado no mestrado. E o doutorado eu me envolvi no projeto do Paulo de Blasis, sambaquis e paisagens, em que todo mundo estudava os grandes sambaquis do sul de Santa Catarina e eu fui estudar os sítios guaranis que são também super bacanas de lá, enfim o projeto foi com tema de guarani, mas foi lá em Santa Catarina, mas sempre vinculado ao laboratório como pesquisador associado, quer dizer eu sempre morei em Pelotas. Eu morava em São Paulo 3, 4 meses, fazia as disciplinas e voltava pra cá e orientava aluno, ajudava no dia a dia do laboratório, mas nunca tive um vínculo formal, empregatício com a Universidade, até outubro de 2010 quando eu entrei como professor adjunto do curso de antropologia e arqueologia.

Grasiela: Tu já entras no curso de Antropologia/Arqueologia?

Rafael: Sim, o curso foi formado em 2008 dentro dessa onda do Reuni, uma das coisas que o Reuni exigiu foi a criação de novas terminações nas universidades. Então se criou muitos cursos que eram pós-graduação e se tornam graduação, por exemplo, arqueologia biotecnologia, biomedicina, tudo que era curso de pós se tornou graduação, e arqueologia então, aqui na UFPel, se formou em 2008 oficialmente o curso de antropologia/arqueologia e eu entrei no final de 2010.

Grasiela: Tu ingressas na universidade já atuando no Lepaarq? E atualmente tu és o coordenador, diretor?

Rafael: Coordenador. Aí em 2010 quando eu entrei o Fabio Vergara Cerqueira, que foi o criador do laboratório, passou 10 anos coordenando o laboratório, já tava de saco cheio, como toda razão porque é um trabalho burocrático e cansativo. Aí ele virou e falou assim “o filho também é teu, tu também formou isso aqui junto com outros colegas aí, vai”.

Grasiela: Então logo que tu entraste como professor tu já assumiu a coordenação?

Rafael: A coordenação diária sim, a coordenação oficial nos papéis foi no final de 2011 acredito, não me lembro agora.

Grasiela: Certo, mas foi bem próximo?

Rafael: É, mas foi só assinar o papel, foi logo em seguida, o Fabio me largou a coordenação do laboratório. Agora é contigo. Aí a gente fez os arranjos aqui, a gente fez uma retomada de

políticas da instituição, do laboratório. A gente pode conversar um pouquinho depois sobre isso, mas logo em seguida eu me tornei o coordenador sim.

Grasiela: E continua até hoje?

Rafael: Continuo até hoje, até que alguém queira.

Grasiela: "até que alguém queira"...

Rafael: Esse é o lance, ninguém quer.

Grasiela: Eu acho que tu já respondeste um pouco, mas eu queria entender melhor. Tu participaste das primeiras pesquisas em arqueologia histórica que foram as que, na verdade, formataram o Lepaarq, ou antes? Porque pelo que eu li das pesquisas publicadas pelo Lepaarq, parece que foram os projetos de arqueologia histórica, de restauração do Programa Monumenta que deram, vamos dizer, o ponta pé inicial da formação do Lepaarq. É isso?

Rafael: Não necessariamente, vou te contar um pouco o histórico do Lepaarq, e o que envolve de fato esses projetos. Em 2000, o Fábio começou uma série de conversas em uma parceria com o professor Pedro Mendes Ribeiro da Furg, já falecido. O Fábio estava lá nos seus finais de doutorado e tinha essa demanda institucional de criar um laboratório de arqueologia, tinha alunos interessados, a Luciana Peixoto, o André Loureiro, eu entrei depois, tinha a Chimene Nobre, uma série de colegas que tu conhecestes. E o Fábio então pensou, tem alunos, tem um professor a fim de ajudar, eu to lá, ele no caso, tava na USP também vinculado à área de arqueologia clássica, mas enfim, sacou que tinha essa abertura para a arqueologia, esse potencial aqui na UFPel e em Pelotas, especialmente, e tinha uma entrada junto à Reitoria da Universidade. Logo em seguida, começou a participar de uma série de atividades aqui na UFPel o Luiz Osterbeck, que também foi um cara fundamental nesse início. Fez a parte política de convencimento da Reitoria, para dizer que um laboratório de arqueologia em Pelotas podia ser legal, por vários motivos, então tava dado o panorama, isso em 2000. Esse panorama, esse cenário político para a criação de um laboratório. Então em seguida, como tinha essa pegada junto ao professor Pedro Mendes Ribeiro, a primeira intenção do laboratório, em termos de projeto de pesquisa, foi fazer um mapeamento de sítios arqueológicos pré-históricos, pré-coloniais, enfim, de ocupações indígenas. Então o Pedro Mendes Ribeiro deu um curso de introdução à arqueologia, em 2000, gerou uma coleção de uma coleta de superfície e depois a gente teve uma outra coleção de sítios guaranis da região que tinha sido coletada nos anos 90 por um grupo de alunos que se acharam arqueólogos e esse material ficou jogado no instituto

histórico geográfico de Pelotas e hoje está aqui no laboratório. São sítios arqueológicos misturados que não tem potencial científico, mas a gente usa para educação patrimonial, enfim, a gente foi fazendo coisas na área de arqueologia pré-histórica. Em 2002, em abril de 2002, se não me engano, se fez uma parceria com a secretaria de cultura de Pelotas e o IPHAN via Monumenta. Então a equipe do Lepaarq começou em abril de 2002 a escavação do casarão 8, na praça Coronel Pedro Osório. Então a gente tava atuando em duas frentes: uma de arqueologia pré-histórica, no sentido de mapeamento de sítios e esse projeto junto ao Monumenta que foi muito importante, porque deu muita visibilidade para o laboratório. Era semanal: RBS, Diário Popular, rádios. A gente sabe que essas coisas fomentam, essa visibilidade fomenta o desenvolvimento da instituição muitas vezes, que é importante. Então a partir de 2002, a escavação da casa 8, depois 2003 a escavação da casa 2, aí veio a escavação da praça Coronel Pedro Osório, e aí a gente fez uma sistemática de escavações naqueles casarões e praças do centro histórico, segundo loteamento do município de Pelotas, que deu muita visibilidade, trouxe muito aluno para dentro do laboratório, enfim, a coisa cresceu, esse foi um momento fundamental.

Grasiela: Acho que é do crescimento então, não do surgimento, da consolidação de fato.

Rafael: Consolidação, exatamente, aí já se envolve com o IPHAN...

Grasiela: Sim, Secretaria de Cultura... E acho que tem muita publicação dessas pesquisas que vocês fizeram.

Rafael: Menos do que deveria ter, tem muita coisa ainda pra ser publicada que o pessoal não deu conta, mas enfim.

Grasiela: Tem ainda pesquisas com esse acervo?

Rafael: Sim, atualmente a Loredana Ribeiro, que é minha colega de departamento, vem fazendo uma pesquisa, já faz dois ou três anos que ela está colocando material na mesa, das praças da cidade de Pelotas. Agora mesmo tem material na mesa ali da Letícia, que é uma aluna de mestrado da Loredana, que vai fazer um comparativo entre a Praça dos Enforcados e a Praça Coronel Pedro Osório. Tem um material que está aparecendo nessas praças, então quer dizer, é uma coisa que está ainda rolando.

Grasiela: Mas daquele boom de publicações que teve, da Chimene, da Luciana, de outros artigos... não teve mais publicações sobre isso especificamente? Agora retomando com a Loredana, mas ninguém publicou nada ainda, está em processo?

Rafael: Acho que ela não publicou nada não.

Grasiela: Qual a importância do Lepaarq para a consolidação da arqueologia na UFPel e da arqueologia em um âmbito mais amplo?

Rafael: O Lepaarq tem uma importância fundamental, fundamental no sentido de fundamento mesmo, de fundamentar a arqueologia da UFPel. Quer dizer, antes do Lepaarq não existia uma arqueologia institucionalizada na UFPel. Acho que nunca tinha tido nenhum projeto na área de arqueologia na UFPel, eu desconheço, de verdade, acho que não tem.

Grasiela: e nenhum outro arqueólogo vindo aqui pesquisar?

Rafael: teve nos anos 60 duas escavações realizadas pelo Padre Schmitz em dois sítios guarani que nunca foram publicadas. Depois conversando com ele, ele disse: ‘ah a gente não publicou...’. Eu sei que tinham esses sítios porque tinha umas fichas de ofício do Iphan do CNSA, aí eu fui conversar com ele porque eu estava estudando os sítios guaranis, e perguntei: ‘que sítios são esses? Onde é que são?’ Depois eu fui saber que eu já tinha redescoberto esses sítios que é o Sítio Las Acácias e o Sítio Hospital. O Padre Schmitz diz: ‘A gente identificou isso nos anos 60 e em 66 eles foram escavados 1 m² cada um, mas a gente nunca publicou porque num dos sítios a gente achou uma tampa de coca-cola aí a gente viu que tava revirado’ e pelo método histórico-culturalista não funcionava isso e daí eles largaram de mão. Então se vai comparar em termos de desenvolvimento de arqueologia em Rio Grande e em Pelotas, Rio Grande tem muito mais, foi muito mais intensificado nos anos 70 e 80, por exemplo, do que aqui. Mas enfim, acho que realmente na UFPel depois disso alguma coisa de contrato talvez tenha tido que eu desconheço. E, quando a gente formou o laboratório, como eu te falei, a coisa cresceu demais, tanto antropologia quanto arqueologia, porque além do Fábio da arqueologia, tinha a professora Flavia Reith que era vinculada ao Lepaarq e que desenvolvia pesquisas na área de antropologia. Tinha 10 a 15 alunos trabalhando com ela, desenvolvendo antropologia em vários lugares do município de Pelotas. Então o Lepaarq é fundamental, no sentido de fundamento mesmo. Junto a isso o diretor do Instituto (ICH) era o Fábio, então quando começou essa ideia do Reuni, em 2007, que começa a criação de projetos para criação de cursos de graduação, já tinha todo esse pensamento de que a arqueologia e antropologia podiam ser desenvolvidas com mais força na UFPel através de cursos de graduação. E também foi criado o curso de conservação e restauro, também o curso de museologia, já tinha o curso de história

e de geografia, já tinha o curso de memória e patrimônio em nível de pós-graduação, então quer dizer, toda essa parte de humanidades foi muito bem consolidada. Certamente o Lepaarq tem uma importância ímpar nesse sentido, e me caiu muito à ficha uma vez na minha banca de mestrado, que o Eduardo Neves tava na banca, aí ele vira e fala assim: ‘cara, com o trabalho de vocês, vocês estão botando a arqueologia de Pelotas no mapa da arqueologia brasileira’ aí eu falei: ‘pô, que legal’, ouvir isso de um cara como ele, um cara bem quisto, de renome internacional, e os caras estão ligados no trabalho que a gente está fazendo aqui em Pelotas, então isso foi bem bacana. Mas enfim, o Lepaarq tem uma revista, boa revista da área de arqueologia que, atualmente, é uma das únicas funcionando no sul do Brasil. Então acho que sim, o Lepaarq tem um papel fundamental nesse processo todo de consolidação da arqueologia e antropologia na UFPel.

Grasiela: E com atuação fora da UFPel né?!

Rafael: Sim, como eu falei os caras lá fora, lá em São Paulo estão sacando o que a gente está fazendo aqui. A revista do Lepaarq é uma ação que leva muito o nome do laboratório para fora, hoje é uma revista B1 no sistema da qualis, no qualis capes, então é uma coisa importante também. Chega um ponto que a gente não controla mais, é um processo de crescimento bacana.

Grasiela: Ainda mais com a criação do curso, do mestrado, do doutorado. Quais são os principais projetos desenvolvidos atualmente aqui no Lepaarq, tem como listá-los ou é muita coisa?

Rafael: Os principais sim. Hoje a gente tem uma realidade que não se tinha há 10 anos atrás que era o Fábio Vergara o coordenador e um monte de aluno, alunos já formados ou não, mas enfim, era um monte de aluno e ele era o coordenador e o único professor arqueólogo. Hoje nós temos uma realidade que somos eu, Fábio Vergara, Loredana Ribeiro, Rafael Corteletti, Caroline Borges, que é uma colega bolsista pós-doutorado, mas atua como professora do curso também. O Jorge Viana que é arqueólogo e técnico administrativo do Lepaarq e a Luciana Peixoto que é arqueóloga do Lepaarq, o Thiago Puglieri da conservação, a Karen Caldas da conservação. Enfim, hoje são vários professores e professoras com doutorado ou mestres. Uma porção de alunos de graduação (bolsistas e voluntários) e pós-graduação de vários cursos, desenvolvendo vários tipos de pesquisas, assim como atividades de extensão. É muita gente!

Grasiela: Esses são professores?

Rafael: Sim, são professores. Acho que não esqueci de ninguém, se eu me esqueci... é muita gente. Então cada um tem o seu projeto, pessoas atuam em conjunto. A Rosane Rupert que é antropóloga, que é a única antropóloga que temos no Lepaarq. Cada um tem seus projetos, alguns atuam em conjunto em colaboração com outros, mas nem todos, mas enfim, cada um tem seu projeto. Então, eu tenho meu projeto de pesquisa que envolve uma série de alunos que a gente escava, no momento eu to muito mais fissurado para estudar os cerritos da região sul do estado, mudei um pouco de foco de atuação, trabalhava com guarani, mas trabalho com cerrito. Enfim, o Corteletti tem o projeto dele do Jê do Sul que é muito mais vinculado com os sítios em Santa Catarina, a Caroline Borges trabalha dentro do meu projeto com zooarqueologia analisando essas coleções de fauna, o Jorge Viana e a Luciana atuam como técnicos e arqueólogos aqui no Lepaarq, então atuam em todos os projetos ao mesmo tempo. E o Thiago e a Karen atuam na área de conservação e restauração, o que envolve estudos junto a materiais arqueológicos e à reserva técnica.

Grasiela: A Loredana?

Rafael: A Loredana muito mais voltada pra arqueologia histórica, como eu te falei, trabalhando com essas coleções do século XIX, mas ela também tem o projeto dela em Minas Gerais na região de Diamantina, trabalhando com mineração tradicional, de pequenas famílias com o viés da cultura material e a Karen e o Tiago também trabalhando dentro do meu projeto, mas cada um com o seu olhar de conservador, então o Thiago, por exemplo, trabalha com arqueometria, ele é químico de formação, pega as coleções de cerâmica e vamos ver que tipo de ácidos graxos tem, aminoácidos, etc.

Grasiela: acho que eu assisti uma apresentação de uma aluna...

Rafael: Talvez. Então, cada um tem seu projeto, hoje nós temos acho que mais de dez projetos desenvolvidos aqui dentro do Lepaarq.

Grasiela: E com várias linhas. Eu acreditava que o Lepaarq era voltado para a arqueologia pré-colonial. Eu não sabia, por exemplo, que a Loredana trabalhava aqui e atuava com alguns projetos de arqueologia histórica também.

Rafael: Sim, e o Lepaarq também, além de ser um laboratório de pesquisa, em que, realmente, a arqueologia pré-colonial está muito mais forte aqui dentro até por causa do meu perfil e dos meus colegas que estão aqui dentro, é um laboratório de ensino, então muita aula acontece aqui dentro. O laboratório está sempre cheio de gente rodando, não está vazio nunca, quase nunca

pelo menos. E também desenvolvendo atividades educativas, aí essas atividades assim ó, eu sempre digo, eu não sou especialista, eu faço o que eu sei e o que eu consigo, saca? Não tem grana, a gente bota dinheiro do bolso pra fazer exposição, as oficinas, palestrinha com crianças, com professores. Então, a extensão é a parte menos intensa, mas por falta de condição mesmo, pois potencial existe e muito,

Grasiela: Mas os alunos, muitas vezes, são alunos das licenciaturas também? Contribui um pouco?

Rafael: Sim, a gente tem muitos bolsistas aqui, inclusive bolsistas de extensão, então isso é outro tipo de ação do Lepaarq, que eu gostaria que fosse mais bem desenvolvida, assim digamos, mas enfim, a gente faz o que a gente consegue na área de educação, extensão universitária.

Grasiela: Tá certo.

Rafael: E a atuação política né?! Porque eu sempre digo que as atuações do Lepaarq são totalmente políticas, na parte dos projetos, por exemplo, na resistência, digamos assim, a esses projetos de construção imobiliária que vem destruindo os sítios arqueológicos da região, então a gente está sempre denunciando e eu tenho uma bandeira que é do Pontal da Barra...

Grasiela: Sei, eu já te ouvi falando também...

Rafael: A gente vai conseguir transformar e tá muito bem encaminhado para transformar aquilo em uma unidade de conservação.

Grasiela: Fica dentro dos limites do município de Pelotas?

Rafael: Sim, fica na praia do Laranjal, bem fácil acesso, um monte de sítio arqueológico, enfim, uma área de sensibilidade ambiental muito grande, em algum momento a gente vai conseguir barrar o processo, tá bem encaminhado.

Grasiela: Ótimo! Tu percebes mudanças, acho que até tu já falou um pouco sobre isso, na atuação do Lepaarq após a criação do curso de arqueologia, de quando era atrelado ao curso de História, depois da criação do curso de arqueologia tu conseguiu perceber essa mudança muito clara ou foi processual?

Rafael: Sim, foi muito clara a mudança, foi muito evidente, envolveu uma série de conflitos inclusive porque entraram vários professores arqueólogos cada um com uma ideia, as pessoas

não conseguiram chegar num acordo de trabalharem no mesmo laboratório, criaram laboratórios novos então isso é um impacto, existe aí um conflito institucional gerado por diferentes interesses em projetos, etc., não vou entrar nessa polêmica porque acho que não é o ponto aqui. Mas, além disso, existe um impacto muito grande também no tipo de alunos que a gente tem. A gente tinha muitos alunos da história e da geografia e hoje a gente tem basicamente alunos do curso de antropologia e arqueologia então isso tem um impacto significativo no perfil dos alunos, a existência de novos professores na universidade, arqueólogos principalmente, dá essa dinâmica mais plural, digamos assim, em termos de projeto de pesquisa, ensino e extensão.

Grasiela: Acho que até aquilo que tu falaste que antes tinha o Fábio Vergara e um monte de aluno, agora tem um monte de professor, um monte de projeto e um monte de aluno.

Rafael: É, a coisa é muito maior, tanto que falta espaço. Hoje o Lepaarq está pequeno, muito pequeno, porque além de tudo a gente desenvolve as pesquisas e adequação da reserva técnica sob guarda do Lepaarq, então hoje não tem espaço. Se eu quisesse achar uma mesa pra todos os professores que tem aqui a gente não teria. A gente gostaria de ter uma infra bacana pra todo mundo ter seu espaço de trabalho, não teria, tá pequeno o Lepaarq.

Grasiela: Sim, e tu vê mudança na qualidade de pesquisas por conta disso ou talvez não, ou seria o caminhar normal assim...

Rafael: É eu acho que é o normal, qualidade acho que não, não sei, nunca pensei muito sobre isso não. Talvez. A gente está conseguindo ter um foco, por exemplo, foco no meu projeto especialmente, como um pesquisador associado que eu era antes de ser professor eu não conseguia ter a dinâmica de trabalho que eu tenho hoje, o nível de fato, a qualidade das publicações que eu tenho hoje são muito superiores às que eu tinha na metade dos anos 2000, mas aí também tem a ver com o meu investimento, não sei se tem a ver com a criação do curso, já que a pergunta era essa, não sei se tem a ver exatamente com a criação do curso acho que tem mais a ver com eu estar aqui todo dia e tendo alunos e colegas que podem contribuir na pesquisa. De fato, não sei te responder se a criação do curso de arqueologia qualificou o tipo de arqueologia que se faz aqui, não apenas no LEPAARQ, mas na região.

Grasiela: E a criação dos cursos de museologia, conservação e restauro também mudaram a forma do Lepaarq atuar e pensar as pesquisas?

Rafael: Sem dúvida. Eu sempre digo isso quando eu faço comunicação, palestra sobre o tema, especialmente da reserva técnica. Hoje a gente não precisa mais inventar, a gente tem colegas

que podem nos dizer como é que deve ser feito, então especialmente com relação à reserva técnica, é um conceito que a gente está cada vez aprimorando melhor aqui dentro, é da conservação preventiva e tem a ver com a Karen e outras colegas professoras da conservação que entraram no LEPAARQ e nos fizeram pensar uma série de coisas. Então hoje a gente está com uma série de atuações com relação à reserva técnica no que se refere à qualificação da reserva. As gurias da conservação fizeram uma ficha diagnóstico de problemas de conservação e estavam passando todas as coleções do Lepaarq pra ver problemas de conservação e uma das linhas de pesquisa era saber se os problemas de conservação estavam surgindo pela salvaguarda inadequada ou por problemas que os materiais já vinham trazendo do campo. Trata-se de uma série de fungos, mofos e uma série de coisinhas que aparecem nas peças. Um trabalho de TCC da Paula Aguiar demonstrou que esses fungos já estão inertes e já vieram do sítio arqueológico. Então, além desse diagnóstico de conservação outra coisa que vem se fazendo é a troca de caixas e a readaptação do espaço. Uma vez, por exemplo, eu peguei uma caixa de papelão que tava com um buraco enorme e era uma caixa com material de vaca dentro, osso de vaca, buraco enorme feito por rato que tinha comido. Então fizemos um investimento de compra de caixa daquelas tipo Marfinite, de polipropileno. E estamos aí, nessa função de trocar as caixas, o que demora, porque a gente combinou, além de só trocar as caixas vamos reembalar os materiais, renumerar as peças que não estão numeradas, dar o inventário e criação de banco de dados, então está tudo vinculado. A gente está nessa de readaptação da reserva, esse conceito de conservação preventiva vem nos engolindo, digamos assim. Por exemplo, o Lepaarq tem uma parte com carpete, o que pra reserva é uma porcaria, então a gente está com o piso laminado comprado esperando, em algum momento a gente vai conseguir colocar o piso laminado, já faz um ano. Então pode ver que a gente vai criando uma série de ações, digamos assim, além das peças arqueológicas, em função do Lepaarq ser um espaço adequado para existência dessa reserva técnica. Futuramente a gente quer conseguir fechar ela, hermeticamente fechada, para poder desumidificar, para poder climatizar corretamente, porque ela é aberta, tem uma grade que fecha para não roubarem, mas ela é aberta, ela está na ambiência da rua, digamos assim. Então veja que a criação da conservação, a existência da conservação e restauro aqui dentro foi muito importante. Inclusive muitos se referem à reserva técnica, mas também no trabalho que a gente viu, a gente fez um curso, por exemplo, no ano passado com a Karen de restauro, o início de restauro de cerâmicas, nossa, a gente viu que fazia tudo errado, todos os protocolos de remontagem de peças está completamente errado, a gente nunca fez protocolo, ela nos ensinou como a gente deve fazer, documentar a remontagem de peças, enfim, a gente está aprendendo com essa galera.

Grasiela: Está sendo um diálogo positivo?

Rafael: Muito.

Grasiela: Eu fiz uma série de entrevistas com conservadores que atuam na área de arqueologia e, às vezes, o que eu escuto é um pouco de dificuldade de entendimento entre arqueólogos e conservadores, vocês tão tendo uma experiência que parece positiva.

Rafael: Muito, mas esse diálogo de fato ele é complicado, no início foi mais complicado deles entenderem o que a gente precisava deles, o que é viável, porque tem essa coisa que eu falo abertamente para o pessoal da conservação: ‘não adianta vocês pedirem uma situação ideal pra gente, vocês vivem aqui o dia a dia da universidade, vocês sabem que a gente não tem situação ideal’. Então vamos criar as situações, em conjunto, e uma das coisas, por exemplo, dos alunos da conversação é que a gente vai pra campo, que a gente vai escavar.

Grasiela: Os alunos da conservação foram a campo com vocês já?

Rafael: Alguns já, os bolsistas sempre vão, têm que escavar, tem que ver a realidade de como a gente coleta material arqueológico para depois nos cobrar.

Grasiela: Estão tendo algum tipo de ação de conservação já em campo ou ainda está em processo?

Rafael: Então, a gente pensou em processos, em protocolo de coleta de materiais arqueológicos, mas não vai diferenciar muito do que a gente já faz, coisa de pesos, de caixas adequadas, a gente já faz as coisas direitinho como deve fazer, e as coleções que a gente coleta em campo não são tão complicadas assim em termos de conservação, quer dizer a gente nunca escavou até hoje um sepultamento humano, sabe...

Grasiela: sim, coisas mais sensíveis...

Rafael: É, eu acredito que a gente não vai ter tantos problemas nesse sentido, mas resumindo é um diálogo muito bacana, a gente tem aprendido muito com o pessoal da conservação.

Grasiela: Eles devem estar aprendendo também.

Rafael: Sim, sem dúvida.

Grasiela: Nos cursos de conservação não tem muito a aproximação com a arqueologia, tem uma disciplina específica aqui na UFPel, e é um dos únicos que tem uma disciplina optativa...

Rafael: É, que nunca é oferecida, infelizmente.

Grasiela: É, mas enfim que quando tu olhas o projeto aparece, mas de outros cursos de conservação do Brasil não existe.

Rafael: Mas de fato, pelo que eu vejo, conservação no Brasil ela é muito mais vinculada a outros tipos de materiais, os caras trabalham com obras de arte, por exemplo.

Grasiela: Acho que era onde eles tinham mais inserção profissional também.

Rafael: Que é o que eu vivo dizendo pra eles, o mercado da arqueologia é um mercado em aberto, todo mundo quer ter emprego na vida. A conservação e restauro deveria abrir mais o olho pra isso, porque a gente pagaria para ter um conservador em campo no dia a dia, se eu tivesse uma empresa e enfim eu falo isso, às vezes escutam, às vezes não, mas é brabo, o curso tá muito consolidado nessa área de obras de arte, papel, arquivo, e não sei o que, então eles voltarem o olhar pra arqueologia vai ter que ter uma reestruturação do curso, alguma coisa mais intensiva que eles não tão a fim de ter nesse momento, mas de qualquer forma a Karen e o Thiago vêm atuando conosco aqui.

Grasiela: São dois professores, achei bem relevante.

Rafael: É, mas muito mais no âmbito do projeto. Quer dizer, a arqueologia não está envolvida dentro do curso de conservação, infelizmente.

Grasiela: Ah sim, certo, é porque eles se envolveram no projeto que tu desenvolves.

Rafael: É, seria bacana se eles tivessem disciplinas obrigatórias de arqueologia, coisas assim.

Grasiela: Pelo menos uma atuação mais sistemática nos laboratórios de arqueologia.

Rafael: Exato, acabou que não teve, mas também teve uma série de conflitos aí que aconteceram que fez com que isso acontecesse.

Grasiela: Sim, já do momento da criação desses cursos?

Rafael: criação e depois, os professores brigando entre eles. Isso acaba que afasta as pessoas.

Grasiela: E tem alguém, algum professor da museologia atuando com vocês ou não?

Rafael: Não, da museologia não tem ninguém aqui dentro.

Grasiela: Não?! Nem nunca teve? Nem esporádico em algum projeto?

Rafael: No início, o Diego Ribeiro, ainda quando as pessoas estavam tentando trabalhar em conjunto, o Diego chegou a trabalhar aqui no Lepaarq, mas aí acabou que ele foi trabalhar num outro laboratório, com outras pessoas, e se envolveu em outros projetos. Acabou que, infelizmente, a atuação dele aqui no lepaarq foi pequena, por pouco tempo.

Grasiela: E aí não deram prosseguimento.

Rafael: Não, não demos prosseguimento.

Grasiela: Certo. Então quando vocês fazem algum tipo de extroversão, de ação educativa, de exposição não tem a presença de um museólogo?

Rafael: Não, nenhum museólogo.

Grasiela: É como quando tu falaste sobre projetos de educação. É tudo muito empírico?

Rafael: É aquilo que já se faz, a gente não tá inventando a roda em momento algum, é a exposição básica, é a mostrinha, palestrinha...é o classicão. Eu não tenho tempo de desenvolver o que eu faço de pesquisa e extensão do jeito que eu gostaria de fazer, não sou especialista, eu acho que na verdade o laboratório faz muito mais do que deveria fazer, se vamos colocar ao pé da letra "laboratório" é laboratório de pesquisa, essas seriam atividades muito mais para um museu de arqueologia. Acho que a gente faz muito mais do que deveria fazer, mas enfim, a gente faz porque a gente gosta e porque acha importante.

Grasiela: Certo. E as pós-graduações, por exemplo, de Memória e Patrimônio, de Antropologia, também se inserem aqui no Lepaarq, tem alunos, mestrandos, doutorandos?

Rafael: Isso é esporádico, então depende. Por exemplo, a Luciana Peixoto foi aluna do Memória e Patrimônio, a pesquisa dela foi desenvolvida toda aqui dentro. Só que aí são dois aninhos, é curto e neste momento não tem ninguém do Memória e Patrimônio aqui dentro do Lepaarq, mas já esteve...

Grasiela: Mas do de Antropologia e Arqueologia também não?

Rafael: Também não. Ah não, do mestrado?...

Grasiela: Mestrado, doutorado...

Rafael: Ah sim, sim, aí eu tenho os meus próprios orientandos.

Grasiela: Tu és professor no de PPG de Antropologia? No PPG de Memória e Patrimônio não?

Rafael: Não. Sou professor no de Antropologia e Arqueologia. De Memória e Patrimônio é o Lucio, o Jorge Eremites e o Fábio Vergara, são os três arqueólogos de lá. Então por exemplo, do pós-graduação de antropologia eu tenho os meus próprios orientandos que trabalham comigo.

Grasiela: No teu projeto?

Rafael: No meu projeto e atuam no Lepaarq.

Grasiela: Certo

Rafael: Desenvolvimento, analisando materiais. Mas a grande maioria é aluno de graduação mesmo.

Grasiela: A grande maioria?

Rafael: Hoje mesmo todas as mesas de análise estão cheias, tá faltando mesa. A gente tava falando com os professores ontem, tudo aluno de graduação, de mestrado, está todo mundo envolvido, não para nunca.

Grasiela: Quando tu falas isso e antes eu te perguntei se melhorou a qualidade, me parece evidente, sabe, tu ter alunos do nível de pós-graduação fazendo pesquisa, mesmo que eles não façam pesquisas monumentais, acredito que melhora a qualidade em algum momento ou não?

Rafael: Eu acho que sim. Daria pra responder que sim, talvez tenha melhorado a qualidade, mas o certo é que aumentou a quantidade. O problema é que é difícil definir isso, pois não temos indicadores de qualidade, nem controle de quantidade. Aliás, como medir qualidade?

Grasiela: Porque tu tens mais, isso... não que as pesquisas da graduação sejam piores, mas quando a gente chega no nível da pós-graduação elas tem que se complexificar teoricamente, enfim, de alguma maneira

Rafael: sim, sim.

Grasiela: E a última pergunta, que eu queria saber qual é a tua opinião, aí não precisa ser com o Lepaarq, não precisa ser na UFPel, pode se despir do cargo de coordenador. Gostaria de saber a tua opinião acerca da relação da arqueologia, da museologia e da conservação, se é fundamental ou não, se é importante, qual a relevância?

Rafael: Eu acho que é fundamental, deveria ser muito mais intensificada, acho que é um nível nacional assim, o diálogo ainda está muito engatinhando e a gente está vendo isso na tentativa agora no GT de acervos da SAB que a Fernanda Tocchetto está muito bem encaminhando esses diálogos. Tem a ver com uma preocupação do IPHAN com relação a essas reservas técnicas, instituições de guarda no Brasil todo, então acho que o IPHAN está muito bem, o IPHAN não, a SAB, muito bem encaminhando essa discussão a nível nacional. Mas a gente vê o quanto ela é repetitiva, o quanto ela é desenvolvida pelas mesmas pessoas que já tão falando disso há 15 anos, e embora algumas pessoas novas se sensibilizam com essas discussões de instituição de guarda, eu falo nas instituições de guarda porque eu acho que a reserva técnica e o seu uso é o que agrega essas três áreas. Acho que as três áreas estão muito voltadas para isso, a conservação das reservas, a socialização do conhecimento gerado a partir das reservas, e os arqueólogos estão lá dentro, então esses três tipos de profissionais estão muito vinculados, se tu tira uma reserva técnica de um laboratório, talvez a existência de um conservador já não seja tão necessária, sei lá, estou falando meio que hipoteticamente. Então eu vejo que a instituição de guarda e a reserva técnica necessitam agregar esses três profissionais, pelo menos. No mínimo esses três. Porque a gente como arqueólogo não entende de conservação ou entende de uma maneira mais empírica ou entende aprendendo com os outros e isso é uma coisa que eu sempre falo, quando começou o laboratório a gente guardava material em jornal e caixa de sapato porque foi assim que o Pedro Mendes Ribeiro nos ensinou, a gente pega uma caixa de sapato, enrola as peças num jornal do dia, bota o número de catálogo e acabou e a gente achava ‘bom, beleza’ é assim que se faz. Porque o professor que é o doutor nos ensinou assim. E aí enfim, a gente foi vendo que essa não era a correta adequação dos materiais. Hoje em dia a gente está num nível de reserva técnica incomparável com o que a gente tinha no laboratório lá no início.

Grasiela: E ainda tem muito por ser feito...

Rafael: Putz. Criação de banco de dados, e aí vem toda essa pressão por socialização do conhecimento, então aquela coisa: não basta a gente pesquisar, criar material, criar conhecimento pra nós consumirmos, eles tem que ser socializados, então beleza, como é que se faz isso? Aí entra o museólogo, entra, sei lá, pedagogos que podem ajudar em projetos de

educação ou de arqueologia pública, seja lá o nome que a gente vai dar pra isso, mais adequados. Então assim, vejo que em nível nacional, algumas instituições são mais adequadas, outras menos, existem algumas pessoas mais preocupadas com essas discussões, mas a grande maioria dos arqueólogos, laboratórios e museus não estão preocupados com isso, e aí se perde não só as peças em si, mas a possibilidade de socialização do conhecimento a partir delas, de pesquisa científica arqueológica. A gente teve um evento agora em Joinville, há 15, 20 dias atrás, que eu fiquei muito surpreso com alguns trabalhos, de alguns colegas que apresentaram um passivo das instituições de guarda de 40, 50 anos atrás. Os materiais hoje estão se esfarelando, se destruindo, perdeu-se documentação e não se sabe o que vai fazer, sabe?! É uma situação muito degradante de sítios arqueológicos de às vezes 4, 5 mil anos de existência, quer dizer, esse olhar da conservação e da museologia enquanto a museologia pensando mais nessa organicidade de informações dentro de um laboratório, de uma instituição de guarda tivesse sido dado lá no início essa situação seria completamente diferente. Então, hoje eu vejo o Lepaarq, e não tem como me desvincular disso aqui, falaste "pode te despir..." Não tem como, minha vida é isso aqui. 16 anos aqui dentro, não tem como eu pensar outra arqueologia que não seja a partir do Lepaarq. Mas enfim, hoje eu vejo o Lepaarq, com uma série de problemas que tem, mas a gente está muito bem nesse sentido, porque a gente tem as informações, material está guardado, tem problemas de conservação, mas enfim, a gente consegue resolvê-los, a gente sabe quais são eles, a gente não está abrindo uma caixa hoje depois de ter ficado 25 anos fechado, a gente está reabrindo essas caixas sistematicamente, vendo esses problemas, então mesmo que a gente não tenha conservadores, museólogos, funcionários do Lepaarq no dia a dia trabalhando conosco, o diálogo com esses profissionais sensibiliza a gente o tempo inteiro a voltar pra essa instituição, pras essas reservas técnicas, pra essa reserva técnica especialmente e ver a situação, o diagnóstico de guarda, como é que está, se está na caixa certa, se não está na caixa certa. O que eu vejo é que essa preocupação não aconteceu com algumas instituições de guarda Brasil a fora. Por exemplo, eu fui no Marsul há dois anos atrás e bom, Marsul tu talvez conheças o problema que é o Marsul. Cara, eu fiquei besta, eu fui no subsolo, e tem lá centenas de caixas de madeira com materiais arqueológicos do Rio Grande do Sul inteiro que não se faz ideia da onde vieram, mas o que mais me sensibilizou, que me deixou pasmo foi uma caixa em que o colega que tava coordenando o museu naquele momento, falou assim: 'essa caixa com areia que tu tá vendo aí é um sepultamento que foi escavado nos anos 60 provavelmente, porque é tudo provavelmente, não tem certeza de nada, pelo Eurico Miller, quando ele era professor, ele era ainda coordenador do museu e o sepultamento está aí dentro', então quer dizer, são tipo 40, talvez 50 anos de um

sepultamento que foi retirado em bloco, lá do sítio arqueológico x que ainda está lá. Olha o passivo que esses caras têm, e a gente tá reclamando dessa situação aqui.

Grasiela: E se tu pensar no nível macro é um problema patrimonial gigantesco. Desde legislação até questões de memória. Tu passas a não pensar apenas no objeto, na peça da reserva, mas tu pensas no problema nacional de preservação do patrimônio.

Rafael: Sim, que o IPHAN está sempre correndo atrás, o IPHAN está sempre lá 20 anos atrasado com relação ao que deveria estar acontecendo. Mas enfim, acho que nos últimos 3, 4, 5 anos talvez, o IPHAN deu um avanço bacana, acho que a instrução normativa 196 do ano passado foi muito importante nesse sentido, de fazer com que as instituições de guarda revejam a sua situação a ponto de poderem fechar, isso é importante. Hoje o Lepaarq é, mesmo com a instrução normativa e com todo esse trabalho que a gente fez, por mais que a gente tenha problemas, o IPHAN nos oficializou dizendo que nós somos a única instituição de guarda apta na UFPel. Então isso nos deixou felizes por um lado, porque demonstra que é um trabalho bacana que tá sendo feito e que estamos OK. Tem uma série de problemas de infraestrutura aqui da reserva que a gente gostaria de readequar. Por outro lado, aumenta nossa responsabilidade, pois precisamos adequar o quanto antes o espaço da reserva técnica e as coleções em si.

Grasiela: Tu lembra mais ou menos quando foi a vistoria do IPHAN?

Rafael: Bah, acho que foi setembro de 2016.

Grasiela: E vocês já receberam um ofício?

Rafael: Recebemos o ofício faz uns 15, 10 dias mais ou menos, e aí estamos vendo essas questões de bombeiros, de alguns documentos internos que a gente vai poder fazer.

Grasiela: Eu olhei a lista no IPHAN, que é pública no site, pra ver quais são as instituições aptas, não aptas, em análise e vi que o Lepaarq está apto, mas para receber pequenas coleções...

Rafael: Isso

Grasiela: Acho que é falta de tamanho?

Rafael: Sim, está mais do que certo. A gente não pode receber um navio aqui.

Grasiela: Não.

Rafael: Ou então estava conversando com a Mirian Carbonera da Unochapecó, do Ceom e ela disse "ah eu dei um endosso e daqui a pouco ligaram que o material estava vindo e era um caminhão baú, cheio de caixas de material arqueológico". A gente não tem como receber isso aqui, a gente pode receber pequenas coleções mesmo, acho que o IPHAN fez correto. 4 ou 5 caixinhas do sítio, 3 caixinhas do outro.

Grasiela: Das pesquisas que vocês fazem também.

Rafael: Das nossas pesquisas

Grasiela: Porque também precisa, as instituições precisam estar aptas para poder continuar desenvolvendo a própria pesquisa acadêmica.

Rafael: É.

Grasiela: Mas é da própria pesquisa, tu vai escavar, vai vir coisa né?!

Rafael: Sim, porque imagina nós somos um curso de arqueologia, com uma pós graduação em arqueologia, se a gente não puder existir enquanto reserva técnica a gente inviabiliza as nossas próprias pesquisas. Então o IPHAN fez certo, é pra receber pequenas coleções mesmo, não dá pra gente receber grandes coisas aqui porque a gente não vai dar conta, a gente não tem nem funcionário para dar conta, suficiente. Tem a Luciana e o Jorge e acabou. A gente pede pros alunos quando entram no laboratório, como estagiário ou como bolsista atuar em alguma coisa do gerenciamento da reserva, mas são semanas ou no máximo um mês, dois para aprender, porque eu sempre digo não importa se vocês forem trabalhar no Lepaarq, no MAE, ou no Museu do Louvre, gerenciamento de reserva é gerenciamento de reserva, criação de bancos de dados, como é que a gente marca uma peça, pra que a gente faz isso. Como e pra que higieniza as peças, como que guarda. É um problema universal, digamos. Vão trabalhar num laboratório de arqueologia de uma empresa de arqueologia, vocês vão fazer isso, vão criar relatório. Então eles tem que ter esse feijão com arroz da arqueologia. E é um momento que ou eles abandonam a gente ou eles ficam para o resto da vida.

Grasiela: É, exatamente. Bom Rafael queria saber se tu quer falar mais alguma coisa que tu acha que seja importante do Lepaarq, da tua atuação, da UFPel ou enfim, se não eu lhe agradeço.

Rafael: Não sei, acho que é isso aí.

Grasiela: Então tá. Muito obrigada

Rafael: Eu que agradeço.

APÊNDICE L – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Rafael Guedes Milheira

Termo de autorização de entrevista

Pelotas, 07 de março de 2017.

Eu, Rafael Guedes Milheira, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 07/03/2017 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada "Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico", para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência da mesma.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'R' followed by 'afael Guedes Milheira' in a cursive script. The signature is written over a horizontal line.

APÊNDICE M – Transcrição da entrevista com Prof. Lúcio Menezes Ferreira, com participação de Aluísio Gomes Alves

Dados da entrevista

Entrevistadora: Grasiela Tebaldi Toledo

Entrevistado: Lúcio Menezes Ferreira – com participação de Aluísio Gomes Alves

Local: Pelotas

Data: 08/03/2017

Duração: 2h19'

Transcrição: Natali Di Domenico

Grasiela Tebaldi Toledo: Então quero começar te perguntando da tua formação, graduação e pós-graduação, para a gente entender um pouco a tua trajetória.

Lucio Menezes Ferreira: Primeiro vou repetir o que eu disse informalmente: parabéns pelo trabalho. Penso que sua tese vai contribuir muito para a compreensão dos processos locais de como se constrói uma disciplina, a partir de seu viés mais burocrático, do trabalho burocrático dos professores, no sentido de institucionalizar as investigações, e também sobre as diferenças entre esses pesquisadores, as quais talvez não sejam propriamente sobre procedimentos de pesquisa, mas de visão de como se constrói a ciência, do que é a universidade, etc. Tenho muita expectativa por sua tese e muita ansiedade para lê-la. Assim que você terminá-la, por favor, me envie. Bem, a minha formação é notadamente disciplinar, mas também multifacetada pela minha experiência, trajetória de pesquisa. Penso que qualquer estudante ou intelectual (para usar uma palavra pomposa), não deve se subsumir a uma única disciplina, ou seja, um intelectual, ainda que seja mais voltado para arqueologia, que é o nosso caso, deve ler de tudo em ciências humanas. Alguém pode, por exemplo, ler Saussure na linguística, e, após fechar o livro, terá outra visão de arqueologia. Assim é que uma disciplina, no meu modo de entender, é necessariamente interdisciplinar, multifacetada. É um pouco vaidoso dizer isso, mas eu sempre fui e continuo sendo um leitor voraz, e se eu pudesse, agora com as reformas da previdência provavelmente não poderei, eu passaria o resto dos meus dias lendo, sobretudo literatura. Para mim, a arqueologia é uma grande possibilidade de confeccionar enredos, narrativas. Então, do meu ponto de vista, ela tem uma inclinação mais pela *poiésis* do que pela *mathesis*, mais para a poética do que para as matemáticas. Mas a minha formação básica foi em História. Inicialmente, embora eu tenha nascido em São Paulo, por razões que não cabem dizer aqui, eu fui estudar na Universidade Federal de Sergipe (UFS), aliás um abraço para a Cristina

Bruno, lá eu a conheci! Em 1992, eu ganhei uma bolsa de iniciação científica e me integrei ao Projeto Arqueológico Xingó (PAX), e desde então nunca mais saí da arqueologia. A partir de 1995, e isso caracteriza um pouco da diversidade de leituras a que eu estou habituado, eu entrei como professor substituto no departamento de filosofia, onde ministrei a disciplina metodologia da ciência. Não terminei esse contrato como professor substituto, fiquei oito meses no departamento de filosofia, porque em 1996 – não lembro mais o mês que entrei no departamento de filosofia em 1995, mas seguramente eu fiquei oito meses como professor substituto – voltei a trabalhar como pesquisador do PAX. Meu contrato de trabalho foi assinado com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, mas eu passei a atuar na UFS junto ao Departamento de Ciências Sociais, onde o PAX estava abrigado. O objetivo do projeto, a partir de 1996, era fazer o levantamento de sítios arqueológicos à jusante, ou seja, em direção à foz do rio São Francisco – em 2003 publiquei um artigo sobre minhas experiências no PAX. Fiquei nesse projeto até 1997, e em 1998 – não sei se estou me alongando muito – voltei a São Paulo e passei num concurso, mais uma vez para professor substituto, na Escola Técnica Lauro Gomes, uma escola técnica bastante conhecida em São Paulo, e fui trabalhar na sede em São Bernardo do Campo. Lá lecionei a disciplina ética e cidadania. Em 1999, eu encontrei Cristina Bruno no MAE – e por isso mandei há pouco um abraço para ela! Eu já tinha escrito um projeto para estudar história da arqueologia no Brasil – talvez, talvez não, quer dizer, a minha carreira inicial como autor, digamos assim, é mais conhecida exatamente pelo trabalho em história da arqueologia. Esse projeto eu já o havia iniciado na graduação, porque o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tinha uma coleção completa, e espero que ainda a tenha, da Revista do Instituto Histórico Geográfico brasileiro (IHGB). Eu comecei a fazer um levantamento sobre a inserção disciplinar da arqueologia e da etnografia no IHGB, aí pelos idos de 1993/1994. Eu tinha na manga esse projeto em história da arqueologia, meu primeiro artigo sobre o tema é de 1995, mas o artigo mais relevante mesmo eu o publiquei em 1999, nem me lembro agora em qual revista, mas eu o publiquei antes de entrar no mestrado. Mas, eu estava dizendo que, em 1999, encontrei-me com a Cristina Bruno, no MAE, nessa época eu acho que ela trabalhava no setor de Educação do MAE, num cargo de chefia, não me lembro qual, e esse encontro foi fundamental para minha carreira. Eu pretendia fazer o mestrado no MAE e naquele contexto poucos pesquisadores, ou nenhum, no MAE, tinham uma trajetória em história da arqueologia; somente mesmo a Cristina Bruno naquele contexto, por ter trabalhado em sua tese com os museus nacionais, os museus brasileiros, e em nosso encontro ela foi muito receptiva; havia lido previamente o meu projeto, mas, naquele contexto, ela não podia ainda orientar no MAE. Então, ela me indicou o Pedro Paulo Funari, quem, como sabemos, já tinha publicado vários

artigos sobre história da arqueologia brasileira – se não me engano, seu primeiro artigo sobre a matéria é de 1994. Em suma, a Cristiana Bruno me pôs em contato com Pedro Funari, e em 2000 eu entrei no mestrado em história, na UNICAMP, e fiz uma dissertação sobre a institucionalização da arqueologia e da etnografia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. No doutorado eu entrei em 2003, também na UNICAMP, na linha de história cultural, mais especificamente, a linha de pesquisa se chamava gênero, cultura material e identidades. Configuravam essa linha o professor Funari, a professora Margareth Rago, Célia Maria de Azevedo e Leandro Karnal. No doutorado, ampliei o escopo do projeto: englobei o Museu Goeldi, o chamado Museu Paulista e o Museu Botânico do Amazonas; como no mestrado, discuti as relações da arqueologia com a fabricação de uma identidade nacional, com o nacionalismo e o colonialismo, ou seja, com o processo de apropriação de terras indígenas, e mesmo demarcação de fronteiras; para mais uma vez caracterizar, acho que posso chamar assim, minha diversidade de leituras, minha tese, até pelo tema, dialoga fundamentalmente com a literatura pós-colonial, o que me permitiu formular e aplicar, pela primeira vez na arqueologia brasileira, o conceito de colonialismo interno, o qual, de resto, no Brasil, foi forjado, pela primeira vez, na obra do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira. Dialoguei muito também com a literatura e a historiografia do período, e o que mais me surpreendeu foi evidenciar o quão a arqueologia brasileira do final do século XIX e primeiro quartel do XX é figurada nos romances, algo que não inseri muito na tese. Ainda tenho os fichamentos desses romances, mas até hoje não publiquei quase nada sobre as relações entre arqueologia brasileira e os romances dos períodos romântico e naturalista, com exceção de um capítulo de livro sobre Gonçalves Dias, publicado em 2003. Mas voltemos a minha formação na UNICAMP, e já me estendi muito! Na verdade, até pouco tempo no Brasil, não sei se ainda há esse preconceito, as pessoas não encaravam o trabalho em história da arqueologia como uma prática arqueológica, como uma disciplina inerente à arqueologia. Isso mudou muito depois dos anos 1990, principalmente na Europa e Estados Unidos, talvez a publicação de um clássico, ‘Uma história do pensamento arqueológico’, do Trigger, eu estou citando um marco, mas há vários outros desse campo que ajudaram a consolidar essa área, além de outros processos de reconfiguração de identidades, de ressurgimentos étnicos que estão mais acesos do que nunca hoje, e que nós assistimos a partir de 1989, 1990, e a pergunta seria, por exemplo, algo que me ocorre agora, bem professoral, os professores são meio assim, elípticos, e as coisas vão surgindo conforme a gente fala – seria impensável Thomas Kuhn escrever as estruturas das revoluções científicas sem ser físico, então, um pressuposto básico para se escrever a história da arqueologia no Brasil ou em geral, é exatamente o de conhecer arqueologia, conhecer a literatura arqueológica, conhecer a discussão

sobre métodos, no meu caso, do século XIX em diante, conhecer teoria arqueológica, o que me foi possível graças a experiência acumulada em Xingó e ter sido orientado pelo professor Pedro Funari, e isso por diversas razões. Primeiro porque embora na UNICAMP não haja um curso de graduação, de pós, em arqueologia, o professor Pedro sempre recebeu muitos candidatos ao mestrado e doutorado, a gente poderia listar vários aqui agora, cujas teses e dissertações foram sobre arqueologia; de outro lado, em São Paulo, a gente tem a vantagem da FAPESP, naquele contexto, em termos financeiros, era (ou ainda é) uma das melhores agências do Brasil, e as pessoas compravam realmente muito livros, assim a biblioteca da UNICAMP é muito bem guarnecida de literatura arqueológica, de uma literatura recente. A segunda questão, eu recentemente publiquei o primeiro texto que eu escrevi em Pelotas, era um evento que se chamou Entrecampos, todos sabem que tanto a graduação como a pós, aqui, é ambivalente, porque tem dupla formação, em antropologia e arqueologia – então, Entrecampos como metáfora – claro, é o título de uma obra do Paul Gilroy, não tem muito a ver, quer dizer, tem, mas não é uma obra de antropologia ou arqueologia –, eu até cunhei o termo na época do evento, como uma espécie de homenagem da relação entre arqueologia e antropologia. Então, meu primeiro texto escrito aqui em Pelotas foi sobre a minha formação e em certo momento eu descrevo quais seriam os projetos que eu gostaria de realizar, porque eu tinha acabado de ingressar aqui, como professor adjunto em 2008, e desde Xingó, eu já me sentia mais inclinado, até porque eu cursava história, pela arqueologia histórica, então, nesse texto que publiquei agora na Revista do LEPAARQ, eu falo, por exemplo, de como me encantou conhecer os sítios com presença do cangaço no nordeste, no vale do São Francisco, e eu me lembro que em 1996, a gente encontrou, quer dizer, a população já conhecia o local obviamente, o sítio onde assassinaram Lampião e Maria Bonita, na gruta do Angicos, e a gente fez prospecção, isso ingressou no relatório que escrevemos à época, havia marcas de bala no sítio; o que me encanta no cangaço é que ele possui, como qualquer evento humano, grande carga poética e antropológica: ele permite, por exemplo, compreender a alteridade de um grupo em meio a diversidade, porque geralmente eles mesmos costuravam seus chapéus e roupas, tinham uma simbologia muito personalizada, muito caracterizada pelas marcas do indivíduo. Então, chamo atenção para o quão eu já tinha inclinação pela arqueologia histórica e para voltar à UNICAMP, parte da obra do professor Pedro Funari é exatamente inserida nessa disciplina, então, paralelamente a essa pesquisa em história da arqueologia, eu li tudo o que havia na UNICAMP sobre arqueologia histórica; o terceiro aspecto que favoreceu minha formação na UNICAMP com o professor Pedro Funari é que ele também é reconhecido por internacionalizar a disciplina, então a gente recebia frequentemente muitos pesquisadores estrangeiros, não só da arqueologia

clássica. Eu me lembro, por exemplo, da presença da Siân Jones, enfim, dentre outros, inúmeros pesquisadores, inclusive isso marcou muito minha formação, porque parte da minha trajetória aqui na UFPel tem sido caracterizada pela internacionalização do projeto O Pampa Negro; tenho trazido, todos os anos, colegas estrangeiros e realizado convênios. Eu tenho atuado, também, como professor colaborador em Rennes, Salamanca, na UDELAR em Montevideu, Buenos Aires, em suma, e trazido muitos pesquisadores de arqueologia histórica para cá. No final do ano passado eu tive o prazer de receber o Randall McGuire, então, para voltar à premissa de minha resposta a sua pergunta, eu continuo com essa visão multifacetada do que é a arqueologia, lendo diversas coisas, e isso me permitiu dar um salto que, talvez, para muitos colegas, soou estranho: da história da arqueologia para a arqueologia da escravidão ou arqueologia da diáspora africana, como tem sido mais consensual chamar a área. O pós-doc eu também fiz na UNICAMP, a partir de 2007. E fiquei lá até agosto 2008, quando assumi meu cargo aqui na UFPel. O pós-doc deu como resultado um livro, que publiquei com meu colega e amigo Javier Natri, da Universidade de Buenos Aires. O livro saiu em 2010. Também publiquei minha tese em 2010. Não tenho certeza, mas acho que foi em 2010. Bem, cheguei aqui na UFPel em agosto de 2008, como já disse.

Grasiela: A próxima pergunta era sobre isso, desde quando tu estás na UFPel, então, podemos já continuar com a tua narrativa.

Lucio: Eu fiz concurso – quando foi mesmo? – entre maio e junho de 2008, em pleno inverno, e, como paulista, senti um “frio do cão”, como se diz aqui! Fui nomeado em 15 de agosto de 2008. Então, eu tinha dois projetos na cartola, como eu sou careca, costumo usar chapéus! Um era sobre a guerra dos farrapos. Esse estudo me interessava porque daria uma espécie de continuidade ao que eu fiz na minha tese e no mestrado, uma discussão mais pós-colonial, sobre identidade cultural, configuração de fronteiras, de como essa fronteira, sobretudo aqui na região sul do Rio Grande do Sul é muito movente – nós podemos observar isso, por exemplo, nos resultados das pesquisas do Pampa Negro, junto às Atas da Câmara de Pelotas, o medo que os charqueadores tinham da fronteira, devido à presença de contrabandistas, que vinham da então chamada Banda Oriental, assim como do processo abolicionista mais recente no Uruguai, que tornava atraente a fuga de escravos nessa fronteira móvel. Então, me interessava mapear, não gosto de chamar “palco da guerra”, pois seria uma discussão muito mais geral, porque do meu ponto de vista, e isso está muito bem formulado por José Honório Rodrigues, acho que eu vou me esquecer o título do livro agora, acho que é *Reforma e Contrarreforma no Brasil*, algo assim, não vou me lembrar o nome, em que ele fala, desmitifica a história oficial do Brasil, a gente

está falando de uma publicação de um ano após o golpe, e ele utiliza a categoria cruenta, a história do Brasil é muito cruenta. Então nós, nossa identidade nacional, a forma como ela foi construída, está mais marcada pela guerra do que nós supomos. Eu até me atrevo a dizer que em 1850 não há Brasil, não há ainda a *Pax Imperial*, que se deu após o sufocamento das rebeliões regionais no Segundo Reinado, quando se deu o pacto oligárquico, que aliás é o que a gente vive ainda hoje, em plena República. Várias micro guerras estavam espalhadas por todo território nacional, não só as grandes rebeliões, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Farroupilha. Então me interessava estudar isso a partir do ponto de vista arqueológico, claro, na historiografia do Rio Grande do Sul há muitas obras sobre a chamada Revolução Farroupilha; me encantava a presença de Piratini, muito próxima a Pelotas, a primeira capital da “República” rio-grandina, em suma, aqui ouvi vários relatos e vi vários sítios possíveis de serem mapeados, estudados, do ponto de vista arqueológico, relativo a Guerra Farroupilha. Um exemplo é a Chácara da Brigada. Há documentação mostrando como houve, aqui mesmo em Pelotas, a gente está muito próximo dessa área, cerca de 10km, não mais do que isso, batalhas da guerra Farroupilha. A outra, que também acabei abraçando, era a possibilidade de estudar a diáspora africana, mais uma vez o professor Pedro Funari tem influência nisso, nós sabemos que ele é um dos precursores nessa área. Trata-se da arqueologia dos quilombos dos Palmares, que iniciou em 1992, num projeto internacional, com a presença de Charles Orser, quem, em 2013, eu pude trazer ao Brasil via CNPq. Aí claro, há vários outros autores, não posso deixar de mencioná-los: Carlos Magno Guimarães, ao pesquisar, a partir do fim dos anos 1970, o Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais; a Tânia Andrade Lima, que chegou a escavar uma senzala, em 1993, se não me engano. Havia outros colegas já atuando na área, quando cheguei à UFPel, e eu já os vinha lendo, sobretudo Camila Agostini, Marcos André de Souza e Luiz Symanski; André e Luiz, em 2007, acho, publicaram na revista de patrimônio do IPHAN, um artigo muito bom, sobre a diversidade tipológica das senzalas no Brasil, sobre a conservação do registro arqueológico de pessoas escravizadas, de grupos de escravos. De alguma maneira, estudar arqueologia da diáspora africana daria continuidade à minha tese, pois possibilitaria a aplicação, não exclusiva, é claro, do conceito de colonialismo. Talvez o exemplo máximo do que a gente pode chamar de colonialismo resida nos sistemas escravistas e suas articulações com os sistemas globais – desde o colonialismo do corpo de uma pessoa, até a implantação de dispositivos de vigilância nos sistemas escravistas locais, desde os processos de resistência de escravos, até formação do sistema atlântico e do sistema imperial a partir do tráfico negreiro no século XV, e sua subsequente expansão como grande negócio, o qual, como todos sabemos, já figura na obra de Marx como central para a formação do sistema capitalista – sem tráfico de

escravos não haveria acumulação primitiva do capital, não haveria Revolução Industrial. Em suma, para não me alongar muito sobre essa minha chegada, em termos de projeto de pesquisa, me interessava na verdade essas discussões mais pós-coloniais, e o interessante da região é que nós temos outro tipo de sítio arqueológico, cujas especificidades não se reproduzem em outras regiões brasileiras, que é a charqueada. Então, é um outro tipo de sistema escravista, claro, não cabe fazer essas comparações aqui agora, e esse foi o projeto...

Grasiela: Foi a partir dessa ideia que tu formulaste o projeto Pampa Negro, logo depois da tua entrada na UFPEL?

Lucio: Ah sim, claro, eu costumo dizer que no Brasil é muito fácil se exiliar, porque nós temos um país continental.... Agora chegou o Aluísio aqui, coordenador também do projeto. Talvez a gente faça uma interrupção para o Aluísio falar, talvez ele queira participar também.

Grasiela: Retomando a entrevista, com a chegada do arqueólogo Aluísio Alves, que é também coordenador do projeto Pampa Negro, junto com o professor Lucio. Vai participar também da entrevista.

Lucio: É, o Aluísio tem um cargo, sempre brinco com ele sobre isso, quando o apresento a pessoas que vem de fora, digo que ele tem um cargo dos sonhos, porque ele não precisa ir a reuniões, ele não precisa preparar aula, ele tem, como é que se chama? – um cargo que se chama técnico de nível superior, e foi uma vaga para arqueologia e ele acabou ingressando no laboratório...

Grasiela: Ele perde, dar aula é muito bom, eu acho que é a melhor parte de estar na universidade.

Lucio: Eu gosto muito de dar aula, mas não acho que é a melhor parte. A aula também acaba virando uma atividade burocrática. O problema não é dar aula, estar em sala de aula, ter contato com os estudantes, eu não tenho complexo de Peter Pan, ou de Michael Jackson, mas dar aula é uma maneira de sempre estar jovem, de saber o que as pessoas mais jovens estão pensando, já estou chegando aos 50 anos e agora eu posso chamar os estudantes de jovens! Mas há toda uma fatigante burocracia que alimenta a sala de aula, melhor não falarmos sobre isso...

Grasiela: Não, não, vai fugir do assunto. Então, voltando, a formulação do Projeto Pampa Negro, tu tinhas dois interesses logo que entrou na UFPel, e abraçou a ideia da arqueologia da diáspora africana, da escravidão...

Lucio: Eu entrei aqui em agosto 2008, trabalhando para inaugurar o curso de Antropologia/Arqueologia, que tinha recentemente sido aprovado. Houve, eu falava sobre exílio, de como é fácil exilar-se no Brasil, e aproveito para mandar um abraço para os colegas do Belém do Pará, em especial ao Diogo Costa! Não estou dizendo que o Diogo está exilado em Belém! As diversas regiões brasileiras têm o que poderíamos chamar de diferentes metafísicas, suas semânticas próprias, talvez não seja exagero dizer que possuem outra língua, outra linguagem. Quando alguém se desloca pelo Brasil, encontra Brasis, mas isso é, obviamente, chover no molhado. É óbvio que os primeiros seis meses e pico aqui foram difíceis, como para qualquer pessoa, qualquer pessoa que migrou já encarou isso. Eu costumo dizer que no Brasil a gente tem que enfrentar mesmo a diáspora acadêmica, ou seja, se formar em um lugar e se interiorizar porque os grandes centros já não suportam mais a competição, talvez a UFPEL, com nosso bacharelado e pós, seja um pouco evidência disso. Claro, há colegas que nasceram aqui, mas ela é muito diversa em termos de regionalidade, pelo menos no que se refere à arqueologia. Os primeiros seis meses foram difíceis para minha adaptação, eu senti dificuldade de chegar e já executar um projeto de pesquisa, claro, outra coisa que eu costumo dizer é que universidade não é o lugar mais civilizado do mundo, é cheia de disputas, de clivagens internas, de conflitos, então mesmo sem ser antropólogo, eu diria que nos primeiros seis meses eu fiz uma espécie de etnografia da universidade, especialmente do instituto de ciências humanas, e não me senti com a energia necessária para já institucionalizar um projeto de pesquisa, isso por uma parte, por outra como eu já tinha, e eu preciso agradecer ao meu amigo Francisco Noelli, reconhecido como grande estudioso da arqueologia Guarani, professor aposentado pela Universidade Estadual de Maringá, e muito meu amigo mesmo, diga-se de passagem. Antes de vir para cá a gente discutiu possibilidades de projetos e ele me ajudou a arrolar essas duas, a arqueologia da diáspora africana e a arqueologia da guerra Farroupilha. Esse tema da Farroupilha seria muito interessante também, por diversas razões e, não vou entrar em detalhes sobre o porquê ter optado pela arqueologia da diáspora africana, e não pela da Revolução Farroupilha, mas de fato eu voltei a estudar esse tema, cheguei com, ainda tenho isso em arquivos digitais, uma bibliografia sobre a área e me pus a estudar isso, e em 2009 eu fiz o projeto – acho que te mandei a primeira versão do Pampa Negro; e no final de 2009 eu o submeti ao CNPq para obter bolsa de produtividade, nesse contexto de expansão das universidades via governo Lula, o REUNI, etc, a gente tinha disponibilidade de muitas bolsas e para mim, surpreendentemente, porque um dos requisitos era formação de recursos humanos e eu não havia formado muitas pessoas, tinha apenas uma orientação concluída, e foi com muita surpresa que eu acabei ganhando a bolsa de produtividade, vigente a partir de 2010. Claro, isso

impulsionou minha carreira, obviamente; me lembro que à época eu liguei para o Aluísio, porque antes de ele ingressar no laboratório já éramos amigos, e perguntei: “Aluísio, deferida é quando foi aprovada, não é?” Ridículo isso, e ele disse: “é, foi deferido, você ganhou a bolsa”. Foi uma surpresa, em suma, uma outra coisa, não tenho nenhuma vergonha de falar isso, posso rebuscar filosoficamente: Pascal já dizia que a paixão move o mundo, e a gente, para fazer arqueologia no Brasil, só tendo mesmo muita paixão. Em suma, fiquei feliz com a bolsa. Então, a questão é que só a partir de 2010 o projeto passou a ser executado; isso também a gente aprende quando termina o doutorado, depois do doutorado a gente pode efetivamente constituir linhas de pesquisa, a gente recebe e vê muitos projetos que não são projetos de teses ou de dissertações, mas sim linhas de pesquisa, algo para se fazer o resto da vida. Nesse aspecto, estou muito tranquilo, há muitas vertentes do projeto, desde a inserção de Pelotas, não é que eu não me interesse pelo local, isso seria antropologicamente equivocado, claro que me interesso pelo local, mas me interesso pela inserção da cidade num sistema mundial atlântico, então, desde o começo da pesquisa e isso continua, a gente tem estudantes pesquisando os arquivos para entender para aonde vai o charque, o que chega à Pelotas via sistema atlântico, assim como estudamos os anúncios de escravos, de vendas de escravos, a demografia de escravos, em suma, há muitas vertentes do projeto, e isso passou a ser executado a partir de 2010. A outra faceta, com todas as dificuldades infraestruturais, foi o levantamento de sítios entre o canal São Gonçalo e o arroio Pelotas. João Simões Lopes Neto, mais conhecido como literato, um aristocrata local, escreveu uma história de Pelotas e listou a existência de quarenta charqueadas, no auge da produção do charque. Hoje, digamos, para visitação e servindo ao turismo, sabemos que ao todo temos doze charqueadas, e a gente pretende dar continuidade a esse trabalho de prospecção e de estudo da paisagem; essa foi a primeira tarefa. Eu me lembro que a bolsa serviu, por exemplo, para pagar aluguel de barcos, e a gente fazia todos os roteiros a barco. Não deixa até mesmo de ser um passeio! Sempre levamos os colegas estrangeiros para fazer conosco esse roteiro à barco. Eu o fiz muitas vezes com o Gabino La Rosa Corzo, arqueólogo cubano, precursor, em Cuba, é claro, dessa área de arqueologia da escravidão; eu trouxe o Gabino três anos consecutivos para cá, mas infelizmente, por razões que eu prefiro não comentar, ele não pôde mais vir; outro colega que fez prospecções conosco foi o Charles Orser, em 2013, e nessa ocasião o Aluísio já era funcionário da universidade.

Grasiela: Quando eu fiz a leitura do projeto, tem muito essa faceta da arqueologia da escravidão, diáspora africana, sistema mundial, esse comércio atlântico, enfim, mas também

tem alguma coisa de arqueologia pública colocada no projeto. Eu queria saber se isso dialoga ainda ou se estava só no projeto inicial, era teu interesse só no início?

Lucio: Bom, como eu disse há pouco, constituímos uma linha de pesquisa e disso eu me orgulho e agradeço aos vários colegas que sempre participaram do projeto, que hoje estão no LÂMINA, o Jaime Mujica, Pedro Sanches, Claudio Carle, inicialmente também estava a professora Loredana Ribeiro, e, mais particularmente agora, e também como coordenador do projeto, Aluísio Alves, os estudantes, o Diego, não posso esquecer do colega Diego Ribeiro, aqui da museologia, dentro outros, além dos colegas de outros países. Todas essas pessoas nos ajudaram. O que eu costumo dizer – sou cheio de máximas! – é que também a gente só aprende a estudar depois do doutorado, e constata o quão um projeto é efetivamente coletivo, e eu não estou me referindo só à arqueologia; um historiador por exemplo, talvez – acho que eles vão me execrar depois que eu disser isso – tenha uma concepção um pouco mais romântica do que é epistemologia do conhecimento histórico, porque parece até que algumas vezes eles invocam a *luce sui generis incorporea* do Santo Angostinho!: o sujeito vai ao arquivo e tem grandes iluminações, quase divinas. Mas mesmo os trabalhos de fôlego na historiografia dependem de equipe, isso, pelo menos, desde a Escola dos *Annales*; mais recentemente, um dos melhores livros que eu li nos últimos anos, foi o de Marcus Rediker, o *Navio Negreiro: Uma história humana*. Esse livro resulta de trinta anos de pesquisa, é claro, ele assina o livro, é o coordenador do projeto, mas a gente vê na lista de agradecimentos o número de pessoas que integraram sua equipe, e que mesmo sem integrá-la, o ajudaram de longe, enviando documentos, viabilizando as viagens para que ele pudesse consultar arquivos. Ora, foi o que aprendi nos primeiros anos de projeto, e continuo aprendendo, junto com o Aluísio. Ou seja, O Pampa Negro é um projeto coletivo, tem coordenação, claro, há uma questão de quem se responsabiliza ética e tecnicamente pelo projeto. Veja, estamos aqui ladeados por vários computadores, alguns deles são de bancos de dados, e eles são públicos, estão em uma universidade pública. Se alguém tiver interesse, por exemplo, em estudar a circulação de gado em Pelotas, poderá fazê-lo. Qualquer estudante, da UFPel ou não, poderá vir aqui e consultar os dados, e claro, é uma questão autoral também, deverá fazer as devidas referências. Em termos de circulação de cultura material na cidade, não vou me lembrar do nome do autor agora, mas ele estuda arqueologia do alcoolismo, o que me faz lembrar que a maioria dos itens que chegam aqui constituem-se por bebidas alcoólicas, da Europa e de outras partes do Brasil. Ou seja, alguém poderia montar um projeto para estudar arqueologia do alcoolismo no sul do Rio Grande do Sul, e consultar nossos bancos de dados. E não me refiro apenas a projetos de arqueologia; a partir de nossos bancos de dados, são cabíveis estudos antropológicos, históricos, ou, mesmo,

linguísticos. Hoje se tem uma noção muito mais clara do que é um projeto coletivo... Olha, acho que já respondi essa pergunta. Quer fazer outra?

Grasiela: Eu perguntei se tinha alguma coisa acontecendo em relação à arqueologia pública, atualmente.

Lucio: Na verdade eu me esqueci dessa pergunta, acabei tangenciando, mas, veja, eu falava de constituição de equipes e problemas de pesquisa, e do fato de que nosso projeto é coletivo. O mundo científico vem operando assim pelo menos do século XVIII em diante, quando se intensificou a mundialização da ciência. Darwin não teria escrito *A origem das Espécies* se não integrasse uma rede internacional – isso já está muito caracterizado pela história da ciência –, sem uma série de pessoas de outros países que classificavam espécimes para ele, desde diferentes regiões do mundo, inclusive pessoas que estavam no Brasil. E, assim, ele publicou em 1859 a *Origem das Espécies*, passou quase 20 anos redigindo o livro e, entre o fim dos anos 1830 e a redação do livro, ele publicou, se não me engano, outros cinco livros e mais de cem artigos. O que quero dizer com isso? Que essa produção de Darwin dependeu, claro, primeiro de sua posição aristocrática, ele não era professor universitário, não tinha que trabalhar para viver, herdou uma boa herança de seu pai! Segundo, sua obra derivou dessa rede de colaborações. Quero enfatizar isso: desde então o mundo científico não tolera amadorismo, ninguém publica numa revista de impacto – alguns vão questionar a CAPES agora, dirão que a CAPES é colonialista, meritocrática, etc, conversa para a qual não tenho mais paciência –, raramente alguém publica em revistas mais conceituadas se não tiver um trabalho muito sério em determinadas áreas. Então, a Arqueologia Pública, desde os anos 1990, ela se diversificou muito – eu mesmo já publiquei sobre isso, em espanhol e português, línguas talvez mais acessíveis –, ganhando diversas alcunhas: arqueologia comunitária, arqueologia colaborativa, etc; já houve uma reviravolta do que se chama arqueologia pública, não só em termos conceituais e metodológicos, mas de crítica também, de como ela vem servindo, no mundo, para reconfigurar nacionalismos e colonialismos. Há posturas que não são tão descolonizadoras como alguns gostariam, há muita gente, mesmo no Brasil, que usam movimentos sociais e comunidades como trampolins, como alavanca para suas próprias carreiras... Ou seja, há muito trabalho que se diz comunitário e colaborativo, mas que utiliza a comunidade para o trabalho arqueológico sem pagar-lhes nada, que falseia processos democráticos em termos de extroversão do conhecimento e de participação das comunidades nos processos de construção do conhecimento arqueológico. Esse é o tema desse artigo que eu publiquei em 2013, “essas coisas não lhes pertencem”, e que saiu depois em espanhol, eu o publiquei na *Complutum*, em

2015, a convite do Alfredo González-Ruibal. De todo modo, é óbvio que não jogamos uma pá de cal nessa vertente colaborativa do projeto, muito ao contrário, a questão é que a primeira dificuldade foi em termos do *ethos* local da cidade, e eu fico meio desconfortável de falar isso, porque não nasci aqui e posso ferir, portanto, sensibilidades locais – mas a essas pessoas eu diria que, eu acabei de falar de diáspora acadêmica, não tenho nenhum problema com migração, são quase nove anos aqui na cidade e não posso dizer que me sinto pelotense, porque isso pode soar populista, não vou torcer para o Brasil de Pelotas nunca, que me perdoem os torcedores de última hora – e de todo modo não acompanho mais futebol. Com todo respeito a quem chegou depois e vai ao estádio com a camisa do time, nenhum problema com isso, mas me contradizendo, eu já me sinto pelotense, porque é aqui que eu trabalho, eu gosto da cidade, e, repito, não quero ferir a sensibilidade de ninguém; mas há, sim, um *ethos* que não é observado só por mim, um *ethos* muito aristocrático – embora isso tenha se diversificado muito nos últimos anos –, ainda ligado a essa aristocracia do charque. Em termos gerais, no que se refere à história brasileira como um todo, eu costumo dizer que mesmo hoje a gente ainda espera Dom Sebastião, e não só eu digo isso, a Lilia Schwarcz também diz isso: nosso ideal ainda é muito monárquico, em termos de República, e ainda há, talvez não seja exagero dizer – não diria que é propriamente censura –, por parte de certos setores da sociedade local, certo tabu com o tema da presença africana na cidade e com relação aos afrodescendentes. Quando não há o preconceito aberto, a discriminação descarada! Então, isso foi um grande problema no projeto, tanto é assim que ele começou em 2010, a gente já vai para o sétimo ano, isso é bom que se registre, são quase as décadas de Tito Lívio! E só agora a gente conseguiu escavar um sítio arqueológico mais preservado, a charqueada São João. Em 2013, só para dar somente um exemplo disso que estou dizendo, como, de fato, o apelo a uma arqueologia da diáspora africana não tem muita ressonância ou vibração locais – em 2013, ganhei o edital de pesquisador gaúcho, da FAPERGS. O valor é público, 50 mil reais, então os equipamentos eletrônicos que estão aqui no laboratório, computador, estação total, etc. etc., foram comprados com esse dinheiro, era para trabalhar na aqui já referida Chácara da Brigada. Nós já tínhamos feito prospecções no local, o Aluísio inclusive não era funcionário ainda da universidade, e nos acompanhou, se não me engano em 2012, isso está em relatório enviado ao IPHAN. Aprovado o projeto, ganhamos o dinheiro, e quando fomos trabalhar nos impediram de entrar na área. Aí entram os problemas da política brasileira como um todo, da política econômica e da prática política, nosso propalado, veja-se, por exemplo, em Otávio Ianni, compadrio. Sem citar nomes, não convém: havia políticos locais que tinham um grande plano de construir um porto flutuante ou um parque industrial nessa região da Chácara da Brigada.

Grasiela: Está naquele trabalho do Marcelo, uma dissertação, ele conta mais ou menos essa trajetória.

Lucio: Exatamente, exatamente, foi bom você lembrar. O Marcelo da Rocha, que foi meu orientando no Programa Memória Social e Patrimônio cultural, escreveu sobre a Chácara da Brigada, então a gente já tinha muitos dados sobre o local. Assim, o fato é que nos impediram, por interesses políticos e econômicos locais, exatamente daqueles que financiam campanhas e dos que são financiados por elas, de entrar no local. Esse é o mesmo processo que a gente está assistindo em termos das grandes corporações, como a Odebrecht. É uma área que estava sob posse do governo do Estado; o governo do Estado via com carinho, vamos chamar assim, eufemisticamente, o projeto da construção de um parque industrial na área, e também a prefeitura de Pelotas. Descrevi isso no relatório que enviei ao IPHAN. A gente descobriu pelos jornais locais que havia um laudo arqueológico falso, apócrifo, que afirmava não haver interesse arqueológico no local. Resumo da ópera: foi um ano e meio de atribulações, reuniões com a 12ª do IPHAN, com a capitania dos portos do Rio Grande do Sul, com a secretaria de ciência, tecnologia e desenvolvimento, também do Rio Grande do Sul, e só em setembro do ano passado a área foi liberada. Isso nos trouxe muitos problemas.

Grasiela: Setembro de 2016?

Lucio: Isso, ano passado, eu tenho o ofício aqui guardado, nunca te mandei, mas posso te mandar, como documento para sua tese. Claro, com isso não quero justificar a ausência de mais publicações, relativas ao projeto, mas ajudou substancialmente a nos subtrair tempo para pesquisar e escrever, porque boa parte da nossa energia, minha e do Aluísio, foi direcionada para resolver esse imbróglio.

Grasiela: Tanto que até tinha o dinheiro para gastar nesse projeto.

Lucio: Foi gasto e eu tive problemas com a FAPERGS. Mas a sorte – isso para quem acredita em astrologia, sei lá! – é que fizemos uma parceria, e ainda estou respondendo a questão da arqueologia pública, com o proprietário da Chácara São João. Conseguimos escavar essa propriedade, e eu justifiquei a mudança de área para a FAPERGS. A primeira campanha foi em fevereiro de 2016, a segunda em julho do mesmo ano. Se não houvesse surgido essa parceria com a São João, eu seria obrigado a devolver 50 mil reais para a FAPERGS! Então, isso é um pouco das facetas do que é a arqueologia pública, ela não admite amadorismo, isso eu tenho dito há muito tempo. Eu não demonizo a arqueologia de contrato, pelo contrário, mas quem

está mais voltado para a pesquisa – não gosto dessa divisão, mas enfim, infelizmente ela existe –, quem está mais voltado para a arqueologia acadêmica, deve adiantar-se a esses processos, a esses “projetos de desenvolvimento”. Se a gente não tivesse feito esse levantamento prévio, se não houvesse uma materialização de resultados, em termos da dissertação do Marcelo, que a defendeu em 2014, se não houvesse o relatório para o IPHAN, eles iam fazer esse parque industrial, não tenho dúvida.

Aluísio: Nem sei se a arqueologia foi assim determinante..

Lucio: É, houve também a questão ambiental, é bom dizer isso...

Aluísio: É, acho que a questão ambiental... Acho que só desistiram de tentar implementar, na verdade surgiram várias ideias para o local, todas elas sempre como um aporte subsidiário do distrito industrial de Rio Grande, do polo naval, mas acabou sendo inviabilizando mais pela questão ambiental mesmo.

Grasiela: Mas que faz parte dessa nossa legislação de arqueologia de contrato, está junto.

Aluísio: Quando digo ambiental é mais especificamente de fauna, flora...

Lucio: A proibição, isso foi da FEPAM. Mas o laudo do FEPAM cita o nosso projeto...

Aluísio: E tinham questões técnicas mesmo ali no local, se pegar o mapa para ver, o acesso ao local é por dentro da cidade, como é que tu vais escoar, só por água, mas como é que chegaria lá a matéria prima?

Lucio: É, e que já impactou o porto de Pelotas.

Aluísio: Mais uma questão de discurso político, vamos fazer e pronto.

Grasiela: É, pelo trabalho do Marcelo, pelo que eu li, de fato, eram várias ideias e às vezes elas não eram condizentes umas com as outras, a cada notícia que veiculavam, no próprio site da prefeitura, enfim, dando notícias...

Lucio: O Aluísio observou bem, talvez eu tenha dado um relato um pouco heroico da nossa atuação, mas o fato é que a FEPAM citou o projeto, enfim. Houve atuações várias, e eu tenho que registrar a do próprio Marcelo Maza, proprietário da charqueada São João, que é o único proprietário a manter as características arquitetônicas mais originais das charqueadas. Ela está voltada ao turismo, a visitas, a uma série de atividades que ele promove. E ele também está muito próximo a este contexto da Chácara da Brigada, discutiu muito com os políticos locais. Bem, ele já foi secretário de turismo, é alguém muito articulado. De alguma maneira, então, nós temos projetos de arqueologia pública.

Grasiela: Acho que ter atividades turísticas na Charqueada São João, mesmo que não sejam vocês que estão desenvolvendo, está dentro deste viés.

Lucio: Pois é, mas eu falava desse *ethos* aristocrático local, também o movimento negro ele é muito diversificado, como qualquer movimento, ele é muito heterogêneo, com distintas tendências. Inicialmente, se já havíamos constatado o peso do *ethos* aristocrático local, eu pensei, talvez de maneira conservadora: “não vou me associar ao movimento negro nesse momento; talvez isso seja pior para a execução do projeto”. Quando isso foi feito, depois da entrada da professora Louise Alfonso, que ingressou no departamento de antropologia/arqueologia ano passado, e inicialmente ela estava fazendo pós-doc, sob minha supervisão, junto ao nosso programa de pós-graduação. A chegada da Louise foi um momento crucial, em que a gente pôde realizar, pois eu já havia orientado um TCC sobre arqueologia pública, que versou sobre visitas de escolas públicas na charqueada Santa Bárbara – por isso é que eu falava que o mundo não admite mais amadorismo, alguém, que não é o meu caso, pois uma coisa é ter cultura antropológica, outra é fazer etnografia – são coisas muito distintas – eu não gosto muito do conceito, mas vá lá – sobre a territorialidade negra na cidade. Ela, a Louise, trabalhou basicamente sobre essa região circunvizinha à Chácara da Brigada, conhecida como Passo dos Negros, o que, do ponto de vista toponímico, já diz muito. Essa pesquisa etnográfica visava a lastrar os trabalhos de arqueologia pública. Mas a Louise, por diversas razões, não está mais associada ao Pampa Negro, e vem desenvolvendo um projeto independente. E houve, a partir do ingresso da Louise como pós-doc, uma aproximação com as áreas quilombolas da cidade, nas quais eu e Aluísio fomos diversas vezes; mais recentemente, nos associamos mais diretamente com o Movimento Negro, a Frente Negra Pelotense, que é uma seção local da Frente Negra Brasileira. Então, diga-se de passagem, ontem mesmo eu tive uma reunião de trabalho com uma das líderes da Frente Negra Brasileira, a Regina Malungi, que é médica, nasceu aqui, mas está a mais de 20 anos em São Paulo. Ela é responsável por um projeto junto ao Ministério da Saúde: alimentação de matriz africana para populações afrodescendentes. Uma das ideias que temos discutido com o movimento negro, mas também com o Marcelo Maza, proprietário da Charqueada São João, e quero levá-la para essa atual gestão na universidade, é a construção de um parque arqueológico na região da Chácara da Brigada. Não sei se um parque com essa adjetivação, mas um parque, uma área de pesquisa para a universidade, como disse o Aluísio há pouco, essa área é muito rica em diversidade biológica também, zoológica e botânica. Em suma, uma área de pesquisa, uma área onde, com os trabalhos arqueológicos, a gente possa constituir um museu vivo, possa musealizar as estruturas daquilo que nós encontrarmos. Uma área de pesquisa a ser gerida pela universidade, publicamente, e tenho a

pretensão de que isso seja uma resposta em termos de política econômica também, fora desse modelo mais predatório do Brasil, dessa prática política de financiamento de campanha, com presença majoritária de grandes corporações. Você sabe melhor do que eu: Pelotas é uma cidade com muita vocação para o turismo, com patrimônio edificado muito bonito, onde já há turismo, mas a meu ver desenvolvido de maneira muito amadora. Seria um modo de constituir, de formular práticas de turismo, de gestão e de pesquisa simultaneamente. E a outra novidade em termos de execução de arqueologia pública é que tenho agora uma estudante de doutorado, Elis Meza, que fez mestrado comigo no Memória Social e Patrimônio Cultural, ela é venezuelana, estudou as comunidades Mapojo, eles têm chancela da UNESCO como patrimônio imaterial e paisagístico. Ela já concluiu o mestrado e entrou, agora, no doutorado em antropologia. Ela é antropóloga e arqueóloga de formação, estudou na *Escuela de Antropología* da UCV, e vem fazendo etnografia dessas materialidades afrodescendentes pela cidade. Temos muitas expectativas com relação ao trabalho dela. Ela participou ontem da reunião com a Frente Negra, e concluiu o primeiro ano de doutorado e sua tese, vinculada a nosso projeto, desenvolverá uma arqueologia comunitária com os grupos afrodescendentes locais. Então, essa reunião de ontem foi muito importante também porque a Regina Malungi gostou muito dos resultados. Eu lhe mostrei fotos do trabalho de campo na São João e ela me proibiu de falar – proibiu, obviamente, estou brincando – em lixeira arqueológica. Segundo ela, o termo apropriado seria boca da terra tapada! Seu argumento é de que, para os Bantos (e ela se vê como Banto), a terra está viva. Assim, esses grupos africanos ou descendentes de escravos não faziam lixeira, estavam, na verdade, alimentando a terra! Só para fazer essa discussão mais “*ontological turn*”, que agora está um pouco, a meu ver, de moda! Não que seja uma moda que me incomoda, mas noto que as pessoas querem entender as últimas teorias sem entender as pregressas e sem suficiente cultura filosófica. Mas essa discussão via Tim Ingold e outros, sem dúvida tudo isso pode ser incorporado e é isso que eu entendo como arqueologia pública.

Grasiela: Mas não custa mudar um termo ou explicar esse termo, pode até continuar usando lixeira arqueológica, mas explicando essa concepção.

Lucio: Sim, não como polissemia, não segundo o modelo linguístico, propriamente, mas no sentido de que as coisas estão vivas... acho que é isso.

Grasiela: Acho que está ok, eu só quis perguntar porque no projeto inicial aparece, tipo como se fosse com o mesmo peso da arqueologia da escravidão, teoricamente ali, pesando no projeto inicial, mas claro que...

Lucio: Essa é a maior ambição, dia 22 nós temos uma audiência com o atual reitor, e entre outras coisas nós discutiremos isso, sobre a criação do parque, enfim, como vai se chamar, se vai se efetivar, é uma grande ambição, eu diria.

Grasiela: O Projeto Pampa Negro, ele está em desenvolvimento desde 2010, porém ele já esteve em alguns espaços institucionais diferentes da universidade e atualmente está aqui no LEICMA. Eu queria que tu falasses um pouco mais sobre a fundação daqui, a tua atuação aqui nesse laboratório agora.

Lucio: Informalmente também, Grasiela, a gente discutiu um pouco isso, você leu *Ciência em Ação* do Latour, mas se a gente reler o Max Weber, sua sociologia da burocracia, estão elencadas lá as chamadas categorias ideais, o que constitui a burocracia no mundo moderno, mas há também sua definição de ciência como burocracia. A gente tem uma visão um pouco ingênua de ciência, sobretudo quando se é mais jovem, quer dizer, também não vou generalizar, mas eu tinha essa visão: a pesquisa é o livro publicado, é o artigo. Essa visão não contempla as dinâmicas burocráticas que fazem com que o pesquisador se torne um autor, vamos dizer assim, com uma palavra mais solene. No fundo não há autor, isso está discutido pelo Michel Foucault, num ensaio sobre isso, chamado *O que é um autor?* Bem.. não é uma aula de filosofia, sua pergunta é mais direta. Então, a gente passa a entender isso, a ilusão do autor e de que como a ciência é burocracia. Eu não quero falar mal da minha universidade, ser severo com ela, a vida tem me proporcionado conhecer outras universidades no Brasil e fora do Brasil, enfim, a vida me tem proporcionado ver, comparar distintas ações institucionais, onde a pesquisa arqueológica está inserida, e a UFPEL tem grandes especificidades, muito marcadas. São problemas um pouco mais estruturais que atingem todas as universidades brasileiras, o serviço público em geral, eu não preciso discorrer sobre isso, é bem conhecido das pessoas que acompanham a mídia em geral, os jornais. Mas há grandes especificidades na UFPel. A primeira coisa, desculpe-me, eu vou ter que estender-me um pouco mais uma vez, a primeira coisa que... eu sou muito grato ao REUNI, claro, por isso estou empregado, acho que a gente tem 14 cursos de arqueologia no Brasil hoje, quase todos interiorizados, como disse a Márcia Bezerra, em um artigo de 2009, se não me engano, e a expansão da área se deve, também, à trajetória de arqueólogos e arqueólogas que já estavam nas universidades – eu falo um pouco sobre isso nesse primeiro texto que escrevi em Pelotas, que saiu na Revista do LEPAARQ, recomendo a leitura e vai te ajudar a responder alguma coisa sobre o cenário institucional de nossa área, aqui na UFPel; tem também um artigo de 2009, que eu fiz junto com o professor Fábio Vergara e está publicado na Revista do MAE. Posso dizer, em suma, que a UFPel aproveitou muito mal

o REUNI e os recursos que lhe foram proporcionados. Foram utilizados na mesma lógica que descrevemos com relação à Chácara da Brigada. Eu até costumo brincar que aqui não é a Universidade Federal de Pelotas, é de Pelotas Federal, Pelotas vem antes de Federal, pois as pessoas esquecem que estão numa federação e que os recursos proveem de fontes públicas federais. Claro que a função de uma universidade é favorecer o local, é ter projetos de extensão, promover o desenvolvimento, tudo isso, acionando modelos econômicos alternativos. Em cursos de humanidades, talvez eu seja um pouco idealista, eu diria até mesmo que a função é aumentar o volume da cabeça das pessoas, torná-las mais cultas, promover a cidadania nesse sentido de cultura amalhada, de erudição, então, nesse sentido, essa é uma das funções do curso de antropologia, ao meu modo de ver. Nessa aliança com as elites locais, que eu assisti na gestão 2008-2010, bem como nas últimas gestões, e espero que essa atual não reproduza isso, resolveu-se comprar ou alugar todos os prédios falidos da cidade, com a pretensão de instalar cursos, e a gente vive numa situação, até o Aluísio brinca com isso: “vamos fazer uma arqueologia dos escombros da UFPel”. Assim vivemos situações muito precárias, você pode ver isso aqui, agora mesmo. O IPHAN deveria ter fechado esse laboratório, não mandado esse ofício que mandou, pois convivemos com a presença de morcegos e cupins no LEICMA. Quase todos os espaços da UFPel são muito precários. Esse tipo de aliança entre elites locais e UFPel, claro, gera verbas para alguns, viabiliza cargos eletivos, instrumentaliza eleições. Estamos falando de uma universidade, a UFPel, cuja dotação anual, até o ano passado, era maior do que a da Prefeitura de Pelotas! Para ser reitor deve-se ter uma boa relação com os políticos locais, então há uma grande partidarização da universidade, daí essas alianças entre gestão universitária e elites locais. Daí essas compras e aluguéis de prédios em escombros, porque isso financiará as campanhas para reitores, que são muito caras e lembram uma campanha de governador do estado, para prefeitura, para vereador, para deputado. Há de tudo: charangas, compra de adesivos, camisetas, festas, então, faço uma pergunta: de onde sai todo esse dinheiro? Isso, claro, no caso da UFPEL, vai se refletir na precariedade dos espaços, vai se refletir também na maneira como se distribuem os cargos públicos de gestão da universidade. Lamentavelmente, eu vi isso se repetir nessa gestão de agora: os cargos estão sendo distribuídos por critérios de compadrio; que me desculpem os colegas, mas é uma crítica institucional, que não se pessoalize, por favor. A lógica é essa: você me apoiou, você terá o cargo! Os espaços estão sendo distribuídos da mesma forma.

Aluísio: Ou, no mínimo, coincidentemente, quem ocupa os cargos é quem apoiou.

Lucio: É, exatamente. Eu não fiz campanha apaixonada para ninguém, não que isso me torne melhor do que ninguém, enfim...

Aluísio: Mas permite ter autonomia para dizer isso...

Lucio: Exatamente, para enviar e-mails para o reitor, como aqueles que você leu. Eu prefiro essa, não sei se é independência, é uma questão ética, não quero universalizar minha ética. O conceito de ética é simples, ao final: atuar no mundo de acordo com a visão crítica que se tem sobre ele. Então, essa maneira de operacionalizar a gestão universitária, que me atrevo a dizer, é geral, a que leva? Primeiro, as decisões não são técnicas; segundo, isso leva ao conflito entre as pessoas, entre colegas, coisa que a gente vai ficando mais velho, vai aprendendo, e eu me recuso a fazê-lo: recuso-me a participar do loteamento de espaços em função do compadrio político. Então não vou eu – e tampouco o Aluísio irá também – digladiar-me com o colega da sala vizinha porque ele pegou um espaço maior. Essa é uma decisão que caberia às pró-reitorias, bem como a condução das negociações por espaços entre colegas caberia especialmente às pró-reitorias de planejamento e de pesquisa, voltaremos a isso depois se houver espaço. Então, e por isso que eu falava que minha primeira inserção na UFPEL foi, entre aspas, etnográfica, de observação, de entender as relações de força institucionais; minha primeira reação na UFPel foi de grande espanto (não de assombro, mas de espanto). Eu trabalhei seis meses no LEPAARQ e não consegui entender como um laboratório de arqueologia estava naquelas condições, com todo respeito aos colegas, se eles lerem isso, me desculpem, mas por que o núcleo de história era (e ainda é) maior que o laboratório de arqueologia? Não estou menosprezando, menoscabando, não quero vilipendiar o trabalho desenvolvido pelo núcleo de História, ligado, naquela época, ao departamento de história e antropologia (eles se dividiram entre museologia e conservação, antropologia/arqueologia, e história, a partir de 2010 mais ou menos, se não me falha a memória). Por que este núcleo era maior, por que ele tinha mais espaço? Claro, há toda uma trajetória institucional dos professores e pesquisadores. O REUNI trouxe muitos professores de fora, e de uma hora para outra se teve que aprender a compartilhar o mesmo espaço, para que vocês tenham (vocês! Só estamos nós aqui!), para que a gente tenha uma ideia, os professores do ICH não têm salas para trabalhar. É uma precariedade geral, em termos estruturais, mas dentre outras coisas eu saí do LEPAARQ, fiquei seis meses, saí por isso, isso não é possível, a gente vive numa situação, que é a de hoje – com todo respeito a um colega que eu prezo muito, que desenvolve um grande trabalho, eu tenho orgulho de ser colega do Rafael Milheira e, agora, mais recentemente, de ser colega do Rafael Corteletti: eu não entendo como é que a gente vai construir mezanino sobre mezanino, como é o caso do LEPAARQ, e se acomodar a essa situação, para voltar a essa questão de que o mundo não admite amadorismo, o mundo acadêmico, quero dizer.

Aluísio: na verdade, se tornou uma cultura universitária de gestão, a do improviso, que independe dos coordenadores dos laboratórios de arqueologia; tem a ver com instâncias maiores na universidade, da racionalização dos espaços que se observou na UFPEL nos anos 2000, uma expansão enorme das vagas, cujas estruturas não a acompanharam. A gente chegou num ponto que tem a ver com a formação da universidade. Ela, como a maior parte das universidades federais, nasceu no contexto da ditadura militar, embora já existissem algumas faculdades que acabaram sendo incorporadas a ela. Esse contexto de ditadura levou, intencionalmente ou não, acredito eu que sim, de forma intencional, a uma fragmentação da universidade. Tu tens uma universidade espalhada pela cidade inteira e isso leva consequentemente a mais gasto com portaria, segurança, limpeza, internet, só para falar de alguns dos problemas que nós temos.

Lucio: Registremos aqui: nós não temos internet no laboratório, eu coordenei o Lâmina durante quatro anos, estamos aqui há dois, e nós nunca tivemos internet no laboratório. Para que se veja um pouco de nosso quadro.

Aluísio: Nesse contexto, se for especificar vai longe, é que a gente acaba tendo as estruturas muito longes do ideal, se vai perpetuando essa cultura do improviso, que reflete naquilo ali que você estava falando sobre a convivência cotidiana entre colegas.

Grasiela: Nem os espaços físicos possibilitam uma convivência mais adequada?

Lucio: Me parece que isso é um experimento médico dos campos de concentração, é um exemplo irônico, talvez drástico. O filme do Ingmar Bergman, *O Ovo da Serpente*, trata disso, quer dizer, há uma vasta literatura que trata disso. Como tudo é genealógico num processo histórico, há uma gestação do que vieram a ser os experimentos dos campos de concentração. Por exemplo: o confinamento de pessoas em espaços reduzidos – Pavlov trabalhou nessa linha também. O que acontece nesses experimentos? As pessoas vão se sentir claustrofóbicas? Não sei, mas há uma tendência, se você concentra as pessoas num espaço reduzido, de que haverão desgastes e os conflitos emergirão e me parece que...

Grasiela: Acho que até arqueologicamente a gente poderia estudar isso, dos espaços físicos.

Lucio: Sim, há uma série de estudos de arqueologia histórica, arqueologia das instituições, das prisões, dos fortes... mas nem todas as sociedades são assim, nem todos os coletivos são assim, ou replicam o que chamamos de modernidade...

Aluísio: nem todos os lugares são Pelotas...

Lúcio:... ainda bem que o mundo é diverso...

Aluísio: Eu falo assim porque eu sou Pelotense, só para deixar claro...

Grasiela: Só para não ter uma crítica... Não é nem eu, nem o Lucio que falamos isso.

Lucio: Pois então, houve essa surpresa com o LEPAARQ, inicial, claro, houve outros conflitos também, não cabe historicizá-los, esse passado não me interessa mais, está superado.

Grasiela: Aí você ficou aproximadamente seis meses no LEPAARQ?

Lucio: Sim, no fim de 2008, começo de 2009, e eu conversei com o Fábio Vergara na época, disse, olha Fábio, com esta situação, eu prefiro montar outro laboratório. Quero deixar claro que eu me dou muito bem com Fábio Vergara, tenho admiração pela obra dele, seu papel institucional dentro da universidade, e temos, porque trabalhamos no programa de pós-graduação em memória social e patrimônio cultural, temos posições institucionais que se afinam muito. Mas houve, sim, conflitos. Saí, mas avisei que preferiria construir um outro laboratório. Naquele momento, é bom que se frise, eu ministrava entre quatro a cinco disciplinas por semestre, para fazer o curso funcionar, porque só tínhamos eu e Fábio como arqueólogos; depois, a partir do segundo semestre de 2009, se não me falha a memória, entrou o professor Cláudio Carle, o terceiro arqueólogo; em 2010, entraram os professores Rafael Milheira e a professora Loredana Ribeiro, daí desafogou um pouco mais. Em 2008, eu cheguei na universidade junto com o professor Pedro Sanches, outro arqueólogo, mas que foi transferido pelo curso, esqueci o nome do curso, mas enfim, de São Raimundo Nonato, que desculpem os colegas de lá, esqueci o nome do curso, mas o curso de arqueologia...

Grasiela: E preservação do patrimônio...

Lucio: É, arqueologia e preservação do patrimônio, exatamente isso, e Pedro Sanches também estava aqui na universidade. Ele veio transferido para a museologia. Deve ter falado disso na entrevista que deu a você, ministrou uma disciplina ou outra na antropologia, mas o compromisso maior dele era na museologia. Não me lembro se o professor Jaime Mujica, que é biólogo, teve uma inserção inicial no curso de arqueologia e se não me engano ele ingressou na UFPel em 2011, no curso de conservação e restauro. De todo modo, entre 2010 e 2012, a gente tinha outro grupo de arqueólogos. Fundamos o LÂMINA, e a professora Loredana Ribeiro também participou, inicialmente, da constituição desse laboratório. A perspectiva do laboratório era multidisciplinar: conjugar arqueologia, conservação, restauração e museologia – o professor Diego Ribeiro, quase me esqueço dele novamente, doutorou-se pelo MAE em arqueologia, sob orientação da colega Cristina Bruno; ele também integrou o núcleo inicial de

formação do LÂMINA. Mas, tanto ele quanto a Loredana Ribeiro não atuaram muito no laboratório. Em suma, constituímos o LÂMINA. Foi todo um trabalho burocrático que você pode acompanhar na documentação, te enviei tudo; mas, ao final, minha inserção no LÂMINA não vingou, devido a várias diferenças, digamos, conceituais, sobre arqueologia, universidade, pós-graduação e pesquisa.

Grasiela: Quatro anos aproximadamente você ficou no Lâmina?

Lucio: Durante quatro anos no Lâmina, na coordenação geral. Uma das realizações se deu em 2013: depois de uma batalha muito longa que eu tive com a gestão da universidade, conseguimos um técnico de nível superior, formado em arqueologia, e foi aí que se deu a entrada, afortunada para mim ao menos, do Aluísio, e que saiu do Lâmina junto comigo. Porque, com todo respeito aos colegas, se havia um projeto que podia articular a chamada multidisciplinaridade, talvez eles se ofendam com isso, era o Pampa Negro. No mais, a maior parte da carga burocrática do laboratório ficava sob minha responsabilidade. Havia realmente conservação *in situ*, escavações, com a participação de muitos estudantes da área de conservação e museologia, eu mesmo co-orientei alguns, com bolsas de IC que eu consegui. Mas houve sérias divergências, não vou entrar em detalhes, até em termos de conservação arqueológica mesmo, e isso se reflete no ofício do IPHAN, pois a Ana Paula, que hoje ocupa o cargo de conservação no CNA, formou-se aqui conosco: uma certa pretensão, equivocadíssima, de subsumir a pesquisa arqueológica aos procedimentos da conservação, sem se ter realizado, para tanto, pesquisa de base.

Aluísio: Eu encaro assim, outro viés da relação institucional, que é um grande desafio na verdade, tu desenvolveres um projeto com essa essência multidisciplinar, pela própria natureza e especificidades das diferentes áreas. E para pensar numa perspectiva mais antropológica mesmo das relações, é essencial que a gente entenda e pratique alteridade de forma a entender um pouco como é essa área vizinha; a gente está se inter-relacionando, e às vezes eu acho que falta um pouco assim disso entre as áreas, porque a conservação, às vezes, tem uma visão do “objeto-fim”, se é que posso usar essa expressão.

Lucio: O objeto já institucionalizado, depois de todo modo de produção arqueológica.

Aluísio: Ele acaba sendo diferente, especificamente, na fronteira museologia, conservação e arqueologia, há diferentes olhares, e hoje em dia isso está cada vez mais evidente, principalmente as questões ligadas às reservas, a preservação dos sítios e a extroversão e, em certa medida, são discussões que acabam vindo, e são discussões salutares e devem ser feitas. Só que é necessário que algumas áreas também entendam um pouco como é que o arqueólogo

pensa, qual o tipo de prática que ele tem, porque que é que ele coleta da forma que ele coleta. E aí pensando um pouco qual seria o objetivo do que a gente faz, que é pensar nas pessoas por trás desses objetos e a gente sempre acaba falando um pouco disso e algumas pessoas não concordam e até se ofendem, mas o objeto pelo objeto, ou tu preservares aquele objeto, para mim não quer dizer nada, a mesma coisa um prédio, se ninguém se identifica, por mim se for abaixo, por exemplo, sinceramente...

Grasiela: É, aí tem uma discussão a respeito da preservação do patrimônio mais ampla...

Lucio: É, são definições do que é patrimônio arqueológico e cultural como um todo...

Aluísio: Aí a gente pode ir para outras dimensões dessa discussão, até que ponto, quando tu lidas na fronteira, sei lá, das ciências humanas, ciências exatas, por exemplo, e aí a discussão de ciências exatas, da pesquisa básica, pesquisa aplicada – qual é o nível, a pergunta que sempre se faz nessas áreas, qual o nível de evidência de determinado tipo de abordagem? Por exemplo, vou preservar o material arqueológico com tal ou qual procedimento químico, mas até que ponto aquilo ali realmente faz diferença? E fazer diferença significa também que a gente deve fazer outra pergunta: até que ponto, o quanto faz diferença, porque dependendo do contexto em que a gente vive, a gente não tem nem internet, algumas coisas são simplesmente inviáveis, e acho que é nesse sentido que o Lucio estava colocando sobre uma área ser subsidiária à outra, até que ponto nós fazermos determinado tipo de procedimento, do início ao fim, não inviabiliza totalmente a prática que está justamente permitindo o diálogo entre as áreas?

Lucio: Corroborando o que o Aluísio está dizendo, eu vou ler o ofício que a gente recebeu do IPHAN, da visita do IPHAN, resultado da visita, de 06 fevereiro de 2017. Furneci cópia para você. Tópico dois do ofício: “considerando que LEICMA poderá salvaguardar temporariamente acervos arqueológicos, recomenda que sejam observadas as seguintes orientações: instalar películas anti UV ou cortinas do tipo blackout nas janelas, a fim de reduzir a iluminação que incide sobre o acervo” – eu só vou ler dois tópicos –; “instalar sistema de climatização e sistema de segurança conforme item 3 do anexo 1 da portaria do IPHAN número 196 de 2016”. Que estudo prévio se fez em Pelotas para se saber se essa película anti UV será realmente benéfica ao acervo? Não será mais deletéria? Quem estudou com profundidade as questões de umidade em Pelotas e definiu as condições adequadas de temperatura para os tipos de acervos que temos? Essas mesmas questões se aplicam à conservação in situ ou em laboratório.

Aluísio: Por exemplo, se tu colocares um desumidificador em Brasília, não vai fazer o mesmo efeito que aqui. Então tu generalizares..., algumas coisas soam assim, tal pessoa tem o

argumento de autoridade, e de que vale o argumento de autoridade nesses casos? Não vale absolutamente nada, cientificamente falando, o que vale são argumentos técnicos...

Lucio: É, argumentos técnicos e também mais teóricos, conceituais. Com todo respeito ao trabalho alheio, sempre observei que, por exemplo, fazer eletrólise em metais não conserva nada, porque isso está na literatura: o metal continua a corroer por dentro. Ele tem efeito estético, para uma exposição, não é um trabalho de metalografia em que a gente pode determinar o formato original do objeto, a composição química do objeto, que nos fornecerá dados cronológicos inclusive, do modo de produção daquele artefato, sobretudo num contexto de sistema escravista onde tínhamos grupos metalúrgicos, não só aqui, como em todo Brasil; há questões cosmológicas envolvidas com o metal, agora mesmo, recentemente, o Symanski, Luis Claudio Symansky, nosso colega da UFMG, publicou sobre o que ele chamou de *iron cosmology*, a presença, no registro arqueológico, de vários metais. Coincidentemente, embora isso não tenha sido analisado detidamente ainda, mas falo em termos de hipótese, nós encontramos ocorrência de metal, que me parece ter sido depositado intencionalmente debaixo de estruturas construtivas do galpão, galpão/senzala no nosso caso. Então, uma série de questões que a conservação deveria responder, e ela não pode se restringir a ela mesma. Um outro aspecto é que atualmente nós temos colaboração com um conservador, com um químico, professor recente aqui no departamento de museologia e conservação e restauro, o professor Tiago, e que vai trabalhar com metalografia conosco. Por isso mantivemos o nome do laboratório como interdisciplinar. Há uma associação entre nós e o professor Carlos Landa, da Universidade de Buenos Aires, que também é um arqueólogo histórico, é um dos editores da revista argentina e latino-americana de arqueologia histórica, ele é colaborador do projeto, na segunda campanha da São João ele esteve aqui e ficou 15 dias, não é Aluísio? Ele e a professora Virgínia Pineau, também arqueóloga histórica, e o Landa trabalha com metalografia na UBA. Ele nos ajudará nos procedimentos de conservação. Ou seja, esse viés interdisciplinar não foi soterrado com a nossa saída do Lâmina...

Aluísio: Até porque arqueologia não se faz hoje sem ser interdisciplinar...

Lucio: Exato, e no que se refere à museologia, o professor Diego Ribeiro continua colaborando conosco, e para voltar para à questão de arqueologia pública, toda escavação na São João também é pensada em termos de extroversão, de conservação das estruturas, reveladas pela escavação arqueológica. Há um projeto do proprietário de construir um museu com os resultados da escavação. Houve, no que se refere ao Lâmina, é claro, divergências, a gente falou das técnicas, e do conceito de patrimônio, do que é a pós-graduação, de como funciona a universidade, e de como deveria funcionar. Um exemplo, com todo respeito aos outros colegas

do LÂMINA, eles eram contra o Lattes, tem uma crítica incisiva sobre a CAPES, sobre a política de pós-graduação, sobre o que eles chamam de produtivismo, mas isso eu já respondi a isso hoje, ao falar do Darwin, da mundialização da ciência, em suma, aí a gente teria que fazer uma revolução internacional, sem nenhuma ironia agora, para mudar todo esse quadro, me parece que é assim que funciona. Se não fosse o Lattes eu não teria esses computadores, eu não os teria, a universidade não me forneceria o que tenho aqui em termos de eletrônica e equipamentos para trabalho de campo.

Grasiela: São as regras do jogo.

Lucio: Exatamente, então houve essas divergências e da minha parte, agora muito pessoal mesmo, houve um tremendo cansaço de administrar um lugar por quatro anos. Em 2015 eu chamei uma visita técnica do IPHAN, no sentido de pressionar a universidade mesmo, porque, claro, as pessoas que vão escutar ou ler depois a entrevista, acho que é preciso situá-las geograficamente, o LÂMINA está num prédio dentro dessa lógica de compras, se bem que esse foi doado, prédio muito bonito, qual é o nome da avenida, Aluísio?

Aluísio: Santa Tecla com Floriano.

Lucio: Então, na Floriano, tem um prédio chamado Instituto de Belas Artes e ali funcionou a museologia um tempo, a conservação e restauro, o programa de pós-graduação em memória social e patrimônio, e havia um anexo, um prédio dos anos 1980, que, depois, com todo respeito aos colegas, foi muita negociação política da minha parte, com a direção do Instituto, e mesmo com o programa memória social e patrimônio cultural, para poder instalar o LÂMINA ali. Mas o prédio da frente, o Instituto de Belas Artes, que está ligado/junto ao LÂMINA, está condenado, é um prédio condenado, ele pode ruir a qualquer momento. Então, veio essa visita do IPHAN, à época, do arqueólogo Tobias Vilhena, e ele fez uma série de recomendações, enviou-as diretamente ao gabinete do reitor, naquele momento o professor Mauro Del Pino. Isso nunca foi resolvido. O reitor instalou uma comissão que eu deveria presidir, e o fato é que nem internet chegou, você viu, a gente tem um dossiê de memorandos e ofícios relativos ao LÂMINA. Então, fui me cansando: “olha, não vou ficar aqui administrando esse prédio”, que também estava coalhado de cupins – eu não sei como está hoje, porque não entrei mais lá, se tem internet, não sei em que situação está, mas foi como deixamos o prédio. Senti mesmo um grande cansaço institucional. Disse: “olha, eu não vou ficar coordenando isso aqui, sendo responsável, portanto, por esse prédio e pelas pessoas que o frequentam”. Porque costumamos nos esquecer disso: cargo administrativo implica, inclusive, responsabilidade pela integridade física das pessoas que frequentam um prédio. E daí viemos para cá. Surgiu essa sala, num prédio

chamado Canguru, que está mais ou menos a três quadras do LÂMINA, e onde hoje funciona o programa de pós-graduação em memória social e patrimônio cultural, aliás, um parêntese, o programa é reconhecido no Brasil e fora do Brasil: a professora Letícia Mazzucchi trás muitos estrangeiros, e eu também; há vários laboratórios de conservação aqui e sobrou esse espaço para nós instalarmos o LEICMA. A princípio, vieram conosco o professor Claudio Carle e o professor Jorge Eremites de Oliveira, ambos do departamento de antropologia e arqueologia e bem conhecidos no Brasil. Eles ingressaram conosco no LEICMA e para não avançar muitos nas tragédias ufepelinas, esse é um prédio onde funcionava uma fábrica de caixas de papelão, daí o nome Canguru, e o antigo dono, entre aspas, entrou em falência, aquelas falências que nós já conhecemos no Brasil, ou seja, ele não depositava INSS, acumulou grande dívida trabalhista, e o contrato, porque é um prédio alugado, era irregular, feito pela universidade, e agora todos terão que sair daqui, para voltarmos aos problemas de gestão da UFPel. Tudo isso é deprimente: terão de sair daqui duas graduações, uma pós-graduação e todos os seus laboratórios. O prazo de saída é abril.

Grasiela: Mês que vem.

Lucio: Mês que vem. Hoje, você vai visitar conosco as novas instalações, temos uma reunião com o pró-reitor de planejamento. Novamente, é um prédio alugado que pertence à Universidade Católica de Pelotas e houve loteamento prévio do prédio, via compadrio. Há anos nós estamos dizendo que esses edifícios do IPHAN demorariam, mas chegariam, e hoje a gente tem uma situação em que não podemos dar endosso, quer dizer, o LEICMA não está apto, o LÂMINA eu presumo que também não.

Grasiela: Pela listagem do IPHAN não aparece, então não sei se ele não está cadastrado, não sei se ele não está apto.

Lucio: Eu presumo que não, porque realmente não aparece na lista do IPHAN, assim como o LEICMA. O edifício diz claramente, o que para mim não é nenhum problema, que nós não podemos manter reserva técnica aqui. O LEPAARQ está apto para coleções pequenas, de modo que nós temos hoje uma situação de quase inviabilidade da pesquisa arqueológica na UFPel. O problema é que, sei que isso vai parecer vaidoso, aqui na UFPel não temos o melhor curso de arqueologia do Brasil, mas é, sim, um curso reconhecido. Claro que que as pessoas nunca falam mal do curso na nossa frente: de todo modo, eu e outros colegas sempre escutamos elogios. A gente escuta boas referências de que aqui temos um bom grupo de arqueologia. Por mais que haja problemas, e realmente eles existem, essa formação antropológica propiciada aos

estudantes de arqueologia tem feito diferença em termos de epistemologia da arqueologia mesmo, e da própria antropologia. Os alunos saem com dupla habilitação, não vou fazer autoelogio, mas a gente tem um bom grupo de pesquisadores aqui. O Rafael Milheira também é bolsista de produtividade CNPQ e a obteve numa situação muito menos favorável do que a minha, a dele é recente, não tem três anos, ou seja, foi num momento de corte significativo das bolsas. Ele tem um projeto que é internacionalizado, pelo menos, o que não é pouco, no que se refere aos vizinhos, Uruguai e Argentina; temos a professora Loredana Ribeiro, que desenvolve pesquisa inclusive em Minas Gerais, que também é conhecida pelo seu papel junto à sociedade de arqueologia brasileira; o professor Jorge Eremites também é bolsista de produtividade, e vice-coordenador de área de antropologia da CAPES. Esqueci de alguém? Claudio Carle já falei, ah, o Corteletti, que entrou recentemente na UFPel, conhecido pelo projeto Jê Landscapes, em parceria com a Universidade de Exeter. Ele já chegou aqui internacionalizado, portanto; já com essa relação com pesquisadores, com colegas ingleses, e também tem publicado recentemente em revistas avaliada por pares, bem ranqueadas. Mas, veja, voltando ao IPHAN, nós, eu me incluo nisso, tenho publicação sobre isso, fomos muito críticos, às vezes, talvez de maneira deselegante; claro, estou falando por mim agora, com relação ao IPHAN e às políticas de endosso, enfim, sobre tudo isso que nós vivemos, estamos discutindo aqui, relação entre áreas, museologia, as condições de reserva técnica, mas essa última normativa do IPHAN, claro...

Grasiela: A 196...

Lucio: Tentou regularizar isso, mas pensou exclusivamente, a meu ver, na arqueologia de contrato. O IPHAN foi obrigado a isso, pois houve um intenso movimento crítico à arqueologia de contrato. Eu não frequento mais a SAB por razões pessoais, falta de tempo talvez, ou por inclinação: sou uma pessoa um pouco mais reservada, gosto de dedicar meu tempo a outras coisas, mas eu costumo ir aos congressos da SAB, e houve movimentos estudantis, de estudantes de arqueologia, criticando a condução da arqueologia de contrato no Brasil, a situação das reservas, etc. Então o IPHAN foi levado a isso, aliás, não haveria arqueologia comunitária, colaborativa, como queira chamá-la, descolonial, como a agora a estão conceituando, ou arqueologia indisciplinada, a la Alejandro Haber – tudo isso é muito bonito, arqueologia indisciplinada, mas sem movimentos sociais, não haveria pós-colonialismo; sem os movimentos sociais, que levou à mudança dos cânones dos cursos de humanidade como um todo nas universidades do mundo, sem movimentos civis, indígenas, negros, etc., não haveria arqueologia pós-colonial. Então o IPHAN, que me desculpe os colegas do CNA, foi levado a

isso; na minha leitura, e haverão outras mais informadas – e, claro, eu acabei de dizer, eu fiz parte desse movimento em termos de publicação, ou seja, de levantar questões para o debate. Agora, no meu modo de ver essa última normativa, ela é voltada ao contrato. Eles esqueceram, e isso foi irresponsável, eu entendo que a burocracia obedeça a padrões de redação e a regulamentos – então eu duvido que os outros ofícios, os outros colegas, não tenham recebido as mesmas palavras, sabe, o mesmo cabeçalho, tal tal tal, e mudou uma coisinha e outra no miolo do texto, adequando-as, entre aspas, para as necessidades dos respectivos laboratórios. Mas isso, eu acho que o Aluísio nem vai concordar comigo, está voltado sobretudo para o contrato, para instituições que dão endosso, que potencialmente podem gerir essas reservas e recebem dinheiro para isso. Não é meu caso, não é o nosso caso, perdão Aluísio. Qual o valor máximo de um edital, do CNPQ, o edital universal? Ou das agências em geral? Eu nunca vi, para a arqueologia, nada que extrapole cinquenta mil reais. Com cinquenta mil, quando a gente ganhou, esse foi o valor do último edital pesquisador gaúcho, só a estação total foi 33 mil... então, claro, tem pessoas que leem os textos de fenomenologia do Tilley (e ele estava sendo irônico) e concluem que farão arqueologia com trena e bússola – isso foi uma ironia do Tilley, é uma ironia, porque ele estava discutindo isso tudo que a gente estava falando a pouco sobre diálogo intercultural do ponto de vista fenomenológico, como um objeto, uma paisagem, é percebida de acordo com a experiência das pessoas, eu até me perdi, fiquei nervoso com esse assunto...

Aluísio: Só um parêntese relativo à questão do IPHAN. Isso passa também por uma perspectiva institucional, está dentro do contexto que a gente estava falando, dessa fragmentação da UFPel. Embora a gente tenha, em parte agora discordando do Lúcio, ele falou das exigências do IPHAN, eu acho que tem que ter mesmo, o IPHAN deve, como eu estava falando relativo à conservação, embasar melhor suas normativas, não simplesmente apelando ao argumento de autoridade, mas ao argumento técnico-científico. Se vamos falar de umidade, se vamos falar de produto químico aplicado, ou especificações de materiais associados, vamos embasar isso, vamos dialogar um pouco sobre isso, embora a gente saiba que tem estudos, principalmente fora do país, na França e Inglaterra, por exemplo, há ampla bibliografia; agora, para o nosso contexto, essa discussão simplesmente é incipiente ...

Grasiela: Ou é recente no mínimo...

Aluísio: É bem recente, e muito do que se vê é em cima desse argumento de autoridade, façamos de tal jeito, é preciso fazer de tal jeito, mas aí quando cai na questão, quando cai por exemplo, na questão da umidade ou sei lá...

Grasiela: Temperatura, a luminosidade...

Aluísio: Tem que ter, está dialogando com a área das exatas, querendo ou não, e aí bom, tu caís nessas áreas, e parte do métier dessas áreas é trabalhar com o nível de evidência da informação, é diferente da gente de falar de antropologia.

Lucio: É, exatamente o que eu estava dizendo sobre as exigências técnicas para se publicar.

Aluísio: Querendo ou não é preciso rever a forma que a gente acaba gerindo reserva técnica, tudo isso, mas a gente precisa ter um outro nível de discussão, é a minha visão pelo menos. Não adianta a discussão ocorrer, simplesmente, lá no IPHAN, por três, quatro, cinco, seis técnicos, e vir baseado num argumento de autoridade, que é o que o ofício fez no final.

Lucio: O resultado disso é, por isso que eu fiz esse elogio longo aos colegas, espero que eles também tenham me elogiado também em suas entrevistas, estou brincando... exatamente por isso porque quem estava atrás do ato burocrático, eu entendo e acabei de dizer que saí do LÂMINA, em parte, por cansaço administrativo – eu entendo que há um rito burocrático que leva à redação desses documentos, ele é um ato com um outro qualquer. A gente sabe das dificuldades do IPHAN, da falta de arqueólogos desses órgãos, em suma.

Aluísio: Mas é louvável a tentativa...

Lucio: Sim, é louvável a tentativa, embora o CNA tenha sido impulsionado a fazê-lo.

Grasiela: E vamos pensar pelo lado positivo de chegar um ofício, num contexto que a gente está vendo o LEICMA, neste estado, com cupim, morcego, enfim, tu teres um documento de uma instituição que tem o poder de, como estávamos falando, tu consegues também dentro da UFPel, dentro da instituição que tu estás, uma relação de força para pedir alguma coisa.

Aluísio: Essa parte eu concordo, concordo completamente.

Grasiela: Achei que essa disseminação de ofícios, que chegou para todo mundo quase no mesmo momento, digo não só para UFPEL, para os três laboratórios daqui, mas também para o MAE, para os outros lugares todos... chegaram esses ofícios mais ou menos concomitantes. Acho que daí virão as respostas locais, acredito. Talvez ele tenha esse fenômeno de impulsionar isso e acho que nosso papel é responder.

Lucio: José Saramago morreu falando isso: é preciso ser pessimista, se não for pessimista as coisas não mudam. Eu continuo pessimista pelo seguinte: porque tenho uma experiência pregressa, eu mesmo chamei a visita do IPHAN e não resolveu nada, e espero que dessa vez

essa gestão nova da UFPel seja mais sensível à arqueologia. Até aqui não me parece sê-lo, daí os e-mails que eu te mandei, aqueles que enviei ao pró-reitor de planejamento.

Grasiela: Eu quero encerrar com outro assunto que a gente já falou, tinha até outras perguntas, mas vocês foram respondendo, não vou repetir se não a gente volta aos mesmos assuntos. Os projetos desenvolvidos no LEICMA que vocês já abordaram, é o Pampa Negro, grande parte com a Charqueada São João atualmente, acredito que seja isso. Eu gostaria que vocês falassem sobre a importância do LEICMA para o desenvolvimento da arqueologia na UFPel. Acho que a gente permeou isso, mas se vocês quiserem pontuar, se tu conseguires perceber a importância do LEICMA, pode até relacionar com os outros, com o LEPAARQ, com o LÂMINA, para o desenvolvimento da arqueologia institucional. Acho que até num cenário mais amplo da internacionalização, dos outros pesquisadores tu já comentaste, então, como é localmente para a instituição.

Lucio: Seria muito pretensioso dizer que um laboratório favoreceu a arqueologia localmente, e em parte a sua pergunta já contempla a resposta. Acho que é uma força coletiva, inclusive dos antropólogos. Não estou dizendo – remeto mais uma vez ao texto que publiquei agora, o primeiro que escrevi em Pelotas – que em nosso departamento vivamos no céu, com anjos multiculturais tocando arpas. Mas há um esforço de institucionalização da disciplina que é coletivo. Um esforço de ver antropologia e arqueologia atuando conjuntamente; às vezes esse esforço se esvanece um pouco, pelas diferentes formações e interesses das pessoas, mas eu digo que de 2008 em diante sempre houve, pelo menos, a tentativa de diálogo, eu não gosto nem de dizer entre as áreas, mas, eu suma, um diálogo mais estreito entre os colegas do curso.

Aluísio: Eu tenho uma opinião particular sobre isso. Acho o grande diferencial dessa formação vai ser o resultado dos alunos, quando...

Grasiela: A próxima geração de formados...

Aluísio: A próxima geração de formados, acho que essa vai ser diferente.

Lucio: Estou de acordo, vai ser diferente.

Aluísio: Embora os diálogos, aí extrapola a antropologia e a arqueologia; há também a conservação, a museologia, todas essas áreas...

Lucio: Que são contempladas no curso...

Aluísio: Que tem seus problemas pelas diferentes visões, que a gente acabou falando aqui um pouco. Mas será um grande diferencial os alunos se formarem nesse contexto.

Grasiela: Uhum, vão ser diferentes da gente.

Aluísio: Exato, e aí vão ter um pouco de cada ou vão ter um contato mais próximo, inclusive dos problemas.

Lucio: Em geral, dos problemas, os alunos não têm essa dimensão burocrática, que a gente discutiu mais aqui. Dos problemas para colocar um curso em funcionamento. Mas, foi isso mesmo que o Aluísio disse, esse processo já vem dando resultados. Então, o LEICMA tem vários alunos que trabalham conosco, tem gente do cinema e audiovisual, fazendo desenho arqueológico, mas tem, também, os estudantes de mestrado, já falei da Elis hoje, além daqueles de doutorado. Todos eles estão associados ao projeto. Mas, em suma, a gente faz um esforço coletivo, espero que, quer dizer, os outros que devem falar sobre isso, mas é um curso que tem visibilidade, até onde eu possa perceber...

Grasiela: Se são os outros que falam, a minha percepção, então, dos professores que tu já citaste, tu, os “Rafaeis” agora, a Loredana, o Eremites, e todas essas pessoas, eu como estudante de história e arqueologia, sempre li, sempre foram bibliografias da minha formação. Então aí tu já vê, vamos supor assim, o panorama de inserção, pelo menos nacional ou regional daqui, do que eu lia nacionalmente de arqueologia, claro, li outros, mas esses também.

Lucio: Tem outro dado importante. As bolsas de produtividade do ICH estão concentradas na arqueologia e na antropologia, com exceção do Fábio Vergara (exceção, nesse caso, em parte, porque ele está lotado no departamento de história, mas sua bolsa é da área de arqueologia) e da professora Letícia Mazzucchi, cuja bolsa é da museologia. Assim, hoje, temos bolsas de produtividade, em todo o ICH: eu, o Rafael Milheira, o Jorge Eremites e a Renata Menache. Se você me perguntar se o próprio ICH leva isso em consideração, e mais do que o Instituto, a gestão, eu responderei que não. Vou te dar um dado muito concreto, embasando-me numa portaria do CNPQ: as bolsas de iniciação científica são distribuídas nas universidades públicas em função do número de pesquisadores que essa mesma universidade possui, isto é, pesquisadores com bolsa de produtividade. Então, segundo o CNPq, as bolsas de IC devem ser concedidas preferencialmente aos bolsistas de produtividade. Aqui na UFPEL se entende completamente diferente. Durante vários anos, eu posso te mandar esses documentos também, eu tive que entrar com recurso porque simplesmente as bolsas de IC do CNPq não me foram concedidas. Então, esse é um exemplo de como a universidade enxerga a arqueologia. Claro, a universidade é mais ampla do que a arqueologia! Se a gente conversar com o pessoal da biologia, eles também terão diversos projetos do teor daquele que nós discutimos aqui hoje, aquele que eu estou chamando provisoriamente de parque arqueológico. Mas não podemos ignorar os debates internacionais sobre o quão a arqueologia pode promover socialmente. Ela pode promover debates importantes sobre identidade, para mencionar apenas um exemplo. O

que é identidade? Ação instruída: pode levar as pessoas a se reconfigurarem como pessoas, suas posições políticas, seu lugar no mundo etc.; afora isso, claro, alguns vão achar que essa comparação é exagerada, mas seria algo para o Brasil – alguém vai ao aeroporto de *Callao*, em Lima, e o aeroporto é quase uma metonímia arqueológica; é um aeroporto, tudo bem que há toda uma crítica da arqueologia, sobre a qual eu também já escrevi, sobre as relações entre arqueologia e mercado, mas o que seria do Peru sem turismo arqueológico? Naquele aeroporto tem gente do mundo inteiro, e a todo momento você está sendo submetido a imagens arqueológicas, dos sítios arqueológicos, etc. – então, isso não é factível para o Brasil? A gente está delirando, por acaso eu sou o Dom Quixote, estou matando moinhos como se fossem dragões? Não estou. Mas a universidade, aqui, está dando de ombros para a arqueologia.

Aluísio: Especificamente sobre o laboratório, eu vejo da seguinte forma: em parte tu tens dois, três, quatro laboratórios, isso reflete em parte a especificidade de alguns trabalhos ou de alguns projetos; reflete também perspectivas ideológicas e administrativas etc., como o Lucio falou diversas vezes. Essas diferenças de perspectivas são salutares. Acho que é o exercício do pensamento plural: ele só tem a contribuir para a área, para as áreas que estão lado a lado e para a formação das pessoas.

Grasiela: Acho que eu, eu analisando vocês, num exercício assim, e pensando até no que o Bruno Latour escreveu, acho que esses problemas, que a gente apontou aqui como problemas, divergências, como os conflitos, nada mais é que o amadurecimento da construção científica: quanto mais complexo, mais plural, mais projetos de pesquisa, mais complexo vai ficando e seria romântico imaginar que todo mundo vai viver junto num mesmo espaço....

Lucio: Claro que não, até tem a ver com a pergunta anterior, desculpe-me, te cortei. Tem a ver com a sua pergunta anterior, o que a gente vem propondo na instituição, pelo menos desde 2012, e eu tive a oportunidade na gestão anterior de integrar na pró-reitoria de extensão e pesquisa o núcleo de patrimônio cultural...

Grasiela: Esse núcleo ainda funciona?

Lucio: Não funciona mais. Eu era chefe da seção de arqueologia, outra colega da museologia, outra da arquitetura e a professora Francisca Michelon, hoje pró-reitora de extensão e cultura dessa gestão, era chefe geral, coordenadora do núcleo. Na ocasião, eu trouxe a Cristina Bruno, Pedro Funari, trouxe o Eduardo Hahn, então superintendente do IPHAN, da 12ª aqui em Porto Alegre, e quem mais? Enfim, eu trouxe um monte de gente para discutir o núcleo, o regulamento ficou pronto, a gente teve todo esse trabalho; eu o tenho aqui em arquivo digital, não sei se eu

já te mandei, eu posso mandá-lo. O projeto visava a construir a casa dos museus, porque há vários museus espalhados pela UFPel, pela universidade, e ele previa a construção de laboratórios, à época o Rafael Milheira foi consultado, o LÂMINA também, quer dizer, eu ainda estava no LÂMINA, quase saindo de lá, e cada um de nós enviou uma planta baixa sobre o que seria o laboratório ideal. O projeto encabeçado pelo professor Pedro Sanches, o MUARAN, Museu de Antropologia e Arqueologia, estaria nesse espaço também, e aí a vaca fria, digamos, o tema central, a construção de uma reserva técnica unificada na UFPel, arqueológica ou não, e então, essa continua sendo a nossa ideia. À época, eu consegui negociar com o Eduardo Hahn, ele concordou plenamente, se tiverem o projeto arquitetônico, e isso está pronto, não sei o que essa gestão fará com isso, mas com a presença da professora Francisca Michelin, como pró-reitora de extensão e cultura, presumo que isso irá adiante, ou haverá uma vontade política para levá-lo adiante. O Eduardo Hahn nos garantiu que tendo o projeto arquitetônico ele poderia direcionar os termos de ajuste de conduta (TAC) para cá, para construírem isso. Essa tem sido a tentativa de diálogo com a atual gestão, que tem quase dois meses. Nós teremos uma audiência com o reitor, eu e Aluísio, no dia 22 próximo. Argumentarei nesse sentido, objetivando captar recursos que não sejam da UFPel, para construção de laboratórios de arqueologia, com reserva técnica centralizada. Há outras fontes também que a gente pode buscar, a própria fundação Ford. No caso do nosso projeto Pampa Negro, como envolve questões, chamemos assim, étnicas, e também o do Rafael Milheira, em história indígena, há subsídios da fundação Ford. Há, também, subsídios da *American Anthropological Association*. Há alternativas, mas que envolvem tudo isso que nós discutimos, da presença de alguém, ou de um grupo, com capacidade técnica e disposição para encabeçar isso. Nós particularmente estamos dispostos a fazê-lo. A opinião do Aluísio é essa também, a gente tem que conversar sobre isso. Eu não quero ter reserva técnica no meu próprio laboratório, depois que o material é escavado, analisado, desenhado, fotografado, para que manter reserva técnica?

Aluísio: O exemplo é o MAE, tem uma reserva técnica, o Goeldi. Aqui eu acho que poderia se pensar em pequenos locais transitórios.

Grasiela: É, de quando se está analisando, utilizando para alguma atividade, ter um pequeno espaço resolveria.

Lucio: É, houve outro aspecto...

Aluísio: Que é mais um dos aspectos da forma de racionalização dos espaços típica da nossa universidade, que não tem sentido a gente pensar em três reservas técnicas, com equipe técnica associada a esses locais, etc.

Lucio: Bem, mudando de linha, temos a tentativa de musealização da São João... aliás, são os funcionários da propriedade e proprietário mesmo que reconhecem que, depois do nosso trabalho, as visitas ao local, no mínimo, duplicaram. Sobre tudo quando a gente está em campo.

Grasiela: Sim, há várias notícias nos jornais locais.

Lucio: Mas, em suma, ao lado desse parque histórico e arqueológico, esse é o outro projeto, espero que a médio prazo ele se concretize, porque não é algo difícil, os TACs não são difíceis de serem revertidos: se há um projeto arquitetônico, é muito factível concretizar isso. Agora, mais uma vez a gente vai tocar no terreno das diferenças humanas, enfim, e de ambições pessoais, e mais uma vez eu não estou criticando ninguém em particular. Eu não sei se todos os colegas estão de acordo com isso, de unificar a reserva, de ter uma política de endosso que possa partilhar os recursos entre três laboratórios, e é uma maneira de, não sei se racionalizar, mas de organizar de uma maneira mais eficaz a produção do conhecimento arqueológico na universidade, porque eu sou obrigado a insistir nisso, não fazendo auto-elogio, mas elogio aos colegas, temos uma boa equipe aqui, com muita disposição de trabalhar. Os resultados que existem, isso que eu falava da idealização do texto publicado, as pessoas não sabem o quão o texto do Rafael Milheira, depois que sai, ou a revista do LEPAARQ, tudo isso que ele escreve, brotou de uma situação infraestrutural precária. De todos os percursos que ele teve que percorrer para chegar a esse resultado; ele também escava, como eu e o Aluísio, com carro próprio, devido à burocracia da universidade; os laboratórios não tem carro e todo esse, vamos chamar de sonho, um pouco mais romântico talvez, de sonho, esse sonho de uma organização mais eficaz da produção do conhecimento, tem a ver com essa ênfase que o Aluísio deu à formação dos estudantes. Algo que me deixou feliz, não esqueço desse texto hoje – talvez porque estou sendo entrevistado, o que necessariamente tem um caráter mais pessoal –, esse que saiu na revista do LEPAARQ, onde descrevi minha trajetória: algo que me deixou muito feliz ao chegar na UFPel foi constatar, aliás, a Cristina Bruno corroborou esse argumento em algumas ocasiões em que eu estive no MAE ou que ela esteve aqui – aqui na UFPel há um contexto institucional muito único, que reúne museologia, conservação, história, antropologia, arqueologia... Não há paralelos no Brasil.

Grasiela: E mais as duas pós-graduações....

Lucio: Exato, memória, então...

Grasiela: A de arqueologia mesmo, as duas estão com doutorado?

Lucio: As duas com doutorado, a de antropologia é mais recente, o daqui foi aprovado em 2012..., perdão, a gente está no prédio do programa de memória e patrimônio..., aliás, eu coordenei três anos esse programa; a comissão de doutorado da antropologia foi organizada em 2015: integramos a comissão eu, Rafael Milheira, o Jorge Eremites, a Loredana Ribeiro, e o professor Rogério Rosa. E nosso doutorado foi aprovado em 2015, e o mestrado em 2012.

Grasiela: Já tem a primeira turma...

Lucio: Eu citei a Elis agora, aluna venezuelana, que entrou nessa primeira turma, e foi feita, agora, uma segunda seleção. Então isso tudo favoreceria a formação, e é isso que alguns colegas têm dificuldade de entender, não só da arqueologia eu diria, das outras áreas também, não estou dizendo que a arqueologia é subsidiária da museologia e da conservação, mas, sim, possibilitaria pessoas vocacionadas para essas áreas.

Grasiela: Não é uma pergunta que está aqui, mas fiz para o Rafael Milheira, ontem. Então, assim, surgem coisas novas, e eu o questionei se a existência dos cursos de museologia, de conservação, das duas pós-graduações que dialogam com a área, se ele enxergava isso... e aproveito e pergunto para vocês também, se vocês veem isso como uma melhoria de qualidade dos trabalhos em arqueologia, por conta da existência das duas pós-graduações, dos cursos de conservação e museologia, se isso melhora qualitativamente a pesquisa arqueológica?

Lucio: Essa é uma pergunta difícil, pela simples razão de que não conheço todos os trabalhos, e não tenho essa pretensão de conhecê-los *in totum*. O que posso falar é de minha experiência mais imediata. Bem, a Ana Paula, que está no cargo de conservação no CNA, ela foi formada aqui e, mais particularmente, no LÂMINA. A dissertação de mestrado dela, feita no programa de pós da antropologia, advém de outras experiências dela na museologia, na conservação, é claro, mas, salvo engano, tinha como objeto o Pampa Negro, pelo menos indiretamente. Ela se valeu dos protocolos de conservação aplicados em campo e laboratório; eu estava na banca de qualificação dela, não me lembro se estava na de defesa também, e os protocolos de conservação, se não me engano, figuraram num capítulo. Mara Vasconcelos, que agora está empregada, está como funcionária do MAE da Federal da Bahia, como conservadora, teve como objeto também o projeto e o laboratório, em suma, há várias outras pessoas cujos nomes não me lembrarei agora, que foram favorecidas por essa institucionalização dos cursos aqui, no instituto. O que que eu posso acrescentar? Ao longo da nossa conversa aqui hoje, ficou claro que esse horizonte de musealização, de conservação, nós não o abdicamos, de maneira alguma.

Eu sei pelo Rafael que ele também nunca o abdicou, ao contrário. A chegada dele, na coordenação do LEPAARQ, e isso não é crítica à coordenação anterior, favoreceu muito a aproximação entre as áreas, e eu sei que ele trabalha com colegas da conservação que às vezes dão cursos no laboratório, conservam materiais, etc. Ele tem uma boa relação também com o professor Diego Ribeiro, então há uma tentativa, sim, de diálogo entre essas áreas, que não é favorecido por questões que já reportamos aqui hoje, devido à gestão da UFPel, em suma.

Grasiela: Ela tem o potencial para inserir mais do que a gente consegue visualizar.

Lucio: Exatamente, esse é o ponto. A gestão, o modo como a universidade é administrada, só cria conflitos. Então, dou-lhe liberdade para citar o e-mail que te mandei. Olha, não porque eu seja, espero que não, intempestivo, e tenha predileção pelo conflito. Pelo menos eu me enxergo de maneira diferente. Eu estou te dando liberdade para citar o e-mail que eu enviei para o pró-reitor de planejamento, o reitor etc., porque, penso eu, ele será importante para sua tese – penso que você deverá optar por esse dado, porque esse compadrio na distribuição de cargos redundava justamente nisso – quero dizer, nosso atual problema é, em parte, com o grupo da conservação e restauro. Eles lotearam o espaço que foi da Católica muito antes de quaisquer deliberações públicas. A universidade não previu essas questões técnicas presentes no ofício do IPHAN, embora há anos venhamos alertando sobre elas. Essas questões não atingem apenas os laboratórios de arqueologia. Quando se exige controles de PPCI, isso atinge todo Instituto, toda universidade, inclusive os laboratórios de conservação; o prédio para o qual vamos também não tem PPCI.

Aluísio: E se nós estamos num prédio de conservação e museologia etc. e fecha o nosso espaço em função de não ter PPCI, consequentemente os outros também vão ser fechados, porque estão no mesmo prédio.

Lucio: Então as pessoas não visualizaram isso, e foram pegando os espaços maiores. O que nos concederam, que você vai visitar hoje, só o conseguimos depois de muito desgaste, não queria falar conflito, mas foi, sim, conflito. Vamos suavizar: depois de muita insistência minha, de reuniões, com pró-reitor de planejamento, até chegar à situação desse e-mail que te enviei. Aquele esse e-mail foi a gota d'água, porque realmente o critério não foi democrático, não houve uma discussão técnica, a distribuição foi política, via compadrio.

Aluísio: Parte da discussão que a gente está fazendo, ela permeia a política nacional hoje. O que a gente está discutindo aqui? Que laboratórios de arqueologia a gente quer? Que tipo de arqueologia a gente quer? Que universidade pública a gente quer?

Grasiela: Sim, e permeia uma questão prática de corpo de bombeiro, que também é nacional.

Aluísio: São questões que não são problemas única e exclusivamente da arqueologia, é um problema do Brasil.

Lucio: Eu fico imaginando que ofício chegou – com todo o respeito aos colegas, é um dos lugares brasileiros de referência diria mundial – ao Museu Nacional. Que tipo de ofício chegou? Porque na última visita que fiz ao prédio centenário do MN, ele estava para cair. Eles têm uma reserva também centenária. Vão fechar o Museu Nacional? Como fecharam o Museu Paulista? Se é que ainda está fechado.

Aluísio: O bom é que tudo isso acaba fazendo com que a gente discuta até que ponto a gente fica nessa cultura do imprevisto. A gente sempre está resolvendo de forma paliativa, a gente sabe a distância entre o ideal e o possível, mas se a gente seguir nessa lógica, a gente vai passar 40, 50, 100 anos, 200 anos, da mesma forma. Existem laboratórios, sei lá, com vinte anos de existência e tu vê, em termos de infraestrutura, que os problemas se perpetuam, e continuam ocorrendo e acontecendo, então, esse tipo de situação. O ofício institucional, do IPHAN, faz com que a gente pense que tipo de universidade a gente quer, porque, afinal de contas, a gente vai ficar quanto tempo aqui? Eu, mais uns 30, com a Reforma da Previdência, mais 30 anos, 40 anos, não sei, e vamos continuar da mesma forma, 30, 40 anos?

Lucio: Exatamente, Aluísio tocou num ponto crucial. Depois de quase 9 anos aqui na UFPel, a conclusão que eu cheguei é a seguinte: estou buscando uma palavra mais polida, mais eu não tolero mais viver sob essas condições estruturais. A arqueologia é muito ampla, é muito polêmico o que eu vou dizer, talvez vanguardista, penso eu, e pelo menos na arqueologia histórica há elementos que permitem fazer arqueologia com documentos – já publiquei sobre isso fora do Brasil, inclusive. Se eu tiver que me reinventar, me reinventarei, não há problema. Já tenho uma certa idade, mas não estou decrépito ainda! Posso me reinventar, a gente se reinventa e vai fazer outra coisa. Conduzir a pesquisa sob essas condições não farei mais; então, é isso que eu falava de como essas situações de gestão no Brasil e, particularmente na UFPel, ocasionam conflitos entre os colegas ou são estopins para possíveis conflitos. Diante desse ofício eu tive que pedir para o colega Claudio Carle, de quem eu sou amigo, e ao professor Jorge, de quem também sou amigo, para que retirassem as suas coleções daqui porque eu não poderia me responsabilizar por elas e pelos projetos deles. Porque o espaço que nos darão, como eu falava, a gente podia abrigar os três projetos, até poderia. Não é que eles não tenham sido avisados disso, eu enviei a eles os e-mails que eu enviei a você, enviei-lhes também o ofício do IPHAN. Olha, nossa situação é essa, ou muda ou não muda, e para o espaço que ofereceram infelizmente três projetos não cabem, somente o Pampa Negro, e olhe lá. E aí, claro, eu me

ponho no lugar deles, eles são avisados do problema por e-mail, embora eu tenha falado com eles pessoalmente também; como colega, eu pensei várias vezes, eu gostaria de receber um aviso desse? Não. Talvez eu compreendesse, mas no fundo ficaria uma nódoa de mágoa, pois a gente está falando de afetos: “pô, o cara pediu para eu sair!”. Infelizmente, tive que pedir. É muito luterano o que vou dizer: o Aluísio nem concorda comigo, como meu amigo sempre me aconselha a proceder de outra maneira, mas eu gosto muito do trabalho e tenho uma vida voltada para o meu trabalho, de modo que é preciso, mas eu não sou tão cartesiano assim, separar algumas esferas da vida. Olha, uma coisa é nossa relação pessoal, outra é a institucionalização do trabalho, porque voltando ao que o Aluísio disse, até quando nós permaneceremos nessa situação? Você está vendo aqui, você tirou as fotos, o professor Claudio Carle já retirou suas coleções.

Aluísio: Tudo é feito via burocracia ...

Lucio: E por afetos também... pela paixão pelo trabalho, pela relação entre as pessoas, pela amizade...

Grasiela: Do gostar do projeto de pesquisa que desenvolve, da pesquisa que faz...

Lucio: Exatamente, o professor Claudio Carle retirou o material dele ontem, o professor Jorge ainda não, mas terá que retirá-lo até abril, e eu sinto muito. Não é uma vontade de ficarmos só nós, eu e o Aluísio, ou de só ter esse projeto aqui, só ter o Pampa Negro. Não é isso, você não me conhece muito bem, talvez venha a conhecer melhor. Eu não tenho nenhum problema em partilhar espaços, desde que haja discussões prévias, que as discussões sejam pautadas em critérios técnicos. Eu não tenho nenhum problema que um colega tenha um laboratório de 500m², 1000m², nenhum problema. Agora, o que não pode ser feito é isso que eu venho assistindo há oito anos, quase nove, e o Aluísio desde 2013. Atuações de uma cultura, até discordo um pouco do Aluísio, que não é a cultura do improviso, não é, porque ainda que a gente admita o termo improviso, na verdade ela é pautada por uma cultura política que favorece alguns grupos e desfavorece outros. Aí olhando a universidade...

Grasiela: Não só a arqueologia...

Lucio: A universidade como um todo, você vai para a agronomia, você não verá laboratórios assim. O Aluísio chegou a estudar graduação em biologia aqui recentemente, há um microscópio para cada aluno em salas de aula, então há laboratórios bem aquinhoados. Claro, eu compreendo que alguns cursos tem uma trajetória mais antiga na UFPel, mas, finalmente, o que a gente tem a dizer sobre isso, a questão no Brasil como um todo, e aqui em particular,

absolutamente não é falta de recurso, não se pode dizer isso. Todos sabemos a importância que a interiorização das universidades tem para as economias regionais, como a gente poderia pensar Ouro Preto sem o UFOP, Mariana sem o UFOP, Diamantina sem a universidade, dentre outras, e Pelotas sem a UFPel? Então, a gente está falando de uma universidade cujos recursos são maiores do que os da prefeitura...

Aluísio: É, o contexto 2016, 2017, talvez tenha mudado...

Lucio: É por isso que, me desculpem os colegas, eu sou a favor do Lattes, sabe, é preciso perguntar para onde vai o dinheiro, então, agora, falar em mérito virou algo pejorativo, as pessoas até inventaram uma palavra depreciativa: meritocracia. Usam o termo sem o menor senso histórico, pois esqueceram que o conceito de mérito foi uma maneira de fazer uma crítica mordaz, Otavio Ianni a fez por exemplo: o conceito de mérito serviu para criticar a ditadura militar, as políticas de compadrio, de distribuição de cargos por mera conveniência política. A maioria de nós está aqui por mérito. Aluísio, por exemplo, está aqui por mérito, porque fez o mestrado, porque estava capacitado a fazer um concurso e ocupar o cargo. Com isso eu não estou desconsiderando a dívida republicana com a política de ação afirmativa, não é isso.

Aluísio: Nada impede que nesses casos a distribuição de recursos se dê sob esses parâmetros.

Lucio: Exato, mas não se pode apagar o mérito. Mas é isso que vem acontecendo.

Aluísio: Particularmente eu acho que é uma forma de se...

Lucio: Sendo arrogante agora, não é possível que dos seis bolsistas do instituto, cinco venham da área e...

Grasiela: E não tenha recursos para a área.

Lucio: E a gente vê que vai para outras, que há laboratórios que nas últimas gestões ganharam carro, caminhonete. Diante disso, eu sinto pelos colegas, mas para encerrar um pouco, eu já até cansei, mas em alguns momentos talvez eu tenha sido duro com os colegas; se o fui, peço desculpas. Lamento pelos conflitos que ocorreram e eles, obviamente, não são obrigados a concordar comigo. Mas, em boa medida, da maneira que a gente experimenta as relações aqui, esses conflitos surgiram devido a questões burocráticas de administração, inclusive essas últimas. Eu e o Aluísio, que trabalhamos juntos todos os dias, concluímos que é o momento de dizer não, até por uma questão política mesmo, para aproveitar essa mudança de administração. O novo reitor esteve aqui, durante a campanha, e ficou duas horas e meia com a gente. Durante a campanha ele ia ao Instituto e nos citava como exemplo de uma pesquisa brilhante sem infraestrutura, então, agora, ele vai ter que lembrar disso. Espero que ele não seja daqueles políticos que negam a memória e primam pelo olvido. Então, esse é o momento de dizer não; se a gente tiver que se reinventar, vamos fazer levantamento; posso apertar meu orçamento e

eu mesmo compro um drone, vamos fazer imagens aéreas da paisagem, e, modestamente, não nos faltará criatividade para nos reinventarmos.

Grasiela: Acho que até é o perfil dos trabalhos que tu vens orientando e estão sendo resultado do Pampa Negro. Eles mostram essa criatividade, porque as dissertações que já foram publicadas, que já foram defendidas, ainda não tinham grande material arqueológico para análise e saíram resultados ótimos de outros tipos, outras arqueologias sendo feitas, e daí quando eu analisei a história da arqueologia pelotense, não toda, mas principalmente a da arqueologia histórica, eu vejo uma pluralidade dos últimos anos para cá, que é resultado do Pampa Negro, mas também de todos os outros professores que ingressaram na UFPel.

Lucio: A Professora Loredana que ingressou posteriormente, em 2010, tem analisado material da praça de Pedro Osório...

Grasiela: Isso, tem o trabalho que o Claudio Carle... enfim, multiplicaram-se os trabalhos de arqueologia histórica num sentido muito criativo, que inclusive surpreendeu a mim, que sempre estudei arqueologia histórica.

Aluísio: Isso é a consequência positiva do resultado da crise...

Grasiela: Resultado positivo da crise, mas brincando, é esse critério de criatividade que tu citaste agora...

Lucio: Eu sou professor colaborador em Salamanca, num programa de antropologia ibero-americana, e aí eu estive lá e eles estão reclamando de crise, agora não vou comentar, se não fica deselegante dizer, mas eles não sabem o que é crise...

Grasiela: Mas cada um sente a sua crise. Talvez para eles esteja faltando, talvez para eles de fato esteja faltando, para cada um dói no seu calo. Bom, não sei se vocês querem falar mais alguma coisa...

Lucio: Acho que a gente já está com o horário apertado para a reunião com o pró-reitor...

Grasiela: A reunião com o reitor, com o pró-reitor... Então, tá, gente, muito obrigada pela entrevista, encerro aqui.

APÊNDICE N – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Lúcio Menezes Ferreira, com a participação de Aluísio Gomes Alves

Termo de autorização de entrevista

Pelotas, 08 de março de 2017.

Eu, Lúcio Menezes Ferreira, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 08/03/2017 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada “Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico”, para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência da mesma.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'L' followed by a wavy line and a vertical stroke, positioned above a horizontal line.

APÊNDICE O – Transcrição da entrevista com Prof. Pedro Luís Machado Sanches

Dados da entrevista**Entrevistadora:** Grasiela Tebaldi Toledo**Entrevistado:** Pedro Luís Machado Sanches**Local:** Pelotas**Data:** 09/03/2017**Duração:** 1h24'07**Transcrição:** Nátaí Di Domenico

Grasiela Tebaldi Toledo: Qual a tua formação na graduação e pós-graduação? Pergunto para estabelecer e entender tua trajetória.

Pedro Luís Machado Sanches: Bom, primeiro eu gostaria de deixar registrado o nosso agradecimento pela atenção que você tem dado à comunidade arqueológica da UFPel e, por assim dizer, este é um dos poucos momentos que posso falar em nome dessa comunidade como um todo. Mesmo sendo muito difícil falar por todos, gostaria de agradecer a atenção que você, a sua orientadora, o seu projeto de pesquisa de doutoramento, estão dando para o desenvolvimento da arqueologia na UFPel, sobretudo para a implementação dos laboratórios e para a relação entre as áreas de museologia, conservação e arqueologia. Acho que o que está acontecendo aqui é *sui generis*, não se compara com nada dentro ou fora do Brasil. Talvez exatamente por isso é tão interessante.

Pois bem, estávamos na primeira pergunta, ‘qual a sua formação na graduação e na pós-graduação’, uma pergunta muito simples e eu não devo fazer rodeio, vou tentar ser objetivo. Pois bem, eu saí de Cuiabá para estudar Filosofia em São Paulo, mas não era esse o meu plano original, e isso talvez importe na trajetória. Em 1994 não havia curso de filosofia em Cuiabá, no Mato Grosso, o lugar mais distante do mar na América do Sul. Então, eu quis viver perto do mar, estudando filosofia de uma maneira idílica, em contato com as ondas do mar, refletindo bastante na beira do mar. Pois bem, meu pai acabou me convencendo a prestar o vestibular na UNICAMP e na USP. Passei nas duas e optei por ir para a USP. Meus planos eram viver em São Paulo, mas pegar um ônibus todo fim de semana para ir para o litoral de São Paulo, o que eu acabei não fazendo tantas vezes quanto gostaria.

Mas, por que uma pessoa decide estudar filosofia aos 16, 17 anos de idade? Eu queria estudar filosofia porque achava que tinha um grande defeito: eu lia pouco e sabia que não

chegaria a lugar nenhum lendo pouco como eu lia naquela época. Procurei um curso em que fosse obrigado a ler bastante, e a ler coisas importantes, coisas cuja leitura fizesse a diferença. Também tem um pouco daquela vacilação que todo adolescente experimenta, de não saber exatamente qual é a área à qual quer dedicar o resto de sua vida. Aos 18 anos de idade é muito fácil ter dúvidas, então eu não sabia, não sabia o que queria e pensei: ‘bom, faço filosofia porque filosofia serve para qualquer outra coisa’. A ideia era mais ou menos essa.

No curso de filosofia, tive imensas dificuldades. Quase abandonei porque tudo era muito impalpável, tudo muito imaterial. Descobri que era uma pessoa muito apegada ao visual, à materialidade, e só não abandonei a filosofia porque havia a matéria de Estética, que estudava obras de arte. Foi nas aulas de estética do professor León Kossovitch, estudando a arte da Mesopotâmia, da Assíria, de Palmira, - essa que agora tem sido destruída pelo Estado Islâmico -, que eu comecei a tomar contato com textos de arqueologia, sempre textos de arqueologia do Oriente Médio, ou do Mediterrâneo Antigo, relacionados aos assuntos pautados pelo professor León naquela época. Precisava definir um tema de pesquisa para iniciação científica e sugeri ao León o surgimento da primeira arte grega dita clássica, ou proto-clássica. Ele me disse que se eu quisesse estudar isso, precisaria procurar uma arqueóloga, uma das poucas pessoas que conhece bem esses assuntos no Brasil. E me indicou a professora Haiganuch Sarian.

Ao contrário da maioria das pessoas que estuda arqueologia, eu não sonhava em ser arqueólogo quando era criança, e também não quis ser arqueólogo ao longo da graduação. Nunca pensei na possibilidade, mas tive uma indicação. Por meio da professora Haiganuch Sarian, vim a conhecer o universo da arqueologia. A Haiga é uma arqueóloga clássica, mas abre as portas da arqueologia como um todo para a gente. Ela nos incentiva a fazer trabalhos de campo em arqueologia brasileira e, por isso, fui escavar com o casal Vialou no Mato Grosso. Ela nos faz frequentar disciplinas e cursos práticos de laboratório, nos coloca em contato com especialistas de fora do Brasil e, nesse caldeirão de informações regado com muita bibliografia, cheguei a cogitar estudar a cerâmica da Amazônia. Comecei a frequentar as aulas do professor Eduardo Neves e, depois, do Walter Neves. Vivi por algum tempo um dilema: ir para a Amazônia ou ir para a Grécia. Por influência da professora Haiga, ou por gosto mesmo, por afinidade, acabei escolhendo a Grécia. Para quem vem da filosofia, os gregos são aqueles que a gente conhece melhor, com os quais tem familiaridade. Os guarani, o tronco Jê, as culturas Santarém e Marajoara são completos estranhos, enigmáticos, difíceis de acessar, sobre os quais não há muita bibliografia, não há muita informação. Estudá-los era como tatear no escuro. Então, optei pela tranquilidade da bibliografia interminável, pelo conforto de um programa de pesquisas que me pareceu muito mais seguro naquele momento, o estudo de uma cultura da

qual eu poderia conhecer as ideias, os costumes, a religião, teria acesso a uma grande quantidade de referenciais culturais. Naquele momento, isso pesou muito na opção que fiz pela Grécia e não pela Amazônia. Essa escolha determinou meu mestrado sobre a relação entre a pintura mural e a pintura cerâmica na Grécia proto-clássica e, durante o mestrado, comecei a perceber que havia um problema metodológico importante no desenvolvimento da arqueologia clássica. Era um problema grande, mas pouco abordado. As pessoas pareciam querer passar ao lado da questão, ignorá-la, quando muito resolvê-la com uma ou duas frases, e descartá-la como um falso problema. O método de identificação de pintores de cerâmica desenvolvidos, sobretudo, por um grande pesquisador inglês chamado John Beazley. O método é uma caixa preta, quase ninguém o acessa, ninguém sabe exatamente como Beazley fez as atribuições. Ele quase sempre publicou apenas os resultados, não deixou um tratado metodológico, e teve muito poucos alunos. Apesar disso, as pessoas usam os resultados de Beazley, confiam nas listas de pintores de vasos como se estivessem confiando num livro de verdades reveladas! Isso me parecia muito pouco compatível com o espírito científico e, então, dediquei o doutorado a estudar esse método.

Excetuando alguns cursos rápidos, minha formação se completou em abril de 2010, defendendo um doutorado sobre o método de peritagem de Beazley aplicado a um só pintor. A pesquisa procurou entender como o nome atribuído a um pintor anônimo antigo surge enquanto categoria classificatória no século XX. Foi uma experiência muito bacana, muito interessante, que me abriu as portas de outras áreas de conhecimento. Acho que esse tema de doutorado me permite ter a inserção profissional que tenho hoje, porque na UFPel sou professor de três cursos de graduação: Museologia, Conservação-Restauração e Antropologia-Arqueologia. O que possibilita essa flexibilidade toda é o fato de eu ter direcionado minha pesquisa não para um projeto ensimesmado, para algum tema estritamente arqueológico, mas sim por eu ter estudado algo que envolve a tradição imagética, acervos imagéticos, a produção de imagens, o valor atribuído aos objetos portadores de imagem. Tudo isso acaba tendo reverberações patrimoniais, reverbera nas decisões do conservador-restaurador, nas decisões técnicas tomadas num projeto interventivo. Isso me permite hoje transitar com alguma tranquilidade.

Grasiela: Certo, e quando tu ingressas na UFPel?

Pedro: Exatamente em agosto de 2008.

Grasiela: E desde quando é a tua atuação no LÂMINA?

Pedro: Desde o princípio, ou seja, desde 2011. Dá para dizer que estou no LÂMINA desde antes dele existir, porque o LÂMINA nasceu, de fato, em reuniões de reestruturação do LEPAARQ. Havia um projeto, entre aspas porque isso nunca foi formalizado, mas havia um projeto de readequação do laboratório que existia às novas condições. O LEPAARQ foi laboratório de uma pessoa só, de um pesquisador só, durante quase 10 anos. Em 2008 e 2009 ingressaram muitos arqueólogos na universidade. Se não me engano, naquela época éramos sete, hoje já somos nove ou dez. E se você salta de um para dez arqueólogos, você precisa reestruturar o laboratório. O LEPAARQ não tinha regimento, precisava criar condições mínimas para que as pessoas pudessem ter ali seu espaço de trabalho, suas rotinas de trabalho e, principalmente, precisava resolver algumas pendências na relação que o laboratório tinha, e talvez ainda tenha, com empresas de contrato, com a iniciativa privada. Havia pendências também em relação à coordenação, porque se entram sete ou oito pessoas, é natural que se institua algum tipo de processo democrático, que o coordenador seja eleito pela maioria, e que ele tenha um mandato. Não dava para todos continuarmos trabalhando no projeto de extensão de uma só pessoa, por melhores que sejam as intenções dessa pessoa. Ninguém pode ser monarca num laboratório de colegas, era preciso instituir a democracia. O processo de reestruturação foi difícil, polêmico, complicado, e numa das reuniões fomos informados de que o LEPAARQ, o grupo que pertencia ao LEPAARQ antes da nossa entrada na universidade, não pretendia mais mudar nada no Laboratório, que ele deveria continuar sendo o que sempre foi. Nessa reunião, portanto, o projeto de reestruturação do LEPAARQ acabou. Nós, os novos, ficamos sem laboratório, ficamos sem a possibilidade de continuar trabalhando lá. Eu ainda tentei criar uma possibilidade de continuar, mas isso não foi possível, não era possível porque as condições mínimas de trabalho não eram oferecidas. O LÂMINA nasceu de uma necessidade óbvia dos professores ingressantes. Era preciso um lugar para dar aulas práticas, para abrigar os projetos, os acervos que envolvessem os projetos, e que pudesse então ser um lugar de encontro entre diferentes áreas. O LÂMINA já nasce com essa finalidade. Quando a gente olha para o regimento do LÂMINA, que você conhece, a gente vê a preocupação em articular. Eu e o professor Diego estávamos vinculados ao curso de museologia, o professor Jaime começa a trabalhar com conservação arqueológica em 2010, ou 2011, na escavação do Totó, depois na escavação da Charqueada Santa Bárbara. Naquela época, ele estava ligado ao curso de conservação-restauração. A gente sabia que teríamos dentro do laboratório alunos de museologia, alunos de conservação e alunos de arqueologia, além de alunos de antropologia, da formação específica em antropologia. Então, esse laboratório precisava ser receptivo, por isso já nasce com a ideia de ser multidisciplinar e interdepartamental. Acho que estas palavras

aparecem ali no primeiro documento, no regimento do laboratório. Então, eu posso dizer que estou no laboratório desde a origem, desde a ideia original de como esse laboratório seria. Ele tem algumas características que eu ajudei a pensar, e tenho muito orgulho disso. Uma delas é ser interdepartamental, multidisciplinar, a outra é ser horizontal politicamente falando, é um laboratório que não tem uma coordenação, tem três, e os três coordenadores têm o mesmo peso de decisão. A coordenação tripartite permite uma maior sensação de pertencimento, porque este não pode ser o laboratório do professor fulano, nem do professor cicrano, não se identifica com um coordenador. Esse é o laboratório com vários coordenadores, cada vez que a gente vai lá pode conversar com um coordenador diferente! Um laboratório frequentado por alunos e professores de diferentes cursos tem essa filosofia. Essa base inclusiva e horizontal está também nas razões pelas quais eu permaneci no LÂMINA quando ele passa por uma cisão em maio de 2015. Diante do desejo do professor Lúcio de sair, e da saída desse professor e de alguns outros colegas, inclusive do único técnico lotado no laboratório, eu sempre entendi que nada mudava a responsabilidade que eu tinha com o projeto original. A responsabilidade era manter viva a ideia original de fazer do LÂMINA um laboratório participativo, horizontal, multidisciplinar e multidepartamental.

Grasiela: Certo, e atualmente tu estás ainda na coordenação, tu e o Jaime, como é que está a coordenação no momento?

Pedro: Não, nós ainda não formalizamos isso porque a plenária deveria ter acontecido há algum tempo, mas a gente teve problemas de agenda. Ficou para essa semana. Na plenária do laboratório vai ser formalizada a minha saída da coordenação administrativa, porque a coordenação administrativa trata de problemas burocráticos, problemas de infraestrutura, de equipamentos, e manutenção de equipamentos. Isso dá muito trabalho, e eu acabo de assumir um cargo junto à pró-reitoria de planejamento. Faremos uma recomposição, eu sigo vinculado ao laboratório mas eu não devo ser mais coordenador do laboratório. Eu tenho um projeto em andamento no laboratório, ele se chama Acervos Imagéticos Circunstanciados. Isso eu devo seguir coordenando.

Grasiela: E o Jaime continua também...?

Pedro: Sim, ele segue trabalhando, tem um grande projeto.

Grasiela: Eu estive lá ontem, não conversei com ele, ele não estava, mas visitei os espaços e acho que a parte da conservação é a que mais, pelo menos espacialmente, tem se desenvolvido. É isso?

Pedro: Sim, espacialmente e temporalmente, porque o Jaime está dentro do laboratório todo os dias e, agora, com meus horários limitados pela atuação na gestão universitária, posso ir ao laboratório em apenas uma manhã por semana. É certo que os colaboradores, os alunos e egressos envolvidos seguem trabalhando ao longo da semana, mas isso não se compara ao trabalho que o Jaime está fazendo, inclusive em volume. Ele ocupa muito espaço, muito tempo, - quase a semana toda-, e também movimenta o maior volume de material, porque está tratando um coleção de cerca de 900 peças metálicas vindas das Missões por um convênio com o IPHAN, algo da mais alta importância. Meu trabalho é muito discreto, trabalho com um número muito pequeno de peças, uma coleção cujo potencial para pesquisa e para extroversão é muito limitado.

Grasiela: Certo, então depois que tiver essa reunião, que vocês se reestruturarem, eu vou te perguntar como que ficou, quem é que ficou na coordenação, enfim, mas aí no desenrolar do ano te pergunto.

Queria que tu falasse um pouco da importância, acho que até tu já falou, contando a história do LÂMINA. Pensar a importância do LÂMINA no desenvolvimento da arqueologia na UFPel, e num contexto mais amplo na arqueologia como um todo.

Pedro: O que estamos falando aqui é apenas o meu ponto de vista. Mas, do meu ponto de vista, o LÂMINA é algo que precisa existir. Ele precisa existir mesmo que as pessoas não concordem com os seus procedimentos, mesmo que nem todos gostem do encaminhamento dado no LÂMINA para determinada questão. Ainda assim, ele precisa existir. Por conta do meu novo cargo tenho lido muita coisa sobre gestão universitária e penso que talvez o LÂMINA seja um exemplo do que Darcy Ribeiro chamava nos anos 70 de utopia concreta. Ele dizia inclusive que a universidade era carente disso, embora admitisse que a universidade se faz sobretudo de utopias concretas. Utopias concretas são a capacidade que a universidade tem de dar realidade, de dar existência material, física, temporal, para coisas que são da ordem do sonho, do desejo, daquilo que a gente quer para a sociedade, para a humanidade, enfim, o que a gente quer para o futuro. Então, o LÂMINA sempre foi e continua sendo a possibilidade da arqueologia ser um lugar de encontro e não um lugar de conflito, da arqueologia ser um lugar de pertencimento e não um lugar de estranhamento entre as pessoas. O LÂMINA tem esse fundo utópico, existencial talvez, e é provavelmente o melhor desenho que vou conhecer de uma arqueologia

que não se faz jamais sem diálogo com as outras áreas. Se a gente olhar para o laboratório de evolução humana da USP, vai ver que lá a arqueologia dialoga o tempo todo com as biociências e com a antropologia física, num laboratório com vocação de campo, onde se faz o trabalho de campo duro, vamos ver as geociências, a topografia, talvez a geografia física em diálogo cotidiano com a arqueologia. No LÂMINA, a arqueologia está em diálogo cotidiano com a museologia e com a conservação-restauração. Essa opção do LÂMINA me parece ser da mais alta felicidade. Por quê? Porque ela traz junto a responsabilidade social e também a responsabilidade pela gestão dos acervos. São duas responsabilidades diferentes. Uma responsabilidade que temos com as pessoas vivas, elas têm que ter acesso à produção de conhecimento em arqueologia, têm que participar da produção de conhecimento em arqueologia, têm que influir na produção de conhecimento em arqueologia. Isso a museologia faz de uma maneira visceral, a museologia vive da relação com o público, com um público alargado. Mas há também o compromisso que a arqueologia tem e sempre terá com as pessoas do futuro, com os que virão e vão querer saber das nossas ações, dos suportes materiais, daquilo que foi feito em termos de pesquisa, das relações sociais que foram construídas a partir da arqueologia. Ao incluir a conservação, a gente também garante que acervos e informação sejam perpetuados. Então, por mais conservador e reduzido que isso seja, e sem precisar entrar nas várias correntes interpretativas, podemos dizer que a arqueologia tem compromisso com o passado, a conservação nos permite ter compromisso com o futuro, e a museologia permite o compromisso com o presente. As coisas se ligam de uma maneira fantástica! A gente passa a fazer arqueologia de uma maneira muito mais relevante e muito mais responsável. Os colegas da conservação idem, os colegas da museologia também. Esta é uma dessas relações em que beneficiam a todos os envolvidos. Eu posso estar enganado, pois nunca entrei no laboratório criado pelo professor Lúcio e não entro no LEPAARQ há muitos anos, mas acho que os outros laboratórios não estão muito atentos para a necessidade, para a possibilidade, e também para a oportunidade de fazer isso numa universidade e num instituto que têm cursos de conservação, museologia, arqueologia e antropologia. Tudo se junta, também por isso eu acho que o LÂMINA precisa existir. A contribuição que ele dá talvez seja a de mostrar que é possível juntar as áreas, ainda que seja uma utopia, ainda que seja a concretização de uma utopia, ela pode existir e ela pode dar certo.

Grasiela: Os cursos de arqueologia, museologia e conservação na UFPEL facilitam essa relação entre essas áreas? E as pós-graduações em Memória e Patrimônio, em Antropologia e

Arqueologia, também estão dentro dessa ideia, e estão sendo utilizadas para o fazer arqueológico mais interdisciplinar?

Pedro: Sim, os cursos e os programas de pós facilitam a interação entre as três áreas que acontece dentro do LÂMINA. Sim, objetivamente, sim. Se não houvesse os cursos, se as pós-graduações não existissem, todas as que você menciona, talvez a gente... Você mencionou o PPG de História também?

Grasiela: Não, não mencionei.

Pedro: Pois é, talvez a gente possa incluir o de História também. Essas pós-graduações, inclusive a de História, têm linhas de pesquisa e áreas de concentração que possibilitam pesquisa interdisciplinar. Isso permite, por exemplo, que arqueólogos de formação façam o seu mestrado, ou seu doutorado, em memória e patrimônio, e a gente tem ex-alunos de história, de conservação-restauração, ou de museologia, fazendo seus mestrados e seus doutorados em história ou em antropologia. Esse trânsito entre as áreas é mais pontual entre os professores, é mais frequente entre os alunos. Isso está permitindo à UFPel formar um egresso de graduação e de pós muito mais consciente de sua responsabilidade social, muito mais consciente da necessidade de preservar, e muito mais consciente da importância de documentar a pesquisa para além dos limites ou das necessidades de uma só disciplina. Isso é muito bacana que aconteça. Tem o outro lado disso, e já que você me perguntou, digo que falta aos colegiados de curso de graduação e pós-graduação a consciência de que a relação entre as áreas é algo fundamental. Acho que a relação entre essas áreas é algo positivo e não negativo. Mas, o ponto de vista que ainda é dominante, embora possa ser considerado retrógrado ou conservador, é a ideia de que ‘a participação dos meus alunos num projeto de uma outra área pode significar a perda desses alunos’. Há um ciúme do aluno que transita entre as áreas, e há uma aversão a lugares, como o LÂMINA, que promovem demasiado encontro entre as áreas, como se fosse uma zona de fronteira perigosa, como se houvesse algum risco de contaminação. Essa maneira de pensar, acho que mais de sentir do que de pensar, essa mania de ter antipatia, porque é isso que existe de fato, não é nada racional. Há uma antipatia pela multidisciplinaridade, e esta é uma coisa que eu penso que não tem cabimento num ambiente acadêmico como o que a gente tem na UFPEL. Mas isso ainda pauta muita coisa.

Grasiela: Pelo que tu falaste, o perfil do egresso talvez esteja mudando por conta disso, talvez possibilitado por esses mesmos professores que aqui tu estás falando que às vezes não são

simpáticos a isso. Mas de uma maneira ou de outra está sendo possibilitado por quem está aqui trabalhando atualmente, seria isso?

Pedro: Mas não conta com a simpatia desses professores.

Grasiela: Isso, exatamente. E talvez a próxima geração já mais consciente por conta dessa formação, consiga fazer essa mudança?

Pedro: A hipótese é sua. Você está colocando isso numa perspectiva geracional. Sim, é uma interpretação possível...

Grasiela: Claro que não tem como a gente saber, só daqui 20, 30 anos...

Pedro: É uma interpretação possível, claro...

Grasiela: Uma interpretação esperançosa.

Pedro: Sim, esperançosa. Eu gostaria de focar nisso, mas é aquela coisa: está ok, você tem esperanças no futuro, num futuro melhor. Eu nunca perco a esperança no presente, então, não me traz consolo pensar que nós vamos precisar trocar as pessoas por outras pessoas, para poder mudar a postura da instituição em relação à multidisciplinaridade. Eu quero acreditar, só não sei até quando serei capaz de sustentar essa crença, que as pessoas são capazes de mudar. Quero acreditar que os meus colegas das áreas de conservação-restauração, museologia e arqueologia, também antropologia, vão ser capazes de mudar a relação que têm para com a própria área, para com os colegas de outras áreas, para com a formação multidisciplinar de seus alunos. Isso não é um defeito, é uma vantagem que nossos alunos têm em relação a quem teve uma formação muito centrada numa só disciplina, isso é um *plus*, uma enorme vantagem. No discurso, a bem dizer, no sentimento de muitos colegas..., - nisso você tem razão, são os colegas mais velhos, mais experientes, que vêm de outra experiência de universidade, aonde essas coisas não existiam. Para esses colegas, a multidisciplinaridade é uma ameaça, um risco, uma deturpação, um fracasso pessoal. Pensam: "Fracassei como mestre, e meus alunos estão indo para outra área". Mas isso significa que eu fui fundamental para que eles encontrassem os seus próprios caminhos, o caminho de meus alunos não precisa ser uma *mimesis* do meu caminho, não precisa ser uma reprodução do meu caminho, pode ser um outro caminho.

Grasiela: Acho que tu foste mais esperançoso do que eu...

Pedro: Sim, sim, dei uma dose extra de esperança aí, e eu não sei até quando vou fazer isso, porque realmente é difícil alimentar minhas esperanças, a gente sempre encontra motivos para não alimentar.

Grasiela: Conversando com a Cristina sobre fazer essas entrevistas, nós conversamos sobre esses conflitos, já existentes e conhecidos de criação de laboratórios, que tu relataste um pouco aqui. A gente chegou a tentar pensar alguma coisa, de tudo isso que vem acontecendo, como divergências cognitivas. A gente tava tentando entender o porquê de tudo isso, mesmo de fora, aí eu disse ‘a impressão que eu tenho vindo aqui há quase quatro anos e olhando vocês de fora, é que não há uma divergência cognitiva muito grande. Tu me respondendo a entrevista, o Rafael, o Lúcio, o Jaime, todos pensam uma arqueologia muito interessante, nenhuma é uma arqueologia retrógrada, todos fazem projetos em arqueologia muito bacanas, teoricamente bem articulados, relevantes, e então eu pensava mais em divergências burocráticas, de gestão de espaços, mas talvez tu apontaste para um caminho de tentar entender a diferença do pensar arqueológico e porque gerou essas várias divergências ao longo do tempo.

Pedro: Sim, interessante colocar isso. Não há, nunca houve de fato grandes divergências cognitivas, talvez o termo cognitivo não seja bom. O que seria capaz de gerar a separação de laboratórios poderiam ser divergências epistemológicas, ou hermenêuticas. No sentido em que as pessoas encarariam a área, a sua missão e o seu trabalho de maneira diferente.

Eu não consigo deixar de ver, quando leio algum texto de um desses colegas que você menciona, um viés que não me impede de trabalhar com ele, mas que é um viés que eu jamais assumiria, com o qual eu não tenho afinidade. Quando leio o trabalho de um outro colega, eu encontro um viés com o qual eu posso ter simpatia, mas com o qual eu não me sinto apto a contribuir. Então, nós temos algumas distâncias sim.

Proximidades epistemológicas e hermenêuticas nunca nos facilitaram o trabalho coletivo. Não tenho a menor dúvida em dizer que a pessoa com quem eu tenho mais afinidade epistemológica dentro da UFPEL é o professor Fábio Vergara Cerqueira. Ele tem uma formação em arqueologia clássica como eu, teve a mesma orientadora no doutorado que eu, frequentamos os mesmos autores, e os textos do professor Fábio Vergara estão presentes na minha tese de doutorado, estão presentes em boa parte daquilo que escrevi, e eu pretendo que continue assim, porque ele é um dos nossos autores referenciais para a iconografia clássica, para os estudos da cerâmica antiga. Mas há alguma coisa que impede o professor Fábio de trabalhar comigo, e há alguma coisa que me impede de trabalhar com o professor Fábio. Essa coisa não é da ordem das coisas objetivas, essa coisa não é fácil de mapear. Por isso eu disse para você que vejo muito

mais sentimento, vejo muito mais emoção, muito mais *páthos*, o termo grego antigo. Eu vejo muito mais *páthos* que *éthos* nas dificuldades em trabalhar junto que temos aqui. *Éthos* é o domínio da ética no sentido antigo, dos caracteres permanentes da alma, daquelas características das quais não posso abrir mão. Minhas idiossincrasias, minha ética.

Na reunião decisiva a qual eu aludi, a última reunião de reformulação do LEPAARQ, ela deve ter acontecido bem no comecinho de 2011, ou no final de 2010. Naquela reunião, o professor Fábio Vergara utilizou a palavra idiossincrasias para explicar o motivo pelo qual não podia mais trabalhar com nenhum outro pesquisador ali presente. As idiossincrasias impedem que a gente continue trabalhando no mesmo laboratório? Eu não sei, nunca engoli essa palavra. Eu carrego para mim que não são as idiossincrasias, porque as idiossincrasias existem em qualquer relação humana, e relações humanas podem ser muito duradouras. Nunca abro mão de qualquer coisa que pertença à minha identidade, e isso nunca me impediu de trabalhar com ninguém. Posso ter divergências de opinião gigantescas, como vi durante a minha formação universitária. Professores de filosofia, por exemplo, eram arqui-inimigos no plano filosófico, marcavam um dia para debater um assunto, a gente ia assistir, e acontecia diante dos nossos olhos um enorme debate filosófico, em que você identificava claramente que eles eram um o oposto do outro. Mas depois, os dois podiam ser encontrados no Rei das Batidas, o bar que fica na entrada da USP, bebendo juntos, rindo, se divertindo com essa experiência incrível que tiveram de passar uma tarde inteira mostrando para toda aquela comunidade que um não concordava com o outro.

O que sempre me ressentiu no cotidiano universitário da UFPel é que ao invés de fazermos como o Oswaldo Porchat e o Gianotti faziam lá na Filosofia da USP, debater, debater em altíssimo nível, e depois saber conviver. Aqui, mal fazemos debates, as pessoas têm certas reservas de ver suas pesquisas debatidas pelos colegas, têm dificuldade em se abrir, em abrir suas opiniões e aceitar o ponto de vista contrário ao seu. Não promovemos esse tipo de debate franco e aberto, mas ele acontece nos corredores, e acontece em afirmações licenciosas, pouco..., vou tentar achar a palavra correta agora, são afirmações pouco cordiais, covardes, ditas dentro de sala de aula, na bancada do laboratório, no cafezinho, na esquina. Nesses fóruns informais as pessoas destilam aquilo que elas têm contra o projeto do colega A, ou contra as opiniões assumidas pelo colega B. Esse não é o melhor fórum para promovermos um debate científico, um debate de pessoas que se respeitam. Tudo fica muito subjetivo, gera muito ressentimento, muita desavença e, principalmente, talvez o pior legado disso, compromete os estudantes.

Ao trabalhar com qualquer um dos arqueólogos da UFPel, o estudante recebe um estímulo. Nesse discurso de corredor, aqui as pessoas chamam de rádio-corredor, expressão que conheci aqui. Nessa rádio-corredor os alunos passam a ser monitorados, passam a ser taxados, a partir de uma vinculação que muitas vezes é acidental e os leva a viver dilemas. Nós temos a obrigação de sobreviver a isso, de conviver com as diferenças, de saber lidar e não permitir que isso prejudique os nossos trabalhos, de agir de forma ética, no sentido moderno mesmo, de não reproduzir as práticas terríveis que estão sendo perpetuadas por aí. A gente tem essa responsabilidade, e é muito mais difícil para um aluno, um jovem de 18, 19 anos, encarar essa pressão social toda, conviver com isso, carregar um estigma. Por isso, o que eu penso do ambiente que está se criando é muito subjetivo, vai muito mais para a psicologia que para a política, e talvez seja algo que passa primeiro pela psicologia. Uma frase polêmica, que talvez eu não devesse dizer numa entrevista, já que você está gravando, é que nem só com Freud, nem só com Marx, a gente entende e resolve o problema. A gente tem que começar a pensar de maneira muito mais inteligente, carregando essas dimensões. A dimensão existencial, psicológica, e a dimensão política, econômica, social. É por aí que a coisa acontece, ela tem essas duas vertentes, e se a gente olhar só para questões políticas, se eu fizer aqui um discurso atribuindo o que está acontecendo às disputas políticas por espaço, às disputas políticas por recursos, por bolsas e não sei mais o quê, eu vou estar apresentando uma visão fragmentária, pobre, uma versão que não apresenta toda a dimensão do problema. Agora, se eu disser, também, que tudo isso só acontece por inveja, por ressentimento, por falta de solidariedade, por ego, não vou estar te contando a história toda. Então, sim, tem aí uma disputa política acontecendo. Não sei se apareceu em alguma entrevista, se foi dito por algum dos teus entrevistados, mas eu ouvi de um colega que a competição entre laboratórios era uma coisa muito boa, porque estimulado pela competição ele iria produzir muito mais, ele iria buscar mais recursos, ele iria melhorar os seus projetos, aumentar o número de bolsistas, ser mais eficiente. Eu não acredito nisso, acho que é o contrário, acho que a competição entre laboratórios gera segregação do conhecimento. Existe parte do conhecimento que está num laboratório, parte está no outro, e não existe boa comunicação entre os laboratórios. Replicamos recursos físicos, equipamentos, recursos humanos. Ao invés de precisar de um técnico laboratorial, você precisa de três, ao invés de precisar de uma estação total, você precisa de três. A competição faz com que a gente perca tempo se justificando, se defendendo, ao invés de trabalhar de maneira solidária.

Assim como é uma utopia o LÂMINA ser feito da conjunção de três áreas, ser um laboratório onde de fato as três áreas estão acontecendo juntas, onde elas dialogam e

compartilham, a união entre os três laboratórios é também uma utopia que eu tenho para mim, e que precisa se concretizar. E é importante dizer que na UFPel estamos muito longe de ver isso acontecer. Uma arqueologia solidária, uma arqueologia da solidariedade, não da disputa, uma arqueologia do compartilhamento e não da exclusividade e da segregação. O arqueólogo que seja parceiro do arqueólogo, não inimigo do arqueólogo. Essa utopia eu carrego comigo, é o motivo pelo qual eu tento me manter longe das rusgas que acontecem na universidade, porque eu acho que elas são todas infrutíferas.

Grasiela: Muito obrigado. Eu até não ia te perguntar tudo isso, mas acho que foi muito bom, porque nas outras entrevistas que eu fiz, que foram praticamente as mesmas perguntas, mas a conversa vai caminhando para diferentes lados, e todos acabaram falando um pouco da sua opinião sobre isso. Eu não havia formulado uma pergunta sobre isso, mas acho que é um assunto vigente nas relações da UFPel. E aí eu queria mudar um pouco de assunto e te perguntar algumas coisas do MUARAN. Desde quando ocorre a tua atuação no MUARAN, desde quando começou o projeto, enfim, o que ele tem dessa relação da arqueologia, museologia, conservação, que já estamos conversando desde o início da entrevista?

Pedro: Tá ótimo. Quando cheguei à UFPel, umas das primeiras coisas que me foi dito foi que havia um espaço físico no Casarão nº8 que seria compartilhado entre dois museus. Essa informação veio pelo Fábio Vergara Cerqueira, que era diretor do instituto e disse ‘o casarão está sendo adquirido pela universidade e será restaurado. Ele será a sede de dois museus, um pela entrada principal será o museu do doce de Pelotas, um pela entrada lateral, pela Barão de Butuí, será o museu de arqueologia da UFPel. O curso era de antropologia e arqueologia, e eu sou vinculado ao curso de museologia. Então, os colegas arqueólogos acharam por bem, numa primeira reunião ainda em 2008, que eu fosse o coordenador desse projeto de implantação de um museu, e depois, presidente da comissão para implantação do museu. O trabalho dessa comissão era, sobretudo, o de orientar a restauração do prédio. Num primeiro momento, porque o LAPAARQ tinha feito ali uma escavação em 2002, e a gente contava então com informações técnicas da arqueologia, para orientar as decisões a serem tomadas. A gente também orientava as decisões da restauradora com relação à localização de tomadas, porque o espaço iria ser utilizado como museu e precisaria ter algumas estruturas. Além disso, nós estávamos fazendo o organograma, definindo os setores, o zoneamento do prédio, onde ficaria a exposição de longa duração, onde ficariam as exposições de curta duração, e estávamos definindo uma filosofia para essa exposição de longa duração, um norte conceitual, uma ideia geral para a exposição. Esse trabalho foi muito bacana no começo, e foi gravemente impactado pela separação dos

laboratórios. Em 2009 a gente conseguiu trabalhar, em 2010 a gente conseguiu trabalhar, em 2011 cria-se o segundo laboratório arqueológico da UFPel, o LÂMINA, e eu era o coordenador, não do laboratório recém-criado, eu era coordenador do museu, do projeto de implantação do museu. Então, levei para uma reunião de museu uma proposta, e ela foi acatada pela reunião: o museu deveria ser da universidade toda, deveria estar vinculado aos dois laboratórios, e se criassem um terceiro laboratório, deveria se ligar a ele também. Era um museu da universidade, não poderia reproduzir a lógica da divisão que estava acontecendo nos laboratórios. Outra decisão, que não se deve só a mim, mas à participação de muitos colegas da antropologia no projeto de museu, é a de que já que o curso aqui era de antropologia e arqueologia, o museu também deveria ser um museu antropológico e arqueológico. E foi essa a cara que a gente deu. Coube aos próximos anos essa definição, e isso acontece lá por 2012. Em 2013 nós passamos a ter bolsistas, aliás em 2012 eu já tinha uma bolsista, que fez um estudo para zoneamento e organograma que foi premiado no salão de extensão. Ela recebeu o primeiro lugar no salão de extensão com um trabalho sobre o zoneamento do museu, sobre a maneira como ocuparia o Casarão nº8. Logo depois, fomos surpreendidos com uma portaria da reitoria que, praticamente, expulsa o museu arqueológico do Casarão nº8. Na verdade, a portaria colocava o museu para funcionar apenas no subsolo. Se você for até o Casarão nº8, vai ver que o subsolo é úmido, alaga no inverno, é inadequado para o funcionamento de um museu. A ideia de colocar o nosso museu no subsolo em março de 2012 inviabilizava a nossa permanência no Casarão nº8. Passamos então a procurar alternativas e até outubro ou setembro de 2013, nós estudávamos a possibilidade de ocupar o Casarão de Belas Artes. Em 2013, recebemos o convite para ir para o novo projeto "Laneira - Casa dos Museus", que vai integrar alguns museus universitários num prédio novo, na Duque de Caxias. A gente terá neste prédio um espaço privilegiado, um quilômetro quadrado de espaço físico, o que vai permitir montar um museu muito melhor do que seria o MUARAN instalado no Casarão nº8. Ele ficaria apertado nas salas do fundo do Casarão, havia muito pouca clareza das colegas do Museu do Doce com relação ao tamanho do MUARAN, ao espaço que ele ocuparia pelo prédio. Havia um interesse muito grande do Museu do Doce em se expandir no prédio e nós também tínhamos uma necessidade básica. Os acervos arqueológicos são enorme, os temas que a gente abordaria são enormes, ocupam muito espaço, a gente tinha então a previsão de ocupar uma parte muito grande, as coisas não cabiam todas ali. Foi uma ótima decisão para o projeto sair do Casarão nº8. No momento que a gente saiu de lá, a gente ficou sem sede, é verdade, mas a gente abriu as portas do museu para a comunidade. Em 2014 tivemos recursos do MEC pelo projeto Proext e, graça a esses recursos, passamos a fazer ações em escolas, com o sindicato das domésticas, com uma entidade que trata

dependentes químicos, a CAEX. Tudo a partir de uma metodologia que nós prevíamos no diagnóstico para construção do plano museológico. A ideia era diagnosticar a atuação social desse museu a ser criado, ver que papel ele desempenharia na sociedade. Começamos de imediato a fazer ações com setores que a gente considerava nosso público alvo, para ver que papel a arqueologia teria. Os resultados foram ótimos e a gente percebeu que é possível abrir um museu antes de ele ter um espaço físico, antes de ele ter porta. A gente abriu porque a abertura de um museu não está condicionada à sua bilheteria, nem às suas portas. A abertura e a existência de um museu estão condicionadas às ações que ele promove. No momento em que passamos a ter ações do MUARAN, a gente entende que o museu passou a existir. No ano passado, foi encaminhado e aprovado pelo conselho universitário o regimento do MUARAN, que prevê um conselho de gestão composto majoritariamente pessoas vindas da comunidade. Sobretudo, por gente das duas etnias que são focadas no museu, os indígenas e os remanescentes quilombolas, negros da região de Pelotas. Essas duas etnias vão ter representação no conselho de gestão do MUARAN. Elas são também o resultado de uma feliz coincidência, o fato da maior parte das pesquisas arqueológicas e antropológicas na região abordarem justamente índios e negros. Essa é uma coincidência muito feliz: ao mesmo tempo em que a maioria das pesquisas são voltadas para eles, existe uma invisibilidade dessas etnias nos museus da região. Eles não são tematizados, não estão na missão de outros museus regionais. Tudo isso nos levou a construir o MUARAN dessa maneira. É uma pena que os colegas que estão hoje em laboratórios diferentes, não abracem o MUARAN com mais entusiasmo, não se sintam à vontade para participar do MUARAN, porque a mesma lógica da divisão, a mesma lógica de disputa, a mesma lógica de diferenças pessoais, de ciúme, de orgulho, é utilizada para avaliar o MUARAN, e o MUARAN, é claro, tem um coordenador que sempre fui eu. Esse coordenador é arqueólogo, então, precisa pertencer a um dos laboratórios de arqueologia. 'Se ele não pertencendo ao meu laboratório de arqueologia', na visão de alguém, isso não me deixa à vontade para participar do MUARAN.

Vou ser muito sincero, é impossível não pensar que essa incapacidade de separar as coisas, de preservar o MUARAN das disputas entre laboratórios, resulta de imaturidade emocional. Mas falar isso é muito duro, porque estou dizendo que tenho colegas emocionalmente imaturos! Não estou dando nomes, talvez eu tenha também os meus limites, e a minha imaturidade. Parte disso é uma autocrítica, mas, de fato, há aí um problema de maturidade emocional.

Grasiela: Esse regimento que tu mencionaste, foi aprovado o ano passado, está publicado, está disponível?

Pedro: Está disponível, eu posso te mandar uma cópia, naturalmente. Mas ele está publicado sim.

Grasiela: É público?

Pedro: Existe uma portaria, é público. Ele tem uma função importante que é fazer existir juridicamente o MUARAN. Modéstia à parte, como ele foi construído ao longo de três anos de debate, têm coisas ali que vieram da opinião de uma sindicalista, do sindicato das domésticas, e do depoimento de um dependente químico em tratamento. São opiniões que, de fato, foram debatidas amplamente. Têm coisas ali que vêm do contato que a gente teve com as crianças, do texto de alguma criança entregue para a gente numa das oficinas do MUARAN. Como o regimento tem essa maneira de se construir muito multifacetado, ele é de tal forma multivocal, e de tal forma inclusivo. É um instrumento que possibilita ao MUARAN ser uma porta aberta para a sociedade, possibilita que as pessoas se sintam à vontade para acessar a universidade, sobretudo as áreas que envolvem o patrimônio arqueológico e a etnologia, o patrimônio antropológico, material e imaterial, termos muito desgastados. Espero que o museu seja uma porta, uma abertura para isso.

Grasiela: E tem planejamento de futuras ações ou está parado por enquanto?

Pedro: A reunião do MUARAN aconteceu há umas duas ou três semanas, ela foi muito esvaziada, o que foi uma pena, porque tivemos reuniões, a de 2015 por exemplo, que estavam repletas de pessoas. Nessa reunião esvaziada decidimos fazer uma exposição sobre as práticas arqueológicas esse ano. Essa exposição deve ficar funcionando ali no LÂMINA. Eu fui voto vencido, mas existe uma sala de exposição subaproveitada no LÂMINA e o MUARAN vai ocupar essa sala com a exposição. Como eu não posso assumir coordenação nenhuma, nem do MUARAN nem do LÂMINA, para facilitar a burocracia optou-se por fazer uma fusão do MUARAN com o LÂMINA. Os poucos equipamentos do MUARAN estão guardados no LÂMINA. O laboratório é o ponto de saída das ações do MUARAN, então se resolveu fundir as duas coisas e o coordenador geral do LÂMINA assumirá provisoriamente a coordenação do MUARAN, enquanto eu estiver na gestão universitária e não aparecer outra pessoa interessada. Isso foi decidido, foi aprovado em reunião, então será assim. Pelo menos ao longo desse ano, não sei como vai ser no ano que vem.

Grasiela: E previsão para o prédio tem alguma?

Pedro: Nenhuma, porque houve um contingenciamento de despesas do governo federal em mais de 30 por cento pelos próximos meses. Como a previsão é de continuar o contingenciamento de despesas, graças a isso, nós não temos nenhuma expectativa de restaurar a Fábrica Laneira, onde funcionará definitivamente o MUARAN. O MUARAN deverá existir tal qual existe hoje por algum tempo, até que o prédio possa ser restaurado.

Grasiela: Mas acho que a criatividade empregada nessas ações tem dado resultados até mais positivos, não que o prédio não dê um impacto social importante, mas essas ações que vieram sendo feitas são um exercício de criatividade muito profícuo, nas relações museológicas...

Pedro: Concordo contigo, acho que, além disso, esse foi um momento, 2014 e 2015 nós tivemos bolsistas fazendo as atividades, acho que hoje nós estamos entrando num outro momento.

Grasiela: Não tem bolsistas agora?

Pedro: Não, zero bolsas. Bolsas de extensão todas canceladas. A gente conta só com os nossos colaboradores, que são espontâneos, muitos deles já se formaram e continuam colaborando com o museu. Nessa nova fase, sem bolsistas, sem recursos, nós vamos ter pelo menos um avanço no plano físico, que é ocupar a sala do LÂMINA.

Grasiela: Sim, que é aquela sala do primeiro andar.

Pedro: Mais acessível ao público externo. Este é um movimento nosso, mas a universidade finalmente destinou algum espaço físico para o funcionamento do MUARAN. Isso aconteceu na reunião do próprio MUARAN com a ideia de fundir com o LÂMINA. Essa ideia vai permitir ao MUARAN funcionar naquela salinha e provavelmente, agora, o MUARAN vai entrar em uma nova fase. Uma fase em que ele vai ter espaço físico, vai poder colocar o nome MUARAN na fachada, vai funcionar na salinha cedida pelo LÂMINA!

Grasiela: Quando tu começou a falar do MUARAN, falou muito que era uma ideia até utópica, de uma arqueologia mais solidária, enfim, que os outros laboratórios de arqueologia também deveriam participar do MUARAN. Agora, com essa fusão com o LÂMINA, mesmo que antes já não fosse possível, tu acredita que vai (prejudicar)?

Pedro: Sim, eu sou contra. Por isso que eu digo que nessa reunião eu fui voto vencido. Penso que a gente deveria a todo custo evitar ligar o MUARAN ao LÂMINA, porque o MUARAN

realmente tem independência em relação aos laboratórios, embora o Lúcio nunca tivesse formalizado a inclusão do laboratório dele ao MUARAN, quero acreditar que ele também não se opõe a essa relação, quero acreditar que o museu vai ser um lugar aberto a todos.

O museu tem a previsão de ter disciplinas práticas acontecendo dentro do museu, às vistas, aos olhos do público. No primeiro desenho que fizemos da exposição de longa duração, colocamos um laboratório de conservação de materiais arqueológicos no meio do espaço expositivo. A ideia era que o público ao visitar visse vestígios arqueológicos sendo tratados. Essa integração do museu com as áreas também existe, e seria interessante que todos os laboratórios pudessem participar. Imagina um museu que tem como temática a presença negra na região, não poder contar com o apoio do projeto importante que o Lúcio desenvolve, é um grande pecado. Ter a presença indígena como temática e não poder contar com sítios de grande antiguidade, como os que o Rafael estuda, seria um grande sacrifício para esse museu. Não tem nenhum sentido em criar o museu e fazer dele o museu do LÂMINA, um museu para as pesquisas desenvolvidas por mim, pelo Jaime, por sei lá mais quem dentro do LÂMINA, isso não faz o menor sentido.

Grasiela: Mas, de repente, uma nova fase...

Pedro: É, talvez. Eu tive que aceitar o voto vencido, mas a argumentação dos colegas que defenderam essa ideia é de que o momento é crítico, e a gente precisa diminuir o encargo administrativo sobre nós mesmos. Fundir instâncias administrativas é uma boa estratégia para que as pessoas estejam tratando de outras coisas.

Grasiela: Então, por enquanto tu ainda estás na coordenação?

Pedro: Não, não, eu já saí. Nesse momento o coordenador do MUARAN é o professor Jaime Mujica, juntamente com a coordenação administrativa do LÂMINA.

Grasiela: Até se decidir que provavelmente...

Pedro: Até que alguém queira assumir. Eu espero que seja alguém da área de antropologia, ou da área de museologia. Dois colegas da museologia têm trabalhado intensamente no MUARAN. Um colega que foi professor substituto, que é nosso ex-aluno, também museólogo, hoje é representante do MUARAN na rede de museus que está sendo criada na UFPel. Colaborador bastante assíduo. Há pessoas transitando, só que essas pessoas não podem, ou não querem assumir a coordenação. Então, por ora, vai ser o professor Jaime o coordenador.

Grasiela: Para encerrar, até porque a gente já falou bastante sobre isso, mas de repente uma frase para finalizar. Eu acho que tanto o LÂMINA quanto o MUARAN são as experiências da UFPel que mais têm o diálogo da arqueologia, museologia e conservação, que é o que me interessa particularmente para a tese. Então, acho que a gente já conversou sobre isso, e para as outras entrevistas, essa pergunta ficou no final, justamente para diagnosticar a visão dos outros pesquisadores sobre isso, que tu já falou abertamente, porque é do nosso assunto. Qual é a tua visão acerca da relação arqueologia, museologia e conservação? Acho que já ficou claro em toda a entrevista, mas se tu quiser fazer uma conclusão aqui acerca disso, eu agradeceria.

Pedro: Olha, eu posso dar uma contribuição aí, acho que fiz algumas ponderações amplas, agora vou ser um pouco mais analítico. Eu sou professor dos três cursos, eu tenho a experiência do contato direto com alunos, que são seres produtores, que estão se formando nesses três cursos. Eu vejo uma grande vantagem em aproximar esses pontos de vista, essa maneira de ver as coisas que aparecem nas três áreas. Acho que o aluno de conservação é mais detalhista, mais minucioso, tem uma postura mais rigorosa, alguns até nem gostam de lidar com os alunos de conservação porque eles são muito exigentes, são muito criteriosos com tudo aquilo que a gente faz, mas é importante que exista alguém assim. O estudante de museologia é muito dialógico, ele é muito aberto às vivências, muito preocupado com as opiniões, com os diferentes olhares, com a fruição, tanto com o discurso quanto com o diálogo, talvez seja alguém que pensa sempre as coisas a partir de uma perspectiva mais humana, e o nosso aluno de arqueologia é alguém muito sensibilizado para as responsabilidades sociais, para a inserção política e social do fazer científico, para as responsabilidades que nós temos com as mazelas sociais, com as injustiças, com os subalternos e com toda a natureza das diferenças na sociedade. Essas três coisas quando pegadas isoladamente tendem a ser caricaturas, exageros, enfrentam uma série de falhas, criam polêmicas e geram atrito. Quando andam juntas, se complementam de uma maneira incrível. Foi aquilo que aconteceu mais no LÂMINA, eu diria, porque o LÂMINA colocou no regimento a preocupação com essas três áreas. O MUARAN tem o compromisso de fato com duas etnias, mais do que com áreas de conhecimento. Embora quando a gente lê com outros olhos o regimento do MUARAN, vai ver ali as normativas do plano nacional de museus, e artigos que dialogam com a Carta de Lausanne, artigos dialogando com as portarias do IPHAN, alguma coisa responde a isso também. Mas o interessante é andar junto, e talvez seja importante fazer uma ressalva, já que a gente está falando do LÂMINA. Um dos grandes elementos de lucidez da proposta do LÂMINA é justamente ele ser multidisciplinar e não interdisciplinar ou transdisciplinar, por que a multidisciplinaridade, ao contrário da interdisciplinaridade, é a garantia de que as disciplinas não estão de alguma forma diluídas no projeto, elas têm as suas

especificidades conservadas, estão dialogando com outras disciplinas a partir de seu lugar de fala. Isso é muito bacana, a lucidez de ser, de fato, multidisciplinar. Então, qual era a pergunta mesmo?

Grasiela: A tua visão acerca da relação dessas três áreas.

Pedro: Acho que falei pelos alunos, é claro que eu criei aqui um pouco, estereotipei os alunos. Alguns alunos fogem dessa curva, desse retrato, dessa imagem que eu produzi. Mas é de tal forma que cada um desses alunos precisa daquilo que caracteriza as outras áreas, para ter a sua experiência. Eu invejo o aluno de arqueologia, de museologia, de conservação da UFPel, porque eles estão tendo a possibilidade de ter um acesso a essas outras áreas, que eu na minha formação não tive, embora fosse um aluno da USP que transitasse bastante, que frequentasse cursos na arquitetura, na história, até no cinema eu frequentei disciplinas. Embora eu tivesse a intenção como aluno, de circular bastante, vejo que os nossos alunos aqui têm um acesso mais privilegiado a especialistas da musealização, da arqueologia e da conservação, ainda durante a sua graduação, às vezes nos primeiros anos de graduação. Isso é fundamental, vai ter um impacto incrível na formação dessa pessoa. E, de novo, lamento profundamente que os colegas de colegiado não valorizem mais isso, não busquem uma maior aproximação entre as áreas, pelo contrário, que vejam sempre como uma ameaça qualquer relação mais profunda com outra área. Isso realmente a gente precisa mudar. E veja que não é uma mudança nos projetos pedagógicos de curso, não é uma mudança na estrutura universitária, no desenho organizacional institucional, é uma mudança na postura, na vontade, na maneira de fazer, na maneira de encarar o colega, na maneira de se relacionar com o outro, de lidar com quem discorda, de quem tem uma visão diferentes acerca das mesmas coisas. É aí que eu acho que nós estamos falhando, é aí que está o problema, nas relações interpessoais.

Grasiela: Bom, de minha parte da entrevista seriam essas perguntas, eu queria saber se tu queres falar mais alguma coisa sobre o assunto, se não lhe agradeço.

Pedro: Bom, terminando por falar que o grande problema está nas relações interpessoais e valorizando o contato entre as áreas como eu acabei de fazer, não tenho nada a acrescentar. A não ser que a gente tem que cuidar muito das nossas esperanças. Da minha esperança, da tua esperança. Nós compartilhamos uma esperança que é bonita e nós temos que cuidar muito dela, porque ela requer a nossa atenção. A gente precisa mantê-la viva e manter viva não é fazer dela uma esperança sobrevivente, mas uma esperança que tenha vivacidade, uma esperança que seja de fato viva. Nossa esperança é ver essas áreas juntas, ver essas relações e a formação

acontecendo integrada, ver o diálogo acontecendo entre os profissionais, entre os laboratórios, entre projetos de pesquisa diferentes, e que isso possa acontecer sem melindres, sem ressentimentos, sem aquele repertório todo que tem nos dificultado tanto o trabalho aqui na UFPel.

Grasiela: Tá bom, muito obrigada!

Pedro: Merece!

APÊNDICE P – Termo de Autorização de entrevista. Prof. Pedro Luís Machado Sanches

Termo de autorização de entrevista

Pelotas, 08 de março de 2017.

Eu, PEDRO LUÍS MACHADO SANCHES, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia 08/03/2017 para Grasiela Tebaldi Toledo, doutoranda da Universidade de São Paulo, no programa de pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP), sob orientação da professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, com a tese intitulada "Arqueologia, Museologia e Conservação: A Gestão Multidisciplinar do Patrimônio Arqueológico", para utilização de trechos, como citação, ao longo do trabalho e transcrição na íntegra ao final da tese, como anexo, após a conferência da mesma.

ANEXO A – Reportagens do Jornal Diário Popular de Pelotas sobre o Projeto “Pampa Negro”

DIÁRIO POPULAR

Imprensa da comunidade
Tirada gratuita

R\$ 4,50 | ANO 126 | 1890-2015 | Nº 518

DOMINGO 27 DE DEZEMBRO DE 2015 | PELOTAS, RS

ISSN 0104-0014
WWW.DIARIOPOPULAR.COM.BR

Mercado está, de fato, revitalizado

Espaço se tornou ponto de encontro para muitas pessoas, que têm aproveitado principalmente de bares e restaurantes com mesas ao ar livre

Página 11

PAMPA NEGRO

Mais dois locais para pesquisar

Projeto da UFRGS, que já existe há cinco anos, incluirá estudos também na Chácara da Silo João e na Chácara da Brigada

Página 2 e 3

Justiça Eleitoral amplia equipe para chegar à meta do recadastramento

Órgão pretende fazer com que 200 mil pessoas em Pelotas utilizem o ponto biométrico nas próximas eleições municipais. O movimento de eleitores tem sido intenso na Central de Atendimento. Estrutura física e de equipamentos também foi ampliada

Página 13

ZONA SUL

15 anos de avanços no turismo

Arranjo Produtivo Local do Turismo tem crescido e hoje já oferece ao menos nove rotas para a região

Página 23

SHOWS

Cassino vira palco para a música

Apresentações de vários artistas de vários ritmos, como Marcos & Belatti, Armadinho e O Rappa

Café

COMUNICADO

Comunicamos aos nossos associados que, em virtude do feriado do dia 1º de janeiro, o encerramento do COMERCIAL e dos CLASSIFICADOS ocorrerá conforme a tabela abaixo:

EDIÇÃO DO DIA	ENCERRAMENTO
31 de dezembro	CLASSIFICADOS: 18h30min COMERCIAL: 18h30min
1, 2 e 3 de janeiro	CLASSIFICADOS: 18h30min COMERCIAL: 18h30min

ATE 30/12

VALORES PROMOCIONAIS PARA MATRÍCULAS ANTECIPADAS

TEMA

Na Charqueada São João, estado onde começou entre os rios de Ilvoiro e março; nas décadas de 1980 e 1990, a propriedade já passou por escavações, o que não reduziu o entusiasmo

As descobertas de um *Pampa negro*

Projeto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), desenvolvido há cinco anos, incluiu outros dois pontos de escavação em Pelotas: a Charqueada São João e a Chácara da Brigada; estudo sobre a Charqueada Santa Bárbara ainda permanece

Michèle Ferreira

Pelotas. Mais dois locais irão compor o roteiro do projeto O Pampa Negro: A Arqueologia da Ilustração na Região Meridional do Brasil e se transformar em pontos de escavação. Pesquisadores e acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) irão se dividir entre a Chácara da Brigada Militar e a Charqueada São João. Tudo com objetivo de buscar materialidade no passado para propor uma revisão do olhar sobre o presente e futuro. Já são cinco anos de trabalho e nove charqueadas estudadas. Um desbravar longo de chegar ao fim.

As premissas do grupo estão assentadas nos mapas, com um foco que se espalha entre o campo e a cidade. "É um trabalho que não busca só o oculto. Como Ciência Social, buscamos entender as relações de poder e o sistema escravista

que existia nas charqueadas", explica o professor Lúcio Mendes, coordenador do projeto. E ainda há muito a ser revelado, em um universo rico, que também passa por hábitos e costumes desses homens e mulheres: religiosidade, música e alimentação; para além do charque, servido como ração a animais.

Enfim, a autorização

Depois de quatro anos de espera, estão liberadas as escavações na Chácara da Brigada Militar, às margens do canal São Gonçalo. A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) concedeu a autorização. E há muito a comemorar. Muito a ganhar. Trabalhos de campo, análise sobre mapas históricos e leitura de inventários

demonstram que a área - de 65 hectares - possui vestígios da, pelo menos, quatro charqueadas. E foi também ali, naquelas terras, que os atiradores ferropelenses auxiliaram sua marinha na única batalha naval até o final da Revolução, em 1845, em que os rebeldes venceram.

Fra malragada de 2 de junho de 1836. Localidade de Passo dos Negros. O confronto, violento, se estendeu por seis horas,

duas horas e 15. Os 800 cavaleiros e os 200 homens de infantaria tinham um objetivo: transportar o canal São Gonçalo através do ponto mais estreito - na junção com o arroio Pelotas - e seguir em direção a São Grande. E conseguiram, apesar da falta de quatro integrantes em suas fileiras.

São fatos e cenários que precisam ser valorizados. E a arqueologia é ferramenta fundamental neste processo.

Depois de quatro anos de espera, finalmente foram autorizadas as escavações na antiga Chácara da Brigada

Ilustração: SP. Ilustração: 1/1/10

Tombamento. Ainda não há previsão para resposta. O pedido de tombamento da área - em que por décadas funcionou a Chácara da Brigada - segue na lista da Superintendência do Iphan, em Porto Alegre. O Diário Popular ficou, entretanto, sem resposta sobre o número do projeto à espera de análise e o andamento específico da solicitação de Pelotas, protocolada em fevereiro de 2009 pela Universidade Federal.

Expectativa por revelações

A Charqueada São João, erguida entre 1807 e 1810, prepara-se para entrar no roteiro do Pampa Negro. Será entre os meses de fevereiro e março. E não será a primeira vez que as terras - que pertenciam ao português Antônio José Gonçalves Chaves - serão escavadas. A primeira foi em 1982, mas as peças estão na Pontifícia Universidade Católica (PUC), na capital do Estado. A segunda foi no início da década de 1990 e ajudou a dar origem ao livro *Negros, charqueadas e abastecimento*, da professora da UFPel, Tatiê Gutierrez.

Ainda assim, o entusiasmo é grande. "É preciso conhecer mais para poder valorizar". Entre aqueles pra quem o trabalho continua, mesmo o empresário Marcelo Marzua Terra. E admite: espera que o distrito de formar parceria com os pesquisadores, possa servir de exemplo a quem vê o kit de lutas míticas, cotidianas, escravas, pincéis, fúteis, pois e pensam com dois confusos. E vai além: aposta que as proximidades que

estão por vir ajudar a reforçar a sustentabilidade da São João, onde o turismo é ponto alto há anos, com vistas gutadas, passeio de barco e gastronomia.

As informações de onde se localizam os tanques de salmoura, assim como a senala, devem contribuir à definição da área estratégica para abertura das quadriculas. Um compromisso sem dia certo para chegar nem data carimbada para chegar ao fim. "O que mais conhecemos é a parte desumana, de sacrifício inconstitucional. Mas existe toda uma vida, de costumes do africano, para ser explorada", destaca o empresário.

É um comércio, de dor, que até hoje volta vivo à memória. A cada safra - de novembro a maio - o arroz Pelotas tingia-se de vermelho. Transfere-se ao rio do sangue, como resultado da matança dos animais. Uma rotina de cerca de 10 horas de serviço pesado. Sofrimento. Mortes prematuras. É o Ciclo do Charque e suas marcas.

Informação: CP, Caixa Postal 22/11/11

Projeto localiza a Charqueada Santa Bárbara, citada até então em livros, revistas e documentos.

Estudos seguem na Charqueada Santa Bárbara

Os testes de georradar realizados em laboratório da Universidade de São Paulo (USP) comprovaram os 24 tijolos extraídos do piso e de uma das paredes da construção em ruínas são do período de 1850 a 1854. O dado, concedido pelo geofísico Gelvam Hartmann - que esteve em Pelotas em outubro de 2011 - bate em cheio com o ano de 1853, um dos pontos altos da produção, com 38 charqueadas em Pelotas. Acadastradas eram abastecidas em torno de 800 mil cabeças de gado.

Lavamento sobre o inventário de José Vieira Viana, um dos donos da propriedade, aponta à existência de sobrado, de uma residência de capataz, de claria e também de uma fábrica de sal. A casa amarela, em estilo colonial, que resistiu ao tempo, na rua Santa Tereza, provavelmente tenha abrigado alguns da família do vendedor ou servido para receber tropeiros - explica o professor Lúcio Meneses. O fato de o imóvel ser habitado limita as escavações. "Não podemos escavar o pátio da casa, para não atrapalhar o cotidiano dos moradores. Essa escavação feita nos dando uma resposta mais cabal sobre sua funcionalidade", ressalta o também coordenador do Programa de Pós-graduação em História Social e Patrimônio Cultural.

O que se sabe - com base em vários cenários - é que os prédios sempre foram dispostos de modo a permitir o controle sobre o sistema produtivo. Criava-se uma central de vigilância do cotidiano do trabalho. E ali, na Charqueada Santa Bárbara, eram 58 escravos; 60% deles oriundos da África Ocidental.

Mais e mais. O levantamento ainda não se encerra. A fase é de contato com moradores das redondezas - da antiga Vila da Graça - que podem complementar informações e compartilhar relatos transmitidos de geração em geração. É uma forma de, ao se envolverem no estudo e terem contato com parte dos 2.586 fragmentos, devidamente identificados e numerados, ressignificarem o próprio passado.

"A arqueologia tem esse papel de contribuir para a reflexão de como a sociedade se formou", destaca o arqueólogo Aluizio Gomes Alves. E é com esse compromisso de revisitar e trazer uma nova percepção sobre passado e presente, que o Pampa Negro dedica-se ao tema e pode comemorar o fato de ter localizado a Charqueada Santa Bárbara, até então citada em livros, revistas e documentos.

Fragmentos integram acervo do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material

Pedra de vidro contendo um osso usado para cortar alimentos.

É um trabalho que não busca só o escravo. Como Ciência Social, buscamos entender as relações de poder e o sistema escravista.

Lúcio Meneses, coordenador do projeto

Alvo chega à zona rural

O trabalho de arqueologia comunitária chegou também ao interior. O foco é o Quilombo Alto do Calado, no 7º distrito de Pelotas. A primeira etapa do trabalho é mapear os locais que a população considera importantes, enquanto memória social, mas, claro, que a equipe também direciona atenção à busca por sítios arqueológicos, tanto aqueles que, porventura, possam estar associados a comunidades quilombolas, quanto sítios pré-históricos. "Nosso objetivo, ao lado de mapa físico, é fazer, também, um mapa com os sítios arqueológicos da região", explica o coordenador do projeto.

A segunda fase, então, poderá incluir escavações. Detalhe: esses sítios poderão servir a várias pesquisas. Trabalhos de

Conclusão de Curso (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado. E não, necessariamente, desenvolvidas por alunos da UFPel. Há estudantes de outras universidades brasileiras mergulhados em temas do Pampa Negro. Neste momento, por exemplo, há uma pesquisa de doutorado realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

No futuro. Não está descartada a possibilidade de O Pampa Negro: A Arqueologia da Sacralidade na Região Meridional do Brasil estudar a situação para Jaguarão e Bagé. Dependendo da disponibilidade de recursos e de logística - confirma Lúcio Meneses.

DIÁRIO POPULAR

Exemplar de circulação
Renda pública

R\$ 4,50 | ANO 126 | 1990-2016 | Nº 236

DOMINGO

10 DE ABRIL DE 2016 | PELOTAS, RS

Assine o nosso jornal
WWW.DIARIOPOPULAR.COM.BR

Pampa Negro a ser descoberto

Fragmentos encontrados em escavações na Chacuada São João mostram a riqueza histórica sobre a qual trabalham estudantes e professores da UFPel ligados a projeto inserido em rede internacional. Páginas 6 e 7

Foto: Carlos Spina - DP

COMPORTAMENTO

Cresce procura por consertos e customização

Em cenário de crise, população tem buscado alternativas para economizar com aquilo que for possível.

Página 30

DIÁRIO ECONÔMICO

Startup conta com mais de 3,2 mil clientes

Em processo de incubação, a empresa pelotense M&Mcor Earto já se destaca no competitivo cenário estadual.

Página 30

SENSACIONAL

DPFoto: DP

Felta de bambu. E em Pelotas

Vinícius Ruzza controla bicicletas de alta qualidade e resistência com esse material-prima ainda não tão convencional no país.

Página 11

Maioria dos atestados de saúde na Câmara é por estresse

Dados referem-se aos três primeiros anos da atual legislatura. Neste período, 12 vereadores solicitaram afastamento. Para Tenente Bruno (PTB), trabalho no Legislativo chega a ser mais desgastante do que a atividade policial.

Páginas 2 e 3

Fragmentos em busca do *Pampa Negro*

Escavações na Charqueada São João revelam inúmeras peças e geram entusiasmo

Michèle Ferraz

Peletas. Pedações de cachimbo com decoração africana, cacos de louça, vidros, remédios, talhoes, uma panela de cerâmica pronta para ser recuperada, um pedaço de caco de tijolo... São muitos os fragmentos encontrados nas escavações que passaram 50 dias na Charqueada São João. É mais uma etapa do projeto *O Pampa Negro: A Arqueologia Removida na Região Meridional do Brasil*, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É um trabalho minucioso, com potencial para durar anos. E enquanto ficam os olhos a cada descoberta, os pesquisadores projetam onde abrir novas trincheiras. O que não faltam são pontos a escavar na charqueada que funcionou por 130 anos.

Até agora, as atenções da equipe voltam-se a uma malha de dez metros de largura e cerca de um metro de profundidade que, deitada, revelou restos de uma construção de um prédio que, ao que tudo indica, era um galpão. Um espaço multifuncional, que servia tanto para sociabilidade dos escravos, quanto para

Equipe de UFPel abre longa trincheira e descobre as fundações de um prédio que deve ter funcionado como galpão

depósito de ferramentas e armazenagem do rancho - explica o coordenador do projeto, o professor Lúcio Moniz.

Informações do inventário, observação de imagens de satélite e dados coletados com o equipamento Estação Total - que verifica a topografia do terreno - ajudam a definir os locais a serem escavados na São João. O prédio interno da Charqueada, por exemplo, está no rolamento e tende a apresentar ainda mais peças e objetos, visto

que era área de circulação, onde ocorriam várias atividades cotidianas. E, o principal: os fragmentos estão longe de ser apenas mais um número, devidamente cadastrado. "Existe um comportamento por trás do objeto. É, um mesmo objeto pode ter sido utilizado de diferentes formas. Por isso, ao longo do tempo, podemos cruzar informações e fazer comparações entre contextos", destaca o arqueólogo Afonso Gomes Alves.

Minúcia no sítio e no laboratório

Se em campo, pesquisas pias, pincéis, peneiras, escovas, selos, baldes e outros preparados a esmoço são essenciais na busca por vestígios, no Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material, o trabalho segue. E também meticuloso. Os fragmentos, devidamente identificados por quadrícula, não raro, são cuidadosamente observados

em microscópio para que, na lupa, todos os tipos de acabamento saiam e revelem o máximo de informações possíveis.

São análises que ajudam a verificar se a peça foi fabricada em Pelotas e sob quais influências. "São atributos que nos permitem inferir de quais grupos, indígenas ou africanos, por exemplo, são aquelas características", enfatiza Alves. É uma atividade de paciência. No sítio e nos estudos que estão por vir a partir do material recolhido. Muitas matrizes, cerâmicas, desenhos e fotografias. Todos os detalhes são registrados, para que junto a mapas e a programas de informática, a localização e até a profundidade dos objetos ganhe sentido, em uma volta ao

passado que quer - também - a transformação do presente.

Rede Internacional. O projeto *O Pampa Negro* está inserido em uma rede internacional de pesquisa sobre afrodescendentes. A troca de informações inclui pesquisadores da Argentina, Cuba, Estados Unidos e também da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo. Desde que começaram as escavações, pesquisadores do Uruguai, da Alemanha e da Venezuela também já passaram em solo pelotense, com o objetivo de colher dados sobre o sistema escravista.

"É uma rede de colaboração que nos permite comparações continentais", comemora Lúcio Moniz, também coordenador do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Uma oportunidade que atrai os estrangeiros: "São muito poucos pesquisadores que se dedicam a estudar a Diáspora Africana. Por isso, é muito necessária essa articulação", afirma a professora da Ilacsa de Antropologia da Universidade Central da Venezuela, Yara Allen.

Alça de cerâmica, do início do século 19, é um dos inúmeros fragmentos

Artigo ibidê também estava no local: um espaço multifuncional

Claudia, minha filha

Um ano, 365 dias sofridos e chorados pela incalculável perda da tua presença física.

Foste brutalmente arrancada de dentro da tua casa pela maldade humana. Sorrateiramente, como agem os covardes. Sentimentos que desconheces, pois sempre foste franca e leal.

A saudade correu a nessa alma e o nosso coração. A nossa dor é indescritível.

Como é bom ver que a vida continua e nos confortamos com a certeza do reencontro.

Filha, deixaste um legado de competente profissional e como ser humano, caridosa, amiga, alegre e companheira. Ótima filha, esposa, irmã, mãe, sobrinha, tia, prima e dinda.

Jesus te abençoe.
Te amamos. Mãe.

SEST SENAT

NO SEST SENAT VOCÊ ENCONTRA ESPAÇOS AMPLOS E MODERNOS PARA REALIZAR SUA FESTA, TAMBÉM DISPONÍVELS DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, GAMA ELÁSTICA E PISCINA DE BOLINHAS. TODOS A PREÇOS ACESSÍVEIS. INFORMAÇÕES 3284.1840

Cursos maio 2016, 2017	Oficinas e Atividades maio 2016, 2017	Consulte Valores
Atualização Emergência	23/04	
Atualização MOPP	25/04	
Transporte de Emergência	02/05	
Taxista profissional	02/05	
Atualização Coletivo	06/05	
Transporte Escolar	16/05	
Cargos Individuais	21/05	Atendimento Multissistêmico
Transporte Coletivo	23/05	
Manutenção Profissional	06/06	
Locação de Salão para Festas		

Cursos GRATUITOS para trabalhadores de transporte e seus dependentes

Pagamentos em até 3x no Cartão de Crédito.

Av. Ulisses Guimarães, 1.200 - 1º andar - Pelotas/RS
Fone 3284.1840 (geral) - E-mail: postos@sestsenat.org.br
Cada mesa possui um Painel de SEST SENAT Pelotas

Criação de um museu ganha força

A fatura de peças reveladas, logo na primeira trincheira, faz crescer o entusiasmo. O empresário Marcelo Menezes Terra já cogita a criação de um museu, como também a possibilidade de um dos locais ser usado para exposições às artes locais. "Estamos muito contentes, muito empolgados com a qualidade do trabalho. É um sentimento que se espalha entre moradores, funcionários e visitantes da Charqueada São João, um dos bairros periferia de Pelotas,

as margens do arroio Pelotas.

É as descobertas remetem também nas memórias afetivas. Impossível não lembrar das antigas cozinhas da bisavó Amélia Tavares Moreira, charqueadeira, "já nos tempos do homem livre" - ressalta. Os vasos, principalmente de gado, encontrados na escavação remetem às lembranças de vó Malinha sobre a cozinha dos resíduos para fabricação do cal que servia para pintar a casa. "As coisas vão se acumulando. É fantástico." São informações que abrem o interesse das novas gerações e criam os silos. De 1807, quando a São João - de propriedade do português Antônio José Gonçalves Chaves - entrou em operação, até 1937, quando a carne salgada - que por décadas serviu de ração a escravos - deixou de ser produzida.

É uma terra que guarda história. É de lá. A Charqueada chegou a possuir até 200 escravos e na saída da maior produção, entre novembro e maio, em torno de 200 mil cabeças de gado foram abatidas. Era uma rotina de até 15 horas diárias

de serviço e exploração da mão de obra negra para gerar a riqueza e o patrimônio da que, ainda hoje, a cidade se orgulha.

"Gostaríamos que as escavações realizadas aqui servissem de exemplo de que o trabalho arqueológico pode ocorrer em paralelo ao desenvolvimento econômico", destaca o empresário, que se criou naquelas terras. As mesmas onde também vive a filha Júlia, hoje com 20 anos, correr e brincar. E ouvir a volta história das memórias de avó, contada a cada safra.

A cada época de malança. É de sangue.

Pedra de cachimbo com decoração africana é uma das prioridades

Cada objeto é devidamente registrado e separado por quadriculas numeradas

Relembre

Em cinco anos, *O Jampa Negro* já ajudou nove charqueadas. Sempre com o mesmo desafio: informar a comunidade sobre os processos sociais e políticos que nos conduziram até os dias atuais. É o desenvolvimento de políticas culturais, por meio da arqueologia, é fundamental para transformar as condições sociais em que vivemos e não apenas da população afrodescendente - defende o coordenador do projeto. "Eu diria que racismo equivale não só ao do do outro. Racismo é, basicamente, ignorância histórica sobre o outro e si mesmo". É algo a qualificar a partir, também, do conhecimento.

RESTAURANTE
House Finn
Em Meio Redondo
Burgers - buffet com cardê
cozido com toque da culinária
Nórdica, acompanhamento de charque, grelhado e Pato à Pururuca,
sobremesa cortada.
☎ 3227 3443
Av. Jacarandá, 38 - Centro

Querida Claudia

Hoje faz exatamente um ano que misteriosamente desapareceste.

O Brasil é o quinto país do mundo em violência contra mulheres.

Foste mais uma vítima dessa brutal violência.

Uma pessoa capaz de valer-se da fragilidade de uma mulher, para covardemente tirar-lhe a vida, é a pior das criaturas da face da Terra. É tão covarde que se esconde na impunidade, arquivando passo a passo de maneira a não ser descoberta.

Alguém tão desconectado do Bem e da condição de humano, de uma dureza de sentimentos, de egoísmo tal, tem uma visão distorcida da realidade, não enxergando o mal que causou, julgando-se no direito de impor sua vontade através da violência e da total desconsideração e desvalorização do outro.

Com o passar do tempo, fomos perdendo a esperança de que voltarias ao nosso convívio. Infelizmente não sabíamos o que fizessem contigo, o que é uma tortura diária, reforçando o imenso vazio que deixaste na vida de tua mãe, familiares, amigos, colegas e alunos.

Creemos piamente na Justiça Divina com a certeza de que recebes o amparo, a esperança e a fé, diante desta situação.

A Justiça Humana deve a ti e a toda a sociedade uma explicação, assim como a responsabilização dos autores do teu desaparecimento, determinando a devida punição.

Familiares e amigos da Claudia.

Dr. PEDRO HENRIQUE ISAACSSON VELHO

Oncologista Clínico

Prevenção - Diagnóstico - Tratamento

Especialista pela Seção de Câncer do Hospital de SP - Universidade de São Paulo
Especialista em Câncer no Instituto Hospital - Baurmeier - SP
Membro da American Society of Clinical Oncology

Rua 15 de Novembro, nº 1100 - Hospital Clínicap
Telefone: 3225-6417

Dr. João Ivan Lopes Jr.

Desde 1994
Cirurgia da coluna vertebral adulta e infantil

Dr. João Ivan Lopes

Desde 1994
Cirurgia da coluna vertebral adulta

Membros Titulares da Sociedade Brasileira de Coluna
Membros Titulares da Sociedade Brasileira de Coluna Minicolumnar Inversa
Memberships of ASOSpine Latin America

- Deformidades (cifose, escoliose...)
- Doenças degenerativas (artrose...)
- Doenças osteometabólicas (osteoporose)
- Hérnia de disco (cálica)
- Infecções da coluna
- Fratura da coluna
- Tumores da coluna

Consultório: Rua Almeida Barreto, 2.962 - Pelotas - RS
Fones: (51) 3225.8722 | 3228.8033 | 3228.8038
Consulte a agenda em: www.boca-matéria.com

ANEXO B – Regulamento Interno do LÂMINA/UFPeI

Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica - ICH/UFPEL (LÂMINA)

REGULAMENTO

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - O Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA) integra a estrutura acadêmica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – ICH/UFPEL. O LÂMINA é multidisciplinar e transversal. Serve, assim, aos projetos de ensino, pesquisa e extensão, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, dos pesquisadores e professores da área de Arqueologia do ICH/UFPEL. O LÂMINA tem por finalidade viabilizar o ensino e a realização de pesquisas interdisciplinares sobre temáticas arqueológicas, buscando favorecer uma maior aproximação entre academia e sociedade. Nessa linha, o LÂMINA pauta-se em duas vertentes gerais e articuladas: a) a pesquisa básica como subsídio do ensino e da extensão universitária; b) a ênfase na preservação e proteção de sítios e materiais arqueológicos.

Parágrafo Único: Para cumprir sua finalidade o LÂMINA pretende:

- 1 - Incentivar a concepção e execução de projetos com a participação de comunidades locais, bem como promover projetos de musealização e exposições temáticas de coleções arqueológicas;
- 2 – Incentivar, apoiar e promover políticas públicas de proteção aos sítios arqueológicos da região Meridional do Rio Grande do Sul e, especialmente, da cidade de Pelotas;
- 3 - Promover uma política de gestão imediata de acervos arqueológicos, visando a preservação e salvaguarda da documentação arqueológica primária e secundária através dos seguintes instrumentos mínimos:
 - a) Elaboração de protocolos padronizados de registro de informações e coleta em campo;
 - b) Elaboração de protocolos padronizados para conservação imediata de sítios arqueológicos onde forem realizadas intervenções e dos materiais arqueológicos coletados;

c) Definição de procedimentos padronizados de curadoria, registro permanente, conservação e restauro de materiais arqueológicos,

d) Definição de procedimentos padronizados para garantia da salvaguarda das informações geradas sobre os sítios e materiais arqueológicos;

e) Manter boletim atualizado, veiculando os resultados preliminares ou parciais das pesquisas em andamento, bem como um histórico das pesquisas já concluídas.

4 - Captar recursos para a realização de pesquisas, exposições, ações curatoriais e demais ações preservacionistas, junto às instituições de fomento nacionais e estrangeiras;

5 - Promover a divulgação científica, para a comunidade acadêmica e outros grupos de interessados, fomentando a publicação e ampla circulação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do LÂMINA.

Art. 2º - O LÂMINA reger-se-á pelas Resoluções da UFPEL e pelas disposições estabelecidas neste Regulamento.

CAPÍTULO II DO QUADRO FUNCIONAL

Art. 3º - Para o desempenho de suas finalidades acadêmicas o LÂMINA é constituído de:

I - Pesquisadores Integrantes;

II - Pesquisadores Colaboradores;

III - Estagiários;

IV – Servidores Técnicos Administrativos.

Parágrafo 1º - Os Pesquisadores Integrantes do LÂMINA são professores da UFPEL, de Arqueologia ou áreas afins, que realizem pesquisas em temáticas de Arqueologia. Poderão integrar essa categoria professores de outras Universidades, nacionais ou internacionais, assim como outros perfis de pesquisadores, desde que de acordo com os procedimentos de aceitação definidos pelos Artigos 10º e 11º desse Regulamento.

Parágrafo 2º - Os Pesquisadores Colaboradores são graduandos ou graduados, pós-graduandos ou mestres e doutores do ICH/UFPEL e demais Centros, Institutos e Departamentos da UFPEL. Desde que de acordo com os procedimentos definidos pelos Artigos 10º e 11º, também são admitidos como Pesquisadores Colaboradores: a) estudantes de pós-graduação de outras universidades brasileiras ou estrangeiras, orientados ou não pelos pesquisadores do LÂMINA e/ou vinculados a seus projetos de pesquisa e b) Doutorandos coordenadores de seus próprios projetos, independente da Universidade de filiação.

Parágrafo 3º - Os Estagiários associados ao LÂMINA deverão estar integrados aos quadros discentes da UFPEL, orientados pelos pesquisadores do LÂMINA e/ou vinculados aos projetos de pesquisa dos mesmos. Nessa categoria, serão admitidos, ainda, alunos da UFPEL que devam cumprir horas complementares obrigatórias, definidas pelos PPCs dos cursos de graduação da UFPEL. Desde que de acordo com os procedimentos definidos pelos Artigos 10º e 11º, também serão admitidos como Estagiários estudantes de graduação de outras Universidades brasileiras.

Parágrafo 4º - O quadro de funcionários do LÂMINA deverá contemplar ao menos um secretário (a) e três técnicos especializados, respectivamente, em Arqueologia, Museologia e Conservação e Restauro de materiais arqueológicos. Todos deverão ser recrutados, primordialmente, no interior dos quadros de funcionários da UFPel. Serão designados, assim, pela Direção do ICH/UFPel.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º- A estrutura organizacional do LÂMINA conta com coordenação tríplice: Geral; Pesquisa e Gestão de Acervos; Ensino e Extensão Universitária. A Coordenação Tríplice tem autonomia para tomada de decisões de necessidade imediata, periodicamente submetidas a um Plenário.

Art. 5º - O Plenário é composto por representantes das categorias funcionais do LÂMINA, assim organizados:

- 1 - Coordenação Geral;
- 2 - Coordenação de Pesquisa e Gestão de Acervos;
- 3 - Coordenação de Ensino e Extensão Universitária;
- 4 - Demais Pesquisadores Integrantes do LÂMINA;
- 5 - Representantes dos discentes UFPel (graduação e/ou pós-graduação);
- 6 - Representante dos servidores técnico-administrativos.

Art. 6º - No caso das categorias funcionais previstas nesse Regulamento não estarem todas preenchidas, o Plenário pode ser instalado com um mínimo de cinco representantes.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º - A Tripla Coordenação do LÂMINA exercer-se-á conforme determina as Resoluções do ICH/UFPel. Cabe a ela, conjuntamente:

- a) Zelar pelo funcionamento do LÂMINA nos termos desse Regulamento;
- b) Apresentar ao Plenário as iniciativas administrativas tomadas em caráter de urgência para viabilizar o desempenho das finalidades do LÂMINA;
- c) Elaborar planejamentos, orçamentos e balanços anuais e submetê-los à aprovação do Plenário;
- d) Representar, individual ou coletivamente, o Laboratório em instâncias interdepartamentais e/ou administrativas da UFPel (respeitando-se a necessidade de

consenso na Coordenação Tríplice para tomada de decisões imediatas não submetidas à aprovação pelo Plenário)

Art. 8º - Das atribuições específicas das Coordenações:

Parágrafo 1º - São atribuições da Coordenação Geral:

- a) Convocar as reuniões ordinárias do Conselho;
- b) Gestão financeira do laboratório (incluindo-se o planejamento orçamentário geral e os orçamentos específicos das demais coordenações).
- c) Controle do uso de equipamentos, instrumentos, ferramentas e demais materiais utilizados em campo e em laboratório;
- d) Destinar os espaços internos do laboratório;
- e) Mediar, conjuntamente aos demais Pesquisadores Integrantes, convênios e parcerias com outras instituições que desenvolvam pesquisas arqueológicas no país e no exterior, bem como instituições de memória que abriguem acervos arqueológicos, visando o desenvolvimento de projetos do LÂMINA ou de seus integrantes, aprovados em Plenário.

Parágrafo 2º - São atribuições da Coordenação de Pesquisa e Gestão de Acervos:

- a) Elaboração, teste, aprimoramento e aplicação dos protocolos de registro e pela guarda de materiais e informações arqueológicas;
- b) Levar à coordenação geral as demandas orçamentárias por recursos para equipamentos, mobiliário, espaço físico, etc., relativo aos projetos de pesquisa em andamento;
- c) Atender demandas dos responsáveis por projetos de pesquisa em andamento, bem como zelar pelas necessárias condições materiais e humanas para a continuidade de tais projetos.

Parágrafo 3º - São atribuições da Coordenação de Ensino e Extensão Universitária:

- a) Promover ações junto à comunidade acadêmica e ao grande público visando a divulgação, o debate e a apropriação social, das atividades desenvolvidas pelo LÂMINA;
- b) Elaboração de programas temáticos de interesse geral do LÂMINA, integrando pesquisas básicas, atividades de ensino e de extensão universitária;
- c) Elaboração de atividades de extensão universitária capazes de manter contato freqüente e perpétuo com as comunidades locais; dentre as quais a publicação de boletim atualizado contendo resultados preliminares ou parciais das pesquisas em andamento, bem como um histórico das pesquisas já concluídas.

- d) Apresentar à Coordenação Geral todas as demandas relativas à realização de atividades de ensino junto ao LÂMINA.

SEÇÃO II DO PLENÁRIO

Art. 9º - Ao Plenário compete:

Parágrafo 1º - Eleger seus membros em votação aberta com maioria simples de votos. Todos os cargos e representações terão mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos por duas vezes consecutivas. Os cargos de Coordenação serão ocupados pelos pesquisadores integrantes pertencentes aos quadros do ICH-UFPeL.

Parágrafo 2º - Reunir-se em caráter ordinário ao menos a cada três meses, presidido pelo Coordenador Geral ou representante por ele designado.

Parágrafo 3º - Reunir-se em caráter extraordinário, quando convocado por uma das três Coordenações, nesse caso presidido pela Coordenação da convocação;

Parágrafo 4º - Discutir e aprovar projetos, convênios, planejamentos, orçamentos, resultados e balanços apresentados pela Coordenação Tríplex, incluindo-se as decisões de interesse geral do LÂMINA, tomadas consensualmente pelas coordenações, de acordo com os Artigos 7º e 8º desse Regulamento;

Parágrafo 5º - Discutir e aprovar as associações propostas pela Coordenação de Pesquisa e Extensão: a) a associação de Pesquisadores Associados de outras universidades, brasileiras ou estrangeiras; b) a associação de estudantes de pós-graduação de outras universidades, brasileiras ou estrangeiras; c) a associação de Estagiários oriundos de Cursos de Graduação de outras universidades brasileiras; d) aprovação de convênios nacionais ou internacionais.

Parágrafo 6º - Deliberar sobre a exclusão dos integrantes do LÂMINA, por não cumprimento desse Regulamento ou das rotinas de pesquisa, extensão e educação;

Parágrafo 7º - Discutir e propor eventuais modificações neste Regulamento;

Parágrafo 8º - Discutir e deliberar sobre os casos omissos neste Regulamento;

SEÇÃO III DOS INTEGRANTES DO LABORATÓRIO

Art. 10º - A todos os integrantes do LÂMINA cabe o cumprimento da política de gestão de documentação arqueológica, incluindo-se aí materiais e informações geradas de seu registro e estudo. Todos devem cumprir os protocolos de registro, coleta e conservação imediata de sítios e materiais arqueológicos.

Parágrafo Único: A aprovação de qualquer projeto de pesquisa, em arqueologia consultiva ou acadêmica, deverá destinar parte das verbas obtidas para a conservação dos materiais arqueológicos, sempre de acordo com as deliberações e decisões do Plenário.

CAPÍTULO V

ÁREA LABORATORIAL PARA ESTUDO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Art. 11º - O LÂMINA disporá de uma área laboratorial, com equipamentos e mobiliários adequados, organizada no âmbito da estrutura do ICH/UFPeL e de acordo com o Artigo 1º, Parágrafo Único desse Regulamento. Essa área destinar-se-á aos projetos de ensino, extensão e pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPeL, especialmente aqueles ligados à área de Arqueologia.

Parágrafo 1º – Ao Plenário e aos Técnicos Especializados e servidores técnicos administrativos do LÂMINA caberão o cumprimento das políticas e protocolos de conservação dos materiais arqueológicos, normas de ingresso dos materiais arqueológicos, critérios de coleta, descarte, re-enterramento e protocolos de documentação arqueológica primária oriundos dos projetos de educação e pesquisa do LÂMINA. Tratarão, portanto, do arquivamento da documentação arqueológica, dos tratamentos curativos, catalogação, numeração, inventário e armazenamento, em recipientes adequados, dos materiais arqueológicos, até o momento de sua transferência definitiva para a Reserva Técnica da UFPEL;

Parágrafo 2º – A organização da área laboratorial, bem como as regras de uso de seus equipamentos e mobiliários, estará sujeita à deliberação permanente do Plenário do LÂMINA;

Parágrafo 3º – Caberá aos Coordenadores organizar o uso dos equipamentos do LÂMINA; para tanto, haverá que se seguir os devidos trâmites burocráticos para salvaguardar e garantir a integridade e manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO VI

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO LABORATÓRIO EM PROJETOS DE ARQUEOLOGIA CONSULTIVA

Artigo 12º – A missão fundamental do LÂMINA dirige-se aos projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária de seus pesquisadores integrantes e colaboradores, conforme estipulado no Artigo 1º desse regulamento. O LÂMINA poderá conduzir, conduzir, processos de arqueologia consultiva, concorrendo a editais e licitações públicas ou privadas e executando os projetos, desde que sob aprovação do Plenário, respeitando-se os interesses e avaliando-se os benefícios promovidos aos projetos de pesquisa em desenvolvimento ou já aprovados.

Parágrafo Único – Para serem aprovados, os projetos de arqueologia consultiva deverão apresentar, para discussão e aprovação pelo Plenário, uma proposta de contrapartida financeira ao LÂMINA. Caberá à Tripla Coordenação elaborar e submeter ao Plenário as propostas de aplicação de 80% desses recursos, sendo que os 20% restantes serão destinados ao ICH/UFPEL, cabendo à Direção do ICH/UFPEL dispor sobre sua aplicação. Tais recursos devem ser revertidos unicamente às demandas infra-estruturais e administrativas do LÂMINA. Os pesquisadores integrantes do LÂMINA, para executarem os trabalhos de arqueologia

consultiva, deverão dispor unicamente de diárias, segundo os valores definidos pelo Governo Federal e Agências de Fomento à Pesquisa.

CAPÍTULO VII

SOBRE A PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

Artigo 13º – Para incrementar a missão fundamental do LÂMINA, estipulada no Artigo 1º desse regulamento, bem como inseri-lo em âmbito nacional e internacional, caber-lhe-á promover e executar convênios com universidades brasileiras e estrangeiras. Tais convênios visarão a propiciar análises comparativas ligadas a temáticas arqueológicas específicas e/ou sínteses regionais em âmbito nacional, bem como missões de estudo e trabalho dos Pesquisadores Integrantes do LÂMINA.

Parágrafo Único – O LÂMINA terá autonomia para gerir os convênios nacionais e internacionais, desde que os submeta à aprovação da Direção do ICH, por meio do Conselho Departamental, e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

ANEXO C – Regimento Interno do MUARAN/UFPel

**REGIMENTO INTERNO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E
ANTROPOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS****CAPÍTULO 1****DESTINAÇÃO DO REGIMENTO**

Artigo 1º. O regimento interno do Museu Arqueológico e Antropológico da Universidade Federal de Pelotas é destinado a atender às seguintes necessidades:

- I. Explicitar a missão institucional, caracterizar e denominar o Museu;
- II. Definir suas políticas e objetivos institucionais;
- III. Prever sua estrutura de funcionamento e demais disposições;

CAPÍTULO 2**CARACTERIZAÇÃO E MISSÃO**

Artigo 1º. O Museu Arqueológico e Antropológico da Universidade Federal de Pelotas é identificado por este nome, por meio da sigla MUARAN-UFPel, ou por sua variante abreviada, MUARAN.

Parágrafo único. Outras denominações, utilizadas no decorrer de sua implantação, tais como “Museu de Arqueologia”, “Museu de Antropologia e Arqueologia de Pelotas”, ou “Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel”, ficam revogadas a partir da aprovação deste regimento.

Artigo 2º. O MUARAN-UFPel é um órgão suplementar do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPel), estando sujeito às regulamentações deste Instituto e da própria Universidade.

I. A implantação do MUARAN está prevista desde 11 de novembro de 2008, data do cadastro de projeto específico de extensão universitária com tal finalidade, codificado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas sob o número 53007238.

II. A Universidade Federal de Pelotas ratificou o processo de implantação do MUARAN ao constituir comissão a ele destinada, por meio da portaria número 759, de 18 de maio de 2009.

Artigo 3º. O Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel tem a missão de incentivar o interesse público, a preservação, sistematização e divulgação dos patrimônios arqueológico e etnológico, suas interpretações e usos culturais, de modo democrático e colaborativo; além de apoiar pesquisas arqueológicas, antropológicas e multidisciplinares que considerem manifestações culturais atuais e pregressas, sítios, registros e acervos móveis que testemunhem a presença indígena e a escravidão, seus desdobramentos sócio-políticos e transculturais na região de Pelotas, bem como em âmbito global.

Parágrafo único. A prioridade dada às presenças indígena e africana na região de Pelotas não configura impedimento à consideração de outros coletivos tradicionais, desta região e d'alhures, nas ações do MUARAN.

Artigo 4º. A área de atuação do MUARAN-UFPel pode ser definida em três territórios sobrepostos, aos quais correspondem níveis de importância assim estabelecidos:

I. A prioridade máxima das ações do MUARAN está voltada para a própria Universidade Federal de Pelotas, ou seja, para sua comunidade acadêmica, utentes e vizinhança imediata, sítios e acervos integrados ao seu patrimônio, ou estudados por seus pesquisadores. O que implica em levantar exaustivamente, participar da gestão e fomentar a pesquisa acerca dos acervos arqueológicos e etnográficos salvaguardados na Universidade.

II. O segundo nível de prioridade do MUARAN corresponde ao município de Pelotas, e a todos os municípios de sua circunvizinhança. São eles, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Morro Redondo, Pedro Osório, Rio Grande, São Lourenço do Sul, São José do Norte e Turucu. Coletivos humanos, acervos móveis, sítios, narrativas e paisagens dessa área são: a- objeto das ações de cunho cultural e educativo do Museu; b- roteiro da itinerância de suas exposições; c- alvo de seus cursos de capacitação e ações curatoriais.

III. Os países banhados pela Bacia Hidrográfica do Rio da Prata constituem o terceiro nível de prioridade do MUARAN. A eles se destinam convênios de cooperação acadêmicos e científicos, missões de pesquisa, permutas de acervo, esforços de divulgação científica e de formação complementar, dentre outras atividades provindas de demandas locais, tanto no Brasil, quanto nos países vizinhos.

Artigo 5º. Compreendendo a natureza dinâmica e plural dos processos de musealização, considerando a etnomuseologia e a musealização da arqueologia em sentido amplo, o MUARAN-UFPel não restringe nem condiciona seu funcionamento ao espaço físico de uma sede, valoriza a itinerância de exposições e promove ações sócio-educativas, culturais, de ensino e pesquisa nos locais de vivência e pertencimento dos grupos envolvidos, além de fomentar e contribuir para a preservação de acervos salvaguardados em outras instituições. São implicações dessa caracterização:

- I. O fomento de gestão compartilhada de acervos e sítios entre grupos sociais e instituições competentes, situados ou em trânsito na área de atuação do Museu;
- II. O atendimento de demandas sociais envolvendo os patrimônios arqueológico e etnológico situados ou em trânsito na área de atuação do Museu;
- III. O apoio às atividades etnomuseológicas, de musealização da arqueologia ou congêneres, desenvolvidas na área de atuação do Museu ou por integrantes da Universidade Federal de Pelotas;
- IV. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária;
- V. O zelo pela indissociabilidade entre acervos arqueológicos e etnográficos, dados gráficos, topográficos ou narrativas oriundos de trabalhos de campo.
- VI. A potencialização dos acervos, sítios e registros de natureza arqueológica ou etnográfica salvaguardados pela Universidade Federal de Pelotas, por meio de sua documentação museológica, divulgação e usos públicos;

Artigo 6º. O MUARAN-UFPel integra o projeto “Laneira Casa de Museus” desde o dia 8 de outubro de 2013. O projeto prevê a instalação de um complexo de museus no edifício da antiga Fábrica Laneira Brasileira, situado à avenida Duque de Caxias, em Pelotas, RS, Brasil.

Parágrafo único: O MUARAN está em pleno acordo com o regimento da Laneira, Casa dos Museu, aprovado pelo Conselho Universitário da UFPel.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS E OBJETIVOS

Artigo 1º. O MUARAN-UFPeI promove o encontro entre a comunidade universitária e pessoas ou coletivos externos a ela, de modo colaborativo e em benefício da preservação de referenciais arqueológicos e etnológicos, do combate à desigualdade social e a outros problemas vinculados aos processos de colonização.

Artigo 2º. O MUARAN-UFPeI se compromete com as políticas públicas para a gestão do patrimônio cultural, expressas numa série de normativas nacionais e internacionais, quais sejam:

- I. O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), o Estatuto Nacional dos Museus, as diretrizes do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Conselho Internacional de Museologia (ICOM).
- II. Instruções e portarias do Conselho Nacional de Arqueologia (CNA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), diretrizes do Congresso Mundial de Arqueologia (WAC) ou prescritas na Carta de Lousanne (UNESCO).
- III. A Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008, que altera as leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação nacional.

Artigo 3º. Diante de todos os instrumentos legais cabíveis, para plena e legítima realização de suas funções, o MUARAN-UFPeI assume como objetivos:

- I. Fomentar pesquisas que contemplem a produção simbólica e a diversidade cultural;
- II. Desenvolver ações educativo-culturais e de formação em graduação e pós-graduação;
- III. Contribuir para a ampliação e para o fortalecimento da função social dos museus arqueológicos, etnográficos e de comunidade;
- IV. Reconhecer e identificar relações entre as coleções, sítios, narrativas e paisagens e as comunidades, redes de pesquisa e de cooperação técnico-científica;
- V. Estabelecer espaços de referência cultural como bem simbólico, para a afirmação de identidades;
- VI. Valorizar a memória e os saberes locais, promovendo a integração das comunidades;

- VII. Apoiar e promover a revitalização de espaços públicos ociosos, para que sejam utilizados por programas museais;
- VIII. Promover a transformação de sítios arqueológicos em museus de território; preservando-os e propiciando a emancipação das comunidades situadas em seu entorno.
- IX. Desenvolver a gestão participativa por meio de políticas, metodologias e processos que a garantam;
- X. Potencializar a comunicação e a pesquisa de acervos arqueológicos e etnológicos;
- XI. Incentivar a cooperação entre profissionais de museus (inclusive em formação) de diferentes áreas;
- XII. Garantir a segurança, a sustentabilidade econômica e ambiental, a acessibilidade, e a gestão participativa em todas as ações do museu;
- XIII. Propiciar a horizontalidade na troca de saberes entre o museu e os grupos sociais por ele abordados;
- XIV. Apoiar, fomentar e estabelecer convênios e parcerias que contemplem a etnomuseologia.
- XV. Contribuir, em suas áreas de atuação, para o debate acerca da definição das competências do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na gestão museológica dos acervos arqueológicos;
- XVI. Contribuir com a criação de políticas públicas que visem a musealização do patrimônio arqueológico;
- XVII. Promover a integralização da gestão dos patrimônios arqueológico e etnológico na formação e capacitação de profissionais de museu, estimulando a criação de redes de professores, sítios-escola compartilhados, cursos de capacitação e sistemas de cooperação técnico-científica;
- XVIII. Contribuir com a valorização da dignidade humana e promover a cidadania;
- XIX. Contribuir para a preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- XX. Permitir a universalidade do acesso à informação, o respeito e a valorização da diversidade cultural;
- XXI. Estabelecer processos comunicativos relacionados aos temas arqueológicos e antropológicos de modo colaborativo, envolvendo os grupos culturais implicados em comissões, projetos e no conselho deliberativo;
- XXII. Promover e divulgar pesquisas nas áreas de arqueologia, antropologia e museologia, além de apoiar atividades de pesquisas direta ou indiretamente associadas a essas áreas.
- XXIII. Estabelecer política própria de aquisição e descarte de acervos arqueológicos e etnológicos.

XXIV. Garantir a indissociabilidade entre a documentação arqueológica e etnográfica e os acervos a ela pertinentes.

XXV. Contemplar aspectos da formação histórica e cultural brasileira que envolvam a história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as contribuições na área social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Artigo 4º. Dentre os objetivos do MUARAN está o de gerir em parceria com o conjunto dos laboratórios e núcleos de pesquisa pertinentes, a reserva técnica central do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPEL), contribuindo decisivamente para a integração das coleções arqueológicas e etnológicas salvaguardadas por esta única instituição.

CAPÍTULO 4

QUADRO SOCIAL E ESTRUTURA DE GESTÃO

Artigo 1º. Pode pertencer ao MUARAN-UFPEL qualquer pessoa, sem distinção de sexo, nacionalidade ou cor, que esteja de acordo com os princípios, finalidades e normas estabelecidas neste estatuto.

Artigo 2º. A gestão do MUARAN-UFPEL se estrutura de modo a privilegiar a coletividade e a horizontalidade, em três instâncias de decisão assim ordenadas:

I. A instância máxima de decisões é a Plenária do MUARAN, da qual podem participar todas as pessoas que integram o Museu. Não há limite máximo para o número de participantes das Plenárias do MUARAN;

II. O Conselho Gestor é a instância intermediária de decisões, subordinada apenas à Plenária do MUARAN. Nele possuem representação a comunidade acadêmica da UFPEL, parceiros externos a ela, coletivos indígenas e quilombolas assim distribuídos: 1 representante dos docentes e técnicos do ICH-UFPEL; 1 representante dos discentes da UFPEL; 1 representante de cada parceiro institucional do MUARAN; 1 a 3 representantes indígenas; 1 a 3 representantes quilombolas; 1 a 3 integrantes da Coordenação Colegiada;

III. A Coordenação Colegiada é a primeira instância de decisões do MUARAN, se subordina tanto ao Conselho Gestor, quanto à Plenária do MUARAN e é composta por até três funcionários do quadro permanente da UFPEL, sejam eles docentes ou técnicos, assim

distribuídos: 1 coordenador(a) administrativo; 1 coordenador(a) de ensino e pesquisa; 1 coordenador(a) de extensão e cultura.

Artigo 3º. São atribuições da Plenária do MUIRAN-UFPEL:

- I. Tomar as decisões mais importantes referentes ao MUIRAN de modo democrático e independente, constituindo-se como instância máxima de decisões internas;
- II. Garantir a perpetuação do Museu e a plena realização de suas ações, em observação à missão, às políticas e aos objetivos contidos nesse regimento;
- III. Reunir-se anualmente, ou extraordinariamente, mediante convocatória do Conselho Gestor ou da Coordenação Colegiada, com ampla divulgação;
- IV. Acolher, debater e deliberar acerca dos encaminhamentos emanados do Conselho Gestor ou da Coordenação Colegiada;
- V. Acolher, debater e deliberar acerca de demandas sociais provenientes de qualquer pessoa ou coletivo situado ou em trânsito na área de atuação do MUIRAN, em qualquer de seus níveis de prioridade;
- VI. Reconhecer os integrantes do Conselho Gestor, suas atribuições e encaminhamentos;
- VII. Eleger os integrantes da Coordenação Colegiada, reconhecendo suas atribuições e encaminhamentos.

Artigo 4º. São atribuições do Conselho Gestor do MUIRAN-UFPEL:

- I. Definir as ações de cunho técnico-científico e de cunho sócio-cultural a serem realizadas pelo MUIRAN, constituindo-se como instância intermediária de decisões, subordinada apenas à Plenária do MUIRAN;
- II. Reunir-se semestralmente, ou extraordinariamente, mediante convocatória da Coordenação Colegiada;
- III. Acolher, debater e deliberar acerca de projetos, propostas e demandas provenientes da comunidade acadêmica da UFPEL;
- IV. Acolher, debater e deliberar acerca de projetos, propostas e demandas provenientes de pessoas e coletivos situados ou em trânsito na área de atuação do Museu, independentemente do nível de prioridade;
- V. Zelar pela legitimidade dos representantes que compõem o Conselho Gestor, coibindo abusos, primando pela alternância e pela legitimidade de seus representantes;
- VI. Garantir a abrangência de suas representações por meio de regulamento próprio a ser submetido à Plenária do MUIRAN;

VII. Elaborar um plano trienal de ações do MUARAN-UFPeI, primando pela missão institucional, pelas políticas e objetivos do Museu.

Artigo 5º. São atribuições da Coordenação Colegiada do MUARAN-UFPeI:

- I. Garantir a execução das deliberações da Plenária do MUARAN e das ações definidas pelo Conselho Gestor do MUARAN;
- II. Atuar como porta-voz do Museu por meio de qualquer um de seus integrantes onde interessar possa;
- III. Encaminhar ao Conselho Gestor e à Plenária do MUARAN tudo aquilo que lhes for cabível;
- IV. Zelar pela aplicação desse regimento e pelo pleno funcionamento do Museu;
- V. Tratar de questões ordinárias de natureza administrativa por meio de sua Coordenação Administrativa;
- VI. Tratar de questões ordinárias acerca do ensino e da pesquisa e garantir o pleno funcionamento do Conselho Gestor do MUARAN por meio de sua Coordenação de Ensino e Pesquisa.
- VII. Tratar de questões ordinárias acerca de extensão universitária e cultura e garantir o pleno funcionamento da Plenária do MUARAN por meio de sua Coordenação de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO 5

PARCERIAS E DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º. O MUARAN-UFPeI busca estabelecer parcerias dentro e fora da UFPeI em benefício de interesses mútuos que envolvam sua missão, suas políticas e objetivos;

Parágrafo único. Cabe à Coordenação Colegiada o registro e a oficialização de cada uma das parcerias, conforme os ritos necessários;

Artigo 2º. Casos omissos no presente regimento serão analisados e deliberados na Plenária do MUARAN-UFPeI;

Artigo 3º. O presente regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.